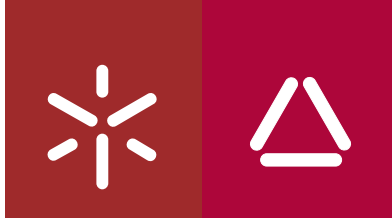


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Raquel de Moraes Soutelo Gomes

Interação cultural e *interpretatio* na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Raquel de Moraes Soutelo Gomes

Interação cultural e *interpretatio* na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Arqueologia

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho
e do
Professor Doutor Armando José Mariano Redentor

julho de 2015

DECLARAÇÃO

Nome:

Raquel de Moraes Soutelo Gomes

Endereço electrónico: raqueldemsgomes@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 14482612

Título da dissertação:

Interação cultural e *interpretatio* na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*.

Orientadores:

Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho

Professor Doutor Armando José Mariano Redentor

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado:

Mestrado em Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.

Universidade do Minho, 30/07/2015

Assinatura:



Certa palavra dorme na sombra

de um livro raro.

Como desencantá-la?

É a senha da vida

a senha do mundo.

Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira

no mundo todo.

Se tarda o encontro, se não a encontro,

não desanimo,

procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura

ficará sendo

minha palavra.

Carlos Drummond de Andrade

“A palavra mágica”

Discurso da Primavera e algumas sombras

1977

***Ao meu pai,
à minha mãe e
à minha irmã
por tudo***

Agradecimentos

A redação desta dissertação de mestrado e a intensa pesquisa por trás dela seriam impossíveis sem o apoio de um grande número de pessoas. Primeiramente, agradeço aos meus pais, à minha irmã e ao meu cunhado, que sempre me apoiaram em meus sonhos. Ao José Mendes, meu porto seguro, que esteve em todos os instantes deste trabalho, desde a colocação das luzes rasantes para as fotos, passando pela ajuda nos decalques até a leitura dos capítulos. Aos meus tios, Agostinho e Fernanda Morais e à “Vó” Cândida por oferecerem o cantinho familiar em Valpaços que eu tanto precisei para continuar nesta luta. À tia Ju, ao tio António, à Deolinda e à Conceição, pelo carinho. À Aurete Regina Silva, minha segunda mãe, que me fez rir e relaxar nos momentos tensos. À Susana Bailarim e ao Victor Aleixo, agregados da família, amigos e confidentes, que me escutaram e me aconselharam em todos os momentos. À Débora Casanova, irmã postíça, que me tirou dúvidas e que me incentivou a continuar. E à Manuel, Ana e Luís Mendes, por me acolherem em Guimarães como um membro da família.

Aos amigos, José Ronaldo, Pedro Paulo Rosa, Raissa e Raphaela Lima, Kamila Melick, Juliana Cavalcante, Jhan Daetwyler, Aline Rossi, Filipe Marques, Joana Ribeiro, Vera Brito, Fábio Soares, Paulo Leite, Nelci Gonçalves, Fátima Souza, Tatiana Morais, Pedro Ribeiro e Geane Cruz pelo apoio.

Aos Doutores Claudia Beltrão e José d’Encarnação, por despertarem em mim a paixão pelos estudos das religiões romana e indígena e da Epigrafia. Aos meus orientadores Doutor Armando Redentor e Doutora Helena Carvalho, por guiarem o caminho. À Doutora Manuela Martins pelas várias oportunidades que me deu ao longo destes anos. A todos os Professores que tive, que me ensinaram tudo que sei, sejam aqueles do Colégio São Paulo, da UNIRIO, dos cursos de Inglês e de Francês, da Universidade de Coimbra e da Universidade do Minho. Aos membros da Unidade de Arqueologia, Fernanda Magalhães, Cristina Braga, Jorge Ribeiro e Raquel Peñín, por toda a ajuda com as figuras, softwares e livros utilizados. E ainda, a Maria José González, pelo auxílio com as inscrições do Museu de Pontevedra.

E por fim, às equipes e diretores das instituições: Museu Pio XII, Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, Museu Nacional de Arqueologia, Museo de Pontevedra, Estação Arqueológica do Freixo e a sede da União de freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas e também ao Dr. Alberto Abreu e ao padre da Igreja de Lagares, que albergam as epígrafes que estudei, por me receberem e me ajudarem em tudo que puderam. A todos, muito obrigada!

Resumo

Em um mundo que vive uma intensificação do processo de ‘globalização’ e um aumento nos fenômenos de intolerância religiosa, um estudo sobre interações culturais parece imperativo. Nesta dissertação de mestrado, nos voltamos para o período romano, quando um processo chamado ‘romanização’, uma transformação econômica, social e cultural, comparada muitas vezes ao termo ‘globalização’, produziu novas e diferentes identidades, que mesclavam as diversas culturas que viveram sob o domínio romano. Este é um dos conceitos principais que regem uma pesquisa que analisa um aspecto da interação e tolerância religiosa, a ‘*interpretatio*’, uma prática comum na religião romana que consistia em um complexo fenômeno de assimilação de um deus romano a outro indígena, visível, principalmente em sua teoníma. Os resultados desta prática podem ser vistos na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, através dos monumentos epigráficos, o objeto e a área de estudo aqui analisados.

Este trabalho faz uma discussão sobre os conceitos de ‘romanização’ e ‘*interpretatio*’, apresentando não só a historiografia associada a estes, mas também os termos alternativos que vêm sendo utilizados pelos autores que trabalham esta temática e os diferentes estudos que utilizaram a epigrafia desta região. E ainda, observa e analisa os elementos apresentados pelos monumentos epigráficos escolhidos, como: a identificação de cada deidade, o estatuto dos *cultores*, a fórmula votiva utilizada, seus suportes e sua eventual decoração, comparando resultados dos deuses romano-indígenas com aqueles de seus equivalentes romanos. Além de também, relacionar estes *tituli* a rede de povoamento da região, tentando perceber se estes deuses poderiam ser associados a espaços rurais ou urbanos e com regiões de maior ou menor ocupação romana e pré-romana, também fazendo aqui comparações entre as informações acerca das manifestações a divindades romanas e romano-indígenas.

Neste estudo mostramos, então, que apesar das sutis diferenças entre ambas as manifestações, é possível ver algumas divergências, principalmente ao se olhar para a formação dos nomes divinos e possivelmente, para o estatuto dos dedicantes e para o período em que as epígrafes foram erigidas. Sendo possível perceber também que quase todos os vestígios consagrados aquelas deidades romano-indígenas estão relacionados a povoados de raiz romana, concentrados em áreas como: a região do vale do Lima; as áreas de montanha ao longo da via XVIII, na bacia do Cávado; nas bacias dos cursos médios do Ave e do Vizela; e nas bacias do curso médio e final dos rios Sousa e Tâmega.

Abstract

In a world of intensified globalization and of increasing religious intolerance, the study about cultural interactions seems imperative. In this master's dissertation, we turn our eyes to the roman era, when a process called 'romanization' produced new and different identities throughout the empire, as an economic, social and cultural transformation, much compared to the term 'globalization'. This is, in fact, one of our main concepts for this research that analyses an aspect of the religious interaction and tolerance, the *interpretatio*, a complex process of assimilation between roman and pre-roman deities, seen especially in their theonomy, a practice common in the roman religion. The results produced by these practices, in the western part of the *conuentus Bracaraugustanus*, can only be seen through inscriptions, the archaeological data that is used in this work.

The concepts of 'romanization' and '*interpretatio*' are discussed, presenting their respective alternative terms and the historiography associated with them, also exhibiting the diversity of the studies that are related with the epigraphies of this area. This study also observes and discusses, the elements of texts inscribed in the chosen *tituli*, like: the divine identification, the status of the *cultores*, the votive formula and their material supports and decoration, comparing results for the assimilated god with those for their roman equivalents.

Then these *tituli* were linked to the settlement patterns of this area, in order to trace if these gods could be associated with urban or rural spaces and with regions more or less occupied by roman or pre-roman dwellings. Also comparing the results of those manifestations to gods with roman theonyms and indigenous epithets and those to the roman ones.

That way, this study showed that even though the differences between the two types of manifestations were subtle, we could see them possibly by looking at the formation of their divine names, and perhaps by the status of those who worshipped them and the period when they were erected. And also, by looking at their possible associated settlements, that even though both cults would appear at their majority in roman settlements, almost all of the monuments to gods that possibly resulted from *interpretatio*, could be associated with these. Dwellings that were concentrated in areas like the valley region along the Lima river, the Cávado basin, at its mountain areas along de *uia XVIII*, the Ave and Vizela basin, at the middle course of these rivers and at the middle and final basins of the Sousa and Tâmega rivers.

Índice Geral

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Índice Geral	xiii
Lista de Siglas	xvii
Índice de Quadros	xix
 Introdução	 1
 1. Comunicação e interpenetração de culturas: Uma introdução ao estudo da <i>interpretatio</i> na epigrafia votiva	 7
1.1. Mundividências em contacto: A problemática, sua historiografia e os conceitos-chave	9
1.2. A fachada ocidental do <i>conuentus Bracaraugustanus</i> : Um breve enquadramento espaço-temporal	20
1.3. Monumentos epigráficos: Um objeto de estudo para a análise da <i>interpretatio</i>	27
1.4. A investigação: Os objetivos e as metodologias aplicadas	32
 2. Entre Deuses e Homens: Um estudo das inscrições votivas aos deuses romanos e romano-indígenas	 35
2.1. A <i>religio romana</i> e as religiões indígenas	37
2.2. Terminologias e preceitos analisados	40
2.3. As manifestações religiosas às divindades romano-indígenas e romanas na fachada ocidental do <i>conuentus Bracaraugustanus</i>	47
2.3.1. <i>Genii</i>	47
2.3.1.1. O <i>Genius</i> do culto clássico	47
2.3.1.2. <i>Genii</i> romano-indígenas	53
2.3.2. <i>Lares</i>	63

2.3.2.1. <i>Lares</i> do culto clássico	63
2.3.2.2. <i>Lares</i> romano-indígenas	69
2.3.3. <i>Iuno Regina</i> e <i>Iuno Iururnarum</i>	85
2.3.4. As <i>Nymphae</i> romanas e as <i>Nymphae Lupianae</i>	89
2.3.5. O culto ao Marte clássico e ao Marte romano-indígena	95
2.3.5.1. <i>Mars</i> romano	95
2.3.5.2. Marte romano-indígena	99
2.3.6. <i>Iuppiter</i>	108
2.3.6.1. <i>Iuppiter</i> clássico	108
2.3.6.2. <i>Iuppiter</i> romano-indígena	123
2.4. Conclusões	125
3. Proteção divina na fachada ocidental do <i>conuentus Bracaraugustanus</i> : As manifestações religiosas às divindades romano-indígenas, o território e a rede de povoamento	139
3.1. A geomorfologia da fachada ocidua do <i>conuentus Bracarense</i>	141
3.2. A rede de povoamento da faixa atlântica brácaro	143
3.2.1. O povoamento do Ocidente brácaro na Idade do Ferro	143
3.2.2. A estrutura do povoamento sob o domínio romano	147
3.2.2.1. Os povoados de raiz pré-romana e a sua relação com o domínio romano	147
3.2.2.2. Os aglomerados de raiz romana e a hierarquia do povoamento	149
3.2.2.3. O sistema viário da fachada ocidua do convento brácaro	154
3.2.2.4. A distribuição dos povoados na fachada no Ocidente brácaro	158
3.3. Os deuses romano-indígenas e a geografia da fachada atlântica do convento brácaro	162
3.3.1. Os <i>Genii</i> na fachada ocidental do <i>conuentus Bracaraugustanus</i>	163
3.3.1.1. Os <i>Genii</i> romano-indígenas e os povoados relacionáveis	164
3.3.1.2. Os <i>Genii</i> romano-indígenas no Ocidente brácaro	169
3.3.1.3. Os <i>Genii</i> romanos e romano-indígenas: uma comparação da geografia	170
3.3.2. Os <i>Lares</i> na faixa ocidua do <i>conuentus Bracaraugustanus</i>	172
3.3.2.1. Os <i>Lares</i> romano-indígenas e os povoados relacionáveis	174

3.3.2.2. Os <i>Lares</i> romano-indígenas no Ocidente brácaro	180
3.3.2.3. Os <i>Lares</i> romanos e romano-indígenas: uma comparação da geografia	182
3.3.3. <i>Mars</i> na fachada ocidental do <i>conuentus Bracaraugustanus</i>	184
3.3.3.1. O Marte romano-indígena e os povoados relacionáveis	185
3.3.3.2. O Marte romano-indígena no Ocidente brácaro	188
3.3.3.3. Marte romano e o romano-indígena: uma comparação da geografia	189
3.3.4. As <i>Nymphae</i> no Ocidente brácaro	191
3.3.5. <i>Iuno</i> no Ocidente brácaro	194
3.3.6. <i>Iuppiter</i> no Ocidente brácaro	197
3.4. Conclusões	206
Conclusão	211
Bibliografia	219
Apêndices	271

Lista de Siglas

<i>AE</i>	<i>L'Année Épigraphique.</i>
<i>CIL</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum.</i>
<i>CIL Suppl.</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum Supplementum.</i>
<i>CIL II</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum II</i> [em linha].
<i>CILA</i>	<i>Corpus de inscripciones latinas de Andalucía</i>
<i>EDCS</i>	<i>Epigraphik-Datenbank Clauss-Slaby.</i>
<i>EE</i>	<i>Ephemeris Epigraphica: Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum.</i>
<i>HEp</i>	<i>Hispania Epigraphica.</i>
<i>IE</i>	Indo-europeu.
<i>IEW</i>	<i>Indogermanisches etymologisches Wörterbuch.</i>
<i>ILER</i>	<i>Inscripciones Latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos.</i>
<i>IRCP</i>	<i>Inscrições romanas do Conuentus Pacensis.</i>
<i>IRG</i>	<i>Inscripciones Romanas de Galicia.</i>
<i>RAP</i>	<i>Religiões Antigas de Portugal.</i>

Índice de Quadros

Quadro 1- <i>Genii</i> romanos _____	48
Quadro 2- <i>Genii</i> romano-indígenas _____	53
Quadro 3- <i>Lares</i> romanos _____	64
Quadro 4- <i>Lares</i> romano-indígenas _____	69
Quadro 5- <i>Iuno</i> romana _____	86
Quadro 6- <i>Iuno</i> romano-indígena _____	86
Quadro 7- <i>Nymphae</i> romanas _____	90
Quadro 8- <i>Nymphae</i> romano-indígenas _____	91
Quadro 9- <i>Mars</i> romano _____	96
Quadro 10- Marte romano-indígena _____	99
Quadro 11- <i>Iuppiter</i> romano _____	109
Quadro 12- <i>Iuppiter</i> romano-indígena _____	124
Quadro 13- A nomenclatura divina romano-indígena _____	126
Quadro 14- Dedicantes das manifestações à deidades romano-indígenas e seus estatutos jurídicos _____	129
Quadro 15- Cronologia das manifestações religiosas _____	131
Quadro 16- Grade de leitura e análise: Inscrições _____	133
Quadro 17- Os <i>Genii</i> romano-indígenas no Ocidente brácara _____	163
Quadro 18- O <i>Genius</i> romano no Ocidente brácara _____	170
Quadro 19- Os <i>Lares</i> romano-indígenas no Ocidente brácara _____	173
Quadro 20- Os <i>Lares</i> romanos no Ocidente brácara _____	182
Quadro 21- O Marte romano-indígena no Ocidente brácara _____	185
Quadro 22- Marte romano no Ocidente brácara _____	190
Quadro 23- As <i>Nymphae</i> romano-indígenas no Ocidente brácara _____	192
Quadro 24- As Ninfas romanas no Ocidente brácara _____	193
Quadro 25- <i>Iuno</i> romano-indígena no Ocidente brácara _____	194
Quadro 26- A <i>Iuno</i> romana no Ocidente brácara _____	196
Quadro 27- <i>Iuppiter</i> romano-indígena no Ocidente brácara _____	197
Quadro 28- <i>Iuppiter</i> romano no Ocidente brácara _____	199

Introdução

Introdução

Esta dissertação de mestrado trata da temática das interações culturais e religiosas que ocorreram entre Roma e as províncias. Dentro deste vasto assunto, analisamos especificamente um aspeto dentro do espectro religioso, que envolvia a assimilação de deidades romanas às indígenas, um fenómeno conhecido na religião romana e denominado neste trabalho de '*interpretatio*'. Para a observação de tais ocorrências escolhemos a fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, uma área conhecida pela forte presença de inscrições às deidades indígenas e a qual acreditou-se durante muito tempo ser uma região pouco romanizada e esquecida do Império.

Este trabalho recolheu um *corpus* de 20 inscrições (Apêndice II), onde encontramos deidades com a nomenclatura divina formada por teónimos, apelativos genéricos, qualificativos, determinativos e epítetos, que associavam formas latinas e indígenas, sendo chamadas aqui, assim como no trabalho de Redentor (2011), de romano-indígenas. Para observarmos, se possivelmente, estas se diferenciavam daquelas deidades romanas, compusemos também um segundo catálogo, que envolvia 60 manifestações religiosas às divindades clássicas equivalentes aquelas (Apêndice III). Ambos os *corpora* foram tratados a partir das metodologias de construção de fichas individuais, como aquelas vistas no *Ficheiro Epigráfico* e propostas por Encarnação (2010: 183- 190) e Redentor (2011, 2), sendo a primeira mais elaborada para o primeiro *corpus* e outra menos para o segundo; e pela metodologia de "Análise de Conteúdo" de Laurence Bardin (2005: 121- 170), com análises dos dados destas inscrições em conjunto. E por fim, cartografadas com a identificação dos locais de achado das inscrições e os povoados a eles provavelmente associados (Apêndice V).

Estas metodologias, buscaram responder as questões que nos impusemos no início desta dissertação, atingindo os quatro objetivos que queríamos e que conseguíamos atingir com os dados que poderiam ser retirados da ínfima informação que temos sobre o processo na área estudada. Desta forma, mesmo com as grandes limitações que a própria sobrevivência, ou não, do material epigráfico impõe, identificamos, cartografamos, analisamos e caracterizamos as manifestações religiosas que possivelmente são resultantes da '*interpretatio*'; contextualizamos o povoamento da região com estas inscrições; caracterizamos a configuração social, profissional e de gênero dos dedicantes daquelas epígrafes votivas selecionadas, iniciando um possível entendimento da relação destes com o momento de devoção religiosa; e traçamos um aspeto da

mudança cultural da população, observando os elementos onomásticos e teonímicos oferecidos pelas epígrafes. Desta forma, conseguimos vislumbrar uma parte da complexa interação cultural entre romanos e indígenas, compreendendo um pouco mais do que teria sido o processo de ‘romanização’ nesta região.

As respostas a estes questionamentos foram divididas em três capítulos, que apresentaram desde a historiografia que vem sendo desenvolvida nos últimos anos sobre a temática e a área estudadas até o trabalho de análise das informações textuais oferecidas por estes monumentos e a sua relação com os povoados romanos e pré-romanos estabelecidos na região.

O primeiro capítulo abrange os principais estudos da temática da ‘romanização’, da ‘*interpretatio*’ e do ‘hábito epigráfico’, apresentando os trabalhos prévios e as discussões teórico-conceituais atuais, demonstrando a inadequação de alguns termos alternativos e os problemas gerados pela utilização dos conceitos escolhidos. Desta forma, fundamos uma base para a observação do próprio processo, de forma que o trabalho resulte em uma contribuição aos estudos deste tema, consolidando e discutindo algumas perspectivas atuais. Também nesta parte, fazemos uma breve introdução à região estudada e a sua inserção no domínio romano, explicando os momentos iniciais de contato e a convivência com o Império, apresentando os dados mais recentes das pesquisas desenvolvidas sobre o mundo romano e pré-romano desta região. E ainda, apresentamos o objeto estudado, as epígrafes votivas, expondo os principais catálogos, periódicos e trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre esta ciência na área escolhida. Terminando, por fim, na apresentação das metodologias aplicadas neste trabalho, faladas anteriormente.

O segundo capítulo trata das informações obtidas nos textos votivos escolhidos, ou seja, da teonímia, da onomástica dos dedicantes e da fórmula votiva, atentando também para alguns aspetos materiais, como o suporte e eventuais decorações e dados cronológicos. Neste apresentamos um historial das interpretações desenvolvidas sobre os elementos teonímicos e onomásticos apresentados nas manifestações a deuses romano-indígenas, nos posicionando acerca do pensamento que seria possivelmente mais plausível. Depois, comparamos estes mesmos dados com aqueles dos votos às divindades romanas, procurando perceber semelhanças e diferenças entre ambas. Apresentando, por fim, uma Grade de leitura e análise que exhibe estas informações em conjunto, a fim de que se tornem mais claras estas observações.

O terceiro capítulo tenta contextualizar as inscrições com a rede de povoamento conhecida da região, na busca de perceber se as manifestações a deuses romano-indígenas e aos romanos equivalentes, se relacionaram a espaços diferentes um do outro. Desta maneira, notamos se estão mais presentes no âmbito rural ou urbano, em lugares centrais ou periféricos, associando ao tipo de povoamento de cada zona, trabalhadas por Carvalho (2008) e Pérez Losada (2002). Também aqui procuramos ligações com áreas específicas, relacionadas com as bacias hidrográficas dos rios principais que vêm definindo os trabalhos sobre o povoamento na região. Procurando entender, desta forma, se é possível falar em áreas que conheceram mais esta prática de *interpretatio* do que outras e se estas possivelmente se relacionariam com uma maior concentração de população ou proximidade de capitais de *ciuitates* que seriam, provavelmente, as principais difusoras da cultura romana.

Por fim, apresentamos as conclusões de cada capítulo em conjunto, mostrando os avanços que fizemos no entendimento da temática. Desta forma, concluímos um trabalho que procurou apresentar uma nova reflexão sobre as inscrições na área estudada, se preocupando com os interessantes resultados de um contato religioso. Uma interação que representa, possivelmente, a nosso ver, um fenômeno de tolerância religiosa, que refletiria provavelmente o contexto que a população bracaraugustana estava vivenciando durante o período de domínio romano.

1. Comunicação e interpenetração de culturas:

Uma introdução ao estudo da *interpretatio* na epigrafia votiva

1. Comunicação e interpenetração de culturas:

Uma introdução ao estudo da *interpretatio* na epigrafia votiva

Neste capítulo abordaremos as principais questões que dominam o estudo sobre as interações culturais entre Roma e as províncias, cingindo esta análise à fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus* e às manifestações religiosas aos deuses romano-indígenas¹ neste território. Assim, abordaremos os principais conceitos e linhas de pensamento que regeram este tipo de estudo, apresentando a sua historiografia, além de também fazermos um breve enquadramento espaço-temporal da área estudada. Posteriormente, apontaremos as características de nosso objeto de estudo, as epígrafes, apresentando os estudos relativos a este tipo de material na Península Ibérica e assim, conseqüentemente, na faixa ocidua do *conuentus bracarenensis*. E por fim, mostraremos como trabalhamos estas a fim de obter os resultados referentes aos objetivos que nos impusemos, para um melhor entendimento desta transformação religiosa que ocorreu na região por nós analisada.

1.1. Mundividências em contacto: A problemática, sua historiografia e os conceitos-chave

A temática sobre interações culturais e formulações de identidades religiosas híbridas é um tema em voga atualmente no meio acadêmico, devido à experiência de globalização que temos vivido. As intensas trocas culturais graças, principalmente, aos meios de comunicação, como televisão e internet, possibilitaram que elementos de culturas diferentes se interpenetrassem sem o contacto físico entre seus membros. Pontos em comum como a escolha de roupas, livros, filmes e música se tornaram ainda mais presentes possibilitando que pessoas de origens diferentes possuíssem similaridades em gostos que antes raramente poderiam ter se um destes elementos não tivesse viajado. Estes são fenômenos que acontecem nas esferas política, social, econômica e cultural, e é na esfera de influência desta última que nosso estudo se insere. Nesta através de um processo, chamado globalização, as atitudes, mentalidades, valores e suas expressões, símbolos, artefatos, práticas (Burke, 2010: 16-17) e até

¹ Termo utilizado por Redentor (2011, 1: 354) e também adotado nesta dissertação para referir a deidades, cuja teonímia é latina, mas que possuem epítetos ou determinativos indígenas.

mundividências são transformadas. Para entender este fenômeno, voltamos o nosso olhar para o passado, mas especificamente para a experiência de contacto cultural que aconteceu no âmbito do Império Romano, observando as manifestações religiosas resultantes do contacto entre romanos e indígenas da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*. Traçando, assim, paralelos entre estes processos atuais com os de ‘romanização’ e ‘*interpretatio*’ e os meios de comunicação com o ‘hábito epigráfico’ e seus produtos, para que possamos entender, através de instrumentos intelectuais que ampliam a nossa compreensão, as transformações que se desenrolam atualmente.

O termo ‘romanização’, que é utilizado como comparação para o fenômeno da globalização atual, é o modelo dominante para descrever as mudanças interculturais entre Roma e as províncias (Webster, 2001: 209). Este surgiu no século XIX com o historiador Theodor Mommsen (1885 *apud* Freeman, 1997: 28-29 e 45), que nomeou este tipo de estudo recorrente desde o período da Renascença. Entretanto, é apenas com Haverfield (1912; 1915; 1923 *apud* Freeman, 1997: 43 e 46), após uma extensiva introdução dos dados arqueológicos na pesquisa deste processo que esta concepção se amplia e se consolida. Neste período, o conceito de ‘romanização’ assumiu o sentido de adoção sistemática por parte dos indígenas de padrões estéticos e éticos romanos, como uma transferência progressiva de cultura por imitação em sentido direcional e de forma homogênea (Hingley, 1996: 39), constituindo, assim, um meio de desenvolvimento das sociedades menos desenvolvidas (as indígenas) (Haverfield, 1912 *apud* Woolf, 2004: 4; Le Roux, 2004: 290-291). Haverfield (1915 *apud* Hingley, 1996: 39) baseava-se no pensamento de que as populações indígenas tinham o desejo de se tornarem romanos, ou de se romanizar mais, o que provocou esta transformação cultural. Contudo, é óbvio que a perspectiva destes autores apresentava alguns problemas, como as concepções da existência: de uma cultura romana ‘pura’ transferida para os indígenas, de um papel civilizador de Roma nas províncias e de um processo de adoção da cultura romana pelos indígenas de maneira uniforme, homogênea e passiva.

A perspectiva de uma cultura romana ‘pura’ que entra em contacto com aquela indígena é, posteriormente, discutida por Collingwood (1932 *apud* Webster, 2001: 211) que em sua observação dos dados oferecidos pela cultura material dos sítios romanos da *Britannia* percebe que não aconteceu uma transposição de um sistema cultural em uma forma ‘pura’ ou quase ‘pura’, mas sim uma mistura de elementos romanos e celtas, formando uma cultura romano-bretã nova e diferente. Afinal, como bem observado por Peter Burke (2010: 53), todas as

culturas estão entrelaçadas sendo, desta forma, híbridas e heterogêneas. Não existem culturas monolíticas, sem nuances formadas muito tempo antes do contacto entre o conquistador e o conquistado (Le Roux, 2004: 293-294). Todas as sociedades no curso de sua história conheceram variadas influências culturais, mais ou menos numerosas de acordo com a extensão e profundidade do contacto intercultural (Cadotte, 2007: 1), parecendo, assim, inapropriado falar de culturas imutáveis e homogêneas que obliteram outras, como pensavam Haverfield (1915 *apud* Hingley, 1996: 39) e Mommsen (1885 *apud* Freeman, 1997: 28-29 e 45).

A visão do “papel civilizador romano” também é uma das grandes dificuldades da ideia de ‘romanização’ concebida no século XIX. Seus pesquisadores, anglo-saxónicos, enquanto seres participantes de um momento histórico e influenciados por ele em suas observações, deixaram-se levar pelas concepções do imperialismo britânico (Blázquez Martínez, 1989 *apud* Woolf, 2004: 4-5). Este tipo de abordagem presumia que o pesquisador assumia a existência de culturas com diferentes potenciais de civilização (Woolf, 2004: 4) como se houvesse graus que dividissem barbárie de civilização. Estes tipos de análise, criaram historiografias nas quais se privilegiava uma cultura em detrimento de outra ou até mesmo a formulação de genealogias da civilização na qual o pesquisador estava inserido (Woolf, 2004: 5). Deste modo, para um estudo sério sobre as interações culturais é necessário assumir a postura de que todos os sistemas culturais são diferentes, mas igualmente válidos (Woolf, 2004: 5).

O próprio termo ‘romanização’ por sua formação etimológica provocou discussões, já que dava o papel central a Roma (Le Roux, 2004: 289-291), sugerindo uma abordagem apenas pelos olhos do conquistador, o que pode causar historiografias unilaterais muito distantes daquilo que poderia ter existido em período romano. Esta concepção associada à ideia de que a mudança cultural aconteceu através da adoção sistemática, homogênea e passiva da cultura romana deixa transparecer que não teria existido resistência ao domínio. Como se não tivessem existido conflitos de poder, de interesse ou até mesmo nostalgia, negligenciando inclusive a persistência de artefatos e fatos sociais e culturais por parte da cultura indígena (Le Roux, 2004: 293-294), o que complicava ainda mais a sua utilização conforme os estudos na área foram progredindo.

Estudiosos nos últimos 20 anos têm tentando entender este processo de interpenetração cultural e se aventurado a modificar esta visão. Martin Millett (1990 *apud* Hingley, 1996: 39-40), por exemplo, em seus estudos, diminui o papel de Roma na adoção dos elementos culturais por

parte da cultura indígena. Este autor (1990 *apud* Hingley, 1996: 39-40) acredita que as elites das províncias ocidentais adotaram os símbolos materiais para reforçar suas posições sociais e identificá-los a Roma, passando os costumes para o resto das classes sociais. Desta maneira, o poder de agente da transformação social e cultural passou para as classes dominantes indígenas que escolhiam aceitar ou resistir à cultura romana (Webster, 2001: 213). No entanto, por este prisma de análise, a elite utilizava a simbologia e a cultura romana para se distanciar do resto da sociedade (Webster, 2001: 213), criando a ideia de que se formou uma hierarquia social provincial através da imitação da cultura do dominador (Mendes, 2007: 5), o que não parecia corresponder ao processo visto nas províncias. Por esta razão, Woolf (2004: 7 e :10), um dos pesquisadores mais críticos do termo ‘romanização’, fala que este se tornou um vocábulo guarda-chuva para esconder uma variedade de processos diferentes.

Tendo em vista as inadequações deste vocábulo, Jane Webster (2001: 209) oferece uma alternativa. Para esta pesquisadora, ‘romanização’ é muito similar a ‘aculturação’, um termo que traz à tona muitos problemas inerentes aos estudos das áreas como a Antropologia, que o utilizam para descrever a perda de uma identidade local ‘primitiva’ e sua substituição por uma cultura ‘civilizada’ do conquistador (Mendes, 2007: 4). Se pensado assim, este não concebe uma troca bidirecional de ideias, mas sim uma transferência da cultura do centro para as províncias (Webster, 1996: 11; 2001: 210). Desta forma, esta autora (2001) sugere o termo ‘crioulização’ (*creolization*), baseado, nos preceitos da Teoria pós-colonial, que procura formar a história do ‘outro’ ao descentralizar as categorias de pensamento ocidentais (Webster, 1996: 7), privilegiando a análise das periferias em busca de respostas complexas e variadas destes contextos coloniais e a observação das oposições abertas e veladas aos poderes do centro (Hingley, 1996: 43-44). Esta expressão vem sendo utilizada nos estudos de interação cultural entre europeus, índios e africanos no continente americano e na formulação de sociedades afro-americanas e afro-caribenhas, além de também ter seu uso no campo da linguística para indicar a “fusão” de duas línguas em um só dialeto misto (Webster, 2001: 210 e 217). Para esta estudiosa (2001: 209), ‘crioulização’ é a melhor resposta à demanda de entendimento do fenômeno que aconteceu nas províncias romanas, já que oferece visões de uma negociação de identidades pós-coloniais de baixo para cima. Entretanto, o termo está ainda muito carregado das proposições dos estudos coloniais da modernidade, já que é derivado do castelhano *criollo* que, em português, designava indivíduos da etnia branca nascidos nas colônias européias mais

antigas e as pessoas de etnia negra nascidas nas Américas, o que o tornaria provavelmente pouco adequado para a utilização neste estudo.

Apesar do conceito de ‘romanização’ estar em constante construção, acreditamos que este vocábulo, muito comum entre historiadores e arqueólogos (Le Roux, 2009: 288), é ainda a melhor opção para definir o processo que aconteceu no âmbito do Império Romano. Este continua sendo uma ferramenta metodológica indispensável, uma abordagem necessária da história de Roma (Le Roux, 2009: 310), além de nenhum dos termos alternativos parecer substituí-lo com precisão. Desta maneira, pensamo-lo como Mendes, Bustamante e Davidson (2005: 41) preconizaram: como um processo de transformação social, cultural, econômica, política, linguística e religiosa multifacetada em seus significados e mecanismos, fruto do contacto cultural entre romanos e as diversas comunidades indígenas em uma negociação bidirecional.

Este fenômeno provocou transformações não só nas esferas econômica, política e social, mas também na cultural. Assistiu-se a um período no qual a cultura romana, ou seja, o seu conjunto de objetos, crenças, língua e práticas que entrou em contacto com a indígena, causando, provavelmente, uma modificação de mentalidades, de mundividências e uma possível formação de uma nova identidade local. Para sustentar esta integração imperial o processo utilizou ferramentas como a religião,

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (Geertz, 2008: 67).

A religião romana, temática discutida no segundo capítulo desta dissertação, serviu como ferramenta para a manutenção da hegemonia romana e símbolo do Império, sendo um dos aspetos constituintes da identidade romana (Beltrão, 2006: 137) e uma maneira de estabelecer e consolidar a solidariedade entre seus membros e manter a *pax deorum* (Bustamante, 2006: 117). A sua característica de acolhimento a novos elementos e a noção de que as deidades pertenciam à mesma comunidade que seus adoradores permitiu a entrada de novas deidades (provinciais) em seu panteão; afinal, esta era uma religião social e politeísta, ligada à aos grupos sociais (Scheid, 2003: 18-20). Estas peculiaridades associadas à premissa romana de que os deuses de todos os povos eram verdadeiros (seja porque outras populações

poderiam conhecer deuses cuja existência o mundo greco-romano desconhecia ou porque as divindades latinas podem ter recebido um nome traduzido na língua local) (Veyne, 2009: 190) produziram um interessante resultado, principalmente nas províncias, a *interpretatio*.

Interpretatio, termo cunhado por Tácito (Häussler, 2008a: 22), é derivado de *interpre*, vocábulo usado no comércio e no direito que significa intérprete, negociador e tradutor (Ernout & Meillet, 2001, *s.v. interpre*: 320). Uma expressão que em sua concepção se aproxima muito ao conceito de “tradução cultural” utilizada por Burke (2010: 58-60) que consiste em uma tentativa (tentativa, pois nem tudo é traduzível) de exprimir elementos de culturas estrangeiras em termos familiares e correntes na cultura indígena. Trata-se de uma cuidadosa adaptação, adoção, interpretação e reinterpretação de cultos feitas pelos habitantes de tal local para que estes fossem condizentes com o período que viviam (Häussler, 2012: 143-144; González Rodríguez, 2005: 781 e :783-785). É um fenômeno que é muito mais complexo que apenas uma assimilação pura e simples de um panteão estrangeiro (Cadotte, 2007: 6). Deste modo, o indivíduo tinha um maior leque de divindades para recorrer em seu momento de necessidade, tendo mais escolhas tanto para as devoções públicas quanto para as privadas (Häussler, 2012: 146). E este grande número de deidades permitiu várias combinações, que ampliaram uma rede de proteção que se adaptava a qualquer situação de insegurança espiritual (Andringa, 2007: 84).

Para a historiografia deste fenômeno, podemos dizer que existiu durante muito tempo uma despreocupação por parte dos estudiosos em trabalhá-lo (Olivares Pedreño, 2008: 213), mas que nos últimos anos registaram-se muitas discussões em torno do termo correto para referenciar a associação das divindades indígenas² com deidades romanas ou tradução dos nomes de deuses indígenas (Mendes & Otero, 2004: 202; De Bernardo Stempel, 2008: 68). Durante quase a totalidade do século XX, os estudos como os de Duval (1976 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 213-214) e Hatt (1989 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 213-214) sobre a religião nas províncias ocidentais centraram-se na religiosidade indígena, utilizando a análise de dados epigráficos e iconográficos destas deidades, quando existiam. No entanto, as intenções de definir uma religião indígena a partir de dados da época romana sem dedicar atenção aos processos de interação cultural, pareciam um denominador comum, afinal as informações sobre culturas pré-romanas eram, e ainda são, extremamente escassas em relação àquelas que surgem depois da conquista (Olivares Pedreño, 2008: 213-214). Estes estudiosos utilizavam os teónimos de

² Entendido aqui como: “natural daí”, ou melhor, que era cultuada no local, onde fora descoberto o ex-voto a ela dedicado” (Encarnação, 1971: 348).

deuses romanos com epítetos indígenas que apareciam nas inscrições tentando descobrir qual divindade se escondia atrás daquelas denominações, de forma que acabaram por criar os famosos quadros de equivalências. Deste modo, tentaram isolar a deidade indígena dentro da teonímia romano-indígena e acabaram por não analisar estas como resultado de um contacto cultural, classificando muitas somente como divindades indígenas (Webster, 1995: 153; Olivares Pedreño, 2008: 214), o que torna o estudo deste tema prioritário atualmente.

São escassos os trabalhos que tentam descobrir a natureza e o resultado dos encontros entre as tradições indígenas e a cultura romana, sendo dignos de nota os trabalhos sobre partes das províncias ibéricas de Blázquez Martínez (1981; 1986), Maia-Bessa (1999), Bonnaud (2004) e Olivares Pedreño (2008). Esta insuficiência de estudos no assunto deve-se, possivelmente, ao fato de na Península Ibérica serem poucos os fenômenos de *interpretatio* atestados em epígrafes (Olivares Pedreño, 2008: 217). E mesmo estes poucos estudos discordam do termo que deveria ser utilizado para determinar este processo, já que uns apresentam o termo 'sincretismo religioso' e outros 'aculturação religiosa' como as melhores opções.

Em relação a expressão 'sincretismo religioso', este é utilizado, por exemplo, nos trabalhos de Maia-Bessa (1999: 6) e Bonnaud (2004: 387), que utilizam a definição de Étienne (2006: 35 = 1973) que pensa neste como um processo de evolução, onde existem o confronto das diferenças culturais e a criação de uma nova realidade histórica, como uma forma de união religiosa. Assim, para a análise dos teónimos romanos com epítetos indígenas dentro deste conceito foram estabelecidas etapas como as que são descritas por Lambrino (1965: 232-233) e Étienne (2006: 36 e 39) que se complementam. Ambos falavam em três passos de evolução do processo do 'sincretismo' e da divindade indígena, sendo que o primeiro retrata o desenvolvimento das divindades indígenas sob o domínio romano e o outro mais especificamente sobre o sincretismo religioso que ocorreu entre ambas as religiões. A primeira etapa, o batismo linguístico, é constituída pela atribuição do termo *deus* ou pelo acompanhamento do qualificativo *sanctus* ou *sacrum*, um processo que tira as divindades indígenas de sua unicidade (Lambrino, 1965: 232; Étienne, 2006: 36; Bonnaud, 2004: 388; Olivares Pedreño, 2008: 217). O segundo nível de 'sincretismo' consiste na justaposição dos nomes do deus indígena (latinizado) e da deidade romana (Lambrino, 1965: 232; Étienne, 2006: 36; Bonnaud, 2004: 390; Olivares Pedreño, 2008: 217). E por fim a terceira fase, que Lambrino (1965) e Étienne (2006) concebem de forma diferente, por estes analisarem questões distintas do âmbito religioso. Para Lambrino (1965: 232-233), esta etapa acontece quando o nome de

uma dessas divindades associadas à outra em tempos remotos, aparece com um só desses nomes na mesma região, sem a sua contraparte e sem a etiqueta de *deus*. Já para Étienne (2006: 39) trata-se das divindades orientais sendo introduzidas no culto imperial, recebendo os epítetos augustanos. Contudo, apesar das problemáticas trazidas a luz por estes estudos, cremos que a palavra ‘sincretismo’ teria talvez em sua origem um aspeto negativo, significando ‘caos religioso’ (Burke, 2010: 50-51) e que na modernidade acabou por assumir um sentido disfórico (Beltrão, 2010: 49-50), acreditando, então, ser possivelmente, muito arriscada a sua utilização.

O termo ‘aculturação religiosa’ é apresentado no trabalho de Encarnação (1989: 281) como uma resposta ao termo ‘*interpretatio romana*’, já que para este autor esta expressão coloca demasiada atenção em um só dos agentes da interação, como se os romanos tivessem sido os primeiros a provocar a interpretação divina. Assim, para ele, a terminologia ‘aculturação’ conseguia representar a influência recíproca que, possivelmente, aconteceu com este fenômeno (Encarnação, 1989: 283). Entretanto, como falado anteriormente para a utilização deste como alternativa para ‘romanização’, este conceito parece envolver a perda de uma identidade local e adoção de uma cultura romana “civilizada”, como se uma cultura fosse obrigada a se modificar porque era inferior a outra (Maia-Bessa, 1999: 8; Mendes, 2007: 4). Todavia, Encarnação (1989: 281) tem um bom argumento para não utilizar aquele vocábulo: a utilização de ‘romana’ associado ao vocábulo *interpretatio*, afinal pelos estudos de Ando (2005), Andringa (2007: 86) e Häussler (2012) a iniciativa parece, possivelmente, vir da população de origem indígena.

Os primeiros estudos que discutiram o termo *interpretatio* com mais intensidade foram os de Duval (1976 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 215) e de Hatt (1989 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 215), como mencionado anteriormente. Para Duval (1976 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 215), a *interpretatio*, fenômeno chamado por ele de *interpretatio romana* acontecia quando um indivíduo de qualquer procedência adorava uma divindade local outorgando-lhe o aspeto de deus romano. Já para Hatt (1989 *apud* Olivares Pedreño, 2008: 215) significava traduzir em imagens ou palavras greco-romanas para uso dos fiéis romanos as concepções religiosas indígenas, sendo o dedicante o mais importante na hora de caracterizar o tipo de *interpretatio*.

Apesar dos registos literários sobre as práticas de *interpretatio* serem de iniciativa romana, a maior parte das evidências epigráficas é na prática provincial (Ando, 2005: 42), o que demonstra que talvez seja necessário abandonar o termo ‘romana’ que antes era associado a este conceito. Sendo assim, os agentes sociais eram, provavelmente, a população local,

principalmente a elite indígena que tinha conhecimento da cultura romana (Woolf, 2004: 228; Häussler, 2012: 145). No entanto, as elites não podiam simplesmente introduzir novos deuses, se o seu significado, nome, atributos, funções, rituais, representações antropomórficas e iconográficas não fossem entendidos pelo resto da população (Häussler, 2012: 145). É inapropriado pensar que existia uma religião para as elites e outra para as massas (Woolf, 2004: 228), por isso deveria ser um processo um tanto complexo de interações entre estes estratos sociais, que gerou uma enorme criatividade (Häussler, 2012: 145).

Entretanto, não são todos os autores que pensam da mesma maneira quanto aos agentes produtores da *interpretatio*. Para Webster (1995: 156-157) mesmo que os cultos híbridos tenham sido adotados por parte da população indígena, eles continuam a seguir as regras imperiais. Para esta autora (1995: 156-157), são membros de uma elite educada na cultura latina e muitas vezes de origem não indígena que caracterizavam estes deuses sobre uma base funcionalista inocente, sendo muitos dos deuses locais “[...] espremidos, com variados graus de desconforto, dentro de moldes conceituais importados”³ (Webster, 1995: 156-157), sendo, assim, convertidos à força (Webster, 1995: 160). A aceitação dos conceitos, cultos e cultura material, para esta arqueóloga, não requer o consentimento e nem a crença são, na verdade, uma obediência tática (Webster, 1997: 181).

As visões de Woolf (2004), Ando (2005) e Häussler (2012), no entanto, parecem condizer mais com os registos epigráficos, que dizem que este processo partiu da população de origem indígena, apesar de haver precedentes na literatura romana, afinal a religião só seria aceita pela população se esta percebesse que os novos deuses respondiam as suas necessidades e se esta se identificasse com aqueles. Não podemos pensar que as elites locais não estavam comprometidas com suas crenças anteriores, como se manipulassem cinicamente a religião como vantagem política e econômica (Woolf, 2004: 218). Este processo abriu espaço para novas criações a partir das vivências religiosas provinciais, no qual as escolhas foram possivelmente baseadas nos atributos, funções e iconografia destes (Ando, 2005: 45; Andringa, 2007: 87). Interpretações que provavelmente variavam dependendo das tradições locais e das percepções das pessoas sobre a religião romana, obtendo-se assim várias respostas em diferentes locais, já que algumas enfatizavam características diferentes em cada divindade (Häussler, 2012: 166). O processo de *interpretatio*, então, tornou os deuses romano-indígenas dinâmicos, criando diferentes deidades e fazendo repetidas recriações e readaptações, para que

³ “[...] squeezed, with varying degrees of discomfort, into imported conceptual moulds” (Webster, 1995: 157)

a religião se mantivesse pertinente para seus fiéis e para que se adequasse aos entendimentos sociais e culturais da respectiva época (Woolf, 2004: 236; Beltrão, 2010: 52; Häussler, 2012: 143-144, 155 e 167).

Estes deuses romano-indígenas eram encontrados em inscrições por toda a fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, como apontado na tese de Redentor (2011). As epígrafes em si eram um hábito desenvolvido pela cultura indígena após o contacto com os romanos. O 'hábito epigráfico', como cunhado no estudo de MacMullen (1982: 233), era o impulso cultural para produzir inscrições, que fazia parte, a partir do período da conquista, de uma cultura romana provincial.

Os estudos sobre este conceito tiveram seu início com o trabalho de MacMullen (1982) que tratava este fenômeno como uma atividade característica dentro do modo de vida romano, argumentando que quanto mais densa e mais rica fosse a população, maior era a probabilidade da existência de inscrições. E, ainda, que o crescimento e a queda na frequência de *tituli* eram resultado de um controle por um 'sentido de audiência', ou seja, pela importância que a comunidade e o dedicante davam a este feito e a relação destes com o contexto histórico e social que viviam. Sendo assim, para este autor, o pico na ereção de monumentos epigráficos entre Trajano (98- 117 d.C.) e Sétimo Severo (193- 211 d.C.) deveu-se a satisfação e sensação de segurança dos habitantes do Império e o seu declínio no segundo quarto do século III d.C., mostrava as dúvidas sobre a permanência e importância de seu mundo (MacMullen, 1982: 238, 241, 244 e 246).

Outro desenvolvimento sobre o conceito surgiu oito anos depois quando a análise deste hábito é revisitada em um texto de Meyer (1990) que utilizou como fontes documentais os epitáfios da Gália e do Norte da África para formar sua opinião sobre este impulso. Esta autora (1990: 89- 90 e :95- 96) atribuiu a queda na formulação de inscrições no século III d.C., percebido em seus estudos, ao Édito de Caracalla (212 d.C.). Para esta estudiosa, a prática epigráfica estava intensamente ligada ao desejo de expressar um estatuto jurídico adquirido, o que perde a sua importância com a extensão da cidadania romana a quase todos os indivíduos livres do Império, sendo assim desnecessária a sua demonstração (Meyer, 1990: 89-90, 95-96). Isto, na opinião desta estudiosa, pode ter levado à criação de outros meios (talvez mais percíveis) para demonstrar a riqueza e a estabilidade de alguns indivíduos da sociedade (Meyer, 1990: 95- 96).

Para Woolf (1996), que analisa as inscrições do Império através do *CIL* (*Corpus Inscriptionum Latinarum*), o motivo mencionado por Meyer (1990: 89-90), para a queda da produção de inscrições parece parcialmente aceitável, porque, afinal, se mantém a vontade de expressar os privilégios individuais através de novos meios de demonstração de estatuto, seja por via da construção de majestosas casas urbanas e rurais, seja pela compra de elaboradas obras de arte em prata e marfim (Woolf, 1996: 39). Woolf (1996: 24) também apresenta um novo termo o de ‘cultura epigráfica’, no qual se dá mais atenção ao contexto social dentro do qual a escrita monumental floresceu do que ao dedicante da inscrição e o seu ‘sentido de audiência’ (Woolf, 1996: 30).

Contrariando em parte a cronologia de Woolf (1996: 22) de que a ‘cultura epigráfica’ começou em finais do século I a.C. e que atingiu o auge em fins do século II d.C. e início do século III d.C. Alföldy (1998) apresenta um texto mais detalhado acerca da evolução dessa disposição cultural nas Hispânicas, a fim de entender o contexto em que foi formada, relacionando as explosões epigráficas com radicais transformações socioculturais da sociedade hispano-romana (Alföldy, 1998: 292). Este autor (1998: 290) nota que durante o período da República, desde a chegada do primeiro destacamento militar na Península Ibérica até ao governo ditador de César e o principado de Augusto, o número de inscrições não era muito significativo. As mudanças mais relevantes neste sentido só acontecem em época augustana, já que este imperador reconheceu a importância destas como veículos de auto-representação, acontecendo o primeiro *boom* epigráfico em Roma, já que as elites começaram a imitar os atos do *princeps* (Alföldy, 1998: 291). Sua análise mostra que em época Júlio-claudiana a cultura epigráfica se difunde atingindo não só as grandes cidades mediterrânicas, mas também a Península Ibérica (Alföldy, 1998: 291). A segunda explosão acontece durante o governo dos Flávios, como consequência das mudanças fundamentais na sociedade hispano-romana nesta época. De Vespasiano até Marco Aurélio, as províncias hispanas vivem o apogeu deste hábito (Alföldy, 1998: 292- 293). Depois deste período, durante a segunda metade do século II d.C. e no século III d.C. o desenvolvimento da cultura epigráfica na península apresenta várias modificações importantes. O ritmo de produção de inscrições diminui, acontecendo o fim do ‘meio epigráfico’ como veículo de auto- representação, principalmente para as elites urbanas. Em meados do século III d.C., os suportes de *tituli* antigos começam, com frequência, a serem reutilizados em novas inscrições, cuja qualidade é muito inferior daquela dos períodos anteriores (Alföldy, 1998: 298). Para este pesquisador (1998: 298), a razão para o decréscimo do número

de inscrições neste período vai, possivelmente, além da explicação habitual baseada na crise econômica, sendo também uma resposta a uma mudança de mentalidade, já que a maior parte da população perde o interesse em se auto-representar luxuosamente em público através da prática epigráfica. O interesse passou, provavelmente, para a representação no privado com os luxuosos equipamentos das *uillae*, que se tornaram as novas formas de expressar sua identidade e seu estatuto (Alföldy, 1998: 298).

Em nosso trabalho, não possuímos um *corpus* significativo para uma análise deste gênero, já que nos atemos a uma questão específica dentro do campo de inscrições votivas e não todo o catálogo epigráfico da região escolhida. Por isso, tendo em vista os argumentos apresentados, concordamos, com Meyer (1990), Woolf (1996) e Alföldy (1998: 298), quando argumentam que um brusco declínio condiz mais com uma mudança de costumes do que com um desacreditar na durabilidade do Império, sendo possível que a epigrafia fosse substituída por novas formas de expressão de identidade e de estatuto que não a prática epigráfica. Sendo assim, analisamos as propostas de cronologia⁴ de nossas inscrições com o mapa de evolução da cultura epigráfica de Alföldy (1998: 291- 298) para a Península Ibérica, observando a cultura e o hábito epigráfico buscando entender o seu contexto social e histórico.

Com o desenrolar da cultura epigráfica nesta parte do *conuentus Bracaraugustanus*, já estudado por Redentor (2011), vemos como nesta região, a semelhança de muitas outras áreas do Império Romano, que as epígrafes constituíram um dos meios de comunicação mais importantes. Nestas, o indivíduo que possui condições econômicas para mandar lavrar um monumento poderia deixar a seus contemporâneos e aos vindouros uma breve apresentação sobre sua existência, méritos e cultos nos quais acreditava (Alföldy, 1998: 289 e :299).

1.2. A fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*: Um breve enquadramento espaço- temporal

Para observarmos o fenômeno da *interpretatio* na epigrafia provincial escolhemos como área de estudo a fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, uma divisão administrativa da província da Hispânia Citerior (ou Tarraconense), mais tarde parte da província da *Callaecia*, no noroeste da Península Ibérica. Para compreendermos o contexto histórico nos quais estas

⁴ Foram utilizadas neste trabalho as cronologias oferecidas por Redentor (2011, 2).

inscrições foram erigidas precisamos apresentar como foi a experiência deste território sob o domínio romano.

A Península Ibérica teve o seu primeiro apelo para os romanos durante o desembarque das tropas chefiadas por Cneio Cornélio Cipião em *Emporion* em 218 a.C. (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 259). Durante o período das guerras púnicas não houve, no entanto, um domínio organizado do território, sendo este apenas controlado em uma pequena parte na zona oriental da península. Em 197 a.C., são criadas as províncias da Hispânia Citerior e Ulterior nas áreas dominadas por Roma, ou seja, entre os Pirinéus centrais até a região sul de Portugal, estando as partes setentrionais e ocidentais da Península longe do poderio romano. Entre este período de derrota dos Cartagineses até a reorganização do território na zona a norte do Douro são feitas quatro expedições romanas pelo território estudado (Carvalho, 2008, 1: 81- 85).

A primeira, de reconhecimento do território, é a de *Decimus Iunius Brutus*, governador da Hispânia Ulterior entre 138 e 136 a.C., que chega até a área de domínio dos *Bracari* (Le Roux & Tranoy, 1973: 178; Tranoy, 1980: 68; Tranoy, 1981: 125-127; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 259; Carvalho, 2008, 1: 81-82; Redentor, 2011, 1: 51-52). A segunda, em 96 e 94 d.C., é a de Públio Crasso, também governador da Hispânia Ulterior, que faz sua incursão pelas costas galaicas e as numerosas ilhas próximas a ela, na busca de fazer um reconhecimento das riquezas destas, resultando numa nova rota comercial que ligava a região a sul do Douro com a área habitada pelos povos galaicos (Tranoy, 1981: 130; Carvalho, 2008, 1: 82; Redentor, 2011, 1: 52-53). A terceira, em 74 a.C., é a de Perpena, que atua contra *Cale*, aparentemente em forma de punição (Carvalho, 2008, 1: 82). E, por fim, a expedição de Júlio César, em 61 a.C., que fez a viagem da costa galega até *Brigantium*, com objetivos de ampliar a zona de influência romana, assegurando os pontos relevantes das rotas comerciais desta zona e também como forma de arrecadar mais prestígio (Le Roux & Tranoy, 1973: 178; Tranoy, 1981: 131; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 260; Carvalho, 2008, 1: 82-83; Redentor, 2011, 1: 53). Em 26 a.C., após estas expedições de reconhecimento, se iniciam as tentativas de domínio real sobre o Noroeste quando Augusto, a partir de Tarragona, prepara investidas contra os Ástures e Cântabros, que ainda resistiam as forças romanas. Dentre os objetivos para a conquista deste território por parte do imperador estavam não só motivações políticas (para a sua legitimação), mas econômicas, já que desejava o controle dos recursos mineiros da região, e estratégicas, para dar um fim as sublevações em território de poderio romano. Após o fim destas guerras, algumas insurreições acontecem nos anos de 24, 22 e 19 a.C. sendo todas controladas

por Agripa (Tranoy, 1981: 143; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 259; Carvalho, 2008, 1: 85; Redentor, 2011, 1: 54-55).

Após a conquista do Noroeste, o imperador Augusto começa a modelar administrativamente o território, subdividindo o Império em províncias e em subdivisões administrativas inferiores como os *conuentus*⁵ e as *ciuitates*⁶. Até aquele momento a organização da península havia sido a mesma que aquela anterior a conquista; entretanto, ainda durante o governo de Augusto, em seu regresso a Hispânia entre 15 e 13 a.C., deu-se um grande desenvolvimento em fundações e promoções cidadãs, sendo que as cidades foram capazes de projetar os esquemas urbanos a territórios novos, como estratégia para reafirmar a hegemonia romana (Alarcão, 1990: 383; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 261; Carvalho, 2008, 1: 84; Redentor, 2011, 1: 58-59).

O mundo indígena que os romanos encontraram no Noroeste da Península Ibérica, mais especificamente na fachada ocidental do que seria futuramente o *conuentus Bracaraugustanus*, era composto por povoados fortificados que possivelmente se localizavam ao longo das principais bacias hidrográficas da região, em sítios estratégicos, como cabeços e pequenas colinas destacadas na paisagem, que possibilitavam o controle visual do vale (Tranoy, 1981: 79; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 263; Silva, 2007: 15; Carvalho, 2008, 1: 71-72). Núcleos agrupados com várias linhas de muralha e várias plataformas de ocupação, um tipo de povoamento criado para a exploração dos recursos dos vales e das áreas litorais, com unidades residenciais definidas por grupos de casas e anexos, muros e vias de circulação (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 263; Silva, 2007: 27; Carvalho, 2008, 1: 72, :78 e :80). Nos quase dois últimos séculos antes do domínio romano na região, estas conheceram uma evolução de sociedades agrícolas segmentadas a sociedades hierarquizadas como reflexo da intensificação da atividade econômica e aumento da produção agrícola que acabou por modificar a própria estrutura e o padrão destes aglomerados (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 264; Carvalho, 2008, 1: 77).

Como organização suprafamiliar as pessoas que habitavam os povoados fortificados do futuro *conuentus Bracaraugustanus* estavam divididas em *populi* / *ciuitates*, sendo reconhecidos 24 graças as obras de Plínio (*Naturalis Historia*), Estrabão (*Geographica*), Ptolomeu (*Geographís*

⁵ A criação conventual ocorreu em período augustano como confirma, por exemplo, a *Tabula Lougeiorum* (AE 1984, 553; AE 1987, 561) (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 261; Carvalho, 2008, 1: 86; Redentor, 2011, 1: 25).

⁶ O Édito do Bierzo (AE 1999, 915 = AE 2000, 760 = AE 2002, 763, 764 e 765 = AE 2003, 17) é um dos elementos principais que confirmam a criação das *ciuitates* em período augustano (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 261; Redentor, 2011, 1: 28).

Hyphégesis) e pelo ‘Padrão dos Povos’ de Chaves (*CIL* II, 2477)⁷. Com 23 nomes identificados, são eles os: *Amphilochi*, *Aquiflaviensis* ou *Turodi*, *Auobrigenses*, *Bibali*, *Bracari*, *Caladuni*, *Callaeci*, *Coelerni*, *Equaesii*, *Grouii*, *Heleni*, *Interamici*, *Leuni*, *Luanci*, *Lubaeni*, *Naebisoci*, *Narbasi*, *Nemetati*, *Quarquerni*, *Seurbi*, *Tamagani* e *Tongobrigenses* (Tranoy, 1981: 60-73; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 262-263; Silva, 2007: 389-397; Carvalho, 2008, 1: 94-95; Redentor, 2011, 1: 40-46).

Estes povos, no período romano são organizados em circunscrições administrativas, os *conuentus*, que possuíam funções de natureza jurídica, financeira, militar e religiosa (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 261). Sua utilização era uma forma de auxiliar na tributação, nas competências religiosas do Culto Imperial e no deslocamento do governador e do seu legado para dirimir pleitos jurídicos (Redentor, 2011, 1: 26 e 28). Apesar das opiniões acerca desta nova organização administrativa ter respeitado ou não⁸ estas identidades étnicas, pensamos como os autores Martins, Lemos, Pérez Losada (2005: 261), Carvalho (2008, 1: 96) e Redentor (2011, 1: 28) que os romanos provavelmente respeitaram as estruturas territoriais preexistentes a princípio, aproveitando-as para definir as entidades político-administrativas em modelo romano, admitindo, claro, a possibilidade que algumas áreas que se sublevaram tenham sido fragmentadas para o seu enfraquecimento, evitando mais revoltas (Carvalho, 2008, 1: 96; Redentor, 2011, 1: 28).

Quanto à delimitação deste *conuentus*⁹ que não nos é apresentada pelas fontes antigas mencionadas, seguiremos a demarcação “a traços largos” apresentada por Redentor (2011, 1: 28- 33). Uma perspectiva que leva em consideração os fatores orográficos, hidrográficos, geológicos, além de culturais e históricos para a marcação de suas fronteiras. Os limites ocidental e meridional são claramente marcados em função do Atlântico e do curso do Douro (Plin. *N.H.*, IV, 112). A fronteira setentrional com o *conuentus Lucensis*, segue a orla do Oceano Atlântico passando pela Ria de Vigo e pelo curso do Rio Verdugo até as serras do Cando (orientação NE/SO) e do Suído (orientação N/S), depois pela confluência do Sil com o Minho, através dos ápices mais altos da Dorsal Galega (Monte Testeiro, Alto da Peña de Francia e Faro)

⁷ Tendo em vista, a especificidade de nosso assunto, não procuramos dar uma relação exaustiva das fontes literárias e epigráficas que auxiliam neste estudo, para este tema, remetemos aos trabalhos de Tranoy (1981: 60-73) e Guerra (1998, 1; 1998, 2).

⁸ A pesquisadora Sastre Prats (1999:122) acredita que a organização administrativa romana não respeitou a estrutura territorial e social anterior. Para esta autora, os castros habitados neste período eram residuais, acostumados a serem autossuficientes, estes estavam voltados a um contexto social que já estava desaparecendo por não se adaptar aos poderes de alcance regional e ao poder central romano. Sendo assim, Sastre Prats (1999: 122) crê que a partir de finais do século I d.C, uma parte destes povoamentos se convertem em *oppida* adaptados à nova realidade.

⁹ Não apresentamos aqui as variações em interpretações das fronteiras leste e norte, por não envolver questões específicas em nosso trabalho, sobre esta discussão remetemos a Tranoy (1981: 153-162) e a Redentor (2011, 1: 28-33).

(orientação N/S). O vale do Sil marca o limite até os cumes de San Mamed, onde convergem os limites dos três *conuentus* do Noroeste (Tranoy, 1981: 157-158; Redentor, 2011, 1: 30). A divisão entre os conventos ásture e brácaro começaria nos cumes do Caurel pela foz do rio Lor até a nascente de Sanfidoiro, Valados e Teixeira por Vilariño e Ribas del Sil até o Alto de Cerdeira, seguindo pelas serras Burgo e San Mamed, pela Cerdeira e Portocamba, pelo monte de Sanguñedo e Veiga de Nostre até Rebordechao, serra do Cañizo e Portela da Canda. Deste ponto, o limite seguiria a ocidente pelas serras de Gamoneda e da Escusaña, pela serra de Marabón até a serra da Coroa, passando pela sua vertente meridional entre Vilar dos Ossos e Lagarelhos, acompanhando ao largo do Zido pelo Monte do Calvo e Alto do Meiral, depois passando por Sobreiró de Cima e Sobreiró de Baixo até a ribeira de Alvaredos e Serro de Penhas Juntas. Desta área, ela desenharia um limite arqueado para a serra da Nogueira, descendo pelo vale da ribeira de Macedo, podendo ter seguido o rio de Macedo ou do Zoio em direção a serra de Ala, desta até serra do Facho e depois até a vertente poente da serra de Bornes. Desta, passaria para o espaço entre esta e o desfiladeiro do rio Tua, passando pelos relevos aplanados que dividem o fosso tectônico da Vilariça e a depressão de Mirandela, indo em direção a serra da Tinta até o planalto de Carrazedo de Ansiães (Redentor, 2011, 1: 28-33).

A parte que chamamos de fachada atlântica também é delimitada no trabalho de Redentor (2011, 1: 33), sendo selecionada pelo ponto de vista orográfico. Esta inicia-se no Douro, que marca a fronteira a sul do *conuentus Bracaraugustanus*, seguindo pelas serras do Marão, do Alvão, da Cabreira, Gerês e já no lado espanhol pela Serra do Suído e do Faro onde se encontra com o limite norte do convento brácaro. Esta zona, o Minho Ocidental (uma região que compreende desde o Rio Minho até o Douro entre o litoral e os alinhamentos montanhosos do interior), é marcado pela oposição entre relevos elevados que culminam em planaltos descontínuos entre vales que desenharam um reticulado rígido. Vales profundos e largos de fundo aplanado e com contornos sinuosos que constituem alinhamentos importantes com orientações ENE-OSO e N-S, que correspondem à direção das principais linhas de água como os rios Ave, Lima, Cávado e Minho, e também NE-SO, NNE-SSO e NO-SE menos influentes. A norte do rio Minho, no litoral da atual Galiza, os vales característicos da região são inundados formando as rias galegas, sendo responsáveis pelo formato sinuoso da costa, único na Península Ibérica (Cabral, 1992: 7).

A divisão administrativa imposta sobre o Noroeste por Augusto criou três centros urbanos para serem as capitais dos *conuentus* norocidentais, *Lucus Augusti*, *Asturica Augusta* e

Bracara Augusta (Tranoy, 1980: 68- 69), que serviram para auxiliar na pacificação, controle e organização da região (Carvalho, 2008, 1: 77 e :97). Apesar de a estrutura de povoamento em povoados fortificados possivelmente ter sobrevivido, por ser adaptada às condições da área e ter uma estrutura social e econômica organizada, a integração no Império acontece fora destes ambientes indígenas; afinal, estes não facilitavam uma centralização de funções necessárias a administração romana (Martins, 1990: 216 e 220). Estes tipos de povoados não correspondiam ao modelo romano, que utilizava as cidades como centros de criação e difusão de sua cultura, que através da construção e organização de monumentos e obras públicas, davam uma ordem visual cuja concretude, grandiosidade e solidez demonstravam uma continuidade, imutabilidade e durabilidade do domínio romano (Bustamante, 2006: 116). A exatidão das malhas urbanas e a escolha de lugares estratégicos davam às novas cidades um papel determinante na coesão e na organização social, econômica e política destes locais (Bendala Galán, 1998: 129- 131). Sendo assim, o espaço urbano era parte essencial de uma estratégia imperial e militar para controlar e manter território (Revell, 2009: 49), sendo ao mesmo tempo uma construção material e simbólica do Império (Bustamante, 2006: 116). A organização das cidades eram o modelo e o produto das experiências dos habitantes do Império; sendo assim, eram construídas a partir dos conhecimentos sobre como agir no cotidiano dentro de um contexto social romanizado (Bendala Galán, 1998: 132; Revell, 2009: 44). As elites locais, desfrutando da estabilidade oferecida pelo Império, assumem o papel de governar e aplicar nestes meios citadinos os programas urbanísticos, arquitectónicos e decorativos que se encaixavam neste modelo (Martins, 1990: 220-221; Bendala Galán, 1998: 132; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 261).

A cidade de *Bracara Augusta*, capital do *conuentus* foi fundada *ex nihilo*, por volta de 15-13 a.C., como um modo de reafirmar a presença romana na região a norte do Douro e integrar os povos desta região ao Império (Martins, 1990: 218; Martins, 2000: 4; Carvalho, 2008, 1: 98; Redentor, 2011, 1: 240; Martins *et alii*, 2012: 31 e 33). Sua localização era central em relação aos povoados indígenas da região, em uma pequena colina (de altitude máxima de 199 m) aplanada no sentido NE/SO e no encontro dos possíveis antigos eixos viários que ligavam a costa ao resto do Noroeste (Carvalho, 2008, 1: 98-99; Martins *et alii*, 2012: 36). A sua malha urbana era ortogonal e orientada pelos eixos NN0/SSE e SO0/NEE, com módulos quadrados de 150 pés, que delimitavam quarteirões de 1 *actus* quadrado (Martins, 2004: 154; Carvalho, 2008, 1: 99). Os traçados de suas ruas principais se conectavam aos importantes eixos de circulação que interligavam a nova estruturação político-administrativa da região (Carvalho,

2008, 1: 84 e :99). Esta cidade não parece centralizar a atividade produtiva da região, dependendo do meio rural para o seu abastecimento, com aglomerados organizados ao longo das vias, tornando esta receptora e distribuidora de produtos e matérias-primas, de bens e de serviços (Martins, 1990: 223).

O período dos Flávios e dos Antoninos foi um momento de reforço do poder romano nas províncias da Península Ibérica, no qual ocorreram renovações e surtos urbanísticos nas cidades existentes no Noroeste e uma reorganização do território. Nesta época, vê-se a fundação de novos centros urbanos de carácter secundário ao longo das vias que ligavam a *Bracara Augusta* e a promoção dos aglomerados¹⁰ existentes. A intensa atividade econômica que geraram ampliou a área de contacto cultural, difundindo ainda mais o modo de vida romano. *Bracara* também recebe um novo programa arquitectónico, como atestado pela maioria dos edifícios encontrados que são datáveis do período Flávio ou Flávio- Antonino, obliterando muitos vestígios do programa anterior. O resultado desta agenda construtiva é visto nos prédios das termas públicas do Alto da Cidade e no teatro romano, que se articulavam com o *forum*, sendo durante o período antonino que a cidade atingiu a sua máxima extensão (Carvalho, 2008, 1: 117-120).

No governo de *Caracalla* a organização administrativa da província da Hispânia Citerior sofre modificações, já que este imperador cria a nova província da *Hispania Superior*, formada a partir da união dos *conuentus Bracaraugustanus* e *Lucensis* (Óscariz Gil, 2007: 41-42; Redentor, 2011, 1: 59). No entanto, esta divisão pouco prática devido à exígua extensão territorial a ser administrada é terminada durante a época de Maximino, o Trácio, em 235 d.C. A partir deste momento até Diocleciano, a situação administrativa da região é desconhecida, devido à falta de informações das fontes epigráficas e literárias (Óscariz Gil, 2007: 42; Redentor, 2011, 1: 59). Nos anos de 284 e 288 d.C., no governo de Diocleciano, a Península Ibérica é dividida novamente e é criada a nova província da Galécia, que abrange os três *conuentus* norocidentais e uma parte do *Cluniensis* (Tranoy, 1981: 402; Carvalho, 2008, 1: 102; Redentor, 2011, 1: 59 e 144). Neste momento, acontecem novas remodelações urbanas e reforço de aparatos defensivos na arquitetura pública e privada em *Bracara Augusta*, agora capital da nova estrutura provincial.

¹⁰ Entendemos este termo nesta dissertação, assim como Pérez Losada (2002: 23) preconizou, qualquer assentamento de habitação permanente de carácter coletivo e concentrado.

1.3. Monumentos epigráficos: Um objeto de estudo para a análise da *interpretatio*

Neste território, desenvolveu-se o hábito epigráfico, um legado da cultura romana, que permitiu o nosso estudo, já que são somente em suas epígrafes que vimos representados os resultados das práticas de *interpretatio*, os deuses romano-indígenas que vieram a ser criados nesta região. A Epigrafia, ciência que estuda as inscrições, consiste em um saber prático que envolve não só a decifração do latim epigráfico visto em monumentos, mas também na interpretação do texto escrito nestes e sua associação a uma realidade histórica específica (Cébeillac-Gervasoni; Caldelli; Zevi, 2006: 11-12). Suas fontes, testemunhos documentais das diferentes faces regionais das transformações culturais (Le Roux, 2004: 292), são as mais expressivas do estudo das sociedades da antiguidade (Häussler, 2008b: 9), sendo elementos essenciais de comunicação cotidiana em uma cultura extremamente visual (Andreu Pintado, 2009: 3). Seu objeto de estudo, a inscrição, epígrafe ou *titulus* (como era nomeado em período romano), é definido muitas vezes pela durabilidade do material que sustenta, pelo nível de decifração e leitura e pela sua audiência (Cébeillac-Gervasoni; Caldelli; Zevi, 2006: 12).

Uma concepção vista nos manuais de Encarnação (2010: 17) e Keppie (2002: 9-11) define a ciência e sua fonte de estudo baseando-se na análise etimológica da palavra ‘epigrafia’ como escrita sobre um suporte “duradouro” como a pedra, o metal, o vidro e a cerâmica, tendo como objetivo, se possível, alcançar a eternidade. No entanto, Panciera (2012: 2-5) e Cooley (2012: 117) ao observarem a atual variedade de tipos de escrita que os epigrafistas têm trabalhado, acreditam que a durabilidade do material e o sentido de audiência não sejam as melhores definições para este objeto. Se a durabilidade fosse o elemento definidor, muitos documentos considerados como inscrições atualmente seriam removidos dos estudos epigráficos, como, por exemplo, os *graffiti* que mesmo sendo feitos sobre substância sólida, não foram concebidos para durar.

O sentido de audiência mencionado na definição de Cébeillac-Gervasoni, Caldelli e Zevi (2006: 12) e tão definidor para MacMullen (1982: 246) parece apresentar também um problema, afinal os *corpora* epigráficos envolvem não só os *tituli* públicos e monumentais, mas também os privados (Cooley, 2012: 119). Estas incluem inscrições com letras tão diminutas que são impossíveis de serem lidas a olho nu, presentes principalmente nas tabuletas de maldição (Panciera, 2012: 4-5), destinadas a serem vistas apenas pelas deidades que se encarregam de

cumprir a tarefa. Outra proposta pensada, também sem sucesso, para definir esta fonte foi através do seu método de escrita, tendo como foco as escritas feitas por incisão, gravação ou carimbo, mas isto excluiria as confeccionadas por tinta, como os *graffiti*, os mosaicos e outros tipos de escrita (Cooley, 2012: 119).

Sendo assim, é fundamental explicitar o que entendemos por “inscrições”, já que estas serão aqui trabalhadas. Na visão de Panciera (2012: 8), com a qual concordamos, estas são uma forma de comunicação humana escrita e unidirecional endereçada ao coletivo, que ao serem confeccionadas levam em consideração a importância de sua localização, modo de expressão, técnica de escrita, forma gráfica e paginação de maneira a atingir um objetivo (Panciera, 2012: 8). Uma perspectiva que ao não se ater a durabilidade do material, permite incluir nos estudos epigráficos as escritas confeccionadas em vidro e cerâmica que não são considerados materiais duradouros por excelência.

Dentro da vasta área de estudo da epigrafia, nosso trabalho selecionou especificamente epígrafes de caráter votivo, um dos campos mais frutíferos para a análise da integração entre membros da sociedade indígena provincial e a cultura romana (Derks, 1995: 111), já que são manifestações dos novos sentimentos e tradições religiosas ali formadas. As inscrições votivas são aquelas concebidas por um dedicante que ordena a gravação de um monumento por seu desejo, seja em resposta a um voto contraído entre ele e uma divindade venerada, seja por pedido desta através de um sonho ou visão do dedicante, ou até mesmo como resposta a um favor concedido, ou promessa de cumprimento de um voto no futuro após a concessão da graça pedida (Andreu Pintado, 2009: 473- 474 e 477- 478).

O *uotum* é um *do ut des*, ou seja, um ‘dou para que tu me dê’, assim o dedicante que contraiu o voto promete que se receber o que deseja, cumpre a dita promessa e manda erigir um monumento epigráfico que, através de sua fórmula consecratória e ritual específico, se torna propriedade daquela deidade (Andreu Pintado, 2009: 482-483). Através do estudo destes objetos sagrados temos como analisar o contacto cultural que se deu entre as culturas romana e indígena nas províncias e, no nosso caso, na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*. Estas se tratam de evidências de um ato religioso, seja ele individual ou grupal e nos dão a informação não só da onomástica dos indivíduos de diferentes estatutos sociais representados, mas também da teonímia das variadas deidades que receberam culto nesta região (Andreu Pintado, 2009: 465-466). Representam, assim, a melhor fonte para o estudo das manifestações

religiosas daquele local, já que as fontes clássicas se mostram pouco corretas e omissas em alguns casos (Redentor, 2011, 1: 302).

Segundo Andreu Pintado (2009: 469-472), as inscrições de caráter religioso poderiam ser divididas em três grupos: no primeiro estariam epígrafes que informam sobre a construção de um edifício ou conjunto sagrado; no segundo, altares de todos os formatos, placas e outras oferendas relacionadas a locais de culto; e no terceiro, epígrafes que informam sobre títulos religiosos. Claro que muitas inscrições se encaixariam em mais do que um destes grupos como a inscrição bracarense a *Isis Augusta* feita pela sacerdotisa do culto a Roma e Augusto, *Lucretia Fida* (CIL II 2416). No entanto, as inscrições aqui trabalhadas encaixam-se no segundo grupo, sendo relacionadas aos *uota* a deidades que sofreram *interpretatio*.

O formulário habitual destas inscrições eram basicamente *illi deo ille uoto posuit* ‘aquele ofereceu (isto) como voto aquela divindade’, sendo assim, eram formadas geralmente pelo nome da divindade no dativo (podendo ou não estar acompanhado de *sacrum*), pelo nome do dedicante, pelo motivo da dedicatória e pela fórmula final consecratória (Andreu Pintado, 2009: 479; Encarnação, 2010: 130-131).

Na fachada ocídua do *conuentus Bracaraugustanus* o registo destas inscrições votivas, inclusive daquelas que apresentam os teónimos de deuses romano-indígenas, não é um fenómeno novo. Seu registo começa no século XVIII com Argote (1734; 1738) e Neto (1792) tornando-se mais comum a partir do século XIX com a publicação do CIL II (1869) e seu *supplementum* (1892), com a *Ephemeris Epigraphica* (1899; 1913) e igualmente com os escritos de Sarmiento (1882a; 1882b; 1882c; 1883-1884a; 1883-1884b; 1884; 1887-1889), Guimarães (1894) e Bellino (1895). A catalogação e estudo ganha ainda mais visibilidade no século XX, principalmente¹¹, com a continuação dos trabalhos de Dessau (1902; 1916), Sarmiento (1901; 1930; 1933), Vasconcellos (1905; 1913) e Cardozo (1947; 1958a; 1958b; 1958c); com os primeiros catálogos museológicos das inscrições desta região como os de Guimarães (1901) e Cardozo (1935a); e com a publicação do *corpus* de inscrições de Pontevedra na obra de Filgueira Valverde & d’Ors (*IRG*) (1955). Nos anos 60 e 70 acompanhamos uma ampliação dos trabalhos com Blázquez Martínez (1962; 1970; 1975; 1977); Encarnação (1970; 1972; 1975); Vives (*ILER*) (1970); Sousa (1971-1972) e Le Roux & Tranoy (1973) e a confecção dos catálogos dos museus Pio XII de Rosário (1973) e a nova

¹¹ Devido a extensão das referências bibliográficas referentes às inscrições aqui trabalhadas, optamos por selecionar os trabalhos considerados mais relevantes acerca destas inscrições e dos teónimos apresentados nestas. Para uma bibliografia mais detalhada, cf. Fichas documentais em apêndices.

edição daquele de Cardozo (1972= 1935). Nos anos 80, vemos a continuação daqueles grandes trabalhos que buscavam não só registrar e entender o fenômeno da *interpretatio* revelado nas epígrafes, mas ainda explorar a temática da religião nas províncias ibéricas como, por exemplo, Blázquez Martínez (1981; 1983), Alarcão (1988a; 1988b; 1988c) e mais especificamente para o *conuentus Bracaraugustanus*, Tranoy (1980; 1981; 1984) e Silva (1986), além de notarmos também o pequeno catálogo de Santos, Le Roux e Tranoy (1983) e a terceira edição do catálogo de Cardozo (1985= 1935).

No século XX assiste-se à continuação dos registos nos periódicos de atualização especializados em epigrafia e em arqueologia, formados nos finais do século XIX e inícios do século XX como o *L'Année Épigraphique* (1952; 1976; 1983; 2002), o *Archeólogo Português* (1901; 1906a; 1906b; 1907; 1916; 1923-1924) e aqueles criados já em meados do século passado como o *Hispania Antiqua Epigraphica* (1950-1966) e o *Ficheiro Epigráfico* (1998). Nos anos 90, vemos grandes catálogos como o *Religiões Antigas de Portugal (RAP)* de Garcia (1991) que revisa e amplia as observações do *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal* de Vasconcellos (1905; 1913), o *Religiones en la España Antigua* de Blázquez Martínez (1991) e o *Corpus de Inscricións romanas de Galicia* (1994), além de um artigo sobre a epigrafia romana vimaranense e a tese de doutoramento de Garcia Martínez (1995a; 1996).

Nas últimas décadas também se tornaram mais presentes os estudos que visam elementos específicos dos textos epigráficos como a teonímia e informações sobre a profissão e o gênero do dedicante. Em relação aos teónimos mostrados nas inscrições, são primordiais os trabalhos de Guerra (1998, 1; 1998, 2), Olivares Pedreño (1999; 2000a; 2000c; 2002; 2003; 2008), Prósper (2002) e Encarnação & Guerra (2010) que representaram um avanço dos estudos iniciados por Tovar (1949), Tovar & Navascués (1950), Albertos Firmat (1983), Encarnação (1985) e Untermann (1985). Para as informações sobre o gênero vemos análises como a de Albertos Firmat (1977), que vai tratar especificamente da mulher hispano-romana, incluindo uma de nossas inscrições (ICICB 002) em seu *corpus*. Já para as análises das profissões dos dedicantes surge o trabalho de Garcia Martínez (1995b) que completa aqueles já feitos por Curchin (1982) e Gimeno Pascual (1988).

Como visto, a partir dos anos 70, os trabalhos acerca da temática debatida em nosso trabalho têm aumentado exponencialmente, gerando não só catálogos museológicos, mas também estudos específicos que culminaram para esta região no trabalho de Silva (2007= 1986), na *Colecção de Epigrafia e Arquitectura Antigas (século I a.C – VII d.C)*, um novo catálogo

das inscrições do Museu Pio XII (Fontes *et alii*, 2009), no *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa-Guia da Exposição* (Ribeiro, 2002c). E, é claro, nas teses de doutoramento de Carvalho (2008, 1; 2008, 2) e Redentor (2011, 1; 2011, 2), que servem de guia para esta dissertação, sendo este último o único trabalho que congrega todo o conjunto de inscrições do ocidente deste *conuentus*. Estes estudos trabalham as epígrafes encontradas no território da faixa atlântica do *conuentus Bracaraugustanus*, seja apresentando-as como indícios para a existência de diferentes povoados no primeiro caso, ou catalogando, registando e observando as características como a onomástica, as dinâmicas econômicas e as manifestações religiosas apresentadas por estas inscrições, no segundo caso.

Assim, utilizamos em nosso trabalho uma pequena parte do *corpus* de inscrições votivas do *conuentus Bracaraugustanus*, recolhidas por estes trabalhos prévios, e as usamos como meios para obter informações sobre os nomes das divindades romanas e romano-indígenas, sobre os *cultores* dessas deidades e sobre a razão para que estes tenham erigido aquele monumento epigráfico.

Nesta dissertação, não nos esquecemos da parcialidade das informações que constam nos documentos epigráficos; afinal, nem todos os habitantes do Império eram ativos em seu hábito epigráfico, ou tinham esta vontade intrínseca de lavrar monumentos (Sastre Prats, 2002: 17). Pensamos que estes eram apenas uma pequena parte e não uma amostra representativa dos adeptos de cada culto, já que as epígrafes requeriam que o dedicante possuísse recursos financeiros para a sua confecção, além de um interesse por parte deste em um ato cultural greco-romano (Haensch, 2007: 181; Redentor, 2011, 1: 63). Sendo assim, por mais que tentemos descobrir como era formada a rede de *cultores* de cada culto estaremos sempre limitados àqueles que tinham acesso a este tipo de comunicação. Outros fatores também foram tidos em conta em nossa análise, já que nem todas as inscrições de todos os cultos chegaram até nós, o que nos dá uma visão aleatória das atividades de culto, limitadas aos locais mais explorados (Häussler, 2008a: 16). Estes documentos também foram movidos, sendo muitas vezes transladados para jardins ou reaproveitados em construções civis e militares, o que tornou ainda mais difícil a sua contextualização e eventual interpretação (Encarnação 1981: 20-21). Sendo assim, tentamos somente entender um padrão formado por elas, evitando, ao máximo, generalizações.

Tomando as devidas cautelas quanto a estes percalços causados pela utilização destas fontes, analisamos os níveis de integração religiosa e do fenômeno particular denominado

interpretatio, tentando desvendar funções das deidades romano-indígenas, analisando-as enquanto divindades criadas de acordo com o seu momento histórico. Analisamos a configuração social, profissional e de gênero dos dedicantes, buscando alguns dos possíveis elementos componentes da rede de *cultores*, mesmo sabendo que estes serão apenas uma pequena amostra do grande grupo que rendeu culto àquelas divindades. Abordamos, também, o fator geográfico dos dados epigráficos, contextualizando-os com a rede de povoados da região, que nos ajudou a compreender quais as regiões mais suscetíveis ao processo de *interpretatio*. Conseguimos, deste modo, vislumbrar parte do complexo fenômeno da interação cultural que surgiu na região estudada.

1.4. A investigação: Os objetivos e as metodologias aplicadas

Nossa pesquisa acerca da temática das interações culturais e do fenômeno da *interpretatio* começou com a recolha de referências bibliográficas e com a escolha do catálogo de inscrições votivas que apresentavam uma teonímia romano-indígena e aquelas que apresentavam teónimos ou apelativos genéricos romanos de divindades que sofreram *interpretatio* em outras inscrições da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*. Nesta fase procurou-se não só analisar a bibliografia referente às inscrições que iríamos trabalhar, mas também aquela relacionada ao contexto territorial e temporal que estudamos, ao aparato teórico-conceitual necessário para esta análise e aquela ligada à utilização de inscrições como fonte de conhecimento para o estudo da sociedade romana.

Para sistematizar esta informação, foram utilizados dois métodos que analisavam as inscrições individualmente e em conjunto, a fim de extrair toda a informação possível de nossas fontes. Para analisá-las individualmente criamos dois tipos de fichas aplicados aos dois catálogos, ambas baseadas nas fichas observadas na proposta de Encarnação (2010: 183-190), na obra *Fouilles de Conimbriga* (Étienne *et al.*, 1976) e na tese de doutoramento de Redentor (2011, 2)¹². A primeira mais detalhada é referente aos deuses romano-indígenas e procura dar informações não só recolhidas pela extensa e exaustiva revisão bibliográfica, mas também aquela obtida nesta pesquisa durante o trabalho de campo como as fotografias, medidas, transcrição e tradução. Uma experiência que possibilitou não só escolher a melhor leitura daquelas já oferecidas, mas também um ensaio para a pesquisadora na carreira de epigrafista.

¹² Para as informações que são analisadas em cada inscrição e o seu processo de organização em nosso catálogo, conferir a explicação inicial do catálogo, localizado no Apêndice I.

A segunda ficha, menos minudenciada, é relativa às inscrições com teónimos romanos já vistos também em inscrições com *interpretatio*. Estas têm a particularidade de receberem uma pesquisa bibliográfica reduzida aos estudos mais relevantes da área e aos catálogos de inscrições e de museus, seus registos nas bases de dados online e em periódicos de atualização epigráfica.

A segunda metodologia, para analisar as epígrafes em conjunto, envolve o método de 'Análise de Conteúdo' proposto por L. Bardin (2005: 121-170) com construção de grades de análise que possibilitam analisar padrões nos dados fornecidos pelas fichas documentais. Observamos categorias gerais seguindo os critérios de *pertinência*, levando em conta nossa problemática e informações recolhidas; *exaustividade*, porque englobam todos os dados oferecidos pelas inscrições; *exclusividade*, para que não repitam conteúdo; e *objetividade*, para serem pontuais em responderem as questões impostas. Após a formulação destas categorias temáticas, formulamos unidades de contexto divididas por critérios gerais que analisamos como: teónimos, dedicantes, fórmula votiva, suporte e cronologia; e também unidades de registo, que expõem as diferentes variações destes quesitos analisados. Depois foram formuladas as unidades de numeração que quantificam os dados analisados e que nos ajudaram a perceber os padrões.

Através da construção de figuras-mapa (Apêndice V), com dados do Sistema de Informação Geográfico aplicado aos vestígios da ocupação pré-romana e romana da região do Entre- Douro- e-Minho (SIGARM), visto na tese de doutoramento de Carvalho (2008)¹³, marcamos a localização de achado das inscrições contextualizando estas com rede de povoamento conhecida na região, ou seja, com as aglomerações primárias e secundárias que provavelmente se relacionam a elas. E ainda, definimos as bacias hidrográficas nas quais se encontravam e também a sua relação com os eixos de circulação que uniam *Bracara Augusta* ao resto da Península Ibérica.

Deste modo, procuramos decifrar a comunicação epigráfica votiva da região ocídica do *conuentus Bracaraugustanus*, extraindo informações de suas mensagens pensadas, sintéticas e muitas vezes ambíguas que nos despertaram a atenção pelo que aparece explícito e implícito. Analisamos os textos, suas letras, seu suporte, sua forma, aspeto, acabamento, contexto arqueológico no qual estas foram encontradas, além de termos também relacionado estas com a realidade histórica que retratam. Acreditamos, então, que com as metodologias descritas acima

¹³ Informação concedida Professora Helena Paula Carvalho e pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

conseguimos cumprir os objetivos impostos em nosso projeto de dissertação: (1) estudar a complexa interação cultural entre romanos e indígenas desta região, a fim de compreender um aspecto do processo de ‘romanização’ neste território; (2) identificar, mapear, analisar e caracterizar as manifestações religiosas relacionadas com a *interpretatio*, contextualizando-as com o povoamento da região e mostrando como estas participaram na formulação de uma nova identidade cultural neste local; (3) distinguir a configuração social, profissional e de gênero dos dedicantes das inscrições analisadas para descobrir a sua relação com aquele momento de devoção religiosa ou escolha de informações a serem eternizadas e também caracterizar a população do local estudado; e por fim (4) traçar e analisar um aspecto da mudança cultural dos povos desta área através do estudo dos elementos onomásticos e teonímicos a fim de compreender como se instalou este processo.

2. Entre Deuses e Homens:

Um estudo das inscrições votivas aos deuses romanos e romano-indígenas

2. Entre Deuses e Homens:

Um estudo das inscrições votivas aos deuses romanos e romano-indígenas

O estudo dos vestígios de possíveis práticas de *interpretatio* na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus* deve-se iniciar, primeiramente, pela análise dos monumentos epigráficos que retratam os deuses romano-indígenas. Desta forma, neste capítulo analisa-se a informação obtida em seus textos como a teonímia, a onomástica dos dedicantes e as fórmulas votivas, discutindo as interpretações e leituras mais conhecidas destas, além de também observarmos seus suportes físicos. Sendo estas informações comparadas com aquelas relativas aos resquícios do culto às deidades romanas, também encontradas na região estudada, de forma a tentar perceber as diferenças e similaridades entre ambos, para que desta maneira consigamos entender o processo de transformação das deidades romano-indígenas nesta área.

2.1 A *religio romana* e as religiões indígenas

A religião, o relacionamento com o divino, intrínseco a natureza humana (Encarnação, 2002: 11) opera como uma forma de dar sentido ao mundo e a experiência humana, uma maneira de ajustar as ações de seus fiéis a uma ordem cósmica imaginada e projetar imagens desta camada espiritual ao mundo real, servindo, devido a estas características, a fins sociais e políticos (Woolf, 2004: 219; Geertz, 2008: 67). Competências que foram utilizadas por Roma como instrumento para a integração imperial com as províncias e como uma maneira de auxiliar na melhor convivência entre os povos destes territórios e a cultura romana.

A *religio romana*, parte do ser romano e símbolo do poder imperial nas regiões conquistadas, foi analisada pelos escritores de sua época por dois termos de etimologias diferentes. O primeiro *religare* significava ‘atar, ligar’ e o segundo *relegere* ‘pegar novamente, rever’, tendo ainda o sentido de ‘escrúpulo religioso’ (Scheid 2003: 22). Estas abordagens etimológicas demonstravam que, na verdade, a religião ou religiões romanas expressavam a

ligação entre os humanos e deuses através da correta execução dos rituais¹⁴ religiosos (Scheid, 2003: 19). Um sistema comunicativo (Beltrão, 2010: 49), que não constituía uma ligação direta, pessoal e sentimental entre o indivíduo e a deidade, mas um conjunto de regras formais e objetivas baseado na tradição e nos costumes (Scheid, 2003: 22).

Esta era uma religião politeísta baseada no bem-estar terreno da comunidade e na paz com os deuses, afinal, como dito, anteriormente, possuía divindades que variavam de acordo com a comunidade que concerniam e por isso se preocupavam com esta e não com a salvação da alma de um indivíduo específico (Scheid, 2003: 19-20; Bustamante, 2006: 117). O conjunto étnico ou político deveria, então, render culto aos seus deuses protetores, estabelecidos ao longo da sua história pelos seus antepassados, promovendo cultos públicos em todas as ações da comunidade (Scheid, 2003: 20; Le Roux, 2009: 266):

[...] seus rituais marcavam todos os eventos públicos e celebrações; alguns deles podem ser classificados como ocasiões religiosas propriamente ditas – festividades anuais, a realização e o cumprimento dos juramentos, os aniversários das fundações de templos e etc. Outros como seculares – as eleições, as assembleias, o censo dos cidadãos romanos; outros, ainda, podem variar segundo os critérios adotados: os jogos, as *performances* dramáticas, que tinham elementos rituais em seu programa, mesmo que tivessem também o entretenimento entre os seus propósitos (Beltrão, 2006: 141).

Esta, também, tinha a característica de não ser uma religião revelada, por isso não possuía livros reveladores, nem ortodoxia ou dogma, ou código moral particular desta, tendo os seus seguidores que se comportar segundo o *mos maiorum* que regia igualmente outras relações sociais não religiosas. A obrigação essencial do indivíduo era, portanto, observar os rituais seguindo seus deveres religiosos de acordo com a sua posição social atual, seja esta obtida pelo nascimento, adoção, manumissão ou recebimento posterior de cidadania (para libertos e antigos *peregrini*) (Scheid, 2003: 18-21).

Enquanto elemento cultural de uma grande *urbs* e de um Império, esta era fruto também de múltiplas e variadas influências e tradições culturais. Roma não era uma comunidade isolada e durante o seu desenvolvimento manteve estreitos contactos com outros povos, que a transformaram culturalmente. Assim, sua religião possuía mecanismos que

¹⁴Entendidos aqui como “[...] um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica. São constituídos de sequências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, frequentemente expressos em “*media*” múltiplos, cujo conteúdo e arranjo são caracterizados, em vários graus, pela formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição)”. (Tambiah, 1985: 128).

possibilitavam uma abertura às inovações e ajustes pelos *cultores* (desde que estas não ofereçam perigo a sua ordem) (Beltrão, 2006: 140, :146 e :151), se abrindo a deuses estrangeiros igualmente verdadeiros (Veyne, 2009: 190), o que auxiliou o Império na manutenção de sua hegemonia nos territórios conquistados. Deste modo, esta flexibilidade e o fato de o Estado Romano ter em atenção os estatutos jurídicos das pessoas e das cidades como política religiosa permitiu que as antigas crenças das províncias não fossem abandonadas (Nicols, 1987: 129; Mangas, 1998: 263), criando interessantes fenômenos religiosos, como a *interpretatio*, um resultado da interpenetração das religiões romana e local.

Pouco se sabe sobre a religião local, específica da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, antes do contacto com os romanos. Nos registos literários temos, por exemplo, a visão de Estrabão, que no terceiro livro da *Geografia* (4,16), menciona que os Galaicos eram ateus e que os povos do Norte faziam sacrifícios de bodes, cavalos e prisioneiros a um deus que este autor interpretou como o *Ares* grego. De fato, este autor pouco discute sobre a matriz religiosa local, sendo quase nula a informação que nos é dada sobre a religião praticada pela população indígena do NO (Rivas Fernández, 1993: 21; Marco Simón, 2005: 291-292). Sendo assim, nunca chegaremos a conhecer a religião do Noroeste pré-romano em sua totalidade, afinal as informações que nos chegaram atualmente estão fortemente carregadas pela romanidade, seja nos altares votivos (não característicos desta região antes do contacto com os romanos), seja nos objetos de uso cotidiano e lugares sagrados. A ausência do desenvolvimento da escrita nestes povos, que só foram deixar registo de suas manifestações religiosas após o contacto cultural, não nos permite afirmar que aqueles teónimos e as próprias divindades vistas nestas sejam aquelas dos tempos mais remotos (Encarnação, 1998: 269; Marco Simón, 1999: 33 e :35-36; Untermann, 2002: 67; Häussler, 2008a: 14).

Segundo Encarnação (1998: 269), possivelmente não existiu uma religião única pré-romana peninsular, com um corpo doutrinário de mitos e ritos, mas sim várias *religiones*, que apesar de poderem possuir um substrato comum, eram relacionadas com múltiplos grupos étnicos que ali habitavam e por isso eram diferentes entre si. Cada etnia, região ou grupo, seja definido por território ou sangue, podia ter a sua própria divindade ou uma forma particular de invocar uma deidade comum a vários povos. O carácter e as funções de seus deuses seriam provavelmente ligados às forças da natureza relacionadas ao seu cotidiano ou sobrevivência, como, por exemplo, montanhas, rios e nascentes (Encarnação, 1993: 135).

As poucas informações sobre o panteão desta região mostram que este é uma totalidade organizada (Alarcão, 2009: 83), muito diversificada e igualmente enigmática de interpretar, já que são pouco frequentes os casos em que o teónimo vem acompanhado de palavras, símbolos ou fórmulas invocatórias, que nos auxiliem na interpretação das funções de seus deuses (López Cuevillas & Serpa Pinto, 1933- 1934: 297). Assim procurou-se recorrer a variados elementos na inscrição para caracterizar a deidade e seus *cultores*, tentando apreender um quadro geral dos aspetos que nos permitam tirar conclusões informadas acerca das deidades romano-indígenas e o culto a elas.

2.2. Terminologias e preceitos analisados

Para estudar qualquer culto na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, seja ele a deidades romanas ou romano-indígenas, precisamos analisar uma série de informações que advêm da inscrição em si. Assim, é necessária a observação da origem dos teónimos, epítetos e determinativos¹⁵, do formulário votivo, do suporte e de sua eventual decoração e da onomástica dos dedicantes. O primeiro elemento a ser analisado, a etimologia da forma de identificação dos deuses estudados, apesar de muito importante e utilizada de forma frequente, apresenta perigos, já que o nome da deidade pode não estar ligado à esfera de poder desta. Portanto, o pesquisador deve se basear no conjunto de informações oferecidas por estes outros dados mencionados e pela análise da paisagem e dos elementos naturais do local onde a inscrição foi encontrada para uma observação completa.

Com estas concepções em mente, analisamos, primeiramente, a forma de identificação das divindades acerca das quais suspeitamos ter acontecido *interpretatio* e que por comodidade (no desconhecimento total do que representam na realidade para além da evidente designação com elementos romanos e indígenas) designamos de romano-indígenas, a fim de tentar compreender as suas principais características. Para isso, é essencial distinguirmos os termos que regem a estrutura de sua nomenclatura: teónimos, apelativos genéricos, qualificativos, epítetos e determinativos, que se associam de formas diferentes. Os teónimos, segundo Prósper (2002: 29- 30), são substantivos, com formas temáticas ou atemáticas, normalmente não sufixadas, que não estão subordinados a outros teónimos. Já os apelativos genéricos são

¹⁵ Serão apresentadas análises etimológicas produzidas pelos diversos autores que trataram cada inscrição. Nos abstermos, devido as nossas poucas qualificações sobre o assunto de sugerir outras possibilidades de interpretação etimológica.

substantivos comuns que designam um elemento de uma classe ou categoria, não nomeando um indivíduo ou uma entidade única e específica e não constituindo nomes próprios. Estes são geralmente utilizados para as divindades romanas protetoras como os *Lares* ou os *Genii loci* (Prósper, 2002: 32). Os qualificativos são palavras que exprimem a qualidade ou o modo de ser, ou seja, acabam por atuar como forma de desambiguar o conteúdo e qualificar o divino (Prósper, 2002: 32), podendo aqui incluir os termos *deus/dea* e *dominus/domina* (de caráter apelativo) ou *sanctus/sancta* (de caráter adjetival). Os determinativos limitam a extensão do significado de um teónimo ou apelativo genérico, particularizando o seu conteúdo (*Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*, 2003- 2015, *s.v. determinativo*), surgindo assim, no genitivo. E, por fim, os epítetos consistem em adjetivos não somente pela sua forma, mas também pelo papel que desempenham na sintaxe da língua religiosa. São formas temáticas com sufixação frequentemente velar (Prósper, 2002: 29- 30), sendo geralmente, em *-aicus* e seus similares, *-brigus*, *-anus*, *-inus*, *-ius* e *-ensis* (Alarcão, 2009: 89) ou também uma das variações do sufixo **-yo-* (Prósper, 2002: 31). Dentre estes é preciso diferenciar ainda aqueles que são somente de identificação daqueles derivados de patronímicos, gentílicos ou topónimos (Rivas Fernández, 1993: 37).

Para esta tarefa, analisaremos a formulação teonímica ou formas como uma deidade pode ser invocada com a ajuda dos quesitos estabelecidos por De Bernardo Stempel (2008: 65- 73)¹⁶, que amplia aquelas de Benoit (1956: 351-352) sobre a classificação dos epítetos¹⁷ e as de Untermann (1985: 348- 351 e :358- 361)¹⁸ e Hoz (2013: 92)¹⁹ sobre a identificação das divindades indígenas, mostrando as seguintes categorias:

“[...] 1a) Uma deidade pode apresentar-se por meio de um qualificador²⁰, i.e. um substantivo comum de significado não específico, como *deus*, *dominus*, *genius*, *lar* ou *matres* expressando sua posição no panteão [...]

1b) Uma deidade pode ser apresentada através de um qualificador somado a um epíteto²¹ ou determinativo (como, em *genio Cucullato* e em *genio Noricorum*);

¹⁶ Adaptamos a sua tradução, para condizer também com os estudos que têm sido desenvolvidos sobre nossa área de estudo.

¹⁷ Nesta concepção, os epítetos se dividiam apenas em epítetos: místicos (que indicam qualidade ou virtude), tópicos (que correspondem a um local específico) e naturistas epónimos (ligados em língua celta a montanhas e fontes) (Benoit, 1956: 351- 352).

¹⁸ Este pesquisador formulou as seguintes listas de teónimos: I) Invocações bimembres; II) Invocações bimembres ou trimembres, cujas primeiras constituintes ocorrem mais que três vezes; III) Teónimos sem epítetos indígenas; IV) Epítetos sem teónimos; V) Invocações compostas de um apelativo ou nome latino e um teónimo ou epíteto indígena; e V) Invocações compostas de um apelativo ou nome latino e um teónimo ou epíteto indígena (Untermann, 1985: 358- 361).

¹⁹ Este autor que se baseia em Untermann (1985: 348- 351 e :358- 361) formula as seguintes categorias: a) Teónimos simples não acompanhados de epíteto; b) Epítetos utilizados como teónimos; c) Invocações bimembres ou trimembres; d) Teónimos indígenas com epíteto latino; e) Termos genéricos latinos acompanhados de teónimo indígena; e f) Teónimos latinos definidos por um termo indígena (Hoz, 2013: 92).

²⁰ Pensamos que aqui, na verdade, a melhor tradução para o termo *Classifier*, seria a utilização de qualificador, um conceito que abrangeria o apelativo genérico para *Genius*, *Lares* e *Matres* e qualificativo para *deus* e *dominus*.

²¹ Compreendemos que a formação apelativo genérico associado a um epíteto seria caracterizado como uma invocação de acordo com a metodologia de Untermann (1985: 348- 351 e :358- 361) e não propriamente como teónimo. Desta maneira, observando também o texto de Hainzmann e De Bernardo Stempel (2013: 204, II.6.2.) acreditamos que a melhor tradução não seria aquela direta como teónimo, mas sim, uma baseada nos estudos já feitos sobre a região, traduzindo-se, melhor como ‘Uma deidade pode ser apresentada’ (incluindo neste sentido tanto invocações quanto teónimos).

- 1c) Uma deidade pode ser apresentada por um qualificador somado a um epíteto teofórico (como sublinhado em *Bormanos* na dedicação *deo BORMANICO*).
- 2) Uma deidade pode ser identificada como pertencente a uma família, grupo populacional ou assentamento:
 - (A) Por meio de um adjetivo (como em *Ataecina Turibrigensis*) ou
 - (B) Por meio de um genitivo que pode ser:
 - (a) Singular (como em *Ataecina Turobrigae*) ou
 - (b) Plural (cf. *Ataecina Turobrigensium* ...) [...].
- 3) Uma deidade pode ser apresentada por teónimo ou por apelativo genérico caracterizado por um epíteto - quase sempre adjetival - expressando sua função [...] ou uma qualidade específica [...], que no caso chamamos de EPÍTETOS FUNCIONAIS.[...]
- 4) Uma deidade pode ser apresentada por um teónimo embebido por um epíteto adjetival não específico [...] que no caso falamos de EPÍTETOS POLIVALENTES.[...]
- 5) Um teónimo é duplicado por meios de GÊNERO E/OU VARIAÇÃO NUMÉRICA.[...]
- 6) Um teónimo clássico – ou um de seus epítetos – é explicado por meios da *TRANSLATIO CELTICA*²² [...]. Um processo puramente linguístico pelo qual as qualidades associadas às divindades clássicas são usadas para rotular novos epítetos em língua celta.[...]
- 7) Um teónimo indígena é expresso ao mesmo tempo em *TRANSLATIO LATINA*, i.e. por meio do léxico latino semanticamente transparente.[...]
- 8) A divindade pertencente ao mundo clássico ou ao indígena é equacionada a um similar pertencente a outro panteão (e.g. *Esus Mars e dea Ataecina Turibrigensis Proserpina*), o que no caso falamos de *IDENTIFICATIO ROMANA VEL INDIGENA*. Ao contrário dos procedimentos de tradução demonstrados nos n.ºs 6 e 7, isto é somente uma equação funcional entre divindades reais [...]
- 9) Uma divindade é adorada junto a outra deidade pertencente ao mesmo ou a outro panteão [...], se as duas DEIDADES SÃO INDEPENDENTES, MAS PRAGMATICAMENTE RELACIONADAS e se cada uma for acompanhada por dois epítetos, um específico e outro polivalente [...]” (De Bernardo Stempel, 2008: 65-70) (tradução da autora)²³.

²² Não temos registos deste caso em nosso trabalho, entretanto, é necessário observar que não tratamos o substrato indígena desta região como céltico.

²³ “[...] 1a) a theonym is qualified as such by means of a CLASSIFIER, i.e. a common noun of unspecific meaning like *deus*, *dominus*, *genius*, *lar*, *matres* expressing its rank in the pantheon [...]”

1b) a theonym is expressed by means of a classifier plus an epitheton (as in *genio Cucullato* and in *genio Noricorum*) .

1c) a theonym is substituted by a classifier together with a theophoric epitheton (as the underlying *Bormanos* in the dedication *deo BORMANICO*) .

2) A theonym is identified as belonging to a family, population, group or settlement, either

(A) By means of an attributive adjective (as in *Ataecina Turibrigensis*), or

(B) By means of a dependent genitive, which can be either

(a) Singular (as in *Ataecina Turobrigae*) or

(b) Plural (cf. *Ataecina Turobrigensium*...) [...]

3) a theonym is characterized by a – mostly adjectival – epitheton expressing its function [...] or a specific quality [...] in which case we speak of FUNCTIONAL EPITHETA”. [...]

4) a theonym is embellished by an unspecific adjectival epitheton [...] in which case we speak of POLYVALENT EPITHETA” [...]

5) A theonym is duplicated by means of GENDER AND/OR NUMBER VARIATION [...]

6) a Classical theonym – or one of its epitheta – is explained by means of *TRANSLATIO CELTICA* [...]. This is a purely linguistic process by which the qualities attached to the worshipped Classical deity are rendered by coining new epithet in the Celtic language. [...]

7) an indigenous theonym is expressed as the same time in *TRANSLATIO LATINA*, i.e. by means of a semantically transparent Latin lexeme [...]

8) a deity belonging either to the Classical or to the indigenous world is equated to a similar one belonging to the other pantheon (e.g. *Esus Mars* and *dea Ataecina Turibrigensis Proserpina*), in which case we speak of *IDENTIFICATIO ROMANA VEL INDIGENA*. Other than the translation procedures sketched under n.º 6 and 7, this is a solely functional equation between real deities [...]

9) a deity is worshipped together with another deity belonging to the same or a different pantheon [...] the two INDEPENDENT, IF PRAGMATICALLY RELATED DEITIES are each accompanied by two epithet, a specific and a polyvalent one [...]” (De Bernardo Stempel, 2008: 65-70).

Com este tipo de análise das fórmulas teonímicas conseguimos nos aproximar de uma compreensão, mesmo que parcial, de como o processo de *interpretatio* aconteceu, percebendo melhor como foram assimiladas as deidades romanas às indígenas, criando outras diferentes daquelas do culto romano e dos pré-romanos. Para entender melhor as manifestações religiosas a estas divindades, além de observarmos as formações etimológicas de seus nomes, iremos também, como dito acima, verificar: as fórmulas votivas, afinal estas expressam os termos do acordo entre o deus e o *cultor*; os suportes escolhidos pelos seus *cultores*; e os dedicantes, ou seja, os grupos sociais que mais se identificavam com estes deuses.

Os formulários consecratórios mais difundidos na região estudada, segundo Le Roux (2009: 271), são: ‘*ex uoto*’²⁴, ‘*u.s.l.m*’²⁵, ‘*u.s.l.a*’²⁶ e ainda ‘*a.l.p*’²⁷. A palavra *uotum* implicava a promessa entre homem e a divindade (Le Roux, 2009: 271), que quando cumprida era seguida pelo termo *soluit*, desfazendo o vínculo entre os dois (Encarnação, 1998: 272; Le Roux, 2009: 271). O vocábulo *meritum* marcava o preço justo pago pelo *cultor*, já que a divindade o mereceu, enquanto a expressão *libens animo* refletia o estado de espírito do dedicante e sua confiança nos poderes do deus ou deusa (Le Roux, 2009: 271). Quando a expressão *uotum* não aparecia no formulário votivo, como por exemplo, na frase *animo libens posuit*, esta ausência poderia talvez indicar que a iniciativa de erigir o monumento não envolveria uma promessa sendo, deste modo, fruto de uma vontade por parte do dedicante (Le Roux, 2009: 271).

Segundo Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477-478), as fórmulas votivas simbolizam os cinco motivos para a ereção de dedicatórias votivas²⁸. A primeira razão era de caráter genérico na qual os *tituli* apresentavam somente as fórmulas dizendo que o dedicante cumpriu o voto (*ex uoto*, *uotum soluit libens merito* e etc). A segunda era expressar a gratidão do fiel por algum favor recebido da divindade (mesmo que este não seja especificado) com fórmulas como *ob gestas prospere*. Já o terceiro motivo era pedir algum favor em troca de um futuro cumprimento do *uotum*, como na expressão *pro salute*. O quarto era a inspiração divina, como nas fórmulas *ex uisu* ou *ex monitu*. Por fim, a quinta motivação para este ato envolvia amplas causas pessoais expressas e relacionadas a um favor em concreto já recebido e que foi solicitado previamente através de um *uotum*. Além de, claro, existirem os *uota* feitos em

²⁴ (Colocada) na sequência de um voto.

²⁵ *u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)* – ‘cumpru o voto de bom grado e com razão’.

²⁶ *u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)* – ‘cumpru o voto de livre vontade’.

²⁷ *A(nimo) l(ibens) p(osuit)* – ‘colocou de livre vontade’.

²⁸ Também admitimos que estas fórmulas podem resultar de modas ou hábitos associados a um determinado ambiente ou oficina, como fórmulas estereotipadas.

promessa pelos herdeiros daqueles que já faleceram (Hassall, 1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477-478).

Além deste estudo das fórmulas consecratórias, outra análise que pode servir para nos ajudar a entender o culto a estas divindades romano-indígenas é a análise dos suportes que envergam estas inscrições, e também, eventualmente a sua decoração, que poderia aludir ao culto ou até mesmo a funcionalidade de uma deidade. Entretanto, infelizmente, este tipo de pesquisa no Noroeste Peninsular tem se mostrado pouco frutífero, pois como se verá neste trabalho, algumas decorações parecem não se relacionar as possíveis interpretações para as funções da deidade. Deste modo, ficamos mais com a observação da escolha do tipo de suporte que pode demonstrar uma tendência entre seus *cultores*, sendo escolhidos, por excelência, as aras para os monumentos votivos.

As aras são um tipo de suporte comum na epigrafia votiva sendo constituídas por capitel (com ou sem *foculus*²⁹), fuste e base (Encarnação, 1997: 7). São geralmente blocos retangulares que oferecem a inscrição frequentemente na face anterior do fuste e molduras nas quatro faces da base e do capitel (Encarnação, 1986: 459; Andreu Pintado, 2009: 476). No âmbito do culto divino era nela que se consumava uma súplica simples e oferendas de incenso e também celebrações mais solenes como o rito sacrificial na esfera pública ou privada (Manzella, 1987: 84).

O que se percebe no estudo da epigrafia romana é que a escolha do material destes suportes é ditada geralmente pela disponibilidade dos recursos naturais da região onde são erigidos os monumentos e não tanto pela intenção do dedicante (Cooley, 2012: 118 e 126). No nosso caso, o material dos suportes em quase todas as inscrições é o granito. Este, característico da região estudada, ao contrário do mármore, do calcário e do arenito, deixa sulcos pouco marcados. Um fenômeno que associado aos defeitos advindos da conservação da peça (Le Roux, 2009: 270) e o facto de a mica e dos cristais existentes neste material terem a tendência de se desalojarem e se decomporem com os agentes externos (principalmente os meteorológicos), causam problemas na decifração de seu texto e muitas variantes de leitura (Nicols, 1987: 133; García Martínez, 1996: 42, n.2; Le Roux, 2009: 270).

²⁹ Espaço escavado ou em relevo posto sobre o capitel da ara, geralmente entre dois *puluilli* e *fastigia* triangulares, destinado a acolher as libações, a chama sacrificial (*bustum*) necessária à realização do rito. O *foculus*, pequeno fogo, quando em pedra perpetuaria a intenção do dedicante, que mesmo que se esqueça de queimar essências em honra à divindade, mostrava ali o seu intento, sendo isto o mais importante para a divindade (Manzella, 1987: 84; Encarnação, 1997: 7 e 53; Andreu Pintado, 2009: 476).

A adoção destes tipos de suportes pétreos, característicos da cultura romana, são escolhas de uma população que participa deste culto (Encarnação, 1986: 453). Eles decidiram utilizar estes e tinham condições financeiras para isso. Assim, precisamos analisar também os cultos ao nível dos seus dedicantes e do seu estatuto jurídico, já que, como dito anteriormente, a religião romana garantia deveres religiosos diferentes de acordo com o grupo social e de acordo com o gênero. Aqueles que não desfrutavam do mesmo estatuto social e jurídico não poderiam pertencer à mesma comunidade religiosa (Scheid, 2003: 19). Sendo assim, tentamos, como Marco Simón (1999: 35) sugere, deduzir as funções dos deuses e obter uma ideia geral do culto as deidades romano-indígenas a partir do estudo do contexto orgânico e das realidades específicas dos grupos sociais que lhes rendiam culto.

Para esta análise temos como recurso o estudo da onomástica latina, afinal os nomes romanos, devido a sua complexa formação, são bons indicadores para determinar a origem geográfica e social de uma pessoa (Haensch, 2007: 180). A sociedade romana era dividida entre cidadãos romanos (que poderiam ser dos *ordines: senatorius, equester, decurialis* ou da *plebs*), peregrinos, servos e libertos.

Sabemos que a cidadania de um indivíduo é frequentemente marcada por cinco traços: o *praenomen* (prenome), o *nomen gentile* (nome gentilício), a filiação, a tribo a qual está inscrito e o *cognomen* (cognome³⁰) (Lassère, 2005, 1: 80). Entretanto, é claro que a onomástica destes vai sofrendo modificações ao longo do tempo, acontecendo à omissão da filiação e da tribo e muitas vezes a perda do *praenomen*, originando cidadãos com *duo nomina*, formada por *nomen* e *cognomen* como na nomenclatura feminina (Redentor, 2011, 1: 79- 83 e :90).

Os *peregrini*³¹ possuíam como identificação um nome único ou idiônimo, seguido pela filiação. Estes quando ganhavam a cidadania escolhiam, por exemplo, envergar o *nomen* do imperador sob o qual a cidadania lhe foi concedida, o *nomen* do governador da província, autor da concessão, ou de um protetor que intercedeu por este, ou até mesmo gentilícios derivados de nomes de locais (Lassère, 2005, 1: 166- 181).

Os escravos se identificam correntemente com um nome, apesar de em alguns casos (quando existiam homônimos ou quando havia um dono anterior) poderem apresentar dois. Seguido deste nome escolhido por seu senhor, deveria vir a informação acerca de sua condição

³⁰ Aquele que faz conhecer (*cognoscere*) um indivíduo (Lassère, 2005, 1: 89).

³¹ Um provincial nascido livre que não recebeu cidadania romana (Lassère, 2005, 1: 166). Estes podem receber a cidadania romana por vias do exército após o término de seu serviço, passando aos seus descendentes esta condição jurídica ou pelo exercício de magistraturas, já que como consequência da difusão do direito latino às províncias, a cidadania é atribuída aos magistrados do *municipium* latino, a sua esposa, aos seus pais e aos seus filhos; ou ainda através de uma concessão pessoal de cidadania (*uiritium*) por colaboração com o Estado romano (Lassère, 2005, 1: 169- 170).

servil, sendo este expresso com os termos *seruus* ou *uernae*, de forma abreviada ou não, e o *praenomen* de seu *dominus* em genitivo. Esta última parte, no entanto, poderia variar de acordo com o seu dono, se este fosse cidadão era o *praenomen* deste, se fosse um peregrino era o idionimo dele e se pertencesse à casa imperial, além de ter na identificação o título do imperador em genitivo (*Caesar* ou *Augustus*), podia ter também dois nomes. Para uma identificação mais segura da presença de escravos que apenas se identificam com um nome e que não expressam o seu estatuto servil, geralmente recorre-se ao fato de que muitos de seus nomes são de origem greco-oriental, teofórica ou mitológica ou estes quando latinos teriam feições de participio e adjetivo (relacionadas com as circunstâncias de nascimento ou qualidade mental ou física)³² (Lassère, 2005, 1: 137- 138 e :141; Redentor, 2011, 1: 79- 83).

Estes depois que conseguem a sua manumissão formam o grupo dos libertos³³. Estes podem ser libertos de cidadãos, de peregrinos, da casa imperial ou de associações. No primeiro caso, o antigo dono que agora é seu patrono aparece em sua identificação, já que o ex- escravo acaba por receber seu *praenomen* e gentílico, devendo seguir a informação acerca de sua condição de *libertinatio*, abreviada ou não. Quando são libertos de um peregrino, estes recebem o idionimo do patrono, seguido de seu patronímico e da expressão de sua condição social e jurídica. Se são libertos públicos, com frequência adotam o *nomen Publicius* ou outro de origem toponímica ou funcional relacionado à comunidade a qual estavam associados. E ainda, se fossem libertos imperiais adotariam, o *praenomen* e o gentílico do imperador que precedeu a sua libertação (Redentor, 2011, 1: 79- 83).

Com estes preceitos e terminologias associados a este estudo já explicados, partimos para uma análise das manifestações religiosas romano-indígenas e romanas correspondentes. Sabendo como identificar os diferentes elementos dos teónimos e invocações de deidades e como estes podem se organizar. Entendendo o valor dos formulários votivos, que podem ser os componentes mais diretos para nos aproximarmos do tipo de relação entre deus e *cultor*, mas que também podem ser repetitivas e estereotipadas, frustrando algumas de nossas tentativas. Compreendemos que o mais comum dos tipos de suporte seria a ara de granito, já que se trata do suporte votivo por excelência feito de um dos materiais pétreos característicos da região. E

³² Em alguns casos podem também ter nomes indígenas (Redentor, 2011, 1: 79-83), apesar destes não serem muito frequentes.

³³ Se tornam livres a partir de três tipos de manumissão: *manumissio censu*, *manumissio uindicta* e *manumissio ex testamento* (Redentor, 2011, 1: 79-83). A primeira consiste em uma declaração frente a um censor, um procedimento que rapidamente se tornou inapto as dimensões do mundo romano. A segunda é também uma declaração, mas a frente de um magistrado pretoriano e por fim, a terceira, mais frequente, é aquela feita frente a testemunhas, em testamento onde se indica claramente o nome do escravo (Lassère, 2005, 1: 153).

ainda, percebemos como identificar o estatuto jurídico e social de uma pessoa a partir de sua onomástica.

2.3. As manifestações religiosas às divindades romano-indígenas e romanas na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*

Neste tópico faremos o estudo de cada manifestação religiosa que consideramos romano-indígenas, analisando, as características do culto a deidade clássica, as funções que desempenhavam e a sua presença na área estudada, comparando estes dados com aqueles fornecidos pelos monumentos epigráficos às deidades que, possivelmente, sofreram *interpretatio*. Faremos, então, uma breve apresentação das formas de identificação das deidades, das fórmulas votivas, dos tipos e cronologias dos suportes (e eventuais decorações) e dos dedicantes dos votos às deidades romanas, seguido por um estudo mais aprofundado destas mesmas informações sobre as divindades romano-indígenas.

2.3.1. *Genii*

2.3.1.1. O *Genius* do culto clássico

O *Genius* no culto clássico era a personificação da força ativa do ser (Scheid, 2003: 165), o poder inerente de indivíduos, deuses³⁴, localidades ou corporações (como sociedades, colegiados e cidades) nascendo ao mesmo tempo que a pessoa, deus, lugar ou coisa que protegia, permanecendo ligado a elas por toda a vida. Era, portanto, o seu reflexo, ou *alter ego*, fazendo parte da concepção daquilo que protegia e sendo honrado no aniversário de nascimento ou fundação de seu protegido (Alcock, 1986: 113; Grimal, 1990: 160; Fishwick, 1991: 382; Olivares Pedreño, 1999: 335; Olivares Pedreño, 2002: 155; Goffaux, 2004: 157). Sua representação iconográfica poderia assumir duas formas que variavam de acordo com o seu objeto de proteção, assim esta poderia ser antropomórfica, no caso do *genius* de um homem ou de um deus; ou serpentiforme quando personificação ativa de um lugar (Fishwick, 1991: 383).

³⁴ Apesar de pouco frequente, os deuses também poderiam ter um *genius*, como podemos observar na inscrição de *Titus Moccinius Coscinus* (ICIB 027). Estes, quando presentes, atuavam como o *genius* de um homem (Alcock, 1986: 113; Fishwick, 1991: 382).

Este culto romano pode ser observado na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus* pelos registos em sete *tituli* (ICICB 021, ICICB 022, ICICB 023, ICICB 024, ICICB 025, ICICB 026 e ICICB 027), como podemos perceber na Quadro 1 estando este deus ligado não só a indivíduos, como também demarcações administrativas, deuses e seres divinizados.

Quadro 1- *Genii* romanos

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Genii</i> pessoais, de deidades e relacionados ao Culto Imperial						
021	<i>Genius</i>	<i>Q(uintus)</i> <i>Sabinus Florus</i>	--- ^b	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	Ara Granito (N) ^c	71-150 d.C.
022	<i>Genius</i>	<i>Saturninus</i> <i>Caturonis</i> <i>F(ilius)</i>	---	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>A(nimo)</i>	Ara Granito (N)	101-200 d.C.
023	<i>Genius Augusti</i>	---	---	---	--- --- (---)	15 a.C.- 14 d.C.
024	<i>Genius Caesaris</i>	---	---	---	Ara Granito (N)	2- 4 d.C.
027	<i>Genius Iouis,</i> <i>Genius Martis,</i> <i>Genius</i> <i>Victoriae,</i> meu próprio <i>Genius</i> e outros 16 deuses gregos e romanos ^d	<i>T(itus)</i> <i>Moc[c]l'i" n`i[us]</i> <i>C(aii) "F(ilius)</i> <i>C[O]R(helia)</i> <i>COSCIN" V" S</i> (<i>Ordo</i> <i>senatorius</i>)	Legado da legião?	---	--- --- (---)	171- 230 d.C.
<i>Genii loci</i>						
025	[- -] <i>caepo</i> [- -] e ao <i>Genius</i> <i>conuentus</i> <i>Bracaraugustani</i>	<i>Ti(berius)</i> <i>Claudi[us]</i> <i>Claudianus]</i> (<i>Ordo equester</i>)	Prefeito da coorte dos Bracaraugustanos	[<i>Statuas</i>] <i>Aurea[s et</i> <i>Aedem de</i> <i>suo d(edi)</i> <i>d(edicauit)</i>	Bloco arquitetónico Granito (N)	14- 54 d.C.
026	<i>Genius Macelli</i>	<i>Flavius Vrbicio</i>	---	<i>Ex uoto</i> <i>posuit</i> <i>sacrum</i>	--- --- (---)	151- 250 d.C.

^a Cronologia de acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração ^d *Iuppiter Optimus Maximus, Iuno Regina, Minerva, Sol, Luna*, todos os deuses, *Fortuna, Mercurius, Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Caelus, Heroes, Ceres e Dii Sedis Peruiae*.

Como podemos ver, nos sete votos considerados como parte do culto clássico, observamos formulários teonímicos variados. Em duas delas, nas quais se invoca o *Genius*

(ICICB 021 e ICICB 022), observa-se somente a utilização do apelativo genérico, o que o identificaria, possivelmente, ao *genius* pessoal de ambos os dedicantes (Redentor, 2011, 1: 318-319). Nas outras cinco, verificamos os deuses: *Genius Augusti* (ICICB 023), *Genius Caesaris* (ICICB 024), [- - -] *caepo*[- - -] e o *Genius conuentus Bracaraugustani* (ICICB 025), o *Genius macelli* (ICICB 026) e os *Genius Iouis*, *Genius Martis*, *Genius Victoriae* e o *Genius* pessoal do dedicante (ICICB 027), nos quais o mesmo apelativo genérico está associado a vários determinativos.

As primeiras, ao *Genius Augusti* (ICICB 023) e ao *Genius Caesaris* (ICICB 024), fazem referência a membros da casa Imperial, portanto, estão inclusos também no Culto Imperial, fazendo parte da religião pública que teve uma presença significativa no Noroeste (Tranoy, 1981: 327; Redentor, 2011, 1: 394). Na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, vê-se, de acordo com Redentor (2011, 1: 397), treze dedicatórias relacionadas ao culto ao Imperador, a sua esposa e a outros componentes da família imperial e também dirigidas a qualquer deidade augustana pela incolumidade destes. Os monumentos epigráficos aos *Genii*, inseridos neste grupo de divindades com determinativos augustanos, aqui apresentam ambos o mesmo tipo de invocação, apelativo genérico somado a um determinativo no genitivo singular. No primeiro, ao *Genius Augusti* (ICICB 023), observamos, provavelmente, o culto ao primeiro *princeps* (Tranoy, 1980: 70; Redentor, 2011, 1: 402), sendo a inscrição, erigida durante o seu período de governo. O segundo, ao *Genius Caesaris* (ICICB 024), possivelmente, se dirigia ao *Genius* de um dos filhos de *Marcus Vipsanius Agrippa* e *Iulia*, que foram adotados por Augusto em 17 a.C., *Caius* ou *Lucius Caesar*, sendo possivelmente referente ao primeiro, já que este esteve algum tempo desacompanhado no projeto de sucessão montado por Augusto (Redentor, 2011, 1: 401).

Na inscrição referente às deidades [- - -] *caepo*[- - -] e *Genius* do *conuentus Bracaraugustanus* (ICICB 025), o apelativo genérico *Genius* estaria ligado a um genitivo singular, relacionado a um topónimo. Uma formação que associaria este deus à proteção de uma divisão administrativa criada pelo Império Romano, o que a princípio, não corresponderia, a uma separação de povos no período anterior. Deste modo, pensa-se que este deus, seria o *genius loci*, sem características indígenas e em total consonância com o tipo de culto romano. Entretanto, como podemos observar, nesta inscrição o *Genius* não está sozinho, já que é mencionado uma possível deidade indígena [- - -] *caepo*[- - -] que, segundo Redentor (2011, 1: 373- 374), poderia ser: a parte integrante de um teónimo ou epíteto indígena (sendo esta a hipótese mais plausível); ou ainda, um epíteto associado a *Reo* (que tem grande incidência no

espaço ocidental do *conuentus*); ou até mesmo ser a letra inicial associada a abreviatura *sac(rum)* seguida de um teónimo ou epíteto com o restante das letras. Sendo assim, parece-nos que os dois representavam duas realidades teonímicas distintas, onde não há uma assimilação de deuses, mas sim uma dedicação em conjunto de divindades diferentes e independentes.

Na manifestação religiosa ao Gênio do Mercado (ICICB 026) a deidade é invocada, igualmente, por meio de um apelativo genérico associado a um genitivo singular. Desta forma, o *Genius macelli*, era a deidade protetora de um estabelecimento comercial, o *macellum*, o que o insere como parte de um culto perfeitamente romano, visto em inscrições em outras partes do Império, como por exemplo, nas epígrafes votivas onde este está associado à deusa Fortuna³⁵ (AE 1935, 51) ou a Mercúrio³⁶ (AE 1922, 107)³⁷ e também em um *tituli* funerário da província da *Moesia Superior* (AE 2005, 1316).

Na inscrição a múltiplas deidades em conjunto com os *Genii* de deuses e do *Genius* pessoal do dedicante (ICICB 027), verificamos a presença de quatro determinativos diferentes para o *Genius*. Três destes são referentes à força ativa dos deuses *Iuppiter*, *Mars* e *Victoria*³⁸ e o outro ao *Genius* do próprio dedicante. Nos primeiros casos notamos que o apelativo genérico está associado a determinativos que fazem referência ao nome de deuses clássicos, em um culto perfeitamente romano. No último caso observamos que o mesmo apelativo está ligado a um adjetivo³⁹, sendo o *alter ego* do próprio dedicante, em uma forma também clássica do culto a esta deidade tutelar. Esta inscrição, que apresenta pelo menos mais de 20 divindades das religiões grega e romana, então, mostra este deus em formas já conhecidas nestas, sendo o *Genius* pessoal e o *Genius* de divindades, no qual estes últimos atuavam da mesma maneira que aquela do indivíduo (Alcock, 1986: 113).

Quanto às fórmulas votivas vistas nestas manifestações religiosas ao *Genius* romano, vemos uma ligeira predominância de expressões ligadas ao cumprimento do voto por livre vontade ou por bom grado e com razão, presentes nos *tituli* ao *Genius* sem determinativos ou epítetos (ICICB 021 e ICICB 022). As exceções envolvem um formulário mais elaborado na epígrafe ao *Genius* do *conuentus Bracaraugustanus* e [- -] *caepo* [- -] (ICICB 025). Esta alude a

³⁵ A personificação divina da sorte, do destino (Grimal, 1990: 155).

³⁶ O deus protetor dos comerciantes e dos viajantes, mensageiro de Júpiter e pai dos deuses *Lares* (Grimal, 1990: 271).

³⁷ É importante ressaltar que nestas inscrições apesar do *Genius Macelli* aparecer em conjunto com outras divindades, possivelmente, estes casos não se tratam de um resultado da prática de *interpretatio*, mas possivelmente de um fenômeno de adoração das duas divindades em conjunto.

³⁸ É preciso ressaltar que, neste caso, o *Genius* está ligado a uma divindade feminina, o que não é comum, já que neste caso teríamos de ver uma *Iuno Victoriae*. Segundo Dumézil (1974: 301) este teónimo faz questionar a concepção da existência de uma *Iuno* com os mesmos atributos que um *Genius*.

³⁹ *Meo*-pronomes adjetivo ou pronome adjunto.

dedicação e oferta de estátuas de ouro e de um templo às divindades, simbolizando, um ato de evergetismo, cujas motivações podem ser tanto ostentação de *estatuto*, quanto gratidão de um *cultor*. E ainda, uma mais simples, vista no voto ao *Genius macelli* (ICICB 026), que faz referência ao dedicante ter colocado e consagrado à ara a deidade na sequência de um voto. Deste modo, a grande maioria se encaixa no primeiro grupo das motivações estabelecido por Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477), possuindo um caráter genérico de cumprimento dos votos, mas mostrando que, supostamente, a divindade respondia às súplicas de seus devotos. Apesar, de também admitirmos, que esta maioria possa constituir apenas em frutos de modas de oficinas, já que são comumente vistas em monumentos epigráficos, ao contrário daquela vista na inscrição de *Tiberius Claudius Claudianus* (ICICB 025).

Em relação ao tipo de suporte, material e decoração das manifestações religiosas do culto romano ao *Genius*, vemos, como já era expectável a predominância de aras, sendo a única exceção (que podemos afirmar com segurança) aquela ao *Genius* do *conuentus* brácara em associação com uma provável deidade indígena (ICICB 025), que está em um bloco arquitetónico. Deste modo, esta inscrição encontra-se em uma peça monolítica de pedra artificialmente cortada de modo a apresentar seis faces (Manzella, 1987: 80) e que, provavelmente, foi reutilizada como material de construção. O material nestas, como também já era esperado, é o granito, como quase todas as manifestações religiosas aqui tratadas. E nenhuma apresenta decoração que possibilitasse uma ligação ao culto.

Quanto à cronologia de ereção destes votos, verificamos que estes são confeccionados ao longo de quatro séculos, possivelmente desde 15 a.C. a 250 d.C. Entretanto, pelo que conseguimos perceber, são mais frequentes ao longo do século I d.C., mas especificamente entre 1- 50 d.C. Correspondendo, assim, ao período de principado da dinastia Júlio-claudiana, com duas inscrições datáveis do período augustano (ICICB 023 e ICICB 024), uma época que segundo Alföldy (1998: 291) marca o primeiro *boom* epigráfico.

Por fim, sobre os dedicantes que formam os grupos sociais que rendiam culto a esta deidade tutelar romana, identificamos a predominância de uma população masculina de onomástica quiritária (ICICB 021, ICICB 025, ICICB 026 e ICICB 027) e a presença de apenas um de estatuto peregrino (ICICB 022)⁴⁰. Dos que possuem onomástica quiritária, dois apresentavam cargos militares, que além dos *tria nomina* davam indicações sobre o seu estatuto social, já que estes estavam associados a estatutos específicos. Na epígrafe de *Tiberius Claudius*

⁴⁰ Duas inscrições ao *Genius* no Culto Imperial (ICICB 023 e ICICB 024) não possuem informação acerca do dedicante.

Claudianus (ICICB 025), observamos um comandante da coorte⁴¹ auxiliar de uma *legio*, que podemos encaixar na *ordo equester*⁴² (Redentor, 2011, 1: 140 e :145), já que este cargo era escolhido entre os membros desta ordem (Keppie, 2005: 150) e porque a oferta de uma *aedes* e de estátuas áureas implicavam uma capacidade financeira forte, compatível com membros deste *ordo* (Redentor, 2011, 1: 146). Na inscrição de *Titus Moccinius Coscinus*⁴³ da tribo *Cornelia* (ICICB 027), vemos também um título na carreira militar. Este era *legatus legionis*⁴⁴ (legado da legião), seguramente da *VII Gemina*⁴⁵, que pela possível cronologia da inscrição indica que este era pertencente à ordem senatorial (Redentor, 2011, 1: 143), um cargo que após a dinastia Júlio-claudiana estava fixado na carreira destes (Keppie, 2005: 129). Assim, podemos observar a presença de um componente de cidadãos romanos no culto a uma divindade romana, notando a presença de dois militares.

Deste modo, com estes dados apresentados percebemos várias características deste culto na faixa atlântica do *conuentus Bracaraugustanus*. São três os tipos de *Genii* romanos que encontramos no Ocidente brácara, aqueles que protegem: o indivíduo dedicante, os deuses e seres divinizados e os espaços físicos. Notamos que estes quando associados à proteção de um indivíduo poderiam ser invocados apenas pelo apelativo genérico ou em associação com um adjetivo. Verificamos que enquanto força ativa de *topi* e de deuses, ou até mesmo fazendo parte do Culto Imperial, tem a forma de apresentação como apelativo genérico seguido de determinativos. Confirmamos que a maior parte de suas fórmulas votivas pouco revelam sobre o culto em si, já que a maioria informa apenas o cumprimento do voto, sendo apenas aquela referente à deidade protetora da divisão administrativa conventual (ICICB 025), que mostra um possível ato de evergetismo. Observamos que o mais comum dentre os materiais e tipos de suporte é a ara de granito. Constatamos que as inscrições apesar de aparecerem em um longo período de tempo são mais frequentes na primeira metade do século I d.C. em época Júlio-claudiana, durante a primeira grande onda de crescimento em produção epigráfica no Império e época de criação da capital conventual. E por fim, percebemos que a parte da população que

⁴¹ Sub-unidade de uma legião, também designada de batalhão auxiliar de infantaria durante o período do Império (Keppie, 2005: 186).

⁴² Ordem equestre: originalmente os membros da sociedade romana que poderiam ser chamados para o serviço militar como *equites*. Posteriormente, o termo acompanhava os membros da “classe média” encarregada dos negócios, sem nenhum compromisso com o serviço militar (Keppie, 2005: 187).

⁴³ Alvitado pela primeira vez por Redentor (2011, 1: 143).

⁴⁴ A designação legado da legião só é registada nos finais do principado de *Augustus*, indicando homens que comandavam legiões nomeadas individuais e que permaneciam com elas durante alguns anos. Estes homens eram novos, nos finais de seus 20 e início dos 30 anos que já haviam exercido pelo menos uma magistratura em Roma, como questor, edil ou tribuno da plebe, alguns poderiam ser, inclusive, antigos pretores. No final do período Júlio-claudiano foi regulado que estes deveriam ser escolhidos entre os membros da ordem senatorial (Keppie, 2005: 129).

⁴⁵ Esta, desde o tempo de Vespasiano, era o único corpo legionário na Hispânia (Keppie, 2005: 164; Redentor, 2011, 1: 143), sendo reforçado por uma série de tropas auxiliares (Redentor, 2011, 1: 143).

mais lhes rendeu culto foram os cidadãos, que são vistos em quase todas as manifestações, sendo inclusive perceptível a presença de pessoas das ordens senatorial e equestre que possuíam carreiras militares. Deste modo, com estas informações partimos para a análise daqueles monumentos onde são vistos os *Genii* romano-indígenas, a fim de observarmos divergências e similaridades.

2.3.1.2. *Genii* romano-indígenas

No âmbito das manifestações romano-indígenas que se formaram nesta região notamos a criação de deidades, assimiladas a este *Genius* clássico nos quais também se observam a proteção dos lugares físicos e grupos populacionais. Este grupo contém quatro inscrições (ICICB 001, ICICB 002, ICICB 003 e ICICB 004) com epítetos, que os ligam a proteção de áreas específicas, que antes do contacto romano, provavelmente, já possuíam, divindades tutelares. Estas são apresentadas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2- *Genii* romano-indígenas

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Genii</i> romano-indígenas protetores de espaços físicos						
001	<i>Genius Laquiniensis</i>	<i>Flaus Flauini</i>	Pisoeiro	<i>V(otum)</i> <i>L(i)b(ens)</i> <i>S(oluit)</i> <i>M(erito)</i>	Ara Granito (N) ^b	101- 200 d.C.
002	<i>Genius Tiauranceaicus</i>	<i>Camala Arquii Filia</i>	- - - ^c	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
004	<i>Genius Viriocelensis</i>	<i>Lucretius Sabinus</i>	- - -	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
<i>Genius</i> romano-indígena protetor de grupo populacional						
003	<i>Genius Tongobrigensium</i>	<i>[- - -] Atius? [- - -]</i>	- - -	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>A(nimo)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem decoração; ^c Sem informação.

O primeiro caso a ser aqui analisado é a identificação da deidade do monumento epigráfico dedicado pelo pisoeiro *Flaus Flauini*, o *Genius Laquiniensis* (ICICB 001). De acordo com García Martínez (1995a: 145; 1996: 924- 925) o seu epíteto poderia responder a uma gentilidade ou a um topónimo, porém, a maior parte dos autores tem-se inclinado para esta última opção, mais plausível. Nesta, o epíteto seria um adjetivo atributivo de sufixação latina em *-ensis* (De Bernardo Stempel, 2003: 200; 2008: 65-70), relacionado a um microtopónimo **Laquinia* ou **Laquinium*, provavelmente, como o caso 2A De Bernardo Stempel (2008: 65-70). Um termo que, possivelmente, tem suas origens no indo-europeu **laku-* que significa ‘depressão, fossa ou lago’ (*IEW*, 1959, *s.v. laku-*: 653) e que pode ser encontrado em outras línguas como no antigo irlandês e moderno escocês *loch*, no latim *lacus* e no grego *λάκκος*. Sendo assim, o topónimo seria traduzível como ‘(cidade) do lago’ (Prósper, 2002: 313, n° XI.I). Entretanto, quanto a esta tradução, Encarnação (1970: 231), Olivares Pedreño (1999: 332- 333; 2000c: 75; 2002: 82 e :154) e Redentor (2011, 1: 291) não são categóricos na afirmação de que seja uma cidade, como García Martínez (1995a: 145) e Blázquez Martínez (2006a: 226). Na verdade, para Redentor (2011, 1: 291) este nome estaria, provavelmente relacionado a um pequeno aglomerado, uma visão que é corroborada pelo trabalho de Queiroga (2013: 183). Desta forma, esta deidade seria a protetora deste habitat próximo ao núcleo agrupado que se desenvolveu a volta das termas de Vizela, sendo, provavelmente, o local onde a inscrição foi encontrada (Vasconcellos, 1905: 194- 196; Guerra, 1998, 1: 490). Um lugar que teria abundância de água e que possibilitava o trabalho de pisoagem do dedicante deste voto (Redentor, 2011, 1: 291).

A segunda teonímia a ser aqui analisada, é a do voto de *Camala*, filha de *Arquius*, o *Genius Tiauranceiacus* (ICICB 002). Seu epíteto parece, claramente, ligado a um topónimo o que, provavelmente, o encaixaria igualmente no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). Um nome de lugar que Prósper (2002: 313, n° XI.II) pensa que poderia se designar de **Tryauranko-* ou **Tryaurauco*⁶ em uma simplificação da sequência **-trya-* em **-tya-* no primeiro elemento. Sendo assim, este **tri-* ou **trei-* poderia remeter ao indo-europeu **treH₂-i* ‘trans’ (Holder, 1904, *s.v. tre*: 1906) como no antigo irlandês e galês *tri*, *tre* ou ao celta *tri-* ‘três’ (Holder, 1904, *s.v. trē*: 1906; *IEW*, 1959, *s.v. trei-*: 1090- 1092). Já o segundo elemento faria alusão a variante *aur-* que provém do indo-europeu **(a)wer-* ‘água’ (*IEW*, 1959, *s.v. aye-*: 80-

⁶ Diferença por causa das variantes de leitura na I.3, já que o nexa também pode indicar *iaurauceai*, uma leitura compartilhada por Cortez (1946: 15), *AE* (1952, 65) e Lopes (1995: 332, n.4).

81), um componente presente em muitos hidrónimos europeus desde a Antiguidade. Juntos estes dois componentes formariam, então, **tri-auro-* ‘rio que atravessa, águas intermediárias’ ou ainda ‘três águas’ (Prósper, 2002: 313- 315, n° XI.II; Blázquez Martínez, 2006a: 226), sendo possivelmente um topónimo de um lugar localizado próximo a uma confluência ou delta, onde o protetor é denominado **triauranky-aiko-*, ou ‘aquele de **Triaurancio*’ (Prósper, 2002: 313- 315, n° XI.II; Redentor, 2011, 1: 359- 360).

Alarcão (2004a: 329), a partir desta interpretação etimológica, ofereceu duas possibilidades para a localização deste topónimo. Na primeira, este autor notou uma aproximação de *-auranco-* (parte do epíteto) ao nome do castro *Auranca* em Cristelo da Branca, Albergaria-a-Velha lendo este adjetivo como ‘o rio que atravessa *Auranca*’ ou ‘o rio que corre para além de *Auranca*’. Já na segunda, mais provável para este autor, o elemento **-ank* se referia a ‘vale’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *ank-*, *ang-*: 45- 46) sendo, portanto, traduzível como ‘o rio que corre pelo vale’ ou ‘o vale pelo qual corre o rio’. Sendo assim, este arqueólogo concebe que este se trataria de um génio protetor do rio Antuã ou do espaço entre os rios Antuã, Vouga e Caima, ou entre Antuã, Ínsua e Caima (Alarcão, 2004a: 329), ligando esta deidade tutelar a uma das possíveis localizações da *ciuitas Talabriga*, de onde a dedicante da inscrição é originária.

Entretanto, concordamos com Encarnação (2012: 512), que comenta ser pouco provável que uma inscrição fosse colocada tão distante da zona de influência da divindade, afinal este deus, possivelmente, herdou a característica do *genius* romano, de ser uma divindade tópica. Já que, como apontado por Olivares Pedreño (2003: 306), os testemunhos de deidades com apelativos toponímicos, aparecem com mais frequência nos próprios lugares ou territórios onde estas possuem o seu âmbito de culto. Por isso, o *Genius*, como protetor de um espaço físico e sendo, portanto imóvel, não se encaixaria totalmente nesta hipótese proposta por Alarcão (2004a: 329), a não ser que tivesse acontecido uma movimentação de um grande grupo que entendesse este culto, como no caso de movimentações de um exército (Olivares Pedreño, 2003: 305). Por isso, acreditamos que este *Genius Tiauranceaicus* seria o protetor de um local onde há uma confluência de águas, próxima a área onde este monumento foi encontrado (também muito bem irrigado por rios e ribeiros) e não na região do Cabeço de Vouga como pensado por Alarcão (2004a: 329).

A terceira forma de identificação divina a ser aqui verificada é aquele presente no monumento dedicado por [...] *Atius?* [...] (ICICB 003), o *Genius Tongobrigensium*. Este apresenta uma formulação teonímica diferente das anteriores, nela vemos um determinativo que está

associado a um grupo populacional através de um genitivo no plural, como o caso 2Bb de De Bernardo Stempel (2008: 66). Este constituiria, portanto, em um substantivo que indica as pessoas que o veneram, os tongobricenses habitantes de *Tongobriga*⁴⁷, uma cidade cujo nome já foi assunto de várias interpretações etimológicas.

No final do século XIX, Jubainville (1893: 394) ao analisar o termo *uicani tongobricenses* da inscrição *CIL* II 743, interpreta este como *castellum* dos Tongos ou *castellum* do juramento. Bosch-Gimpera (1950: 349), em meados do século XX, observa que este topónimo poderia estar ligado ao grupo dos tungros, que expulsos pelos celtas do grupo belga, atravessaram a Meseta leonesa e pelo caminho Salamanca- Ciudad Rodrigo- Almeida e vale superior do Côa pararam na zona fronteira, a sul da região de Trás-os-Montes, e formaram a cidade de Tongóbriga ou Tungóbriga, derivado de seu etnónimo. Nos anos entre 50 e 60, Lambrino (1959: 483) e Blázquez Martínez (1962: 136; 1975: 102), discordaram desta abordagem de Bosch-Gimpera (1950: 349) e retomaram a investida de Jubainville (1893: 394) realçando a raiz de origem celta *tong-*, relacionando-o a mais termos como: *Toceta* (*CIL* II 5576), *Toga* (*CIL* II 801), *Tonceta* (*CIL* II 296), *Toncetamus* (*EE* VIII: 360, n.º 14 e 15), *Toncinus* (*CIL* II 5246), *Toncius* (*CIL* II 916, *CIL* II 5319; *EE* VIII: 358, n.º 10 e :360, n.º 14 e 15; *EE* IX: 19, n.º 22), *Tongeta* (*CIL* II 5248, *CIL* II 5349), *Tongetamus* (*CIL* II 447, *CIL* II 5334), *Tonginus* (*EE* IX: 52, n.º 127) e *Tongius* (*CIL* II 302, 749 e 757). Desta maneira, os elementos de formação da palavra, para estes estudiosos eram **tong-* ‘jurar’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *tag-*: 1054- 1055), semelhante ao antigo irlandês *tongu* ‘juro’ e **-briga* ‘fortaleza’, uma interpretação também partilhada por Marco Simón (1999: 38), que considera o deus que analisamos aqui, então, como uma deidade que preside sobre pactos. Michelena (1961: 200) e Albertos Firmat (1966: 231), entretanto, criticam este lugar comum de relacionar o topónimo e a invocação divina, aqui vistos, a *tongid*, ‘jura’ no antigo irlandês, sendo que Michelena (1961: 200) mostra que, talvez, a aproximação mais plausível destes seria a **tenk-*, unir-se ou a **tongid*, ‘boa sorte’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *tenk-*: 1068).

Prósper (2002: 163) e Curchin (2008: 127), porém, argumentam que as relações feitas entre este determinativo e os antropônimos apresentados por Lambrino (1959: 483) e Blázquez Martínez (1962: 136; 1975: 349) são prováveis, apesar da opinião contrária de Albertos Firmat (1966: 231). De modo que acabam por relacionar este também ao teónimo *Tongoe Nabiagoi*

⁴⁷ Existem variantes de leitura para este teónimo como *Longobri-* ou *Loncobri-*, partilhadas por *CIL* II 5564, López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 309), López Cuevillas (1953: 405), Pedrero (2001: 543), Blázquez Martínez (2006b: 295) e *EDCS* (*EDCS*- 05,600, 746) para o primeiro caso; e Sarmiento (1883- 1884*: 69; 1887- 1889: 236- 237), Guimarães (1901: 50-51, n.º 24), Vasconcelos (1916: 325), Cardozo (1947: 104, :112) e Tovar (1949: 138) para o segundo caso (cf. Ficha documental ICIB 003), mas estas foram postas de lado após a consolidação do nome do sítio arqueológico onde foi encontrada como *Tongobriga*.

(CIL II 2419), lançando ainda outra hipótese de interpretação etimológica, na qual o primeiro elemento poderá se relacionar a **teng-* ‘molhar’ (IEW, 1959, s.v. *teng-*: 1067) sendo *Tongobriga*, a ‘cidade do pântano’. Contudo, estes autores (Prósper, 2002: 163; Curchin, 2008: 127) não descartam a possibilidade da raiz ser ligada também a **tenk-* ou **tengh-* ‘alargar’ (IEW, 1959, s.v. *ten-*, *tend-*: 1065- 1066).

Independente das variadas análises etimológicas atuais do termo *Tongobriga* mostradas aqui, que ainda não podem ser confirmadas por falta de mais dados corroborativos, sabemos, que este determinativo se remete definitivamente ao sítio arqueológico da antiga freguesia do Freixo (atual Marco) em Marco de Canaveses, Porto. Sendo esta deidade, portanto, protetora da dos habitantes daquela, provável, capital de *ciuitas*.

Por fim, a última denominação dos *Genii* romano-indígenas a ser aqui analisada, é vista na epígrafe erigida por *Lucretius Sabinus*, ao *Genius Viriocolensis* (ICICB 004). Nela observa-se, novamente, a utilização de um epíteto associado a um topónimo **Viriocelum* (ainda não localizado) (Carvalho, 1998; Olivares Pedreño, 2000a: 101) por meio de um adjetivo atributivo de forma latina com sufixação em *-ensis*, à semelhança da inscrição ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) e do caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66).

Na análise etimológica deste topónimo verificam-se dois elementos, sendo que o segundo **oke-* ‘monte’ integra-o em um grupo de vários outros topónimos da Península Ibérica⁴⁸ (HEp 8, 581; Guerra, 1998, 2: 702- 707; Guerra, 2005: 810- 812; Redentor, 2011, 1: 360). Sua interpretação, na verdade, pode ter vários significados. Para Curchin (2008: 125) **oce/o-* significaria ‘promontório’, como um termo puramente celta relacionado ao indo-europeu **ak-* ‘afiado, pontiagudo’ (IEW, 1959, s.v. *ak-*, *ok-*: 18). Entretanto, devido à raridade da sufixação em **elo-* na língua celta, Prósper (2002: 118) discorda, mantendo a questão da interpretação etimológica deste componente em aberto⁴⁹. Quanto ao primeiro elemento, verificam-se mais interpretações. A primeira, de Curchin (2008: 130) indica que *Viriocelum*, assim como *Virovesca* no Vale do Ebro, poderia derivar do celta **uiro-* ‘homem’, apesar da leitura “promontório do homem” não lhe parecer satisfatória. A segunda apresentada por Redentor (2011, 1: 360), aproximava este vocábulo do indo-europeu **wei-* ‘girar, curvar’, com formante *-r-* (IEW, 1959, s.v. *wei-*, *uei-*, *uej-*: 1122), representado na forma *uir*, à semelhança da antroponímia indígena em *Virius* e seus derivados, o que parece mais verossímil do que aquele ligado ao latino *uir-* ‘homem’⁵⁰

⁴⁸ Para um registo dos topónimos que apresentam este termo em sua formação cf. Guerra (1998, 2: 702- 705; 2005: 811- 812)

⁴⁹ Para maiores discussões etimológicas acerca do termo **oke/o-* cf. Prósper (2002: 117- 118).

⁵⁰ Significado em Ernout & Meillet (2001, s.v. *uir*, *uir-*: 738- 739)

(Palomar Lapesa, 1957: 110- 111). Nesta interpretação de Redentor (2011, 1: 360), então, o significado de *Viriocelum* estaria ligado a uma característica do meio geográfico como um meandro fluvial ou uma forma curva que o relevo pode acabar por demonstrar (Redentor, 2011, 1: 360). Tendo em vista, que a interpretação da análise etimológica como “monte do homem” é insatisfatória até mesmo para o seu próprio autor, concordamos com Redentor (2011, 1: 360) que liga *Viriocelum* a um provável formato curvo do relevo, estando mais inclinada a esta interpretação, porque a inscrição foi encontrada relativamente distante do Rio Cávado e próxima a um acidente orográfico.

As conclusões que chegamos, então, com as análises das formas de identificação das deidades são: (1) que há uma preferência por epítetos ligados a topónimos, sendo marcante o fato de que dois destes parecem relacionar aos recursos hídricos da região onde estão, como **Laquinia/*Laquinium* (ICICB 001) e **Tryauranko/*Tryaurauco* (ICICB 002); (2) que os *Genii* romano-indígenas parecem adotar mais epítetos do que determinativos em sua identificação, sendo a única exceção o *Genius Tongobrigensium* (ICICB 003), que também é a ressalva do caso anterior, por se ligar a um etnónimo; e por fim (3) que todos se encaixam no grupo relacionado a grupos populacionais ou agrupamentos, parecendo ser esta uma característica advinda, possivelmente, não só do carácter tópico da deidade romana a qual foram assimilados, mas também das características que parecem marcar uma possível religião indígena.

Para continuar o processo de compreensão destas deidades e dos novos comportamentos religiosos dos habitantes das comunidades da fachada ocidental do *Conuentus Bracaraugustanus*, modificados pelo contacto com os romanos (Le Roux, 2009: 268), precisamos ainda analisar as fórmulas consecratórias das inscrições. Estas podem mostrar alguma característica da divindade ou pelo menos apresentar o motivo pelo qual os *tituli* foram erigidos, já que se recorria às divindades em momento de aflição, fazendo uma promessa cumprida voluntariamente antes ou depois de receber a graça. As fórmulas consecratórias representavam os termos do contrato entre o *cultor* e o deus, estando aquele na esperança de que este atendesse ao seu pedido (Encarnação, 1998: 272).

Nas epígrafes aos *Genii* romano-indígenas, assim como nas manifestações religiosas aos *Genii* clássicos, observa-se a fórmula *uotum soluit libens merito*, o que demonstra que as deidades responderam às súplicas e mereceram o monumento nas inscrições encontradas, mas que não esclarecem mais sobre as funções ou sobre o culto destas deidades.

Como era esperado, vimos igualmente, a predominância de aras de granito, neste caso presentes em todas as manifestações, além de vermos que aqui também não temos registo de decoração. Quanto à cronologia destas, vimos que todas são datáveis do século II d.C., durante o período antonino e inicial da dinastia severiana, correspondendo ao período de auge do hábito epigráfico nas Hispânicas, de acordo com Alföldy (1998: 292- 293 e :298).

Em relação aos grupos sociais que lhes rendiam culto, vemos que este é composto por cidadãos e peregrinos em proporções iguais (ICICB 003 e ICICB 004 e ICICB 001 e ICICB 002, respectivamente). Esta observação, portanto, nos impossibilita de afirmar que estes tipos de manifestações eram mais populares entre um ou outro grupo social e jurídico.

É importante, no entanto, assinalar que ao contrário do culto clássico temos registo de uma mulher dedicante de estatuto peregrino (ICICB 002). A presença do gênero feminino, em uma manifestação religiosa que apresenta a maioria masculina nos faz pensar ainda mais sobre a função da divindade em questão, o *Genius Tiauranceaicus*. De acordo com Vásquez Hoys (1982- 1983: 107), em seu estudo sobre a mulher na epigrafia religiosa hispano-romana, o gênero feminino tem recorrido quase sempre a divindades ligadas ao cuidado do lar e de seus filhos, sendo muito próxima aos cultos das deidades protetoras da família, dos bens domésticos e sobretudo da saúde e segurança de seu entorno. Uma informação que associada ao contexto arqueológico onde foi encontrada, próxima a Serra de Arga, chamada por alguns habitantes de “Serra da Saúde” ou “Montanha Santa” (Neves, 1949: 46; Encarnação, 1975: 194-195; Almeida, 1990: 170; Carvalho, 2008, 2: 112, nº 160701702), nos leva a refletir sobre a hipótese de Neves (1949: 46) que pensa que esta, possivelmente, era também uma divindade salutífera. Uma conjectura que além de não corresponder à característica típica do *genius*, também não tem respaldo em outras inscrições ou textos literários, o que nos leva a rejeitar esta hipótese.

Esta mesma dedicante, ainda nos fornece outra indicação, pois menciona como proveniência *Talabriga*, o que motivou alguns debates sobre se esta se referia a cidade próxima ao Vouga mencionada no Itinerário Antonino (na estrada *Olisipo- Bracara Augusta*) ou a um povoado na *ciuitas Limicorum*. Os autores, como Alarcão, Étienne e Fabre (1969: 224), Blázquez Martínez (1991: 72), Guerra (1998, 1: 621) e Redentor (2011, 1: 171) acreditam que nesta inscrição a dedicante faz referência a um *castellum Talabriga* na região dos Límicos (mencionado na inscrição *CILA I 24*), na Bacia do Alto Lima, cuja localização ainda não foi

determinada⁵¹. No entanto, Alarcão (2004a: 329) discorda mantendo a sua teoria de que esta faria referência a uma *ciuitas* e não a um *castellum*, ligando então àquela localizada no Cabeço do Vouga⁵². Independente de qual das Talábrigas esta dedicante é originária, a referência a uma *origo*, mostra que esta dedicante está longe do seu local de naturalidade (Encarnação, 2010: 106). Encontramos assim, uma questão interessante, pois temos uma dedicante que faz questão de mencionar a sua naturalidade e que cumpre um voto a uma divindade local de onde não é originária.

Este não é um fenómeno único, existem registos deste tipo de atitude, por exemplo, nas inscrições *CIL* II 2403, *CIL* II 2419 e *ILER* 859, relacionadas a variadas divindades indígenas e nas epígrafes *CIL* II 5550 (= *CIL* II 5068), *CIL* II²/7, 203 e *CIL* II²/5, 839, nas quais estão representados o *genius* romano protetor dos municípios de *Lacimurga* (*CIL* II 5550= *CIL* II 5068), *Nescania* (*CIL* II²/5, 839) e da colônia de *Corduba*(?) (*CIL* II²/7, 203)⁵³. Para estas três inscrições ao *genius* romano que protegem *topi* diferentes, Goffaux (2004: 164) apresenta uma interpretação para os motivos que levaram pessoas de fora destas comunidades a renderem culto a estas divindades tópicas. Este autor (2004: 171) pensava que este fenómeno poderia constituir em uma tentativa por parte dos estrangeiros de se integrar naquela comunidade, através da própria exaltação desta. No entanto, é arriscado afirmarmos com segurança esta interpretação para nossa inscrição, pois esta se trata de uma manifestação ao *Genius* romano-indígena e não ao *Genius* do culto romano, como, possivelmente, no contexto de Goffaux (2004). Além de também não sabermos se a dedicante estava nesta região apenas por um curto período de tempo ou se tencionava lá habitar e por isso gostaria de se integrar na comunidade. Sendo assim, poderia representar tanto uma vontade da dedicante, por algum motivo que nos escapa por falta de informações ou como tentativa de integração no povoado mineiro associado a esta manifestação, o aglomerado Bouça do Castro, que falaremos no capítulo seguinte.

Outra peculiaridade sobre os *cultores* dos *Genii* romano-indígenas está presente naquela ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001), já que o dedicante menciona uma profissão ligada ao setor de serviços de tratamento têxtil, a de pisoeiro (*fullo*). Este pertencia ao grupo dos trabalhadores e gerentes das *fullonicae*⁵⁴ (Uscatescu, 1994: 17; García Martínez, 1995b: 155, n.41; Flohr, 2013:

⁵¹ Guerra (1998, 1: 621) não descarta a possibilidade de também existir uma *Talabriga* situada próxima da localidade onde a epígrafe foi encontrada.

⁵² Hipótese de localização proposta por Alarcão (2004a: 327), para mais discussões acerca da possível localização desta *ciuitas* cf. Alarcão (2004a: 325- 330) e Lopes (1995: 331- 343).

⁵³ Leituras segundo a interpretação de Goffaux (2004: 163- 164).

⁵⁴ Para uma reconstituição gráfica dos espaços de uma *fullonica* onde decorrem as atividades dos pisoeiros, através do exemplo da *fullonica* de *Stephanus* em Pompéia, cf. Connolly (1990: 60- 61).

309), instalações especializadas em limpar roupas usadas e dar acabamento as vestimentas de lã novas (Uscatescu, 1994: 43; Juan-Tresserras, 2000: 245; Bradley, 2002: 21). Este era um serviço⁵⁵ de luxo (Bradley, 2002: 22; Flohr, 2011: 209) que dava certo lustre a roupa e a tornava mais atraente (Flohr, 2009: 175; 2011: 209) não correspondendo a uma parte integrante da corrente produtiva têxtil, mas sim uma escolha pessoal (Bradley, 2002: 22).

Suas oficinas, as *fullonicae*, requeriam um forte investimento na construção do local, nos instrumentos e material necessário para o desenvolvimento e manutenção de sua atividade, sendo assim, os donos precisariam ter possibilidades financeiras suficientes para garantir o seu funcionamento (Uscatescu, 1994: 153; Bradley, 2002: 38). De forma que estes estabelecimentos nem sempre eram explorados pelos *fullones* que trabalhavam nela, sendo o espaço muitas vezes alugado (Uscatescu, 1994: 153). Ser um *fullo*, não era uma das profissões mais invejáveis, como visto pelas diversas obras de comédia feitas às custas destes. A *ars fullonica* era uma técnica para poucos, já que a prolongada imersão em água e a exposição à *creta fullonica* e a urina causava problemas de saúde (Bradley, 2002: 37-38). Assim, a partir do estudo dos *corpora* epigráficos de Roma e Pompéia, que possuem mais inscrições acerca desta profissão, Uscatescu (1994: 153) afirma que nestas cidades este trabalho era desempenhado muitas vezes por escravos ou libertos.

No entanto, *Flaus Flauini* (ICICB 001), possui o estatuto de peregrino, como percebido pela sua onomástica, o que indicaria que talvez nesta parte da província da *Hispania citerior*, esta função poderia ter características diferentes daquelas das cidades itálicas. Deste modo, acreditamos que este tanto poderia exercer uma função específica dentro da *fullonica* quanto poderia ser dono desta, pois poderia ter capital para construí-la ou mantê-la. Com segurança, apenas podemos dizer que ao expressar a sua profissão, este dedicante mostrava que tinha orgulho dela e a utilizava para se identificar para a divindade e se individualizar entre os membros de sua comunidade, mostrando que era o pisoeiro *Flaus*, filho de *Flauinus* que cumpria aquele voto de bom grado e merecidamente.

A escolha desta divindade, no entanto, não correspondia àquela comum a esta profissão, ou seja, não foi feito um pedido a Minerva, patrona dos artesãos. Foi, pelo contrário, eleita uma deidade tópica que presidia sobre um local com abundância de água como, possivelmente, indicado por seu epíteto *Laquiniensis*. Um fato que associado à indicação de uma

⁵⁵ As atividades das *fullonicae* e os processos de tratamento têxtil decorridos nela são conhecidos graças aos relatos de Plínio, em sua *História Natural* (35, 198) e de Hipócrates em sua obra *De dieta* (1,14) que descrevem brevemente a função dos pisoeiros e a associação destas informações com aquelas dos frescos da casa dos *Vetii* e das pinturas do estabelecimento de *L. Veranius Hypaseus* (Uscatescu, 1994: 44).

atividade profissional que exigia grandes volumes desta, reforça a ideia que o âmbito de proteção desta divindade não era apenas relacionado a um topónimo que possui uma ligação com a água, mas sim que também protegia esta própria fonte energética, por extensão da tutela desta divindade. O que poderia representar uma característica totalmente diferente daquele tipo de proteção oferecida por um *genius* romano.

Estas manifestações religiosas aos *Genii*: *Laquiniensis* (ICICB 001), *Tiauranceaicus* (ICICB 002), *Tongobrigensium* (ICICB 003) e *Viriocelensis* (ICICB 004) parecem, portanto, apresentar, várias características próprias, que possuem divergências e similaridades com aquelas do *Genius* romano. Sabemos que existem questionamentos atuais sobre o caráter desta deidade, levantados principalmente por Encarnação (1987: 11; 1989: 281-282; 1990: 450-451), que se indaga se estes deuses deveriam ser ainda incluídos no grupo de deidades indígenas, ou se estes deveriam passar para o grupo dos deuses romanos, como pensado por Alarcão (1988a: 159), Carcedo de Andrés (2008: 179), Olivares Pedreño (1999: 346; 2008: 220-221 e n^os 4 e 9) e Fernandes (2002f: 180).

O que, a princípio, chamou mais a atenção foi o fato de que estas deidades romano-indígenas teriam epítetos associados a toponímia e etnonímia indígena. Contudo, os autores mencionados acima, que defendem uma posição destes *Genii* com epítetos indígenas como um culto romano, acreditam que a presença destes elementos não sejam o suficiente para atribuir a deidade um cunho indígena (Fernandes, 2002: 180; Olivares Pedreño, 2008: 220). A parte desta questão, conseguimos perceber outros componentes que talvez elucidem mais sobre ambos os cultos, sem podermos, entretanto, tomar uma posição definitiva acerca de encaixá-los em um grupo totalmente romano.

A segunda observação que fazemos é que sua esfera de atuação está centrada naquela relativa à proteção de um *topos* ou de um povo, enquanto as inscrições ao *Genius* clássico abrangia igualmente a tutela sobre indivíduos, deuses e seres divinizados. Um indício que reflete uma maior preocupação com a proteção de um território ou um povo, a semelhança do que parecia ser os sentimentos religiosos pré-romanos da região. Também vimos, que enquanto protetores de um espaço físico os *Genii loci* romanos da fachada ocidental do convento brácario são apresentados com a expressão referente ao apelativo genérico somado a um determinativo, como comum em outras inscrições deste tipo na província da Hispania Citerior (como, por exemplo, *AE* 1916, 74; *CIL* II 2991; *CIL* II 4071; *CIL* II 4072, *CIL* II 4073) informando ainda o estatuto jurídico do lugar. No entanto, os *Genii* romano-indígenas são invocados em uma

associação de apelativo genérico e epíteto referente ao topónimo (sem nenhuma informação acerca do estatuto jurídico do local) e etnónimo (sem a expressão *populi*, que seria esperada se seguisse o exemplo do *Genius populi romani*).

Outros elementos que parecem se diferenciar são em relação às cronologias de ambas as manifestações. Enquanto, o culto romano, aparece ao longo dos séculos I a.C. ao III d.C., se concentrando-se na primeira metade do século I a.C., aquelas inscrições aos *Genii* romano-indígenas são erigidas apenas no século II d.C., possivelmente durante o auge do hábito epigráfico. Uma observação, que obviamente, por si só, não comprova que estes não fazem parte do culto romano, mas que associado às outras observações nos fazem hesitar em defini-los como perfeitamente romanos.

Um componente importante que os defensores da ideia de que ambos representam o mesmo culto, é a presença de dedicantes que se beneficiaram da promoção jurídica outorgada por Vespasiano (Alarcão, Étienne, Fabre, 1969: 232; Olivares Pedreño, 1999: 347; 2008: 220). Entretanto, não vemos esta característica em todas as inscrições aos *Genii* romano-indígenas, atentando também ao fato de que este apresenta grupos sociais mais variados que aqueles do *Genius* romano, afinal enquanto neste é predominante a presença de cidadãos, alguns de ordens com mais possibilidades financeiras, no outro temos uma igualdade de presença entre peregrinos e cidadãos. Além de também existir um voto de uma mulher peregrina, inexistente nas outras manifestações e de um artesão de estatuto peregrino, que também é uma profissão não vista naquele culto romano na região estudada.

Compreendemos que são manifestações de características muito próximas, entretanto, não nos sentimos confiantes em integrá-los definitivamente na categoria de deuses romanos. Pelo fato de que ainda percebemos diferenças, essencialmente ao remeter a topónimo e etnónimos de origem pré-romana, um fator que os aproximaria do que é pensado para os cultos pré-romanos da região.

2.3.2. Lares

2.3.2.1. Lares do culto clássico

Divindades que também angariaram muita popularidade na Península Ibérica, até mesmo mais que os *Genii* foram os *Lares* (Nicols, 1987: 145; Beltrán Lloris, 1988: 62- 63;

Olivares Pedreño, 2008: 222). Suas características similares às deidades protetoras do território indígena e dos clãs facilitou o processo de *interpretatio* (Olivares Pedreño, 2008: 219), formando deuses romano-indígenas, que assumiram expressões tanto em sua forma plural, quanto no singular.

Na religião romana, em período republicano, estas divindades eram conhecidas pela sua invocação no singular, como o deus *Lar*, de função tutelar (Grimal, 1990: 238) cultuada pelas famílias. Era o guardião do lar e da lareira, invocado em conjunto com os *Penates*⁶⁶, sendo uma deidade protetora das famílias (*Lar familiaris*), que protegia estes e a terra onde habitavam (Portela Filgueiras, 1984: 153; Alcock, 1986: 115; Beltrán Lloris, 1988: 62; Fernandes, 2002: 180; Scheid, 2003: 165; Beltrão, 2011: 55).

Com o principado de Augusto, esta deidade, no entanto, devido à influência dos *Lares Augusti*, passa a ser denominada e representada no plural (*Lares*), aparecendo nos *lararia* como dois jovens dançantes servindo vinho de uma *cornucopia* para uma *patera* (Scheid, 2003: 165). Os *Lares Augusti* foram frutos da renovação cultural promovida por Augusto em 7 d.C., que os utilizou não só para fortalecer o senso de lealdade ao seu comando, como também dar poder religioso a grupos sociais e jurídicos que eram deixados à parte em outros cultos públicos, como libertos e escravos (Alcock, 1986: 115; Scheid, 2003: 163), que agora participavam deste (Scheid, 2003: 163).

No Ocidente brácara, percebemos a presença de manifestações religiosas a estas deidades romanas tutelares em seis inscrições (ICICB 068, ICICB 069, ICICB 070, ICICB 071, ICICB 072 e ICICB 073) que apresentam invocações diferenciadas, no singular e no plural, como podemos ver na Quadro 3.

Quadro 3- *Lares* romanos

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
<i>Lar</i>						
069	<i>Lar Patrius</i>	<i>Ladronus</i> <i>Auitis (!) Filius</i>	- - - ^b	<i>Votum</i> <i>Soluit</i> <i>Propitius sis</i> <i>rogo</i>	Ara Granito (S) ^c	101- 150 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 1); ^bSem informação; ^c Com decoração.

⁶⁶ Deuses protetores das *penus* (despesas) que tinham o seu culto localizado no *atrium* das casas romanas (Beltrão, 2011: 55, n.76).

Quadro 3- *Lares* romanos (continuação)

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
<i>Lares</i>						
068	<i>Lares Marini</i>	<i>Vlpus Flaus</i>	-- ^{a,b}	<i>L(ibens)</i> <i>Votum</i> <i>Solui(t)</i>	Ara Granito (N) ^c	101- 200 d.C.
070	<i>Lares Viales</i>	<i>Flavius</i> <i>Sabinus</i>	---	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	--- --- (--)	151- 270 d.C.
071	<i>Lares Viales</i>	<i>M(arcus)</i> <i>Luc[us]</i> <i>Cat[us]</i>	---	<i>Sacrum</i> <i>A(nimo)</i> <i>L(ibens)</i> <i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i>	Ara Granito (N)	101- 150 d.C.
072	<i>Lares Viales</i>	<i>Maternus Rufi</i>	---	<i>L(ibens)</i> <i>A(nimo)</i> <i>P(osuit)</i>	Ara Granito (N)	101- 150 d.C.
073	<i>Lares Viales</i>	<i>Val(eria?)</i> <i>Ruf(a?)</i>	---	<i>P(osuit)</i>	Ara Granito (S) ^d	151- 250 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração; ^d Com decoração.

Como podemos observar neste Quadro 3, há uma predominância do culto aos *Lares* no plural, vista em cinco das seis inscrições encontradas no território trabalhado. Sua invocação no singular está presente apenas no *titulus* ao *Lar Patrius* (ICICB 069), no qual o apelativo genérico, *Lar* está somado a um epíteto, *Patrius*, consistindo, possivelmente, no culto ao *Lar Familiaris* (Redentor, 2011, 1: 316). Sobre esta inscrição, Redentor (2011, 1: 316), acredita que esta pode ter relação com os antepassados e não propriamente com a figura paternal, concordando, desta maneira com a visão de Ribeiro (2002a: 463, nº XXVI) para o seu paralelo teonímico no monumento epigráfico *AE* 2002, 762, de Villadecanos, León no *Conuentus Asturum*. Outra interpretação possível viria de seu paralelo encontrado na inscrição conimbricense *ILER* 595 que apresenta os *Lares Patrii*, no qual o apelativo genérico também estaria associado a um epíteto. Nesta, de acordo com a interpretação de Alarcão, Étienne e Fabre (1969: 219), estes *Lares* teriam um caráter tópico, muito parecido com o do *Genius loci*. Apesar desta interpretação, acreditamos que as leituras de Redentor (2011, 1: 316) e Ribeiro (2002a: 463, nº XXVI) façam mais sentido devido ao fato de ao contrário daquela inscrição conimbricense, a epígrafe leonesa estar associada à deidade no singular como a de *Ladronus*, filho de *Auitus* (ICICB 069) e ao

próprio caráter da divindade no culto doméstico romano. Afinal, segundo Scheid (2003: 163), existem algumas interpretações desta deidade que falam na possibilidade deste estar ligado aos espíritos dos mortos, ou seja, aos antepassados de uma família.

Nas cinco epígrafes restantes (ICICB 068, ICICB 070, ICICB 071, ICICB 072 e ICICB 073), os *Lares* são invocados apresentando o apelativo genérico associado a epítetos, que expressam a função da deidade. Na verdade, a inscrição aos *Lares Marini* (ICICB 068) é a única que apresenta um adjetivo diferente das anteriores, sendo este relativo ao mar. De acordo com Redentor (2011, 1: 316), este estava ligado, possivelmente, à proteção das viagens marítimas, à semelhança do culto aos *Lares permarini* (*CIL* XIV 4547 e *AE* 1922, 87) de Óstia (Alcock, 1986: 115), o que demonstraria que estes deuses têm o caráter de culto romano.

Os outros monumentos epigráficos mencionam todos os *Lares Viales* (ICICB 070, ICICB 071, ICICB 072 e ICICB 073), um culto muito difundido nas províncias ibéricas (Portela Filgueiras, 1984: 166), de proteção das vias, que encontram paralelos fora destas províncias, como em Roma (*CIL* VI 36812), na Dácia (*CIL* III 1422)⁵⁷, na *Mauretania Caesariensis* (*CIL* VIII 9755), na Gália *Narbonensis* (*CIL* XII 4320)⁵⁸ e na Etrúria (*CIL* XI 3079). Seu caráter de culto romano pode ser interpretado por causa de sua associação aos *Lares Compitales* e *Semitaes*⁵⁹ no monumento encontrado na Etrúria (*CIL* XI 3079), reforçando a sua ligação como protetores das vias. No entanto, alguns pesquisadores como Lambrino (1965: 234), Alarcão, Étienne e Fabre (1969: 227), Blázquez Martínez (1970: 74- 75), Portela Filgueiras (1984: 175- 176)⁶⁰ e Étienne (2006: 37) discordam, pois acreditam que estes por terem grande incidência no Noroeste Peninsular podem encobrir deidades indígenas em uma última evolução dos cultos aos *Lares* protetores de vilas, rios e etc. Apesar, destas interpretações de que os *Lares Viales* podem encobrir realidades culturais indígenas, não podemos afirmar com certeza de que este é um resultado de uma prática de *interpretatio* apenas porque se tem mais registos na região do Noroeste peninsular do que no resto do Império. Portanto, já que reconhecemos alguns vestígios em outras partes do território romano, inclusive em Roma, acreditamos que por segurança devemos tratar esta como uma divindade do culto romano, por apresentar um apelativo genérico e um epíteto de origem latina.

⁵⁷ Representado em forma singular, como *Lari Vialis*.

⁵⁸ Representado com dois epítetos *Lares Magni et Viatorii*.

⁵⁹ *Lares* que presidem sobre as vias.

⁶⁰ Esta autora, apesar de concordar com a hipótese de que estes poderiam encobrir deidades indígenas não identificadas, acredita que tem de dar mais crédito a participação romana na criação deste culto, já que afinal tanto o apelativo quanto o epíteto são de origem latina (Portela Filgueiras, 1984: 175- 176).

Para continuar a análise das funções ou das esferas de influência de cada divindade, como dito anteriormente, também precisamos analisar as fórmulas votivas ligadas a estas inscrições. Nas manifestações aos *Lares* que constituem parte do culto clássico verificamos a predominância das variações da fórmula de cumprimento de voto, com a expressão *uotum soluit* presente em quatro destas (ICICB 068, ICICB 069, ICICB 070 e ICICB 071). O que demonstra que a maioria enquadra-se no primeiro motivo descrito por Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477). Sendo que dentre estas, em uma ara aos *Lares Viales* (ICICB 071), é também reconhecida a expressão *sacrum* que informa que o monumento foi consagrado à divindade. E ainda em outra se vê uma continuação da fórmula votiva, presente na epígrafe ao *Lar Patrius* (ICICB 069), na qual além do comum *uotum soluit*, também se têm a frase *propitius sis rogo* (suplico que sejas propício). Uma continuação que envolveria, possivelmente, um pedido para o futuro, ou seja, que o dedicante pediria que este fosse favorável aos seus pedidos nas próximas promessas, ou que representasse um desejo do *cultor* de que a deidade fosse propícia na promessa já feita. Também é necessário observar que duas manifestações, aos *Lares Viales* (ICICB 072 e ICICB 073) por suas fórmulas, parecem demonstrar que não houve uma promessa envolvida anteriormente, já que o dedicante mencionava apenas que colocou ou que erigiu o monumento de livre vontade.

Quanto aos suportes, notamos que tanto nas divindades representadas no plural quanto no singular há, como na maioria das inscrições votivas, a utilização de aras de granito, um suporte tipicamente votivo feito com o material da região. Já quanto a decoração destes, que poderia nos auxiliar sobre a funcionalidade da divindade ou sobre alguma característica do culto, pode-se dizer que temos dois vestígios no grupo de inscrições aos *Lares* romanos.

Constatamos motivos decorativos, por exemplo, na inscrição ao *Lar Patrius* (ICICB 069), onde figura um bovídeo de chifres proeminentes, invocando a ideia de potência e virilidade (Chevalier & Gheerbrant, 1986, *s.v. toro*: 1001- 1005), o que poderia ter relação com as atividades agropecuárias da região onde foi encontrado o monumento ou até mesmo representar um rito sacrificial deste culto (Redentor, 2011, 1: 316- 317). E ainda, outra decoração no monumento aos *Lares Viales* (ICICB 073), onde nota-se arcarias nas faces laterais e um motivo em espiral na face posterior. Elementos que, possivelmente, demonstrariam o próprio processo da viagem, com a representação da arcaria como porta ou pórtico marcando uma transição (Chevalier & Gheerbrant, 1986, *s.v. puerta*: 855) e com a espiral simbolizando uma continuidade cíclica, um desenvolvimento (Chevalier & Gheerbrant, 1986, *s.v. espiral*: 479), sendo talvez um

trajeto. Desta maneira, aparentemente, os motivos decorativos podem ter relação seja com a função da deidade, seja com uma parte do rito sacrificial de seu culto. No entanto, sem mais informações e paralelos para corroborar estes dados, apenas podemos considerar estas hipóteses plausíveis.

Em relação à cronologia destes suportes ao *Lar/ Lares* romanos pode-se dizer que, de acordo com as cronologias dadas por Redentor (2011, 2), estas são erigidas ao longo de dois séculos, desde 101 até 270 d.C. No entanto, aparecem com mais frequência na primeira metade do século II d.C., tanto para a divindade apresentada no plural quanto no singular, uma época que corresponde ao período antonino, antes do principado de Marco Aurélio, ou seja, no auge do hábito epigráfico na Península Ibérica (Alföldy, 1998: 292- 293) e durante uma época de intensificação da presença romana na região.

Por fim, deve-se, como mencionado anteriormente, perceber também os grupos sociais que cultuavam estas deidades. Assim, sobre os *cultores* destes, percebemos que estes, a semelhança do culto ao *Genius* romano, são mais representados pela população masculina, uma característica comum aos *corpora* epigráficos e fontes literárias sobre o Império Romano, que apresentam uma maior informação acerca das atividades masculinas (Finley, 1990: 143-144). Entretanto, ao contrário das manifestações àquela outra deidade tutelar, percebemos a presença de apenas uma mulher⁶¹, *Valeria Rufa* (ICICB 073), de estatuto quiritário dentre três homens deste mesmo estatuto, *Vlpus Flaus* (ICICB 068), *Flavius Sabinus* (ICICB 070) e *Marcus Lucius Caturo* (ICICB 071). Apesar, desta predominância de indivíduos de estatuto quiritário, vemos também peregrinos, *Ladronus*, filho de *Auitus* (ICICB 069) e *Maternus* de *Rufus* (ICICB 072), sendo interessante observar igualmente a ausência de *cultores* de estatuto servil e liberto, que estariam, como falado, ligados, por exemplo, ao culto aos *Lares Augusti*, cujos vestígios não encontramos no Ocidente brácara.

Com estes dados percebemos algumas características do culto a esta deidade tutelar no território estudado. A primeira é que os *Lares* romanos aparecem mais em sua forma no plural do que no singular, sendo que enquanto *Lar* está ligado ao ambiente familiar, mais propriamente aos antepassados de uma família, enquanto que no plural, como *Lares*, aparentam estar mais associados às viagens marítimas e viárias, segundo as interpretações mais atuais. Também

⁶¹ A leitura é feita como uma mulher, apesar de não se ter as terminações do *nomen* e do *cognomen* expressas, pois, como explicado por Redentor (2011, 1: 316, n.10), esta inscrição pode estar relacionada à inscrição ao *Deiwo Vestero* (AE 1983, 563) encontrada relativamente perto de Castelo do Neiva, em Alvarães, podendo ambas ser iniciativa da mesma dedicante, que possui o *cognomen* completo na inscrição a deidade indígena.

notamos que as fórmulas votivas mais utilizadas são aquelas que se referem ao cumprimento do voto, contendo algumas variações em sua estrutura com o acrescento de expressões como *propitius sis rogo* (ICICB 069). Quanto aos seus suportes verificamos que como era expectável tem-se uma prevalência de aras de granito e que apenas duas destas possuem decoração que poderia estar ligada tanto com as possíveis funções da deidade quanto com uma parte do rito sacrificial de seu culto. E por fim, constatamos a presença masculina de estatuto quiritário presente na maior parte dos votos, sendo apenas de ressaltar a presença de uma mulher e de dois peregrinos e a ausência significativa de servos e libertos. Deste modo, com as características das inscrições aos *Lares* romanos definidos, podemos partir para uma análise daqueles romano-indígenas, a fim de perceber diferenças e/ou similaridades entre ambos e assim, tentar individualizar cada culto.

2.3.2.2. *Lares* romano-indígenas

Na Península Ibérica, os *Lares* viraram divindades protetoras de locais e povos, recebendo epítetos relacionados à topónimos, etnónimos, hidrónimos e gentílios indígenas em forma latinizada, se tornando deidades romano-indígenas, muitas vezes documentados em apenas em um testemunho epigráfico. Estas são vistas em dez inscrições (ICICB 007 a ICICB 016) distribuídas pelo Ocidente brácario, estando estes representados mais correntemente em sua forma no singular do que no plural, como podemos ver no Quadro 4.

Quadro 4- *Lares* romano-indígenas

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Lar</i>						
007	<i>Dominus Sanctus Karo?</i> <i>Conseruator? Lar?</i> <i>Lapiteus?</i>	<i>Rufus Rufini</i>	- - ^b	<i>A(ram)</i> <i>P(osuit)</i> <i>Vo(tum)</i> <i>So(luit)</i>	Ara Granito (S) ^c	151- 230 d.C.
008	<i>Dominus Sanctus Lar? Lapiteus?</i>	<i>Cornelia Rufila</i>	- - -	<i>A(ram)</i> <i>P(osuit)</i> <i>Q(uod)?</i> <i>Vo(luit)</i> <i>Fr(ater)</i>	Ara Granito (S)	151- 230 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Com decoração.

Quadro 4- *Lares* romano-indígenas (continuação)

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
<i>Lar</i>						
009	<i>Lar Beiraidagus</i>	[L]ucre[tius] Caturo[n]is F[ilius]	- - - ^b	Ex Vot(o) Pos(ui)t Ar(am) Sac(raui)t?	Ara Granito (N) ^c	101- 230 d.C.
010	<i>Lar Do(- - -)</i>	Aniciu[s] Mate[r]nus	- - -	Ex Vot[is] Posui[t]	Ara Granito (N)	151- 200 d.C.
011	<i>Lar Sefius</i>	Comes	- - -	Pro salute	Ara Granito (- - -)	151- 250 d.C.
012	<i>Lar Talebrigus(?)</i>	- - - (- - -)	- - -	V(otum) L(ibens) M(erito) [S(oluit)]	Ara Granito (N)	151- 270 d.C.
013	<i>Lar Viu[.]naecus</i>	T(itus) A(- - -) M?(- - -)	- - -	V(otum) S(oluit) L(ibens) [A(nimo)]	Ara Granito (S) ^d	101- 200 d.C.
<i>Lares</i>						
014	<i>Lares Anaeci</i>	[P]riscu[s] Hieron	Intendentes (em matéria financeira) do imperador Domiciano Augusto	V(otum) S(oluerunt) L(ibentes) M(erito)	Ara Granito (N)	81- 96 d.C.
015	<i>Lares Burici</i>	Bloena	- - -	[V]otum [S]oluit	Ara Granito (S)	101- 200 d.C.
016	<i>Lares Cereanaeci</i>	Niger Proculi F[ilius]	- - -	V(otum) L(ibens) S(oluit)	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^bSem informação; ^cSem decoração; ^d Com decoração.

Os primeiros *tituli* a serem aqui analisados são aqueles que têm o apelativo genérico *Lar* no singular, o que corresponde às inscrições: a *Karo Conseruator Lar Lapiteus?* (ICICB 007), ao *Lar Lapiteus?* (ICICB 008), ao *Lar Beiraidagus* (ICICB 009), ao *Lar Do(- - -)* (ICICB 010), ao *Lar Sefius* (ICICB 011), ao *Lar Talebrigus* (ICICB 012) e ao *Lar Viu[.]naecus* (ICICB 013).

Nos monumentos epigráficos erigidos por *Rufus*, filho de *Rufinus* (ICICB 007) e por *Cornelia Rufila* (ICICB 008)⁶², vemos uma forma de apresentação divina complexa, referenciada em um sistema de siglas e abreviações compreensíveis apenas para os fiéis do culto (Tranoy, 1984: 448, n° 6) e que dificultam a sua interpretação nos tempos atuais. Muitos autores ofereceram variadas leituras para estas siglas, contudo, o denominador comum a quase todos foi à referência à deidade *Lar*, pensada primeiramente por Tranoy (1981: 272). Um estudioso que, inclusive, chegou a conceber, em um trabalho posterior (1984: 448), que neste formulário religioso estariam também incluídas referências ao ritual, em um sistema de siglas em latim já cimentado graças à integração avançada entre as culturas romana e indígena. Os estudiosos que o seguiram, Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 193), Encarnação (1985- 1986: 308), Garcia (1991: 506- 507, n°s 572 e 573), García Martínez (1996: 93, n.91), Olivares Pedreño (2000a: 99; 2000c: 58; 2002: 73), Carvalho (2008, 2: 89-90, n° 16011402) e Fontes *et alii* (2009: 40), entretanto, apesar de acreditarem nesta hipótese, não asseguram a leitura por não terem paralelos. Na verdade, apenas alguns se aventuram a desdobrar os qualificativos *d(ominus ou omina)* (de caráter apelativo) e *s(anctus ou ancta)*⁶³ (de caráter adjetival), também pensados por Tranoy (1981: 272).

Mais recentemente, Alarcão (2004c: 345 *apud* HEp 14, 454 e 455) ofereceu um desdobramento do restante das siglas. Este autor (2004c: 345 *apud* HEp 14, 454 e 455) inspirado pela decifração da inscrição encontrada na capela de São Ciprino (HEp 14, 457), resolve a leitura destes como *D(omino) S(ancto) K(aro) C(onseruatori) L(alaeco)* para a primeira (ICICB 007) e *Do(mino) Sa(ncto) La(laeco)* para a segunda (ICICB 008). Para esta decodificação do epíteto *Lalaeco*, este se baseava na existência: do antropônimo *Lalus*, de um antigo Pomar de Lala em Santa Maria de Sindy referida nas Inquirições de 1258 e também em um documento medieval de 1032, onde surge como *testis* um *Lalo* (Alarcão, 2004c: 345 *apud* Redentor, 2011, 1: 374).

Seguindo partes dos pensamentos de Tranoy (1981: 272) e Alarcão (2004c: 345 *apud* Redentor, 2011, 1: 374) e apoiando-se também na leitura do teónimo *Caro* para a inscrição EE IX, 1913: 101, n° 268a e na leitura de Guerra (1998: 478-479) para uma das epígrafes de Panóias (CIL II 2395b), Redentor (2011, 1: 374-375), oferece as interpretações *D(omino)*

⁶² Analisamos estas duas em conjunto, pois desde o estudo de Tranoy (1981: 272) é comumente aceite, devido à semelhança do formulário teonímico e a região onde foram encontradas, que estas se referem a mesma deidade.

⁶³ Apenas Garcia (1991: 506- 507, n°s 572 e 573) não apresenta desdobramento destes qualificativos.

S(ancto) K(aro) C(onseruatori) L(ari?) La(piteo?) para o primeiro monumento (ICICB 007) e *Do(mino) Sa(ncto) L(ari?) L(apiteo?)* para o segundo (ICICB 008).

Para defender seu ponto de vista, este explica que o nome *Caro* seria um apelativo que designava uma qualidade específica divina, sendo derivado do indo-europeu *kar-* ‘duro’ (IEW, 1959, s.v. *kar-*: 531- 532), relacionável com pedra, já que veio formar no antigo irlandês *carrac-* ‘rocha, penhasco’ e no bretão *carn-* ‘sepultura pétrea’. Uma conjectura que se pensada com o qualificativo *Lapitearum*, como refletido por Guerra (1988: 488- 489), faria sentido, pois este remeteria ao termo latino *lapis-* ‘pedra’ (Ernout & Meillet, 2001, s.v. *lapis, -idis*: 340-341) e ao seu adjetivo correspondente *lapideus, a, um* significando ‘de pedra, pedregoso’ (Almeida, 2005, s.v. *lapideus*: 269). Sendo assim, segundo Redentor (2011, 1: 375), esta leitura, caso correta, indicaria que estas três inscrições de Arcos de Valdevez ilustrariam o verdadeiro processo de *interpretatio* divina. Já que se tem a inscrição a deidade indígena na ara de Rio de Moinhos (EE IX, 1913: 101, n° 268a), *Caro*, depois outra em Guela onde aparece como *Karo Conseruator Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 007), aparentemente assimilado ao deus *Lar* e uma terceira onde surge apenas como *Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 008) mantendo os títulos da deidade indígena, para a sua lembrança direta em uma fase já avançada do culto (Redentor, 2011, 1: 375).

Concordamos, então, com a leitura de Redentor (2011, 1: 375) não só porque este vem seguindo uma linha de pensamento coerente com as pesquisas feitas sobre ambos os monumentos, mas porque esta interpretação faz sentido em uma linguagem religiosa regional. Verificamos a presença dos qualificativos, apresentados por ele e por outros autores, em outras deidades e também percebemos seu pensamento lógico para a identificação dos seres divinos ali presentes, baseados em paralelos próximos, como o apelativo *Caro* (EE IX, 1913: 101, n° 268^a) e o epíteto *Lapitearum* (CIL II 2395b), fazendo esta mais sentido que aquela oferecida por Alarcão (2004c: 345 *apud* Redentor, 2011, 1: 374).

Deste modo, primeiramente, observamos a invocação da epígrafe ao *D(ominus) S(anctus) K(aro) C(onseruator) L(ar?) La(piteus?)* (ICICB 007). Esta é formada por dois qualificativos, um de caráter apelativo (*dominus*) e outro adjetival (*sanctus*), seguidos do apelativo indígena, *Karo* e do epíteto, *Conseruator*⁶⁴ (um substantivo agindo como um epíteto funcional), que em associação identificariam a deidade indígena assimilada a uma romana apresentada com o apelativo genérico, *Lar* e o epíteto *Lapiteus*. Já a segunda ao *Do(minus) Sa(nctus) La(r) La(piteus?)* (ICICB 008) é formada pelos mesmos dois qualificativos

⁶⁴ ‘conservador, protetor’ (Almeida, 2005, s.v. *conseruator*: 107).

acompanhados igualmente pelo apelativo genérico e pelo epíteto. Sendo assim, no primeiro caso estaríamos frente ao caso 8 de De Bernardo Stempel (2008: 69), no qual uma deidade pré-romana foi equacionada com uma do panteão romano com a mesma esfera de poder e no segundo perante uma forma mais avançada da invocação da mesma deidade. Seriam ambos, a representação de uma única deidade, possivelmente, protetora de um lugar rochoso ou com muitas pedras. Uma característica que poderia estar associada ao próprio local onde, possivelmente, foram encontradas às inscrições, a Quinta do Real onde, segundo informações de Almeida e Almeida (2011: 7), estaria um povoado localizado em um penedo arredondado de pequeno porte, que tinha como característica principal um rasgo vertical e profundo, claramente artificial.

O terceiro monumento epigráfico a observarmos é aquele ao *Lar Beiraidagus* (ICIB 009), no qual a deidade é igualmente invocada no singular. Esta, apesar de possuir o mesmo apelativo que as anteriores, possui um epíteto com variadas interpretações, o que torna difícil encaixá-la com absoluta certeza em um dos tipos específicos de De Bernardo Stempel (2008), se tratando, possivelmente, do caso 1b.

Para Tranoy (1984: 446) este elemento da invocação estaria ligado, como seria de se esperar desta deidade tópica, a um grupo étnico ou a um lugar, uma perspectiva que tem regido a maioria das hipóteses atuais. Para García Martínez (1996: 930) este epíteto estaria relacionado a um povo, os *Beiraidagi*, que se localizavam próximos a *Bracara Augusta*. Já para Silva *et al.* (2007: 143) e Silva (2007: 386) este estaria relacionado a região da Beira, sendo o deus protetor desta área. Por fim, considerando como anacrônico o raciocínio de Silva *et al.* (2007: 143) e Silva (2007: 386) e levantando a questão de que este poderia também estar ligado a uma característica benfazeja do deus *Lar*, Redentor (2011, 1: 361) sugere outra interpretação etimológica. Para este epigrafista (2011, 1: 360- 361), este epíteto poderia remeter ao indo-europeu **bher-* ‘trazer, transportar’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *bher-*: 128), como que refletindo uma função do *Lar*. No entanto, apesar de considerar que a conjectura levantada por Redentor (2011, 1: 360- 361) é plausível, estamos mais inclinados àquelas que refletem epítetos relacionados a povos ou lugares. Uma opção escolhida não só pelo fato de a maioria dos epítetos dos *Lares* das manifestações romano-indígenas do Ocidente brácaro terem um epíteto relacionado a etnonímia ou a toponímia, mas também porque, segundo Scheid (2003: 156), na religião romana este era protetor de espaços físicos, possuindo epítetos ou determinativos neste sentido, o que, possivelmente, também se veria nas deidades assimiladas a ele. No entanto, a

existência de um *Lar Patrius* (ICICB 069), nos impede de confirmar totalmente esta hipótese, de forma que apenas podemos dizer que seria mais provável a ligação com aqueles tipos de epítetos ou determinativos.

A quarta inscrição ao *Lar Do(- -)* (ICICB 010) também apresenta o apelativo genérico no singular cujo qualificativo, epíteto ou determinativo não nos aventuramos a decifrar. De acordo com Redentor (2011, 1: 362), o primeiro a oferecer um desdobramento, esta abreviatura poderia estar relacionada a um qualificativo *dominus*, usado nas identificações de *numina* indígenas na fachada ocidua do *conuentus Bracaraugustanus*, razão que o levou a inserir esta deidade entre aquelas romano-indígenas. Sendo assim, para este autor (2011: 362), *Lar Dominus* encontraria paralelos nos vestígios conservados, nomeadamente nas inscrições ao *Dominus Sanctus Karo Conseruator Lar Lapiteus* (ICICB 007) e *Dominus Sanctus Lar Lapiteus* (ICICB 008)⁶⁵, o que justificaria a sua linha de pensamento. Entretanto, devido ao estado de conservação do suporte e a maior frequência da associação entre este apelativo genérico e epítetos ou determinativos de carácter tópico ou familiar, não ficamos totalmente seguros acerca desta leitura, contudo, também não nos aventuramos a uma tentativa de desdobramento sem mais informações e paralelos.

No *titulus* ao *Lar Sefius* (ICICB 011), vemos novamente o mesmo apelativo genérico no singular, no qual a deidade apresenta-se, como no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66), estando identificada como pertencente a uma família ou grupo populacional, através de um adjetivo, *Sefius*, que gerou algumas interpretações etimológicas ao longo dos anos. De acordo com Tranoy (1981: 304), este epíteto deveria estar ligado a uma família ou a um pequeno grupo. Para Blázquez Martínez (1970: 74), Garcia (1991: 360, n° 216), García Martínez (1996: 932); Prósper (2002: 317, n° XI.VIII; 2004: 176) e Silva (2007: 386 e 395) existe a possibilidade de relacionar este epíteto ao povo *S[a]efes* mencionado por Avieno em sua obra *Ora Maritima* (195), que segundo García Martínez (1996: 932) e Silva (2007: 386) estaria sediado nas imediações de Braga. Entretanto, apoiados na análise de Gorrochategui Churruca (1987: 85 e n. 38 *apud* Prósper, 2002: 317, n° XI.VIII), Prósper (2002: 317, n° XI.VIII; 2004: 176) e Redentor (2011, 1: 360) mencionam outra leitura etimológica. Estes concordam com a retroação do epíteto ao termo **sebh-yo-* ‘próprio’ e com a comparação deste ao gótico *sibja* ‘estirpe’ e com o étnico ocidental *Sefes* (ou *Saefes*), proposta por aquela autora. Prósper (2002: 317, n° XI.VIII; 2004: 176), inclusive, acrescenta a ligação deste com a origem do nome aos

⁶⁵ E igualmente nos monumentos epigráficos *ILER* 704, 796 e 896 e *HEp* 4, 1003.

povos *Sabini* e *Samnites* vizinhos dos romanos e dos *Safinus* dos textos sudpicenos, além de, em trabalho posterior (Prósper, 2004: 176), assim como Vallejo (2013: 280), mencionar a relação com os *Suebi*, um povo germano. Desta maneira, concordando também com a interpretação de Gorrochategui Churruca (1987: 85 e n. 38 *apud* Prósper, 2002: 317, n.º XI.VIII) acreditamos estar perante a um *Lar familiaris* com um epíteto indígena, pois este condiz com o caráter do *Lar* do culto romano.

No monumento epigráfico ao *Lar Talebrigus* (ICICB 012), observamos uma invocação formada pelo apelativo genérico associado a um epíteto, a semelhança do caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). Um adjetivo que é formado por dois elementos, estando o segundo ligado ao sufixo **-briga* que teria como significados ‘colina’, ‘fortaleza’, ‘cidade fortificada’ e até mesmo qualquer enclave urbano fortificado ou não (Garcia Alonso, 2005: 692) e um primeiro que poderia ter duas interpretações. De acordo com Prósper (2002: 198), este poderia se ligar a **stel-* ‘fluir’, já segundo Redentor (2011, 1: 360) poderia estar relacionado à **telā-* ‘planura, superfície plana’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *tel-*, *telā-*, *telu-*: 1061- 1062), possivelmente, remetendo também aos topónimos *Talabara* ou *Talabriga* se pensado como Albertos Firmat (1985: 296- 297) sugeria para esta família de palavras.

Tendo em vista, então, que a maioria dos autores, concorda em uma ligação entre este epíteto e a toponímia, voltamos nosso olhar para a Casa de São Mamede, um casal rural romano (Nunes, Sousa, Gonçalves, 2008: 142, Cód. Inv. MEI3, N.º Carto. 95) que seria relacionável com esta inscrição, como veremos no capítulo a seguir. Esta está situada à meia encosta do Monte Felgueiras, a 285m de altitude, sobre o rio Sousa, uma localização que condiziria com a interpretação etimológica feita por Prósper (2002: 198) que fala em **stel-* ‘fluir’ e **-bris/-*briga* ‘colina’, afinal este casal se encontra próximo ao rio mencionado e na encosta de um monte.

Na inscrição ao *Lar Viu[.]naecus* (ICICB 013), temos o problema da conservação da inscrição que atrapalha a leitura da quarta e quinta letras do epíteto da divindade representada, o que causa alguns empecilhos ao se fazer uma análise etimológica segura. De acordo com Redentor (2011, 1: 360- 361), o primeiro autor a fazer a leitura desta, se trata da divindade *Lar*, muito provavelmente representada no singular, seguida de um epíteto que tem a sufixação em **-aiko-*, o que indicaria, possivelmente, uma deidade tópica. No entanto, tendo em conta o contexto microgeográfico (a margem direita do Lima), este autor (2011, 1: 360- 361, n. 49) não deixa de sugerir, com a devida cautela, uma ligação deste epíteto com a travessia do *Limia*, o

que torna possível a vinculação deste com o vocábulo indo-europeu **weí-, wi-* ‘chegar a algo, perseguir ou desejar algo, ser forte’ (IEW, 1959, s.v. *uei-, ueiā-*: 1123- 1124). Um termo que partilha a raiz com as palavras latinas *uia-* ‘via’ e com *uis-* ‘força’ (se tiver derivação em *s*), o que pode se ligar ainda a força das águas do rio (*uis fluminis*, com derivação em *-es-* ou alargamento *-s-*), registado também no antigo índio *viuēṣti, vēṣati*, ‘está ativo, efetivo, dirigido desde’. Entretanto, assim como Redentor (2011, 1: 360- 361) mencionou não podemos interpretar o epíteto devido à ausência de alguns elementos, sugerindo apenas que este esteja ligado à toponímia daquele local, à semelhança do restante dos vestígios.

Já nas inscrições aos *Lares Anaeci* (ICICB 014), aos *Lares Burici* (ICICB 015) e aos *Lares Cereanaeci* (ICICB 016) vemos a divindade em sua forma plural. Na primeira, figura-se um apelativo genérico identificado com um topônimo por meio de um adjetivo atributivo, como no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). Segundo Silva (1984: 47 e n.21; 2007: 386), García Martínez (1996: 929) e Olivares Pedreño (2000a: 111; 2000c: 75; 2002: 81- 82) o epíteto estaria ligado a Terra de Anégia, nome da região entre o Sousa e o Tâmega em período medieval que, possivelmente, era derivado do nome de uma subunidade étnica dos Brácaros, localizada nas imediações de Monte Mozinho, na foz do Tâmega. Entretanto, Pereira Menaut (1998: 45) menciona que a suposta menção a esta entidade étnica dos *Anaeci* na Crónica de Alfonso III (na qual se relatam feitos de meados do século VIII), utilizada por aqueles autores, era na verdade uma referência a uma cidade e não há uma região como pensou primeiramente Silva (1984: 47; 2007: 386); sendo assim, este epíteto, provavelmente, não seria derivado de um etnónimo.

Guerra (1998, 1: 279) e Prósper (2002: 139, n.58) por sua vez acreditam que este adjetivo estaria relacionado a um topónimo que recebia seu nome graças a um hidrónimo, sendo este, de acordo com Prósper (2002: 239, n.58), possivelmente derivado do nome do rio Guadiana, localizado na parte sul da Península Ibérica, ou da denominação de um rio menor cujo nome antigo seria **Ana*. Apesar de não identificar outra linha hidrográfica que pudesse ser considerado como este rio, Guerra (1998: 279), acredita que a ligação ao Guadiana está fora de discussão, pois a formação daquele hidrónimo resultaria, na verdade, de uma intervenção árabe e não de um hidrónimo romano. Redentor (2011, 1: 361), outro estudioso que acredita nesta possibilidade acerca do epíteto, contudo, menciona que não se deve descartar a hipótese que este se relacionasse com o Rio Sousa, devido à proximidade deste com o local de achado da inscrição.

Em um de seus artigos mais recentes, Silva (2013: 43- 44) modifica um pouco a sua hipótese, ao associar o epíteto desta divindade a um elemento teonímico, *Danigom*⁶⁶, de uma epígrafe encontrada na freguesia de Penafiel (ICICB 067), como se esta fosse o registo da evolução de uma mesma divindade, *Danecorum* > *Danigo(ru)m*. Neste caso, o radical a ser analisado, segundo ele, seria **dan-*, bem testemunhado na hidronímia indo-européia, visto por exemplo no rio Danúbio, significando desta maneira, um povo que viveria a beira de um rio (Silva, 2013: 43- 44).

Todas as interpretações atuais, portanto, tendem a relacionar este epíteto a um topónimo ou etnónimo cuja denominação derivaria do nome de um rio, apesar de já ter sido pensado que este refletisse apenas um etnónimo, como mostrado acima. No entanto, seria arriscado pensar que aqui se figuraria um epíteto *[d]anaecis*, como propõe Silva (2013: 43- 44) já que aparentemente a segunda linha da inscrição não possui espaço para um D, apesar de se encontrar fragmentada. Por isso, pensamos neste como *Anaecis*⁶⁷. Sendo que o primeiro elemento, *Ana* ou *Anna*, poderia resultar de uma base de muitos antropônimos e hidrónimos dentro e fora da *Hispania* (Albertos Firmat, 1966: 26- 27; Guerra, 1998: 279). Deste modo, tendo em vista, a possibilidade mantida em vista por Redentor (2011, 1: 361) ser plausível e aquela levantada por Millán González- Pardo (1987: 25- 28 *apud* Guerra, 1998: 280) que o primeiro componente poderia estar ligado a raiz indo-européia **ap-* ‘água, rio’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *ap-*: 51- 52; Millán González- Pardo, 1987: 25- 28 *apud* Guerra, 1998: 280; Guerra, 1998: 280), também apoiada por Guerra (1998: 280) e o fato de que o sufixo velar **aiko-* (Guerra, 1998: 277- 278; Redentor, 2011, 1: 361), normalmente indicar topónimos, acreditamos na hipótese acerca deste adjetivo se referir a um topónimo que derivaria do nome de um rio.

Na inscrição aos *Lares Burici* (ICICB 015), vemos novamente uma invocação formada por um apelativo genérico identificado a um lugar por meio de um adjetivo atributivo, como o caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). A análise etimológica de seu epíteto foi primeiro ensaiada por Domingos Silva (1973a: 4; 1973b: 4; 1982: 253; 2006: 15) que associou *Buricis* ao substantivo, *Buris*, *-is* -‘rabiça do arado’, concluindo, assim, que se tratava de uma divindade familiar protetora dos lavradores. Além de também, oferecer outra hipótese inspirada por um dos significados de *Buricus* em Ernout & Meillet (2001, *s.v.* *buricus*: 78) ligando este epíteto ao

⁶⁶ Uma associação já feita por Guerra (1998, 1: 277), apesar de não referida por Silva (2013: 43- 44).

⁶⁷ De Bernardo Stempel (2002: 117) propõe que este epíteto seja uma variação do grupo linguístico *-nd* devido a sua assimilação a *nn*, devendo ser, portanto, analisado etimologicamente como **Andaicis*. No entanto, por não elaborar melhor a sua análise neste sentido, optamos por seguir as análises etimológicas de outros autores, que estudam o termo da forma como se encontra inscrito nesta epígrafe (ICICB 014).

nome de um povo da Germânia, os Búrios que segundo este estudioso poderiam ter se instalado ao longo de um troço da Geira na região montanhosa, dando, portanto, o seu nome a terra⁶⁸. Este estudo é seguido pelo de Cunha (1975: 27), que analisa *Buricis* (ou *Boricis*) como um adjetivo que se encontra no dativo plural em concordância com *Laribus*, o que fez com que este escritor pensasse que este vocábulo derivaria do grego *Boreas*⁶⁹, o vento do Norte. Sendo assim, para Cunha (1975: 27) estes eram os *Lares Boreais*, ou setentrionais ou do Norte, ou ainda, os *Lares* da família Búrica se pensados como Silva (1973a: 4; 1973b: 4; 1982: 253; 2006: 15).

Já Tranoy (1981: 303) e Olivares Pedreño (2000a: 100-101; 2003: 298, n.º 1), voltam a chamar a atenção mostrando que estas divindades foram invocadas em uma região onde é comum o topónimo Bouro⁷⁰ e que por isso, esta deidade teria o carácter tópico, como a divindade romana. García Martínez (1996: 930; 2002: 21-22, n. 51), por sua vez, concorda com estas afirmações, mas acredita que este faria referência ao povo que ali habitava e não ao nome do lugar, sendo o protetor dos *Burici*.

Mais recentemente, Guerra (1998, 1: 354) e Redentor (2011, 1: 361) acreditam que este é uma derivação do topónimo *Burum* que se encontra documentado no espaço do *conuentus Lucensis* registado por Ptolomeu (*Geog.* II, 6, 22), sendo este epíteto formado, possivelmente, pelo elemento **buro-* ou **burio-* somado ao sufixo *-ik-*. E Prósper (2002: 173) ao analisar as inscrições *CIL* II 4963 e *RAP* 223, às quais relaciona a nossa inscrição (ICICB 015), sugere que *Borea*, *Boro* e *Buricis* possuem a base do adjetivo **bor-(i)yo-* que tem por sua vez como base o substantivo **g'oro-* ‘montanha’.

Sendo assim, tendo em conta que estamos perante a deidade representada no plural, que indicaria a sua proteção sobre um *topos* e que existem nomes de lugares atuais próximos do local onde foi encontrada a inscrição, com o elemento Bouro, estamos de acordo com a maioria destas análises. Acreditando, que possivelmente, estaríamos perante uma divindade protetora de um lugar, provavelmente do local onde foi encontrada, possuindo como origem do topónimo, provavelmente a característica de ser uma região montanhosa, já que esta foi encontrada no início do tramo montanhoso que separa Trás-os-Montes de Entre-Douro-e-Minho.

⁶⁸ Este autor (2006: 15) tenta ainda outra interpretação, baseada no termo *buricis* em Ernout & Meillet (2001, *s.v. buricus*: 78), mostrando que este epíteto também poderia estar relacionado ao animal burro, porém esta interpretação é pouco trabalhada por este e não trabalhada pelos outros estudiosos (mencionados a seguir) desta inscrição. A nosso ver esta leitura parece pouco provável devido à ausência de dados de *Lares* com epítetos relacionados a animais, afinal este em seu culto romano é de carácter tópico e aparentemente mantém esta característica quando estas deidades são assimiladas a outras pela prática da *interpretatio* nas províncias hispanas.

⁶⁹ O deus do vento do Norte, cuja iconografia o mostra como um homem barbado, muito forte e alado, vestindo normalmente uma túnica curta e com pregas (Grimal, 1990: 75).

⁷⁰ Ambos autores mencionam a análise de Sousa (1971- 1972: 183) para a evolução do termo *burium* > *boiro* > *bouro*.

No monumento epigráfico aos *Lares Cerenaei* (ICICB 016) notamos, igualmente, o mesmo apelativo genérico identificado a um adjetivo atributivo, sendo que este poderia estar ligado a um topónimo ou etnónimo, como no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). O nome do deus aqui identificado tem tido várias interpretações começando com Argote (1732: 157- 158, nº 255) e Florez (1766: 14) que, apesar da leitura menos correta da designação do dedicante, acreditam que o epíteto da deidade refletiria um etnónimo, sendo esta deidade protetora das casas dos *Cerenecos*, habitantes de *Cerena*, que para Florez (1766: 14) era o nome antigo da extinta freguesia de Tuías em Marco de Canaveses. Masdeu (1788: 36, n. 47) complementa esta hipótese discursando que *Cerena* seria a capital dos povos *Cerenecios* e Costa (1881: 238) arrisca que talvez o epíteto estaria ligado a uma gentilidade que por sua vez devia culto aos *Lares* de seus fundadores, os seus antepassados em comum, comparando este tipo de relação com o mundo divino à religião doméstica romana.

Atualmente, as opiniões dos autores sobre este epíteto ser tópico, gentilício ou étnico dividem-se. De um lado vemos uma autora, García Martínez (1996: 231), que não se posiciona sobre esta questão, pois acredita que o fato de a maioria dos outros epítetos relacionados aos *Lares* nas manifestações romano-indígenas serem étnicos não basta para classificar este com tal caráter; e por outro lado, vemos apoiadores de que este adjetivo estaria associado a um topónimo, gentilício ou etnónimo.

Entre os defensores de que este epíteto está ligado a um topónimo estão Blázquez Martínez (2006a: 226), Prósper (2002: 317, nº XI. VIII) e Redentor (2011, 1: 361), sendo que estes dois últimos elaboram seus argumentos baseando-se na possibilidade de que o nome da localidade, certamente relacionada ao vale interior do Tâmega, seria **Kerena*. Um vocábulo que, assim como *Carneo*, provém da raiz **(s)ker-* ‘cortar, fender, pedra’ (*IEW*, 1959, s.v. *(s)ker-*: 938-941) ou ainda de **ker-* ‘cabeça, cume’ (*IEW*, 1959, s.v. *ker-*: 574- 576) ligado ao sufixo **-aico*.

Dentre os pesquisadores que acreditam que este esteja ligado a um gentilício (grupo familiar) observamos Tranoy (1981: 378), Olivares Pedreño (1999: 334) e Costa (1881: 238; 2013: 71) que acreditam que o nome esteja ligado à onomástica indígena, neste caso *Cereaeius*. Encarnação (1989: 286, n.2; 1990: 455), por sua vez, acredita que este esteja ligado a um etnónimo sendo que estas deidades seriam protetores do povo, denominado Cerenaios. Avaliando todas estas hipóteses, por ainda não termos um conhecimento

aprofundado das línguas desta região e a questão do sufixo *-aiko*⁷¹ poder designar tanto um etnónimo quanto um topónimo (Guerra, 1998, 2: 717-723), não podemos nos manifestar com segurança acerca desta questão. Claro, que tendo a grande ligação deste apelativo com topónimos em outras inscrições do Ocidente brácara estamos inclinados para as hipóteses que associam este a um topónimo.

Para continuarmos no estudo sobre as deidades romano-indígenas, como temos visto, é necessário também analisar os formulários consecratórios. Nestes também procuramos observar os dados separadamente quanto suas formas no plural ou no singular, para que assim no final, conseguíssemos perceber se existem diferenças entre ambas as formas.

Sendo assim, constatamos que nas manifestações ao deus *Lar* não se consegue observar uma predominância no formulário votivo. Três destes monumentos (ICICB 007, ICICB 012 e ICICB 013) mencionam apenas o cumprimento dos votos (seja de livre vontade ou com razão) e dois mostram que o dedicante colocou o monumento na sequência de um voto (*ex uoto*) (ICICB 009 e ICICB 010), fazendo referência em uma delas (ICICB 009) que o *cultor* também consagrou a ara. E ainda, três nas quais se faz a menção a colocação de uma ara (ICICB 007, ICICB 008 e ICICB 009); uma (ICICB 008) na qual *Cornelia Rufila* cumpre a promessa feita pelo irmão; além de também uma (ICICB 011) em que é mencionada a expressão *pro salute* (pela saúde ou pela incolumidade)⁷². Esta última, no entanto, encaixando-se no terceiro motivo explicado por Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477), ao contrário das outras que se encaixam maioritariamente no primeiro grupo de razões.

Quanto aos *Lares* romano-indígenas, ao contrário da variedade revelada acerca da sua forma no singular, observamos que todas se incluem no primeiro motivo para erigir monumentos epigráficos votivos descrito por Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477). Estas possuem expressões sobre o cumprimento de um voto, com as expressões *uotum soluit* associado ou não aos termos *meritum*, *animo* e *libens* (ICICB 014, ICICB 015 e ICICB 016) e *ex uoto* em associação com o vocábulo *posuit* (ICICB 009 e ICICB 010).

Sobre os suportes destas, vemos novamente, que são todas aras de granito, de forma que não auxiliam em um melhor entendimento das funções destas deidades tutelares romano-indígenas. Quanto a sua decoração, constatamos que esta está presente em quatro inscrições. Na primeira, ao *Dominus Sanctus Karo Conseruator Lar Lapiteus?* (ICICB 007), observamos a

⁷¹ As discussões sobre a vinculação a um etnónimo ou topónimo deste sufixo ainda é uma questão em aberto cf. Guerra (1998, 2: 717- 723).

⁷² Segundo Redentor (2011, 1: 208, n. 167) esta fórmula parece ter grande aceitação entre os grupos sociais de servos e libertos, neste caso, naquela ao *Lar Sefius* (ICICB 011), está relacionada a um escravo denominado *Comes*.

existência de motivos astrais nos *puluilli*, estrelas que apesar de presentes maioritariamente em estelas funerárias, poderiam simbolizar aqui uma fonte de luz (Chevalier & Gheerbrant, 1986, s.v. *estrella*: 484- 488). Uma interpretação que não condiz com a análise etimológica do apelativo e do epíteto da divindade nela retratada e por isso não auxiliando em uma melhor identificação das funções desta, podendo tratar-se, apenas de uma ornamentação da ara. Na segunda, ao *Lar Lapiteus?* (ICICB 008) verificam-se, principalmente, a presença de arcos inseridos nos *fastigia* anterior e posterior, que serviriam, provavelmente, apenas como ornamentação da ara, já que seu significado como pórtico ou transição não faria muito sentido quando associado aos resultados da análise etimológica de sua identificação. Na terceira, ao *Lar Viu[.]naecus* (ICICB 013) verificamos relevos semi-esféricos nas faces laterais, uma decoração que também não aparenta estar relacionada a funcionalidade do deus ali representado, atuando apenas como ornamentação da ara. E por fim, na quarta, aos *Lares Burici* (ICICB 015), na qual notamos volutas direcionadas para baixo e padrões de corda torcida nos *puluilli*, uma flor de lis estilizada no *fastigium* anterior e uma linha ondulada ligeiramente inclinada para a esquerda na faixa saliente. Esta representação de motivos fitomórficos e aquíferos na decoração desta ara, possivelmente, indicam uma divindade da fertilidade, ligada as forças da natureza e fecundidade do solo. Contudo, não temos respaldo desta hipótese pelo estudo etimológico do epíteto da divindade, não podendo assim afirmar com segurança este caráter da deidade.

Já em relação à cronologia destes votos, verificamos que ao contrário dos *Lares* romanos, as manifestações a estas deidades romano-indígenas, acontecem ao longo de três séculos, começando em finais do século I d.C. e desaparecendo em finais do III d.C. Sua ocorrência é mais frequente ao longo da segunda metade do século II d.C. quando observadas em conjunto. Porém, se analisadas a partir do prisma de deidades no singular e no plural, observamos que quando apresentada como *Lar*, é mais recorrente durante a segunda metade do século II d.C. e também durante a primeira metade do século III d.C., enquanto que quando vista como *Lares* aparece com mais frequência durante a primeira e segunda metades do século II d.C, sem vestígios durante o século III d.C. Desta maneira, o culto aos *Lares* romano-indígenas, tendem a ser mais correntes durante o período que Alföldy (1998: 298) delimitou como a época de declínio do hábito epigráfico na Hispânia.

Por fim, devemos assim como no culto aos *Lares* romanos, analisar o grupo de *cultores* destas manifestações. Este se analisado em conjunto é composto por uma maioria masculina e por pessoas de estatuto servil, apresentando características singulares. A primeira a se ressaltar

é a presença de duas mulheres, *Cornelia Rufila* (ICICB 008) e *Bloena* (ICICB 015), sendo uma do estatuto quiritário cultuadora da deidade *Lar Lapiteus?* e a outra de estatuto servil que erigiu um voto aos *Lares Burici*. A outra é que a primeira mulher (ICICB 008) cumpria o voto por um irmão de estatuto peregrino que, de acordo com Redentor (2011, 1: 375), poderia estar identificado na face direita como *Soupius*, filho de *Camalus*⁷³.

Já em uma análise pela forma de apresentação do apelativo genérico no singular ou no plural, vemos outros detalhes. Nas manifestações religiosas à divindade *Lar* romano-indígena vemos uma predominância de pessoas de estatuto quiritário, *Cornelia Rufila* (ICICB 008), *Anicius Maternus* (ICICB 010) e *Titus A(- -) M(- -)* (ICICB 013), sendo seguido pelas de pessoas de estatuto peregrino, *Rufus de Rufinus* (ICICB 007) e *Lucretius*, filho de *Caturo* (ICICB 009) e por um servo⁷⁴ *Comes* (ICICB 011). Já nas manifestações aos *Lares* de mesmo caráter observamos a predominância de servos, estando representados dois escravos da casa imperial, *Priscus* e *Hieron* (ICICB 014) e outra, já mencionada, *Bloena* (ICICB 015), sendo a exceção *Niger*, filho de *Proculus* (ICICB 016) um homem de estatuto peregrino. Deste modo, nos votos ao *Lar* ou *Lares* romano-indígenas, vemos proporções iguais entre cidadãos e *peregrini*, com uma ligeira predominância de servos, um estatuto que não se constata nas dedicações aos *Lares* do culto romano no Ocidente brácara.

Quanto às ocupações dos dedicantes das inscrições ao *Lar* ou *Lares* romano-indígenas, como vimos no Quadro 4, apenas uma inscrição, aquela aos *Lares Anaeci* (ICICB 014) informa quanto a este dado. *Priscus* e *Hieron*, *cultores* daquela deidade, apresentam no primeiro caso um nome latino e no outro um grego, sendo ambos *uernae* que atuavam como *dispensatores* do Imperador Domiciano na província.

Vernae eram escravos nascidos na casa do *dominus* de sua mãe. Suas circunstâncias de nascimento e crescimento davam-lhe uma posição favorecida perante este senhor ou senhora que também eram o seu dono ou dona. As inscrições que os mencionavam podiam ocasionalmente mencionar o nome de seus pais, no entanto, o mais comum, como vemos naquela aos *Lares Anaeci* (ICICB 014), era alusão ao seu dono ou dona (Rawson, 2003: 255). Segundo Rawson (2003: 255), *uernae* adultos são frequentes na casa imperial e estes estavam treinados para assumirem cargos de administração, conseguindo, frequentemente, a

⁷³ Apesar de Santos, Le Roux e Tranoy (1983: 193, n° 124) terem conjecturado que esta inscrição fosse uma marca da oficina epigráfica na qual foi feito o monumento.

⁷⁴ Como percebido no Quadro 4 e na ficha documental ICICB 012, não foi possível recuperar o nome do dedicante e consequentemente seu estatuto jurídico, devido ao estado de conservação do suporte.

manumissão. Estes cargos variados podiam incluir o desempenho de funções como *dispensatores* (tesoureiros)⁷⁵ que trabalhavam em serviços para o imperador, sendo responsáveis por administrar as finanças seja na administração imperial ou naquela dos bens pessoais da casa imperial (Andreaeu, 2003: 64-65). Eles assumiam o encargo de realizar e receber pagamentos, assumindo operações financeiras em representação de outra pessoa, seu dono, que depositava neste confiança no emprego de seus fundos monetários. Este ofício só podia ser ocupado por aqueles escravos jovens que sabiam ler e escrever (em latim e grego), treinados por *dispensatores* antigos, o que restringia o posto a poucos servos (Muñiz Coello, 1989: 107-109). Alguns conseguiam ter negócios pessoais em paralelo ao de seus mestres e assim poderiam conseguir algum dinheiro para a sua manumissão (Andreaeu, 2003: 65). Para Redentor (2011, 1: 278- 279) estes escravos, representados no voto de Lagares (ICICB 014), estavam relacionados com a exploração das minas de ouro do Douro, já que as explorações auríferas da Quinta ficavam a poucos quilômetros de Lagares, nas proximidades do Rio Sousa e das Covas de Castromil, um importante couto mineiro (Soeiro, 1984: 131; Redentor, 2011, 1: 278- 279), o que demonstraria a intervenção imperial nas extracções mineiras na região (Redentor, 2011, 1: 278- 279) e a sua, possível, administração por membros da casa imperial.

Após a análise de todos estes dados, voltamos o nosso olhar para a própria divisão entre as deidades separadas pela sua forma no singular e no plural. Desde Tranoy (1981: 304) foi ressaltado, como já mencionado, que deveria priorizar-se uma diferenciação entre o culto aos deuses *Lares* e o *Lar* nas manifestações religiosas romano-indígenas já que, de acordo com este autor (1981: 304) as invocações no singular estavam relacionadas com uma família ou com um pequeno grupo e que as no plural diziam respeito a contextos mais amplos remetendo-se a um *topos*. Tentamos perceber, assim se conseguíamos compreender não só uma diferença entre o culto aos *Lares* clássicos e aos *Lares* romano-indígenas, uma questão que impusemos a todos os cultos, mas se também conseguíamos depreender uma diferença nestes quando eram representados no plural ou no singular. Porém, assim como Redentor (2011, 1: 360), após a análise do *corpus* epigráfico desta região, acreditamos que esta tarefa não seja possível devido ao exíguo número de inscrições e o fato destas nos revelarem que em ambas as formas os apelativos genéricos poderiam estar associados a epítetos relacionados à topónimos. Por isso,

⁷⁵ Esta função era geralmente delegada a escravos de confiança do *dominus*, entretanto, poderia ser também desempenhada por libertos (Muñiz Coello, 1989: 107).

baseamos nossas conclusões apenas na diferenciação entre os que pensamos ser parte do culto clássico daquilo que ponderamos ser vestígios dos deuses romano-indígenas.

Em relação ao culto romano, que tem menos vestígios na área estudada, vemos que a deidade *Lar/ Lares* assumiu um caráter de proteção dos antepassados de famílias e também a proteção de espaços físicos não especificados por uma denominação, ou seja, falam em protetores do mar e das vias, porém não especificam a qual se referem. Já no culto ao *Lar/ Lares* romano-indígenas as diferentes interpretações dos seus epítetos por parte dos autores sempre giram ao redor destes estarem relacionados à etnônimos ou topônimos específicos, que remetiam a povos ou territórios de origem pré-romana, que com certeza já possuíam deidades protetoras e que foram assimiladas aquela romana.

Quanto às fórmulas que expressavam o ‘contrato’ entre os deuses e *cultores*, notamos que no culto clássico, as fórmulas são predominantemente variações de *uotum soluit*, enquanto, as do romano-indígena apresentam múltiplos formulários, incluindo a expressão *pro salute* não vista em nenhum dos casos do culto romano.

Quanto às cronologias, vemos que os períodos que ocorrem com mais frequência são diferentes. Como mencionado às manifestações aos *Lares* romanos são datáveis dos séculos II e III d.C., vendo-se especialmente o período que corresponde a primeira metade do século II d.C. como a época em que mais aparecem votos a estes. Já para os *Lares* romano-indígenas, vemos que estes são mais correntes durante a segunda metade do II d.C e primeira metade do século III d.C. Entretanto, mesmo percebendo esta diferença não acreditamos que um seja a evolução do outro, mas sim que conviveram em conjunto.

Quanto, aos dedicantes, verificamos a presença de mulheres em ambos os cultos, sendo maior o seu contingente no culto romano-indígena. Sobre os grupos sociais que vivenciavam cada culto pode-se dizer que existe uma diferença entre ambos, já que no clássico verifica-se a predominância de pessoas de estatuto quiritário, com algumas pessoas de estatuto peregrino e no romano-indígena são predominantes as de estatuto servil, apesar de também existir um forte número de pessoas de estatuto quiritário e peregrino.

Percebemos as diferenças, então, em níveis sutis, visíveis principalmente nos nomes das deidades, nas cronologias e nos grupos sociais que lhes rendiam culto. Quando olhamos para a análise das formas de identificação destas deidades notamos que aquelas do culto romano, parecem ter epítetos pouco específicos, ou seja, não se referem a uma via ou a um trajeto marítimo em particular. Já naquelas romano-indígenas vemos o processo contrário, já que são

bem específicos quanto ao local, povo ou família indígenas que protegem. Um fato que também ressaltamos para mostrar que não vemos uma linearidade de evolução de *Lares* protetores de *topi* indígenas em *Lares Viales* no local estudado, já que além de estes possuírem apelativo e epíteto latinos, não parecem ter a mesma função que aqueles romano-indígenas. A segunda é como falado as cronologias diferenciadas de ambos as manifestações, um fato que pode se dever também apenas aos vestígios que se conservaram, tendo de ser sempre levado em conta com outros dados como, por exemplo, o grupo de dedicantes do culto. Em uma observamos a predominância de *cultores* de estatuto servil, enquanto na outra, aos *Lares* romanos, não temos nenhum vestígio destes.

2.3.3. *Iuno Regina e Iuno Iururnarum*

Na religião clássica, *Iuno* era uma das três divindades⁷⁶ honradas no Quirinal e depois no monte capitolino. Em um sentido geral, esta era a protetora das mulheres, particularmente daquelas casadas, as *matronae* e de sua saúde (Dumézil, 1974: 299; Blázquez Martínez, 1983: 301; Grimal, 1990: 230- 231). O festival em sua honra era a *Matronalia* e acontecia nas calendas de Março, mês de Marte, no aniversário do fim das guerras romano-sabinas. Este relembra o papel das mulheres sabinas que ficaram entre seus pais e seus jovens maridos na tentativa de instaurar a paz entre estes dois povos (Grimal, 1990: 231).

As suas características eram diversificadas e seguiam os seus epítetos na maioria funcionais como, por exemplo, *Moneta*, aquela deusa que alerta as pessoas ou que as faz lembrar de alguma coisa; *Lucina*, aquela que protegia o nascimento de uma criança (Grimal, 1990: 230- 231); *Regina*, aquela que protegia o Estado (Scheid, 2003: 155); e *Augusta* quando esta se une ao culto imperial (Delgado, 1993: 341). Em adição a esta deusa suprema, durante a época de Augusto, também se desenvolveu a noção de *Iunones*, a multiplicação desta deidade que correspondia à versão feminina do *Genius*, a personificação divina do ser, que podia não só proteger as mulheres humanas como também suas atividades (Dumézil, 1974: 299; Alcock, 1986: 129; Grimal, 1990: 230- 231), sem, no entanto, possuir todas as funções tutelares daqueles, ou seja, sem proteger lugares (Alcock, 1986: 130). Cada mulher tinha a sua *Iuno*, seu espírito protetor, ou seu duplo, sua essência ou expressão de sua natureza fecunda (Dumézil, 1974: 300).

⁷⁶ As outras eram Júpiter e Minerva, o conjunto destas era conhecido como tríade capitolina.

Na fachada atlântica do convento brácara tem-se apenas um registo do culto romano à divindade *Iuno*, como vimos no Quadro 5. A inscrição a *Iuno Regina* (ICICB 027) adorada em conjunto com mais de 20 divindades romanas e gregas, apresenta um teónimo associado a um epíteto que expressa sua função ou qualidade específica, como um adjetivo funcional que reflete a mitologia da deidade. Este a qualifica como deusa político-religiosa e esposa de *Iuppiter Optimus Maximus* (Dumézil, 1974: 301; Delgado, 1993: 342).

Quadro 5- *Iuno* romana

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
027	<i>Iuno Regina</i> e outros 20 deuses clássicos ^a	<i>T(itus)</i> <i>Moc[c]l n^o l[us]</i> <i>C(ai) l F^o (ilius)</i> <i>C[O]R(nelia)</i> <i>COSCIN^o V^o S</i> <i>(Ordo senatorius)</i>	Legado da legião?	-- ^b	--- --- (---)	171-230 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b *Iuppiter Optimus Maximus, Minerua, Sol, Luna*, todos os deuses, *Fortuna, Mercurius, Genius Iouis, Genius Martis, Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Caelus, Heroes, Ceres, Genius Victoriae, Genius* do dedicante e *Dii Sedis Peruiæ*. ^c Sem informação.

Já a manifestação romano-indígena da deidade correspondente também é só vista em uma inscrição a *Iuno Iururnarum* (ICICB 005), como verificamos no Quadro 6. Nesta o teónimo está identificado como pertencente a uma população por meio de um genitivo plural, constituindo o caso 2Bb de De Bernardo Stempel (2008: 66). Um determinativo que foi motivo de controvérsia para vários autores que ofereceram diferentes leituras para este monumento epigráfico desaparecido.

Quadro 6- *Iuno* romano-indígena

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
005	<i>Iuno Iururnarum</i>	-- ^b	---	---	Afloramento rochoso Granito (N) ^c	159 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração.

Craesbeeck (1726, 2 [1992, 2]: 46- 47, Título VI, Capítulo 21, nº 7), ofereceu a primeira leitura para o teónimo, além de um desenho do que havia encontrado⁷⁷, informando que ali estaria *Iuno me i(mpertrauit) r(eliquias) Vmarum*, ou seja, Juno me pediu o direito e jus das sepulturas. Argote (1734: 463- 464, nº 762), apesar de não ter visto o monumento epigráfico rupestre, refere que ali, na verdade, estaria *Iuno Reginae Urbis Sacrum*, ou seja, consagrado a Juno, rainha da cidade de Roma. Já no século XIX, vemos a interpretação de Hübner (*CIL* II 2409) que não envolve a deusa *Iuno*, mencionando que ali haveria uma alusão a um *collegium uernarum*.

No entanto, é nos séculos XX e XXI, que mais autores começam a se manifestar quanto á leitura deste determinativo, estando todos a favor da leitura do teónimo como *Iuno*. Corominas (1976: 376 e : 378), por exemplo, propôs que este deveria ser lido como *Amrunearum*⁷⁸, que significa àquelas que ‘mugem ou bramem do subsolo’, aludindo, portanto, a touros, vacas ou a vitelas. García Martínez (1996: 672 e :1089), por sua vez, menciona *Meirurnarum* como sendo determinativo, do etnonímico *Meirurnos*. Para Alarcão (2001b: 317; 2004b: 212; 2006: 138- 139), que concorda com esta leitura, esta deidade talvez não fosse à deusa clássica *Iuno*, como pensava García Martínez (1996: 1089), mas sim a contraparte do Génio, uma hipótese apoiada pela leitura da inscrição *RAP* 209 (Garcia, 1991: 358, nº 209) a *Iuno Linteaica*, como uma divindade tutelar de um *castellum* denominado **Lint-*. Este determinativo, de acordo com este autor (2001b: 317; 2004b: 212; 2006: 138- 139), seria, na realidade, relativo a um povo, os *Meiruranae*⁷⁹, os habitantes de *Merua*, a possível *Meroua* de Ptolomeu (*Geog.* II, 6, 45), um agrupamento populacional dos *Luanci*. Para Redentor (2011, 1: 356) esta interpretação de Alarcão (2004b: 212; 2006: 131, :137- 139, nº 26) parece pouco plausível, pois isto implicaria que o teónimo estivesse representado no nominativo ou no vocativo, sendo mais aceitável que esta se apresentasse no dativo singular com o determinativo *Iururnarum*, que remeteria a uma comunidade habitante de um núcleo de povoamento próximo, constituindo em uma assimilação da Juno clássica da tríade capitolina. Após a análise dos desenhos de Craesbeeck (1726, 2 [1992, 2]: 46- 47, Título VI, Capítulo 21, nº 7), acreditamos que talvez a leitura *Iuno^rne^r Iururnarum* de Redentor (2011, 2: 90- 91, nº 116) seja a mais acertada.

⁷⁷ Este serviu de referência para todos os autores aqui mencionados, já que a inscrição nunca foi encontrada, tendo sido possivelmente destruída (Cardozo, 1947: 38).

⁷⁸ Ele propôs esta leitura de epíteto também para a inscrição de Freixo de Numão (*CIL* II 430).

⁷⁹ A leitura para o teónimo proposta por Alarcão (2006: 131, :137- 139, nº 26) era, portanto, *Iuno Meiruanarum*, sendo *Iuno* um termo masculino com terminação em *-o*. Assim, estaríamos, em sua opinião, perante um caso de representação de divindade ora no feminino ora no masculino (Alarcão, 2004b: 212).

No entanto, devido ao fato de existirem poucos registros acerca do culto a esta deidade na Península Ibérica, principalmente com determinativos tópicos, não nos sentimos confortáveis em precisar se vemos aqui a grande deusa ou a contraparte do *Genius*, estando mais inclinados para a primeira. Afinal de contas, o ambiente do voto parece ser oficial por causa da menção dos cônsules *Plautius Quintillus (Quintilius)* e *M. Statius Priscus Licinius Italicus* (Redentor, 2011, 1: 356), além do que aquela versão feminina do *Genius* parecer proteger apenas mulheres e as atividades ligadas a ela, sendo delegada a função de proteção do Estado romano àquela deusa suprema, o que poderia estender-se também as comunidades.

Quanto às fórmulas consecratórias, estas, se existentes, possivelmente não sobreviveram ao tempo e não se encontram nos registros iniciais de ambas as manifestações, impossibilitando-nos uma análise mais aprofundada do caráter e função destas deidades. Infelizmente também, pelas duas inscrições estarem desaparecidas não conseguimos retirar mais informações acerca do culto através da análise de seus suportes e de sua decoração. Sabemos apenas que a inscrição relacionada ao culto romano (ICICB 027) poderia ser uma ara, como aventado por Redentor (2011, 2: 66- 67, nº 80) e que aquela manifestação romano-indígena estaria em um afloramento rochoso, de acordo com as informações de Craesbeeck (1726, 2 [1992, 2]: 46- 47, Título VI, Capítulo 21, nº 7). Porém, estes dados não nos ajudam a analisar um padrão de preferência nos suportes das dedicações destes cultos, não apenas por estarem desaparecidas, mas também porque seu número exíguo não permite traçar paralelos e padrões nesta região. As cronologias de ambas, oferecidas por Redentor (2011, 2: 66- 67, nº 80 e 90-91, nº 116), mostram que uma (ICICB 027) pode ter sido erigida no período entre 171- 230 d.C. e que outra (ICICB 059) foi certamente feita em 159 d.C., afinal são mencionados os cônsules *Quintilius* e *Priscus*. Sendo assim, aquela do culto romano é de um período de declínio do hábito epigráfico, já que a dedicações de inscrições retrocedeu fortemente a partir da época severiana (Alföldy, 1998: 297- 298), enquanto a outra é de um momento de ápice deste, durante o principado de *Antoninus Pius*. Porém, mesmo com estas observações, a falta de mais vestígios destas duas manifestações, torna novamente difícil um posicionamento seguro acerca de sua individualização.

Podemos dizer a mesma coisa em relação aos dedicantes destas, afinal temos apenas informação sobre um deles representado na inscrição do culto romano (ICICB 027). Segundo a proposta de Redentor (2011, 1: 394), nesta inscrição figuraria, possivelmente, um homem membro da ordem senatorial que já foi analisado acima no culto ao *Genius* romano, como um

legado da legião, membro da ordem senatorial, denominado *Titus Moccinius Coscinius*, filho de *Caius*, da tribo Cornélia. Deste modo, esta exígua informação sobre o culto romano e a ausência de dedicante no voto a *Iuno* romano-indígena não nos permite tirar conclusões seguras ou generalizadas acerca do estatuto jurídico ou social dos *cultores* de cada deidade.

Como vimos, os cultos a *Iuno* clássica e a *Iuno* romano-indígena na região do Ocidente brácara ainda são um mistério, que espera solução, talvez, após o achado de mais inscrições referentes a estas manifestações. Assim, conseguiremos perceber se nesta região foi mais comum o culto a divindade capitolina ou a uma romano-indígena, e se estas correspondem a uma assimilação da grande deusa ou do par do *Genius*. Sem estes dados não podemos confirmar com segurança nenhuma interpretação, já que aparentemente não há mais esperanças que estas inscrições registadas no século XVIII sejam vistas novamente.

2.3.4. As *Nymphae romanas* e as *Nymphae Lupianae*

Nas religiões grega e romana, as *Nymphae* eram espíritos dos campos e da natureza em geral (Grimal, 1990: 297), as personificações das forças naturais que presidiam sobre o crescimento e a fecundidade do mundo vegetal e animal (García Fernández- Albalat, 1986: 166; Caessa, 1990: 148). Protegiam todos os produtos naturais e também homens e gado por serem elas que ofereciam a quantidade de calor e umidade necessários para o seu desenvolvimento (García Fernández- Albalat, 1986: 166).

Na religião grega, as Ninfas podiam assumir os nomes dos lugares que habitavam ou outras designações diferentes como, por exemplo: *Naiades*, para as ninfas da água, *Potamitides*, para aquelas que proporcionavam a água e a conduziam ao longo de um rio e *Limnades Eleioi*, para as dos pântanos e lagos (García Fernández- Albalat, 1986: 166- 167). Estas, no contacto com a cultura romana, foram assimiladas as antigas divindades indígenas das fontes e cursos d'água do Lácio, sendo criadas, então, as Ninfas romanas. Divindades que tinham uma vinculação exclusiva a característica da umidade, dos mananciais e das águas termais (García Fernández- Albalat, 1986: 169- 170; Caessa, 1990: 148). Sua representação iconográfica mostrava, exatamente, este caráter aquático, já que estas apareciam como mulheres de cabelos soltos com uma túnica ondulante e de busto desnudo, que se posicionavam ora em uma atitude indolente e reclinada imitando o curso d'água de um rio, ora de pé, com uma urna da qual

despejavam água, a fonte da vida, sobre uma larga taça ou concha de água (Santos Júnior & Cardozo, 1953: 54).

Nas províncias hispânicas, estas divindades romanas tiveram grande aceitação. Sua vinculação às águas termais e ao aspeto sobrenatural dos mananciais permitiu uma fácil assimilação com os deuses indígenas que partilhavam estas mesmas características, recebendo, em alguns casos, epítetos tópicos que marcavam a sua zona de influência (Blázquez Martínez & García-Gelabert, 1992: 21 e :41- 42; Díez de Velasco, 1998: 125- 127). No Noroeste peninsular, as inscrições a estas divindades seja romanas ou romano-indígenas foram encontradas próximas às estações termais, o que lhes concedeu um caráter terapêutico, ligando-as a medicina (Caessa, 1990: 147- 148; Díez de Velasco, 1998: 125- 127).

As ninfas no culto romano estão representadas apenas pelo teónimo *Nymphae* em 4 *tituli* no Ocidente brácara (ICICB 077, ICICB 078, ICICB 079 e ICICB 080), como podemos ver pelo Quadro 7.

Quadro 7-*Nymphae* romanas

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
077	<i>Nymphae</i>	<i>A[u]r(elia)? S?ab(ina?)</i>	-- ^b	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (N) ^c	201- 270 d.C.
078	<i>Nymphae</i>	<i>Caen(ius)? Clem(ens)</i>	---	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (N)	201- 270 d.C.
079	<i>Nymphae</i>	<i>G(aius) Sulp(icius) Festus</i>	---	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (N)	131- 230 d.C.
080	<i>Nymphae</i>	<i>Vrbanus</i>	---	<i>Ex uoto posuit</i>	Ara Granito (N)	101- 170 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração.

Já as *Nymphae Lupianae* (ICICB 020), são as únicas deidades romano-indígenas deste tipo. Sua forma de identificação é composta pela associação entre o teónimo no plural e o adjetivo *Lupianae*⁸⁰, como no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). Os dados referentes ao *tituli* no qual figuram estas ninfas podem ser vistos na Quadro 8.

⁸⁰ López Cuevillas (1953: 413) se refere a esta deidade no singular, no entanto, isto não se comprova na inscrição.

Quadro 8- *Nymphae* romano-indígenas

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
020	<i>Nymphae Lupianae</i>	<i>Antonia Rufina</i>	- - -	<i>Voto</i> <i>Animo</i> <i>libens</i> <i>animo</i> <i>posuit</i>	Ara Granito (N) ^c	101- 200 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração.

As análises etimológicas de seu epíteto provocaram algumas discussões ao longo dos tempos. Segundo Vasconcellos (1905: 190), Cortés y Vázquez (1954: 30), Blázquez Martínez (1957: 216; 1962: 177- 178; 1975: 120; 2006: 227), Encarnação (1970: 234; 1975: 226), Tranoy (1981: 304), Prósper (2002: 320- 321), Redentor (2011, 1: 362) e outros pesquisadores⁸¹ este epíteto estaria, provavelmente, ligado a hidronímia. Para comprovar este aspeto, alguns destes autores traçaram vários termos que partilham da mesma raiz que este epíteto como, por exemplo: os rios *Lupia* na Alemanha (Vasconcellos, 1905: 190; Blázquez Martínez, 1957: 216; García Martínez, 1996: 868), *Lubien* na Polónia e *Luba* na Lituânia (Cortés y Vázquez, 1954: 28). E ainda, os antropônimos *Lupia* (*CIL* II 2793), *Lupio* (*CIL* II 4970, n. 276) (Vasconcellos, 1905: 190; Blázquez Martínez, 1957: 216) e *Lupianus* (*CIL* II 2644; *CIL* II 4970, n.276; *CIL* II 6257, n.107; *CIL* V 6732; *CIL* XII 1215 e *CIL* XIII 6247) (Vasconcellos, 1905: 190; Cortés y Vázquez, 1954: 24; Blázquez Martínez, 1957: 216), os topónimos *Lupiñen* em Huesca (Blázquez Martínez, 1975: 120,) *Lupia* em Lecce, *Lipstadt* em Westfalia (Cortés y Vázquez, 1954: 25), e outros topónimos atuais ligados a estabelecimentos termais localizados por toda a Europa (Cortés y Vázquez, 1954: 26-27; Blázquez Martínez, 1962: 178).

Guerra (1998, 1: 504; 2003: 106), apesar de reconhecer a ligação deste epíteto a estes vários hidrónimos e o claro vínculo entre este e o campo semântico da ‘água’, acredita que talvez estas ninfas não teriam ‘natureza aquática’, como outros estudiosos deixaram transparecer. Para ele (2003: 106), este adjetivo estaria ligado, na verdade, às virtudes salutíferas das termas nas quais estas estão possivelmente relacionadas, se baseando no topónimo correspondente, de formação paralela, o apelativo étnico *Lubaeni*.

Ainda no estudo etimológico deste epíteto e dos vocábulos semelhantes a ele foram propostas ainda mais aproximações a raízes indo-europeias, a fim de tentar entender qual seria

⁸¹ Díez de Velasco (1985: 74; 1998: 97, n° 14/32), García Fernández- Albalat (1986: 155, n° 14), Blázquez Martínez e García-Gelabert (1992: 41-42), García Martínez (1995a: 143; 1996: 868) e Villar (2002: 290).

o real significado do adjetivo na inscrição e o caráter ou zona de influência que ele dá ao teónimo. Dentre os autores que percebem este como um hidrónimo, Prósper (2002: 320- 321) é a que elabora uma análise etimológica mais exemplificada propondo que este seria formado pelos elementos **Lupa-* ou **Lup-ya* somado ao sufixo *-anus*, sem, no entanto, descartar a possibilidade deste ser a forma latinizada no dativo plural de um adjetivo indígena **lupyanyo-* (de uma forma **lup-y-n-yo* ou **lup-y-an-yo*), sendo o hidrónimo, portanto, um **lupyano-* ou **lupyana-*. Para esta estudiosa (2002: 320- 321) e para García Fernández- Albalat (1986: 155-156, nº 14) este corresponderia a uma origem no vocábulo indo-europeu *leup-*, *leub-*, *leubh-* ‘descascar, romper’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *leup-*, *leub-*, *leubh-*: 690- 691). García Fernández- Albalat (1986: 155-156, nº 14) e García Martínez (1995a: 143), inclusive, arriscam que talvez, por causa destas possibilidades de análise etimológica deste epíteto, estas poderiam estar relacionadas com a cura de alguma enfermidade da pele, apesar de não se poder comprovar esta interpretação com os resultados das investigações atuais.

Esta relação com a raiz indo-européia mencionada, já havia sido levantada por Albertos Firmat (1966: 137- 138)⁸², Blázquez Martínez (1975: 120), García Martínez (1995a: 143; 1996: 868), sendo que os dois primeiros chegaram a mencionar outra possibilidade de origem pelo IE **leubh-* ‘agradar’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *leubh-*: 683- 684). No entanto, não são todos os autores que concordam com estas conjecturas sobre a origem deste epíteto. Assim, vemos em trabalhos como o de Cortés y Vázquez (1954: 27) que estudou a fundo os termos que partilhavam esta mesma raiz no dialeto galaico- português, a possibilidade deste ser derivado de **sleub-/ *sleup-* ‘deslizar-se, correr, fluir’ (*IEW*, 1959, *s.v.* *sleub(h)-*: 963- 964), que deu origem a vocábulos como, por exemplo, *sliupan* no gótico e *scliefen* em alemão, significando ‘manancial, fonte, corrente e rio’. Esta explicação, segundo Guerra (1998, 1: 506) parece a mais pertinente, tendo o ponto de vista semântico, no entanto, este também se refere a outras elucidacões sobre a base deste epíteto, que não mencionam a hidronímia, como **luk^wos-* ‘lobo’. Uma raiz, que de acordo com Prósper (2002: 321) tem metástases em **wi-> lup-* e labialização da labiovelar (*IEW*, 1959, *s.v.* *ulp-*, *lup-*: 1179). Uma ligação que apesar de sedutora (Cortés y Vázquez, 1954: 23), é menos convincente já que, segundo Prósper (2002: 320 -321), esta possui bem menos correspondências que aquela mencionada por ela, além de não ser fácil averiguar o seu valor

⁸² Esta autora ofereceu estas hipóteses para a análise dos antropónimos que possuem a mesma raiz que este e não propriamente para o epíteto. Entretanto, os autores, citados logo em seguida, tenderam a seguir a sua interpretação também para a análise deste epíteto.

etimológico porque esta raiz não está claramente representada em celta (Albertos Firmat, 1966: 137- 138).

Sendo assim, como bem apontado por Redentor (2011, 1: 363) a interpretação deste epíteto como ligado a um topónimo ou ao nome de um animal, não possui a mesma credibilidade que aquelas interpretações que relacionam este a rios, afinal os termos de raiz semelhante a este adjetivo, aqui mostrados parecem fortemente vinculadas a eles. Deste modo, para este epigrafista (2011, 1: 362- 363) apesar da inscrição que atesta este epíteto ter sido encontrada relativamente próxima das Caldas de Vizela, não estaria relacionada às suas termas, mas sim ao rio que por ali passa. Uma linha hidrográfica cujo nome, segundo Redentor (2011, 1: 363), estaria na base do etnónimo *Lubaeni*, possivelmente, localizável na cabeceira do rio, no território que este autor acredita ser dos *Nemetati*. Após a observação destas análises etimológicas, concordamos com Redentor (2011, 1: 362- 363) que talvez seja mais pertinente a hipótese deste epíteto ter como base um hidrónimo, tendo em vista a própria localização do voto, próxima ao rio Vizela e aos diversos hidrónimos que partilham a mesma raiz.

Quanto às fórmulas votivas vistas nas manifestações às Ninfas romanas e as romano-indígenas, notamos, a princípio que em todas as inscrições àquelas de carácter romano encontramos a fórmula *ex uoto*, o que demonstra uma tendência entre os seguidores deste culto. Esta expressão encaixa a maioria delas no primeiro motivo de Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477) que mostra o cumprimento da promessa por parte do dedicante. Contudo naquela vimaranense (ICICB 080) notamos que a razão para a sua colocação tem uma pequena variação, pois é erigido no cumprimento de uma promessa feita em nome de uma pessoa que não aquela que pagou efetivamente pelo suporte e pelo *tituli*. Quanto à inscrição às Ninfas Lupianas (ICICB 020), notamos uma fórmula diferente, já que esta é composta por *uotum* no ablativo e pela expressão *libens animo posuit*, o que demonstra que existiu um voto, uma promessa feita por um dedicante e que este colocou o monumento epigráfico de livre vontade, de bom grado. Entretanto, ao contrário das outras não podemos dizer que existiria uma tendência de utilização deste formulário, afinal como vimos este é o único vestígio das *Nymphae Lupianae*.

Quanto ao suporte, como era já expectável, vimos em todas aras de granito, de forma que não podemos falar em tendências de culto só pela utilização deste tipo e deste material, já que estes são elementos característicos de *tituli* votivos no território estudado. Um fato que associado à ausência de decoração nestes não auxilia na elucidação de ambos os cultos. Quanto

a possíveis datações destes votos, estas mostram que as Ninfas romanas são vistas em inscrições datáveis entre os séculos II e meados do III d.C. sendo, provavelmente, mais frequentes na primeira metade do século III d.C. durante o período de declínio do hábito epigráfico. Já a epígrafe as Ninfas Lupianas, é datável do século II d.C., durante o ápice deste. Entretanto, novamente por causa do exíguo número de vestígios não podemos tirar conclusões mais seguras, podendo apenas dizer que estes dois cultos parecem ter coexistido.

Os dedicantes que figuram nestas inscrições a essas deidades romanas e romano-indígenas têm maioritariamente estatuto quiritário, afinal a dedicante na inscrição às *Nymphae Lupianae* (ICICB 020) tem estatuto quiritário, assim como três dos dedicantes das Ninfas romanas. Na verdade, apenas o dedicante da inscrição vimaranense (ICICB 080) é de estatuto servil assim como a pessoa por quem ele pede, *Cryses*, uma mulher cujo idionimo é de origem grega (Redentor, 2011, 1: 211, Quadro 22). Como podemos notar, neste culto há uma presença feminina maior que nos outros cultos, já que enquanto, geralmente, aparecem uma ou duas mulheres em inscrições ao *Genius* e aos *Lares*, às Ninfas apresentam duas mulheres como dedicantes (uma no culto romano e outra na manifestação romano-indígena). Além de também ver-se outra que é mencionada por um homem *Vrbanus* (ICICB 080) que colocou o monumento na sequência de um voto feito em nome dela. O número de mulheres nestes cultos associado à informação do estudo de Vázquez Hoys (1982- 1983: 107 e :117) de que as divindades ligadas à água tendem a receber muitas oferendas femininas, dão mais força a interpretação desta deidade estar relacionada a um rio. No entanto, pelo que conseguimos observar estas tem o estatuto jurídico e social majoritário diferente daquele proposto por Vázquez Hoys (1982- 1983: 117), afinal estas não são de maioria escrava ou liberta, como esta esperava, mas de estatuto quiritário, sendo apenas uma de estatuto servil, que é mencionado indiretamente no voto de um homem (ICICB 080).

Observamos, portanto, que o culto às Ninfas romanas e às Ninfas romano-indígenas, podem estar relacionadas as águas, sendo que aquelas parecem ligadas mais a termas e as Ninfas Lupianas a um rio, possivelmente o Vizela. Verificamos que ambos os cultos coexistiram em algum momento e também verificamos que ao contrário do que era espectável para estes, a maior parte da população que é representada nestas manifestações tem estatuto quiritário.

2.3.5. O culto ao Marte clássico e ao Marte romano-indígena

2.3.5.1. *Mars* romano

Mars na religião romana era o filho de Juno, concebido a partir de uma flor com propriedades férteis, criada por Flora⁸³. Ele era o pai dos gêmeos de *Rhea Silvia*⁸⁴, *Remus* e *Romulus*, sendo este último o fundador da cidade de Roma (Grimal, 1990: 258). É um dos membros da tríade arcaica, juntamente com Júpiter e Quirino⁸⁵, sendo um dos doze grandes deuses do culto público romano durante a República e o Império. Ele representava a violência guerreira de quem o invocava, protegendo-o, sendo por isso o patrono do exército (Scheid, 2003: 156; Le Roux, 2006: 87).

Seus festivais, durante a República e o Império são todos de caráter basicamente purificador e militar, marcando o início e o fim da temporada de guerra. Vemos nestas festas a lustração⁸⁶ das armas, dos escudos, dos trompetes e, possivelmente, dos cavalos de guerra. Sendo assim, como deus bélico, sua função era protetora e purificadora, deixando o exército protegido em março e o purificando das impurezas auferidas em campo em outubro (Rosivach, 1983: 510- 515).

Marte provavelmente também assumiu outras funções, como por exemplo, deidade da natureza, sendo o espírito selvagem ou até mesmo ‘mestre dos animais’ (Grimal, 1990: 258; Rosivach, 1983: 509), além de também, segundo Rosivach (1983: 516), poder atuar como divindade protetora de uma cidade e de seus habitantes, já que se têm registros de rituais religiosos neste sentido. Sendo assim, poderia ser invocado para proteger tanto os aspetos militares, quanto aqueles relacionados à agricultura e também as pessoas e a sua cidade, podendo ser sua esfera de influência, talvez, a proteção de seus *cultores* contra os males em geral (Rosivach, 1983: 518; López Monteagudo, 1989: 332; Marco Simón, 1999: 37; Scheid, 2003: 158). Uma característica que quando comparada a funcionalidade do deus *Quirinus* levou Rosivach (1983: 519- 520) a criar uma hipótese de que esta deidade poderia também ter uma caráter tutelar, recebendo um epíteto local em outras comunidades que não as latinas e itálicas.

⁸³ Deidade que preside sobre o florescimento das árvores, protegendo todos os florescimentos. Ela tinha o seu próprio sacerdote em Roma e o seu próprio festival a *Floralia*, que era marcado por jogos nos quais as prostitutas faziam parte (Grimal, 1990: 155).

⁸⁴ Também conhecida como *Ilia*, era filha de *Aeneas* ou *Numitor*, o rei de Alba (dependendo da tradição). Amada por Marte ficou grávida deste e foi colocada na prisão. Morreu possivelmente após o parto (Grimal, 1990: 387).

⁸⁵ Uma divindade romana antiga, que provavelmente era um deus da guerra de origem sabina, e por isso tem o seu nome derivado ou da cidade sabina de *Cures* ou do nome sabino para lança, *curis*. Ele seria, portanto, o deus da colina Quirinal e da comunidade sabina (Grimal, 1990: 384).

⁸⁶ São rituais purificadores, que podem ser direcionados tanto para o passado quanto para o futuro, purgando influências adversas que já aderiram as pessoas, lugares ou coisas ou prevenindo sua aderência no futuro (Rosivach, 1983: 515).

Quando em contacto com a cultura indígena das províncias hispânicas, foi principalmente esta sua função protetora de comunidades que possibilitou o fenómeno da *interpretatio*, tendo estas novas deidades o teónimo *Mars* associado a um epíteto local, um fenómeno que tem paralelos em outras províncias como a Gália (Bermejo Barrera, 1986: 104; Häussler, 2012: 167 e :169).

O Marte romano é verificado em três⁸⁷ inscrições na fachada ocidental do convento brácaro. Na primeira, a deidade é representada por um qualificativo de carácter apelativo e pelo teónimo (ICICB 074), na segunda, apenas pelo teónimo (ICICB 075) e na terceira este é identificado apenas pela iconografia⁸⁸ (ICICB 076).

Quadro 9- *Mars* romano

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
074	<i>Deus Mars</i>	-- ^b	---	<i>Sacrum</i> <i>V(otum)</i> <i>l(ibens)</i> <i>m(erito)</i> <i>s(oluit)</i>	--- --- (--)	131- 230 d.C.
075	Mars	<i>Camalus Ladroni</i>	---	<i>Vo(tum)</i> <i>soluit</i>	Ara? Granito (N) ^c	1- 100 d.C.
076	[<i>Mars</i>]	<i>Arqui(us)</i> <i>Cim(ini?)</i> <i>L(ibertus)</i>	---	<i>S(acrum)</i> <i>V(otum)</i> <i>s(oluit)</i> <i>l(ibens)</i> <i>m(erito)</i>	Pátera Prata (S) ^d	1- 130 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração; ^d Com decoração.

Quanto as fórmulas votivas presentes nas epígrafes mencionadas neste Quadro 9, em nenhuma delas temos uma indicação acerca do carácter das funções de Marte clássico. Afinal de contas, todas estas são variações do formulário *uotum soluit*, estando todas encaixadas no primeiro motivo mencionado por Hassall (1980: 80-83 *apud* Andreu Pintado, 2009: 477-478). De forma, que estas podem ser fruto de formas estereotipadas ou modas de oficinas específicas, mas que também podem indicar que foram feitas promessas anteriores e que estas foram cumpridas com a consagração do suporte a deidade.

⁸⁷ Em uma inscrição politeica de Vizela (ICICB 027) figura o *Genius Martis*, já mencionado aqui anteriormente, no entanto como o elemento mais relevante do nome da deidade, era o *Genius*, escolhemos estudar esta no âmbito do culto a esta divindade, pois nesta estava sendo invocado a personificação da força ativa deste deus em um tipo característico na religião romana.

⁸⁸ Esta inscrição apresenta variadas leituras, sendo complexa a sua interpretação. Seguimos, aqui, a proposta de Redentor (2011, 2: 245, n° 355), escolhendo não apresentar as outras leituras por esta não ter o carácter de divindade que sofreu *interpretatio*, servindo, apenas como parte do *corpus* para a comparação entre os cultos. Para uma apresentação das diferentes hipóteses de leitura cf. Encarnação (1975: 270- 274), Ribeiro (2002b: 429, n° 96) e Redentor (2011, 1: 313- 314).

Em relação a estes, foi notado que naquelas onde se figurava o deus Marte em sua face clássica, não conseguimos notar um padrão ou uma preferência por algum tipo de suporte ou material específicos. Apesar de a inscrição do peregrino *Camalus*, filho de *Ladronus* (ICICB 075) apresentar, como a maioria das inscrições já mencionadas aqui, a característica de ser uma ara de granito, aquela sem dedicante (ICICB 074) aparentava ser um pilar redondo⁸⁹ também deste material e aquela de *Arquius*, liberto de *Ciminus* (ICICB 076) consistir em uma pátera de prata.

Quanto à decoração, apenas notamos iconografia no fundo da pátera (ICICB 076). Nela, observamos a representação de um soldado barbado que ostenta uma couraça, um capacete, polainas, sandálias e que segura uma lança em sua mão direita e um escudo oval em sua mão esquerda, no qual no centro se figura, possivelmente, um touro⁹⁰. Uma iconografia que o identifica com o deus Marte, afinal segundo Daremberg, Saglio e Pottier (1904: 1623) este era representado em estátuas e estatuetas como um homem barbado, em posição de ataque ou em repouso, com o capacete e a couraça, com a mão direita elevada segurando uma lança ou uma espada e com a mão esquerda abaixada segurando um grande escudo circular, que repousa sobre o solo. O provável touro simbolizado em seu escudo, que estaria na inscrição aqui tratada (ICICB 076), entretanto, se mostra um pouco diferente desta figuração, afinal de acordo com os autores mencionados (1904: 1623), na sua representação iconográfica nos materiais numismáticos, Marte se encontra relacionado a um cavalo ou a uma águia. Por esta razão, Lorrio e Olivares Pedreño (2004: 120) propuseram que talvez nesta decoração esteja representado um Marte indígena que possuía o touro como símbolo, levando-os posteriormente a pensar que este fosse o *Mars Tarbuceli*.

Entretanto, apesar desta ser uma interpretação sedutora, não podemos afirmar com certeza esta hipótese, principalmente porque não nos parece clara a imagem representada no centro do escudo. E também por não termos uma base filológica firme sobre o termo *Tarbuceli*, para podermos afirmar que esta se relaciona com um touro, como Lorrio e Olivares Pedreño (2004: 120) afirmam. De forma que não podemos sustentar esta hipótese apenas por estes argumentos. Deste modo, preferimos acreditar que ali estaria representada uma imagem do deus *Mars* romano e não de um Marte associado a outra divindade indígena bélica como estes estudiosos pensaram.

⁸⁹Descrição de Argote (1734: 634- 635, n° 1032) que não podemos confirmar, pois o monumento se encontra perdido, cf. Ficha documental ICICB 074.

⁹⁰ Uma interpretação de Lorrio & Olivares Pedreño (2004: 120), que se assemelha a de Blázquez Martínez (1977: 367) que, por sua vez, vê o touro representado na couraça da imagem. A menção da presença deste animal na pátera, no entanto, não encontra paralelos nas descrições da peça feitas por Ribeiro (2002b: 428- 429, n° 96) e por Redentor (2011, 2: 245, n° 355).

A cronologia destes suportes, mostra que este culto existiu, possivelmente, entre os séculos I d.C. e inícios do III d.C., sendo o seu auge durante o século I e primeira metade do século II d.C., durante os períodos de crescimento e ápice da cultura epigráfica na Hispânia. Sendo assim, acontecem, em épocas quando o Império está se fazendo mais presente no território, com a construção do sistema viário e das divisões administrativas novas.

Quanto aos dedicantes de cada culto, nota-se que na adoração a Marte em sua faceta clássica são registados um peregrino (ICICB 075), um liberto de peregrino (ICICB 076) e uma inscrição onde não é identificado o *cultor* (ICICB 074). Um dado importante também acerca dos *cultores* de Marte clássico é a menção de uma proveniência *Saur(iensis?)* (Redentor, 2011, 1: 188), vista na epígrafe de Castro de Alvarelhos (ICICB 076). Em uma análise etimológica deste adjetivo pátrio, Villar e Prósper (2005: 471) e Redentor (2011, 1: 314) viram que este poderia ter como raiz indo-européia **seu-* ‘espremer, obter líquido’ (*IEW*, 1959, s.v. *seu-*, *seu-*, *sū-*: 912-913), sendo assim, estaria ligado, possivelmente, a hidrónimos.

Com a análise destes dados conseguimos tirar poucas conclusões. Verificamos, primeiramente que este deus pode ser apresentado de formas diferentes, com o teónimo sozinho ou acompanhado por um qualificativo e também apenas pela iconografia. Percebemos também que suas fórmulas estão fixadas apenas no cumprimento dos votos, como fórmulas estereotipadas e que os suportes podem ser variados, como uma ara de granito (ICICB 075) ou uma pátera de prata (ICICB 076). Com a iconografia representada neste último suporte (ICICB 076), acabamos por perceber também que naquele voto, a deidade estava, provavelmente, exercendo sua função bélica, afinal estava equipado como um soldado. Além de também, constatarmos que este culto existiu durante os séculos I a III d.C., sendo ligeiramente mais frequentes no século I e na primeira metade do século II d.C., quando a presença romana no território estudado se intensificava. E ainda, vimos que os seus *cultores* podiam estar entre os peregrinos e libertos, não surgindo nenhum cidadão e nenhum servo, nestas manifestações. Com estas informações, seguimos, então, para uma análise das manifestações ao Marte romano-indígena, na tentativa de perceber se houve diferenças e/ou similaridades entre ambos os cultos.

2.3.5.2. Marte romano-indígena

O *Marte* romano-indígena no Ocidente brácario é percebido em três aras: ao *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017), ao *Mars Cariecus* (ICICB 018)⁹¹ e ao *Mars Tarbuceli* (ICICB 019).

Quadro 10- Marte romano-indígena

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
017	<i>Mars Cairiogiegus</i>	<i>Lucius Hispanius Fronto</i>	-- ٥	<i>Ex uoto sacrum</i>	Ara Granito (N) ^c	101- 200 d.C.
018	<i>Mars Cariecus</i>	<i>Aurelianus</i>	-- -	<i>Votum [libe]ns soluit</i>	Ara Granito (N)	251- 300 d.C.
019	<i>Mars Tarbuceli</i>	<i>Coporici Materni</i>	Pisoeiros	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^bSem informação; ^c Sem decoração.

O primeiro deus cuja análise etimológica será feita é o *Mars Cairiogiegus*, visto em uma inscrição tudense (ICICB 017). Este tem a sua identificação formada a partir de um teónimo associado a um epíteto toponímico ou gentilício⁹², semelhante ao caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66). O adjetivo que o qualifica, no entanto, foi alvo de várias leituras e interpretações ao longo do tempo.

As leituras começaram com Ávila & La Cueva (1854: 654 *apud* Redentor, 2011, 2: 97, n° 126), sendo que para estes se tratava de *Caiociecus*, enquanto que para Rodríguez (1879: 462 *apud* Redentor, 2011, 2: 97, n° 126) ler-se-ia, *Cailociecus* e para Borges de Figueiredo (1887: 19), *Cairiociecus*. Uma das leituras deste adjetivo mais populares, foi *Cariociecus*, alvitrada por Fidel Fita e Fernández- Guerra (1880: 93)⁹³, com base em um paralelo *Corotiacus*, visto em outra inscrição a *Mars* (CIL VII 93a) em Martlesham, na *Britannia*. Esta também esteve

⁹²Esta inscrição foi considerada por Tranoy (1981: 300, :303, n° 2 e n. 313, :304 e :377; 1984: 445, n° 2, n.5), Santos, Le Roux e Tranoy (1983: 190- 191, n° 13, Lám. V, Fig. 14- 15), *AE* (1983, 561), Almeida (1990: 147 e :149, n° 84; 1996, 1: 217- 219, n° 133), Marco Simón (1999: 47, Mapa 5), Fontes *et alii* (2009: 60) e Le Roux (2009: 282, n° 10) como dedicada a divindade Lar, entretanto, após cuidada observação da peça e uma comparação a inscrição ICICB 017, acreditamos que se trate de Marte.

⁹³ Rivas Fernández (1993: 43) menciona que este epíteto, na verdade, faz alusão a um tipo local de culto e não um indicativo de outra deidade, como um culto romano. Entretanto, tendo em vista que vemos um adjetivo que, segundo as interpretações analisadas, remetem ao substrato indígena, decidimos analisar este dentre o conjunto de deidades romano-indígenas.

⁹⁴ Fidel Fita & Fernández-Guerra (1880) apresentam pelo menos três situações diferenciadas em relação ao epíteto. Primeiro, falam em *Cailociegus* (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 19), depois falam em *Cariociecus* (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 93), e por fim o desenho da epigrafe, feita por eles, parece indicar um nexa na 1ª letra da I.2 (īr), indicando assim *Cairiociecus* (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 93).

presente no *CIL* II 5612 e no *IRG* III, 16 e nas obras de Vasconcellos (1905: 306- 307), Tovar (1949: 137), Tovar e Navascués (1950: 181, nº 50), Menéndez Pidal (1951: 225- 227), Bermejo Barrera (1986: 107), Silva (1986: 290; 2007: 401- 402), Encarnação (1989: 281) e Hernández Fernández (1998: 173). Além de outras, com menos apoiantes, como: *Capriociecus*, por Bouza-Brey Trillo (1931: 191- 192, 1953: 140- 144), *AE* 1957, 316 e *ILER* 684; *Capriociegus*, por Tranoy (1981: 304 e :377) e Nicols (1987: 144- 145); *Caprio ciecus* por (Sampedro, 1931: 32); *Caprio cecus*, por López Cuevillas e Serpa Pinto (1933- 1934: 300) e López Cuevillas (1953: 395); *Ca[.]riogiegus*, por Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina (2006: 303- 305) e *Cariociegus*, por Prósper (2002: 319, nº XI.XIII)⁹⁴. E por fim, *Cairiogiegus*, apresentada por Olivares Pedreño (2000: 95; 2008: 245, nº 15), Blázquez Martínez (1996: 354; 2001: 65)⁹⁵ e Redentor (2011, 2: 97, nº 126), a qual após a observação cuidada da peça, concordamos.

Estas foram as variantes que em maior ou menor grau regeram as variadas interpretações deste epíteto ao longo de todos os estudos, indicando ligações a possíveis funções ou características físicas desta deidade, além de também a ligarem a proteção de uma família ou de um lugar específico. As leituras *Caprio ciecus* e *Capriociegus* propostas respectivamente por Sampedro (1931: 32) e Tranoy (1981: 304), por exemplo, formaram interpretações ligadas a um animal, o bode. Segundo Sampedro (1931:32), em uma análise um tanto rebuscada, nesta inscrição estaria, na verdade, um Marte, com um epíteto que remeteria a uma cabra ou bode, cujas características envolviam ser um deus violento e cego. Já para Bouza- Brey Trillo (1931: 191, n.4) e para Tranoy (1981: 304), a menção de um caprino, ligaria este deus aquele mencionado por Estrabão (*Geog.*, 4, 16), cujos seres a serem sacrificados eram os bodes.

A leitura *Cariociecus*, no entanto, formou diferentes interpretações que acabaram por ser seguidas nas outras leituras do epíteto, aparecendo ligações entre este epíteto e possíveis funções de Marte ou entre este e topónimos e etnónimos. Para as análises ligadas a possíveis funções e características, vemos aquela de Fidel Fita e Fernández- Guerra (1880: 93) que ligam este epíteto aos termos bretões *Karadec* e *Karadoc* (amigo muito favorável) ou ao galês *caradang* e também a de Vasconcellos (1905: 307), que pensa que este estaria ligado a raiz celta **corio-* ‘corpo de tropas’ (Holder, 1896, *s.v. corio-*: 1126) dando-lhe um caráter bélico e ligando-o a um

⁹⁴ Mantém esta leitura, pensando se tratar de um erro ou antecipação de uma letra que foi abandonada. Liga este epíteto também ao topónimo Quiroga< **karyoka* (Prósper, 2002: 319, nº XI. XIII).

⁹⁵ Este autor menciona em obras anteriores outras leituras, como *Cairiociegus* (Blázquez Martínez, 1962: 115- 116; 1975: 53), *Cariociecus* (Blázquez Martínez, 1970: 71; 1977: 373 e :377; 1983: 304) e *Cariociegus* (Blázquez Martínez, 1975: 53).

possível deus indígena. Menéndez Pidal (1951: 225- 227), por sua vez, menciona a base pré-romana **cario-* ‘pedra, rocha’, vista em vários topónimos como *Carioca*, que estaria escrito em documentos medievais como *Karioca*, *Carioga* ou *Karioga* e refletido no nome de locais atuais como, por exemplo, Queiroga e Queiruga, na Coruña e Quiroga, em Lugo. Uma interpretação, também apoiada por López (1983: 107), que ligaria, então, esta deidade a um topónimo⁹⁶, lendo-o como Marte de **Carioca* (Menéndez Pidal, 1951: 225- 227). Mais recentemente, Silva (1986: 290; 2007: 401- 402) volta com uma interpretação que liga este Marte novamente a função bélica, associando-o a raiz **car-* ‘guerra’ e mencionando que este adjetivo talvez estivesse relacionado a um grupo humano e não a um topónimo como pensava Menéndez Pidal (1951: 225- 227).

Outras interpretações ligam este epíteto a gentílicos. Blázquez Martínez (1975: 53), utilizando Untermann (1965: 92- 93, Mapa 31), por exemplo, fala em uma família cujo epónimo seria uma pessoa chamada *Carius*, sendo uma possível família **carioca*, a qual *Cariociegus* era o protetor (Blázquez Martínez, 1975: 53). Este (1975: 53), assim como Hernández Fernández (1998: 73) para *Cariociecus*, também menciona que poderiam existir também uma *uilla* **Carioca* e uma *ciuitas* **carioca*, no entanto, ambos parecem associar o epíteto a uma família os **Carioci*. Álvarez Pérez, Varela Martínez e Santamarina (2006: 303), que leem o adjetivo como *Ca[.]riogiego*, também concordam com esta interpretação associada a um gentílico, afinal apesar deste remeter a um topónimo **kar(i)lo-/ia*, o seu radical tornava mais plausível que este se formasse a partir de um nome de família **kariok(i)lo-*.

Para a leitura como *Cairiogiegus*, no entanto, vemos outras interpretações que remetem aquelas discutidas para *Cariociecus* e *Cariociegus*. Olivares Pedreño (2000a: 96- 97), por exemplo, liga esta inscrição a várias a outras, como: aquela a *Mars Cariecus* (ICICB 018); a uma de Lisouros (*CIL* II 5069) que, de acordo com Redentor (2011, 1: 347), não apresenta teónimo; e uma ao deus *Caro* (*EE IX*, 1913: 101, n° 268a). Para aquele autor (2000a: 97- 98), todas partilham da abreviatura *Carus* que remeteria a este epíteto de Marte, sendo portanto, as manifestações a *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017), a *Mars Cariecus* (ICICB 018) e a *CIL* II 5069, todas pertencentes a mesma deidade, uma hipótese da qual não partilhamos. Deste modo, sua interpretação para este epíteto teria relação com antropónimo *Caricus*, testemunhado na Hispânia, ou com aqueles galos como *Caria*, *Cariacus*, *Cariccus* ou *Cario*, apesar de também admitir que poderia existir uma cidade de nome *Carioca* (Olivares Pedreño, 2000a: 98).

⁹⁶ Uma posição tomada também por Bermejo Barrera (1986: 107), apesar deste não elaborar sobre o assunto.

Redentor (2011, 1: 347) vê a associação entre o deus *Caro* e as deidades *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017) e o *Mars Cariecus* (ICICB 018), vista em Olivares Pedreño (2000a: 96-97) e Silva (1986: 290) como improvável. Na verdade, para este epigrafista (2011, 1: 347), *Caro* não seria um qualificativo, já que não apresenta uma sufixação velar, se tratando, portanto, de um substantivo, um apelativo. Sendo assim, este (2011, 1: 357- 359) apresenta as hipóteses que lhe aparentam ser mais viáveis, como aquela que associa o epíteto a um topónimo, como Menéndez Pidal (1951: 225- 227) propôs ou aquela de Álvarez Pérez, Varela Martínez e Santamarina (2006: 303) que pensam com uma relação de um gentílico formado a partir de um topónimo.

Concordamos com Olivares Pedreño (2000a: 98; 2002: 72) e García Martínez (1996: 767), que mesmo sendo fundamental saber se esta divindade está ligada a uma família ou a um topónimo, é difícil estabelecermos uma opinião sem uma base filológica firme. Todavia, estamos inclinados a seguir a hipótese que liga este adjetivo a um topónimo, devido às características da deidade clássica Marte, que possivelmente não teria um caráter de proteção familiar como os *Lares* e o *Genius*, mas que assumiu em alguns momentos epítetos locais, podendo ser este o caso nas inscrições encontradas entre o Minho e o Lima (ICICB 017 e ICICB 018). Agindo nestas, possivelmente, na sua função protetora contra ameaças exteriores, como nas esferas de ação desta deidade romana sugeridas por Rosivach (1983: 518), López Monteagudo (1989: 332), Marco Simón (1999: 37) e Scheid (2003: 158).

A segunda deidade a ser aqui examinada é *Mars Cariecus* (ICICB 018) que, como vimos, foi durante algum tempo analisada em conjunto com a anterior por causa da semelhança entre seus epítetos. O seu teónimo, no entanto, durante algum tempo foi uma dúvida por causa conservação do suporte e de sua gravação, afinal Tranoy (1981: 300, :303-304, nº 2 e :377; 1984: 445, nº 2), Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 190- 191, nº 13), *AE* 1983, 561, Almeida (1990: 147 e :149, nº 84; 1996, 1: 217- 219, nº 133), Fontes *et alii* (2009: 60) e Le Roux (2009: 282, nº 10) admitiam a possibilidade de ser referente a deidade Lar. Devido, aquela inscrição a Marte *Cairiogiegus* (ICICB 017), no entanto, assim como outros autores, acreditamos que se trate daquela deidade maior. Sendo assim, formada pelo teónimo *Mars* associado a um epíteto de forma indígena, como no caso 2A De Bernardo Stempel (2008: 66) que poderia também remeter ao topónimo **kar(i)o-*ia ou ao gentílico **kariok(i)o-* (Álvarez Pérez, Varela Martínez e Santamarina, 2006: 303) à semelhança da manifestação anterior.

A última nomenclatura divina a ser aqui analisada é aquela a *Mars Tarbuceli* (ICIB 019), nesta observa-se um teónimo associado a um determinativo toponímico, como no caso 2Ba de De Bernardo Stempel (2008: 66). Durante, algum tempo os autores e obras que trataram desta inscrição como, por exemplo: Tranoy (1981: 304), *AE* 1983, 562, Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 192), Gimeno Pascual (1988: 44, n° 56), Curchin (1991: 156), García Martínez (1996: 769- 770), Alarcão (1988a: 170; 1988b: 101), Olivares Pedreño (2000a: 101; 2000b: 62; 2002: 75), Brañas Abad (2007: 407) e Martins e Carvalho (2010: 292) não partilhavam desta concepção. Estes acreditavam que se tratava de um adjetivo relacionado a um nome de lugar, como a maior parte dos teónimos. Entretanto, foi com Albertos Firmat (1985: 472), Guerra (1988a: 226, E.168; 2002: 150), Prósper (2002: 114), Luján (2011: 236) e Redentor (2011, 1: 289) que este é identificado como o genitivo do nome de um lugar chamado **Tarbucelum*.

Guerra (2002: 150) inclusive propõe ainda outra hipótese, mencionando que talvez *Tarbuceli* aja aqui como um determinativo da palavra *fullones*, deste modo, em sua concepção, a inscrição seria a Marte (identificado apenas pelo teónimo) dedicada pelos pisoeiros de *Tarbucelum*. Porém, como apontado por Redentor (2011, 1: 289) é visível um ponto separando esta palavra no genitivo da indicação dos *fullones*, o que associado ao fato de *Mars* também poder assumir epítetos locais, nos faz acreditar que a relação com o teónimo seja o mais provável, apesar de não excluirmos totalmente a hipótese que este talvez esteja ligado à indicação de profissão.

Partindo para uma análise etimológica deste determinativo, observamos algumas interpretações, como aquela partilhada por García Martínez (1996: 769- 770), Lorrio e Olivares Pedreño (2004: 120) e Branäs Abad (2007: 407) e aquela de Prósper (2002: 114). Ambas interpretações concordam quanto à presença do elemento *ocelum-*, pensando assim como Curchin (2008: 125), que este estivesse ligado a ‘altitude, promontório, monte’. Todos estes também concordam quanto à formação do primeiro elemento do determinativo que é formado pela metástase **tauro*-> *tarbo-*, um elemento celta ou celtizado, entretanto discordam em relação ao seu significado.

Para os quatro primeiros estudiosos mencionados acima, este *tauro-* seria ligado a ‘touro’ (Holder, 1904, *s.v. -taurus*: 1773), um termo celta, também presente na língua latina com o mesmo significado (Ernout & Meillet, 2001, *s.v. taurus, -i*: 677). Uma hipótese que faria sentido, já que o touro por sua força e virilidade teve grande importância no imaginário celta

(Lorrio & Olivares Pedreño, 2004: 81) e possivelmente também no dos indígenas do Ocidente brácaro, mesmo não sendo este um território celta. Este animal, segundo Bermejo Barrera (1986: 102) e Lorrio e Olivares Pedreño (2004: 119), aparece vinculado às divindades indígenas hispanas não somente como animal para o sacrifício, senão também como símbolo desta, o que no caso vê-se, principalmente com o Marte nas manifestações religiosas romano-indígenas. Desta forma seria, provavelmente, uma característica típica advinda do substrato pré-romano, afinal o Marte clássico não tem este animal como ícone representativo (Lorrio & Olivares Pedreño, 2004: 119). Muitos povos celtas, inclusive, tomaram o nome deste animal como parte de seu nome como *Tarua* (atual Tarbes) ou *Taruanna* (Théorouanne) em França (Lorrio & Olivares Pedreño, 2004: 82), por isso não seria incomum que nesta região acontecesse o mesmo fenômeno.

Já Prósper (2002: 114) discorda desta hipótese e propõe que o primeiro elemento também poderia possuir o significado de 'monte'. Assim, esta autora (2002: 114) explica que este seria derivado da raiz indo-européia **t(e)uH-* 'inchar' (*IEW*, 1959, *s.v.* *teu-*, *təu-*, *teuə-*, *tūō-*, *ti-*: 1080) como o vocábulo latino *tumeō* (Ernout & Meillet, 2001, *s.v.* *tumeō*, *-ēs*, *-ēre*: 706-707). Uma raiz que originou nomes de alguns cumes como o *Tauro* siciliano ou ainda o nome de algumas tribos itálicas alpinas como *Taurisci* e *Taurini*.

Como visto, ambas interpretações etimológicas deste determinativo levam-nos a acreditar que este esteja ligado a um topônimo, independentemente de este estar associado a um animal ou a nome de um monte. Para Alarcão (1988a: 170; 1988b: 101) este seria o *uicus* ou *castellum Tarbucelum*, que segundo Albertos Firmat (1985: 472, n° 10) também estaria representado em uma epígrafe encontrada próxima a região da *ciuitas Aquiflaviensium* (*CIL* II 2484) na qual se lê *castellum Tarbu[- - -]*. Se este fosse o caso, esta inscrição seria possivelmente erigida pelos *fullones* que vindos desta região flaviense para a capital seja por uma missão temporária ou imigração permanente resolveram deixar ali o seu voto à divindade protetora de seu local de origem (Redentor, 2011, 1: 290). No entanto, apesar de não excluirmos esta hipótese, acreditamos, na tese levantada por Redentor (2011, 1: 290) que menciona que talvez este seja um microtopônimo, localizável próximo da cidade de *Bracara Augusta*, já que afinal, esta inscrição foi encontrada no sopé da colina de Montariol, o que condiz com ambas interpretações etimológicas que mencionam que este topônimo faria referência a um monte.

Contudo, outros dados, como o formulário consecratório e os tipos de suporte, que nos dispomos a analisar, não foram tão elucidativos quanto esta análise etimológica dos epítetos e determinativos desta deidade romano-indígena. Os formulários votivos, por exemplo, assim como no culto romano, nada elucidaram acerca do culto a estas deidades. Vemos igualmente uma variação da fórmula *uotum soluit*, sendo contudo ligeiramente mais presente a expressão *ex uoto*, mostrando que foram erigidas por causa de uma promessa a deidade. Quanto a tipologia dos suportes onde figuram o *Marte* romano-indígena, podemos falar que todas são aras de granito, suportes votivos por excelência, de forma que não temos forma de saber se esta era uma predileção dos *cultores* deste, já que vários cultos no Ocidente brácara assumiram estes suportes de tipologia romana.

A cronologia dos votos ao *Marte* romano-indígena, mostra que este existiu, provavelmente entre os séculos II e III d.C. (Redentor, 2011, 2), com um espaço de diferença já que duas foram erigidas durante o século II d.C. e outra na segunda metade do século III d.C. Esta pequena concentração no século II d.C., mostra que estes votos podem ter acontecido durante o período de auge do hábito epigráfico na Península Ibérica ou durante o seu declínio (Alföldy, 1988: 292- 293 e :298), entretanto, seria com certeza durante um período de intensa interação cultural na região estudada.

Quanto aos dedicantes das epígrafes ao *Marte* romano-indígena, todos possuem, possivelmente, onomástica quirritária. No *tituli* de *Lucius Hispanus Fronto* (ICICB 017) observamos um homem cujos elementos constituintes de seus *nomina* são de origem latina (Redentor, 2011, 1: 129, Quadro 7 e :134, Quadro 9). Já naquele de *Aurelianus* (ICICB 018) vemos outro designado apenas pelo *cognomen* de origem latina em uma organização onomástica típica do período tardio (Redentor, 2011, 1: 365), levando-nos a crer, assim como mencionado por Redentor (2011, 1: 93), que este era um indivíduo *ingenui* e autóctone, podendo possivelmente basear o seu nome naquele do Imperador Aureliano (270- 275).

Já em relação aos dedicantes da inscrição da Fonte de São Vicente (ICICB 019), observamos variadas interpretações. Estas envolvem: os *cultores* constituírem uma família denominada *Coporici Materni*, ou os *Coporici* serem filhos de um *Maternus*, ou estes serem uma associação de *fullones* cujo *patronus*⁹⁷ é um *Coporicius Maternus* ou ainda que estes

⁹⁷ A relação *patrocinium/ clientela* é baseada em um relacionamento mútuo, contínuo, extra legal ligado pela moral entre duas partes de estatutos e recursos diferenciados. Estas fazem trocas de bens e/ou serviços que não precisam ser de mesmo valor monetário e podem envolver também os descendentes de ambas. Existem quatro tipos de *patrocinium*: o pessoal, que envolve um *ingenuus* de estatuto social inferior ao patrono; aquele que envolve um liberto e seu antigo *dominus*; aquele onde acontece o patronato de comunidades; e aqueles patronos *oratores*, *patroni causae*, os quais possuíam clientes que lhes forneciam serviços sem cobrarem taxas (Nicols, 2013: 2-3).

compusessem uma família que tinha relação com o povo *Copori* e que se integraram em um grupo latino ou família dos *Materni*. As duas primeiras teorias são ambas aceitas por Santos, Le Roux e Tranoy (1983: 192 e n.10), Martins e Carvalho (2010: 292) e García Martínez (1995b: 155) sendo as mais populares entre o restante dos trabalhos.

A primeira teoria é apontada como preferível por Martins (1990: 85, n° 66), Carvalho (2008, 1: 316) e considerada a única aceitável por Redentor (2011, 1: 289, n.35) porque esta pode ser vista como uma apresentação de uma família de estatuto quiritário através de um *nomen gentile* e um *cognomen* partilhado, ambos no nominativo plural. Quanto a esta teoria, ressaltamos que o *cognomen*, como dito anteriormente, servia para distinguir um indivíduo, sendo que apenas as famílias da aristocracia romana no século III a.C, começaram a passá-lo hereditariamente e utilizá-lo para distinguir ramos de uma grande família (Lassère, 2005: 89 e 91).

Já a segunda teoria é mostrada como a mais provável por Santos, Le Roux e Tranoy (1983: 193, n.10) e Tranoy (1984: 446, n° 4)⁹⁸, possivelmente, porque estes veem nesta um idionimo indígena no nominativo plural associado a um patronímico, *Maternus*, um idionimo latino com frequência indígena no genitivo singular, o que encaixaria estes na onomástica peregrina.

Já a terceira hipótese, levantada por Gimeno Pascual (1988: 43- 44), menciona que os *fullones* por estarem representados no plural, possivelmente, fariam parte de uma associação, reunida para fins cultuais ou funerários, cujo patrono seria um *Coporicius Maternus*. Este, cidadão romano identificado pelo *nomen* e pelo *cognomen* no genitivo singular, sustentaria os grandes investimentos necessários para a criação e manutenção da *fullonica*, sendo a menção de seu nome no início da inscrição uma forma de adulação a este. No entanto, percebemos que as associações deste ofício podiam também ser representadas epigraficamente com termos específicos como *conlegium fullonum* percebido em dois monumentos provenientes de *Praeneste* (*EE* IX: 439, n°s 759 e 760) ou como *sodalitium fullonum* vista na epígrafe encontrada em *Faleria* (*CIL* IX 5450), sendo assim, marcadas de forma evidente. Ainda outro problema nesta hipótese seria que se o motivo fosse de adular o patrono, a inscrição também levaria a uma indicação formal desta relação, como vemos na *AE* 1915, 44, onde se observa a expressão *optimo patrono*, ou até mesmo termos como *cliens*, *amicus* ou *officium*, *beneficium*, *meritum* e

⁹⁸ Olivares Pedreño (2008: 228, n° 52 e :245, n°53) aparenta partilhar desta idéia, no entanto, enquanto em um momento menciona se tratar de uma família de um *Coporicius Maternus* (Olivares Pedreño, 2008: 228, n° 52) em outro menciona a hipótese de serem os *Coporici*, filhos de *Maternus* (Olivares Pedreño, 2008: 245, n° 53). Entretanto, acreditamos que talvez a hipótese apresentada na página 228, seja um equívoco.

gratia que são utilizados geralmente para indicar a relação de patronato (Saller, 1982: 8), já que assim também podiam mostrar claramente o seu prestígio através da influência de seu *patronus* (Flohr, 2013: 309).

Outra tentativa de análise sobre os dedicantes do *titulus* encontrado na Fonte de São Vicente (ICICB 019) é vista em García Martínez (1996: 396) que pensa que esta é resultado de uma onomástica comum quando duas comunidades vivem juntas, uma de origem indígena e outra latina, de maneira que os *Coporici*, que teriam um nome étnico relacionado aos *Copori* do *conuentus Lucensis*, se integraram dentro de um grupo latino, os *Materni*. Esta interpretação, no entanto, parece mostrar que estes se tornaram uma só família de *fullones*, identificados no nominativo plural, uma hipótese que não parece plausível.

Tendo em vista estas ressalvas não podemos afirmar com segurança que existe apenas uma forma de interpretação, já que são quase todas válidas, com exceção, talvez, daquela oferecida por Sonia García Martínez (1996: 396), que parece improvável. Sendo assim, estamos mais inclinados a ver a interpretação aquela de Martins (1990: 85, n° 66), Carvalho (2008, 1: 316) e Redentor (2011, 1: 289, n.35), apesar de não descartarmos a de Santos, Le Roux e Tranoy (1983: 193, n.10) e Tranoy (1984: 446, n° 4).

Com estas informações vimos que as manifestações religiosas ao Marte romano-indígena se diferenciam daqueles ao *Mars* clássico. A primeira questão que vemos é relacionada a teonímia, afinal nas manifestações a deidade romana, a identificação desta divindade, era pelo teónimo sozinho ou por este somado a um qualificativo, ou até mesmo subentendido na iconografia, enquanto que o romano-indígena era apresentado correntemente em uma associação entre teónimo, epítetos e determinativos de origem toponímica e/ou gentilícia. Designações que mostram prováveis diferenças nas funções desta deidade, já que na clássica por sua iconografia (ICICB 076) parece ter assumido uma função predominantemente bélica, e naquela romano-indígena parece ser protetor de um espaço físico ou de membros de uma família, à semelhança do que se pensa sobre os deuses da religião pré-romana na região. Atuando, portanto, como protetor de uma comunidade ou grupo familiar contra os males exteriores.

Outra diferença entre estes votos, trata-se do próprio corpo de *cultores*, afinal enquanto no culto clássico observamos um peregrino e um liberto de peregrino, nas aras a Marte *Cairiogiegus*, Marte *Cariacus* e Marte *Tarbuceli* vemos a presença apenas de pessoas do estatuto quiritário, notando a presença de uma família de pisoeiros.

Os outros dados, no entanto, são apenas pequenas informações que podem acabar por corroborar esta divisão entre deidades, afinal o formulário votivo apresentado em cada uma é ligeiramente diferente, assim como a escolha de suportes. Quanto a possível datação de cada uma, mostra que os seus períodos de maior frequência são levemente diferenciados, pois enquanto aqueles *tituli* a deidade clássica têm o auge durante o século I e metade do século II d.C. aqueles as divindades romano-indígenas equivalentes, são mais frequentes ao longo do século II d.C., não existindo registos seus datáveis do século I d.C.

Chegamos, então, a conclusão que assim como nas manifestações anteriores, o Marte romano-indígena pode ser diferenciado como tal apenas através de uma análise de sua forma de identificação que apresenta epítetos e determinativos de base toponímica ou gentilícia de origem indígena; e pelos seus *cultores*. Sendo assim, para consolidarmos este pensamento, de que estas deidades envolvem uma categoria diferenciada daquelas romanas, precisamos analisar o território e o povoados relacionáveis a estas manifestações, a fim de entender se estes ocuparam zonas diferentes do território estudado.

2.3.6. *Iuppiter*

2.3.6.1. *Iuppiter* clássico

Júpiter, o deus supremo da religião romana, possuía funções ligadas à natureza e a política, fazendo parte tanto da tríade arcaica com Marte e Quirino quanto da tríade capitolina com Juno e Minerva. Sua função naturalista, presente na análise etimológica de seu teónimo como ‘céu luminoso’ (Dumézil, 1974: 187), ligava-o ao céu e ao tempo atmosférico, sendo ele o senhor da luz serena e do calor, da tempestade, da chuva, dos relâmpagos e dos raios. (Dumézil, 1974: 188- 189; Penas Truque, 1986: 129; Grimal, 1990: 231; Blanco Sanmartín, 1995: 168- 169). Estas características permitiram a sua ligação à agricultura e a fecundidade quando este era associado à *Venus*⁹⁹ e a *Liber Pater*¹⁰⁰ (Vázquez Hoys, 1983- 1984: 85). Sua função política, também muito ligada ao controle do céu próximo, associado aos *auspicia*, indicava que este era quem controlava Roma através de sinais aos governantes terrenos (Dumézil, 1974: 188- 190; Blanco Sanmartín, 1995: 170; Scheid, 2003: 149). Este era,

⁹⁹ Deusa do charme irresistível e protetora dos casais (Scheid, 2003: 157).

¹⁰⁰ Deus da germinação e protetor dos adolescentes (Scheid, 2003: 156).

portanto, o poder supremo e a fonte de toda autoridade em Roma (Grimal, 1990: 232), afinal toda vez que uma decisão pública tivesse lugar, eram tomados os auspícios para que se soubesse a posição deste deus sobre o assunto e somente após uma demonstração de sua vontade aos cidadãos era que o magistrado poderia agir (Scheid, 2003: 149). Outra função que igualmente emanava da sua funcionalidade no campo político estava relacionada ao direito e a fidelidade, pois este garantia e vingava os juramentos e pactos feitos tanto na esfera pública quanto privada e também no comércio entre cidadãos romanos e estrangeiros (Dumézil, 1974: 190; Vázquez Hoys, 1983- 1984: 85; Grimal, 1990: 232). A ele eram consagrados os Idos de cada mês¹⁰¹, um período no qual decorria em Roma, uma procissão pela *Via Sacra*, na qual o *Flamen Dialis* conduzia um cordeiro branco para ser sacrificado em seu nome no Capitólio (Dumézil, 1974: 191), local governado por ele (Grimal, 1990: 231).

Na fachada ocidental do *conuentus Bracarensis*, encontramos vestígios do culto a esta divindade clássica em grande quantidade, correspondendo no total a 41 inscrições vistas na Quadro 11. Destas, 8 possuem Júpiter representado apenas pelo teónimo, 29 apresentam este com os epítetos *optimus* e *maximus*, 2 apenas com o adjetivo *maximus*, 1 qualificada apenas com *optimus* e 1 adjetivada como *repulsor*. Ressaltamos igualmente, que dentre estas inscrições mencionadas, 5¹⁰² expõem este deus identificado com outras deidades, sejam elas indígenas, clássicas¹⁰³ e orientais.

Quadro 11-*Iuppiter* romano

ICIB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Iuppiter</i>						
028	<i>Iuppiter</i> e [- - -] ^b	- - -	- - -	- - -	Coluna Cilíndrica? - - - (- - -)	101- 270 d.C.
030	<i>Iuppiter</i>	<i>Flauinus</i>	- - -	<i>Votu(m) Refferet (!) Līb(en)s</i>	Ara Granito (S) ^c	171- 270 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^bSem informação; ^c Com decoração.

¹⁰¹ A consagração desta parte de cada mês a Júpiter, está relacionado, possivelmente, com a lua cheia que favorecia o crescimento da fauna e da flora (Blanco Sanmartín, 1995: 170).

¹⁰² ICIB 027, ICIB 028, ICIB 029, ICIB 034 e ICIB 067.

¹⁰³ Na inscrição de Caldas de Vizela (ICIB 027), vemos não só a presença de outras divindades clássicas, como também a de um *Genius Iouis*, já analisado dentro do culto ao Gênio, já que o apelativo de importância era o do *Genius* e não o de *Iuppiter*, que funcionava como um determinativo deste.

Quadro 11 – *Iuppiter* romano (continuação)

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Iuppiter</i>						
031	<i>Iuppiter</i>	<i>Boletu[s]</i>	-- ^b	<i>[A(nimo)] I(ibens) u(otum) so(luit)</i>	Ara Granito (N) ^c	101- 200 d.C.
032	<i>Iuppiter</i>	<i>Medamu[s] ---</i>	---	<i>V(otum) I(ibens) [S(oluit?)]</i>	Ara Granito (N)	31- 130 d.C.
033	<i>Iuppiter</i>	<i>Nispro(?)</i>	---	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (--)	101- 270 d.C.
034	<i>Iuppiter e Deus Talabrigus</i>	<i>---[s] Silinī F(ilius) Is(iensis?)</i>	---	<i>Taurum [u]erbece[m] F(eliciter?) D(edicauit)</i>	Ara Granito (N)	131- 200 d.C.
035	<i>Iuppiter [- - -]</i>	---	---	---	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
067	<i>Nabia Corona, Nabia, Iuppiter, [..]urgo e Ida</i>	---	---	<i>Vacca(m) Bouem/ Agnu(m) / Agnum Boue(m) Lact(entem) / Agnul(um) / Cor(nigeram uel nigerum) / ann(o) et dom(o) actum (ante diem) V (quintus) id(us) apr(iles) Largo et Me(s)sallino Co(n)s(ulibus) Curator(ibus) Lucretio Vitulino Lucretio Sabino Postumo Peregrino</i>	Ara Granito (N)	147 d.C.
<i>Iuppiter Maximus</i> (ou <i>Maxumus</i>)						
036	<i>Iuppiter Maximus</i>	---	---	---	Ara Granito (N)	71- 200 d.C.
037	<i>Iuppiter Maxumus</i>	<i>Vicani Atucenses</i>	---	<i>P(osuerunt)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
<i>Iuppiter Optimus</i>						
038	<i>Iuppiter Optimus</i>	<i>Primia Louniinsis Ānui F(ilia) Maia</i>	---	<i>Ara(m) didicauit (!) I(ibens)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração.

Quadro 11- *Iuppiter* romano (continuação)

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Iuppiter Optimus</i> (ou <i>Optumus</i>) <i>Maximus</i> (ou <i>Maxumos/ Maxsumus</i>)						
027	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i> e + 20 deidades clássicas ^b	<i>T(itus)</i> <i>Mod[c]i n[us]</i> <i>C(aii) F(ilius)</i> <i>C[O]R(nelia)</i> <i>COSCINVS</i> (<i>Ordo senatorius</i>)	Legado da legião?	--- ^c	--- --- (---)	171- 230 d.C.
029	<i>Diui Isienses?</i> e a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>[P]lent[us] Bēbi</i>	---	<i>[T]auros D(edicauit)</i>	Afloramento Rochoso Granito (N) ^d	101- 200 d.C.
039	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	---	---	---	Ara Granito (S) ^e	101- 200 d.C.
040	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	---	---	---	Ara Granito (N)	201- 270 d.C.
041	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Alb[u]ra</i>	---	<i>S(usceptum)</i> <i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>A(nimo)</i>	Ara Granito (N)	151- 200 d.C.
042	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Aemil(ius)</i> <i>Cr[es]cens</i>	Membro da Comitativa do legado jurídico <i>Triarius</i> <i>Maternus</i>	<i>Pro salute Triari Materni</i> <i>Leg(ati)</i> <i>Iur(idici)</i> <i>C(larissimi)</i> <i>V(iri) et Proculae eius</i> <i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>[L(ibens)</i> <i>A(nimo)]</i>	Ara Granito (N)	161- 180 d.C.
043	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>C(aius) Aemil(ius)</i> <i>Valens</i> (<i>Ordo equester</i>)	Cavaleiro da ala Flávia [...]? do esquadrão de <i>Primanus</i>	<i>V(otum)</i> <i>S(oluit)</i> <i>L(ibens)</i> <i>M(erito)</i>	--- --- (---)	71- 150 d.C.
044	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Cat(ius?) Celer</i>	---	<i>Ex uoto</i>	Ara Granito (N)	71- 230 d.C.
045	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Cl(audius) Flauinus</i>	---	<i>Pro salute s(uper) reditum p(osuit)</i>	Ara Granito (N)	151- 230 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b *Iuno Regina, Minerua, Sol, Luna*, todos os deuses, *Fortuna, Mercurius, Genius Iouis, Genius Martis, Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Caelus, Heroes, Ceres, Genius Victoriae, Genius* do dedicante e *Dii Sedis Peruiæ*; ^c Sem informação; ^d Sem decoração; ^e Com decoração.

Quadro 11- *Iuppiter* romano (continuação)

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão, título ou função do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Iuppiter Optimus</i> (ou <i>Optumus</i>) <i>Maximus</i> (ou <i>Maxumus</i> / <i>Maxsumus</i>)						
046	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	Ce[- - - (- - -) ^b	- - -	- - -	Ara Granito (N) ^c	101- 270 d.C.
047	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Festus e Nereus</i>	- - -	<i>V(otum) s(oluit)</i> / <i>Ara(m)</i> <i>po(suit)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
048	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Flaus Rufi F(ilius)</i>	- - -	<i>L(ibens) a(nimo)</i> <i>u(otum) s(oluit)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
049	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Flavius Auentinus</i>	- - -	<i>Encrati uxori</i> <i>u(otum) s(oluit)</i>	- - - - - - (- - -)	151- 270 d.C.
050	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Fl(avius) Fr(onto)</i>	- - -	<i>Ex uoto lib(ens)</i>	Ara Granito (N)	171- 270 d.C.
051	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>G(aius)</i> <i>A(- - -) R?(- - -)</i>	- - -	<i>Ex uoto ara(m)</i> <i>pos(uit)</i>	Ara Granito (S) ^d	101- 200 d.C.
052	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>G(aius) Iul(ius)</i> <i>Saturninus Afer</i>	Soldado da VII (sétima) Legião Gémea Félix	- - -	Ara Granito (N)	131- 170 d.C.
053	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Hermes</i>	- - -	<i>Pro s(alute)</i> <i>Ti(berius)</i> <i>C(laudi?) Ausci</i> <i>V(otum)</i> <i>L(ibens) S(oluit)</i>	Ara Granito (N)	71- 170 d.C.
054	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Maternus</i>	- - -	<i>Posui[t]</i> <i>aruda[m] (!)</i>	Ara Granito (N)	171- 270 d.C.
055	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Onn[a](?) S(erua?)</i>	- - -	<i>Sac(rum?)</i> <i>Ex uoto a(nimo)</i> <i>s(oluit)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
056	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>P(ublius) F(abius?)</i> <i>Cileioui</i>	- - -	<i>Po(suit) ex</i> <i>uo(to)</i>	Ara Granito (S)	51- 100 d.C.
057	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>Sulpicius</i> <i>Sulpicianus</i>	- - -	<i>Quot(!) uouit</i>	Ara Granito (N)	201- 270 d.C.
058	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>V(ibiens?) N(- - -)</i> <i>M(- - -) [P](ius?)</i>	- - -	<i>L(ibens?)</i> <i>P(osuit?)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
059	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	<i>[- - -]P?[- - -]</i> <i>[V]lp(ius?)</i> <i>E[uh]elpistus</i>	- - -	<i>V(otum) S(oluit)</i>	Ara Granito (N)	151- 230 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração; ^d Com decoração.

Quadro 11- *Iuppiter* romano (continuação)

ICICB	Deidade romana	Dedicante e estatuto	Profissão, título ou função do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação ^a
<i>Iuppiter Optimus</i> (ou <i>Optumus</i>) <i>Maximus</i> (ou <i>Maxumus</i> / <i>Maxsumus</i>)						
060	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	[.(- - -)] M(- - -) S(- - -)	- - - ^b	<i>V(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)</i>	Ara Granito (N) ^c	101- 200 d.C.
061	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	- - -	- - -	- - -	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
062	<i>Iuppiter Optimus Maxsimus</i>	- - -	- - -	- - -	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
063	<i>Iuppiter Optimus Maxsumus</i>	- - -	- - -	- - -	Ara Granito (N)	71- 150 d.C.
064	<i>Iuppiter Optimus Maxumus</i>	<i>Flavius Corolleae F(ilius)</i>	- - -	<i>V(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)</i>	Ara Granito (N)	101- 200 d.C.
065	<i>Iuppiter Optimus Maxumus</i>	[- - -] <i>Rufi Grouius</i>	- - -	<i>Votum</i>	Ara Granito (N)	101- 230 d.C.
<i>Iuppiter Repulsor</i>						
066	<i>Iuppiter Repulsor</i>	[<i>Fi</i>]rmia [<i>P</i>]usinna	- - -	[<i>E</i>]x uoto [<i>p</i>]osuit	Ara? Granito (N)	101- 270 d.C.

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Sem decoração.

O culto a Júpiter Ótimo e Máximo, como visto o mais difundido em nossa região de estudo, foi uma resposta romana aos cultos gentilícios que dominavam a cidade de Roma e integravam apenas membros de uma *gens*. Desta forma, esta deidade servia para unificar todos os membros da sociedade romana identificando-os com uma comunidade (Blanco Sanmartín, 1995: 169). Os epítetos *optimus* e *maximus*, vistos em trinta e duas inscrições em conjunto ou isolados, são as expressões que marcam o caráter soberano desta divindade (Dumézil, 1974: 192). O epíteto *optimus*, derivado de *ops*, mostrava que este proporcionava aos romanos a magnificência, ajudando-os com o seu poder fertilizador e com a sua energia desenvolvidora, trazendo abundância de frutos e riquezas e protegendo a comunidade romana (Blanco Sanmartín, 1995: 170; Le Roux, 2009: 276; Redentor, 2011, 1: 305-306). Já o adjetivo *maximus*, mostrava que não havia poder divino que se equiparava ao deste deus (Le Roux, 2009: 276; Redentor, 2011, 1: 305-306), sendo este a maior divindade entre aqueles da triade capitolina, que garantia o bem estar e protegia o povo romano.

Outro epíteto que também apareceu ligado ao deus Júpiter nesta região foi *repulsor*¹⁰⁴ (ICICB 066) visto, por exemplo, em cinco inscrições na província da Lusitânia: *HEp* 1, 150; na *AE* 1967, 201; *AE* 1977, 427; *IRCP* 638 e na *IRCP* 640. Sendo este muito próximo daquele *depulsor* visto em várias inscrições por todo o Império¹⁰⁵ e que apresenta vestígios também nas províncias hispânicas nas epígrafes: *AE* 1974, 393 bis¹⁰⁶ e *HEp* 4, 247. Ambos os qualificativos devem sua origem ao verbo latino *pellĕre* ‘impelir, afastar, expulsar’ (Ernout & Meillet, 2001, *s.v. pellō, -is, pepulī, pulsum, pellĕre*: 494; Almeida, 2005, *s.v. pellō, -is, -ĕre, pepulī, pulsum*: 354) que com o prefixo *de-*, significava ‘expulsar, afastar, desalojar’ (Almeida, 2005, *s.v. depellō, -is, -ĕre, pūlī, pulsum*: 354) e que com o prefixo *re-*, expressa ‘repelir, recusar, rejeitar’ (Almeida, 2005, *s.v. repulsō, -as, -are*: 439). Estes verbos são então associados à sufixação *-or*, o que tornava Júpiter no agente da ação (Sánchez Salor & Salas Martín: 85). Deste modo, estes poderiam ser formas diferentes de expressar o mesmo deus, que repele o mal e as ameaças e retira as desgraças (Sánchez Salor & Salas Martín, 1984: 82 e :84; Redentor, 2011, 1: 306).

Segundo Sánchez Salor e Salas Martín (1984: 86), o Júpiter *Repulsor* poderia ser uma *interpretatio* de mais de um deus indígena com caráter popular e apotropaico, já que seus *cultores* são escravos e indígenas de condições humildes¹⁰⁷ e por ser fruto da geminação consonântica diferenciada, típica em uma linguagem popular, além de outras diferenças de índole linguística, que caracterizam o termo como hispano (Sánchez Salor & Salas Martín, 1984: 84; Redentor, 2011, 1: 306). Entretanto, acreditamos que apesar de ser uma interessante interpretação, estes motivos não são suficientes para considerarmos esta divindade como resultante de uma prática de *interpretatio*, afinal como temos visto em outros cultos, deidades romano-indígenas que podem ser frutos deste fenômeno também possuem dedicantes de estatuto quiritário, além do fato deste epíteto ser latino.

Quanto às cinco inscrições onde percebe-se a adoração em conjunto de Júpiter com outra divindade indígena ou clássica, vemos que estas apesar de relacionadas são diferentes e independentes, não se tratando, portanto, de resultados de uma prática de *interpretatio*. O

¹⁰⁴ Alguns autores (*CIL* II 2414; Vasconcellos, 1913: 226 e n.2; *ILER* C102; Tranoy, 1981: 319 e n.90) não concordam com esta leitura, pensando que antes estaria o epíteto *Depulsor*, além de existirem outros (García Martínez, 1996: 1974-1975, n° 209 e *RAP* 337) que mencionam as duas opções.

¹⁰⁵ Podendo inclusive, de acordo com Redentor (2011, 1: 306-307) estar possivelmente representado na inscrição de Serzedelo (ICICB 059), em associação com outros epítetos como *optimus* e *maximus*, visto também em inscrições de fora da Península Ibérica: *AE* 1972, 526; *AE* 1982, 760; *AE* 1984, 740 e *AE* 1986, 571 (Redentor, 2011, 1: 307). Entretanto, acreditamos que este elemento também possa ser parte da onomástica do dedicante. Deste modo, optamos por esta interpretação por falta de outros resquícios na região estudada de Júpiter associado a três epítetos. No entanto, entendemos ser admissível também a hipótese levantada por Redentor (2011, 1: 306-307).

¹⁰⁶ A leitura do último epíteto também pode ser *D(olicheno)* (*AE* 1974, 393 bis).

¹⁰⁷ Para estes autores (1984: 84) é uma parte da população mais supersticiosa que teme desgraças e que por isso se defende com todo o tipo de meios apotropaicos.

primeiro caso visto é naquela de Insalde (ICICB 029), na qual *Iuppiter Optimus Maximus* é cultuado com os deuses *Isiensis*, cuja forma de identificação é através de um qualificativo associado a um epíteto. Um adjetivo que poderia ser restituído se procurássemos em topónimos antigos como *Ispallum* no *conuentus Caesarugustanus* (Plínio, *N.H.*, 4, 24) e *Isturgi* no *conuentus Cordubensis* (Plínio, *N.H.*, 3, 7-10) (Redentor, 2011, 1: 311). No entanto, segundo Redentor (2011, 1: 311), o topónimo que este adjetivo se referia era provavelmente **Isia*, cujo radical */s-* poderia estar relacionado a raiz indo-européia **eis-* ‘mover-se rapidamente’ (IEW, 1959, s.v. *eis-*: 299- 301), que gerou muitos hidrónimos celtas. Sendo assim, este possivelmente se localizaria próximo à região onde foi encontrada, cujo nome derivaria de um hidrónimo (Redentor, 2011, 1: 311-312).

Na inscrição bracarense a *Iuppiter* e ao *Deus Talabrigus* (ICICB 034), na qual curiosamente observamos um dedicante que se identifica com o adjetivo pátrio *Isiensis* (Redentor, 2011, 1: 311), notamos novamente a associação de Júpiter a um deus identificado por um qualificativo e por um epíteto. O epíteto desta deidade, *Talabrigus*, nos leva a pensar em *Talabriga*, contudo, não podemos afirmar com certeza que este estaria relacionado a aquele, por falta de mais informações. Assim, de acordo com Redentor (2011, 1: 350- 351), este remete a um local chamado **Talabris* (que também não se pode garantir que não seria designado como *Talabriga*) que poderia se relacionar com vários outros agrupamentos populacionais hispânicos.

Já no *titulus* encontrado em Corvite (ICICB 028), observamos igualmente *Iuppiter* com outra deidade que não foi possível identificar. Sendo que ambas parecem ter um qualificativo em sua identificação, afinal percebemos a expressão *Dib(us)̃* no início do texto.

Ainda no campo de associações deste deus e divindades indígenas, mas agora também com divindades orientais, analisamos uma epígrafe de Penafiel (ICICB 067), onde se figura um sacrifício no qual este deus é cultuado em conjunto com: *optima uirgo conseruatrix* e *nimpha Danigom Nabia Corona*, com *Nabia*, [...] *urgo* e *Ida*¹⁰⁸. A primeira deusa mencionada nesta inscrição (ICICB 067) possui um grande número de epítetos em sua identificação, o que não é comum. Esta apresenta, portanto, fora o teónimo *Nabia* como a outra divindade mencionada na mesma inscrição, epítetos e determinativos como: *optima*, um adjetivo não específico; *uirgo*, relacionado a uma qualidade específica da divindade; *conseruatrix*, um epíteto funcional; *nim(pha)*, um epíteto teofórico; *danigom*, um determinativo plural, que alude ao conjunto de

¹⁰⁸ Seguimos, nesta dissertação, a leitura proposta por Redentor (2011, 2: 31- 32, nº 27). Para mais discussões sobre as deidades aí identificadas e as diversas interpretações da inscrição cf. Le Roux & Tranoy (1974: 252- 254), Olivares Pedreño (2002: 239- 240), Alarcão (2009: 162) e Redentor (2011, 1: 388- 390).

habitantes de um povoado em concreto ou a ele relacionados (Redentor, 2011, 1: 389); e *corona*, como outro epíteto, que poderia corresponder a um apelativo para rio (Prósper, 2002: 106- 107; Redentor, 2011, 1: 353-354). As segunda e terceira divindades eram, como já dito, *Nabia* e Júpiter apresentados apenas pelo teónimo, sendo aquela divindade indígena uma protetora do vale ou relacionada a ele (Prósper, 2002: 192 e :194; Alarcão, 2009: 101; Redentor, 2011, 1: 334), além de também poder ser divindade tutelar de algumas comunidades (Olivares Pedreño, 2002: 239-240; Redentor, 2011, 1: 335). A quarta deidade neste rol, também é de origem indígena e seu teónimo incompleto [...] *urgo*, poderia ser, segundo Redentor (2011, 1: 389), talvez [I] *urgo*?. Já por último, vemos o epíteto *Ida*, que faria alusão aos cultos cibélicos, alusivo a *Idaea*, um epíteto toponímico de *Magna Mater*, ligado às montanhas anatólicas de *Ida*, onde esta tinha o seu solar (Redentor, 2011, 1: 369, n.55).

Curiosamente, em três¹⁰⁹ das quatro inscrições onde Júpiter está representado com divindades indígenas em um momento de adoração em conjunto, vêem-se sacrifícios de animais bovinos e ovinos. A epígrafe penafidense (ICICB 067) chega a informar também que os sacrifícios ali descritos devem ser repetidos anualmente (Le Roux, 1994: 563; Redentor, 2011, 1: 390), assim como foram feitos em 09 de abril de 147 d.C.

O sacrifício na religião romana é o ato central na maioria dos atos de culto, sendo feito ao ar livre de frente a comunidade a qual concernia tal ação (Scheid, 2007: 263). Este envolvia, normalmente, animais domesticados como bois, porcos e cabras vestidos com fitas e cobertos nas costas por um pano, a *dorsale* (utilizada somente no caso de suínos e bovinos). Durante este ato eram imolados, através ritual de espalhar *mola salsa* (uma espécie de farinha salgada) pelas costas da vítima e derramar uma pequena quantidade de vinho em sua testa e por fim passando-lhe a faca pelas costas, como um rito de consagração (Scheid, 2007: 264- 266), na qual seguia-se a morte do animal.

Entretanto, são poucos os vestígios que nos informam sobre as formas e a observância de sacrifícios nas províncias latinas (Fishwick, 1991: 501). Na religiosidade pré-romana hispânica conhece-se, por exemplo, bem mais a sul, na província da Lusitânia, uma relação de sacrifícios feitos a várias divindades indígenas *RAP* 466, onde a escolha de animal para o sacrifício lembrava o ritual romano da *suovetaurilia* (Encarnação *et al.*, 2008: 94 e :100).

Sacrifícios que lembravam, então, aqueles descritos nos *tituli* encontrados em: Penafiel (ICICB 067), Insalde (ICICB 029) e Braga (ICICB 034). Nestas, também observamos esta

¹⁰⁹ ICICB 029, ICICB 034 e ICICB 067.

escolha de animais, sendo que a Júpiter estavam sempre dirigidos os bovinos, sejam touros (ICICB 029 e ICICB 034) ou vitelos de leite (ICICB 067)¹¹⁰, apesar de ser geralmente o cordeiro a ser sacrificado a ele nos idos de cada mês (Dumézil, 1974: 191), e às divindades indígenas, maioritariamente os ovinos¹¹¹.

Em associação com outras divindades romanas, entretanto, não encontramos relatos de sacrifícios. A inscrição politeica de Caldas de Vizela (ICICB 027), já tratada aqui no contexto de outros cultos, engloba além de *Iuppiter Optimus Maximus*, mais uma vintena de divindades do culto clássico. Nesta, fora aquelas cujos teónimos já aqui estudados, encontramos *Minerua*, *Sol*, *Luna*¹¹², *Fortuna*, *Mercurius*, *Aesculapius*¹¹³, *Lux*¹¹⁴, *Somnus*¹¹⁵, *Venus*, *Cupido*¹¹⁶, *Caelus*¹¹⁷, *Ceres*¹¹⁸ e outras coletividades de deuses e seres divinizados como *Dii Sedis Peruiæ*, *Heroes* (os heróis) e *Dii omnes* (todos os deuses).

Todavia, como já mencionado anteriormente, não é apenas das análises etimológicas das formas de identificação das deidades que podemos desvendar os cultos as divindades clássicas e às divindades romano-indígenas, devemos analisar também as fórmulas consecratórias. Nas inscrições ao Júpiter clássico notamos uma variedade de fórmulas votivas diferentes daquelas habituais variações de *uotum soluit*, *ex uoto*, *posuit* e *pro salute*, apesar de observarmos que estas continuam com toda a força neste culto também.

Um dos tipos dentre estas fórmulas diferenciadas são aquelas que mencionam sacrifícios a Júpiter e outras deidades indígenas (ICICB 029, ICICB 034 e ICICB 067). Naquelas de Insalde (ICICB 029) e de Braga (ICICB 034) observamos a utilização do verbo *dedicare* no sentido de ‘consagrar’, sendo que a última está associada, possivelmente, ao advérbio *feliciter* ‘com felicidade’. Já na inscrição politeica penafidelse (ICICB 067), notamos uma fórmula mais formal, indicando dados específicos sobre o rito, como já falado aqui. Nela vemos, além da enumeração de animais a serem sacrificados, a expressão ‘*anno et domo actum (ante diem) V idus apriles*¹¹⁹’, ou seja, realizado todo ano e no local, no quinto dia dos idos de abril (09 de abril).

¹¹⁰ Nesta também lhe foi oferecido um cordeiro.

¹¹¹ Com exceção nas inscrições: de Insalde (ICICB 029), onde são sacrificados touros aos dois deuses; e na de Penafiel (ICICB 067), na qual são congrados uma vaca e um boi a *Nabia Corona* e um animal de chifres não identificado a *Ida*.

¹¹² Personificações divinizadas do Sol e da Lua.

¹¹³ Deus da medicina, filho de Apolo (Grimal, 1990: 92).

¹¹⁴ Personificação divinizada da luz (Mayer, 2002: 203, n.15).

¹¹⁵ Personificação divinizada do sono (Mayer, 2002: 203, n.15).

¹¹⁶ Também chamado de *Eros*, consiste na personificação divinizada do amor (Grimal, 1990: 143).

¹¹⁷ Personificação divinizada do céu (Grimal, 1990: 80).

¹¹⁸ Deusa da agricultura, que preside sobre o crescimento das plantas (Scheid, 2003: 155).

¹¹⁹ Interpretação de acordo com Redentor (2011, 1: 31- 32, n° 27).

Nos *tituli* restantes (ICICB 027 a ICICB 028, ICICB 030 a ICICB 033 e ICICB 035 a ICICB 066), vemos aquelas mais comuns, às vezes com algumas variações, que fazem referência ao compromisso assumido perante a deidade e o seu cumprimento. Em algumas mencionam o suporte da inscrição (ICICB 038, ICICB 047 e ICICB 051), em outras indicam a entrega futura de uma oferenda (ICICB 030)¹²⁰ e ainda em outras pedem pela saúde ou pela incolumidade do dedicante ou de terceiros (ICICB 042, ICICB 045 e ICICB 053). Deste modo, com a análise destas fórmulas, percebemos que o Júpiter do culto clássico na Hispânia também assumiu um caráter apotropaico e salutar, já que é figurada em algumas dedicações a expressão *pro salute*¹²¹. E ainda que os motivos para a colocação de monumentos epigráficos, referem-se maioritariamente ao cumprimento de um voto feito anteriormente.

Quanto aos tipos de suportes que predominam neste culto clássico, podemos falar que, como era de se esperar, seu material é o granito em todas as inscrições, entretanto, os tipos de suporte variam. Neste culto, 87,8% do total de inscrições eram aras, enquanto os outros 12, 2% eram constituídos por uma coluna cilíndrica (ICICB 028), um afloramento rochoso (ICICB 029) e por *tituli* que se desconhecem as tipologias de suporte (ICICB 027, ICICB 043 e ICICB 049). Desta maneira, igual aos outros cultos romanos, não percebemos uma peculiaridade em relação a escolha de um suporte votivo preferencial, sendo visto novamente uma predominância de aras, o que acaba por não oferecer mais informações acerca do culto ou da deidade em si. Quanto a decoração destes, estas podem ser vistas em quatro epígrafes (ICICB 030, ICICB 039, ICICB 051 e ICICB 056), entretanto, nenhuma informa acerca do culto ou da divindade, sendo apenas parte da ornamentação das aras. Em relação a cronologia destes, podemos dizer que as manifestações religiosas ao Júpiter romano encontradas no território estudado, surgem desde inícios do século I d.C. e desaparecem em meados do século III d.C., abrangendo os períodos de crescimento, auge e declínio do hábito epigráfico nas províncias hispanas (Alföldy, 1998: 291-298). O período no qual, possivelmente, foram erigidos mais monumentos a esta deidade clássica, na fachada ocidua do *conuentus Bracaraugustanus* foi o século II d.C, mais especificamente na segunda metade, apesar de também serem muito frequentes na primeira metade, durante o auge da cultura epigráfica na Hispânia.

Entretanto, não é apenas da análise das nomenclaturas divinas, das fórmulas consecratórias e dos tipos de suportes que podemos individualizar cada culto, precisamos

¹²⁰ 'com gosto entregará(!) a oferenda'.

¹²¹ Expressão que, se acordo com Vázquez Hoys (1983- 1984: 90- 91) concede a Júpiter um caráter apotropaico relacionável ao caráter salutar das divindades masculinas pré-romanas.

também analisar os estratos sociais que cultuavam estas divindades, procurando perceber qual parte específica da população que lhes rendia culto. Segundo Mangas (1998: 265-266) e Olivares Pedreño (2009: 337), o culto a Júpiter na Hispânia, em âmbito urbano, tem muitos vestígios de dedicantes enquanto coletividades administrativas ou membros da elite, o que o leva a pensar que este deus pode ter assumido aqui, como em Roma, a sua face de protetor de uma comunidade cívica. Assim, este agiria como o deus tutelar do Estado romano (Beltrán Lloris, 2002: 105) e como garantia espiritual da unidade política do Império (Olivares Pedreño, 2009: 337). No entanto, apenas uma inscrição da região estudada é que figura uma comunidade, identificados sobre a designação *uicani Atucenses* (ICICB 037), habitantes de uma possível **Atuca* (Redentor, 2011, 1: 308), situado no espaço onde hoje é a Quinta dos Pascoaes em Gatoão, Amarante (Carvalho, 2008, 2: 217)¹²².

A maioria¹²³ dos dedicantes dos monumentos ao Júpiter clássico são, na verdade, representados como *cultores* individuais de estatuto quiritário, correspondendo a 30,95% do total, seguidos pelos servos com 21,43%, depois pelos peregrinos com 14,29% e pelos libertos com 9,52%¹²⁴. Dentre estes *cultores* cidadãos, vemos informações sobre as suas posições sociais, como naquela de *Caius Aemilius Valens* (ICICB 043), cujo dedicante é da ordem equestre e naquela de *Titus Moccinius Coscinus* (ICICB 027), provavelmente, pertencente a *ordo* senatorial, o que demonstra a adesão da elite a este culto na região.

Quanto ao estudo da frequência de aparição dos gêneros nas inscrições aos deuses notamos que a presença da mulher no culto a Júpiter romano, é mais forte do que naqueles manifestações religiosas a outros deuses romanos e romano-indígenas, sendo isto, fruto certamente da quantidade de inscrições encontradas e o fato deste deus ser parte do culto público romano. No entanto, esta presença ainda é muito inferior à do homem nas inscrições, já que estes aparecem em 60,98% das inscrições enquanto as mulheres são dedicantes em apenas 12,20% do total de inscrições¹²⁵. Um resultado semelhante aquele obtido pela análise de gênero dos *cultores* de Júpiter, deus do panteão romano, feita por Vázquez Hoys (1983- 1984: 113) que concluiu que nas três províncias hispanas pouco mais de 10% das inscrições a esta

¹²² Onde também foi encontrada a inscrição C/I L 2383, hoje desaparecida (Carvalho, 2008, 2: 217).

¹²³ Uma contagem que não levou em conta como *cultores* desta divindade as pessoas a quem era pedido pela sua saúde como nas inscrições bracarense (ICICB 042 e ICICB 053), porque estas refletem a devoção do dedicante e não daquele que será protegido dos perigos, que pode não cultuar particularmente esta deidade. Entretanto, admitimos a forte probabilidade de que a primeira (ICICB 042), na qual é pedida pela saúde de um senador, este poderia ser devoto de Júpiter, porém não podemos falar o mesmo de *Tiberius Claudius Auscus* da segunda (ICICB 053). Contudo, estão incluídos os servos do *titulus* de Guimarães (ICICB 047) e os libertos do de Caldas de Vizela (ICICB 049), já que um fez a promessa e o outro colocou o monumento para o cumprimento do voto, sendo, portanto, todos participantes efetivos do culto.

¹²⁴ Os restantes 21,43% são constituídos por pessoas cujos nomes não aparecem ou estão incompletos nas inscrições.

¹²⁵ O restante é composto por 26,82% cujo gênero não podia ser identificado porque as inscrições onde se encontravam estavam fraturadas.

deidade foram erigidas por mulheres. No entanto, é importante ressaltar que o gênero feminino, todavia, pode figurar de modo diferente nas inscrições deste, ou seja, podem não ter o papel ativo na ereção do monumento. Este fenômeno pode ser visto nas dedicações a Júpiter romano de *Aemilius Crescens* (ICICB 042), que faz o pedido pela boa saúde de *Procula* e *Triarius Maternus* e na de *Flavius Auentinus* (ICICB 049) que cumpriu a promessa erigindo o monumento pela esposa, *Encratis*.

Outras informações que os dedicantes também mencionam nestes *tituli* e que podem ser uma vantagem nos estudos sobre os cultos e seus *cultores* são as informações acerca de suas proveniências e de suas profissões. A primeira pode, em alguns casos nos mostrar se o dedicante está fazendo um pedido a uma divindade que é da sua região em outro lugar ou se um imigrante está prestando culto a uma divindade local de forma a auxiliar na sua integração na comunidade em que está habitando no momento.

Já o segundo conjunto de dados, sobre a caracterização profissional dos indivíduos pode nos ajudar na verificação de um grupo específico de profissionais que cultuavam tal deidade por ser sua patrona ou por presidir sobre um bem essencial que utilizam no cotidiano de seu trabalho, como percebemos anteriormente sobre o voto ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001).

A proveniência do indivíduo dedicante foi apresentada em quatro inscrições ao Júpiter clássico (ICICB 034, ICICB 038, ICICB 052 e ICICB 065). Na primeira, nota-se um possível lsiense, uma pessoa que provavelmente moraria do local chamado **Isia* percebido na (ICICB 029)¹²⁶, um local que, segundo Redentor (2011, 1: 311), seria localizável próximo a Insalde e Porreiras em Paredes de Coura, onde foi identificado um *habitat* romano (Carvalho, 2008, 2: 100, n.º 16051102). Se em sua região eram cultuados os deuses protetores da comunidade em conjunto com Júpiter não era incomum para este que Júpiter também pudesse ser cultuado em outros lugares, principalmente no epicentro difusor de cultura romana do convento, o que tornaria ainda mais lógica o ato de fazer um voto a este, já que remetia não só a um culto feito na sua região como também no local onde este estava no momento que erigiu o monumento.

Na ara a *Iuppiter Optimus* (ICICB 038) observamos uma Lounense, habitante de um possível povoamento principal dos *Leuni* denominado, de acordo com Redentor (2011, 1: 97 e n.13). Este **Louna* ou **Lounum*, era um topónimo que poderia se localizar na região entre o Minho e o Lima, onde provavelmente se localizaria aquele *populus* (Martins, Lemos e Pérez

¹²⁶ Admitimos que, entretanto, que possam existir locais homónimos ao longo do *conuentus Bracaraugustanus*, os quais podem ser igualmente o local de origem do dedicante aqui retratado.

Losada, 2005: 263; Redentor, 2011, 1: 43, Quadro 1), sendo, por isso, distante da região onde a inscrição foi encontrada. A colocação do monumento por parte de *Primia Maia* pode ter acontecido em uma tentativa da dedicante de se mostrar talvez como respeitante de um culto público romano seguindo o seu estatuto social.

Na inscrição de um soldado da VII Legião Gémea Félix (ICICB 052), nota-se a menção de um dedicante de origem, sem mais especificações acerca de um local específico. Este como soldado do exército romano deveria render culto às deidades romanas (Stoll, 2007: 452), um culto que não era desconhecido deste por fazer parte do culto público que também deveria ser seguido em sua província.

E por fim, na inscrição vianense (ICICB 065), verificamos a referência ao pertencimento a um grupo étnico de origem pré-romana desta região estudada, os gróvios, localizados no curso baixo do rio Minho (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 262; Redentor, 2011, 1: 42, Quadro 1), distante mais de 40 km (em linha reta) do local onde aquela inscrição foi encontrada. Sua menção enquanto parte de um *ciuitas*, é um fato interessante, pois mostra uma pessoa de origem indígena como *cultora* de uma deidade romana, aceitando, assim o seu culto e se identificando de alguma forma a deidade, afinal lhe fez um promessa. Um fato que poderia demonstrar um período já avançado de interação cultural, mas também mostrando que este se orgulha de suas raízes.

Neste culto a Júpiter romano vemos também a indicação das funções de dedicantes e de agentes de ritos de sacrifícios. Constatamos neste a clara presença de membros do exército como dedicantes da inscrição, em três votos (ICICB 027, ICICB 043 e ICICB 052), além de também verificarmos a presença de *curatores* na inscrição penafidense (ICICB 067).

Sobre estes dedicantes pertencentes ao exército, vemos na primeira inscrição (ICICB 027), já mencionada neste trabalho, um cidadão romano, possível legado da legião, portanto, um senador de estatuto pretoriano (Lassère, 2005: 753). Na segunda (ICICB 043), verificamos a presença de um *eques* que, de acordo com Redentor (2011, 1: 160- 161), pertencia, provavelmente, a *ala II Flavia Hispanorum c(iuium) R(omanorum)*, uma unidade que esteve sob dependência da *legio VII Gemina*, estacionada no Noroeste peninsular. Este dentro desta unidade auxiliar pertenceria ainda a uma turma cujo comandante era o *decurio Primanus*. Este poderia ser, então, um cidadão romano autóctone que teria seguido uma carreira na cavalaria auxiliar desta ala ou até mesmo um estrangeiro que estaria neste contexto para uma missão (Redentor, 2011, 1: 161), já que o prestígio nesta unidade não era inferior àquela dos

legionários (Lassère, 2005: 788, n.6). E finalmente na terceira (ICICB 052), observa-se um africano, *miles* da legião acima mencionada, cujo gentílico *Iulius*, permite equacionar que sua família, provavelmente, ascendeu à cidadania romana pela via militar durante a dinastia Júlio-claudiana (Redentor, 2011, 1: 159, n.109). Sendo assim, estes cidadãos romanos participavam de um culto a uma divindade romana, como ditado pela sua condição social, afinal esta era patrona deste grupo social (Scheid, 2003: 150). E também a adoravam em consonância com a sua função profissional, já que enquanto membros do exército deveriam seguir a religião oficial e regulada do exército¹²⁷, que era constituída pelos cultos ao Imperador (idêntico por todo o Império e obrigatório a todos os regimentos) e o culto aos deuses do Estado, ou seja, às divindades capitolinas, a qual Júpiter era o componente principal (Stoll, 2007: 452).

Já o cargo mencionado é o de *curatores* vista no voto politeico (ICICB 067), que indica que *Lucretius Vitulinus* e *Lucretius Sabinus Postumus Peregrinus*, mencionado neste, eram eventuais decuriões de uma *ciuitas* sendo a eles encarregado os sacrifícios, em âmbito público, a divindades indígenas, romanas e orientais. Podiam, portanto, segundo Redentor (2011, 1: 152), fazer parte do senado local, já que a organização de atos religiosos e a manutenção dos *cura fanorum* eram umas das várias incumbências da *ordo decurionum*¹²⁸ (Encarnação, 1993b: 59). Assim, como membros de um corpo político-administrativo de uma cidade também deveriam render culto às divindade capitolinas, neste caso Júpiter, que também protegeria este local por ser um habitat romano (Mangas, 1998: 265).

A partir destes dados percebemos, então, que o culto ao Júpiter romano é frequente na região estudada, principalmente este associado aos epítetos *optimus* e *maximus* que marcam a sua superioridade em relação às outras deidades romanas. Uma primazia que pesou na sua identificação como deidade tutelar de Roma e do Império, já que a partir de Domiciano se tornou o protetor pessoal do Imperador (Beltrán Lloris, 2002: 105). Como deidade protetora de Roma, então, foi naturalmente associado à missão de domínio e conquista romana (Vázquez Hoys 1983- 1984: 85), como um representante da hegemonia deste povo, um símbolo do Estado romano e de sua cultura (Olivares Pedreño, 2009: 339), sendo, por isso um deus que deveria ser cultuado por todos os habitantes do Império, para a manutenção da *pax deorum*.

¹²⁷ A religião do exército romano é formada basicamente por dois grandes componentes, a religião oficial regulada e os cultos privados dos soldados, que podiam variar desde a adoração aos deuses nativos de sua área de recrutamento e às deidades de onde estavam estacionados anteriormente até ao culto as divindades locais de onde sua guarnição estava naquele momento (Stoll, 2007: 452).

¹²⁸ Também competia a *ordo*, as apelações contra dúnviros e edis, a fiscalização da administração da fazenda municipal, a representação da cidade no exterior, a concessão de homenagens e a nomeação de patronos, embaixadas e de *hospites*, além de ser eles também a exercer a administração das fortificações e dos assuntos de defesa em geral da comunidade, a observação da qualidade das águas e das estruturas que as transportam, o estabelecimento do calendário festivo e lúdico, a atribuição de lugares no teatro e etc. (Encarnação, 1993b: 59).

No entanto, devido, a esta grande incidência do culto ao Júpiter romano na região estudada, Vasconcellos (1913: 228) e Olivares Pedreño (2009: 332, :334 e :342) pensaram que talvez alguns destes testemunhos possam encobrir uma deidade indígena a ele assimilada, cujo teónimo não aparece no formulário teonímico de Júpiter, pois não chegou a completar a fusão (Olivares Pedreño, 2009: 342), ou talvez porque chegou a completar-se encobrendo a deidade indígena por completo. Assim, para estes autores restava apenas a relação entre a origem e o estatuto social do dedicante para provar de aquela era um vestígio de um culto romano ou romano-indígena. Entretanto, para a região por nós estudada, o culto é frequente entre a população quiritária, que, aliás, compõe a maior parte dos adoradores deste deus, os quais inclusive ocupam cargos administrativos e militares, fazendo parte da elite desta região. Sendo assim, não corroboramos com esta hipótese, de forma que o único vestígio de uma deidade romano-indígena com o teónimo Júpiter será analisado no próximo tópico, a fim de percebermos as suas diferenças e semelhanças este culto romano aqui apresentado

2.3.6.2. *Iuppiter* romano-indígena

As manifestações religiosas a Júpiter romano-indígena, ao contrário do culto a deidade clássica, têm poucos vestígios nas províncias ocidentais (Olivares Pedreño, 2000b: 68; 2009: 332). No Ocidente brácara, atesta-se este fenómeno, encontrando apenas um registo desta deidade com um epíteto indígena. Este está registado em uma inscrição de Lindoso (ICICB 006), cuja leitura completa foi apresentada recentemente por Redentor (2011, 2: 91, nº 117). Nesta a deidade é apresentada pelo teónimo (com variação particular na grafia) somado, provavelmente, a um epíteto¹²⁹ toponímico de conotação orográfica (Redentor, 2011, 1: 356), como no caso 2A de De Bernardo Stempel (2008: 66).

¹²⁹ A inscrição encontra-se incompleta nesta parte, por isso seguimos a proposta de Redentor (2011, 1: 356).

Quadro 12- *Iuppiter* romano-indígena

ICICB	Deidade romano-indígena	Dedicante e estatuto	Profissão ou título do dedicante	Fórmula votiva	Suporte, Material e Decoração	Datação
006	<i>Iuppiter</i> <i>Gaut[ecus?]</i>	<i>Cloutai[us]</i> <i>Muniton[is]</i> <i>F[ilius]</i> <i>Lusca Agapiti</i> <i>F[ilia]</i> <i>[..?]us Statilii</i> <i>F[ilius]</i> <i>Capito Boi F[ilius]</i>	- - ط	<i>M(onumentum?) p(ro?) a(r?) Nam [pla]cebit Pos(uerunt) ac ti(tulum) a(nimo) s(cripserunt)</i>	Bloco monolítico esteleforme Granito (N) ^c	151- 230 d.C.

^aDe acordo com Redentor (2011, 2); ^bSem informação; ^cSem decoração.

Seu epíteto *Gaut[ecus?]* (ICICB 006), de acordo com Redentor (2011, 1: 356- 357), provavelmente, provém da raiz **kəi-* ‘afiar’ (*IEW*, 1959, s.v. *kē(i)- kō(i)- kəi-*: 541- 542), que também se relaciona aos vocábulos latinos *cos, cotis-* ‘pedra de amolar’ (Ernout & Meillet, 2001, s.v. *cōs, cōtis*: 145) e *cautes, is-* ‘rocha’ (Ernout & Meillet, 2001, s.v. *cautēs, -is*: 108). Uma informação que se interliga ao local de achado, a Serra Amarela, que possui grandes massas salientes de rocha granítica, indicaria que, possivelmente, este estaria ligado aos acidentes orográficos da região, como o que acontece em alguns epítetos jupiterianos no resto da área galaica, como por exemplo, *Candamio* (*CIL* II 2695), *Candiedoni* (*CIL* II 2599) e um possível *[C]anderon(i)* (*CIL* II 2598) (Redentor, 2011, 1: 356- 357), que têm como raiz **kant-* ‘pedra’ (Prósper, 2002: 332- 333; Redentor, 2011, 1: 356- 357). Epítetos estes, que levaram López Cuevillas (1953: 398), López Cuevillas & Serpa Pinto (1933- 1934: 302), Blázquez Martínez (1962: 37) e Penas Truque (1986: 123- 125) a associar os cumes das montanhas a Júpiter¹³⁰, como um lugar consagrado ao deus supremo da religião romana, já que estes faziam alusão à natureza montanhosa da região onde se encontram.

Quanto a fórmula votiva vista nesta inscrição de quatro peregrinos, observamos uma diferente daquelas comuns. Nesta, averiguamos a expressão ‘*monumentum(?) pro(?) ara(?) [...] nam placebit [...] posuerunt ac titulum animo scripserunt*’, que menciona a colocação da ara, a gravação do texto e a colocação do monumento porque irá agradar a divindade. Infelizmente, ao

¹³⁰ Apesar de também existir epítetos de Marte ligados a orónimos, como pode-se ver na inscrição leonesa a *Mars Tilenus* (*EE* IX: 114, n° 293) (López Cuevillas, 1953: 398; Penas Truque, 1986: 127).

contrário do culto anterior que possui muitos vestígios, não conseguimos a partir desta fórmula retirar qualquer informação acerca das funções da deidade.

O suporte desta inscrição trata-se de um bloco monolítico esteleforme irregular, um formato peculiar para epígrafes de caráter votivo, entretanto, devido à falta de mais manifestações ao *Iuppiter Gaut[ecus?]*, não conseguimos avaliar se este formato estava particularmente ligado a este culto ou a esta deidade. Este, sem vestígios de decoração, é datável entre meados do século II d.C. a meados do século III d.C., ou seja, acontecendo mais provavelmente durante o período de declínio do hábito epigráfico na Península Ibérica e coincidindo com a época que é mais corrente manifestações ao culto clássico (Alföldy, 1998: 298).

Quanto aos dedicantes deste suporte, podemos dizer que foi um grupo que se reuniu para mandar erigi-lo, de forma que constatamos a presença de quatro pessoas de estatuto peregrino, sendo três homens e uma mulher.

Por isso, acreditamos que apenas a manifestação ao *Iuppiter Gaut[ecus?]*, que possui um epíteto ligado a um espaço físico, pode ser considerado como um culto romano-indígena, já que este se assemelha ao processo que aconteceu às outras deidades aqui estudadas. A diferenciação entre o Júpiter romano e aquele romano-indígena teria, então, que se basear apenas na forma de identificação das deidades, afinal a epígrafe ao *Iuppiter Gaut[ecus?]* (ICIB 006) possui apenas uma informação acerca do grupo que lhe rendeu culto, das fórmulas votivas e das características do suporte, enquanto que o Júpiter clássico possui múltiplas variantes o que tornaria esta comparação pouco correta e provavelmente muito dispar da realidade.

2.4. Conclusões

Nesta parte final do capítulo resta-nos juntar todas as informações que vimos acerca das manifestações religiosas a deuses romano-indígenas. Para isto faremos, primeiramente um resumo das questões principais, que parecem ser as chaves para entender este fenômeno de interação religiosa. Estes são as informações referentes às invocações e teónimos romano-indígenas, ao estatuto dos dedicantes e à cronologia dos suportes, afinal apresentaram resultados mais diferenciados e significativos quando observarmos cada culto separadamente.

Começamos, então, tentando entender o processo de nomenclatura dessas deidades, já que este foi utilizado inúmeras vezes para definir se estas eram produtos de uma interação cultural, como resultados de práticas de *interpretatio* ou se deveriam ser classificadas como indígenas já que tinham epítetos/determinativos derivados do substrato pré-romano. Para isto, como dito anteriormente, escolhemos a análise teonímica de De Bernardo Stempel (2008: 65-73), a fim de tentar perceber quais as características específicas que são levadas em conta na formação do nome destas deidades. Desta forma, os dados em relação a estas 20 deidades, classificadas de acordo com esta tipologia, estão sintetizados no Quadro 13:

Quadro 13- A nomenclatura divina romano-indígena

ICIB	Deidade romano-indígena	Formulação teonímica	Caso em De Bernardo Stempel (2008)
<i>Genii</i>			
001	<i>Genius Laquiniensis</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
002	<i>Genius Tiauranceaicus</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
003	<i>Genius Tongobrigensium</i>	Apelativo genérico + determinativo etnonímico	2Bb
004	<i>Genius Viriocelensis</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
<i>Iuno</i>			
005	<i>Iuno Iurnarum</i>	Teónimo + determinativo etnonímico	2Bb
<i>Iuppiter</i>			
006	<i>Iuppiter Gaut[ecus?]</i>	Teónimo + epíteto toponímico	2A
<i>Lar/ Lares</i>			
007	<i>Dominus Sanctus Karo?</i> <i>Conseruator? Lar? Lapiteus?</i>	Qualificativo (de carácter apelativo) + qualificativo (de carácter adjetival) + apelativo indígena + epíteto polivalente / Apelativo genérico + epíteto toponímico	8
008	<i>Dominus Sanctus Lar?</i> <i>Lapiteus?</i>	Qualificativo (de carácter apelativo) + qualificativo (de carácter adjetival) + apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
009	<i>Lar Beiraidagus</i>	Apelativo genérico + epíteto ^a	1b
010	<i>Lar Do(- -)</i>	Apelativo + epíteto, determinativo ou qualificativo incompleto	1a ^b
011	<i>Lar Sefius</i>	Apelativo genérico + epíteto gentilício	2A
012	<i>Lar Talebrigus?</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
013	<i>Lar Viuf...Jnaecus</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico ^c	2A
014	<i>Lares Anaeci</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
015	<i>Lares Burici</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico	2A
016	<i>Lares Cerenaei</i>	Apelativo genérico + epíteto toponímico ou etnonímico	2A

^a Epíteto de difícil interpretação; ^b Classificado desta maneira por ter o segundo termo incompleto; ^c O epíteto encontra-se incompleto nas quarta e quinta letras, sendo possivelmente derivado de um topónimo.

Quadro 13- A nomenclatura divina romano-indígena (continuação)

ICICB	Deidade romano-indígena	Formulação teonímica	Caso em De Bernardo Stempel (2008)
<i>Mars</i>			
017	<i>Mars Cairiogiegus</i>	Teónimo + epíteto toponímico ou gentílico	2A
018	<i>Mars Cariecus</i>	Teónimo + epíteto toponímico ou gentílico	2A
019	<i>Mars Tarbuceli</i>	Teónimo + determinativo toponímico	2Ba
<i>Nymphae</i>			
020	<i>Nymphae Lupianae</i>	Teónimo + epíteto hidronímico	1b

Com este Quadro 13 podemos observar que a maioria das inscrições é formada a partir do caso 2 de De Bernardo Stempel (2008: 66) no qual a deidade está associada a um epíteto ou determinativo derivados de topónimos, etnónimos ou gentílios. Notamos que são mais frequentes a utilização de epítetos toponímicos e menos correntes os determinativos, que parecem como vimos ao longo do texto, associados mais correntemente às deidades romanas, limitando a sua esfera de influência e determinando o objeto ou território de proteção.

Ressaltamos, também a presença do caso 8, uma *identificatio* de deidades. Um caso que se seguirmos o pensamento de Redentor (2011, 1: 375), para o desdobramento da siglas das inscrições de Giela (ICICB 007 e ICICB 018), seriam as únicas representações do processo de *interpretatio* propriamente dito, o possível momento de contacto e de assimilação divina e o seu possível resultado. No entanto, é claro, que na maioria das manifestações não é possível ver este processo, de forma que apenas um voto referente a cada deidade foi encontrada, estando ainda muitas não encontradas e outras destruídas.

Sendo assim, perguntamo-nos no início dos trabalhos, se as deidades romano-indígenas seriam fruto de um processo de *interpretatio*. Para isto, comparamos os dados com as manifestações religiosas aos seus deuses romanos equivalentes, na busca de entender melhor, se havia uma diferença ou não entre ambas as devoções. Uma questão levantada principalmente em relação aos *Genii* romano-indígenas, que alguns autores como Alarcão (1988a: 159), Carcedo de Andrés (2008: 179), Olivares Pedreño (1999: 346; 2008: 220- 221, nºs 4 e 9) e Fernandes (2002: 180) acreditavam ser representações de um culto propriamente romano. Verificamos a partir destas comparações que as deidades se apresentam de forma diferente, não só pelo epíteto ou determinativo serem de origem indígena, mas pela própria

escolha de léxico que parece estar mais associada a epítetos do que determinativos toponímicos ou etnonímicos nas inscrições aos *Genii* romano-indígenas, acontecendo o contrário com aqueles romanos.

São, por essa razão, mais próximos do que poderia ser a religiosidade pré-romana da área estudada, muito ligadas a proteção do território e de suas organizações familiares ou suprafamiliares. De forma, que assumir que estas deidades eram romanas na sua pura essência seria negligenciar a existência de variadas formas de interação religiosa e o próprio tratamento de Roma às religiões das províncias. Além de limitar a própria religião indígena a uma existência isolada, com pouco contacto com a romana, o que não seria plausível pelo próprio conceito do aspeto religioso que para se manter vivo deve ser condizente com a realidade vivida, ou seja, uma representação deste intenso contacto cultural, para que assim os *cultores* pudessem se identificar com os cultos.

Porém também talvez não podemos rotulá-las como apenas indígenas, já que vemos teónimos e apelativos genéricos de origem latina em seus nomes, cujos epítetos e determinativos indígenas possuem na maior parte das vezes semelhanças ou proximidades ao culto de suas análogas romanas. Desta maneira, suspeitamos que tenha havido na criação destas deidades um processo de *interpretatio*, no qual vemos possivelmente, devido à restrição do *corpus* epigráfico encontrado, apenas o ‘resultado final’ do processo, estando a deidade indígena encoberta pela utilização do epíteto ou do determinativo toponímico, etnonímico ou gentilício. Sendo assim, a metodologia de De Bernardo Stempel (2008: 65- 73) nos fez perceber que talvez para o Ocidente brácara, as fórmulas repetitivas do caso 2, representem também uma *interpretatio*, ou pelo menos o seu produto, sendo fruto das próprias características da religião pré-romana, que valoriza as forças da natureza relacionadas ao cotidiano ou sobrevivência de seus *cultores*, como, por exemplo, montanhas, rios e nascentes (Encarnação, 1993: 135).

Contudo, não são apenas estes resultados acerca da identificação das deidades que nos mostraram particularidades em relação ao processo de *interpretatio*. A identificação do estatuto dos dedicantes dos votos também desponta resultados importantes no entendimento da dinâmica deste processo de *interpretatio*. A síntese feita no Quadro 14 demonstra as partes da população que aderiram ao culto a estes tipos de deidades.

Quadro 14- Dedicantes das manifestações à deidades romano-indígenas e seus estatutos jurídicos

ICICB	Deidades romano-indígenas	Dedicantes	Estatutos
<i>Genii</i>			
001	<i>Genius Laquiniensis</i>	<i>Flaus Flauini</i>	Peregrino
002	<i>Genius Tiauranceaicus</i>	<i>Cāmāla Arquī F(ilia)</i>	Peregrino
003	<i>Genius Tongobrigensium</i>	<i>[- - -] Atius? [- - -]</i>	Quiritário
004	<i>Genius Viriodelensis</i>	<i>Lucretius Sabinus</i>	Quiritário
<i>Iuno</i>			
005	<i>Iuno Irurnarum</i>	<i>- - -</i>	<i>- - -</i>
<i>Iuppiter</i>			
006	<i>Iuppiter Gaut[ecus]?</i>	<i>Cloutai[us] Munton[is F(ilius)], Lusca Agapiti F(ilia), [...?]us Statilli F(ilius) e Capito Boi F(ilius)</i>	Peregrino, todos
<i>Lar/ Lares</i>			
007	<i>Dominus Sanctus Karo Conseruator? Lar? Lapiteus?</i>	<i>Rufus Rufini</i>	Peregrino
008	<i>Dominus Sanctus Lar? Lapiteus?</i>	<i>Co(rnelia?) Rufila</i>	Quiritário
009	<i>Lar Beiraidagus</i>	<i>[L]ucre[tius] Caturon[i]s F(ilius)</i>	Peregrino
010	<i>Lar Do(- - -)</i>	<i>Aniciu[s] Mate[r]nus</i>	Quiritário
011	<i>Lar Sefius</i>	<i>Comes</i>	Servil
012	<i>Lar Talebrigus?</i>	<i>- - -</i>	<i>- - -</i>
013	<i>Lar Viu[.]naecus</i>	<i>T(itus) A(- - -) M?(- - -)</i>	Quiritário
014	<i>Lares Anaeci</i>	<i>[P]riscu[s] e Hieron</i>	Servos, ambos
015	<i>Lares Burici</i>	<i>[B]loena</i>	Serva
016	<i>Lares Cerenaeci</i>	<i>Niger Proculi F(ilius)</i>	Peregrino
<i>Mars</i>			
017	<i>Mars Cairiogiegus</i>	<i>L(ucius) Hispanius Fronto</i>	Quiritário
018	<i>Mars Cariecus</i>	<i>Aurelianus</i>	Quiritário
019	<i>Mars Tarbuceli</i>	<i>Coporici Materni</i>	Quiritário + ^b
<i>Nymphae</i>			
020	<i>Nymphae Lupianae</i>	<i>Antonia Rufina</i>	Quiritário

^a Sem informação; ^b É simbolizado como +, porque nesta inscrição (ICICB 019), os dedicantes fazem parte de uma família, cujo número de indivíduos é impossível definir.

O que vemos nesta análise é que os indivíduos que mais protagonizaram estas manifestações romano-indígenas foram aqueles de onomástica quirritária (com 38%¹³¹ dos *cultores*), seguidos de perto por peregrinos (com 37%) e depois por servos (com 16,7%)¹³². O curioso aqui é notar a ausência de libertos, uma parte da população que não seria insignificante no catálogo epigráfico da fachada ocidental do *conuentus Bracarensis*, analisado por Redentor (2011, 1: 161), pois esta corresponderia a 9,5% do total de indivíduos. De forma que não

¹³¹ Porcentagem aproximada, porque na inscrição da Fonte de São Vicente (ICICB 019) os dedicantes são uma família cujo número de indivíduos é impossível definir.

¹³² Como vemos no Quadro 14, dois registos, que correspondem aos restantes 8,3%, não possuem informação acerca dos dedicantes, por isso não são apresentados aqui.

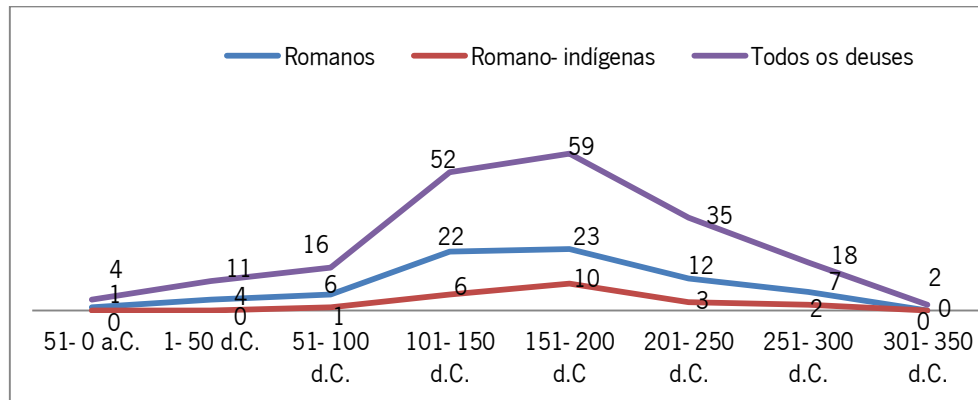
conseguimos explicar esta ausência por reflexo dos próprios grupos envolvidos no hábito epigráfico, sendo, possivelmente, uma característica das próprias manifestações. Afinal de contas, vemos uma diferença de 11% entre o número de cidadãos e de peregrinos envolvidos no hábito epigráfico, enquanto que nas manifestações aos deuses romano-indígenas este número diferencial é ínfimo. E ainda, porque enquanto naqueles aparecem libertos com uma presença relevante no quadro total da cultura epigráfica da área estudada, estes não aparecem na nossa amostra de estudo e porque o número de escravos que é menor que aquele dos libertos no total dos indivíduos que protagonizaram inscrições aparece neste com uma presença nada insignificativa, com 16,7%.

Estes grupos de *cultores* das deidades romano-indígenas, na verdade se diferenciavam até mesmo daqueles aos seus equivalentes romanos. Nestas, o número de indivíduos de estatuto quiritário também é o maior (com 37,7% do total de dedicantes), no entanto a porcentagem de peregrinos e servos é igual neste caso (com 16,4% cada), e estão presentes coletividades e libertos (com 1,6% e 6,6%, respectivamente)¹³³, um resultado de números significativos entre cidadãos, justamente pelo fato de alguns serem parte do culto público romano.

Por fim, outro detalhe que também chamou a atenção foi a análise feita a partir das cronologias oferecidas por Redentor (2011, 2). Esta mostrou que certas manifestações a deuses romanos e romano-indígenas foram erigidas no mesmo período, mas também demonstrou que apesar deste fato, estas não partilharam das épocas de maior concentração da ereção de votos. Para obtermos estas conclusões quanto ao período cronológico em que estas inscrições aos deuses estudados são erigidas, criamos o Quadro 15, que acompanha o número médio de monumentos epigráficos feitos a cada cinquenta anos no Ocidente brácara. Um resultado que levou em conta o número mínimo e máximo de *tituli* que podem ter sido erigidos em cada período e fazendo com estas uma média para um resultado mais correto possível.

¹³³ Os restantes 21,3%, correspondem aos dedicantes cujo estatuto não pode ser percebido, devido a falta de informação acerca destes.

Quadro 15- Cronologia das manifestações religiosas



O que reparamos é que estas, quando analisadas em conjunto, não possuem, como seria de se imaginar, um fenômeno de mais *tituli* a deidades romanas durante um período e o de romano-indígenas em outro. O que observamos nestas é que, na verdade, ambas as manifestações coexistiram em alguns períodos, sendo que suas médias seguem as mesmas épocas de auge e de declínio, acompanhando também o mesmo desenho que o da linha de desenvolvimento daquela alusiva a todas as inscrições de caráter votivo nesta área. Coincidências que podem refletir em certa medida o próprio hábito epigráfico na Península Ibérica, como pensado por Alföldy (1998: 290- 298).

Desta forma, observamos que o período Júlio-claudiano, definido por Alföldy (1998: 291) como o início do hábito epigráfico com números relevantes na Península Ibérica, é possivelmente, também o marco inicial da ereção dos monumentos epigráficos votivos. Uma afirmação que pode ser comprovada pelas inscrições que analisamos aqui, já que as únicas datáveis desta época são referentes ao Culto Imperial respeitantes a família de Augusto. Desta maneira, vemos o seu crescimento a partir do período Júlio-claudiano, com os primeiros votos a deuses romanos, o que representaria, possivelmente, a difusão do hábito nas cidades e o crescente desenvolvimento de *Bracara Augusta* que iniciava o seu posto de influência na região.

Acompanhamos, também, o início da época de auge durante o principado flávio, quando surgem os votos às deidades romano-indígenas, em uma época de mudanças sociais significativas na sociedade hispano-romana (Alföldy, 1998: 292- 293). E ainda, um crescimento na ereção destas inscrições que vai desde a segunda metade do século I d.C. até a segunda metade do século II d.C., quando atinge o seu ápice, o que talvez corresponderia aos períodos entre Vespasiano e Marco Aurélio, a época do possível apogeu da cultura epigráfica na Hispânia.

Um aspeto que também se nota no Quadro 15, durante estes períodos de ápice, é que apesar de existir esta correlação de desenvolvimento, há um momento de maior discrepância entre ambos os conjuntos de manifestações estudadas, no que parece ser a primeira metade do século II d.C., em uma situação que parece se prolongar-se até a segunda metade deste século.

A este período segue-se um declínio vertiginoso na ereção inscrições até o desaparecimento daquelas às deidades romanas e romano-indígenas, aqui estudadas, na primeira metade do século III d.C. e a total extinção do meio epigráfico deste tipo na primeira metade do século IV d.C. Um fenómeno que refletiria não só a crise econômica como também as mudanças de mentalidades, como pensado por Alföldy (1998: 298).

Desta maneira, as linhas de crescimento das inscrições a deuses romanos e romano-indígenas, marcam períodos de intenso contacto cultural, mostrando que estas deidades que, provavelmente estiveram sujeitas ao processo de *interpretatio*, apareceram durante um momento de maior conforto com os meios da religião romana por parte dos indígenas. E ainda, durante o que se poderia dizer de uma maior presença deste poder na região, que estão refletidos, por exemplo, nas mudanças urbanas e arquitetônicas sentidas na capital conventual.

Com estes dados analisados, então, passamos para uma conclusão geral, onde estes dados, assim como aqueles outros mencionados em cada culto, são organizados para uma melhor individualização de cada. Deste modo, utilizamos o método de Laurance Bardin (2005) e a construção de uma grade de leitura e análise (Quadro 16), dividida entre Categorias temáticas, Unidades de contexto, Unidades de registo e Unidades de numeração. A primeira divisão é marcada pela presença das separações que mencionam as manifestações religiosas romano-indígenas e aquelas aos deuses romanos equivalentes. Escolhidas de forma: pertinente, pois refletem escrupulosamente os conteúdos dos *corpora* estudados e expressam a nossa problemática; exaustiva, afinal permitem interrogar a totalidade das inscrições em nossas catálogos; exclusiva, pois não são analisados manifestações de cunho idêntico; e objetiva, pois atendem a nossa problemática. Na segunda, as unidades de contexto (Bardin, 2005: 133), colocamos os dados que analisamos ao longo de cada culto, aos quais encaixam-se as observações vistas nas unidades de registo, unidades significativas do conteúdo que foram por nós decodificadas (Bardin, 2005: 130). E por fim, as unidades de numeração (Bardin, 2005: 134-137), que refletem a frequência em que aparecem estes elementos analisados em diferentes monumentos.

Quadro 16- Grade de leitura e análise: Inscrições

Categorias Temáticas	Unidades de contexto	Unidades de Registo	Unidades de numeração
Deuses romano-indígenas	Teonímia	Apelativo genérico + epíteto	10
		Apelativo genérico + determinativo	1
		Teónimo + epíteto	4
		Teónimo + determinativo	2
		2 qualificativos + apelativo indígena+ epíteto + apelativo genérico + epíteto	1
		2 qualificativos + apelativo genérico + epíteto	1
		Epíteto toponímico	12
		Epíteto gentilício	3 ^a
		Epíteto hidronímico	1
		Epíteto polivalente	1
		Epíteto etnonímico	1 ^a
		Determinativo etnonímico	2
	Formulário votivo	Cumprimento do voto	14
		Pedido para um futuro cumprimento de voto ^b	1
		Por vontade do dedicante, para agradar a deidade	1
	Suportes	Ara de granito	18
		Afloramento rochoso de granito	1
		Bloco monolítico esteleforme de granito	1
	Dedicantes	Homens	16
		Mulheres	5
		Coletividades	1
		Cidadãos	9+ ^c
		Peregrinos	9
		Libertos	0
		Servos	4
		Artesãos	2
		Intendentes do imperador	1
	Cronologia ^d	51- 100 d.C. ^e	1
		101- 150 d.C.	6
		151- 200 d.C.	10
		201- 250 d.C.	3
		251- 300 d.C.	2
Deuses romanos	Teonímia	Apelativo genérico	2
		Apelativo genérico + epíteto	6
		Apelativo genérico + determinativo	3
		Teónimo	10
		Teónimo [iconografia]	1

^a Nesta contagem levamos em conta também aqueles que têm várias interpretações, as quais não temos uma preferencial. Admite-se também que o uso do futuro do indicativo nesta inscrição resulte de um fraco conhecimento da língua latina (*HEp* 19, 470). ^b No registo referente a inscrição da Fonte de São Vicente (ICICB 019) observamos uma família de estatuto quiritário; ^c De acordo com Redentor (2011, 2); ^d É levado consideração aqui, novamente, apenas o número médio de inscrições que podem ter aparecido a cada 50 anos.

Quadro 16- Grade de leitura e análise: Inscrições (continuação)

Categorias Temáticas	Unidades de contexto	Unidades de Registo	Unidades de numeração
Deuses romanos	Teonímia	Teónimo + 1 epíteto	4
		Teónimo + 2 epítetos	27
		Qualificativo + Teónimo	1
		Teónimo / ^a Teónimo (ou possível teónimo)	1
		Teónimo / Qualificativo + Epíteto	1
		Teónimo + 2 epítetos / Qualificativo + 1 epíteto	1
		Possível Teónimo / Apelativo genérico + determinativo	1
		Múltiplas deidades adoradas em conjunto com variadas formas de nomenclatura	2
		Determinativos toponímicos	2
		Determinativos teofóricos	5
		Epítetos funcionais ^a	5
		Epítetos hidronímicos	1
		Epítetos toponímicos	1 ^c
		Epítetos gentilícios	1
	Formulário votivo	Cumprimento do voto	35
		Ato de evergetismo	1
		Pedido para um futuro cumprimento de voto	1
		Apenas por vontade do dedicante	6
		Referência a sacrifícios	3
	Suportes	Aras de granito	49
		Afloramento rochoso de granito	1
		Bloco arquitetônico de granito	1
		Coluna cilíndrica	1
		Pátera de prata	1
	Dedicantes	Homens	39
		Mulheres	6
		Coletividades	1
		Cidadãos	23
		Peregrinos	10
		Libertos	4
		Servos	10
		Comunidade	1
		Funções no exército	4
		Membro da comitiva do legado jurídico	1
	Cronologia ^a	51- 0 d.C. ^e	1
		51- 100 d.C.	4
		101- 150 d.C.	22
		151- 200 d.C.	23

^a Divisão quando são vistas duas deidades adoradas em conjunto, mas não assimiladas; ^b*Optimus* e *Maximus*, apesar de se repetirem em inúmeras inscrições a Júpiter, contabilizamos, apenas uma vez; ^c A repetição do epíteto *Viales* é contabilizado apenas uma vez, apenas da repetição; ^d De acordo com Redentor (2011, 2); ^e É levado consideração aqui, novamente, apenas o número médio de inscrições que podem ter aparecido a cada 50 anos.

Quadro 16- Grade de leitura e análise: Inscrições (continuação)

Categorias Temáticas	Unidades de contexto	Unidades de Registo	Unidades de numeração
Deuses romanos	Cronologia ^a	201- 250 d.C. ^b	12
		251- 300 d.C.	7

^aDe acordo com Redentor (2011, 2); ^bÉ levado consideração aqui, novamente, apenas o número médio de inscrições que podem ter aparecido a cada 50 anos.

A organização destes dados no Quadro 16, mostrou-nos as diversas características dos tipos de manifestações a deuses romano-indígenas e romanos equivalentes, demonstrando as diferenças e semelhanças entre ambas.

Quanto aos teónimos e invocação romano-indígenas, vimos que estas podem se formar a partir de uma restrita formulação teonímica, afinal quase todas seguem o caso 2 de De Bernardo Stempel (2008: 66), de forma que sempre refletem a proteção de um grupo populacional, assentamento ou família. Vimos que a associação teónimo ou apelativo genérico associado a um epíteto, são as formas mais comuns, como nas manifestações aos *Lares* e aos *Genii* romano-indígenas. A utilização de epítetos ou determinativos de origem pré-romana se diferenciam daquelas que vemos para as deidades romanas, afinal, são muito específicos quanto a parte do território, povo ou organização familiar que protegem. Além de também, não terem por hábito em seus complementos informar o estatuto da cidade ou referência a um *populus* antes destes, como é comum para as deidades tópicas romanas, tanto nas províncias hispânicas, vista por exemplo, nas inscrições *CIL* II 5550 (= *CIL* II 5068), *CIL* II²/5 839 e *CIL* II²/7 203, já mencionadas, quanto em outros domínios romanos, como na *Dalmatia* (*CIL* III 2802)¹³⁴, na *Dacia* (*CIL* III 1351)¹³⁵ e na *Numidia* (*CIL* VIII 20144)¹³⁶.

Pelos monumentos epigráficos de Giela (ICICB 007 e 008) vimos que o desdobramento proposto para estas parece apontar para o processo da *interpretatio* propriamente dito, mostrando inclusive aquilo a ‘fase final’ deste, com a deidade apresentada apenas por uma teonímia latina. Porém, também vimos e defendemos que, provavelmente, as outras deidades que denominamos romano-indígenas, possam simbolizar este resultado da interação, não apenas com epítetos e qualificativos latinos, mas com aqueles indígenas adaptados ao latim de alguns adjetivos ligados aos *Genii*. Claro, que talvez nunca conseguiremos

¹³⁴ Na qual, provavelmente, vemos um *Genius Municipii Fl(aui) Scard(oniae)*.

¹³⁵ *Genius P(opuli) R(omani)*.

¹³⁶ *Genius Populi Cuiculitanor(um)*.

chegar a perceber este processo como, possivelmente naqueles dois monumentos, afinal, até hoje só foram encontrados um voto de cada uma destas deidades, o que nos limita claramente a investigação, sem, no entanto, impedi-la de todo.

Na verdade, as deidades romanas, cujos teónimos e apelativos genéricos se assemelham aquelas, possuem múltiplas combinações desses elementos com qualificativos, epítetos e determinativos de ordens variadas, ao contrário das deidades que parecem ter sofrido *interpretatio*. São formas de apresentação divina, que não estão especificamente preocupadas com a proteção territorial e familiar, mas sim com as próprias funções divinas e a salvaguarda do indivíduo. De forma que as manifestações a deidades romano-indígenas, quando se pedisse a proteção de um lugar, de uma família ou de um grupo autóctone específico, representaria um pensamento lógico, afinal se ali já existissem divindades protetoras tópicas pré-romanas seria mais plausível render culto a esta, que a partir de algum um momento foi associada a uma romana. Uma opção mais admissível que uma substituição total desta deidade indígena, por uma exclusivamente do culto romano, como se população indígena fosse uma manipuladora dos sentimentos religiosos ou como se Roma impusesse seu culto de deidades tópicas a frente daqueles. Perspectiva esta, que como dito acima, não se encaixaria nos preceitos da religião romana, por estes pensarem que os deuses de todos os povos eram verdadeiros e que por isso também mereciam ser cultuados (Veyne, 2009: 190).

Quanto ao formulário consecratório e os próprios suportes vimos que não são assim tão variados sendo que aqueles referentes as manifestações romanas e romano-indígenas, partilham normalmente das mesmas características com apenas poucas variações. As fórmulas votivas, geralmente informam o cumprimento de um voto ou a futura execução deste, parecendo refletir formas estereotipadas que podem muito bem representar modas de oficinas epigráficas ou costumes, cujos conjuntos de siglas chegariam a ser um símbolo que denotaria para qualquer leitor o seu caráter votivo. Uma informação que também seria ligada aos próprios suportes, afinal a ara era em si um emblema votivo, apesar de ocasionalmente aparecer em inscrições funerárias. Sendo assim, parece que neste quesito os indivíduos que habitaram ou que apenas passaram pela região estudada, preferiam os tipos de suporte romanos, sem muitas criações próprias.

A própria cronologia dos *tituli*, parece refletir a linha do tempo da cultura epigráfica proposta por Alföldy (1998), partilhando os mesmos períodos de franco crescimento, auge e vertiginoso declínio. Como se a própria paisagem epigráfica controlasse o processo de ereção de

monumentos, ou seja, quanto mais são vistas, outras tantas são criadas, possivelmente, sendo reflexo mais de uma demonstração de estatuto do dedicante do que uma característica específica de cada culto.

Por fim, a observação dos dedicantes, analisados de acordo com o gênero, estatuto jurídico, profissão e/ou cargos, demonstram diferenças entre os grupos que erigiam monumentos a estes dois tipos de deidades. Os votos às divindades romano-indígenas pareciam que, percentualmente (dentre os indivíduos os quais foi possível definir se eram homens ou mulheres), teriam uma maior presença feminina que aquelas inscrições aos deuses romanos, afinal estas correspondiam a 23,8% dos *cultores* dos *Genii*, *Lares*, *Mars*, *Nymphae*, *Iuno* e *Iuppiter* com epítetos ou determinativos de origem indígena, enquanto eram apenas 13,4% nas dedicações aos deuses romanos aqui vistos. Sendo, como já era de se esperar, um maior número de homens que parecem monopolizar os registos epigráficos desta área, como visto no trabalho de Redentor (2011, 1: 94, Quadro 2, :168, Quadro 14 e :203, Quadro 19).

Os estatutos jurídicos de ambas as manifestações refletem a maior presença de cidadãos e peregrinos, pessoas com funções no exército, na administração imperial das minas ao longo do Douro e artesãos, que seriam pessoas de maior poder financeiro, e que podiam erigir mais monumentos epigráficos, sendo normal que fossem vistos mais frequentemente nas inscrições. No entanto, a própria diferença do número de *cultores* do estatuto quiritário e do peregrino, nestes cultos, pode ser um dado importante, afinal os cidadãos são mais presentes nos cultos romanos, sendo maiores em número que os peregrinos, enquanto que naqueles romano-indígenas são quase iguais. Valores que talvez possam significar que naqueles votos aos deuses romanos, a maior participação de cidadãos, seriam reflexos dos deveres de respeitar os cultos romanos, uma perspectiva que não seria aplicável aquelas romano-indígenas. Afinal de contas, o Estado romano não exigia que fossem observados estes cultos, como fazia com aqueles públicos romanos, que serviam para sedimentar a solidariedade entre os membros das comunidades que formavam o Império romano.

Assim, com estas características analisadas, nos falta uma perspectiva de análise do território e das possíveis populações que vieram a estar associados a estas manifestações, na busca de compreender ainda mais o fenômeno da *interpretatio*. Desta forma, no próximo capítulo iremos associar cada uma das inscrições a um povoado e a uma determinada parte do Ocidente brácario, tentando perceber em que locais estes fenômenos aconteceram. Veremos se apareciam mais correntemente em povoados de raiz romana ou indígena, se em territórios de

maior ou menor presença romana, comparando estes dados novamente com os mesmos oferecidos sobre os cultos às deidades romanas vistas no catálogo 2 desta tese. Além de também mostrarmos as zonas do território em que aconteciam com mais frequência cruzando estes dados com aqueles geomorfológicos e os resultantes da reorganização romana da região.

3. Proteção divina na fachada ocidental do *conuentus*

Bracaraugustanus.

As manifestações religiosas às divindades romano-indígenas, o
território e a rede de povoamento

3. Proteção divina na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*:

As manifestações religiosas às divindades romano-indígenas, o território e a rede de povoamento

Para um estudo da distribuição das deidades romano-indígenas no território estudado e sua possível associação a tipos específicos de povoados ou a ambientes rurais e urbanos, devemos analisar não só os tipos de agrupamentos que existiram, mas também as características da paisagem nas quais estão implantados. Deste modo, faremos, primeiramente, uma breve apresentação das condicionantes físicas desta região que influenciaram a distribuição destes povoados ao longo das Idades do Bronze, do Ferro e do período romano. Depois, apresentaremos as características dos diferentes tipos de aglomerados que ali se formaram e de seus possíveis elementos ordenadores, descrevendo as zonas trabalhadas por Pérez Losada (2002) e Carvalho (2008). Por fim, associaremos esta informação advinda da bibliografia recolhida sobre o assunto, às manifestações religiosas estudadas, a fim de tentar perceber se existiram zonas mais envolvidas na prática religiosa da *interpretatio* e quais os tipos de sítios a que estes poderiam ser associados. Desta forma, tentamos perceber se as áreas em que estes votos se concentram são também áreas de concentração do povoamento e qual a relação destas com os principais pontos de difusão da cultura romana.

3.1. A geomorfologia da fachada ocídua do *conuentus Bracarensis*

A parte ocídua do *conuentus* brácaro, já delimitada no primeiro capítulo desta dissertação e visível na Figura 1, possui uma especificidade geomorfológica muito distinta, resultante de sua natureza geológica, do seu relevo, das suas condições climáticas e do seu revestimento vegetal. Estes foram os fatores condicionantes no estabelecimento de um sistema de povoados porque influenciaram na forma e nos rendimentos das atividades agrícolas e pastoril e assim, indiretamente, na densidade demográfica, na divisão do solo e no esquema viário. Deste modo, para analisar a rede de povoamento, que buscamos associar às inscrições

aos deuses romanos e romano-indígenas que compõem os nossos catálogos, precisamos entender estes elementos.

Sobre a natureza geológica da região estudada, vemos que esta se situa na zona Centro-Ibérica, uma subunidade do Maço Antigo. Nesta predominam rochas graníticas e xistosas (Rebelo, 1992: 17), de forma que as primeiras foram a matéria do suporte da maioria das epígrafes aqui estudadas.

Do ponto de vista de uma análise do seu relevo, pode-se dizer que esta região apresenta duas áreas bem distintas. A primeira se caracteriza, por uma grande fragmentação do relevo, com picos de elevadas altitudes que se estendem desde o Douro até a Galícia (Rebelo, 1992: 24). Estas montanhas formam um amplo anfiteatro aberto a Oeste, que é rasgado por vários vales, em uma orientação predominantemente bética (ENE-OSO) (Araújo & Pérez Alberti, 1999: 159), por onde passam os principais rios da região, o Minho, o Lima, o Cávado e o Ave e alguns de seus afluentes (Rebelo, 1992: 24), formando vales de desenho reticulado, profundos e aplanados (Cabral, 1992: 7). A segunda zona é a faixa litoral, onde espriam estes rios, em planícies aluviais largas em direcção ao mar (Pimentel, 1997: 49).

Este relevo foi fundamental para as condições climáticas desta parte do *conuentus*, afinal, as serras ocidentais formam uma barreira que separa a costa do interior, e que ao chocarem-se com os sistemas nebulosos frontais causam uma precipitação elevada durante os meses de inverno. Já durante o período do verão, acontece um fenómeno divergente, já que as massas polares enfraquecem e estacionam-se em latitudes superiores as dessa região, criando uma estação seca de intenso aquecimento, típico deste período (Araújo & Pérez Alberti, 1999: 144-145 e :160-162).

Este clima associado aos desníveis topográficos, influencia positivamente a agricultura nas regiões de vale e provoca um revestimento vegetal particular. Uma vegetação caracterizada pela presença do *Quercus Robur* (Carvalho Roble ou Alvarinho) e do *Quercus pyrenaica* (Carvalho Negral) no relevo interior e do *Quercus ilex* (Azinheira) e do *Quercus suber* (Sobreiro) ao longo dos vales dos principais rios (Araújo & Pérez Alberti, 1999: 145 e :163-164).

Todos estes elementos que formam o meio físico e geográfico desta área simbolizaram aspetos a serem contornados e explorados pela ocupação humana durante toda a sua história, transformando e condicionando a rede de povoamento. Desta forma, os tópicos que seguem apresentarão as características de povoamento de cada período, culminando na ligação das

inscrições estudadas com os povoados desta faixa atlântica do *conuentus* e a análise de áreas de concentração destas.

3.2. A rede de povoamento da faixa atlântica brácara

3.2.1. O povoamento do Ocidente brácara na Idade do Ferro

A área que futuramente corresponderia à fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, conheceu diferentes tipos de povoados, nos períodos anteriores à conquista romana. Estes assentavam numa grande diversidade topográfica e geomorfológica, distribuindo-se de vários modos pela paisagem (Bettencourt, 1999: 1181 e :1273).

Na transição do II para o I milênio a.C., eram conhecidas, possivelmente, duas tradições de povoados. A primeira era a de aglomerados “abertos”, característicos desta região desde meados do II milênio (González Ruibal, 2006- 2007: 77 e :81), encontrados em zonas montanhosas e ribeirinhas, em planaltos, encostas, cabeços e colinas, sendo estes últimos em áreas de vale (Bettencourt, 1995: 111-112; Martins, 1996: 121). A segunda era a de povoados fortificados que surgiram, possivelmente, concomitantemente ao aparecimento de uma paisagem rural, quando a população passa a ter uma intervenção mais ativa no meio natural envolvente (González Ruibal, 2006- 2007: 89; Carvalho, 2008, 1: 66). Este tipo de aglomerado apresentava uma concentração populacional (Carvalho, 2008, 1: 67) e uma delimitação dos espaços comunitários (González Ruibal, 2006- 2007: 90; Carvalho, 2008, 1: 67). Um fenómeno ocorrido devido a conquista de novos espaços agro-pastoris e o aumento da produção alimentar, durante o Bronze Final, que exigiu, possivelmente, uma maior apropriação dos espaços sociais e económicos das comunidades (Martins, 1996: 122; Carvalho, 2008, 1: 67- 69), desenhando, provavelmente, uma hierarquia no povoamento (Martins, 1996: 122; Carvalho, 2008, 1: 67- 69; Silva, 2013: 28).

Desta forma, esta última matriz de povoamento é marcada, principalmente, pelas preocupações estratégicas e defensivas e a valorização do espaço habitacional, conseguidas com a construção destas estruturas de defesa (Martins, 1996: 121) e com as transformações dos espaços, decorrentes de uma ‘sedentarização’ das populações (Martins, 1996: 122;

Carvalho, 2008, 1: 67). Sua escolha de localização, seguiria, segundo Martins (1996: 122) e Carvalho (2008, 1: 71), provavelmente, as áreas que permitiam uma ampla visibilidade de seus arredores e uma proximidade às principais bacias hidrográficas. Seu poder assentaria, possivelmente, sobre o controle e posse de terras e sobre a exploração, produção e circulação de matéria-prima ou de artefatos metálicos a nível regional e/ou supra-regional (Bettencourt, 1999: 62).

Nos séculos IX e VIII a.C., período dado como início da Idade do Ferro por González Ruibal (2006- 2007: 79)¹³⁷, aqueles povoados abertos localizados no fundo dos vales e nas chãs montanhosas e alguns povoados fortificados situados na bordadura dos vales são abandonados, devido, provavelmente, à alterações climáticas e à degradação dos solos férteis das montanhas, já muito explorados (Martins, 1996: 124- 125; Carvalho, 2008, 1: 69- 71). Um fenômeno que, possivelmente, gerou algumas necessidades como a de um reordenamento da paisagem humanizada, a de uma diversificação dos recursos alimentares e a uma variação da economia dos povoados para uma agro-silvo-pastoril, que irá marcar a Idade do Ferro (Martins, 1990: 202- 203; Carvalho, 2008, 1: 71). Na Idade do Ferro inicial, então, observou-se, de acordo com Carvalho (2008, 1: 71), uma possível concentração destes povoados na bordadura das bacias hidrográficas, além de também ser possível notar-se mudanças no interior destas comunidades e transformações nas relações destas entre si, se tornando os povoados fortificados a forma de habitat predominante durante a II Idade do Ferro.

A partir do século IV a.C. até a transição da era, o número destes povoados aumenta, sendo habitados não só os aglomerados que existiam desde o Bronze Final, mas também outros criados de raiz, que ocupavam principalmente as zonas litorais e vales (González Ruibal, 2006- 2007: 284; Carvalho, 2008, 1: 73). Neste período, principalmente, nos dois últimos séculos a.C., parece ter acontecido, portanto, uma possível ocupação ordenada e lógica dos vales e das áreas litorais para um melhor aproveitamento dos recursos destes locais, intensificando ainda mais a exploração da terra (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 263; Carvalho, 2008, 1: 73). Deste modo, os povoados parecem viver um crescimento econômico caracterizado pela inovação e especialização na cultura material, pela maior quantidade de metal em circulação, pela

¹³⁷ A cronologia inicial desta fase é problemática. Carlos Alberto F. Almeida (1983 *apud* Bettencourt, 2001: 41) estabeleceu que esta iniciava-se nos finais do século IV a.C., Manuela Martins (1990 *apud* Bettencourt, 2001: 41) nos séculos VI/V a.C., Jorge Alarcão (1992 *apud* Bettencourt, 2001: 41) a partir do século VII a.C. e Silva (2013: 28) pensa ter ocorrido entre o VII/VI a.C. No entanto, segundo Bettencourt (2001: 41), parece existir assimetrias no desenvolvimento das diferentes regiões do Noroeste Português e da Galiza, além de diferenças nas próprias terminologias utilizadas. Deste modo, esta autora menciona que o início desta etapa cronológico-cultural, que esta chama de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, poderá ter ocorrido durante o 2º quartel do I milénio a.C. nas regiões costeiras do Noroeste de Portugal e da Galiza e na primeira metade do século IV a.C. para as zonas interiores da Galiza (Bettencourt, 2001: 41- 42).

especialização da produção agrícola (Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005: 264) e pelo incremento das trocas comerciais e modificações internas de alguns povoados (Carvalho, 2008, 1: 77). Estas características, possivelmente, proporcionaram um crescimento da coesão e estratificação social e uma consolidação do poder político. Sendo assim, este âmbito foi favorável ao aumento de excedentes alimentares que por consequência geraram uma maior interação regional e uma eventual diferenciação de estatutos entre as comunidades que integravam este sistema (Martins, 1996: 128; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 264; Carvalho, 2008, 1: 78).

A multiplicidade de tipos de povoados fortificados era, desta forma, marcante, afinal existiam grandes aglomerados amuralhados com uma grande concentração populacional e dinamismo económico, que podem ser considerados verdadeiros *oppida*, mas também passam a surgir povoados de média e pequena dimensão (Martins, 1996: 128- 129; Carvalho, 2008, 1: 73) situados em áreas próximas aos vales (Carvalho, 2008, 1: 73), que provavelmente criaram relações de dependência com aqueles. Os grandes povoados, possivelmente, simbolizariam lugares centrais que dominavam uma complexa rede de pequenos assentamentos (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 264) e que polarizavam as atividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa (Silva, 2007: 52; 2013: 32). Deste modo, era uma hierarquização definida pelas diferentes dimensões destes aglomerados, suas posições topográficas e sua organização interna (Carvalho, 2008, 1: 78 e : 413).

Para a região de Entre-Douro-e-Minho, que corresponde à maior parte da área por nós estudada, foram definidas por Carvalho (2008, 1: 166- 176), algumas características gerais dos tipos de povoados amuralhados, distinguindo três possíveis categorias, baseadas naquelas de Martins (1990: 207- 209)¹³⁸, para a bacia média do Cávado¹³⁹.

A categoria A, apresenta povoados concentrados, normalmente, nas bacias médias e baixas dos rios Minho, Lima, Neiva, Cávado e Ave, localizados em posições destacadas da paisagem (como, por exemplo, esporões de cota entre 200 a 450m) que, geralmente, possuíam

¹³⁸ (a) aqueles localizados acima dos 200m de altitude, sendo a maioria entre 250m e 400m, que ocupavam os relevos mais significativos da região, nos interflúvios ou no tavalgue dos vales, em locais que são remates de esporões, e que possuíam entre 3 a 4 muralhas; (b) aqueles que se encontram entre 170m e 250m sobre cabeços ou outeiros de média altitude que se destacam no conjunto do relevo envolvente, possuindo uma razoável posição estratégica e um conjunto defensivo entre 2 e 4 muralhas; e (c) aqueles localizados entre os 50m e 200m (sendo os mais significativos com altitude inferior a 150m) em pequenos outeiros de baixa altitude, em zonas de vales em antigas formações fluviais (Martins, 1990: 207- 209).

¹³⁹ Estes critérios, baseados na topografia só podem ser aplicados em regiões muito circunscritas, como a região analisada por esta autora, e não refletem uma tipificação de toda a região ocidua do futuro convento brácara. Carvalho (2008, 1: 166-176) define outras cotas para as diferentes categorias, no âmbito da região de Entre-Douro-e-Minho.

entre 3 a 4 muralhas (apesar de nem sempre se saber a sua quantidade). Estes têm um desenvolvimento considerável nos dois últimos séculos a.C. e na 1ª metade do século I d.C. (sendo raros os casos em que não há indícios de romanização) (Carvalho, 2008, 1: 166-168).

O conjunto B, mais comum entre o Sousa e o Tâmega no seu curso final de intersecção com o Douro e também nos contrafortes das grandes serras ocidentais, é composto pelos povoados de pequenas dimensões (apesar de também existirem poucos de grandes dimensões) situados em outeiros ou colinas destacadas na paisagem (em altitudes entre 100 e 350m). Estes possuem entre 1 a 2 linhas de aparato defensivo e, geralmente, não apresentam indícios de romanização (Carvalho, 2008, 1: 169- 172).

Já o grupo C, encontrado, basicamente, nas bacias dos rios Lima e Cávado e alguns próximos ao Rio Minho, juntos a sua foz e também na zona de intersecção dos rios Ave e Este, (não muito distantes da linha da costa), são aqueles identificados como de vale ou de baixa altitude. Estes estão situados em cotas inferiores a 150m e foram criados nos dois últimos séculos a.C, tendo como aparelho defensivo um talude, seguido de fosso e 1 ou 2 linhas de muralha (Carvalho, 2008, 1: 172- 176).

Estas mudanças dos finais do I milênio a.C., entretanto, parecem ser resultado não só de questões internas, mas também de questões exógenas, como a campanha de *Decimus Iulius Brutus* em 138- 136 a.C. (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 264; Carvalho, 2008, 1: 77, Silva, 2013: 33) e a fundação das capitais conventuais por Augusto (Carvalho, 2008, 1: 77), que parecem ter sido importantes marcos neste processo de complexificação social (Carvalho, 2008, 1: 77). De acordo com Martins (1996: 128), aquela expedição parece ter reforçado solidariedades regionais, podendo ter desempenhado um papel integrador e contribuído para um desenvolvimento desigual de algumas sub-regiões do NO, acentuando, provavelmente, uma hierarquia no povoamento.

Assim, assiste-se nesta época a um aumento da produção agrícola, a um incremento nas trocas comerciais, à mudança nos padrões de povoamento e na organização interna dos aglomerados (Carvalho, 2008, 1: 77). Transformações resultantes, possivelmente, de um processo de sedentarização e territorialização das comunidades proto-históricas da região, que se adaptaram e exploraram o meio natural envolvente, construindo uma paisagem humana e agrária muito particular (Martins, 1996: 130; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 265).

3.2.2. A estrutura do povoamento sob o domínio romano

3.2.2.1. Os povoados de raiz pré-romana e a sua relação com o domínio romano

Na segunda metade do século I a.C., provavelmente na sequência da campanha de Júlio César e da pacificação da Lusitânia, vê-se uma abertura da região galaico-bracarense ao sul da península, como observável pelo registo arqueológico. Este evidencia uma maior circulação de produtos e pessoas através das rotas marítimas e terrestres, que por consequência trouxeram novos hábitos, gostos e tecnologias de origem mediterrânica para esta região (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 260). O contacto com os romanos provocou, mudanças sociais, económicas e culturais, como se pode ver, por exemplo, nas formas de expressão religiosa dos povos da área estudada, como a utilização da epigrafia em seus votos (Carvalho, 2008, 1: 179). No período inicial do domínio romano, em um mundo anterior à reorganização territorial de Augusto e de sua consolidação, os povoados fortificados se organizavam de forma diferenciada ao longo de toda a região estudada, causando diferentes respostas a interação com os romanos.

Na área entre o Lima e o Ave, delimitada a este pelas bacias altas destes rios, nos contrafortes das serras do interior minhoto, por exemplo, os grandes *oppida* parecem ter transformado sua organização espacial e sua arquitetura a partir do contacto com os romanos. Estes passaram a se organizar, com formas tendencialmente retílineas, com marcações de bairros residenciais e arruamentos e delimitação de espaços livres em seus centros. Eram verdadeiros *oppida* que parecem ter sobrevivido por serem pontos de apoio viário, *mansiones*, para as vias principais criadas durante o governo de Augusto (Carvalho, 2008, 1: 187- 188).

Já na região de montanha, ou seja, nas serras ocidentais que separam Entre-Douro-e-Minho de Trás-os-Montes, o povoamento é mais rarefeito que na região anterior. Nesta são praticamente ausentes os registos dos povoados fortificados de tipo C e residuais os de categoria B (Carvalho, 2008, 1: 189), organizando-se posteriormente de forma diferente sob o domínio romano, como veremos a seguir.

Na área dos vales do Sousa e do Tâmega, o povoamento estava especialmente concentrado na parte jusante destes rios e na sua intersecção com o Douro. Nesta observam-se alguns povoados fortificados importantes, que permaneceram ocupados durante a época romana, mas também se registam possíveis grandes deslocções de populações, em período

romano, para as zonas situadas nas vertentes baixas dos montes ou em seus sopés, formando, provavelmente, novos núcleos habitacionais de raiz romana, como por exemplo, os *uici*. É também uma zona que se estabeleceu, em período romano, presumivelmente, em função de *Tongobriga* e de seu eixo viário, e também de acordo com rio Douro, uma importante via que liga o litoral a zona oriental do *conuentus Bracaraugustanus*. Também é nesta área, mais precisamente na serra do Marão e na parte mais ocidental da margem norte do Douro, que estão às zonas mineiras e os povoados relacionados a elas (Carvalho, 2008, 1: 191- 193).

Quanto a região denominada Depressão Meridiana, pelo menos durante a II Idade do Ferro, existiram povoados fortificados situados a uma cota média de 150m, que se caracterizam por uma visibilidade homogênea das terras férteis próximas, e que negligenciavam o domínio sobre uma grande via de comunicação natural que representa o vale daquela fratura (González Ruibal, 2006- 2007: 287). Em período romano, no entanto, esta região recebe aglomerados romanos que modificam as suas características de comunicação, como poderemos ver no tópico 3.2.2.4.

Como visto acima, a interação com o mundo romano e o desenvolvimento de uma nova rede de povoamento e aglomerados novos, fizeram com que os povoados fortificados, característicos da Idade do Ferro, comessem a ser abandonados. Carvalho (2008, 1: 177- 178) estima que os primeiros, a conhecerem o abandono, foram, provavelmente, aqueles das categorias B (maioritariamente) e alguns da C, desaparecendo ainda na Idade do Ferro, possivelmente entre finais do século II a.C. e século I a.C., seguindo-se, quiçá daqueles que apenas possuíam materiais romanos (que podem ser resultado de contactos de natureza comercial com os romanos) durante os finais do século I a.C. e inícios do século I d.C. Posteriormente, veriam-se os grandes *oppida*, pertencentes, grosso modo, à categoria A, que apesar de conhecerem um grande dinamismo econômico e construtivo entre o último século a.C. e a primeira metade do século I d.C., foram abandonados ou sofreram a retração de seus espaços habitacionais, presumivelmente, em meados ou finais do século I d.C. Entretanto, também existiram alguns povoados fortificados que vivenciaram uma ocupação que ultrapassou a época Flávia e que sobreviveram às mudanças do século I d.C. e dos períodos posteriores (Carvalho, 2008, 1: 177-180), fazendo, possivelmente, parte também do esquema organizacional romano.

Este abandono dos povoados fortificados pressupõe a dispersão de sua população, seja para outro povoado fortificado, seja para uma cidade ou para as vertentes mais baixas dos

montes (criando novos núcleos habitacionais, com outra lógica de ocupação) em finais do século I a.C. e inícios do século I d.C. Já um abandono ligeiramente mais tardio poderá comportar, provavelmente, outros lugares de destino como as *uillae*, os *uici* ou as estações viárias que formavam a nova paisagem rural. Aqueles que sobreviveram poderiam se tratar apenas de pequenos núcleos, que utilizavam espaços e equipamentos do povoado pré-romano, enquanto sua economia e modo de vida já eram de influência romana, sobrevivendo porque, possivelmente, eram pontos de interesse estratégico pela sua topografia e proximidade das vias de comunicação. De forma que possivelmente, em áreas mais afastadas de *Bracara Augusta*, nas zonas mais interiores e montanhosas, atuaram como capitais de *ciuitates*, possuindo um papel importante no sistema viário e na exploração de recursos mineiros (Carvalho, 2008, 1: 182, :206 e :212), convivendo assim com os novos núcleos de raiz romana.

3.2.2.2. Os aglomerados de raiz romana e a hierarquia do povoamento

A rede de povoamento na parte ocidua do convento brácaro, não foi só composta por povoados fortificados que acabaram por sobreviver desde a Idade do Ferro, também foram criados, como já mencionado previamente, aglomerados de raiz romana e de hierarquia variada.

As cidades romanas, como citado anteriormente nesta dissertação, eram os modelos estruturantes de toda a paisagem do Império romano, a essência da sociedade romana (Pérez Losada, 1998: 159), garantindo a representação do poder imperial nas províncias em contextos administrativos, fiscais, religiosos e militares (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 265). Suas estruturas materiais eram assinaladas por um traçado urbano complexo e regular, muitas vezes de caráter ortogonal, com uma delimitação física dos espaços (com a possível existência de muralhas); por uma infraestrutura urbana básica, como, por exemplo, ruas pavimentadas e estruturas de saneamento; por edifícios públicos e lúdico-sociais, como o *forum* e seus anexos e os teatros, anfiteatros e termas; e também por templos e construções de ornamento e prestígio (Pérez Losada, 1998: 160- 161; 2002: 24). Porém, nem todas as cidades tinham estes elementos por completo e outros lugares poderiam tê-los e não serem consideradas *ciuitates*. Deste modo, o que caracteriza verdadeiramente a cidade romana é o exercício do poder político sobre outros núcleos agrupados menores e, por consequência, a sua íntima relação com o território rural envolvente (Pérez Losada, 2002: 25).

Dentre aqueles aglomerados que podem ser considerados cidades pode-se dizer que existem vários graus hierárquicos como apontado por Pérez Losada (1998: 157- 172; 2002: 345- 346) e Martins, Lemos e Pérez Losada (2005: 265- 266), para o Noroeste Peninsular. Em primeiro lugar estão as grandes capitais administrativas (*Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*), depois, segundo a opinião de Pérez Losada (2002: 345), as possíveis capitais regionais (*Aquae Flaviae* e *Tude*, por exemplo), e por fim, as capitais de *ciuitates*, seguidas por outros níveis hierárquicos de ocupação como *uici*, *uillae*, casais, *mansiones* e *mutationes*.

O primeiro patamar hierárquico é composto pelas capitais dos *conuentus* do Noroeste peninsular, todas de fundação augustana. Estas possuem como características: um traçado urbano hipodâmico, espaços e edifícios de caráter público, sistema de saneamento e abastecimento de água e prestação de serviços, além de serem centros produtores e redistribuidores de bens para as regiões envolventes. Sua área de ação sócio-económica era o da própria *ciuitas* (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 265), ou seja, da área que compreende a *urbs* e o seu *territorium* (Pérez Losada, 2002: 25), e a de ação político-administrativa era o do seu *conuentus*, controlando as *ciuitates* dentro de seus limites (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 265). As três capitais conventuais do Noroeste eram, provavelmente, o bastante para garantir uma administração eficaz desta parte província da *Hispania Citerior Tarraconensis*, assegurando uma coesão política e o controle estatal sobre a exploração das riquezas como, por exemplo, o ouro (Pérez Losada, 1998: 161- 162). No território por nós analisado, temos o exemplo de *Bracara Augusta*, cujas características urbanas já foram mencionadas.

No segundo nível estão, possivelmente, as capitais regionais, uma conceção de Fermín Pérez Losada (1998: 162; 2002: 345), partilhada posteriormente no artigo deste com Manuela Martins e Francisco Sande Lemos (2005: 266). Segundo estes autores, estas foram, possivelmente, consolidadas a partir do reordenamento do território promovido graças ao processo de municipalização da Hispânia na época dos flávios. Estas eram cidades, que além de serem sede de *ciuitas*, exerceriam, possivelmente um domínio indireto sobre outras *ciuitates* menores que estariam sobre seu raio de influência regional (Pérez Losada, 2002: 345; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266), exercendo certa chefatura político-administrativa e também algum controle em fatores comerciais sobre aquelas. Seu poder, de acordo com Pérez Losada (1998: 162), seria derivado, provavelmente, das suas posições estratégicas nas redes de comunicações marítimas, fluviais e terrestres, estando afastadas dos centros conventuais e situando-se, geralmente, nas áreas marítimas periféricas ou nas regiões intermediárias do

interior (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266). Para Pérez Losada (1998: 163) e Martins, Lemos e Pérez Losada (2005: 265), na parte ocidental do convento brácara, podem ser identificadas, como fazendo parte deste tipo, *Tude* (cuja características urbanas serão apresentadas em um próximo tópico) que, admissivelmente, controlava a Ria de Vigo, como um importante núcleo viário e comercial, que controlaria *ciuitates* vizinhas (Pérez Losada, 1998: 163) e alguns *uici* (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266). E ainda, possivelmente, *Tongobriga*, pois esta aparentava ter importância como centro cívico, econômico e religioso, além de atuar como nó viário e centro de lazer das regiões envolventes, provavelmente disponibilizando produtos e serviços para estes locais (Martins, Lemos e Pérez Losada, 2005: 265).

O terceiro grau hierárquico das cidades eram as capitais de *ciuitates*, núcleos urbanos pequenos ou médios, que exercem funções centrais dentro de uma *ciuitas*, um território específico que, apesar de organizado de maneira romana, provavelmente teriam relação com os antigos vínculos étnicos e geográficos indígenas, como os *populi*. Estes antigos espaços foram, possivelmente, remodelados ou algumas vezes substituídos por outros de índole política, econômica e ideológica de matriz romana que são politicamente autônomos e independentes e que, provavelmente, exercem domínio direto sob o seu *territorium* em níveis político-administrativo, sócio-econômico e ideológico-religioso (Pérez Losada, 1998: 163- 164). Estas unidades territoriais serviam supostamente para que Roma integrasse a população indígena, de forma que seu governo foi entregue as elites locais, originários dos povoados fortificados mais importantes (Carvalho, 2008, 1: 207). Segundo Martins, Lemos e Pérez Losada (2005: 266), estas poderiam ter múltiplas formas, podendo ser cidades, aglomerados secundários romanos, como alguns *uici*, ou até mesmo povoados fortificados dependendo de sua localização no território. Assim, para o Noroeste, é possível que a equação capital de *ciuitas* = a núcleos agrupados urbanos não seria uma norma (Pérez Losada, 1998: 165; 2002: 345- 346), afinal o primeiro caso pode, talvez, ser visto nas zonas mais afastadas de *Bracara Augusta* e o segundo, provavelmente, na parte mais ocidental da área estudada (Carvalho, 2008, 1: 212).

Quanto ao próximo nível hierárquico de aglomerados, observamos o *uicus*, um termo latino que poderia refletir a três realidades distintas. Segundo Tarpin (2009: 138) e Curchin (1985: 328), o gramático *Festus* (p. 502 e 508L *apud* Tarpin, 2009: 138) menciona que este vocábulo: poderia aludir a um agrupamento humano suscetível de acolher mercados e de ter

uma *res publica*, ou a um grupo de edifícios urbanos que se distingue uns dos outros pela estrada e pelo nome, comprovado em Roma; ou, até mesmo, a uma construção privada, um edifício que proporciona um acesso comum a várias casas individuais.

O tipo com que trabalhamos nesta dissertação é aquele que se concentra em âmbito rural. Estes *uici* seriam, possivelmente, aglomerados individualizados de casas e edifícios, dotados de um mínimo de urbanização (Pérez Losada, 2002: 28) garantida pela estrutura viária que os caracteriza (Tarpin, 2007: 386; Carvalho, 2008, 1: 42). Sua formação seria provavelmente espontânea (Tarpin, 2007: 385; Pérez Losada, 2002: 31- 32; Carvalho, 2008, 1: 42) e seu crescimento, possivelmente, orgânico (Tarpin, 2002 *apud* Carvalho, 2008, 1: 42; Carvalho, 2008, 1: 42). Teriam formas e funções variadas (Carvalho, 2008, 1: 43), podendo corresponder, por exemplo, a sítios de mercado, ou de exploração de termas ou de minas (Tarpin, 1999: 5). Alguns agiriam, provavelmente, como centros políticos do território rural, dependentes das *ciuitates*, no entanto, outros localizados nas zonas mais ocidentais da área estudada, podem, possivelmente, ter chegado a conhecer alguma organização política própria como capital de *ciuitas* (Pérez Losada, 2002: 28- 30 e :212). Estes *uici* foram, assim, elementos essenciais no ordenamento e romanização do território, criando novas centralidades, materializando o domínio do solo e atuando como agentes integradores dos indígenas na organização administrativa e cultural romana (Carvalho, 2008, 1: 223 e :225).

Outros habitats rurais que surgem são as *uillae* e os casais, nomenclaturas que ainda estão longe de serem pacíficas em sua utilização, sendo usadas, geralmente para sítios de índole romana e de caráter rural, que aparecem exclusivamente em regiões onde existem centros locais (Pérez Losada, 2002: 347). Quanto ao primeiro termo existe um consenso entre a maioria dos autores de que se trata de estabelecimentos destinados à exploração agropastoril, que são compostos por um conjunto de edifícios relacionados com a residência do proprietário, com as atividades neles desenvolvidas e com um *fundus* que podia ser contínuo ou não. Estes eram, provavelmente, construídos de acordo com o modelo arquitetônico romano podendo por isso apresentar alguns elementos como, fustes e colunas, por exemplo, além de vestígios artísticos e de cerâmica fina (Carvalho, 2008, 1: 45- 48 e :59, n.15 e :235). Sua implantação, na região estudada, poderia ter-se configurado como um processo precoce e continuado, relacionável com o abandono dos povoados fortificados (de baixa altitude), cujos territórios rurais possivelmente passaram a constituir os *fundi* destes habitats de raiz romana (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 268). O segundo termo, relaciona-se com pequenas unidades de

exploração agrícola e pecuária. Seus vestígios incluem cerâmicas romanas, tijoleiras e telhas associadas a mós manuais ou a pedras e muros, além também de se poderem encontrar escórias, o que demonstra o seu caráter artesanal (Carvalho, 2008, 1: 50).

A rede viária, o esqueleto da rede de povoamento na região estudada como veremos no tópico a seguir, tinha uma série de equipamentos necessários para a sua manutenção e utilização, como por exemplo as *mansiones* e *mutationes*¹⁴⁰. Estas estações viárias estavam distribuídas pelas vias de forma que estes caminhos estivessem sempre abastecidos de estações de muda, sendo que muitos povoados fortificados podem ter exercido estas funções em uma primeira fase de ocupação romana. O primeiro vocábulo designava estações para paragens longas que implicavam pernoitar, por isso tinham maiores dimensões que as *mutationes* e estavam equipadas com cavalariças, oficinas, armazéns, alpendres e alojamentos para hospedar de grandes grupos a altos funcionários do Estado e magistrados ou até mesmo o próprio Imperador, além de também servirem de postos para os serviços do correio oficial (Carvalho, 2008, 1: 44, :264 e :345). As *mutationes* eram pequenos estabelecimentos, para paragens curtas, mais frequentes nas vias que as *mansiones* e podiam compreender serviços e acomodações mais simples, e ainda poderiam possuir termas (Carvalho, 2008, 1: 44, :264 e :345).

Foram, portanto, vários os tipos de habitats de raiz romana que fizeram parte da rede de povoamento da parte ocidental do convento brácara. Desde grandes cidades e capitais administrativas que asseguravam o controle romano e a difusão da cultura e da religião romana até estabelecimentos rurais grandes e pequenos e estações viárias. Estes se distribuíam ao longo do território de forma que este estava bem suprido em matéria de escoamento de produção, com as vias de comunicação terrestres, marítimas e fluviais, de prestação de serviços, de controle das matérias exploráveis, como o ouro e de controle do território sob domínio romano.

¹⁴⁰ Além destas também existiam *tabernae* ou simples *cauponiae*, termos que não são aqui apresentados, pois nenhuma das inscrições trabalhadas estão relacionadas a estes tipos de estabelecimentos viários.

3.2.2.3. O sistema viário da fachada ocídua do convento brácaro

Estes habitats sejam urbanos ou rurais, se organizavam na paisagem de acordo com a rede viária, que agia como um esqueleto (Carvalho, 2008, 1: 241) ligando os núcleos urbanos primários aos secundários e estes às unidades rurais (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 270). As vias romanas serviam para garantir a defesa do território, para afirmar a presença romana na região e para estabelecer a relação cidade-campo, assegurando a exploração económica das zonas rurais e o escoamento dos recursos agrícolas e mineiros (Carvalho, 2008, 1: 241- 243). A sua implantação associada a fundação de *Bracara Augusta* criou as condições essenciais para a instalação e organização dos aglomerados secundários e dos espaços de exploração agro-pastoril, que determinam uma paisagem do campo marcada por espaços privados e individuais que se adéquam ao modelo de sociedade romana (Carvalho, 2008, 1: 404).

As vias principais tratadas aqui têm um ponto em comum, a cidade de *Bracara Augusta*. Desta partem: a via XVI, que ligava *Bracara* a *Olisipo* (atual Lisboa); a via XVII, que fazia a ligação entre as duas capitais administrativas dos conventos brácaro e asturiense, passando por *Aquae Flaviae* (atual Chaves); a via XVIII, que tinha os mesmos destinos finais que a anterior, mas que cruzava o território em um corte longitudinal, pela zona mineira; a via XIX, que unia *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (atual Lugo); a via XX, a *per loca marítima*; e a via *Bracara- Tongobriga- Emerita Augusta*, que conectava a capital do convento brácaro a capital da província da Lusitânia e capital do *conuentus emeritensis*, a atual Mérida (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 270). Estas serão apresentadas nesta dissertação a traços largos, por não competir neste trabalho uma discussão minuciosa sobre seu traçado já discutido em obras anteriores como, por exemplo, os de Mantas (1996) e o de Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra e Álvarez Asorey (2004).

O possível traçado da via XVI, no território por nós analisado, sairia de *Bracara*, pela parte sul em direção a Bocas, em um traçado semelhante a da atual EN 110, seguindo depois para sudoeste na direção de Portela e continuando nesta direção até o vale do rio Pelhe onde seu traçado, provavelmente, coincidiria com a EN309, seguindo seu percurso até São Martinho do Vale. Daí prosseguiria ainda a sudoeste até Santiago de Bougado onde faria a travessia do rio Ave e continuaria até São Pedro de Avioso e Santana do Balio até atravessar o rio Leça e atingir São Memede de Infesta, em um traço com poucos desvios da EN 14, continuando até *Cale*

(atual Porto) no limite da fronteira sul do convento brácara (Mantas, 1996 *apud* Carvalho, 2008, 1: 195- 196; Carvalho, 2008, 1: 195- 196).

A via XVII saía de *Bracara*, provavelmente, pelo eixo leste, dirigindo-se ao vale do rio Este e depois se virando em direção a Serra do Carvalho, continuando em direção ao vale que é dominado pelo Castelo da Póvoa de Lanhoso, seguindo pela vertente norte das serras de Cantelães e da Cabreira, no concelho de Vieira do Minho. Entre Tabuaças e Campos seguia um caminho praticamente igual ao da EN 103, prosseguindo para Outeiro dos Púcaros e Ruivães aonde chega no limite da área estudada (Carvalho, 2008, 1: 198).

O possível traçado da via XVIII deixava a cidade de *Bracara* através do largo de São João do Souto a norte, daí prosseguia para Adaúfe e depois para norte em direção a Barca de Ancêde onde, provavelmente, de acordo com Lemos (*apud* Carvalho, 2008, 1: 334) se faria a travessia do rio Cávado. Deste local seguiria para Carrazedo, Amares e depois para norte em direção a Barrimau e Pilar, em Fiscal, prosseguindo até a Serra da Abadia onde faria o seu contorno até Tornadouro. Depois prosseguiria pelo caminho municipal, até Via Cova, continuando pelo vale do rio Homem, por Portela de Santa Cruz e prosseguindo pela vertente norte da Serra da Abadia até Covide, e indo em direção a São João do Campo e Vilarinho das Furnas, atravessando o interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês até à Portela do Homem (Carvalho, 2008, 1: 331-338).

A via XIX, segundo Carvalho (2008, 1: 199, 246 e 299), deixava *Bracara Augusta*, provavelmente, pelo seu eixo norte na zona oeste do atual Convento do Pópulo, passando pela atual estrada de acesso a Dume, virando a esquerda do novo estádio e seguindo norte até a Ribeira de Gafos, depois para este em direção a Carcavelos, em Dume. Daí prosseguiria até Formoso onde, provavelmente atravessaria o rio Cávado até o Prado. Seguiria para *Limia*, onde ladearia o rio Labruja, passando a ponte do Arco, em Arcozelo, seguindo depois por Salgueiro e fazendo uma inflexão em direção a Portela de Romarigães, seguindo norte para Ponte Velha de Rubiães e Portela de São Bento até Valença (Carvalho, 2008, 1: 199, 246 e 299). Neste ponto, atravessaria o rio Minho, até *Tude*. Daí continuaria mais para o norte pela depressão meridiana percorrendo uma das ribeiras do Rio Louro, passando por Porriño até Santiaguíño das Antas por onde desceria até Porto dos Valos, depois Redondela seguindo a norte até Santa Maria do Viso. Para a fronteira norte do convento brácara iria para Santiago de Arcade onde cruzaria o rio Verdugo (Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004: 214-215).

A via XX, ainda é alvo de muitas discussões sobre seu traçado. Para Helena Carvalho (2008, 1: 383) o traçado mais plausível é aquele que saía de *Bracara Augusta* pelo eixo oeste seguindo a Calçada de Naia e continuando até Martim, depois por uma zona próxima de Areias de Vilar até Assento e Rio Covo. Daí continuaria, possivelmente, pela margem sul do Cávado até Agra da Vila e Outeiro dos Picotos, atravessando o rio Cávado no sítio de Barca do Lago (Carvalho, 2008, 1: 199 e :383).

A via *Bracara- Tongobriga- Emerita Augusta*, teria alguns possíveis traçados alternativos até *Tongobriga* e desta até o Douro (Dias, 1997: 319). Os dois prováveis caminhos que levariam a *Tongobriga*, teriam até Caldas de Vizela, o mesmo desenho, saindo de *Bracara* no setor Sudeste na Quinta do Fajal (Redentor, 2011, 1: 253) e seguindo a sul para Sande (São Martinho) e Caldas das Taipas (Dias, 1997: 319- 320; Redentor, 2011, 1: 253). O primeiro percurso até Sobretâmega (lugar de Rua) sairia da estância termal vizelense e seguiria um caminho mais oriental pelo concelho de Felgueiras. O segundo, mais ocíduo, passaria por Lousada, fazendo ligação em Meinedo e seguiria por Quires até as margens do Tâmega, onde se encontrava com o primeiro percurso e atravessava a ponte de Canveses, seguindo para Tongóbriga (Dias, 1997: 319- 320; Redentor, 2011, 1: 253). Em Meinedo, possivelmente, derivaria um eixo secundário que serviria Monte Mozinho, Póvoa de Marecos, prosseguindo para à cidade de Eja, onde atravessaria o Douro (Amaral & Teixeira, 1998: 56). Quanto às ligações entre *Tongobriga* e o Douro, o principal percurso até este, segundo Dias (1997: 319- 320), se desenvolveria possivelmente, para o levante ligando Porto Manso e Aregos, onde se faria a travessia para a Lusitânia. No entanto, Redentor (2011, 1: 253) também admite outro percurso mais direto que seguiria em direção a Várzea do Douro, atravessando o rio em Bitetos.

Estas são as vias primárias e estatais, prováveis elementos principais na estruturação da rede de povoamento na parte ocidental do convento brácara que são, por isso, construídas e mantidas pelo Império (Perez Losada, 2002: 347). Os itinerários das vias XVI, XVII e XIX tiveram os seus programas de construção iniciados com Augusto e terminados com Cláudio (Martins, Lemos, Perez Losada, 2005: 270), de forma que seu traçado poderia ter levado em consideração a localização dos grandes *oppida* das regiões que atravessavam (Carvalho, 2008, 1: 187). Quanto à cronologia das demais, estas são mais tardias, a via Nova (XVIII) foi aberta e concluída em 80 d.C. por *Titus* (Fontes, 2011, 1: 188). Já a via *Bracara Augusta- Tongobriga*, dataria com certeza do século I d.C. podendo ter sido criada no período trajânico [como mencionado no miliário de Sande (São Martinho), *CIL* II 6214] ou até mesmo ser de um período

anterior, possivelmente flávio (Carvalho, 2008, 1: 197). Já a via XX, tem cronologia desconhecida (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 270; Carvalho, 2008, 1: 199).

Além destes caminhos, também existiram, as vias marítimas e as flúvias, nos rios Douro, Tâmega (Dias, 1997: 323), Ave, Cávado, Neiva, Lima e Minho (Carvalho, 2008, 1: 117); as vias secundárias ou regionais que ligavam as capitais de *ciuitas* aos aglomerados secundários (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 270; Carvalho, 2008, 1: 111) e as vias vicinais e privadas, existentes, por exemplo, nas imediações de *Bracara Augusta*, seguindo as linhas de seu cadastro e ligando esta as *uillae* (Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 270).

As vias regionais, que estão inseridas do território estudado e que são relevantes para o nosso estudo, estão no território de *Tongobriga* e ao longo do rio Lima. Na região de influência de *Tongobriga*, sabemos da possibilidade de existir uma entre aquela provável capital de *ciuitas* e Várzea do Douro, já mencionada. E também uma que liga a supracitada cidade romana a Bairral e Estrada, que se conectaria a via que seguia para Várzea do Douro em Tenrais, além de outras, como por exemplo, uma que ligaria *Tongobriga* ao Marão pelo vale do rio Ovelha, e outra que faria a ligação entre aquela cidade e as Minas do Teixo, pela encosta do Marão (Dias, 1997: 322- 323; Carvalho, 2008, 1: 197). Já a rota terrestre ao longo do Lima, cuja possibilidade de existência foi levantada por Fontes (2011, 1: 189), devido a densa malha de povoamento ao longo de todo o vale deste rio, estaria possivelmente localizada nas vertentes norte e nordeste da Serra Amarela, seguindo por toda a margem esquerda deste rio entre Ponte de Lima e o litoral. De acordo com este autor (2011, 1: 189) não é possível descrever o seu percurso de forma pormenorizada, porém Fontes (2011, 1: 189) acredita que deveria seguir mais ou menos o traçado de uma via medieval, na margem esquerda do Rio Lima, mais próximo da base da vertente do que da linha hidrográfica.

Foram estas as vias, principalmente as primárias, que possibilitaram a criação de novas centralidades no território durante o período de domínio romano. Esta estrutura ligava a capital administrativa a aglomerados secundários e primários, além de uni-la também as vias marítimas e flúvias que proporcionam a mobilidade de produtos, pessoas e serviços na região. Permitia que corpos militares protegessem as zonas mineiras e controlassem devidamente o território, que o processo de transporte de matéria-prima e dos produtos dela elaborados fosse mais ágil e que as capitais de *ciuitates* tivessem ligação com as zonas do campo. Garantia, portanto, uma organização administrativa, a exploração económica e escoamento de produtos agrícolas e

mineiros. Era uma estrutura que foi, admissivelmente, iniciada por Augusto e consolidada com os flávios, a partir da 2^a metade do século I d.C., essencialmente com a fundação da via Nova (Carvalho, 2008, 1: 243).

3.2.2.4. A distribuição dos povoados no Ocidente brácaro

Na região que estudamos, os povoados que se estruturaram ao longo deste esquema de vias terrestres, marítimas e fluviais, formaram vários cenários em diferentes áreas. Neste tópico, utilizamos os trabalhos de Carvalho (2008), para a região de Entre-Douro-e-Minho e Pérez Losada (2002), para a região da Galícia (essencialmente a parte do Baixo Minho até a fronteira norte do convento brácaro) para entendermos quais os locais centrais nesta região e onde os aglomerados relacionados às nossas inscrições se configuram nesta malha de povoamento regional.

Para a região de Entre-Douro-e-Minho, a tese de doutoramento de Helena Carvalho (2008), trabalhou com três subunidades regionais que eram passíveis de uma observação detalhada e que possivelmente exprimiam diferentes ângulos de organização do povoamento. Estas correspondiam a área ao entorno de *Bracara Augusta*, a região de montanha atravessada pela Via XVIII e a região de vale e litoral entre os rios Neiva e Este.

O território rural de *Bracara Augusta* se implantou no interflúvio dos rios Cávado e Este, em uma área com relevos contrastantes, próxima a um vale aberto drenado por uma densa rede hidrográfica, que sempre definiu a organização de aglomerados neste local. Em período proto-histórico, existiram possivelmente ali, povoados fortificados de categoria A, B e C que ocupariam os relevos mais significativos e o vale (Carvalho, 2008, 1: 238- 286), usando esta área, possivelmente, como ponto de encontro, um mercado, talvez (Tranoy, 1981: 194).

Em época romana, com a fundação da capital administrativa, as *uillae*, os casais e outros estabelecimentos de exploração de recursos instalaram-se, provavelmente, em anéis sucessivos ao redor daquela cidade, iniciando-se nas áreas muito próximas desta até a região norte do rio Cávado. Desta forma, aproveitavam o grande potencial agrícola e pastoril deste vale e também controlavam as áreas de extração de matérias-primas para o fabrico da cerâmica e para a construção de edifícios públicos e privados.

Outros elementos estruturadores desta região foram também, provavelmente, as vias, sejam elas primárias ou secundárias. Em período pré-romano esta área teria sido,

possivelmente, uma zona de confluência de rotas de circulação e assim como estas, as vias romanas, teriam eventualmente, seguido a disposição do relevo e da rede hidrográfica, tornando *Bracara Augusta* um importante nó viário. Estas eram, provavelmente, um importante atrativo para os aglomerados secundários, para as *uillae* e para os casais localizados em seu entorno rural, que se interessavam pela proximidade com a cidade, com quem possuíam uma forte interação para a distribuição e consumo de seus excedentes agrícolas (Carvalho, 2008, 1: 238-286 e :417). Carvalho (2008, 1: 417) sugere, assim, que esta zona é caracterizada por uma forte interação entre a cidade e o mundo rural, em um limite que se situaria, possivelmente, entre 6 a 8 km da urbe.

A área montanhosa é uma região de contrastes geomorfológicos consideráveis, já que possui relevos de 500 a 600m de altitude e áreas de vale, junto aos rios Cávado e Homem de cota 100m, sendo uma área de transição de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes que se articula naturalmente com *Bracara Augusta*. Desde o período pré-romano é, possivelmente, uma zona de baixa densidade demográfica, o que aparentemente não se modificou em época romana. O principal elemento ordenador desta paisagem romana, seria provavelmente, a via Nova, que readaptaria o povoamento, construindo uma rede em formato de “espinha”, que abasteceria a via de estações de muda e auxiliaria na exploração e escoamento de recursos minerais. Desta forma, ao longo da via XVIII observam-se, possivelmente, duas realidades muito distintas, uma em zonas de vale e outra em áreas de maior altitude.

Na primeira, o povoamento é mais disperso, sendo que alguns povoados seriam, provavelmente, de fundação anterior à construção desta via, convivendo com os aglomerados fortificados nas primeiras décadas do século I d.C. Os estabelecimentos de apoio viário, nestas zonas, parecem, inclusive ter-se expandido com uma população advinda daqueles agrupamentos de raiz pré-romana e ampliado as funções destes aglomerados abertos, dedicando-se, possivelmente, também as atividades agrícolas.

Na zona de relevo mais acentuado, que correspondente a região de Vieira do Minho e da Serra Amarela, a pouca informação disponível, revela que provavelmente existiram ali, em período anterior, povoados fortificados que foram maioritariamente abandonados antes do domínio romano e substituídos por simples *mutationes*. As distâncias destes sítios e raiz romana, aparentemente, nem sempre obedeceram a uma separação lógica para o apoio viário, sendo, eventualmente, fruto não só das condições práticas de trânsito em declives como

também da migração da população dos núcleos agrupados de raiz pré- romana para os povoados abertos romanos. Nesta zona montanhosa, aparentemente não existiram *uillae* e nem casais, mas povoados ligados à via, que acabaram, provavelmente, por desenvolver atividades agro-silvo-pastoris, artesanais e de prestação de serviços de apoio viário (Carvalho, 2008, 1: 328- 359 e :419).

Já a região que corresponde atualmente aos concelhos de Barcelos, Esposende e Póvoa de Varzim é uma região dominada por terrenos de várzea, solos aluviais, com vales abertos e alvéolos de erosão e elevação mais ou menos significativa nos vales e uma zona baixa e arenosa com lagoas na foz do rio Cávado, na orla. Limitar-se-ia a norte pelo rio Neiva, a sul pelo rio Este e a ocidente pelo Oceano Atlântico, sendo uma região coberta por uma densa rede de linhas hidrográficas menores que acabaram por influenciar no tipo de povoamento e em sua organização.

A zona do vale teria, possivelmente, um povoamento denso e continuado, já o litoral por sua vez, teria provavelmente, um espaçado, rarefeito e sem redes, ou seja, sem nenhum núcleo que mobilize qualquer tipo de concentração como aglomerados urbanos ou uma trama de *uici*, um tipo de agrupamento que tanto no vale quanto no litoral são, provavelmente, inexistentes. A via que os corta parece seguir os imperativos básicos de comunicação e transporte entre as regiões afastadas e os núcleos urbanos, possivelmente consolidando as antigas vias naturais da região, de forma que qualquer alteração seria resultante das necessidades comerciais de novos núcleos agrupados romanos, que estavam, neste momento, provavelmente, nas zonas de vale. Desta forma, as *mansiones* e *mutationes* da via XX, se situavam supostamente em lugares estratégicos da circulação e transporte no tramo que ali passava.

O povoamento fortificado existente ali, de categorias A, B e C, sofreu provavelmente abandono em diferentes períodos começando na Idade do Ferro até finais do século I d.C. causando, presumivelmente, a mobilidade de suas populações para os novos aglomerados, nas zonas de vertentes ou de vale. A fertilidade das terras, a presença das linhas de água e as áreas florestadas foram, provavelmente, os principais fatores que atraíram estes novos núcleos, que eram principalmente estabelecimentos agrícolas e artesanais, como as *uillae* e os casais, que se instalaram ali em período alto-imperial, simultaneamente a fundação de *Bracara Augusta*. As *uillae* nesta zona, são, provavelmente, o fator que exerceu um papel estruturador da paisagem, agindo como centros de domínio onde imperavam os novos modos de exploração agrícola nos vales e a exploração salina e preparados piscícolas naquelas do litoral. Os casais, por sua vez, se

localizariam em vertentes próximas a terrenos agrícolas, sendo frequentes nesta região (Carvalho, 2008, 1: 361- 409 e :419).

Para o povoamento na faixa entre o Minho e o Verdugo, que corresponde à zona norte de nosso estudo e à parte sudoeste da comunidade autônoma da Galícia, Espanha, observamos o trabalho de Fermín Pérez Losada (2002) que estuda os aglomerados secundários romanos nesta região. Sobre a distribuição destes povoados, Pérez Losada (2002: 329) percebe diferentes cenários de ocupação.

Este autor (2002: 329) menciona que a zona dos importantes maciços montanhosos, constituídos pelas Serras de Faro de Avión e Suído é, possivelmente, vazia de povoados, um fato que pode ser justificado pela índole topográfica do local. E ainda, alude que as zonas do vale médio e baixo do Minho, nas terras baixas e de planície, com boa capacidade agropecuária, também sofreram desta ausência de povoados de raiz romana. Entretanto, este (2002: 329) acredita que para esta zona se tenha uma explicação diferente da anterior, já que possivelmente responde a sobrevivência de muitos povoados fortificados que fizeram frente aos habitats rurais romanos, como as *uillae*, além de também poderem ser um resultado de um vazio de estudos arqueológicos sobre a região. Quanto ao cenário oposto, ou seja, aquele no qual existem mais núcleos agrupados romanos, este é definido por uma organização linear, regulada e estruturada de povoados, que estão distribuídos ao longo da chamada “Depressão Meridiana”, que coincide com o traçado da via XIX. Nesta estariam, provavelmente, povoados intercalados em espaços de 20 km (Pérez Losada, 2002: 329) e estabelecimentos rurais, como as *uillae* e os casais, que se organizam, admissivelmente, entorno dos lugares centrais, que seriam centros consumidores de seus produtos e também núcleos de armazenamento, transformação, intercâmbio e redistribuição dos bens agropecuários gerados na região.

Ambos os trabalhos nos mostram a rarefação da rede de povoamento nas áreas das montanhas (que, para efeitos deste estudo, separam a parte ocidental da oriental do convento brácara), um possível ordenamento de aglomerados de raiz romana a partir dos eixos viários, sendo eles terrestres, marítimos ou fluviais, uma provável mobilidade de pessoas advindas dos povoados fortificados para as regiões da cidade ou outros locais centrais de raiz romana e uma eventual preferência de localização de estabelecimentos de exploração agrícola e pecuária em zonas de vale. Com estes dados podemos, no próximo tópico, seguir com uma análise das

relações entre as inscrições aqui trabalhadas e apresentadas no capítulo 2 e os povoados possivelmente relacionados a elas.

3.3. Os deuses romano-indígenas e a geografia da fachada atlântica do convento brácara

Anteriormente, apresentamos as características do povoamento na fachada ocidental do convento brácara desde a Idade do Ferro até os períodos de fundação e consolidação da nova organização territorial romana na região. Observamos que as montanhas e vales são uma, provável influência na distribuição de povoados, assim como a rede viária e a localização da capital administrativa e das capitais de *ciuitates*. Neste tópico discutiremos a relação entre as inscrições a deuses romano-indígenas e os povoados próximos a elas de onde estas podem, possivelmente, ter provindo e as áreas do *conuentus* que estes vieram a ocupar.

Levamos em consideração, neste estudo, a mobilidade destas peças, fenômeno comprovável, por exemplo, pelo grande número de inscrições encontradas próximas ou até mesmo como parte da estrutura de capelas e igrejas católicas e residências paroquiais da região, como é possível ver pelo local de achado das 9¹⁴¹ inscrições do catálogo 1 e das 24¹⁴² epígrafes do *corpus* 2 desta dissertação. Sendo assim, mencionamos os povoados mais próximos das inscrições, em um raio máximo de 2,5km e que tenham cronologia romana para considerar que possam ser daí provindas¹⁴³.

Dividiremos, portanto, a análise conforme as deidades, buscando perceber se é possível estabelecer uma relação entre estas e os tipos de sítio de onde as suas manifestações, provavelmente, provém. E ainda, tentaremos entender se existiram zonas do *conuentus* mais envolvidos nesta prática religiosa, comparando estes dados com aqueles das inscrições aos deuses romanos correspondentes.

¹⁴¹ ICICB 002, ICICB 004, ICICB 009, ICICB 010, ICICB 011, ICICB 013, ICICB 014, ICICB 016 e ICICB 018.

¹⁴² ICICB 021, ICICB 026, ICICB 031, ICICB 035, ICICB 038, ICICB 039, ICICB 041, ICICB 043, ICICB 045, ICICB 050, ICICB 053, ICICB 055, ICICB 058, ICICB 059, ICICB 061, ICICB 062, ICICB 064, ICICB 065, ICICB 066, ICICB 067, ICICB 068, ICICB 069, ICICB 073, ICICB 074, ICICB 075, e ICICB 079.

¹⁴³ Este critério não pôde ser aplicado a todos os casos, afinal, algumas inscrições tem as suas circunstâncias de achado desconhecidas, o que nos fez associar estas ao povoado conhecido na mesma freguesia.

3.3.1. Os *Genii* na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*

Na hipótese de Carvalho (2008, 1: 347- 348), as inscrições aos *Genii* com epítetos tópicos, encontrados no *conuentus Bracaraugustanus*, poderiam estar associadas a aglomerados secundários importantes, um caso que esta autora justificou com as epígrafes ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001), ao *Genius Tiauranceiacus* (ICICB 002) e ao *Genius Tongobrigensium* (ICICB 003). Para verificar esta afirmação, observaremos, a Figura 6 e também o Quadro 17 que resume os dados das inscrições que tratamos e dos povoados a elas, possivelmente, relacionáveis. Sendo assim, esta apresenta o código de identificação da inscrição no catálogo, a designação da deidade tratada, a cronologia da inscrição (de acordo com Redentor, 2011, 2), o nome do povoado ao qual a manifestação religiosa possivelmente se relaciona, o tipo de sítio, o período de ocupação deste, a zona a qual pertence em uma análise do território e as vias a que podem estar relacionados.

Quadro 17- Os *Genii* romano-indígenas no Ocidente brácaro

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
001	<i>Genius Laquiniensis</i>	101- 200 d.C.	* <i>Laquinia</i> ou * <i>Laquinium</i>	Habitat romano próximo ao <i>uicus Oculis</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
002	<i>Genius Tiauranceiacus</i>	101- 200 d.C.	Bouça do Castro	Castro / Povoado mineiro romano?	Idade do Ferro / Período romano	Bacia do Lima, na bacia do curso inferior do Lima	- - -
003	<i>Genius Tongobrigensium</i>	101- 200 d.C.	<i>Tongobriga</i>	Capital de <i>ciuitas</i> ?	Idade do Ferro / Período romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2).

Quadro 17- Os *Genii* romano-indígenas no Ocidente brácario (continuação)

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
004	<i>Genius Viriodelensis</i>	101-200 d.C.	* <i>Viriocelum</i> / Mojeje (Vila Cova)/ Vilela	<i>Vicus?/ mansio? ou mutatio?</i> da milha XI/XII da via XVIII	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII

^a De acordo com Redentor (2011, 2).

3.3.1.1. Os *Genii* romano-indígenas e os povoados relacionáveis

Como podemos ver por esta Quadro 17, a maioria dos votos a deidades romano-indígenas se encontram relacionados, possivelmente, a aglomerados de raiz romana, sendo apenas um (ICICB 002) associável a um povoamento de origem pré-romana. Os núcleos agrupados romanos são: um habitat próximo ao *uicus Oculis* (ICICB 001), a provável capital de *ciuitas, Tongobriga* (ICICB 003) e o *uicus?/mansio?* ou *mutatio?* da via XVIII de Vilela (ICICB 004), sendo todos apresentados a seguir:

****Laquinia* / **Laquinium***, União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), Vizela

Pequeno aglomerado ou simples realidade territorial próxima a Caldas de Vizela, cujo nome seria, provavelmente, **Laquinia* ou **Laquinium*, um topónimo que, como vimos, é identificável a partir do epíteto do *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) (Redentor, 2011, 1: 291). De acordo com Queiroga (2013: 183), trataria-se de um núcleo habitado próximo as termas de Vizela, já segundo Cardozo (1947: 196, n.6) seria, possivelmente, a povoação desaparecida de Suzana, uma hipótese não mencionada pelo restante dos autores.

Caldas de Vizela, o povoado identificado mais próximo a este foi, de acordo com Alarcão (1988c: 17, nº 1/315; 2004b: 206), possivelmente um *uicus*, que em época suévica foi sede da “paróquia” *Oculis*, mais tarde (em 1014) denominada *Oculis Calidarum*. Durante algum tempo, pensou-se que poderia, possivelmente, ter agido, como capital de *ciuitas*, uma hipótese levantada pelo próprio Alarcão (1998: 434) e

mencionada por Martins, Lemos e Pérez Losada (2005: 267). No entanto, recentemente, aquele autor (2004b: 206) admite ter dúvidas quanto a esta suposição, por não conseguir definir um *territorium* credível (em termos geográficos) para esta suposta *ciuitas*, acreditando somente na possibilidade deste se tratar apenas de um *uicus* importante, uma hipótese apoiada por Carvalho (2008, 1: 44, nº 3085201) e Redentor (2011, 1: 253)¹⁴⁴. Sendo assim, seria provavelmente, um aglomerado termal e viário (Carvalho, 2008, 1: 44, nº 3085201; Redentor, 2011, 1: 253) que teria tido ocupação, plausivelmente, desde o século I d.C. até o presente e que teria o espaço, provavelmente, circunscrito entre o complexo termal no extremo norte da atual Praça da República e a Igreja de São Miguel das Caldas de Vizela, onde se posicionam a maioria dos achados arqueológicos (Queiroga, 2013: 188).

***Tongobriga*, Marco, Marco de Canaveses**

Foi, provavelmente, uma capital de *ciuitas* e um ponto nevrálgico de comunicações entre *Bracara Augusta* e a Lusitânia (Carvalho, 2008, 1: 193). Seu *territorium*, estaria possivelmente, limitado, em uma primeira hipótese, a sul pelo rio Douro, a sudeste por um *uicus* em Santa Marinha do Zêzere, Baião e a este e a nordeste pela Serra do Marão. O limite norte, nesta hipótese, seria marcado por uma via que ligava esta serra ao rio Tâmega, e que prosseguia a norte e oeste pelo vale deste até à foz do rio Odres e dali por uma distância de 30 milhas ao longo das estradas que ligavam a ponte sobre o rio Tâmega a *Bracara Augusta* (Dias, 1997: 283; :286- 287). Em uma segunda conjectura, levantada por Alarcão (1993 *apud* Dias, 1997: 287), a área desta *ciuitas* poderia provavelmente corresponder a um polígono irregular, cujos vértices eram ocupados pelos *uici* situados em Várzea do Douro¹⁴⁵, Santa Marinha do Zêzere, Meinedo¹⁴⁶, Gatão¹⁴⁷ e Lomba¹⁴⁸.

Dias (1997: 21) definiu para a sede desta possível *ciuitas*, oito fases de ocupação, começando no final do século I a.C. até o fim do período de domínio romano

¹⁴⁴ Queiroga (2013: 188- 189) parece reticente quanto a esta teoria, mencionando que ainda não dispõe de dados suficiente para definir com clareza o estatuto deste povoado no quadro dos aglomerados secundários de época romana, admitindo ser uma estância termal, apenas com estruturas necessárias ao seu funcionamento e com uma ocupação marcada pela sazonalidade. Entretanto, expressa que os habitantes deste local teriam, possivelmente, conhecido um dinamismo religioso e económico nos séculos I e III d.C., como mostrado pelos vestígios epigráficos (Queiroga, 2013: 184).

¹⁴⁵ Agora Freguesia de Alpendurada, Várzea e Torrão, em Marco de Canaveses.

¹⁴⁶ No concelho de Lousada.

¹⁴⁷ Atualmente União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, em Amarante.

¹⁴⁸ No concelho de Amarante.

na região, épocas pelas quais passou por diferentes remodelações arquitectónicas, que a adaptaram ao modelo de cidade romana, com um *Forum*, termas, espaços habitacionais de estilo romano e necrópoles (Dias, 1997: 21). Quanto ao seu urbanismo, organizado a partir do período Flávio, este foi, possivelmente, condicionado por algumas pré-existências, mas nenhuma suficientemente pujante que impedisse a implantação dos critérios romanos, embora as condições do local obrigassem a mudanças no sistema hipodâmico tradicional (Dias, 1997: 29).

Esta ocuparia, então, provavelmente, uma área de cerca de 50 hectares (Dias, 2014: 172), com uma população estimada entre 2000 a 2500 pessoas (Dias, 1997: 30). De acordo com Dias (2014: 172), em um artigo recente, no local hoje considerado “Área arqueológica do Freixo” foram encontrados um castro, uma cidade romana, uma paróquia cristã primitiva e a atual aldeia. O povoado fortificado foi, possivelmente, construído em torno do ano 0, em terrenos à cota de 300m e reformulado e ampliado cerca de 80 anos após a sua fundação, dando lugar à cidade romana de *Tongobriga*, cujo estatuto, em fins do século I e inícios do século II d.C., continua em discussão (Carvalho, 2008, 2: 69- 70, nº 13070901).

* ***Viriocelum/ Mojeje (Vila Cova)/ Vilela***, União de freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas, Amares.

Correspondeu em período romano a um possível *uicus* que pode ter funcionado como uma *mansio* da milha XI/XII da via XVIII. Este estaria localizado em uma zona de suave declive na base da vertente Este do Monte de São Pedro de Fins, entre os 300 e os 320m, próximo do local onde passaria a via Nova. No local foram encontradas: pedras aparelhadas, cerâmica de construção e doméstica, um capitel de ordem dórica, uma base de coluna, sepultura em pedra, mós manuais, escórias de ferro e uma moeda do Imperador Constâncio Cloro (292-306 d.C.). A inscrição ao *Genius Viriocelensis* (ICICB 004) foi encontrada em Vilela, em uma cota inferior, sendo descobertos neste local também dois miliários da via XVIII, que podem, de acordo com Carvalho (2008, 1: 347; 2008, 2: 12, nº 3011501), assim como a epígrafe, estar possivelmente relacionados ao possível *uicus* de Vila Cova/Mojeje, admitindo, assim, que *Viriocelum*, provavelmente, corresponderia a este único local com vestígios romanos significativos, junto à via.

Tendo em vista, estes dados e a fragilidade da categorização de alguns sítios, acreditamos que não possamos corroborar a hipótese de Carvalho (2008, 1: 347- 348) de que estes estariam relacionados a aglomerados secundários importantes. Percebemos que mesmo que um possa ser associado a um possível *uicus/mansio* ou *mutatio* da via Nova (como a inscrição ao *Genius Viriodelensis*- ICICB 004) e *Tongobriga* fosse uma possível capital de *ciuitas*, como alguns *uici* que, podem ter assumido também esta função, a outra manifestação não reflete o mesmo dado. Pesquisas atuais revelaram que o local onde foi encontrada a epígrafe ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) estava, possivelmente, fora da área considerada como o *uicus Oculis* (Queiroga, 2013: 183), se referindo a um pequeno aglomerado próximo ou simples realidade territorial (Redentor, 2011, 1: 291), eventualmente de menor importância.

Dentre os aglomerados de raiz romana, no entanto, vemos uma exceção, um povoados de raiz indígena de relativa importância com possíveis funções ligadas a mineração. Este, provavelmente, relacionável a epígrafe ao *Genius Tiauranceiacus* (ICICB 002) era um povoado fortificado da Idade do Ferro, com ocupação durante o período romano como podemos ver por sua descrição.

Bouça do Castro, Estorãos, Ponte de Lima.

Segundo Almeida (1990: 167-169, nº 105; 1996, 1: 109, nº 55), este sítio foi um castro de baixa altitude, com cota de 25m e sinais de ocupação desde a Idade do Ferro até o período suevo- visigótico. Está localizado em um cabeço, no lugar da Pedreira (Almeida, 1990: 109), próximo a Serra de Arga, também conhecida como “Montanha Santa” ou “Serra da Saúde” (Neves, 1949: 46; Encarnação, 1975: 194-195; Almeida, 1990: 170; Carvalho, 2008, 2: 112, nº 160701702) e a 500m a norte da Igreja Paroquial, onde a inscrição ao *Genius Tiauranceiacus* (ICICB 002) foi encontrada (Almeida, 1996, 1: 109), sendo esta erguida sobre um possível *fanum* (Almeida, 1990: 171; Carvalho, 2008, 2: 112, nº 160701702).

Seu sistema defensivo era composto por duas muralhas e, possivelmente, por um fosso exterior (Almeida, 1990: 167-169, nº 105; 1996, 1: 109, nº 55; Carvalho, 2008, 2: 112, nº 16071703), do qual resta apenas o talude voltado ao pequeno regato que define a sua linha setentrional (Almeida, 1996, 1: 109). Segundo Cortez (1946: 17),

as casas da parte escavada parecem ter planta retangular com pisos de barro batido e endurecido e interiores rebocados com barro.

Devido à existência de bons solos, o seu principal vetor econômico poderia ser a agricultura, apesar de também existir a possibilidade deste estar ligada a exploração mineira a céu aberto (Almeida, 1996, 1: 109- 110), já que existem minas romanas, localizadas a 1200m a sul, no lugar de Casais (Carvalho, 2008, 2: 123, nº 16071704) e a curta distância possibilitava a deslocação diária dos mineiros que teriam este povoado fortificado como moradia habitual (Almeida, 1996, 1: 109- 110).

Este núcleo agrupado se diferencia dos outros povoados associáveis aos *Genii* romano-indígenas, não só por ser de raiz indígena, mas também em outro aspeto. À primeira vista, percebemos que é o único possível povoado mineiro, já que admissivelmente estaria relacionado a minas de estanho em Casais, Estorãos (Almeida, 1996, 1: 109- 110; Carvalho, 2008, 1: 123, nº 16071704), enquanto os outros têm em comum as funções de nó ou apoio viário, localizados, principalmente ao longo da via *Bracara Emerita*.

Desta maneira, pensamos que não é possível relacionar as inscrições aos *Genii* romano-indígenas a um tipo específico dentro do sistema hierárquico da rede de povoamento romano da região. Estas, como visto, foram encontradas relacionados, possivelmente: a um habitat romano, a um povoado fortificado, a uma capital de *ciuitas* e a um *uicus/mutatio* da via XVIII, o que impede uma generalização de um tipo específico de sítio. Também não se consegue perceber se estes estão associados predominantemente aos ambientes rurais ou urbanos, pois parecem ser cultuados em ambos. Nota-se que, possivelmente, estariam relacionado a povoados que, em sua maioria, seriam nós ou pontos de apoio viário, sendo a única exceção, o povoado de Bouça do Castro (ICICB 002), que se situa cerca de 5,6km afastado da via XIX, se ligando a esta, possivelmente por uma via secundária ou terciária. Deste modo, resta-nos perceber se existiram zonas da fachada ocidental do convento brácara, no qual estas inscrições apareceram concentradas, tentando, assim, compreender o contexto geográfico destas e eventualmente as características do território que podem ter desenvolvido a prática religiosa da *interpretatio*.

3.3.1.2. Os *Genii* romano-indígenas no Ocidente brácara

Ainda na tentativa de construir um quadro da geografia das inscrições onde estão representados os *genii* romano-indígenas, nos deparamos com um olhar em macroescala, ou seja, as zonas da fachada atlântica do *conuentus* que são ocupadas pelos povoados que produziram tais manifestações religiosas. Como vemos pelo Quadro 17 e pela Figura 6, cada inscrição, pode ser associada a uma bacia hidrográfica diferente.

São encontrados vestígios nas bacias: do Lima (ICICB 002), do Cávado (ICICB 004), do Ave (ICICB 001) e do Douro (ICICB 003), em seus cursos médios e inferiores, sendo ausentes nas bacias do Neiva, do Leça, do Âncora e do Minho e da costa Galega.

Bouça do Castro (ICICB 002) é também nesta perspectiva um diferencial dentro da matriz dos povoados associáveis aos *Genii* romano-indígenas. Apesar de cada uma se encontrar em uma bacia hidrográfica diferente, este é o mais próximo do litoral, situado na bacia do curso inferior do Lima, no vale do rio Estorãos. Como povoado fortificado, este se encontra em uma área onde muitos *oppida* se modificaram com o contacto com a cultura romana, se tornando pontos de apoio viário, entretanto, este não foi o caso deste núcleo que se localiza. Este como mencionado, estava distante da via XIX, podendo estar relacionado a uma via secundária ou terciária para o escoamento da produção das minas de Casais.

Quanto aos outros povoados de raiz romana, estes são encontrados nas bacias hidrográficas do Cávado, do Ave e do Douro. Sendo que o de **Viriocelum* se insere, provavelmente, em uma área que admissivelmente teria baixa densidade demográfica e um povoamento disperso, não existindo *uillae* e nem casais, deixando para os *uici*, ao longo da via Nova, os trabalhos agrícolas e artesanais (Carvalho, 2008, 1: 328- 359 e :419).

Em resumo, sabemos que a região que comporta as bacias hidrográficas do Lima, do Cávado, do Ave e do Douro, são as que têm vestígios deste tipo de manifestação religiosa, sendo inexistentes nas áreas das bacias hidrográficas do Neiva, do Âncora, do Leça, do Minho e da Costa da Galícia. Se comparadas ao contexto percebido por Carvalho (2008, 1: 187- 189 e :191- 193) para as áreas de distribuição de povoados de raiz indígena, estas estariam maioritariamente sobre o substrato característico das regiões entre as bacias do Lima e do Ave, que têm mais registos arqueológicos encontrados e devidamente estudados. Quanto ao ordenamento do povoamento através do eixo viário, encontramos alguma prevalência de

povoações localizadas na via *Bracara-Emerita*, contudo, seria demasiado arriscado pensar em uma associação entre as manifestações religiosas a este tipo de deidades a povoados relacionados a essa via, afinal temos pouco registos destes na fachada ocidua do convento brácaro, o que limita muito a formulação de conclusões mais seguras e pormenorizadas.

3.3.1.3. Os *Genii* romanos e romano-indígenas: uma comparação da geografia

Após uma análise cuidada do território e dos povoados que são relacionáveis às inscrições aos *Genii* romano-indígenas buscaremos comparar estas manifestações religiosas àquelas ao *Genius* romano sobre os aspetos de sua geografia. No mesmo esquema do Quadro 17, apresentamos o Quadro 18 com dados que nos permitiram fazer estas comparações, na busca de semelhanças e diferenças que nos trouxeram uma luz sobre a questão da caracterização destas.

Quadro 18- O *Genius* romano no Ocidente brácaro

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
021	<i>Genius</i>	71-150 d.C.	Cidade de Biscaia ^b	<i>Vicus/ mansio</i> da milha X da via XVIII	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII
022	<i>Genius</i>	101-200 d.C.	Castro de Alvarelhos	Castro / <i>Vicus</i> da via XVI	Bronze Final/ Idade do Ferro/ Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	XVI
023	<i>Genius Augusti</i>	15 a.C.- 14 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas/</i> Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
024	<i>Genius Caesaris</i>	2- 4 d.C.	Dume-Igreja	<i>Villa</i>	Romano/ Suevo	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XIX

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Possivelmente um pequeno templo na Quinta de São Vicente, que provavelmente estaria ligado aquele *uicus*.

Quadro 18- O *Genius* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
025	[- -] <i>caepo</i> [- -] e ao <i>Genius conuentus Bracaraugustani</i>	14- 54 d.C.	<i>Tude</i>	Capital de <i>Ciuitas</i>	Romano / Suevo-visigótico	Bacia do Minho, na bacia do curso inferior do Minho	XIX
026	<i>Genius Macelli</i>	151- 250 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
027	<i>Genius Iouis</i> , <i>Genius Martis</i> , <i>Genius Victoriae</i> , meu próprio <i>Genius</i> e + 20 deidades clássicas ^b	171- 230 d.C.	<i>Vicus Oculis</i>	<i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b *Iuppiter Optimus Maximus*, *Iuno Regina*, *Minerua*, *Sol*, *Luna*, todos os deuses, *Fortuna*, *Mercurius Aesculapius*, *Lux*, *Somnus*, *Venus*, *Cupido*, *Caelus*, *Heroes*, *Ceres* e *Dij Sedes Peruiaie*.

Como é possível ver por este Quadro 18, os dados referentes à geografia dos povoados, possivelmente, relacionáveis às inscrições ao deus romano *Genius* são apenas um pouco diferenciados daqueles descritos no Quadro 17 sobre os *Genii* romano-indígenas. Deste modo, as semelhanças e as diferenças em suas manifestações religiosas serão aqui apresentadas.

O que retiramos destes dados é que as epígrafes àquele deus romano, apesar de poucas estão, possivelmente, em sua maioria associados a *uici* (ICICB 021, ICICB 022 e ICICB 027) e capitais de *ciuitates* (ICICB 023, ICICB 025 e ICICB 026), sendo menos frequentes em *mansiones* (ICICB 021), povoados fortificados (ICICB 022) e *uillae* (ICICB 024). Assim, em sua maioria ambos os cultos, possivelmente, se relacionam com povoados que agem como nós ou pontos de apoio viário, sendo nas manifestações religiosas a deidade romana relacionáveis com quase todos os povoados, com exceção daquele, provavelmente, associado a *uilla* em Dume (ICICB 024). Porém, apesar destes aglomerados estarem relacionados às vias, não parecem estar associadas a uma específica, sendo encontrados nas vias XVI, XVIII, XIX e na via *Bracara-Emerita*, além de se encontrarem inscrições a este deus também na capital administrativa de onde partem todos os itinerários da região estudada.

Outra similaridade, é que assim como no culto anterior, parecemos ter uma inscrição ao *Genius* romano associada a um aglomerado de raiz pré-romana, como, por exemplo, no caso da inscrição ao *Genius* do dedicante (ICICB 022) encontrado nas proximidades do Castro de Alvarelhos. Porém, ao contrário da inscrição ao *Genius Tiauranceaicus* (ICICB 002) que possivelmente simbolizava todas as exceções no grupo anterior, sendo inclusive um povoado mineiro, este parece ter se tornado um *uicus* de apoio da rota XVI (Carvalho, 2008, 1: 167; 2008, 2: 83, nº 13140301), situado na bacia do Douro, ou seja, consistindo também em um ponto de apoio da via.

As maiores diferenças aparecem na análise em macroescala, quando parecem ocupar bacias hidrográficas que as manifestações religiosas a deuses romano-indígenas aparentemente não ocuparam, como a bacia do Minho, apesar de dividirem a ocupação das bacias do Cávado e do Ave. Na bacia do Minho, *Tude* (ICICB 025), se encontra no curso inferior daquele rio, enquanto o restante dos povoados relacionáveis ao culto puramente romano desta deidade tutelar encontram-se nas bacias dos cursos médios dos rios: Cávado (ICICB 021), Este (ICICB 026), Ave (ICICB 022) e do Vizela (ICICB 027).

Estas observações nos fazem pensar que após esta análise onde tentamos associar as manifestações religiosas a povoados e a áreas específicas da região estudada estes dois cultos não apresentaram dados muito diferenciados que nos permitisse apenas com estes elementos, afirmar que se tratam todos os vestígios aos *Genii* com epítetos, determinativos ou apenas com o apelativo genérico, sejam romanos ou indígenas, a um culto romano. Sabemos que esta hipótese é levantada por Alarcão (1988a: 159), Carcedo de Andrés (2008: 179), Olivares Pedreño (1999: 346; 2008: 220- 221 e nºs 4 e 9) e Fernandes (2002: 180), entretanto, mesmo vendo semelhanças entre ambas, não nos sentimos confiantes para afirmar que se tratam do mesmo culto romano. Afinal, os possíveis *Genii* romano-indígenas tem epítetos referentes aos topônimos locais, provavelmente baseados nos elementos de destaque da paisagem, o que pode muito bem refletir os cultos indígenas que, possivelmente, têm como base a proteção de um *topos*, sendo este o fator que os atraiu as divindades tópicas.

3.3.2. Os *Lares* na faixa ocídica do *conuentus Bracaraugustanus*

Prosseguiremos este tipo de estudo com uma análise de outra deidade tutelar de culto muito popular na Península Ibérica, os deuses *Lares*. No Quadro 19 e na Figura 7, veremos os

dados referentes: às inscrições nas quais aparecem os *Lares* romanos- indígenas, aos povoados a elas possivelmente associáveis e ao lugar na região por eles ocupado. Sendo estes, resultados de uma observação cuidadosa dos mapas da região, que podem ser vistos no Apêndice V desta dissertação.

Quadro 19- Os *Lares* romano-indígenas no Ocidente brácara

ICIB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
007	<i>Karo</i> <i>Conseruator</i> (?) <i>Lar</i> (?) <i>Lapiteus</i> (?)	151- 230 d.C.	Quinta do Real	Habitat	Romano	Bacia do Lima, na bacia do curso inferior do Lima	-- ^b
008	<i>Lar</i> (?) <i>Lapiteus</i> (?)	151- 230 d.C.	Quinta do Real	Habitat	Romano	Bacia do Lima, na bacia do curso inferior do Lima	---
009	<i>Lar Beiraidagus</i>	101- 230 d.C.	---	---	---	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI
010	<i>Lar? Do</i> (--)	151- 200 d.C.	Pena	Habitat	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	<i>Bracara-Emerita</i>
011	<i>Lar Sefius</i>	151- 250 d.C.	Adaúfe	<i>Villa</i>	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII
012	<i>Lar Talebrigus</i>	151- 270 d.C.	Casa de São Mamede	Casal?	Romano	Bacia do Douro, no curso médio do Sousa	<i>Bracara-Emerita</i>
013	<i>Lar</i> <i>Viū[.]naecus</i>	101- 200 d.C.	Paço de Paredes ^c	<i>Villa</i>	Romano	Bacia do Lima, na bacia do curso inferior do Lima	---

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação; ^c Estaria em um *fanum*, possivelmente ligado a esta *uilla*.

Quadro 19. Os *Lares* romano-indígenas no Ocidente brácara (continuação)

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
014	<i>Lares Anaeci</i>	81- 96 d.C.	Agras de Ordins	Habitat	Romano	Bacia do Douro, no curso médio do Sousa	-- ^b
015	<i>Lares Burici</i>	101- 200 d.C.	Campo da Porta/Igreja paroquial de Carrazedo	<i>Vicus/ mutatio</i> da milha VIII da via XVIII	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII
016	<i>Lares Cerenaeci</i>	101- 200 d.C.	Casa do Outeiro (Quinta Sousa Guedes)	<i>Villa</i>	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

3.3.2.1. Os *Lares* romano-indígenas e os povoados relacionáveis

Em uma perspectiva em microescala, o que nos chama mais atenção, após a observação dos dados do Quadro 19 é, possivelmente a forte presença de aglomerados pertencentes ao mundo rural romano que aparecem associados às inscrições. Como podemos ver os monumentos epigráficos ao *Lar Sefius* (ICICB 011), ao *Lar Talebrigus* (ICICB 012), ao *Lar Viu[.]naecus* (ICICB 013), aos *Lares Burici* (ICICB 015) e aos *Lares Cerenaeci* (ICICB 016) são, provavelmente, relacionáveis a *uillae*, a um possível casal e a um *uicus/mutatio* da via XVIII, apresentados a seguir.

Igreja paroquial de Adaúfe, Adaúfe, Braga

Nos terrenos que envolvem a igreja paroquial de Adaúfe, em uma zona de suave declive (Martins, 1990: 80, n° 54), encontraram-se vestígios de uma possível *uilla* (Cunha, 1961: 1; Carvalho, 2008, 1: 272; Carvalho, 2008, 2: 26, n° 3031103), com um período de ocupação romana e medieval (Carvalho, 2008, 2: 26, n° 3031103), que marginava a via XVIII. Foram ali descobertos, fustes de colunas e cerâmica doméstica e de construção (Martins, 1990: 80, n° 54; Carvalho, 2008, 1: 272; Carvalho, 2008, 2:

26, nº 3031103). A inscrição ao *Lar Sefius* (ICICB 011) foi encontrada nesta freguesia de Braga (Adaúfe). Desconhecem-se as circunstâncias de seu achado.

Casa de São Mamede, Meinedo, Lousada

A Quinta (ou Casa) de São Mamede, está localizada a meia encosta do Monte Felgueiras, a 285m de altitude, sobre o Rio Sousa, voltada a oeste e protegida pela parte sul. Foram ali descobertos fustes de colunas, mós manuais de formato circular, laje com decoração floral geometrizada e a ara ao *Lar Talebrigus* (ICICB 012) (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008: 142, Cód. Inv. MEI3, Nº Carto. 95). Elementos que, em associação com as informações acerca da implantação do sítio e da aptidão agrícola de seus solos, levou Nunes, Sousa e Gonçalves (2008: 142, Cód. Inv. MEI3, Nº Carto. 95) a pensarem na existência, neste local, de um casal rural, que teria sido ocupado desde finais do período romano até a Idade Média.

Casa do Paço de Paredes, União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, Viana do Castelo

Este local tem vestígios de uma *uilla*, um povoado que estaria situado a poucas centenas de metros a norte do nó rodoviário da IC1 e consequentemente da antiga igreja paroquial de Meadela¹⁴⁹, onde foi encontrada a epígrafe ao *Lar Viu[...].naecus* (ICICB 013). O sítio desta igreja seria um provável *fanum* que estaria relacionado ao povoado da Casa do Paço de Paredes (Almeida, 1996, 2: 107- 108, nº 47; Carvalho, 2008, 2: 136, nº 16091701).

Campo da Porta/Igreja paroquial de Carrazedo, Carrazedo, Amares

Neste local e no lugar da Feira Velha, foram encontrados vestígios de um possível *uicus/mutatio* da milha VIII da via XVIII. Esta área corresponde a uma zona plana e bem irrigada, onde foram descobertos vários miliários¹⁵⁰ (cuja proveniência exata se desconhece), grandes quantidades de material laterício (no terreno pertencente ao

¹⁴⁹ De acordo com a informação oferecida pelo Dr. Alberto Antunes de Abreu que fez a escavação no ano de 1990 no local onde ficava a antiga igreja de Meadela, ali estaria situado, possivelmente, um templo romano.

¹⁵⁰ Segundo a obra *Memorial del Marques de Montebelo* (1642: 181) doze grandes colunas com inscrições rodeavam a Igreja de Carrazedo, que ficava próxima ao Solar de Castro. Dois permaneceram no local, enquanto as outras dez foram enviadas para Braga, para o Campo de Sant'Ana por pedido do Arcebispo Dom Fr. Agustin de Castro (Arcebispo Primaz de Braga de 1588- 1609) a Francisco Machado de Silva, o avô do Marquês de Montebelo, dono do Solar de Castro.

passal e propriedades contíguas), fragmentos cerâmicos romanos, a ara *aos Lares Burici* (ICICB 015) (Carvalho, 2008, 2: 11, nº 3010701 e nº 3010702; Barbosa, 2010, nº 0702), uma pedra de granito cilíndrica (Barbosa, 2010, nº 0703) (na casa do Campo da Porta, do lado norte da EN205) e uma ara e vários fustes de colunas (no adro da Igreja paroquial) (Carvalho, 2008, 1: 335 e :346). Na casa paroquial, localizada a sul, estão depositados ainda: uma ara anepígrafe e fustes de colunas (Barbosa, 2010, nº 0702). Segundo informações do pároco, no decorrer das obras que estão sendo feitas no exterior da Igreja, foram retiradas pedras pertencentes a uma estrutura que poderá estar preservada parcialmente (Barbosa, 2010, nº 0702).

Casa do Outeiro ou Quinta Sousa Guedes, Marco, Marco de Canaveses

Neste local, a menos de 1km da Igreja paroquial de Tuías, onde foi encontrada a inscrição aos *Lares Cereñaeci* (ICICB 016), foram descobertos vestígios de uma *uilla*. A descoberta, neste local, de bases de colunas, fustes e pedra de paredes romanas (em grandes quantidades, algumas aproveitadas e outras armazenadas) indicam a existência de uma construção de qualidade. Alguns proprietários dos terrenos e lavradores confirmam também que existem ruínas sob as construções atuais, que estão rodeadas de bons solos agrícolas, o que permite a hipótese de se tratar de uma *uilla* (Dias, 1997: 310, nº 81; Carvalho, 2008, 2: 71- 72, nº 13072702).

Tendo em vista estes resultados, pensamos que talvez seja possível associar as manifestações religiosas aos *Lares* romano-indígenas ao ambiente rural romano. Entretanto, precisamos analisar ainda os povoados possivelmente relacionáveis as outras inscrições que não aparentam se encaixar em nenhuma das categorias discutidas nos tópicos 3.2.2.1. e 3.2.2.2., para os tipos de povoado de raiz romana ou pré-romana. Por essa razão, foram denominados de *habitats* romanos, uma classificação genérica que é aplicada a locais com elementos que não permitem mais do que supor uma ocupação romana (Carvalho, 2008, 2: 2). Este é o caso das povoações associáveis às epígrafes: ao *Lar? Do(- -)* (ICICB 010), aos *Lares Anaeci* (ICICB 014) e aos *Karo Conseruatori(?) Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 007) e *Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 008) mostradas abaixo:

Pena, Brito, Guimarães

Este habitat foi identificado por Sarmento (1901: 117- 118), após a observação na superfície de cerâmica comum e de construção datável do período romano (Sarmento, 1901: 117- 118; Alarcão, 1988c: 17, nº 1/299; Carvalho, 2008, 2: 41, nº 3080702). Está distanciado cerca 1,5km da Igreja paroquial de Brito, onde foi encontrada a inscrição ao *Lar? Do(- -)* (ICICB 010).

Agra de Ordins, Lagares e Figueira, Penafiel.

Em Agra de Ordins, um local a um pouco mais de dois quilômetros de onde foi encontrada a inscrição aos *Lares Anaeci* (ICICB 014), existiu um habitat de ocupação romana. Neste local, a uma cota de 285m, foram descobertos: cerâmica de construção e pedras aparelhadas (Alarcão, 1988c: 27, nº 1/468; Carvalho, 2008, 2: 76, nº 13111603). Próximo a este povoado foi também encontrada uma sepultura de onde foram recolhidos três vasos cerâmicos (Carvalho, 2008, 2: 76, nº 13111603).

Consideramos ser este habitat ao qual a inscrição aos *Lares Anaeci* (ICICB 014) provém, pois é a mais próxima ocupação que possui vestígios romanos. Também poderia se pensar no Alto do Castro. No entanto, as informações acerca deste local não são o suficientes para falar em uma ocupação deste povoado fortificado em plena época romana (Soeiro, 1984: 131). O monumento, então, foi possivelmente levado deste ponto mais alto, em Ordins, de onde se detectaram vestígios de ocupação romana, para a Igreja que se encontra em uma cota mais baixa (200m).

Quinta do Real, União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela, Arcos de Valdevez.

Na Quinta do Real existem vestígios de um habitat romano (Carvalho, 2008, 2: 89, nº 16011401), como por exemplo, fustes de colunas, mós manuais, tijolos e telhas (Pereira, 1923- 1924: 253- 254; Carvalho, 2008, 2: 89, nº 16011401). Redentor (2011, 2: 103- 104, nº 134 e nº 135) acredita que as epígrafes a *Karo Conseruatori(?) Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 007) e *Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 008) se relacionariam, possivelmente, a este local.

De acordo com Almeida e Almeida (2011: 6-8) o microtopónimo deste local é Quincholhos, e de lá foram retirados cerâmicas da Idade Moderna (faianças portuguesas do século XVII), grandes quantidades de *tegulae* e *imbrices* (principalmente na plataforma superior). E ainda, cerâmica de uma fase que estes autores (2011: 6-8) denominaram final do período romano e silhares sumariamente aparelhados de uma construção de época moderna e outros almofadados certamente de época romana. Estes arqueólogos (2011: 7 e :13) também mencionam que estes vestígios se encontram em uma encosta que não aparenta ter características específicas para a implantação de uma casa de habitação, no entanto, este sítio aparentava estar norteado para a exploração agrícola da encosta e do vale que margina o ribeiro que corre na vertente norte e noroeste e para a exploração da floresta e dos pastos daquela encosta.

Pela análise dos achados, Almeida e Almeida (2011: 13) acreditam que a ocupação deste local, tenha acontecido em dois momentos, sendo o primeiro durante o domínio romano, mais especificamente no Alto Império e o outro durante a Idade Moderna.

Após a análise destas descrições dos povoados, podemos, possivelmente dizer que pelo menos o habitat da Quinta do Real, provavelmente associável às inscrições ao *Karo Conseruator(?) Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 007) e ao *Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 008), poderia estar relacionado a uma exploração agro-silvo-pastoril. Entretanto, não nos aventuramos a designá-lo para um tipo específico de povoado romano, sugerindo apenas que se inseria no mundo rural.

Quanto ao habitat de Agra de Ordins, possivelmente relacionável ao monumento epigráfico aos *Lares Anaeci* (ICICB 014), podemos somente dizer que o microtopónimo atual, visível nas Cartas Militares de Portugal à escala 1:25000 (folha 123)¹⁵¹, mostra Agra, um vocábulo proveniente do latim *ager*, *agri*, que significa 'campo', um antónimo de *urbs* (Ernout & Meillet, 2001, *s.v.* *ager*, *-gri*. 14- 15). Desta forma, compreendemos, pelo menos, as suas potencialidades agrárias como mostrado pela análise deste topónimo e pelo fato de estar em uma zona de grande potencial agrícola como o curso inferior do Sousa.

Em relação ao habitat de Pena, não nos aventuramos a discursar mais sobre este, afinal não temos informações sobre trabalhos arqueológicos no local, além da prospecção feita por

¹⁵¹ Fonte: Instituto Geográfico do Exército. [Carta Militar de Portugal- Continente]. Escala [1:25000]. 2012. 1 mapa topográfico. color. :40 x 64 cm. Série M888. Edição 5. Folha 123. Acessível no Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, Portugal, B1VC-PT25-123/5.

Sarmento (1901: 117- 118). Ressaltamos, no entanto, que este se encontra no vale do Rio Ave, uma área que por suas características teria um grande potencial agrícola.

Porém, ainda nos falta à análise do local onde foi encontrado o monumento epigráfico ao *Lar Beiraidagus* (ICICB 009) que não foi possível associar a nenhum povoado por falta de informações acerca desta parte do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Assim, nos limitamos apenas a perceber um grande potencial agrícola da região onde foi encontrado, pois está no curso médio do Este, um local com terras férteis.

Com esta análise em microescala dos povoados relacionáveis às inscrições aos *Lares* romano-indígenas, percebemos que dentre os povoados que podem ser classificados segundo os termos apresentados no tópico sobre povoados de raiz romana, o mais comum são as *uillae*, com três registos (Igreja Paroquial de Adaúfe, Casa do Paço de Paredes e Casa do Outeiro ou Quinta Sousa Guedes), seguidos de um provável casal (Casa de São Mamede) e de um *uicus/mutatio* (Campo da Porta/Igreja paroquial de Carrazedo). Apesar, de não serem todos os registos associáveis ao mesmo tipo de sítio romano, acreditamos ver uma possível tendência destas manifestações religiosas estarem presente no mundo rural, tendo em vista que nenhuma apareceu em um habitat que poderia ser considerado até o momento, urbano.

E ainda mais, se pensarmos como veremos no próximo tópico, que o aglomerado do Campo da Porta/Igreja paroquial de Carrazedo, está na zona de montanha delimitada por Carvalho (2008, 1: 328- 359), que se estrutura ao longo da via XVIII, podemos propor uma possível ligação essencialmente a núcleos de exploração agrícola. Neste local, principalmente na realidade do vale por onde passa esta via e onde este agrupamento está situado, vê-se, um povoamento disperso, que provavelmente se regeu pela mobilidade das populações dos povoados fortificados abandonados maioritariamente no período anterior ao domínio romano, seguindo, possivelmente, para os povoados abertos de apoio a via. Nestes admissivelmente desenvolveu-se atividades agro-silvo-pastoris, além daquelas de apoio viário ou produção artesanal, afinal neste local não se têm registos de *uillae* e nem de casais, o que foi, provavelmente, suprido pelas *mutationes* que acabaram por desenvolver estas atividades econômicas (Carvalho, 2008, 1: 328- 359 e :419), um fenómeno que pode ter acontecido com aquele *uicus*.

Deste modo, talvez possamos associar as manifestações religiosas aos *Lares* romano-indígenas a um ambiente rural e de atividade agrícola e pastoril, devido não só aos tipos de sítios

que estão possivelmente mais associados a eles como, as *uillae*, casais e *uicus/mutatio* da via XVIII como também pelas características da paisagem onde estão instalados. No entanto, ainda precisamos entender mais sobre o território onde se instalaram estes povoados para percebermos se podemos continuar investindo nesta hipótese, assim partiremos no próximo tópico para uma análise em macroescala que poderá consolidar a conjectura levantada. Posteriormente, trataremos das diferenças nas zonas de ocupação em comparação com os povoados e partes da região estudada relacionáveis aos *Lares* romanos, procurando diferenças e semelhanças entre estes.

3.3.2.2. Os *Lares* romano-indígenas no Ocidente brácario

Partindo para um olhar em macroescala, analisaremos a presença dos povoados possivelmente relacionáveis aos *Lares* romano-indígenas na região estudada, observando as áreas em que se encontram e as vias as quais estes se relacionam.

Em uma análise em conjunto destes aglomerados, visíveis na Figura 7, percebemos que estes ocupam somente as bacias do Lima, do Cávado, do Ave e do Douro, sendo que são mais frequentes na bacia do Douro, com três possíveis povoados relacionáveis: Quinta de São Mamede (ICICB 012), Agra de Ordins (ICICB 014) e Casa do Outeiro (ICICB 016). Nesta bacia, tendem a ocupar os afluentes do principal rio, ou seja, o Sousa e o Tâmega, em seus cursos médios. Em seguida, vemos uma maior presença nas bacias do Lima e do Cávado, com dois registos em cada uma. Na bacia do Lima, notamos os agrupamentos em Paços de Paredes (ICICB 013) e na Quinta do Real (ICICB 007 e ICICB 008) e na bacia do Cávado, os aglomerados de Adaúfe (ICICB 011) e de Campo da Porta/Igreja Paroquial de Carrazedo (ICICB 015). Estes últimos localizados próximos à via XVIII, sendo que o primeiro se distancia da capital administrativa cerca de 6,7km (ou seja, ainda no seu raio de influência) e o segundo cerca de 13,4km, na zona de vale por onde passa a via Nova. Por fim, tem-se apenas um registo na bacia do Ave, no curso médio de seu principal rio, o habitat de Pena, em Brito (ICICB 010).

Esta abordagem acabou por nos mostrar que as regiões onde a maioria dos povoados provavelmente, relacionáveis às inscrições aos *Lares* romano-indígenas, são áreas que, possivelmente, sempre conheceram uma intensa ocupação, seja em período pré-romano ou romano e foram locais sujeitos a intensas trocas com outros povos antes do período da conquista (Carvalho, 2008, 1: 187), sendo que dois se circunscrevem nas “janelas de trabalho”

pensadas por Carvalho (2008, 1: 238- 286, :328- 359 e : 361- 409) para o povoamento durante o período romano. Como já mencionado, a *uilla* de Adaúfe (ICICB 011), localizada na via XVIII, se relacionaria com a periferia da cidade de *Bracara Augusta*. Como tantas outras *uillae* e casais desta região, se situava próxima a uma via, que auxiliava na comunicação com a capital e com o escoamento de sua produção. A cidade era, assim, abastecida, mas por sua vez, também atuaria, no armazenamento e redistribuição daqueles produtos, abrindo para esses estabelecimentos agrícolas mercados para a sua produção. Uma relação, possivelmente, diferente do que vemos no núcleo agrupado do Campo da Porta/Igreja paroquial de Carrazedo (ICICB 015), que talvez não se encontrava na mesma zona de influência da capital que a anterior. Na verdade, a região que ocupa, também ao longo da via XVIII, em seu traçado ainda em baixa altitude, possuía povoados de apoio viário que, provavelmente, atuavam também na produção agro-silvo-pastoril, já que ainda não foram identificadas nestes locais *uillae* ou casais.

Deste modo, reparamos que não são áreas com o que se diria de contacto tardio com os romanos, que produziram estas manifestações religiosas, são na verdade locais que conheceram fortemente a presença romana, se instalando possivelmente em habitats de raiz romana, de forma que é possível que a maioria destes povoados estivessem associados às atividades agro-silvo-pastoris. E ainda observamos que não há uma diferenciação nas áreas analisadas que assimilaram os *Lares* romano-indígenas com o apelativo genérico no plural ou singular. Uma observação que nos indica que, provavelmente, não existiram áreas em que era preferível a utilização deles no singular e no plural e que esta escolha, possivelmente, não era regida pelo substrato indígena, já que ambas acabaram por provavelmente partilhar do mesmo.

Em relação à proximidade destes povoados às vias principais, é curioso notar que acontecem principalmente ao longo da via *Bracara-Emerita* [Pena (ICICB 010), Quinta de São Mamede (ICICB 012) e Casa do Outeiro (ICICB 016)] e da via Nova [Adaúfe (ICICB 011) e Campo da Porta/Igreja Paroquial de Carrazedo (ICICB 015)], no entanto, apenas um desenvolve atividades de ponto viário. Deste modo, ao contrário do que se provavelmente, percebe para as inscrições aos *Genii* romano-indígenas, cuja maioria atua como nós viários, alguns em ambiente urbano e outros em rural, as manifestações aos *Lares* romano-indígenas parecem estar ligadas a características específicas, que possivelmente incluiriam o ambiente rural.

3.3.2.3. Os *Lares* romanos e romano-indígenas: uma comparação da geografia

Após a análise dos povoados e das áreas nas quais as inscrições aos *Lares* romano-indígenas estariam possivelmente relacionados viramo-nos agora para uma análise rápida dos dados acerca dos *Lares* romanos, a fim de perceber se acabaram por, provavelmente, se relacionar com as mesmas áreas e se também estão associados a povoados do mundo rural e agrário. Os dados referentes a estes *tituli* são apresentados na Figura 7 e no Quadro 20, visto a seguir:

Quadro 20- Os *Lares* romanos no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
068	<i>Lares Marini</i>	101- 200 d.C.	<i>Cale</i>	<i>Capital de ciuitas</i>	Idade do Ferro/ Romano	Bacia do Douro, bacia do curso inferior do Douro	XVI
069	<i>Lar Patrius</i>	101- 150 d.C.	Castro de Irivo	Castro	Idade do Ferro/ Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Sousa	-- ^b
070	<i>Lares Viales</i>	151- 270 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
071	<i>Lares Viales</i>	101- 150 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
072	<i>Lares Viales</i>	101- 150 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Quadro 20- Os *Lares* romanos no Ocidente brácara (continuação)

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
073	<i>Lares Viales</i>	151- 250 d.C.	Monte do Castelo (Castro de Moldes)	Castro	Idade do Ferro/Romano	Bacia do Neiva, na bacia do curso inferior do Neiva	-- ^b

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Começando por uma análise em microescala como fazemos para as outras manifestações religiosas, procuraremos analisar primeiramente os tipos de sítios a eles possivelmente referentes. Como podemos ver pelo Quadro 20, é muito comum estarem associados ao mundo urbano, já que 4 das 6 inscrições aos *Lares* romanos, foram encontrados em capitais de *ciuitates* como *Cale* [*Lares Marini* (ICICB 068)] (Carvalho, 2008, 2: 79, n° 1312401) e *Bracara Augusta* [*Lares Viales* (ICICB 070, ICICB 071 e ICICB 072)], que é inclusive a capital do *conuentus* brácara. As duas restantes, estão possivelmente relacionadas a povoados fortificados de categoria A [Castro de Moldes (ICICB 073)] (Carvalho, 2008, 2: 133, n° 16091001) e C [Castro de Irivo (ICICB 069)] (Carvalho, 2008, 2: 76, n° 13111502), sendo que o primeiro foi, admissivelmente, um lugar central durante a Idade do Ferro (Carvalho, 2008, 1: 205, n.37). As diferenças para o culto aos *Lares* romano-indígenas são, neste caso, claras, afinal, não vemos registos de capitais de *ciuitates* naqueles e nem de núcleos agrupados de origem pré-romana. Os *Lares* romanos parecem, provavelmente, ser de ambiente urbano, relacionáveis a lugares que ocupavam posições centrais no território envolvente, constituindo esta talvez a maior diferença entre ambas as manifestações religiosas.

Em macroescala, ocupam espaços apenas parcialmente diferentes. Enquanto os *Lares* romano-indígenas podem ser vistos nas bacias do Lima, do Cávado, do Ave e do Douro, os *Lares* romanos estão nas bacias do Neiva, do Cávado, do Ave (sendo que estas duas dividiram os vestígios da cidade de *Bracara Augusta*) e do Douro. Se pensado por número de povoações que tiveram estas manifestações, a bacia do Douro também é a que se têm mais registos, enquanto que por número de inscrições seriam as bacias do Cávado e do Ave, que contam com as três epígrafes ao *Lares Viales* da capital do *conuentus*. Quanto á relação entre estes povoados e o eixo viário, podemos dizer que em geral não aparentam estarem ligados a vias específicas, mas

sim a nós viários, como *Bracara Augusta* e *Cale*, não sendo esta uma regra geral, afinal aquelas inscrições que foram encontradas em povoados fortificados (ICICB 069 e ICICB 073) estão relacionadas apenas com os cursos dos rios Sousa e Neiva e os quais não temos registos de sua importância enquanto pontos de apoio de vias fluviais.

Esta análise da relação das inscrições aos *Lares* romano-indígenas e o território que ocupam, possibilitou uma melhor compreensão do culto a estas deidades. Percebemos que estes deuses, estariam possivelmente ligados, ao meio rural, em povoados que exercem funções agro-pastoris, enquanto que os *Lares* romanos estariam, provavelmente ligados ao meio urbano, podendo se relacionar com nós viários, apesar desta não ser uma regra geral. Além destas observações, compreendemos também que ao contrário do que seria expectável, são os *Lares* romanos que provavelmente acabaram por se relacionar a povoados fortificados de origem pré-romana, e que sobreviveram durante o período de ocupação romana, enquanto que os *Lares* romano-indígenas parecem presumivelmente se relacionar a povoados de raiz romana. Também percebemos que a zona na qual se encontram mais vestígios estas manifestações religiosas aos *Lares* romanos e romano-indígenas é a bacia do Douro, sendo ausentes nas bacias do Leça, do Âncora, do Minho e da Costa da Galícia.

3.3.3. *Mars* na fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*

Depois dos *Lares* e dos *Genii* romano-indígenas, o Marte romano-indígena é o deus com epítetos e determinativos indígenas, com mais vestígios. No entanto, são apenas três inscrições que foram encontradas no território da fachada ocidental do convento brácara, um número ínfimo em relação ao *corpus* de inscrições votivas da região estudada. Tentaremos fazer neste tópico o mesmo daqueles anteriores, tentando relacionar as epígrafes a Marte aos povoados mais próximos e buscar perceber se há uma ligação a um tipo específico de sítio, observando ainda se existiram zonas em que estes apareciam mais. E, por fim, todos estes dados serão comparados com aqueles do Marte romano, para entender as semelhanças e diferenças entre estas manifestações religiosas. Os dados gerais que são relacionáveis aos *tituli* ao Marte romano-indígena e o território que eles ocupam são, assim, apresentados na Figura 8 e resumidamente no Quadro 21.

Quadro 21- O Marte romano-indígena no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
017	<i>Mars Cairiogiegus</i>	101- 200 d.C.	<i>Tude</i>	Capital de <i>Ciuitas</i>	Romano / Suevo-visigótico	Bacia do Minho, na bacia do curso inferior do Minho	XIX
018	<i>Mars Cariecus</i>	251- 300 d.C.	Capela de Santa Eulália	Casal?	Romano	Bacia do Lima, na bacia do curso inferior do Lima	-- ^b
019	<i>Mars Tarbuceli</i>	101- 200 d.C.	Fonte de São Vicente	Habitat	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

3.3.3.1. O Marte romano-indígena e os povoados relacionáveis

Em uma abordagem em microescala, começamos o nosso estudo sobre estas manifestações religiosas, observando que no Quadro 21, os dados fornecidos nos mostram que, possivelmente, não existiu um tipo de sítio específico que cultuou o Marte romano-indígena. Afinal, estas manifestações, são possivelmente relacionáveis a: uma provável capital de *ciuitas* (ICICB 017), um possível casal rural (ICICB 018) e a um habitat (ICICB 019). Para uma melhor compreensão destes sítios, apresentamos as suas descrições:

San Bartolomé, Rebordáns, Tui

Tude foi uma sede de *ciuitas* romana, que teve como provável povoado principal de origem o *castellum Tyde*, mencionado por Plínio (*N.H.*, 4, 112). Um núcleo agrupado fortificado que, segundo Pérez Losada (2002: 61- 62 e :70), coexistiu com a cidade em seus primeiros anos, sendo abandonado (ou radicalmente transformado) para dar lugar a este novo assentamento romano adjacente.

Circunscrita no território originário dos *Grouii* (Pérez Losada, 2002: 63- 64; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266), um *populus* que habitava numerosos povoados fortificados na bacia inferior do Minho, a *ciuitas Tudensis*, surgiu após o

período Flávio e durante o século II d.C., se consolidando verdadeiramente no século III d.C. (um desenvolvimento tardio causado pela centralidade proporcionada pelo *castellum Tyde*, ainda na época da dinastia Flávia). Sua área, enquanto *ciuitas*, assemelhava-se, possivelmente, àquela da etnia pré-romana, compreendendo 2.000 km², marcados pela costa a oeste, pelo rio Verdugo a norte, pelas serras do Suído, Faro de Avión e Peneda- Laboreiro a oriente, e pelo rio Lima ao sul, fazendo fronteira com as *ciuitates Cileni, Querquerni e Bracari* e compreendendo importantes *uici*, como: Vigo a norte e Ponte de Lima a sul (Pérez Losada, 2002: 63- 64).

O povoado que seria a sede desta vasta área se estabeleceu na periferia urbana da atual cidade de Tui, nos campos de Santa Eufémia, Manteigada e San Bartolomé, a uma cota de 10-25m. Era uma povoação aberta de 28 hectares com uma malha urbana pseudo-hipodâmica com o centro cívico (com a possível presença de um templo e de um *forum*) (Pérez Losada, 2002: 70-72 e 84-85; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266) localizado na atual localidade de Santa Eufémia, sendo a área de San Bartolomé, onde foi descoberta a inscrição a *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017), a parte sudeste deste aglomerado (Pérez Losada, 2002: 70- 72 e 84).

Suas principais funções eram político-administrativas e viárias, já que era sede de uma *ciuitas* e *mansio* oficial da via XIX. Seu reconhecimento na rede viária pode ser comprovado, por exemplo, pela sua menção em dois miliários (*EE*VIII: 457, nº 209 e *EE* IX: 153, nº 418) (Pérez Losada, 2002: 63) e também pelo fato de se situar em uma importante via romana e em confluências marítimo-fluviais do Minho (Pérez Losada, 2002: 86; Martins, Lemos, Pérez Losada, 2005: 266). Deste modo, *Tude* deveria oferecer prestação de serviços viários e de mercado, além de também servir de posto para cobrar taxas de passagem do rio e receptora de tributos (Pérez Losada, 2002: 86).

Capela de Santa Eulália, Refóios do Lima, Ponte de Lima

O material encontrado no sítio onde atualmente se situa a Capela de Santa Eulália e as propriedades circunvizinhas são: um capitel cavado em forma de pia, *tegulae* inteiras, *imbrices*, fustes em granito, pedras almofadadas presentes no alicerce da capela e a ara a *Mars Cariecus* (ICICB 018). Estes indicam que ali, possivelmente, teria existido um pequeno templo, uma necrópole e uma casa de campo, em uma organização que indicaria, um provável casal, centrado ao redor de um pequeno templo

ou *fanum* rural. Este faria o arroteamento de uma vasta campina, agricolamente fértil, que se estenderia dos seus arredores até ao sopé do morro (Almeida, 1996, 1: 217-219, n.º 133). A capela, de onde provém a inscrição mencionada acima, poderia ter sido construída sobre o *podium*¹⁵² deste pequeno templo, como é sugerido pelas pedras talhadas, com restos de almofadado, na parte inferior das paredes e pelo capitel toscano que serviu, posteriormente, de pia (Almeida, 1990: 149; Carvalho, 2008, 2: 118, n.º 16073704).

Fonte de São Vicente, Braga (São Vicente), Braga

No sopé da vertente Oeste do monte Montariol (312m), em um terreno parcialmente abrangido pela ‘pedreira’ ali existente, encontra-se uma nascente de água popularmente conhecida por Fonte de São Vicente. Nesta, a água brota de uma rocha na qual foi talhada, em um formato de tanque quadrado de pequenas dimensões e com bordos rebaixados (Fontes, 1993: 73; Carvalho, 2008, 2: 33-34, n.º 3033103; Carvalho & Mendes, 2010: 160), o que morfológicamente se enquadraria no formato de uma *archa petrinea*, que usualmente servia de marco para delimitação dos termos medievais. Próximo a ela, segundo a informação de um lavrador que trabalhava nos campos agrícolas próximos, foi encontrada uma “pedra com letras”, que se tratava, provavelmente da inscrição à *Mars Tarbuceli* (ICICB 019) (Fontes, 1993: 73; Carvalho, 2008, 2: 33-34, n.º 3033103), que estava em dos muros vizinhos à fonte (Carvalho, 2012: 160). Também foram descobertos no local: fragmentos de tijolo e tégula (Fontes, 1993: 73; Carvalho, 2008, 2: 33-34, n.º 3033103). Estes indícios apontam, então, para uma utilização não só medieval daquele espaço, mas também romana, entretanto, devido à exiguidade de achados, é preferível apenas classificá-lo como habitat (Fontes, 1993: 73).

Como é possível perceber por estas descrições não podemos estabelecer um tipo específico de sítio, ou situações comuns que liguem estes povoados que provavelmente produziram as manifestações religiosas ao Marte romano-indígena. Na verdade, conseguimos

¹⁵² Um maciço elevado acima do solo, que comporta normalmente paredes e que suporta um (ou mais) edifícios. (Ginouvès, 1992, *s.v.* *podium*: 13, n.º 5.2.4).

provavelmente apenas estabelecer que estes só tiveram uma ocupação a partir do domínio romano, ou seja, são aglomerados de raiz romana. Entretanto, não conseguimos estabelecer se este é possivelmente um culto típico do âmbito rural ou urbano como, possivelmente, para o culto aos *Lares* romanos e romano-indígenas, afinal temos registo das duas formas nos núcleos agrupados apresentados, sendo um encontrado, possivelmente, em ambiente urbano (ICICB 017) e dois em ambiente rural (ICICB 018 e ICICB 019). E ao contrário das manifestações aos *Genii* romano-indígenas e ao *Genius* romano, não podemos levantar a hipótese de que se relacionam a nós viários ou a estabelecimentos de apoio ao itinerário, afinal o povoado encontrado na Capela de Santa Eulália (ICICB 018), se situa a quase 7km da via XIX. Assim, resta-nos perceber se há uma área do território que tenha mais vestígios destas manifestações religiosas, para tentarmos perceber mais da distribuição destas pela fachada ocídua do convento brácaro.

3.3.3.2. O Marte romano-indígena no Ocidente brácaro

Os fatores geográficos, como as montanhas e vales de rios, sempre foram uma influência óbvia na distribuição de povoamento de qualquer região (Woolf, 2004: 88), por isso procuraremos se estas também serviram como elementos decisivos para uma geografia destas manifestações, mas especificamente, neste tópico, para o Marte romano-indígena.

Quanto aos povoados possivelmente associáveis a este deus romano-indígena, percebemos que estes tendem a se localizar na faixa a norte da capital administrativa do convento brácaro, provavelmente, em zonas de vales de rios ou em proximidade de fontes de água, como *Tude* (ICICB 017) (no vale do curso inferior do Minho), Capela de Santa Eulália (ICICB 018) (no vale do curso inferior do Lima) e Fonte de São Vicente (ICICB 019). Sendo assim, como podemos ver pela Figura 8, os vestígios encontrados se localizam nas bacias hidrográficas do Minho, do Lima e do Cávado.

Essas regiões que ocupam possuem, possivelmente, características diferentes umas das outras. A zona, por exemplo, onde foi encontrado o monumento epigráfico ao *Mars Tarbuceli* (ICICB 019), a Fonte de São Vicente, se encontra, admissivelmente, no raio envolvente da periferia de *Bracara Augusta*, onde provavelmente se instalaram estabelecimentos de exploração de recursos, como *uillae* e casais, ligados as vias primárias, secundárias e terciárias com aquela cidade. Já a inscrição ao *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017), foi encontrada no vale do curso baixo

do Minho, uma zona totalmente diferente da anterior, onde apesar da boa capacidade agropecuária eram, possivelmente ausentes os povoados de raiz romana, como as *uillae* e casais, que ali não se desenvolveram, presumivelmente, por causa da sobrevivência dos povoados de raiz pré-romana encontrados naquela área. E esta por sua vez, se difere da situação encontrada no Lima, no local do voto ao *Mars Cariecus* (ICICB 018), onde apesar da possível sobrevivência dos grandes *oppida*, que acabaram por se modificar a partir do contacto com os romanos, também existiram casais rurais, como aquele na Capela de Santa Eulália.

Desta maneira, o que percebemos não só com o Quadro 21, mas também pela Figura 8, é que o Marte romano-indígena, possivelmente, se associou a núcleos agrupados de raiz romana, de hierarquias diferenciadas, ocupando, provavelmente, o território do interior da fachada ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, estando, a norte de sua capital administrativa. Suas localizações parecem indicar uma possível ligação entre a escolha dos habitats e dos núcleos agrupados a água, que não parece se confirmar nos epítetos de base toponímica, vista no capítulo 2, que, provavelmente, mencionam outros elementos destacados da paisagem, como pedras, rochas e montes. Outro elemento, que percebemos foi que cada um dos povoados relacionáveis a estes votos, possivelmente ocupou uma região com características de povoamento diferentes uma das outras, se situando nas bacias dos cursos inferiores do Minho, do Lima e no curso médio do Cávado. Deste modo, podem possivelmente ter desenvolvido funções diferentes em cada território, podendo assumir funções agrícolas no caso do *Mars Cariecus* (ICICB 018) encontrado no casal rural romano, ou purificadoras no caso do *Mars Tarbuceli* (ICICB 019) por causa da Fonte de São Vicente, uma fonte de água, e de proteção da comunidade no caso do *Mars Cairiogiegus* (ICICB 017) de *Tude*. No entanto, também podem, admissivelmente ter assumido todos esta última função, já que esta parece ser uma característica do substrato religioso indígena.

3.3.3.3. Marte romano e o romano-indígena: uma comparação da geografia

Na mesma linha que os tópicos anteriores, faremos nesta parte uma comparação entre ambas as manifestações religiosas, para percebermos se existem semelhanças ou diferenças entre eles em matéria de território e de características de povoados que os cultuavam. Sabemos que Marte, era um deus do culto público romano e como tal deveria ser respeitado por todas as

comunidades do Império, sendo portanto expectável que aparecesse em regiões onde o contacto com a cultura romana foi intenso. Sendo assim, voltamos o nosso olhar para os dados da Figura 8 e do Quadro 22.

Quadro 22- Marte romano no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romana	Datação	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
074	<i>Mars</i>	131- 230 d.C.	Cabanas	Casal?	Romano	Bacia do Âncora, na bacia do curso médio do Âncora	- - *
075	<i>Mars</i>	1- 100 d.C.	Cabanas	Casal?	Romano	Bacia do Âncora, na bacia do curso médio do Âncora	- - -
076	[<i>Mars</i>]	1- 130 d.C.	Castro de Alvarelhos	Castro / <i>Vicus</i> da via XVI	Bronze Final/ Idade do Ferro/ Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	XVI

* De acordo com Redentor (2011, 2); * Sem informação.

Como nas manifestações religiosas ao Marte romano-indígena, temos três registos de epígrafes ao Marte romano. Entretanto, é evidente a diferença do que era expectável sobre os povoados que albergariam este e a realidade, afinal não o vemos associável a nenhuma cidade, os centros difusores da cultura romana, mas sim a um provável casal rural (ICICB 074 e ICICB 075) (Carvalho, 2008, 2: 92, nº 16021302) e a um povoado fortificado que foi romanizado e que se tornou um ponto de apoio viário na via XVI (ICICB 076) (Carvalho, 2008, 1: 167; 2008, 2: 83, nº 13140301).

A primeira diferença que notamos entre ambos os conjuntos de manifestações religiosas é em relação aos próprios tipos de sítios aos quais estão possivelmente relacionados, afinal estes não se encontram associáveis somente a núcleos agrupados de raiz romana como os *tituli* a deuses romano-indígenas, mas também a um de raiz pré-romana que acabou por se transformar em *uicus* da via XVI, o Castro de Alvarelhos (ICICB 076), o qual também está, possivelmente, relacionado o achado da inscrição a um *Genius* romano (ICICB 022).

A segunda é de que estes se encontram em dispersos pelo território, enquanto o Marte romano-indígena encontrava-se no interior do convento, em manifestações encontradas principalmente a norte de *Bracara Augusta*. Estes votos ao deus romano se encontravam mais próximos do litoral, em zonas onde não se têm registos de manifestações religiosas aos deuses romano-indígenas correspondentes, como na bacia do Âncora e na Bacia do curso médio do

Ave. Na bacia do Âncora, o povoado de Cabanas (ICICB 074 e ICICB 075), encontra-se na bacia do curso médio daquele rio, relativamente próximos da desembocadura da Ribeira Gondar. Na Bacia do Ave, o Castro de Alvarelhos (ICICB 076), ocupa uma área entre o Rio Ave e o limite de sua bacia, estando afastado daquela região percebida como entre o Este e o Vizela, onde vêm-se muitos registos de deidades romano-indígenas.

Desta maneira, as manifestações religiosas ao Marte romano, possivelmente se diferem em alguns elementos daquelas ao deus romano-indígena equivalente, afinal enquanto umas estão no litoral, tanto a norte quanto a sul de *Bracara Augusta*, as outras estão no que seria o interior da fachada ocidental convento e a norte da capital administrativa. E ainda, enquanto o Marte romano-indígena seria possivelmente associável a povoados de raiz romana de hierarquias diferentes e presentes tanto em âmbito urbano quanto rural, o Marte romano se encontra relacionável admissivelmente tanto a núcleos agrupados de raiz pré-romana quanto romana, aparentando, possivelmente, estar mais ligados ao ambiente rural.

3.3.4. As *Nymphae* no Ocidente brácara

Como temos percebido ao longo desta dissertação, o número infimo de inscrições aos deuses romano-indígenas e aos romanos equivalentes, limitam muito conclusões mais gerais e afirmações seguras acerca destes cultos na área estudada. Entretanto, existem cultos com ainda menos registos que aqueles aos *Genii*, aos *Lares* e ao Marte com epítetos ou determinativos indígenas. Os cultos as Ninfas, a *Iuno* e a *Iuppiter* romano-indígenas possuem apenas um indício de sua existência, o que impossibilita conclusões aprofundadas dos substratos que as geraram. Na fachada ocidua do *conuentus Bracaraugustanus*, só conhecemos o vestígio relativo às *Nymphae Lupianae* que classificamos como romano-indígenas (ICICB 020), por possuírem um epíteto tópico que, possivelmente, remanesce ao substrato indígena. Este, como vimos no 2º capítulo, pode ter como base um hidrónimo ainda não identificado. Seus dados são apresentados no Quadro 23.

Quadro 23- As *Nymphae* romano-indígenas no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
020	<i>Nymphae Lupianae</i>	101- 200 d.C.	-- ^b	---	---	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	---

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Como podemos ver por este quadro, a inscrição às *Nymphae Lupianae*, não pode ser associada a nenhum povoado, pois nenhum núcleo agrupado de ocupação durante o período romano foi encontrado em um raio 2,5 km. Na verdade, os aglomerados mais próximos seriam o possível *uicus Oculis* (a 3,7km) (Alarcão, 2004b: 206), ou o plausível pequeno aglomerado de **Laquinia/ *Laquiniium* (Redentor, 2011, 1: 291), ligado provavelmente à manifestação religiosa ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) (a 3,6km) ou ainda o Campo das Penhas, um habitat romano, associável a uma inscrição a *Iuppiter Optimus Maximus* (ICICB 061) (a 3,1km). Deste modo, por não termos certeza de qual destes podem se associar a este monumento epigráfico, preferimos fazer uma análise levando em consideração características em comum destes povoados, com uma ocupação inicial a partir do período romano.

Quanto à zona onde esta epígrafe (ICICB 020) foi encontrada, como algumas outras inscrições aos deuses romano-indígenas que temos visto (Figura 9), estava na bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela, uma área de intensa ocupação durante a Idade do Ferro e um local onde sobreviveram os grandes povoados fortificados durante o período inicial de ocupação romana (Carvalho, 2008, 1: 187- 188). O rio, então, ao qual aquele epíteto estaria relacionado era, provavelmente, o Vizela, dado o seu destaque na paisagem, uma hipótese levantada anteriormente por Redentor (2011, 1: 363), que menciona, inclusive, que este epíteto teria possivelmente a mesma raiz que o etnónimo *Lubaeni*, um *populus* que de acordo com este autor ocuparia o curso superior do Vizela, provavelmente nas Terras de Basto.

As inscrições às Ninfas romanas, entretanto, não se encontram muito longe desta região, podendo ter ocupado às áreas próximas como podemos ver pela Figura 10 e pelo Quadro 24.

Quadro 24- As Ninfas romanas no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
077	<i>Nymphae</i>	201- 270 d.C.	Caldelas	<i>Vicus</i>	Romano	Bacia do Cávado, no vale do curso médio do Homem	-- ^b
078	<i>Nymphae</i>	201- 270 d.C.	Caldelas	<i>Vicus</i>	Romano	Bacia do Cávado, no vale do curso médio do Homem	---
079	<i>Nymphae</i>	131- 230 d.C.	São João da Ponte	Habitat	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	<i>Bracara-Emerita</i>
080	<i>Nymphae</i>	101- 170 d.C.	---	---	---	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	---

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

As *Nymphae* romanas são, provavelmente, associados a povoados de raiz romana como: Caldelas, um possível *uicus* termal (ICICB 077 e ICICB 078) (Carvalho, 2008, 1: 215; 2008, 2: 10, n° 3010601) e a um habitat em São João da Ponte (ICICB 079) (Carvalho, 2008, 2: 43, n° 3083802)¹⁵³ situados, respectivamente, no vale do curso médio do Homem, na bacia hidrográfica do Cávado e na bacia do curso médio do Ave. Deste modo, vemos que talvez as manifestações religiosas às *Nymphae* romanas e à romano-indígena possam estar associadas aos povoados de raiz romana. Entretanto, a ausência de dados sobre os núcleos agrupados referentes aos monumentos epigráficos as *Nymphae Lupianae* (ICICB 020) e as *Nymphae* (ICICB 080), nos impedem de confirmar esta hipótese. As áreas do território que ocupam, o vale do curso médio do Homem (ICICB 077 e ICICB 078) e a bacia do curso médio do Ave, são muito próximos das regiões que viemos identificando com as manifestações romano-indígenas, percebidos nos tópicos anteriores como a bacia do curso médio do Cávado ao longo da via XVIII e as margens do rio Ave e do Vizela.

O que vimos, então, é que as manifestações religiosas tanto às *Nymphae* romanas quanto às romano-indígenas estavam, possivelmente, associadas a povoados de raiz romana situados nas bacias do Cávado e do Ave. Sendo assim, se encontrariam, admissivelmente, em áreas que tinham uma intensa ocupação durante o período pré-romano e onde existiam muitos

¹⁵³ Quanto a inscrição às Ninfas (ICICB 080) encontrada no centro histórico de Guimarães, não foi possível associá-la a nenhum povoado seja ele, de raiz romana ou pré-romana, por isso, trabalhamos apenas com os dados que conseguimos levantar em nossos estudos.

estabelecimentos termais, que são geralmente associados a estas divindades, apesar de nem todas se encontrarem relacionadas a estes agrupamentos de funções termais.

3.3.5. *luno* no Ocidente brácara

Outra deidade romana- indígena que também possui apenas um vestígio de culto na fachada ocidental do convento brácara é *luno*, vista aqui, possivelmente, como *luno* dos *lururnae*. Os dados referentes ao possível povoado associado a ela e a zona que este ocupava são apresentados na Figura 9 e no Quadro 25.

Quadro 25- *luno* romano-indígena no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação*	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
005	<i>luno</i> <i>lururnarum</i>	159 d.C.	Monte Cristello	Habitat	Romano?	Entre as bacias do Ave e do Douro, na bacia do curso superior do Sousa	<i>Bracara-Emerita</i>

* De acordo Redentor (2011, 2).

Como podemos ver a única inscrição que faz referência a uma *luno* romano-indígena no Ocidente brácara encontra-se no Monte Cristello, um possível habitat romano, ainda de difícil delimitação, como é possível perceber na descrição a seguir:

Monte Cristello, União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure, Felgueiras.

Segundo Argote (1734: 464, nº 763 e nº 764), não há dúvidas que ali existiria um povoado romano, já que relatos ouvidos por ele diziam que no local existiria a antiga cidade de Pegas, também mencionada por Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 57, nº 12, Título I, Capítulo I, § 4), que fez o primeiro registo da inscrição a *luno* dos *lururnae* (ICICB 005). As tentativas de localização deste possível povoado, resumem-se aos trabalhos de Sarmiento (1884: 181), Freitas (1960: 10) e Alarcão (2006: 138). O primeiro (1884: 181) informa que seguindo a Igreja de São Martinho para o alto do monte nascente encontram-se vestígios da possível povoação como fragmentos de louça

e de telha romana, espalhados em uma área ampla, que tornava difícil delimitar os limites do possível povoado (Sarmiento, 1884: 181). Já o segundo autor (1960: 10) o identificou a oeste do Campo da Bouça Nova, em Penacova, dentro da freguesia de Felgueiras, em um patamar de cota de 400m próximo de onde se regista o microtopónimo de Casas Velhas de Pegas (Alarcão, 2006: 138). E por fim, Alarcão (2006: 138) que também menciona esta hipótese de Freitas (1960: 10), acredita que naquele local poderia ter existido um santuário rupestre, sobranceiro a alguma povoação romana de importância. Entretanto, para este arqueólogo (2006: 138) os registos arqueológicos encontrados até o momento no local não são suficientes para definir se ali teria existido um povoado ou um santuário rupestre.

Foram encontrados ali também: uma estátua de pedra e alicerces de pedra lavrada (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]: 57, nº 12, Título I, Capítulo I, § 4; Argote, 1734: 463- 464, nº 762), além das inscrições rupestres *CIL* II 2409b, *CIL* II 2409c, *CIL* II 2409d, *CIL* II 2409e e *CIL* II 2409f.

Esta vaga descrição, deve-se a aparente ausência de trabalhos de cunho arqueológico na região, afinal a localização deste sítio ainda não é certa, de modo que não se tem mais registos sobre este possível sítio romano, mencionado primeiramente por Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 57, nº 12, Título I, Capítulo I, § 4), Argote (1734: 463- 464, nº 762) e Sarmiento (1884: 181). Deste modo, devido ao fato de nenhum dos autores ter conseguido identificar a tipologia deste, fazendo alusão somente a achados possivelmente de época romana, o classificamos como um possível habitat romano. Entretanto, devido à fragilidade destes dados e o exíguo número de inscrições a *Iuno* romano-indígena, preferimos não tirar mais conclusões do tipo de sítio associado a esta manifestação religiosa.

Partiremos, então, para uma análise em macroescala, levando em consideração a proximidade com os espaços mencionados em sua descrição. Aparentemente, o local onde se encontrava esta epígrafe hoje desaparecida, está entre as Bacias do Ave e do Douro, na bacia do curso superior do Sousa. Esta localização a deixa próxima de outros monumentos epigráficos a deuses romano-indígenas como, aqueles encontrados no curso médio do Vizela, ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) e às *Nymphae Lupianae* (ICICB 020). Deste modo, conseguimos ver uma tendência entre povoados desta região na utilização da prática de *interpretatio*, causada

admissivelmente por uma concentração populacional na região e pelo possível *uicus* de relativa importância em Vizela (o *uicus Oculis*).

Em relação ao culto a *Iuno Regina*, ou seja, a manifestação religiosa à deidade romana, observou-se também apenas um vestígio, onde esta está em conjunto com mais de 20 deidades romanas, incluindo, o *Genius* pessoal do dedicante, os *Genii* de *Iuppiter*, de *Mars* e de *Victoriae* e, possivelmente, *Iuppiter Optimus Maximus* (ICICB 027), mencionada anteriormente neste trabalho. Esta epígrafe rupestre e os dados sobre o povoado e o território associáveis, serão analisados na Figura 10 e no Quadro 26, mostrado a seguir:

Quadro 26- A *Iuno* romana no Ocidente brácaro

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
027	<i>Iuno Regina</i> e + 20 deidades clássicas ^b	171- 230 d.C.	<i>Vicus Oculis</i>	<i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b*Iuppiter Optimus Maximus, Minerua, Sol, Luna*, todos os deuses, *Fortuna, Mercurius, Genius Iouis, Genius Martis, Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Heroes, Ceres, Genius Victoriae, Genius* do dedicante e *Dii Sedis Peruiæ*.

O que vemos sobre esta manifestação religiosa da *Iuno* romana, é que esta está provavelmente associada ao que seria o provável *uicus Oculis*, de função termal e viária localizado na União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) (Alarcão, 2004b: 206; Carvalho, 2008, 2: 44, nº 3085201), um povoado já mencionado anteriormente devido ao fato de ter possivelmente anexado um pequeno aglomerado denominado **Laquinia/*Laquinium* (Redentor, 2011, 1: 291; Queiroga, 2013: 183) de onde a inscrição ao *Genius Laquiniensis* (ICICB 001) seria, provavelmente, originária. Sendo assim, esta como a inscrição a *Iuno Iurnarum* (ICICB 005), está provavelmente, associada aquela zona de povoados localizados na bacia do Ave, no curso médio do Vizela ou bem próximos a ele, como no curso superior do Sousa. No entanto, devido à ínfima informação que retiramos dos dados destas duas epígrafes não conseguimos formar um quadro de similaridades e diferenças entre estas manifestações religiosas, que tivesse resultados relevantes.

3.3.6. *Iuppiter* no Ocidente brácara

Por fim, tratamos da maior deidade do panteão romano, *Iuppiter*. Esta deidade aparece com um epíteto indígena apenas em um voto no Ocidente brácara, enquanto que o seu equivalente romano, surge em 41 *tituli* nos quais é cultuado sozinho ou acompanhado por deidades indígenas ou romanas. Para percebermos as características de ambos os cultos, apresentaremos no Quadro 27 os dados acerca da geografia das manifestações a *Iuppiter* romano-indígena, para serem analisados e depois no Quadro 28, aqueles referentes as manifestações religiosas ao Júpiter clássico.

Quadro 27- *Iuppiter* romano-indígena no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romano-indígena	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
006	<i>Iuppiter Gaut[ecus?]</i>	151- 230 d.C.	Cabeço de Leijó	<i>Vicus</i>	Romano/ Suevo-visigótico	Bacia do Lima, na bacia do curso superior do Lima	- - ط

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Estes dados apresentados no Quadro 27 nos mostram que esta deidade poderia estar associada ao *uicus* de Cabeço do Leijó, um sítio de raiz romana que sobreviveu durante o período suevo-visigótico. As características deste núcleo agrupado são apresentadas a seguir:

Cabeço de Leijó, Lindoso, Ponte da Barca.

Era um habitat aberto, certamente um *uicus*, que seria o mais importante dentre os habitats da zona de Lindoso. Estava localizado em um outeiro no terço inferior da encosta noroeste do Cabeço de Peixerrão, próximo a borda sudoeste da plataforma de Lindoso (Fontes, 2011, 2: 100 e :104), na vertente norte da Serra Amarela, sobre o Rio Lima (Fontes, 2011, 1: 192; Carvalho, 2008, 1: 223; Carvalho, 2008, 2: 105, nº 16061204), em uma cota de 518m (Fontes, 2011, 1: 192). Sua ocupação abrangeria os períodos romano e suevo- visigótico, entre os séculos II-III d.C. e meados do século VI d.C. (Fontes, 2011, 2: 8 e :104).

A organização de seus 60,5 hectares parece se estruturar por edificações distribuídas pelos socacos que formam as vertentes, em formatos tipo escadaria que convergiam no cume do outeiro, onde se situaria um edifício de construção mais elaborada (visível, pelo menos ao nível do embasamento dos alicerces), que consistiria em um possível templo (Fontes, 2011, 1: 192 e 204-205; 2011, 2: 104). Este local seria uma espécie de lugar central, a partir do qual se organizava o povoado, o que lembraria o modelo clássico dos núcleos de habitação romanos, que se ordenam a volta do *forum* (Fontes, 2011, 1: 204-205).

Apesar de não estar ligado ao sistema viário principal, Fontes (2011, 1: 189) propõe a teoria de que este povoado estaria relacionado a uma possível via secundária que abasteceria todos os povoados ao longo do vale do Rio Lima. Seu traçado, poderia corresponder a uma via medieval, e não pode ser delimitado pormenorizadamente, localizando-se, provavelmente, na vertente norte e nordeste da Serra Amarela e ao longo de toda a margem esquerda do rio e entre Ponte de Lima e o litoral. Este caminho possibilitaria as trocas comerciais e o escoamento de recursos florestais e mineiros do *hinterland* do Lima. Assim, caso existisse esta via, Cabeço de Leijó, se localizaria cerca de 30-35 km de *Limia* (Ponte de Lima) e de *Aquis Querquernis* (Baños de Bande, Bande), uma medida que é reconhecida generalizadamente como correspondente à distância padrão de implantação das *mansiones* (Baptista *et al.*, 1995: 9 *apud* Fontes, 2011, 1: 190).

O que percebemos a partir desta descrição é que o único vestígio de um possível *Iuppiter* romano-indígena pode ser associado a um povoado de raiz romana, um *uicus*, que provavelmente agiu como *mansio* de uma via secundária que passaria na margem esquerda do Rio Lima. Deste modo, era um povoado que possivelmente teve extrema importância na região de Lindoso, se tratando talvez de um lugar central, a partir do qual se ordenava este território (Fontes, 2011, 1: 197- 198). A posição de seu templo, que organiza o traçado interno daquele aglomerado, nos faz pensar de que este possivelmente estaria ligado ao culto deste *Iuppiter* romano-indígena, afinal esta lembra aquela de um *Forum* em núcleos agrupados romanos de grande importância, onde era comum existir um templo às deidades capitolinas. Uma tese que poderia ser sustentada também pelo fato de este estar situado no cume do outeiro e pela característica percebida por López Cuevillas (1953: 398), López Cuevillas e Serpa Pinto (1933-

1934: 302), Blázquez Martínez (1962: 37) e Penas Truque (1986: 123- 125), de que os acidentes orográficos eram consagrados a esta deidade. E ainda, pela hipótese para seu epíteto, que seria, de acordo, com Redentor (2011, 1: 356- 357) relacionável, provavelmente a **kant-* ‘pedra’. Entretanto, não nos sentimos seguros para prosseguir com esta teoria, devido ao fato de ter sido encontrada apenas uma inscrição a *Iuppiter Gautecus* nesta região. Uma situação que também não nos permite tirar conclusões generalizadas acerca de sua ligação apenas a povoados de raiz romana ou a um tipo específico de sítio, além de também não podermos falar como fizemos para os *Lares* romano-indígenas, de que estejam mais associados ao ambiente rural ou urbano.

Em uma análise em macroescala, percebemos que este núcleo agrupado está situado na bacia do Lima, mas especificamente da bacia do curso superior deste rio em sua margem esquerda. Uma área que apesar de relativamente próxima aos povoados associáveis as epígrafes ao *Mars Cariecus* (ICICB 018), ao *Karo Conseruatori(?) Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 007) e ao *Lar(?) Lapiteus(?)* (ICICB 008) tem, possivelmente, um contexto diferente, por se tratar de uma área de cotas elevadas, nas montanhas que separam Entre-Douro-e-Minho da região de Trás-os-Montes, sendo esta uma zona de povoado romano, provavelmente, condicionado por esta possível via secundária.

As manifestações religiosas ao Júpiter clássico, no entanto, estão distantes desta área, e em núcleos agrupados de variadas formas e de raiz romana e pré-romana, como podemos ver no Quadro 28:

Quadro 28- *Iuppiter* romano no Ocidente brácara

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
027	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i> e + 20 deidades clássicas ^b	171- 230 d.C.	<i>Vicus Oculis</i>	<i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
028	<i>Iuppiter</i> e [- - - ^c	101- 270 d.C.	- - -	- - -	- - -	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b *Iuppiter Optimus Maximus, Minerua, Sol, Luna*, todos os deuses, *Fortuna, Mercurius, Genius Iouis, Genius Martis, Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Heroes, Ceres, Genius Victoriae, Genius* do dedicante e *Dii Sedis Peruiæ*; ^c Sem informação.

Quadro 28. *Iuppiter* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
029	<i>Diui Isienses? e a Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	---	---	---	Bacia do Minho, bacia do curso inferior do Minho	---
030	<i>Iuppiter</i>	171- 270 d.C.	---	---	---	Bacia do Lima	---
031	<i>Iuppiter</i>	101- 200 d.C.	Ínfias/ Pachancho	<i>Villa</i>	Romano	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVIII
032	<i>Iuppiter</i>	31- 130 d.C.	Monte Mózinho	Castro/ <i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Sousa	---
033	<i>Iuppiter</i>	101- 270 d.C.	Quinta de Mosteirô, Ancede	<i>Mutatio</i> da via <i>Bracara-Emerita</i>	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Douro	<i>Bracara-Emerita</i>
034	<i>Iuppiter</i> e <i>Talabrigus</i>	131- 200 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano/ Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
035	<i>Iuppiter</i>	101- 200 d.C.	---	---	---	Bacia do Ave, bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Especula-se que a inscrição às deidades *Isienses* (?) e a *Iuppiter Optimus Maximus* (ICICB 029), tenha sido encontrada em Insalde, na União de freguesias de Insalde e Porreiras, Paredes de Coura, porque o espólio pertencente ao Padre Clemente Pereira era conservado neste local. No entanto, devido à falta de informações sobre o local exato de achado desta epigrafe, torna-se difícil associá-lo a um povoado específico desta freguesia. No âmbito geográfico da antiga freguesia de Insalde, Almeida (1996, 6: 44-45 *apud* Redentor, 2011, 2: 24, n° 16) identificou tégulas no sítio de Merouços, onde se terá localizado a primitiva igreja e onde teria vestígios de ocupação romana; e Castelinho, um possível castro (Almeida, 1996, 6: 42-44 *apud* Redentor, 2011, 2: 24, n° 16). No entanto, segundo Redentor (2011, 2: 24, n° 16), por se tratar de uma inscrição rupestre, é possível que não estivesse relacionada a nenhum habitat em concreto. Desta forma, para uma análise mais correta, escolhemos não associar este *tituli* a nenhum povoado; ^c Sem informação.

Quadro 28. *Iuppiter* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICIB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
036	<i>Iuppiter Maximus</i>	71- 200 d.C.	<i>Tude</i>	Capital de <i>Ciuitas</i>	Romano / Suevo-visigótico	Bacia do Minho, na bacia do curso inferior do Minho	XIX
037	<i>Iuppiter Maxumus</i>	101- 200 d.C.	Gatão	<i>Vicus</i>	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Tâmega	- - ط
038	<i>Iuppiter Optimus</i>	101- 200 d.C.	São João da Ponte	Habitat	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	<i>Bracara-Emerita</i>
039	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Mondim	Habitat	Romano / Suevo-visigótico	Bacia do Neiva, na bacia do curso médio do Neiva	- - -
040	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	201- 270 d.C.	Sandarão	<i>Villa</i>	Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XIX
041	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	151- 200 d.C.	<i>Tongobriga</i>	Capital de <i>ciuitas</i>	Idade do Ferro / Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>
042	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	161- 180 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
043	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	71- 150 d.C.	---	---	---	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Cávado	XVIII

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Quadro 28. *Iuppiter* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICICB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
044	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	71- 230 d.C.	<i>Tongobriga</i>	Capital de <i>ciuitas</i>	Idade do Ferro / Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>
045	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	151- 230 d.C.	Outeiro	Castro	Idade do Ferro / Romano	Bacia do Cávado, bacia no curso médio do Cávado	-- ^b
046	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 270 d.C.	Citânia de Sanfins	Castro	Romano	Entre as bacias do Ave e do Douro, na bacia do curso inferior do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
047	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Capela de Senhora do Barreiro	Habitat	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	---
048	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	---	---	---	Bacia do Leça, na bacia do curso inferior do Leça	XVI
049	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	151- 270 d.C.	<i>Vicus Oculis</i>	<i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
050	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	171- 270 d.C.	Bairral	Habitat	Romano	Bacia do Douro, bacia do curso médio do Douro	<i>Bracara-Emerita</i>
051	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Telheira	<i>Villa?</i>	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Quadro 28. *Iuppiter* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICIB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
052	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	131- 170 d.C.	<i>Bracara Augusta</i>	Capital de <i>Ciuitas</i> / Capital do <i>conuentus</i>	Romano / Suevo-visigótico	Entre as bacias do Cávado e do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ XVII/ XVIII/ XIX/ XX/ <i>Bracara-Emerita</i>
053	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	71- 170 d.C.	Antiga igreja de Esporões	<i>Villa</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Este	XVI/ <i>Bracara-Emerita</i>
054	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	171- 270 d.C.	Alto dos Castelos (Fraga dos Fornelos)	Castro	Idade do Ferro/ Romano	Bacia do Cávado, na bacia do curso médio do Homem	XVIII
055	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Capela de Senhora do Barreiro	Habitat	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Ave	-- ^b
056	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	51- 100 d.C.	Castelo	Castro	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Tâmega	---
057	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	201- 270 d.C.	<i>Vicus Oculis</i>	<i>Vicus?</i>	Romano	Bacia do Ave, na bacia do curso médio do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
058	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Citânia de Sanfins	Castro	Romano	Entre as bacias do Ave e do Douro, na bacia do curso inferior do Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>
059	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	151- 230 d.C.	Cidade de Pedraúca	Habitat	Romano?	Bacia do Ave, bacia do curso médio do Ave	---
060	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	<i>Tongobriga</i>	Capital de <i>ciuitas</i>	Idade do Ferro / Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso inferior do Tâmega	<i>Bracara-Emerita</i>
061	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Campo das Penhas	Habitat	Romano	Entre o Ave e o Sousa, na bacia média do rio Vizela	<i>Bracara-Emerita</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Quadro 28. *Iuppiter* romano no Ocidente brácara (continuação)

ICIB	Deidade romana	Datação ^a	Sítio	Tipo de sítio	Ocupação	Zona de ocupação	Vias
062	<i>Iuppiter Optimus Maximus</i>	101- 200 d.C.	Cidade de Pedraúca	Habitat	Romano?	Bacia do Ave, bacia do curso médio do Ave	- - ^b
063	<i>Iuppiter Optimus Maxsumus</i>	71- 150 d.C.	Lugar do Pão	Habitat	Romano	Bacia do Cávado, bacia do curso médio do Cávado	- - -
064	<i>Iuppiter Optimus Maxumus</i>	101- 200 d.C.	Outeiro	Habitat	Romano?	Bacia do Douro, bacia do curso médio do Douro	- - -
065	<i>Iuppiter Optumus Maxumus</i>	101- 230 d.C.	Cividade de Vila Mou	<i>Vicus</i> / Povoado Mineiro romano	Romano	Bacia do Lima, curso final do Lima	- - -
066	<i>Iuppiter Repulsor</i>	101- 270 d.C.	Dume-Igreja	<i>Villa</i>	Romano/ Suevo	Bacia do Cávado, Bacia do curso médio do Cávado	XIX
067	<i>Nabia Corona, Nabia, Iuppiter, [...]urgo e Ida</i>	147 d.C.	Póvoa	Santuário	Romano	Bacia do Douro, na bacia do curso médio do Sousa	- - -

^a De acordo com Redentor (2011, 2); ^b Sem informação.

Com este Quadro 28, percebemos que este culto permite analisar um padrão dos tipos de sítios que cultuavam esta deidade romana e as áreas que mais aderiram ao culto clássico. Entretanto, este vasto número deve-se ao fato deste ser parte do culto público romano, sendo este um dos deuses que todos os indivíduos das províncias, mesmo que *cultores* de seus próprios deuses, deveriam cultuar. Sendo assim, era comum que as manifestações religiosas a esta deidade aparecessem tanto em locais centrais como sedes de *ciuitates* quanto também em estabelecimentos rurais e de apoio ao sistema viário. Dos povoados que se conseguiram definir uma categoria dentro da rede de povoamento romana explicada no tópico 3.2.2.2.¹⁵⁴, vemos que

¹⁵⁴ São também relacionáveis a 8 habitats, ou seja, locais nos quais os elementos não permitem mais do que supor uma ocupação romana. Estes são: São João da Ponte (ICIB 038), Mondim (ICIB 039), Capela de Senhora do Barreiro (ICIB 047 e ICIB 055), Bairral (ICIB 050), Lugar do Pão (ICIB 063), Outeiro (ICIB 064) (Carvalho, 2008, 2: 22, n° 3025601, :43, n° 3083802, :45, n° 3087201, :48, n° 3092306, :66, n°

pela quantidade de povoados associáveis, os mais comuns são os povoados fortificados criados durante o período pré-romano ou já sob domínio romano. Estes são compostos por 5 aglomerados: Monte Mozinho (ICICB 032), Outeiro (ICICB 045), Citânia de Sanfins (ICICB 046 e ICICB 060), Castelo (ICICB 056) e Alto dos Castelos (ICICB 054) (Carvalho, 2008, 2: 9, nº 3011902 e nº 3012002, :63, nº 13010901, :74, nº 13091501, :77, nº 13112101 e :100, nº 16051101). As *uillae* aparecem logo em seguida com 5 núcleos agrupados: Ínfias/Pachancho (ICICB 031), Sandarão (ICICB 040), Antiga Igreja de Esporões (ICICB 053), Igreja de Dume (ICICB 066) (Carvalho, 2008, 2: 27-29, nº 3031001 e nº 3031301, :33-35, nº 3030352 e nº 3035301) e Telheira (ICICB 051)¹⁵⁵. Outro tipo de sítio de raiz romana que pode ser associado a esta deidade é, ainda, o *uicus*, com 4: Monte Mozinho (ICICB 032), Gatão (ICICB 037), *Vicus Oculis* (ICICB 049, ICICB 027 e ICICB 057) e Cividade de Vila Mou (ICICB 065)¹⁵⁶ (Carvalho, 2008, 2: 44, nº 3085201, :63, nº 13011601, :77, nº 13112101 e :142- 143, nº 16093705). As capitais de *ciuitates* que também possuem muitos vestígios são ao todo três: *Bracara Augusta* (ICICB 034, ICICB 042 e ICICB 052), *Tude* (ICICB 036) e *Tongobriga* (ICICB 041, ICICB 044 e ICICB 060)¹⁵⁷. Estes núcleos agrupados que possivelmente se relacionam às manifestações religiosas à *Iuppiter* clássico, são então, tanto do ambiente urbano quanto rural, estando presentes com mais frequência, possivelmente, neste último em aglomerados de raiz romana, apesar de também existirem em povoados fortificados de raiz pré-romana.

O fato de fazer parte do culto público romano, explica a sua dispersão pelo território, já que este conta com vestígios em quase todas as bacias hidrográficas dos principais rios, estando ausentes apenas nas bacias da Galícia (na parte que corresponde a nossa área de estudo) e do Âncora, bacias que caracteristicamente, pelo que vem se observando, tem poucos vestígios de inscrições votivas. Nas bacias onde estão presentes notamos duas possíveis zonas de concentração de inscrições, a primeira localizável nas bacias do Cávado e do Ave, nas quais estava principalmente nas bacias dos cursos médios do Cávado e do Homem, ao redor do raio de 8km a volta de Braga e nas margens do curso médio do Ave e do Vizela; e a segunda provavelmente na bacia do Douro, nas áreas entre o Sousa, o Tâmega e o Douro, próximos as

13021401, :68, nº 13070105 e :100, nº 16051102), Campo das Penhas (ICICB 061) (Câmara Municipal de Guimarães, [199-]) e Cidade de Pedraúca (ICICB 059 e ICICB 062) (Sarmiento, 1887-1889: 237; Carta Arqueológica de Guimarães [199-]).

¹⁵⁵ Informação de Luís Cardoso Silva e da Escola Profissional de Arqueologia, como resultados preliminares da Carta Patrimonial de Marco de Canaveses (nº de inventário 2926 e Ficha de Sítio_VOA4). A relação entre esta e a epígrafe a *Iuppiter Optimus Maximus* (ICICB 051) também é mencionada por Redentor (2011, 2: 59, nº 68).

¹⁵⁶ Também classificável como povoado mineiro romano (Carvalho, 2008, 2: 142- 143, nº 16093705).

¹⁵⁷ Além de outros tipos de sítios de ocupação romana que só aparecem uma vez cada, estes são: uma *mutatio*, a Quinta de Mosteirô (ICICB 033); um povoado mineiro, Cividade de Vila Mou (ICICB 065) e um santuário, Póvoa (ICICB 067) (Carvalho, 2008, 2: 65, nº 13020104, :77, nº 13111802 e :142-143, nº 16093705).

suas margens. É curioso, notar, entretanto, que apesar de aparecer disperso em povoados ao longo de toda a área estudada, este parece estar ausente na bacia do curso superior do Lima, onde foi encontrada a inscrição a *Iuppiter Gauteucus*.

Creemos, porém, ser pouco correta uma avaliação onde temos tanto registos do culto ao deus clássico e somente um da deidade romano-indígena equivalente, afinal cairíamos na tentação ou de generalizar as características de um ou de diminuir as diferentes variabilidades que poderiam surgir do outro, caso aparecessem mais vestígios de seu culto. Assim, deixamos os dados de comparação entre as manifestações religiosas romano-indígenas quanto romanas de Júpiter, como as outras manifestações de ínfima expressão na fachada atlântica do convento brácara, sem conclusões generalizadas, delimitando as características de cada um, para que no próximo tópico, possamos tirar as nossas conclusões a partir de uma análise em conjunto das deidades romano-indígenas.

3.4. Conclusões

Esta análise dos povoados e da parte do território que poderiam estar relacionados às manifestações religiosas a deuses romano-indígenas (com 20 inscrições) e aquela sumária de seus correspondentes romanos (com 60 monumentos epigráficos) procurou sistematizar os dados de cada manifestação. Os Quadros (17 a 28) e as Figuras-mapa (Apêndice V), ajudaram a estabelecer categorias próprias de observação, sistematizando os dados de forma coerente e permitindo, desta forma, algumas conclusões, que provavelmente não seriam percebidas sem estas. Deste modo, podemos partir para uma análise mais geral. Juntamos os dados de cada categoria e percebemos possíveis características específicas de sítios e de meios (urbano ou rural) relacionáveis a cada uma das manifestações religiosas, além de também, em uma perspectiva em macroescala, repararmos regiões que, provavelmente, estariam mais propensas às práticas de *interpretatio* que outras do convento brácara.

De um ponto de vista em microescala, notamos que a maioria dos povoados que provavelmente se associam às deidades romano-indígenas são de raiz romana, sendo apenas um de raiz pré-romana, aquele associável ao voto ao *Genius Tiauranceaicus* (ICICB 002) (que já dentro de seu grupo mostrava-se como exceção em vários casos). Dentre estes núcleos agrupados de raiz romana, os *uici* e as *uillae* são, aparentemente, os tipos de sítios mais recorrentes (com três povoados cada), seguidos de capitais de *ciuitates*, casais e *mansiones*

(com dois) e *mutationes* e povoados fortificados (com um aglomerado cada)¹⁵⁸. Com estes tipos específicos de sítios e sua localização no território notamos que estas manifestações romano-indígenas parecem estar, possivelmente associadas ao meio rural com possíveis 16 registos enquanto os de meio urbano são apenas 2. Fora estas características por si só reveladoras, observamos também alguns detalhes importantes. O primeiro é que apenas alguns estão possivelmente ligados a nós viários ou a pontos de apoio às vias, locais que supostamente, em outras províncias como as gálicas, estudadas por Woolf (2004) seriam pontos chave onde se encontram mais inscrições (Woolf, 2004: 88). Porém, este é um fenómeno percebido, possivelmente, mais nas manifestações aos *Genii* romano-indígenas, e principalmente naquelas ao *Genius* romano. O segundo, é que pelos registos encontrados, estes não parecem estar ligados particularmente à aglomerados de funções termais ou de exploração mineira, sendo talvez mais visíveis as ligações com estabelecimentos termais nas manifestações religiosas de culto romano, especialmente no das *Nymphae*.

As observações sobre os povoados relacionáveis as manifestações religiosas a divindades romanas divergem em alguns aspetos daquelas feitas em relação aquelas às romano-indígenas. Os tipos de povoados que possivelmente mais se associam a estes são, como vimos, os povoados de raiz romana: as capitais de *ciuitates* e os *uici*, sendo só depois seguido pelos de raiz pré-romana, os povoados fortificados, e outros aglomerados menores romanos, as *uillae* e outros estabelecimentos agrícolas e de apoio viário. O ambiente predominante é presumivelmente o urbano, apesar de existir também uma presença no meio rural. Como falado acima, nota-se também que estes parecem provavelmente mais associados a povoados que se caracterizam como nós viários ou de apoio a via e alguns ligados a estabelecimentos termais.

Em uma perspectiva em macroescala, após o estudo dos mapas vistos nas figuras do Apêndice V desta dissertação, notamos algumas regiões que têm mais destaque na ereção de *tituli* a deidades romano-indígenas. Com um olhar que procura combinar não só o ponto de vista de separação por bacias hidrográficas (que parecem reger as análises de território da região) e do relevo como também do eixo viário delimitamos possíveis áreas em que notamos concentrações de povoados associáveis a estas manifestações. A primeira é aquela, possivelmente, situada na bacia hidrográfica do Lima, muito próximas das margens deste rio; a segunda, provavelmente, na bacia do Cávado ao longo da via XVIII, nos troços de cotas menos

¹⁵⁸ Os que não puderam entrar nestas categorias, os habitats, são 7.

elevadas; a terceira, presumivelmente, na bacia do Ave, nas bacias médias do Ave e do Vizela; e por fim, uma quarta, admissivelmente, na bacia do Douro, nas bacias dos cursos médios e inferiores do Sousa e do Tâmega.

Na primeira área, observada ao longo do Lima, vemos, manifestações religiosas aos *Genii*, aos *Lares* (sendo estas em maior número), a Marte e a Júpiter romano-indígenas, principalmente ao longo da margem direita deste rio. A única exceção seria a inscrição a *Iuppiter Gaut[ecus?]* (ICICB 006) que se encontrava na margem esquerda. A característica que os une enquanto região seria uma possível via fluvial, mas não temos como dizer se existiu ali um tipo de povoado específico que possivelmente estaria mais relacionado com o fenômeno da *interpretatio* nesta área, atentando apenas para a possibilidade de todos serem relacionáveis a um ambiente rural.

A segunda corresponderia à bacia do Cávado, ao longo da bacia do curso médio deste rio e da via XVIII, que liga *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* pelos locais de exploração de recursos minerais. Esta se incluiria na zona da montanha, na parte das cotas menos elevadas trabalhada por Carvalho (2008, 1: 328- 359), onde ainda encontrar-se-ia povoados, possivelmente, sob a influência da capital administrativa e que possuem características específicas, apresentadas anteriormente. São aglomerados, em uma região de baixa densidade demográfica, nos quais as manifestações religiosas são datáveis entre os séculos II d.C. e primeira metade do século III d.C., ou seja, após a criação da via Nova, servindo alguns povoados a elas provavelmente associados como pontos de apoio viário, mas também de produção agrícola. As manifestações romano-indígenas ali presentes são daqueles que possuem um pouco mais de expressão na fachada, ou seja, são votos a Marte, aos *Lares* (aqui novamente o predominante) e aos *Genii*. Quanto a tipos específicos de sítios a eles provavelmente relacionáveis, não podemos afirmar nenhuma preponderância para esta área, sendo possivelmente mais comuns, como falado, aqueles de apoio viário e do meio rural. Nesta região os povoados associáveis encontram-se, todavia, mais concentrados que em qualquer uma das outras três áreas de concentração.

A terceira, vista possivelmente, na bacia do Ave, entre as bacias do curso médio do Ave e do Vizela, tem povoados plausivelmente associáveis às manifestações religiosas a *Iuno*, aos *Genii* e aos *Lares* romano-indígenas, sendo também a região de achado da inscrição às *Nymphae Lupianae* (ICICB 020). Como nas anteriores, também não é possível notar a predominância de um tipo específico de sítio, sendo todos do meio rural.

E por fim, a quarta, localizável na bacia do Douro, especificamente nas bacias dos cursos médios e inferiores do Sousa e do Tâmega, onde notamos votos apenas aos *Genii* e aos *Lares* romano-indígenas. Nesta predominam, provavelmente, os registos no ambiente rural, apesar de existir um em ambiente urbano, ao *Genius Tongobrigensium* (ICICB 003). Novamente, não vemos um tipo específico de sítio, mas sim uma possível ligeira predominância de estabelecimentos agro- pastoris, com uma *uilla* (Quinta Sousa Guedes – ICICB 016) e um casal (Casa de São Mamede – ICICB 012).

Também podemos encontrar vestígios de manifestações religiosa a deidades romano-indígenas na bacia do curso inferior do Minho, como a inscrição ao *Mars Cairiociegus* (ICICB 017), associável a capital regional, *Tude*. Entretanto, por apenas apresentar um registo, não a classificamos como possível área de concentração desta prática. Quanto as outras partes do território brácara essencialmente o litoral desde a bacia do Neiva até a bacia do Douro, essencialmente na foz deste rio, são aparentemente ausentes de epígrafes que manifestam esta prática.

Os núcleos agrupados relacionáveis as manifestações religiosas dos correspondentes romanos, entretanto, estão possivelmente, distribuídos por todo o território da fachada ocidental do convento brácara, aparecendo também em áreas em que não estão presentes votos as deidades romano-indígenas. Não parecem especialmente presentes naquela zona identificada ao longo do rio Lima, mas fortemente presentes nas outras três áreas de concentração identificadas, sendo notório, as possíveis concentrações na capital do convento e em seus arredores e também ao longo da via *Bracara-Emerita*.

Deste modo, observamos possíveis diferenças entre as manifestações religiosas a deuses romano-indígenas e aquelas a seus correspondentes romanos. Em um estudo específico de cada deidade, percebemos principalmente, que os *Genii* romanos e romano-indígenas estavam provavelmente ligados a nós viários e pontos de apoio a via, sendo uma observação mais visível nos primeiros. Um fenómeno justificável, talvez, por serem pontos de intensa passagem de pessoas e, logo, de intenso contacto cultural. Quanto aos *Lares* romano-indígenas e os *Lares* romanos, conferimos que estes, possivelmente, se diferenciavam daqueles essencialmente pela presença dos primeiros em meio rural, enquanto os outros estavam provavelmente mais ligados ao meio urbano. O que poderia, presumivelmente, refletir uma transformação da deidade quando esta passa do meio urbano para o rural, onde podem ter se

assimilado a divindades indígenas protetoras da região. Sobre o Marte romano-indígena, verificamos que este possivelmente se diferenciaria daqueles do culto clássico, pelo posicionamento dos núcleos agrupados relacionados a eles, já que os primeiros pareciam se organizar mais para o interior da fachada e a norte de *Bracara Augusta*, enquanto os outros apareciam no litoral, a sul e a norte da capital administrativa.

Quanto à análise destas em conjunto, o principal contributo, seja talvez a percepção de povoados e áreas específicas que possivelmente mais utilizaram a *interpretatio* de seus deuses com aqueles dos romanos. Como vimos, tanto os deuses romano-indígenas quanto os seus correspondentes romanos surgem, provavelmente, em povoados de raiz romana, contudo, o primeiro aparece mais associável aos *uici* e *uillae* e ao meio rural e o outro a capitais de *ciuitates* e *uici* e ao meio urbano (apesar de ter também muitos registos no meio rural). Quanto às áreas de concentração dos povoados associáveis as deidades de nosso *corpus* principal, verificamos que estas são compostas pela: (1) Região de vales ao longo do Lima; (2) Bacia do Cávado, na zona de montanha, nas cotas menos elevadas da via XVIII; (3) Bacias dos cursos médios do Ave e do Vizela; e, pelas (4) Bacias dos cursos médios e inferiores do Sousa e do Tâmega. Em áreas, nem sempre correspondem as zonas de maior concentração de população, mas que possivelmente, tiveram intenso contacto com a cultura romana, seja por estarem ao longo de vias ou próximas a sedes de *ciuitates* e a outros prováveis centros difusores da cultura romana.

Conclusão

Conclusão

Nossa pesquisa circunscreveu-se na análise dos possíveis resultados das práticas de *'interpretatio'* no Ocidente brácario, frutos da interação cultural entre romanos e indígenas, baseada numa negociação bidirecional que transformou a sociedade desta região. Este estudo teve como objeto, as epígrafes, os únicos vestígios que, para o local escolhido, poderiam responder como se figurou este fenômeno. Estas mostravam como eram denominados os deuses que seriam, possivelmente, resultantes desta prática e quais as suas possíveis funcionalidades, como se configurava o seu corpo de *cultores* e também quais os períodos em que esta assimilação aparentemente surgiu e quando se tornou mais frequente. E ainda, quando associadas a rede de povoamento, mostravam quais as áreas que possivelmente estariam mais associadas a este fenômeno e qual o ambiente (rural ou urbano) que se encontrava mais suscetível a assimilação de deidades.

Evidentemente que, assim como em outros trabalhos que utilizam a Epigrafia como fonte principal, tivemos alguns obstáculos que envolviam as próprias limitações impostas pelo material estudado. Iniciamos o nosso estudo sabendo que os *corpora* que iríamos analisar corresponderiam apenas há uma pequena amostra aleatória das inscrições que teriam existido em período romano, cuja sobrevivência ou não foi condicionada por diversos elementos, como por exemplo, estarem em locais que foram estudados e conservados ou serem protegidos pela população que viveu nos lugares onde se encontravam. E ainda, que a maioria destes *tituli* sobreviventes, não foi encontrada *in situ*, já que foram muitas vezes foram deslocadas e reutilizadas em igrejas e capelas católicas, o que impossibilitou afirmações seguras na correlação entre estas e os sítios arqueológicos da região e no cruzamento da informação de seus epítetos com a paisagem a volta do local de achado.

Estas restrições, no entanto, não incapacitaram esta investigação de responder as questões que foram impostas no início dos trabalhos. Para esta tarefa recolhemos o máximo de informação disponível acerca das epígrafes estudadas, fazendo uma pesquisa extensiva e trabalhando com métodos que possibilitaram a extração dos dados que queríamos. A construção das fichas individuais (Apêndices II e III), permitiu a organização de todas as informações recolhidas, que depois foram sintetizadas em quadros (Quadros 1 a 14) que figuravam os dados acerca da teonímia, da onomástica dos dedicantes, da profissão ou título destes, da fórmula

votiva, do suporte, do material e da existência de decoração e também da possível cronologia de cada inscrição. A Grade de leitura e análise (Quadro 16), formulada a partir dos conceitos de ‘Análise de Conteúdo’ de L. Bardin (2005) possibilitou a análise destes dados em conjunto e a retirada de conclusões acerca do todo da amostra, caracterizando os dois tipos de manifestações religiosas analisadas. As figuras vistas no Apêndice V, desta dissertação, possibilitaram a contextualização destas inscrições com a rede de povoamento conhecida e o estabelecimento de áreas onde estariam concentrados os povoados que provavelmente estariam ligados ao culto de determinadas deidades romano-indígenas. Estas informações foram apresentadas de forma mais clara nos quadros apresentados no capítulo 3 (Quadros 17 a 28), que mostravam as informações acerca do sítio aos quais os monumentos epigráficos estavam possivelmente associados e sobre a zona que estes ocupavam no Ocidente brácara e sua possível relação com uma via primária.

A utilização destas metodologias nos mostrou, então, os resultados a termos em consideração e como estes poderiam se assemelhar ou se diferenciar em ambas as manifestações religiosas, e ainda, como podiam corresponder as nossas expectativas prévias e como responderiam os nossos objetivos de pesquisa. Desta forma, nesta dissertação podemos dizer que chegamos a interessantes conclusões acerca da teonímia das divindades, do corpo de *cultores* de cada uma, dos momentos de surgimento, ápice e declínio das manifestações analisadas e também acerca dos possíveis povoados e ambientes (rural ou urbano) a que estariam associados e das áreas que mais concentraram estes aglomerados relacionáveis às manifestações estudadas.

Sendo assim, começamos pelo elemento que sempre é observado pelos estudiosos desta temática, a teonímia. Partimos do princípio de que as deidades romano-indígenas eram representadas sempre com elementos latinos e indígenas, sabendo que um possível deus indígena provavelmente se encontrava encoberto por um epíteto ou determinativo originário do substrato pré-romano. Nossa hipótese prévia para o assunto era de que estes estariam sempre preocupados com a proteção de um lugar, que seria protegido por um ser divino local.

Efetivamente, constatamos esta preocupação com a proteção de um *topos* ou povos específicos, que refletiriam a religiosidade indígena por trás, entretanto, percebemos também algumas características específicas na formação sintática da teonímia. Neste trabalho, avançamos que as divindades romano-indígenas, nos vestígios trabalhados, pareciam figurar-se mais com epítetos do que determinativos, acontecendo o inverso com as deidades romanas, que

pareciam se identificar mais com este último componente sintático. Percebemos também, que os epítetos e determinativos das divindades que são, provavelmente, resultados de *interpretatio* são, na área estudada, mais específicos quanto ao objeto de proteção, referindo-se tanto a habitats de origem romana quanto pré-romana, enquanto os deuses romanos parecem ser na maioria dos casos mais vagos e abrangentes quanto ao local que protegem. E ainda, ressaltamos dois casos (ICICB 007 e ICICB 008) em que poderíamos perceber a *interpretatio*. Nestes observam-se uma deidade romana associada a uma indígena (ICICB 007) e depois identificada apenas de forma latina (ICICB 008), mas com os mesmos qualificativos que a anterior. Porém, como salientamos anteriormente, se trata de um caso isolado na região, que todavia nos deu pistas para solidificar, então a premissa de que talvez, para a área estudada, devemos perceber que alguns vestígios apresentem apenas uma parte desta prática, com fórmulas teonímicas que seguiam maioritariamente o modelo: teónimo (ou apelativo genérico) latino somado a um epíteto indígena.

Outras conclusões as quais chegamos foi com a observação dos dedicantes dos votos aos deuses romano-indígenas e aos romanos equivalentes sob o prisma de uma análise de género, de profissão ou título do dedicante e de estatuto jurídico deste. Uma apreciação variante do pensamento de Scheid (2003: 19) de que a religião romana estava relacionada a comunidade e ao estatuto social, o que possibilitou alguns resultados interessantes. Sabíamos que os dedicantes que estariam eternizados nestas manifestações religiosas não representavam o todo dos *cultores* destes deuses, pois nem todos aderiram ao hábito epigráfico, por isso, imaginávamos que poderiam justamente refletir os próprios participantes deste impulso cultural, cuja maioria era composta por membros da elite, como cidadãos e peregrinos (Redentor, 2011, 1: 90- 215).

A. Redentor, em sua tese de doutoramento (2011, 1: 365), demonstra que não parece existir um padrão quanto ao recorte jurídico dos dedicantes, apontando que os *Genii* romano-indígenas apresentam um equilíbrio exato entre cidadãos e peregrinos dedicantes. E ainda, que a manifestação religiosa ao *Iuppiter* romano-indígena é dominada por *peregrini*, que aqueles votos às *Nymphae Lupianae* e ao *Mars* com epítetos (e determinativos) indígenas são feitas apenas por cidadãos e também que o culto aos *Lares* romano-indígenas tem um grupo de *cultores* composto por servos, cidadãos e peregrinos (Redentor, 2011, 1: 365). Em nossas observações, comprovamos estes dados, percebendo que no total das inscrições por nós trabalhadas, a diferença entre a presença de cidadãos e peregrinos, é ínfima, divergindo daquele

número diferencial de 11% entre ambos na análise global do hábito epigráfico do Ocidente brácaro. E ainda que não encontramos libertos, que segundo Redentor (2011, 1: 161), corresponderiam estimadamente a 36 indivíduos representados no total de inscrições desta área. Além de notarmos também uma relevância percentual na presença de servos nos *tituli* a deidades romano-indígenas (com 16, 7% do total), assim como a de mulheres que figuram em 23,8% destes votos. Um resultado divergente daquele sobre os dedicantes dos votos aos deuses romanos que mostram a presença de mulheres em apenas 13,4% das dedicações e que possuem um maior número de cidadãos (com 37, 7%), um resultado que possivelmente refletiria a obrigação destes de participar dos ritos do culto público romano para o bem-estar da comunidade.

Na tentativa de responder sobre aos períodos de uma mudança cultural e religiosa, essencialmente sobre o aspeto da assimilação de deidades que refletiam esta interação, analisamos as cronologias apresentadas por Redentor (2011). Pensávamos inicialmente, que encontraríamos, possivelmente, períodos diferenciados de desenvolvimento entre ambas as manifestações, como se as romanas viessem a dominar um período onde já não existiam votos às deidades romano-indígenas. Uma perspectiva pensada se seguissemos as etapas estabelecidas por Lambrino (1965: 232- 233), vista essencialmente na terceira fase do que este autor chamou de desenvolvimento das deidades indígenas sob o domínio romano.

Entretanto, o que vemos neste trabalho é que ambas coexistiram em alguns períodos, compartilhando as mesmas épocas de auge e declínio e acompanhando o que seria a própria linha de desenvolvimento do hábito epigráfico de caráter votivo da região, sendo que em alguns aspetos refletia a própria cronologia da cultura epigráfica estabelecida por Alföldy (1998) para todas as províncias hispânicas. Vimos, assim como Redentor (2011, 1: 365), que durante o período Júlio-claudiano surgiram as primeiras inscrições aos deuses romanos, correspondendo talvez a primeira difusão deste impulso cultural nas cidades. E ainda, que no período flaviano, surgiram as epígrafes às divindades romano-indígenas, em uma época de mudanças significativas na sociedade hispano-romana (Alföldy, 1998: 292- 293), quando a população indígena já estaria possivelmente mais confortável com os meios da religião romana, para fazerem assimilações divinas. No século II d.C. observamos o auge de ambas as manifestações, porém, neste período, notamos também uma maior discrepância entre o número das inscrições a deuses romanos e romano-indígenas, sendo as primeiras entre duas ou três vezes mais frequentes que as segundas. A partir da primeira metade do século III d.C., no entanto, notamos

o declínio do hábito epigráfico em ambos os tipos, que acabam por desaparecer na primeira metade do século IV d.C.

Quando cruzamos as inscrições a rede de povoamento conhecida na região, em busca de mapear estas interações religiosas e contextualizá-las com os sítios arqueológicos que possivelmente se relacionavam a elas, chegamos também algumas observações importantes. Partimos com uma expectativa inicial de que como apontado por Olivares Pedreño (2002- 2003: 211; 2008: 213- 248) para o todo de inscrições aos deuses romano-indígenas da Hispânia, estes estariam possivelmente mais ligados ao meio rural, uma hipótese também apoiada por Redentor (2011, 1: 365) e que comprovamos neste trabalho.

Em primeiro lugar, observamos que ambos os tipos de manifestações religiosas podem ser maioritariamente associados a povoados de raiz romana. Apenas um vestígio (ICICB 002) estava possivelmente relacionado a um povoado fortificado nos votos aos deuses romano-indígenas, o que corresponderia apenas 5% (1 em 20) do total destas inscrições. Porém, 18,3% das epígrafes às divindades romanas estavam possivelmente associados aqueles aglomerados de raiz pré-romana, o que demonstrava que talvez não era no âmbito destes que aconteciam as assimilações. Todavia, não foram somente estas as resoluções feitas quando contextualizamos os monumentos com a rede de povoados. Nesta pesquisa percebemos também que as manifestações religiosas a deuses romano-indígenas, seriam provavelmente mais comuns em meio rural, em *uici* e *uillae*, reforçando a observação de Redentor (2011, 1: 365). Já aquelas às deidades romanas seriam possivelmente mais próximas do meio urbano, com apenas alguns vestígios no mundo rural. Sendo assim, são visíveis, principalmente, em capitais de *ciuitates*, cidades que a priori seriam as principais difusoras da cultura e da religião romana.

Em relação as áreas que teriam sido mais suscetíveis às práticas de *interpretatio*, pensávamos que estariam em áreas com maior concentração de população e de povoados, já que estes pelo número de habitantes seria os mais prováveis dentre aqueles que a erigiam inscrições. No entanto, percebemos áreas específicas que nem sempre correspondiam a estas áreas.

Estabelecemos assim, as zonas que possivelmente mais apresentaram povoados associáveis as inscrições aos deuses romano-indígenas. Estas eram: (1) a Bacia do Lima, em aglomerados muito próximos a margem deste rio; (2) a Bacia do Cávado, ao longo da via XVIII, em cotas menos elevadas; (3) as bacias médias dos rios Ave e Vizela; e (4) as bacias médias e inferiores do Sousa e do Tâmega. Áreas que também apresentavam concentrações de povoados

provavelmente ligados aos deuses romanos, com exceção apenas da Bacia do Lima, que apresenta somente um vestígio destes.

Este estudo, então, mostrou interessantes resultados que auxiliaram num maior entendimento de um fenômeno que geralmente ficava apenas na análise da teonímia, onde se buscava entender qual deidade indígena estaria por trás de uma roupagem romano-indígena. A análise de dados como a configuração dos dedicantes de cada manifestação religiosa, das fórmulas votivas, dos suportes e da cronologia de cada inscrição e o cruzamento destas informações com aquelas referentes aos deuses romanos, foi o que possibilitou estes resultados. A contextualização dos monumentos epigráficos aqui estudados com a rede de povoamento, um trabalho já iniciado nas teses de doutoramento de Carvalho (2008) e Redentor (2011) e em dois trabalhos de Olivares Pedreño (2002-2003; 2008), possibilitou observações renovadas que nos permitiram entender ainda mais este fenômeno no Ocidente brácara. No entanto, sabemos que estas resoluções obtidas com estas novas abordagens se aplicam possivelmente apenas para a região estudada e somente sob a perspectiva teórica apresentada, onde observamos as interações culturais mais como fenômenos de convergência do que de resistência e imposição de poder. De forma, que seria muito interessante ampliar as áreas analisadas e estudar estas mesmas informações na parte oriental do *conuentus Bracaraugustanus* ou até mesmo em todo o Noroeste Peninsular, para percebemos não só mais desta prática, mas também das próprias características do substrato local que influenciavam nestas assimilações.

Bibliografia

Bibliografia

- Aguiar, M. (1947). *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*. Porto: Esc. Ponta. Oficina de S. José.
- Alarcão, J. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. 2ª edição. Sintra: Publicações Europa-América.
- (1988b). *Roman Portugal: Introduction*. Vol. 1. Warminster: Aris & Phillips Ltd.
- (1988c). *Roman Portugal: Introduction*. Vol. 2. Fasc 1 Porto, Bragança & Viseu. Warminster: Aris & Phillips Ltd.
- (1990): "O Estado e o Governo Local". In Alarcão, J. (ed.). *Portugal: Das Origens à Romanização*. Lisboa: Presença: 383-394. (*Nova História de Portugal*, 1).
- (1992). "A evolução da cultura castreja". *Conimbriga*. N° 31. Coimbra: 39- 71.
- (1998). "As cidades capitais do norte de Portugal na época romana". In Rodríguez Colmenero, A. (coord.). Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. *Actas del Congreso Internacional. Lugo, 15-18 de mayo de 1996*. Vol. 1. Lugo: Disputación Provincial: 429- 437.
- (2001a). "As paróquias suélicas do território actualmente português". In Villar, F & Fernández Álvarez, M. (eds.). Religión, lengua y culturas prerromanas de Hispania. *VIII Colóquio sobre Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 29-59. (*Acta salmanticensia, Estudios filológicos*; 238).
- (2001b). "Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 4. N° 2. Lisboa: 293-349.

(2004a). “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 7. N° 1. Lisboa: 317- 342.

(2004b). “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 7. N° 2. Lisboa: 193- 216.

(2004c). “Sobre alguns problemas de etnonímia e toponímia do Noroeste de Portugal”. In Boullón Agrelo, A. (ed.). *Noui te ex nomine: Estudos filolóxicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Coruña: Instituto da Lingua Galega; Fundación Pedro Barrié de la Maza, pp. 337- 349.

(2006). “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N° 1. Lisboa: 131- 147.

(2009). “A religião dos Lusitanos e Calaicos”. *Conimbriga*. N° 48. Coimbra: 81- 121.

Alarcão, J; Étienne, R; Fabre, G. (1969). “Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal)”. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Ano 113. N° 2: 213-236.

Albertos Firmat, M. L. (1952). “Nuevas divindades de la antigua Hispania”. *Zepyrus*. N° 3. Salamanca: 49-63.

(1966). *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto “Antonio de Nebrija”; Colegio Trilingüe de la Universidad. (*Theses et Studia Philologica Salamanticensia*, 13).

(1977). “La mujer hispanorromana a través de la epigrafia”. *Revista de la Universidad Complutense (Homenaje a García Bellido III)*. Vol. 26. N° 109. Madrid: 179-198.

- (1983). "Teonimos Hispanos". In Blázquez Martínez, J. M. (1983). *Primitivas religiones ibéricas: Religiones Prerromanas*. Vol. 2. Madrid: Ediciones Crisandad: 477-488.
- (1985). "A propósito de algunas divindades lusitanas". In Melena, J. (ed.). *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae*. Parte I. Vitória/Gasteiz: Universidad del País Vasco: 469-474. (*Anejos de Veleia* ;1).
- Alcock, J. (1986). "The concept of *Genius* in Roman Britain". In Henig, M. & King, A. (eds.). *Pagan Gods and Shrines of the Roman Empire*. Oxford: Oxford University Committee for Archaeology: 113- 133. (*Oxford University Committee for Archaeology: Monograph Number*, 8).
- Alföldy, G. (1998). "La cultura epigráfica de la Hispania Romana: Inscripciones, auto-representación y orden social". In Almagro-Gorbea, M. & Álvarez Martínez, J. (org.). *Hispania: el legado de Roma. El año de Trajano*. La Lonja-Zaragoza: IberCaja: 289-301.
- Almagro-Gorbea, M. (1994). "Urbanismo de la Hispania 'celtica': castros y *oppida* del centro e occidente de la Península Ibérica". *Complutum*. Vol. Extra 4. Madrid: 13-75.
- (1999). "Estructura socio-ideológica de los *oppida* celtibéricos". In Villar, F & Beltrán, F.(eds.). *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la prerromana. Actas del VII Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca: 35-55. (*Acta Salamantica*, *Estudios Filológicos*; 273).
- (2004). "La ocupación territorial lusitana y el proceso de romanización". In Nogales Bassarate, T. (ed.). *Augusta Emerita: Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en la Lusitania Romana*. Mérida: Real Academia de Historia: 17-39.
- Almeida, A. (2005). *Dicionário Latim- Português, Português- Latim*. Porto: Porto Editora.

- Almeida, C. A. B. (1990). *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. (*Estudos Regionais*; N° Especial 7/8).
- Almeida, C. A. B. (1996). *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Vols. 1 a 7. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Tese de doutoramento).
- Almeida, C.A.B. & Almeida, P.M.D.B. (2011). *Intervenções arqueológicas na freguesia de São Vicente de Guela, Concelho de Arcos de Valdevez: Estudo arqueológico efectuado em contexto de obra (Resumo dos trabalhos, de três escavações arqueológicas, realizados na 2ª Fase da Variante à EN101 em Arcos de Valdevez*. n.p.: Estradas de Portugal, S.A.
- Almeida, C. A. F. (1980). "O templo do Mozinho e o seu conjunto". *Portugalia*. Nova Série. N° 1. Porto: 51-56.
- (1983). "Cultura Castreja: Evolução e problemática". *Arqueologia*. N° 8. Porto: 70-74.
- Álvarez Pérez, X.; Varela Martínez, X; Santamarina, A. (2006) "Permanecia de léxico antigo no galego actual: o caso de Quiroga". In Álvarez, R.; Dubert García, F.; Souza Fernández, X. (eds.). *Lingua e Territorio*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura galega: 257-308. (*Colección Base. Serie Lingüística*; 4).
- Amaral, P. & Teixeira, R. (1998). "Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel". In Soeiro, T. (coord.). *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos*. Penafiel: Museu Municipal: 51-77 (*Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida I; Cadernos do Museu*; 2).
- Ando, C. (2005). "*Interpretatio* romana". *Classical Philology*. N° 100. Chicago: 41-51.

- Andreau, J. (2003). *Banking and Business in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press: 64- 70.
- Andreu Pintado, J. (2009). *Fundamentos da Epigrafia Latina*. Madrid: Liceus E-Excellence: 15-36.
- Andringa, W. (2007). “Religions and the Integration of cities in the Empire in the Second Century AD: The creation of a common religious language”. In Rüpke, J. (ed.). *A companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.: 83-95.
- Araújo, M. & Pérez Alberti, A. (1999). “Os meios geográficos do Noroeste peninsular”. In Souto González, X. (coord.). *Geografia do Eixo Atlântico*. Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: 137- 200.
- Argote, J.C. (1732). *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas dedicadas a el Rey D. João o V*. Tomo I. Título I. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva.
- (1734). *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas dedicadas a el Rey D. João o V*. Tomo II. Título I. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva.
- (1738). *De Antiquitatibus Conuentus Bracaraugustani*. Livro 4. Lisboa: Typis Sylvianis.
- Baños Rodríguez, G. (1994). *Corpus de Inscricións Romanas de Galicia: II Provincia de Pontevedra*. Vol. 2. Santiago: Consello da Cultura Galega.
- Baptista, A.; Encarnação, J.; Lemos, F. (1995). *A via XVIII do Itinerário de Antonino na serra do Gerês- Xurês*. Braga: Instituto da Conservação da Natureza.
- Barbosa, L. (2010). *Relatório 1ª Fase: Carta Arqueológica do Concelho de Amares – Inventário*. Porto: Arqueologia e Património.

Bardin, L. (2005). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroca, M. (1986). “Um templo pré-românico – A Igreja velha de Mondim (Panque, Barcelos)”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. II Série. Vol. 3. Porto, pp. 277-288.

Bejarano, V. (1987). *Hispania Antigua, según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeu*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria. (*Fontes Hispaniae Antiquae*; 7).

Bellino, A. (1895). *Inscrições romanas de Braga (inéditas)*. Braga: Typographia Lusitana.

Beltrán Lloris, F. (1988). “Culto a los Lares y Grupos de Parentesco en la Hispania Indoeuropea”. In Mayer, M (org). *Religio Deorum. Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía Culto y Sociedad en Occidente*. Sabadell: Editorial AUSA: 59-71.

(1995). “Introducción”. In Beltrán Lloris, F. (ed.). *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en occidente*. Zaragoza: Institución <<Fernando el católico>>: 11-15.

(2002). “Os deuses da tríade capitolina na Lusitânia”. In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 105- 109.

Beltrán Lloris, F; Jordán Cólera, C; Marco Simón, F. (2005). “Novedades epigráficas en Peñalba de Villastar (Teruel)”. *Palaeohispanica. Acta Palaeohispanica IX: Actas del IX Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Vol. 5. Zaragoza: Institución <<Fernando El Católico>>: 911-956.

Beltrão, C. (2006). “Religião na *Urbs*”. In Mendes, N. & Silva, G. (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: 137-159.

- (2010). "Interações religiosas do Mediterrâneo romano: práticas de *interpretatio* e *acclamatio*". In Candido, M. (org.). *Memórias do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: UERJ: 42-60.
- (2011). "Elementos da religião doméstica romana na *Aulularia* de Plauto". In Candido, M.; Campos, C. (orgs.). *Práticas Religiosas no Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ: 48- 57.
- Bendala Galán, M. (1998). "La paz augustea y la romanización". In Almagro-Gorbea, M. & Álvarez Martínez, J. (org.). *Hispania: el legado de Roma. El año de Trajano*. La Lonja-Zaragoza: IberCaja: 127-138.
- Bermejo Barrera, J. (1986). "La guerra de los bárbaros y Marte Cosus". In Bermejo Barrera, J. *Mitología y mitos de la Hispania prerromana*. Vol. 2. Madrid: Akal Universitaria: 87-116.
- Bettencourt, A. (1995). "Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal. In Jorge, S.O. (ed.). *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: IPM: 110-115.
- (1999). *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. (Tese de doutoramento).
- (2001). "Considerações em torno de alguns aspetos económicos do Ferro Inicial no Noroeste Português". *Arqueologia*. Nº 26. Porto: 41- 55.
- Blanco Sanmartín, M. P. (1995). "Culto a Xúpiter en *Gallaecia*: Fontes epigráficas no convento bracarense". *Férvedes*. Nº 2. Lugo :164- 175.
- Blázquez, A. (1903). "Nuevas fuentes de Geografía histórica". *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*. Tomo XLV. Madrid: Imprenta del Fomento Naval.

Blázquez Martínez, J.M. (1957). “Le culte des eaux dans la Péninsule Ibérique”. *Ogam: Tradition Celtique*. N° 9. Fasc. 3. Rennes: 209-233.

(1962). *Religiones Primitivas de Hispania: I Fuentes Literarias y Epigraficas*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

(1970). “Las religiones indígenas del área noroeste de la Península Ibérica en relación con Roma”. In Espanha, Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano- Visigóticos. Legio VII Gemina. *Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León*. León: Diputación Provincial: 63-77.

(1975). *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*. Madrid: Ediciones Istmo.

(1977). *Imagen y Mito: estudios sobre religiones mediterraneas e ibericas*. Madrid: Ediciones Cristandad.

(1981). “El sincretismo en la Hispania Romana entre las religiones indígenas, griega, romana, fenicia y misterica”. In La Religión Romana en Hispania. *Symposio organizado por el Instituto de Arqueología “Rodrigo Caro” del C.S.I.C. del 17 al 19 de diciembre de 1979*. Madrid: Subdirección General de Arqueología del Ministerio de Cultura: 177-221.

(1983). *Primitivas religiones ibéricas: Religiones Prerromanas*. Vol. 2. Madrid: Ediciones Cristandad.

(1986). “Sincretismo en la Lusitania romana”. In Chaparro Gómez, C. *I Jornadas sobre manifestaciones religiosas de la Lusitania*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones: 7-14.

- (1989). "Romanización o asimilación?". In Blázquez Martínez, J. M. (ed.). *Nuevos Estudios sobre la Romanización*. Madrid: n.p.: 99- 145.
- (1991). *Religiones en la España Antigua*. Madrid: Cátedra. (Colección Historia/Serie Menor).
- (1996). "Religiones indígenas en la Hispania Romana (addenda et corrigenda)". *Gerión*. N° 14. Madrid: 333- 362.
- (1998). "Los cultos sincréticos y su propagación por las ciudades hispanorromanas". In Rodríguez Colmenero, A. (coord.). Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico. *Actas del Congreso Internacional. Lugo, 15-18 de mayo de 1996*. Lugo: Disputación Provincial: 249- 275.
- (2001). "Teónimos indígenas de Hispania: Addenda y Corrigenda". *Palaeohispanica: Revista sobre lenguas y Culturas de la Hispania Antigua*. N° 1. Zaragoza: Institución <<Fernando El Católico>>: 63-85.
- (2004). "Últimas aportaciones a las religiones prerromanas de Hispania: Teónimos I". *Ilu: Revista de Ciencias de las Religiones*. N° 9. Madrid: 247-279.
- (2006a). "Últimas aportaciones a las religiones de Hispania: Teónimos II". *Ilu: Revista de Ciencias de las Religiones*. N° 11. Madrid: 205-235.
- (2006b). "Nuevos teónimos indígenas hispanos: addenda y corrigenda II: La religiosidad de la prehistoria hispana según F. Jordá". *Zephyrus*. N° 59. Salamanca: 293-303.
- (2010a). "Nuevos teónimos hispanos. Addenda y Corrigenda VI". *Ilu: Revista de Ciencias de las Religiones*. N° 15. Madrid: 57-90.

(2010b). “Teónimos Hispanos: addenda y Corrigenda VII”. *Palaeohispanica: Serta Palaeohispanica J. De Hoz*. Vol. 10. Zaragoza: Institución <<Fernando El Católico>>: 503-523.

Blázquez Martínez, J. & García-Gelabert Pérez, M. (1988). “Nuevas aportaciones a las religiones primitivas de Hispania”. *Espacio, Tiempo y Forma*. II Série: História Antigua. Tomo I. Madrid: 153- 183.

(1992). “Recientes aportaciones al culto de las aguas en la Hispania romana”. *Espacio, Tiempo y Forma*. II Série: História Antigua. Tomo V. Madrid: 21-66.

Bonnaud, C. (2004). “Syncretismes et divinités classiques em Vettonie sous le Haut-Empire”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.7. Nº1. Lisboa: 385-419.

Bonneville, J-N. (1980). “Le monument epigraphique et ses moulurations”. *Faventia*. Vol.2. Fasc. 2. Barcelona: 75- 98.

Borges de Figueiredo, A. (1887). “Monumentos Epigraphicos de Tuy”. *Revista Archeologica e Historica: Publicação mensal*. Vol. 1. Lisboa: Typographia de Adolpho, Modesto & C^a :17-26.

Bosch-Gimpera, P. (1950). “Infiltrações germânicas entre os Celtas peninsulares”. *Revista de Guimarães*. Nº 60. Fasc. 3-4. Guimarães: 339-349.

Bouza-Brey Trillo, F. (1931). “A pía megalítica de Mougás e as prácticas adiviñatorias da Galiza antiga”. *Boletín de la Academia Gallega*. Nºs 235-240. *n.p.*: 175-192.

(1953). “Inexistencia del epíteto ‘Cariocieco’ supuesto tópico de Marte”. *Revista de Guimarães*. Nº 63. Fasc. 1-2. Guimarães: 140-144.

Bradley, M. (2002). “‘It all comes out in the wash’: Looking harder at the Roman *fullonica*”. *Journal of Roman Archaeology*. Vol. 15. Fasc. 1. *n.p.*: 21- 44.

- Brañas Abad, R. (2007). "Entre mitos, ritos e santuários: Los dioses galaico-lusitanos". *In* González García, F.J. (coord). *Los pueblos de la Galicia céltica*. Madrid: Ediciones Akal, S.A.: 377-444.
- Brandão, D. (1959). "Ara dedicada a Júpiter de Carvalho de Rei (Amarante): na Biblioteca-Museu Municipal de Amarante". *Douro-Litoral*. IX Série. N° 4. Porto: 909- 913.
- (1963). "Ara dedicada a Júpiter e pedra sepulcral insculturada de Sanfins (Paços de Ferreira)". *Lucerna*. N° 3. Porto: 232- 235.
- (1984). "Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto". *Arqueologia*. N° 10. Porto: 13-18.
- Buá, J. C. (2002). "Topónimos e Teónimos no Ocidente Hispânico". *In* Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 61-62.
- Burke, P. (2010). *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Unisinos.
- Bustamante, R. (2006). "Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade". *In* Mendes, N. & Silva, G. (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: 109-133.
- Cabral, J. (1992). "Geomorfologia: Características gerais do relevo do Minho Ocidental". *In* Pereria, E. (coord.). *Carta Geológica de Portugal Escala 1/20000: Notícia explicativa da folha 1*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal: 7-8.
- Cadotte, A. (2007). *La Romanización des diex: l'interpretatio romana em Afrique du Nord sous le Haut-Empire*. Leiden: Brill: 1-23.

- Caessa, A. (1990). "As Ninfas, divindades locais?: a propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo". In Rodrigues, M.C. (coord.). *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical: 143-149.
- Caldas, P. (1879). "Lapide romana do Salvador de Thuias". In Castro, A.(dir.) *Portugal Pittoresco*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade:76-80.
- Câmara Municipal de Guimarães. [199-]. *Carta Arqueológica de Guimarães*. Guimarães: n.p.. Disponível em WWW: <URL: www.cm-guimaraes.pt>. Último acesso: 27/10/2014.
- Carcedo de Andrés, B. (2008). "Religiones prerromanas en la Hispania Antigua: Los Turmogos". *Norba: Revista de Historia*. n.p.: 159-179.
- Cardozo, M. (1935a). *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento: I- Secção Lapidar e de Escultura*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- (1935b). "Museu". *Revista de Guimarães*. Nº 45. Guimarães: 92.
- (1938). "Três curiosidades arqueológicas do período lusitano-romano". *Revista de Guimarães*. Nº 48. Fasc. 1-3. Guimarães: 82-84.
- (1947). *Correspondência entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia): 1879-1899*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- (1950). "Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento". *Revista de Guimarães*. Nº 60. Fasc. 3-4. Guimarães: 405-486.
- (1958a). "30 (18 de maio de 1889)". In Cardozo, M. (ed.). *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) - 1879- 1899: Publicação comemorativa do centenário do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos, com anotações de Mário Cardozo*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento: 102-105.

(1958b). "36 (09 de abril de 1891)". In Cardozo, M. (ed.). *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) - 1879- 1899: Publicação comemorativa do centenário do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos, com anotações de Mário Cardozo*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento: 117-121.

(1958c). "39". In Cardozo, M. (ed.). *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) - 1879- 1899: Publicação comemorativa do centenário do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos, com anotações de Mário Cardozo*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento: 132-135.

(1972). *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento: Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*. 2ª edição, ilustrada. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.

(1985). *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento: Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*. 3ª edição, ilustrada. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.

Carvalho, H. (1998). "Pedestal ao Génio encontrado em Vilela, Amares (*Conuentus Bracaraugustanus*)". *Ficheiro Epigráfico*. Nº 57. Inscrição 262. Coimbra.

(2008). *O Povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarensis*. Vols. 1 e 2. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. (Tese de doutoramento).

Cébeillac- Gervasoni, M; Caldelli, M.; Zevi, F. (2006). *Épigraphie Latine*. n.p.: Armand Colin.

Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (1986). *Diccionario de los símbolos*. Barcelona: Editorial Herder.

Collingwood, R. (1932). *Roman Britain*. Oxford: Clarendon Press.

Connolly, P. (1990). *Pompeii*. Oxford: Oxford University Press.

- Cooley, A. (2012). *The Cambridge manual of Latin Epigraphy*. New York: Cambridge University Press.
- Corominas, J. (1976). "Acerca de algunas inscripciones del Noroeste". In Jordá, F; Hoz, J; Michelena, L. (ed.). *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica: Salamanca, 27-31 mayo 1974*. Salamanca: Universidad de Salamanca: 363-385.
- Correia, J. (1957). "Marco de Canaveses: Freixo (Santa Maria)". In Correia, J. *Cidades e Vilas de Portugal*. Lousada: n.p.: 22-23.
- Cortés y Vázquez, L. (1954). "III. Toponimia de Lubián y alrededores". In Cortés y Vázquez, L. *El dialecto galaico-portugues hablado en Lubian (Zamora): (Toponimia, textos y vocabulário)*. Salamanca: Universidad de Salamanca: 22-51. (*Acta Salamantica*, *Serie de Filosofia y Letras*; N° 3, Tomo VI).
- Cortez, F. R. (1958). *Museu D. Diogo de Sousa: roteiro sumário*. Braga: Museu D.Diogo de Sousa.
- Cortez, R. (1946). "O Crasto de Esturãos". *Arquivo do Alto Minho: Repositório de estudos e documentos regionais*. Vol. 2. Fâsc. 1. Viana do Castelo: 14-21.
- Costa, J. (1881). *Introduccion a un Tratado de Política: sacado textualmente de los Refraneros, Romanceros y Gestas de la Península*. Madrid: Imprenta de la Revista de Legislación.
- (2013). *La religión de los Celtíberos y su Organización política y civil*. n.p.: Forgotten Books.
- Craesbeeck, F. (1726). *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho: Escritas em seis livros, pellas correições de que se compõem, a saber Guimarães, Porto e Vianna, Barcellos, Braga e Valença*. Lisboa: Real Academia de Portugal.

[= Craesbeeck, F. (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província Entre Douro e Minho: no ano de 1726*. Vols. 1 e 2. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda].

Cunha, A. (1962). “O mosteiro de Adaúfe”. *Diário do Minho*. (26 de junho de 1962). Ano 43. N° 13.766. Braga: 1-2.

(1975). “A terceira Inscrição de *Bloena*”. *O Distrito de Braga: Boletim cultural de etnografia e História*. II Série. N° 1. Fâsc. 1-4. Braga: Junta Distrital: 23-33.

Cunha, A.; Encarnação, J.; Lemos, F.(2005). “Ara aos *Lares Viales*, de *Bracara Augusta*”. *Forum*. Vol.37. Braga: 147-155.

Cunha, R. (1634). *Primeira parte, da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varões illustres, que florescerão neste Arcebispado: oferecida a Serenissima Virgem Santa Maria de Braga*. Tomo I. Braga: Manoel Cardozo mercador de livros.

Curchin, L. (1982). “Jobs in Roman Spain”. *Florilegium*. Vol. 4. New Brunswick: 32-62.

(1985). *Vici and Pagi* in Roman Spain. *Revue des études anciennes*. N°s 3-4. Tomo LXXXVII. *n.p.*: 327- 343.

(1991). “The romanisation of beliefs”. *Roman Spain: Conquest and Assimilation*. London: Routledge: 154-177.

(2008). “Los topónimos de la Galicia Romana: Nuevo estudio”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Vol. 60. N° 121. *n.p.*: 109-136.

Daremberg, C.; Saglio, E.; Pottier, E. (1904). *Dictionnaire des antiqués grecques et romaines: d'après les textes et les monuments*. Tomo III. Parte II (L-M). Paris: Libraire Hachette et C^{TE}.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. (2003- 2015). Porto: Porto Editora.

Dessau, H. (ed.). (1902). *Inscriptiones Latinae Selectae*. Vol. 2. Partes I. Berlin: Weidmann.

(1916). *Inscriptiones Latinae Selectae*. Vol. 3. Partes I-II. Berlin: Weidmann.

De Bernardo Stempel, P. (2002). “Centro y áreas laterales: la formación del Celtibérico sobre el fondo del celta peninsular hispano”. *Palaeohispanica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania Antigua*. Vol. 2. Zaragoza: Institución <<Fernando El Católico>>: 89- 132.

(2003). “Los formulários teónimicos, *Bandus*”. *Conimbriga*. Nº 42. Coimbra: 197-212.

(2008). “More Names, fewer deities: Complex Theonymic formulas and the three types of *interpretatio*”. In Encarnação, J. (coord.). *Divindades em análise. Actas do VII Workshop FERCAN*. Cascais: CEAUCP: 65-73.

Delgado, J. (1993). “El culto a Júpiter, Juno e Minerva entre las élites béticas durante el alto Imperio Romano”. *Gerión*. Vol.11. Madrid: 337- 363.

Derks, T. (1995). “The ritual of the vow in gallo-roman religion”. In Metzler, J. *Integration in the Early Roman West: The role of culture and ideology*. Michigan: Musée National d’Histoire et d’Art :111- 127.

Dias, L. (1995). “Tongobriga”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Vol. 24. Coimbra: 152-154.

(1997). *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

(2014). “*Tongobriga*: do século de Augusto ao obscurantismo”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 13. Porto: 171- 181.

- Dias, L. & Soares, R. (1999). *Tongobriga: o contributo documental*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia.
- Díez de Velasco, F. (1985). "Balnearios y dioses de las aguas termales en Galicia romana". *In Separata de Archivo Español de Arqueología*. Vol.58. N°s 151-152. Madrid: C.S.I.C: 69-98.
- (1998). *Termalismo y religión: La sacralización del agua termal en la Península Ibérica y el norte de África en el mundo antiguo*. Madrid: n.p..
- Duval, P. (1976). *Les dieux de la Gaule*. Paris: n.p..
- Dumézil, G. (1974). *La religion romaine archaïque*. Payot: Paris: 291- 317.
- Encarnação, J. (1970). "Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães". *Revista de Guimarães*. N° 80. Guimarães: 207-238.
- (1971). "O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica". *In II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional: 346-351.
- (1972). "Vestígios do culto dos Lares em Território Português". *Revista de Guimarães*. N° 81. Guimarães: 91-104.
- (1975). *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1981). "A religião romana não-oficial nas colônias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império". *Memórias de História Antiga*. Vol. 5. n.p.: 19-31.
- (1984). *Inscrições romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.

(1985). “O Culto ao Génio no Noroeste Peninsular”. *Cadernos de Arqueologia*. II Série. N° 2. Braga: 41-49.

(1985-1986). “Omissão dos teónimos em inscrições votivas”. *In Veleia: Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas, 6-10 mayo 1985*. Vitória/Gasteiz: *n.p.*: 305-310. (*Veleia*, 2-3)

(1986). “Indigenismo e romanização na Lusitânia”. *Biblos*. Vol.62. Coimbra: 451-464.

(1987). “Divindades indígenas da Lusitânia”. *Conimbriga*. N° 21. Coimbra: 5-37.

(1988). “Divindades indígenas peninsulares: problemas metodológicos do seu estudo”. *Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. N° 9. Madrid: 261- 276.

(1989). “*Interpretatio romana*: Quelques questions à propos de l'acculturation religieuse em Lusitaine”. *In Untermann, J & Beltrán Lloris, F (eds.). Actas del V Colóquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*. Colônia: Ediciones Universidad de Salamanca: 281-287.

(1990). “Período romano – A religião”. *In Alarcão, J. (coord.). Portugal: Das origens à romanização*. Lisboa: Presença: 442-461. (*Nova História de Portugal*, 1).

(1993a). “Ara dedicada a Júpiter em *Bracara Augusta*”. *Ficheiro Epigráfico*. N° 44. Inscrição 196. Coimbra.

(1993b). “*Decreto decurionum*: algumas notas sobre o mecanismo decisório municipal na Hispânia romana”. *In Ciudad y comunidad cívica en Hispania (siglos II y III d.C.)*. Madrid: Casa de Velázquez: 59- 64. (*Collection de la Casa de Velázquez*, 40).

- (1997). *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (1998). "Religión Indígena y Religión Popular". In Almagro-Gorbea, M. & Álvarez Martínez, J. (ed.). *Hispania: el legado de Roma. El año de Trajano*. La Lonja-Zaragoza: IberCaja: 269- 273.
- (1999). "Notas sobre teonimia pré-romana". In Villar, F. & Beltrán, F. (eds.). *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana. Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 405-407.
- (2002). "Das religiões e das divindades indígenas na Lusitânia". In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 11-16.
- (2005). "Mães e filhos passeando por entre epígrafes...". In Sevillano San José, M; Rodríguez Cortés, J; Olarte Martínez, M; Lahoz, L. (eds.). *El conocimiento del pasado: Una herramienta para la igualdad*. Salamanca: Plaza Universitaria Ediciones: 101-113.
- (2010). *Epigrafia: as pedras que falam*. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- (2011). "Roma e Ibéria Ocidental: duas mundivindências em contacto". In Beltrão, C; Marques, J; Tacla, A; Mendes, N. (orgs.). *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Nau Editora: 99-118.
- (2012). "Notas de leitura". *O Arqueólogo Português*. V Série. Nº 2. Lisboa: 509-512.

- Encarnação, J. & Guerra, A. (2010). "The current state of research on local deities in Portugal".
In Arenas-Esteban, J.A. (ed.). *Celtic Religion across space and time: fontes epigraphici religionvm celticarvm antiqvarvm*. Toledo: Junta de comunidades de Castilla – La Mancha: 94-112.
- Encarnação, J.; Oliveira, J.; Teixeira, C.; Carneiro, A. (2008). "Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)". *Conimbriga*. N° 47. Coimbra: 85- 102.
- Ephemeris Epigraphica: Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. (1899). Vol. 8.
Berlim: Instituto Arqueológico Romano.
- (1913). Vol. 9. Berlim: Instituto Arqueológico Romano.
- Ernout, A. & Meillet, A. (2001). *Dictionnaire étymologique de la langue latine: Histoire des mots*.
Paris: Klincksieck.
- Étienne, R. (2006). "Les syncrétismes religieux dans la péninsule ibérique à l'époque impériale".
In Mayet, F. (coord.). *Itineraria Hispanica: Recueil d'articles de Robert Étienne*.
Paris: De Boccard: 35-43. (= Étienne, 1973).
- Étienne, R.; Fabre, G.; Lévêque, P.; Lévêque, M. (1976). *Fouilles de Conimbriga: II Épigraphie et Sculpture*. Tomo II. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- Fernandes, C. (2002a). "Ara consagrada aos *Genius Tiauranceicus*, por *Camala* filha de *Arquius*". *In* Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 365, n° 11.
- (2002b). "Ara consagrada aos *Lares Cereñaeci*, por *Niger* filho de *Proculus*". *In* Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 366, n° 12.

(2002c). “Ara consagrada às *Nimphae Lupianae*, por *Antonia Rufina*”. In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 358, nº 4.

(2002d). “Ara consagrada aos *Lares Viales*, por *Maternus*, filho de *Rufus*”. In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 461, nº 130.

(2002e). “Ara consagrada às *Nymphae*, por *Urbanus*.” In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 440, nº 108.

(2002f). “*Genii*, *Lares* e *Tutela* na Província da Lusitânia”. In Ribeiro, J. (ed.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 179- 188.

Fernandes, C & Ribeiro, J. (2002). “Ara consagrada ao *Genius*, por *Saturninus*, filho de *Caturo*”. In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 459, nº 125.

Ficheiro Epigráfico. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Fidel Fita, P & Fernández-Guerra, A. (1880). *Recuerdos de un viaje á Santiago de Galicia*. Madrid: Imprenta de los Sres. Lezcano y Comp.^a.

Filgueiras Valverde, J & D'Ors, A. (ed.). (1955). *Inscripciones Romanas de Galicia: III Museo de Pontevedra*. Vol. 3. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos.

Finley, M. (1990). “As mulheres silenciosas de Roma”. In Finley, M. *Aspetos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70: 143- 156.

Fishwick, D. (1991). *The Imperial Cult in the Latin West: Studies in the ruler cult of the Western provinces of the Roman Empire*. Vol. 2. Nº 1. Leiden: Brill.

Fita Colomé, F. (1908). “Variedades: Inscripciones romanas del Valle de Otañes”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo 52. Madrid: 543- 564.

Flohr, M. (2009). “The social world of Roman *fullonicae*”. In Driessen, M.; Heeren, S.; Hendricks, J.; Kemmers, F.; Visser, R. (orgs.). TRAC 2008. *Proceedings of the Eighteenth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Amsterdam: *n.p.*: 173- 185.

(2011). “Consumption, not production: Understanding the *fullonicae* of Pompeii”. In Alfaro, C.; Brun, J.; Benoit, R.; Borgard, P. (eds.). *Purpurae Vestes. III Symposium Internacional sobre Textiles y Tintes del Mediterráneo en el mundo antiguo*. Valencia: *n.p.*: 209- 215.

(2013). *The World of the Fullo: Work, Economy and Society in Roman Italy*. Oxford: Oxford University Press: 288- 349.

Florez, H. (1766). *España Sagrada: Theatro Geographico historico de la iglesia de España: origen, divisiones y limites de todas sus provincias: Antigüedad, Traslaciones, y estado antiguo y presente de sus sillas, com algunas Disertaciones criticas*. Tomo XXI. Madrid: Antonio Marin.

Fontes, L. (1993). “Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga”. *Mínia*. Ano I. III Série. Braga: 31-88.

(2011). *Arqueologia, Povoamento e Construção de paisagens serranas: O termo de Lindoso, na Serra Amarela*. Vols. 1 e 2. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. (Tese de doutoramento).

(2013). *Lindoso: uma paisagem com História*. Ponte da Barca: Câmara Municipal de Ponte da Barca.

- Fontes, L.; Carvalho, P.; Vilar, B.; Ribeiro, J. (2009). *Coleção de Epigrafia e Arquitectura Antigas (séculos I a.C – VII d.C)*. Vol. 1. Braga: Instituto de História e Artes Cristãs – Arquidiocese de Braga.
- Freeman, P. (1997). "Mommsen to Haverfield: the origins of studies of Romanization in late 19th-c. Britain". In Mattingly, D. (ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth: Oxbow books: 27- 50. (*Journal of Roman Archaeology: Supplementary Series, 23; Internacional Roman Archaeology Conference Series*).
- Freitas, E. (1908). "Subsídios para o inventário archeológico do concelho de Felgueiras". *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo II. Fâsc. 3. n.p.: 665-666.
- (1960). *Felgueiras Rubeas: Subsídios para a História do Concelho de Felgueiras*. Porto: Tipografia Nunes.
- Garcia, J. M. (1991). *Religiões Antigas de Portugal: Aditamentos e observações às 'Religiões da Lusitânia' de J. Leite de Vasconcelos, Fontes Epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Garcia Alonso (2005). "-Briga Toponyms in the Iberian Peninsula". *E-Keltoi: The Celts in the Iberian Peninsula*. Vol. 6. n.p.: 689- 711. Disponível em WWW: <URL: <http://www4.uwm.edu>>. Último acesso: 15/08/2014.
- García Fernández-Albalat, B. (1986). "Las llamadas divindades de las aguas". In Bermejo Barrera, J. (org.). *Mitología y mitos de la Hispania Romana*. Vol. 2. Madrid: Akal/Universitaria: 141- 192.
- García Martínez, S. M. (1995a). "La epigrafia romana del concelho de Guimarães. Un estado de la cuestión. *Revista de Guimarães*. N° 105. Guimarães: 139-171.

(1995b). “Los Diferentes Artes y Oficios en el Noroeste Hispanorromano”. *Conimbriga*. Nº 34. Coimbra: 147-168.

(1996). *La romanización de los Coventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico*. León: Facultad de Filosofía y Letras. (Tese de doutoramento).

(1999). “Francisco Martins Sarmiento: la semblanza de un epigrafista del Mundo Romano”. *Revista de Guimarães*. Vol. Especial 1. Guimarães: 201-212.

(2002). “La implicación del colectivo femenino en los cultos indígenas y latinos del *conuentus bracaraugustanus*”. *Estudios Humanísticos: História*. Nº 1. León: 15-33.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC: 65-92.

Gimeno Pascual, H. (1988). *Artesanos y Técnicos en la epigrafía de Hispania*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

González Fernández, J. (1989). *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía*. Vol. 1: Huelva-Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Junta de Andalucía.

González Rodríguez, M. (2005). “Sobre la religio de los pueblos del NO durante el Alto Imperio: Algunas observaciones”. *Palaeohispanica. Acta Palaeohispanica IX: Actas del IX Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Vol. 5. Zaragoza: Institución <<Fernando El Católico>>: 775-792.

(2008). “Noms des divinités Préromaines du Nord-Ouest Hispanique: Bilan Provisoir”. In Encarnação, J. (coord.). Divindades em análise. *Actas do VII Workshop FERCAN*. Cascais: CEAUCP: 81-104.

González Ruibal, A. (2006- 2007). *Galaicos: Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.- 50 d.C.)*. Tomo II. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón: 277- 596. (*Brigantium*, 19).

- González Soutelo, S. (2003). "Revisión de nuevas evidencias epigráficas localizadas en el municipio de Tui (Pontevedra)". *Gallaecia*. N° 22. *n.p.*: 267- 279.
- Goffaux, B. (2004). "Le culte au génie de la cité dans la Péninsule ibérique romaine". *Pallas*. Vol. 66. *n.p.*: 157- 179.
- Gorrochategui Churrua, J. (1987). "En torno a la clasificación del lusitano". In Gorrochategui, J.; Melena, J.; Santos, J. (eds.). *Studia Paleohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Vitória: Universidad del País Vasco; Instituto de Ciencias de la Antigüedad: 77-92. (*Veleia*, 2-3).
- Grimal, P. (1990). *The concise dictionary of Classical Mythology*. Oxford: Basil Blackwell Ltd.
- Guerra, A. (1998). *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Universidade de Lisboa. (Tese de doutoramento).
- (2002). "Omnibus Numinibus et Lapitearum: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente Peninsular". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. N° 1. Lisboa: 147-159.
- (2003). "Algumas questões de toponímia pré-romana do Ocidente Peninsular". *Palaeohispanica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania Antigua*. Vol. 3. Zaragoza: 101-112.
- (2005). "Povos, cultura e língua no Ocidente Peninsular: uma perspectiva, a partir da toponomástica". *Palaeohispanica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania Antigua*. Vol. 5. Zaragoza: 793- 822.
- Guerra, L.F. (1899-1900). "Vestígios romanos do concelho de Viana do Castello". *O Archeólogo Português*. I Série. Fáscs. 5-6. Lisboa: 175- 177.

Guimarães, O. (1894). “Tagilde: Memoria historico-descriptiva”. *Revista de Guimarães*. Nº 11. Fâsc. 1. Guimarães: 5-42.

(1901). “Catálogo do Museu Archeologico”. *Revista de Guimarães*. Nº18. Guimarães: 38-72.

(1907). “O Museu Archeologico”. *Revista de Guimarães*. Nº 24. Fâsc. 2. Guimarães: 79-86.

Haensch, R. (2007). “Inscriptions as Sources of Knowledge for Religions and Cults in the Roman World of Imperial Times”. In Rüpke, J. (ed.). *A companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd: 176-187.

Hainzmann, M. & De Bernardo Stempel, P. (2013). “*Interpretatio Romana vel indígena im Spiegel der Götterformulare*”. In Hofeneder, A. & De Bernardo Stempel, P. (orgs.). *Théonymie Celtique, Cultes, Interpretatio / Keltische Theonymie, Kulte, Interpretatio. X Workshop F.E.R.C.A.N.* Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften: 193- 220.

Hatt, J. (1989). *Mythes et dieux de la Gaule: Les grandes divinités masculines*. Tomo I. Paris: Picard.

Häussler, R. (2008a). “How to identify Celtic religion(s) in Roman Britain and Gaul”. In Encarnação, J. (coord.). *Divindades em análise. Actas do VII Workshop FERCAN*. Cascais: CEAUCP: 13- 63.

(2008b). “Signes de la ‘romanisation’ à travers l’épigraphie: possibilités d’interprétations et problèmes méthodologiques”. In Häussler, R. (dir.). *Romanisation et épigraphie: Études interdisciplinaires sur l’acculturation et l’identité dans l’Empire romain*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil : 9-30.

(2012). "*Interpretatio indigena: Re-inventing local cults in a global world*". *Mediterraneo Antico*. Vol. 15. Fáscs. 1-2. Pisa: 143-174.

Haverfield, F. (1912). *The Romanization of Roman Britain*. Oxford: *n.p.*

(1915). *The Romanization of Roman Britain*. Oxford: *n.p.*

(1923). *The Romanization of Roman Britain*. Oxford: *n.p.*

Hernández Fernández, J. (1998). "Los *Vibii Pac(c)iaeci* de la Bética: una familia de *hispanienses* mal conocida". *Faventia*. Vol. 20. Fasc. 2. *n.p.*: 163-176.

Heuten, G. (1933). "Les divinités capitoline em Espagne". *Revue belge de philologie et d'Histoire*. Tomo XII. Fasc. 3. *n.p.*: 549- 568.

Hingley, R. (1996). "The 'legacy' of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization". In Cooper, N. & Webster, J. *Roman Imperialism: Post- Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies: 35-48.

Hispania Antiqua Epigraphica. Madrid: Instituto de Arqueología y Prehistoria "Rodrigo Caro".

Hispania Epigraphica. Madrid: Archivo Epigráfico de Hispania; Universidad Complutense.

Holder, A. (1896). *Alt- Celtischer Sprachschatz*. Tomo I (A- H). Leipzig: B.G. Teubner.

(1904). *Alt- Celtischer Sprachschatz*. Tomo II (I- T). Leipzig: B.G. Teubner.

Hoz, J. (2013). "La epigrafía lusitana y la intersección de religión y lengua como marcador identitário". *Revista da Faculdade de Letras: Ciências do Património*. Vol. 12. Porto: 87-98.

Hübner, E. (1869). *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Chico: Classical MicroPublishing Inc. (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, 2).

(1871). *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias de Lisboa.

(1892). *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Chico: Classical MicroPublishing Inc. (*Corpus Inscriptionum Latinarum Supplementum*, 2).

Iglesias Gil, J. (1986). “*Genius Turgalensis*”. In Chaparro Gomez, C. *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania (Marzo de 1984)*. Cáceres: Universidad de Extremadura: 127-132.

Juan-Tresserras, J. (2000). “El uso de plantas para el lavado y teñido de tejidos en época romana: análisis de residuos de la *Fullonica* y la *Tinctoria* de *Barcino*”. *Complutum*. N° 11. Madrid: 245- 252.

Jubainville, H. (1893). “Les Celtes en Espagne”. *Revue Celtique*. Tomo XIV. Paris :357-395.

Keppie, L. (2002). *Understanding Roman Inscriptions*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

L'Anée Épigraphique. Paris: CNRS; Université de Paris I.

Lambrino, S. (1959). “Les Germains en Lusitanie”. In *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Vol. 3. Lisboa: Instituto de Alta Cultura: 477-491.

(1965). “Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien”. In Les Empeureurs Romain d’Espagne. *Actes du Colloque International sur les Empereurs Romains d’Espagne*. Paris: *n.p.*: 223-242.

Lassère, J-M. (2005). *Manuel d’Epigraphie Romaine*. Tomos I- II. Paris: Picard.

Le Roux, P. (1994). "Cultes indigènes et religion romaine en Hispanie sous Empire". *In* Bohec, Y. (ed.). *L'Afrique, la Gaule, la Religion à l'époque romaine*. Bruxelles: Latomus: 560-567. (*Collection Latomus*; 226).

Le Roux, P. (2004). "La romanisation en question". *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Ano 59. N° 2. Les Lilas: 287-311.

(2006). "Mars dans la Péninsule Ibérique au Haut-Empire Romain". *In* Brouquier-Reddé, V.; Bertrand, E.; Chardenoux, M-B.; Gruel, K.; L'Huillier, M-C. (eds.). *Mars en Occident. Actes du Colloque Internacional «Autour d'Allonnes (Sarthe), Les Sanctuaires de Mars en Occident»*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes :87-95.

(2009). "Cultos y religión en el Noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio romano: nuevas perspectivas". *Veieia*. N° 26. Vitória: 265-285.

(2010). "*Vicus* et *Castellum* en Lusitanie sous l'Empire". *In* *Studia Historica. Historia antigua. Actas del Coloquio Les campagnes de Lusitanie romaine: occupation Du sol et habitat*. N° 10. Salamanca: 151-160.

Le Roux, P. & Tranoy, A. (1973). "Rome et les Indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire". *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Tomo IX. *n.p.*: 177-231.

(1974). "Contribution a l'etude des regions rurales du N.O. Hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel". *In* *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Vol. I. Porto: Ministério da Educação Nacional. Junta Nacional de Educação: 249-259.

Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro. *Diário da República*. I série. N° 19 (2013- 01- 28): 552-(2)-552-(147).

Lemos, F. (2002). “*Bracara Augusta* – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular”. *Forum*. Vol. 31. Braga: 95- 127.

Linares, A. (1982). “Una lápida a los lares viales en Comba (Allende)”. *Boletín Del Real Instituto de Estudios Asturianos*. Ano 36. N° 107. Oviedo: 773-784.

Lopes, L. (1995). “Talábriga: situação e limites aproximados”. *Portugalia*. Nova Série. Vol. 16. Porto: 331- 334.

López, F. (1983). “Onomástica Galega: Topónimo e apel. ‘Quiroga’”. *Grial: Revista Galega da Cultura*. N° 79. Xaneiro- Febreiro- Marzo. Vigo: 107- 108.

López Cuevillas, F. (1935). “O culto das fontes no noroeste hispânico”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 7. Fáscs. 2-3. Porto: 73- 104.

(1953). *La civilización céltica en Galicia*. Santiago de Compostela: Porto y Cia – Editores.

López Cuevillas, F. & Serpa Pinto, R. (1933-1934). “Estudos sobre a idade do Ferro no Noroeste da Península: a relixión”. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*. Tomo VI. Santiago de Compostela: 297 – 367.

Lorrio, A. & Olivares Pedreño, J.C. (2004). “Imagen y simbolismo del toro em la Hispania Céltica”. *Revista de Estudios Taurinos: Toros y Arqueología*. N° 18. Sevilla: 81- 141.

Luján, E. (2011). “*Briga* and *castellum* in North-Western Hispania”. In Luján, E. & García Alonso, J.L. (eds.). *A Greek man in the Iberian Street: Papers in Linguistic and Epigraphy in Honour of Javier de Hoz*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaften und Literaturen der Universität Innsbruck Bereich Sprachwissenschaften: 225-242.

MacMullen, R. (1982). “The Epigraphic Habit in the Roman Empire”. *The American Journal of Philology*. Vol.103. N° 3. Baltimore: 233-246.

- Maia-Bessa, K. (1999). *Recherches sur les differents aspects du syncretisme religieux dans la Lusitanie Romaine*. Tomo I. Paris: Université Paris IV- Sorbonne- École Doctorale les Mondes de l'Antiquité. (Tese de doutoramento).
- Mangas, J. (1998). "La religión romana en Hispania". In Almagro-Gorbea, M. & Álvarez Martínez, J. (ed.). *Hispania: el legado de Roma. El año de Trajano*. La Lonja-Zaragoza: IberCaja: 263- 268.
- Mantas, V. (1996). *A rede viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Tese de doutoramento)
- Manzella, I. (1987). *Mestiere di epigrafista: Guida alla schedatura del materiale epigrafico lapideo*. n.p.: Edizioni Chasar.
- Marco Simón, F. (1999). "Divindades indígenas en la Hispania Indoeuropea". *Veleia: Revista de Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología y Filología Clásicas*. Nº 16. Vitória/Gasteiz: 33- 49.
- (2001). "Imagen divina y transformación de las ideas religiosas en el ámbito Hispano-Galo". In Villar, F & Fernández Álvarez, M. (eds.). *Religión, lengua y culturas prerromanas de Hispania. VIII Colóquio sobre Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 213- 226. (Acta salmanticensia. *Estudios filológicos*, 238).
- (2005). "Religion and Religious Practices of the Ancient Celts of the Iberian Peninsula". *E-Keltoi: The Celts in the Iberian Peninsula*. Vol. 6. n.p.: 287-345. Disponível em WWW: <URL: <http://www4.uwm.edu>>. Último acesso: 15/08/2014.
- Martin Minguez, B. (1883). *Datos Epigráficos y Numismáticos de España*. Valladolid: Imprenta, Librería Nacional y Extranjera de los Hijos de Rodriguez.

Martins, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho. (*Cadernos de Arqueologia, Monografias*).

(1996). "Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milênio a.C.". *In De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 118- 133.

(2000). *Bracara Augusta: a cidade romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

(2004). "Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*: Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana". *In* Ruiz de Arbulo, J. (ed.). *Simulacra Romae: Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta*. n.p.: 149-173.

Martins, M. & Carvalho, H. (2010). "*Bracara Augusta* and the changing rural landscape". *In* Corsi, C. & Vermeulen, F. (eds.). *Changing Landscapes: The impact of Roman towns in the Western Mediterranean. Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide – Marvão 15th-17th May 2008*. Bologna: Ante Quem: 281-298.

Martins, M., Lemos, F., Pérez Losada, F. (2005). "O povoamento romano no território dos Galaicos Bracarense". *In* Fernández Ochoa, C & García Díaz, P. (eds.). *Unidade y Diversidad en el Arco Atlántico en época romana. III Colóquio Internacional de Arqueología em Gijón*. Gijón: n.p.: 259-276.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F.; Braga, C. (2012). "Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta: Sociedade, Economia e Lazer". *In* Ribeiro, M, Melo, A. (coords.). *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM: 29-67.

Masdeu, J. (1788). *Historia critica de España y de la cultura española en todo género*. Tomo V. Parte II. Madrid: D. Antônio de Sancha.

- Mattos, A. (1946). "Uma inscrição romana inédita". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. N° 9. Porto: 121- 122.
- (1947). "II Parte: Inventário das inscrições do Douro-Litoral (continuação)". *Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. II série. Fâsc. 8. Porto: 60- 75.
- Mayer, M. (2002). "As inscrições politeicas e seu significado: exemplos do ocidente hispânico". In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 201- 203.
- Mendes, N. (2007). "O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de romanização". *Revista de História e Estudos Culturais*. Ano 4. Vol. 4. N° 1. *n.p.*: 1- 19.
- Mendes, N. & Otero, U. (2004). "Religiões e as Questões de Cultura, Identidade e Poder no Império Romano". *Phoênix*. Ano 9. Rio de Janeiro: 196-220.
- Mendes, N.; Bustamante, R.; Davidson, J. (2005). "A experiência imperialista romana: teorias e práticas". *Tempo*. N° 18. Niterói: 17-41.
- Menéndez Pidal, R. (1951). "*Mars Cariociecus*". *Boletim de Filologia*. Tomo XII. Fâscs. 3-4. Lisboa: 225-227.
- Meyer, E. (1990). "Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs". *The Journal of Roman Studies*. Vol. 80. *n.p.*: 74-96.
- Michelena, L. (1961). "Varia: Religiones Primitivas de Hispania". *Zephyrus*. N° 12. Salamanca: 197- 249.
- Millán González- Pardo, I. (1987). *Toponimia del consejo de Pontedeume y cartas reales de su puebla y alfoz*. La Coruña: *n.p.*

Millett, M. (1990). "Romanization: historical issues and archaeological interpretations". In Blagg, T. & Millett, M. (eds.) *The early roman empire in the west*. Oxford: n.p.: 35- 41.

(2003). *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miranda, A. (1944). "Ara zoomórfica". *Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. II série. Fasc. 2. Porto: 25-26.

Mommsen, T. (1873). *Inscriptiones Asiae: Provinciarum Europae Graecarum, Illyrici Latinae*. Parte I. Chico: Classical MicroPublishing Inc. (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 3).

(1885). *Römische Geschichte: Die Provinzen von Caesar bis Diocletian*. Vol. 5. Berlim: n.p.

Monteiro, A. (1948). "As pontes de Canaveses". *Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. III série. Fasc. I. Porto: 50- 64.

(1960). "A Tamagani". In *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos – Dr. José Leite de Vasconcelos*. Vol. II. Porto: n.p.

Morais, R. (2010). *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

Morais, R.; Bandeira, M.; Pinho, E. (2013). *Itineraria Sacra: Bracara Avgvsta Fidelis et Antica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. (*Classica Instrvmenta – Monografias de História de Arte e Arqueologia*).

Moralejo, J. (2007). *Callaica Nomina: Estudios de Onomástica Gallega*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Moreira, M. (1982). "A romanização do Litoral do Alto Minho". *Caminiana*. Nº 6. Caminha: 33-96.

- Muñiz Coello, J. (1989). “*Officium dispensatoris*”. *Gerión*. Vol. 7. Madrid: 107- 119.
- Muratorio, L. (1742). *Novus Thesaurus Veterum Inscriptionum: in praecipuis Eabundem Collectionibus*. Tomo IV. n.p.: *Ex aedibus Palatinis*.
- Museu Ethnographico Português. (1905). “Acquisições do Museu Ethnologico Português”. *O Archeologo Português*. I série. Vol. 10. Nº 10-12. Lisboa: 379-382.
- Neves, F. (1949). “Talábriga e a descoberta da ara de Esturãos”. *Arquivo do Distrito de Aveiro: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos ao Distrito*. Vol. 15. Aveiro: 39- 47.
- Neto, J. D. M (1792). *Memorias de Literatura Portuguesa*. Tomo III. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Nicols, J. (1987). “Indigenous culture and the process of romanization in Iberian Galicia”. *The American Journal of Philology*. Vol.108. Nº 1. Baltimore: 129-151.
- (2013). *Civic Patronage in the Roman Empire*. Leiden: Brill.
- Nunes, M; Sousa, L; Gonçalves, C. (2008). *Carta Arqueológica do concelho de Lousada*. Lousada: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.
- Olivares Pedreño, J. C. (1998-1999). “El culto a Nabia en Hispania y las diosas polifuncionales indoeuropeas”. *Lucentum*. Nºs 27- 28. Alicante: 229-241.
- (1999). “Dioses indígenas vinculados a núcleos de población en la Hispania romana”. *Espacio, Tiempo y Forma*. II Série: Historia Antigua. Madrid: 325-350.
- (2000a). *Divindades Indígenas de la Hispania Romana*. Alicante: Universidad de Alicante. (Tese de doutoramento).

(2000b). “Las ofrendas votivas de comunidades rurales a Júpiter en Hispania como testimonios de religiosidad indígena”. *Dialogues d'Histoire Ancienne*. Vol. 26. Fasc. 2. *n.p.*: 63-75.

(2000c). “Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal”. *Conimbriga*. N° 39. Coimbra: 53-83.

(2002). *Los dioses de la hispania céltica*. Madrid: Real Academia de la História - Universidad de Alicante.

(2002-2003). “Religión romana y religión indígena en las ciudades de la céltica hispana”. *Lucentum*. N° 21-22. Alicante: 207-225.

(2003). “Reflexiones sobre las ofrendas votivas a dioses indígenas en Hispania: Ámbitos de culto y movimientos de población”. *Veleia*. N° 20. Bilbao: 297-313.

(2008). “*Interpretatio* epigráfica y fenómenos de sincretismo religioso en el área céltica de Hispania”. *Historia Antiqua*. N° 32. Valladolid: 213-248.

(2009). “El culto a Júpiter, deidades autoctónas y el proceso de interacción religiosa en la céltica hispana”. *Gerión*. Vol. 27. N° 1: 331-360.

Palomar Lapesa, M. (1957). *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania: estudio lingüístico*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto “Antonio de Nebrija; Colgio Trilingue de la Universidad. (*Theses et Studia Philologica Salamanticensia*, 10).

Panciera, S (2012). “What is an Inscription? Problems of Definition and Identity of an Historical Source”. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. N° 183. Colgne: 1-10.

Pedrero, R. (2001). “Los epítetos del teónimo occidental Bandue/i”. In Villar, F. & Fernández Álvarez, M. (eds.). Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania. *Actas del*

VIII Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 541- 560. (*Acta Salamantica*, *Estudios Filológicos*; 283).

Perea Yébenes, S. (2007). “*Eques curator*”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. Nº 1. Lisboa: 247-257.

Pereira, F. (1907). “Ara celtiberica da epoca romana: (Um novo “Genio”)”. *O Archeólogo Portugues*. I série. Vol. 12. Lisboa: 36-52.

(1923-1924). “Rascunho de velharias de Entre-Lima-e-Minho”. *O Archeólogo Portugues*. I Série. Vol. 26. Lisboa: 251-282.

Pereira Menaut, G. (1983). “Los *castella* y las comunidades de *Gallaecia*”. In *Actas del II Seminario de Arqueologia del Noroeste*. Madrid: Ministério de Cultura: 168- 192.

(1998). “Reflexiões en clave histórica sobre Monte Mozinho”. In Soeiro, T. (coord.). *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos*. Penafiel: Museu Municipal: 37-50 (*Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida I; Cadernos do Museu*; 2).

Pérez Losada, F. (1998). “Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico- romano”. *O Arqueólogo Português*. VI Série. Nº 16. Lisboa: 157- 174.

(2002). *Entre a cidade e a aldeia: estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos de Galicia*. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico Castelo de San Antón. (*Brigantium*, 13).

Peeters, F. (1938). “Le culte de Jupiter em Espagne d’après les inscriptions”. In *Revue belge de philologie et d’histoire*. Tomo XVII. Fascs. 3-4. n.p.: 853- 886.

- Penas Truque, M. (1986). “Los dioses de la montaña”. In Bermejo Barrera, J. *Mitología y mitos de la Hispania prerromana*. Vol. 2. Madrid: Akal Universitaria: 117-140.
- Pimentel, N. (1997). “2. Quadro Natural: 2.1. As formas de Relevo e a sua Origem”. In Brito, R. (dir.). *Portugal Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa: 29- 47.
- Pina, L. (1929). *Vimaranes: Materiais para a historia da medicina portuguesa, Arqueologia, Antropologia, Historia*. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto: 107. (Tese de doutoramento).
- Pinho, J. (1928). “A ara de Marecos”. *Penha-Fidelis*. Vol.1. Fáscs. 5-7. Penafiel: 95- 97, 116-120 e 124- 127.
- Pokorny, J. (1959). *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Bern; München: Francke Verlag.
- Portela Filgueiras, M. (1984). “Los dioses Lares en la Hispania Romana”. *Lucentum*. N° 3. Alicante: 153- 180.
- Prósper, B. (2002). *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca.
- (2004). “Varia Palaeohispanica occidentalia: I Lusitano Taurom Ifadem. II Origen del toónimo galaico, γλαδόμυρον. III Indoeuropeo *kor-(y)lo- ‘ejército’ en Hispania. IV Un superlativo hispano-celta *kintúsamos y una cuestión de acento”. *Palaeohispanica: revista sobre lenguas y culturas de Hispania Antigua*. Vol. 4. Zaragoza: Institución <<Fernando el Católico >>: 169-194.
- Queiroga, F. (2013). “Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 12. Porto: 181-201.

- Rawson, B. (2003). *Children and Childhood in Roman Italy*. New York: Oxford University Press: 210- 269.
- Rebelo, F. (1992). "O relevo de Portugal: uma introdução". *Inforgéo*. Vol. 4. *n.p.*: 17- 35.
- Redentor, A. (2011). *A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da época romana*. Vols. 1 e 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Tese de doutoramento).
- Redentor, A. & Regalo, H. (2013). "Ara a Júpiter (Semelhe, Braga): (*Conuentus Bracaraugustanus*)". *Ficheiro Epigráfico*. Nº 106. Inscrição nº 468. Coimbra.
- Revell, L. (2009). *Roman Imperialism and Local Identities*. New York: Cambridge University Press.
- Ribeiro, J. (2002a). "Cultos Privados". In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 463- 474.
- (2002b). "Os exércitos, a guerra, a vitória e seus deuses". In Ribeiro, J. (coord.). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 425- 429.
- (2002c). *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa. Guia da Exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Ribeiro, J. & Fernandes, C. (2002). "Ara publicamente consagrada a *Nabia Corona* e a outras divindades". In Ribeiro, J. (coord.) *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 371- 372, nº 17.
- Ribeiro, J.P. (1810). *Dissertações chronologicas e criticas sobre Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Rivas Fernández, J. (1973). “Nuevas aras romanas orensanas y rectificaciones interpretativas en torno a otros epígrafes galaico-romanos ya conocidos”. *Boletín Auriense*. Ano 3. Tomo III. Ourense: 57-96.

(1993). “Consideraciones sobre la religión Galaico-romana: Desmitificación de supuestos mitos”. *Boletín Auriense*. Ano 23. Tomo XXIII. Ourense: 21-70.

Rodríguez Colmenero, A. (1995). “*Corpus* de inscripciones rupestres de la época romana del cuadrante NW de la Península Ibérica”. In Rodríguez Colmenero, A. & Gasperini, L. (eds.). *Saxa Scripta* (Inscripciones en Roca). *Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre a epigrafia rupestre*. Santiago de Compostela e Norte de Portugal: Edicios do Castro:117-259. (*Anejos de Larouco*; 2).

Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S; Álvarez Asorey, R. (2004). *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste Hispanico: (conventos bracarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega; Sección de Patrimonio Histórico. (*Gran Formato, Callaeciae et asturiae itinera romana*).

Rodríguez Navarro, A. (1986). “Algunas consideraciones sobre la religion en el *Conuentus Bracaraugustanus* durante la época romana”. In Chaparro Gomez, C. *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania (Marzo de 1984)*. Cáceres: Universidad de Extremadura: 113-125.

Rosário, A. (1973). “Breve catálogo do Museu Pio XII: I – secção lapidar – Cont. (Doc. 22)”. *Falam Documentos*. 2ª edição. Ano 2/3. N.ºs 31-66. Braga: 3.

Rosivach, V. (1983). “Mars, the Lustral God”. *Latomus: Revue d'Études Latines*. Tomo XLII. Fascículo 3. Julho-Setembro. Bruxelas: 509- 521.

Salinas de Frías, M. (1995). “Los teonimos indigenas con la mencion ‘*deus, -a*’ en la epigrafia hispana”. *Conimbriga*. N.º 34. Coimbra: 129- 146.

- Sampedro, C. (1931). "Aras romanas en el Museo de la Sociedad arqueológica de Pontevedra". *In Libro de Oro de la provincia de Pontevedra*. n.p.: Editorial P.P.K.O: 32- 34.
- Sánchez Salor, E. & Salas Martín, J. (1984). "El culto a Júpiter *Repulsor* en la Península Ibérica, según sus inscripciones". *Norba: Revista de História*. N° 5. n.p.: 81- 94.
- Santa Gertrudes, B. [- -?]. *Apontamentos e estudos*. Ms. Pertencente a Eugénio Andrea da Cunha e Freitas.
- Santos, L. (1945). "A propósito de uma ara inédita dos Lares". *Arquivo do Alto Minho: Repositório de estudos e documentos regionais*. Vol. 1. Fâsc. 1. Viana do Castelo: 43-48.
- Santos, L.; Le Roux, P; Tranoy, A. (1983). "Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga". *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. 37. N°:83-84 Fâscs. 96-97. Braga: 183-205.
- Santos Júnior, J. & Cardozo, M. (1953). "Ex-votos às Ninfas em Portugal". *Zephyrus*. N° 4. Salamanca: 53-68.
- Sarmiento, F. (1882a). "Ainda o *Genius* da inscrição do Freixo". Vasconcellos, J.L. (ed.). (1901). "Extratos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883). *O Archeologo Português*. I Série. Vol. 6. Lisboa: 44-45.
- (1882b). "Inscrições (romana e portuguesa) do Marco de Canaveses: Ruínas de Chalcedonia e estrada da Geira". Vasconcellos, J.L. (ed.). (1901). "Extratos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883). *O Archeologo Português*. I Série. Vol. 6. Lisboa: 180-181.
- (1882c). "O castro de Freixo". Vasconcellos, J.L. (ed.). (1901). "Extratos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883). *O Archeologo Português*. I Série. Vol. 6. Lisboa: 42-43.

(1882d). “O *Genius* de Freixo”. Vasconcellos, J.L. (ed.). (1901). “Extratos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883). *O Archeologo Português*. I Série. Vol. 6. Lisboa: 44.

(1883-1884a). “Inscrições inéditas”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. II Série. Tomo IV: 58, :69 e :105.

(1883-1884b). “A propósito de castros”. In Cardozo, M. (1933). *Dispersos: Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sôbre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte-pré-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

(1884). “Materiaes para a archaeologia do concelho de Guimarães”. *Revista de Guimarães*. N° 1. Fâsc. 4. Guimarães: 161-189.

(1887-1889). “Para o Pantheon Lusitano”. *Revista Lusitana*. Vol. 1. Porto: 236-238.

(1901). “Materiaes para a archaeologia do concelho de Guimarães”. *Revista de Guimarães*. N° 18. Guimarães: 8-29.

(1930). “Cartas de Martins Sarmiento ao Padre Martins Capela”. *Revista de Guimarães*. N° 40. Fâsc. 3- 4. Guimarães: 81-87.

(1933). “Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães”. In Cardozo, M. *Dispersos: Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sôbre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte-pré-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 191-281.

(1970). “Antiqua”. *Revista de Guimarães*. N° 80. Guimarães: 11-72.

(1990). “A mourama”. *Revista de Guimarães*. N° 100. Guimarães: 343-353.

Sastre de Diego, I. (2009). *El altar en la arquitectura cristiana hispánica: Siglos V-X*. Vol. 2. Madrid: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid. (Tese de doutoramento).

Sastre Prats, I. (1999). *Formaciones sociales y organización territorial en el Conuentus Asturum: La integración en el mundo romano y el proceso histórico durante el Alto Imperio*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

(2002). "Epigrafía y formaciones sociales en el Noroeste romano". In Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del *conuentus asturum* durante el Alto Imperio. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas: 15-46. (*Anejos del Archivo Español de Arqueología*; 25).

Scheid, J. (2003). *An introduction to Roman Religion*. Blomington: Indiana University Press.

(2007). "Sacrifices for gods and Ancestors". In Rüpke, J. (ed.). *A companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.: 263- 271. (*Blackwell companions to the Ancient World*).

Schulten, A. (1955). *Avieno: Ora Maritima (periplo massaliota del siglo VI a. de J.C.) junto con los demás testimonios anteriores al año 500 a. de J.C.* Barcelona: Bosch (*Fontes Hispaniae Antiquae*; 1).

Silva, A. (1984). "Aspetos da proto-história e romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento". In Gaya: Revista do Gabinete de Historia e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. *Actas das Jornadas de história local e regional de Vila Nova de Gaia*. Vol.II. Vila Nova de Gaia: n.p.: 39-58.

(1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

(2003). "O nome de Viriato". *Portugalia*. Nova Série. Vol. 24. Porto: 45-52.

(2007). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª edição. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

(2013). “A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal”. *Brathair*. Vol.13. Nº 2. São Luís: 22-51. Disponível em WWW: <URL: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>>. Último acesso: 08/08/2014.

Silva, A; Dinis, P; Oliveira, F; Queiroga, F. (2007). “Arqueologia de Famalicão: do Neolítico à Romanização”. Silva, A. (coord.). *Pedra Formosa: arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão: 93-211.

Silva, D. (1973a). “Importante achado arqueológico”. *Tribuna Livre: Semanário de crítica e actualidades*. Ano 17. Nº547. 12 de maio de 1973. Amares: 1 e 4.

(1973b). “A respeito da pedra de Carrazedo”. *Tribuna Livre: Semanário de crítica e actualidades*. Ano 17. Nº548. 19 de maio de 1973. Amares: 4.

(1982). “De *Buricis* (Acerca dos Búrios)”. *Bracara Augusta Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. 26. Nºs 81-82. Fasc. 94-95. Braga: 237-268.

(2006). *Os Búrios*. 3ª edição. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Silva, F. (1642). *Memorial del Marques de Montebelo*. n.p.: n.p.

Silva, J. (2000). *Marco de Canaveses: um olhar sobre o património*. Vol.1. Paços de Ferreira: Anégia Editores.

Soeiro, T. (1984). *Monte Mozinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. Penafiel: n.p..

Sousa, A. (1966). "Epigrafia: Antiqua Lvsitania – Nomina Virorum Mvliervm Deorum Dearvm Aliaque in Lvsitania Reperta (Elementa ad Locvpletivs Stvdivm VIII)". *Revista de História*. N° 68. São Paulo: 495-514.

Sousa, J. (1971-1972). "Nova ara dedicada aos Lares no Convento Bracaraugustano". *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vols. 25- 26, N°s 59-62. Fáscs. 71-74. Braga: 179-184.

(1973). *Subsídios para a Carta arqueológica de Braga*. Santiago de Compostela: Seminario de Arqueologia. Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Santiago de Compostela. (*Studia Archaeologica*; 23).

Stoll, O. (2007). "The religions of the Armies". In Erdkamp, P. (ed.). *A companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.: 451- 476.

Tambiah, S. (1985). *Culture, Thought and Social Action: an Antropological Perspective*. Cambridge: Harvard University Press.

Tarpin, M. (1999). "Colonia, Municipium, Vicus: Institutionen und Stadtformen". In Hanel, N. & Schucany, C. (ed.). *Colonia, municipium vicus: Struktur und Entwicklung städtischer Siedlung in Noricum, Rätirn und Obergermanien*. Oxford: n.p.: 1- 10. (*BAR International Series*; 783).

(2002). *Vici et pagi dans l'occident romain*. Roma: École Française de Rome. (*Coll. École Française de Rome*; 299).

(2007). "Les formes d'agrégation dans le monde romain: Diversité et Spontanéité". In Lo Cascio, E. & Merola, G. (ed.). *Fome di aggregazione nel mondo romano*. Bari: Edipuglia: 379-391.

(2009). "Organisation politique et administrative des cites d'Europe occidentale sous l'Empire". *Pallas*. Vol. 80. n.p. 127-145.

Tovar, A. (1949). *Estudios sobre las primitivas lenguas Hispánicas*. B Série. Vol. 4. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora.

(1985). “La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos”. In Hoz, J. (ed.). *Actas del III Coloquio sobre lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 227-253.

Tovar, A. & Navascués, J. (1950). “Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del oeste peninsular”. In Coelho, J. *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919)*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos: 178-191.

Tranoy, A. (1980). “Religion et Société à *Bracara Augusta* (Braga) au Haut-Empire Romain”. In Revista de Guimarães. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Vol. 3. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento: 67-84.

(1981). *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard.

(1984). “Enigmes épigraphiques et nouveau cultes indigènes dans le *conuentus* de Braga”. *Revista de Guimarães*. N° 94. Guimarães: 443-451.

Tranoy, A. & Le Roux, P. (1989- 1990). “As necrópoles de *Bracara Augusta*: B. Les inscriptions funéraires”. *Cadernos de Arqueologia*. II Série. N°s 6-7. Braga: 187- 230.

Untermann, J. (1965). *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania Antigua*. Madrid: Universidad de Madrid. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; 7).

(1985). “Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas”. In De Hoz, J. *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas* (Lisboa, 5-8 noviembre 1980). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 343-363.

- Uscatescu, A. (1994). *Fullonicae y Tintoriae en el mundo romano*. Barcelona: PPU – Department Filologia Llatina. (*Cornucopia; Repertoris per a l'estudi del Món Clàssic*; 1).
- Vallejo, J. (2013). “Hacia una definición del Lusitano”. In *Palaeohispanica. Acta Palaeohispanica XI: Actas del XI Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Nº 13. Zaragoza: Institución <<Fernando el Católico>>: 273-291.
- Vasconcelos, J. (1905 – 1908). “Materiaes para o inventario archeologico do concelho de Baião”. *Portugalia*. Vol. 2. Porto: 669- 673.
- Vasconcellos, J.L. (1901). “II- Cartas sem data: 3- Marcos divisórios de freguesia – Inscricção romana do Marco”. In Vasconcelos, J.L. *Cartas de Francisco Martins Sarmento*. Lisboa: Imprensa Nacional: 23-24.
- (1905). *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1906a). “A deusa Nabia”. *O Archeologo Português*. I Série. Vol. 11. Nºs 9-12. Lisboa: 280-284.
- (1906b). “Bibliographia: Portugalia, materiaes para o estudo do povo portuguez. Publicação periódica redigida por Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso. Tomo I, Porto 1899-1903 (4 fascículos). Tomo II, Porto 1905-1906 (2 fascículos)”. *O Archeologo Português*. I série. Vol. 11. Nºs 9-12. Lisboa: 321-379.
- (1913). *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1915). *Historia no Museu Etnologico Portugues (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Vasconcelos, M. (1916). "Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses". *O Archeologo Português*. I série. Vol. 21. Lisboa: 319-331.
- Vázquez Hoys, A. (1982-1983). "La mujer en la epigrafía religiosa Hispano-Romana". *Cuadernos de prehistoria y arqueología*. N°s 9-10. Madrid: 107-150.
- (1983- 1984). "El culto a Júpiter em Hispania". *Cuadernos de Filología Clásica*. Vol. 18. Madrid: 83- 215.
- Veyne, P. (2009). "Tranquilizações". In Ariès, P. & Duby, G. (dirs.). *História da Vida Privada*. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras: 188-211.
- Villar, F. (2002). "Los hidrónimos com **up-* (**op-*) 'Agua, Río' en la toponimia prerromana hispana". *Palaeohispanica: revista sobre lenguas y culturas de la Hispania Antigua*. Vol. 2. Zaragoza: 277-291.
- Villar, F. & Pedrero, R. (2001). "La nueva inscripción Lusitana: Arroyo de la Luz III". In Villar, F. & Fernández Álvarez, M. Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania. *VIII Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca: 663- 698. (*Acta Salamantica*, *Estudios Filológicos*; 283).
- Villar, F. & Prósper, B. (2005). "La toponimia antigua del País Vasco y Navarra". In Villar, F. & Prósper, B. (eds.). *Vascos, Celtas e Indoeuropeus: Genes y Lenguas*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca: 429- 484. (*Acta Salamantica*, *Estudios Filológicos*; 307).
- Vives, J. (1970). *Inscripciones Latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Webster, J. (1995). "'*Interpretatio*': Roman Word Power and the Celtic Gods". *Britannia*. N° 26. Cambridge: 153-161.

(1996). "Roman Imperialism and the 'post imperial age'". In Cooper, N.J. & Webster, J. (org.). *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies: 1-17.

(1997). "A negotiated syncretism: readings on the development of romano-celtic religion". In Mattingly, D. (ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth: Oxbow books: 165-184. (*Journal of Roman Archaeology: Supplementary Series, 23; Internacional Roman Archaeology Conference Series*).

(2001). "Creolizing the Roman Provinces". *American Journal of Archaeology*. Vol. 105. N° 2. n.p.: 203-225.

Wilmanns, G. (1881). *Inscriptiones Africae Latinae*. Chico: Classical MicroPublishing Inc. (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, 8).

Woolf, G. (1996). "Monumental Writing and the Expansion of Roman Society in the Early Empire". *The Journal of Roman Studies*. Vol. 86. n.p.: 22-39.

Woolf, G. (2004). *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. New York: Cambridge University Press.

Recursos Eletrônicos

Corpus Inscriptionum Latinarum II [em linha]. (2015). Disponível em WWW: <URL: http://www2.uah.es/imagenes_cilii/inicio.htm>. Último acesso: 03/01/2015.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. (2015). Porto: Porto Editora. Disponível em WWW: <URL: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>. Último acesso: 07/05/2015.

Epigraphy Database Clauss/ Slaby EDCS [em linha]. (2014). Disponível em WWW: <URL: http://db.edcs.eu/epigr/epi_de.php> . Último acesso: 15/01/2014.

Epigraphic Database Heidelberg [em linha]. (2014). Disponível em WWW: <URL: <http://edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home/>> Último acesso: 25/03/2014.

Hispania Epigraphica Online Database [em linha]. (2014). Disponível em WWW: <URL: <http://eda-bea.es/>> . Último acesso: 15/01/2014.

MatrizNet [em linha]. (2014). Disponível em WWW: <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/>>. Último acesso: 04/08/2014.

Apêndices

Apêndice I: Introdução aos catálogos _____	273
Apêndice II: Catálogo 1- Inscrições aos deuses romano-indígenas _____	281
Apêndice III: Catálogo 2- Inscrições aos deuses romanos equivalentes _____	321
Apêndice IV: Estampas _____	365
Apêndice V: Figuras _____	385

Apêndice I:

Introdução aos catálogos

A.I.1. Princípios de apresentação adotados nos catálogos

Os catálogos aqui apresentados são parte integrante deste trabalho e constituem o grupo de inscrições a deuses romano-indígenas e de seus correspondentes romanos encontradas no Ocidente brácario, objetos de estudo nesta dissertação. Nestes vemos dois tipos de ficha, sendo uma mais completa para os monumentos epigráficos relacionados às manifestações religiosas a deuses romano-indígenas e outra mais resumida para aquelas associadas à deidades romanas, atendendo ao fato de que uma se refere diretamente ao tema estudado e a outra serviu para motivos comparativos.

A apresentação do Catálogo 1, segue o seguinte esquema: inscrições arranjadas e separadas segundo o teónimo ou apelativo genérico a que se referem, organizando-se de forma alfabética, levando em consideração as iniciais de teónimos ou apelativos genéricos e posteriormente do epíteto ou determinativo no dativo. Deste modo, estão divididos entre os cultos as deidades romano-indígenas: *Genii* (ICICB 001 a ICICB 004), *Iuno* (ICICB 005), *Iuppiter* (ICICB 006), *Lares* (ICICB 007 a ICICB 016), *Mars* (ICICB 017 a ICICB 019) e *Nymphae* (ICICB 020). Apresentados em fichas com dados como:

- **Número de registo**, precedido pelo indicativo desta dissertação (**ICICB**).
- **Divindade**, com a identificação da deidade a partir de teónimos, qualificativos, apelativos genéricos, epítetos e/ou determinativos.
- **Procedência**, com a informação acerca do Lugar ou Rua (caso exista), Freguesia (atualizada de acordo com a Lei n°11-A/2013 de 28 de janeiro), Concelho, Distrito e País, seguidos pelas coordenadas geográficas de projeção UTM e altitude (que caso não se saiba é referenciada como 0) apresentadas entre parênteses retos [UTM_M, UTM_P; altitude].
- **Contexto Arqueológico**, informações acerca da descoberta da inscrição e do local, apresentando maior ou menor definição, dependente dos dados existentes.
- **Paradeiro**, a localização atual e **Nº de inventário**, caso exista.
- **Informações sobre a entrada no Museu (ou Instituição)**, caso exista.
- **Material e Tipo de Suporte**.
- **Fotografias**, de todas as faces quando possível.

- **Descrição**, pormenorizada e seguindo a nomenclatura estabelecida por Bonneville (1980: 75-98).
- **Estado de conservação**, com uma avaliação do estado da inscrição em Destruída, Regular e Bom e uma descrição sobre as principais fraturas e desgastes e outras deteriorações.
- **Dimensões**, com os dados metrológicos em centímetros, informando as máximas, além daquelas relativas aos campos epigráficos e aos elementos componentes do suporte e eventuais decorações e cavidades feitas posteriormente.
- **Transcrição**, divididas por faces (quando necessário) e utilizando os sinais diacríticos descritos a seguir.
- **Tradução**, também com a divisão por faces (quando necessário).
- **Altura das letras**, organizadas por linhas, com medidas mínimas e máximas e informações sobre letras de tamanho intencionalmente diferenciados, representadas em parênteses curvos (quando necessário), com todas as dimensões em centímetros.
- **Espaçamentos interlineares**, com medidas mínimas e máximas (quando necessário) também na mesma unidade métrica que os quesitos anteriores.
- **Pontuação**, com dados acerca do tipo de pontuação e sua posição no texto (caso existam).
- **Variantes**, divididas por faces (quando existentes) e por linhas, fazendo referência as leituras citadas na bibliografia.
- **Cronologia**, com os dados fornecidos em anos, separados em a.C. e d.C., de acordo com Redentor (2011, 2).
- **Comentário paleográfico**, com informações de como o texto foi paginado, mencionando os pormenores mais significativos.
- **Bibliografia**, com todas as obras que fazem referência às inscrições que tivemos contacto, organizadas de forma cronológica, com dados como: sobrenome ou sobrenomes dos autores (no caso de estudiosos espanhóis) e ano do trabalho e páginas, estampas, figuras e/ou mapas. Em caso de textos publicados no mesmo ano por autores diferentes, estes são arranjados por ordem alfabética do sobrenome do autor, sendo a mesma regra seguida para aquelas obras apresentadas em siglas (referentes as obras já consolidadas da área).

- **Catálogos online**, com os números de registo nas bases de dados em linha, como *Hispania Epigraphica Online Database (HEpOL)*, *Epigraphy Database Clauss/Slaby (EDCS)* e *Epigraphic Database Heidelberg (HD)* (caso existam).

O catálogo 2, mais extenso, tem as fichas menos pormenorizadas e segue o mesmo esquema que o anterior, ou seja, também adota a ordem alfabética de acordo com teónimo, qualificativos ou apelativos genéricos que iniciem a forma como a deidade é denominada ou invocada. Em casos nos quais o primeiro elemento possui homônimos, a prioridade é vista pelo elemento seguinte e assim sucessivamente. E ainda, em inscrições cujo teónimo ou apelativo genérico e epítetos e determinativos são semelhantes, a decisão de primazia é feita pelo nome inicial do dedicante, seja este *praenomen*, *nomen*, *cognomen*, idiónimo ou nome de escravo. As exceções são compostas pelas ocorrências de monumentos sem dedicante que são colocados à frente daqueles cuja deidade tem o nome semelhante, mas que possuem dedicantes. E ainda, os casos onde estão representados com o símbolo referente à existência segura de um texto de extensão indeterminada ([- -]), são colocados ao fim.

Este catálogo, também é dividido por cultos, distribuídos de modo alfabético, como: *Genii* (ICICB 021 a ICICB 026), *Iuno* (ICICB 027), *Iuppiter* (ICICB 028 a ICICB 067), *Lares* (ICICB 068 a ICICB 073), *Mars* (ICICB 074 a ICICB 076) e *Nymphae* (ICICB 077 a ICICB 080). A exceção acontece com a inscrição politeica (ICICB 027), posta como culto a *Iuno*, apesar de também apresentar o culto aos *Genii* de deuses e do dedicante e a *Iuppiter Optimus Maximus*. Este apesar de, provavelmente iniciar com o teónimo que faz referência a Júpiter, escolhemos incluí-lo na divisão de *Iuno*, por ser o único vestígio desta deidade romana e por estruturalmente estar próximo de ambos os cultos os quais também menciona.

Sua ficha apresenta quase os mesmos dados que a anterior, com exceção: das fotografias, do estado de conservação, das dimensões pormenorizadas (apresentando apenas as totais), da altura das letras, dos espaçamentos interlineares, da pontuação, das variantes e do comentário paleográfico. Quanto, aos elementos em comum, estes apresentam as mesmas definições que as do catálogo 1.

A.1.2. Sinais diacríticos utilizados

[]	Reconstituição de letras que desapareceram.
()	Desdobramento de abreviaturas e siglas, bem como indicação por extenso do valor dos numerais.
(- -)	Abreviatura ou sigla não desdobrada.
{ }	Supressão de letras que erradamente não haviam sido gravadas no suporte.
< >	Inclusão de letras que erradamente não haviam sido gravadas no suporte.
ˆ ˆ	Letras corrigidas de uma cópia ou de um manuscrito pouco fiável.
+	Letras que não pode ser identificada.
[...]	Lacuna de texto que não pode ser reconstituída, mas cuja extensão é determinada: cada ponto representa uma letra.
[- -]	Lacuna de texto de extensão indeterminadas, numa linha ou em parte dela, mas cuja existência é segura.
- -]	Indicação de que a primeira linha conservada não corresponde (segura ou supostamente) à primeira linha original.
[- -	Indicação de que a última linha conservada não corresponde (segura ou supostamente) à última linha original.
/	Separação entre linhas
//	Separação do texto em faces, quando este está em mais do que duas (usado somente no Catálogo 2).
À	Letra incompleta, mas reconstituível, com maior ou menor dúvida.
AB	Nexo.
ˆ, ˆ, (<i>hedera</i>)	Pontuação.
(!)	Uma nota editorial avisando que o leitor deveria examinar o que antecede com cuidado.
?	Leitura, interpretação, reconstituição ou desdobramentos duvidosos.

A.1.3. Lista de Siglas e Abreviaturas usadas

Epig.	Epigrafia.
Fig.	Figura.

A.I.3. Lista de Abreviatura e Siglas usadas (continuação)

l.	Linha.
Lám.	Lámina.
p.	Página.
<i>AE</i>	<i>L'Anée Épigraphique.</i>
<i>CIL II</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum II.</i>
<i>CIL II Suppl.</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum II Supplementum.</i>
<i>CIRG</i>	<i>Corpus de Inscricións Romanas de Galicia.</i>
<i>DIP</i>	<i>Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo.</i>
EAF	Estação Arqueológica do Freixo.
<i>EDCS</i>	<i>Epigraphy Database Clauss/ Slaby.</i>
<i>EE</i>	<i>Ephemeris Epigraphica: Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum.</i>
<i>HD</i>	<i>Epigraphic Database Heidelberg.</i>
<i>HEp</i>	<i>Hispania Epigraphica.</i>
<i>HEpOL</i>	<i>Hispania Epigraphica Online Database.</i>
<i>ILER</i>	<i>Inscripciones Latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos.</i>
<i>ILS</i>	<i>Inscriptiones Latinae Selectae.</i>
<i>IRG</i>	<i>Inscripciones Romanas de Galicia.</i>
MACS	Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins
MASA	Museu de Arte Sacra e Arqueologia (Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição).
MASC	Museu Amadeo de Souza- Cardozo.
MASMS	Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento.
MDDS	Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa.
MDT	Museo Diocesano de Tui.
MEP	Museu de Etnologia do Porto.
MMPNF	Museu Municipal de Penafiel.
MNA	Museu Nacional de Arqueologia.
MNSR	Museu Nacional de Soares dos Reis.

A.1.3. Lista de Abreviaturas e Siglas usadas (continuação)

MP	Museo de Pontevedra.
MPXII	Museu Pio XII.
<i>RAP</i>	<i>Religiões Antigas de Portugal.</i>
<i>RPH</i>	<i>Religiones Primitivas de Hispania.</i>
S4	Sala 4.

Apêndice II:

Catálogo 1- Inscrições aos deuses romano-indígenas

Nº de Registo: ICICB 001	
Divindade: <i>Genio Laquiniensi</i> .	
Procedência: Aidro, União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), Vizela, Braga, Portugal. [557896.76, 4580698.33; 150].	
Contexto arqueológico: Foi encontrada no século XVIII por José Ribeiro junto a casa do Aidro. Durante algum tempo foi dada como perdida, reaparecendo, em 1890, nos alicerces de uma casa do dono da Quinta de Sá (Santa Eulália das Barrosas) ao abrir a estrada que liga Barrosas a Vizela (Neto, 1792: 102; Sarmento, 1901: 13; Guimarães, 1901: 45-46, nº 14).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi-0036.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida, em 1892, pelo proprietário da Quinta de Sá, Sr. Miguel Moreira de Sá e Melo (Cardozo, 1947: 196, n. 6).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa I, Fig. 1.	Pormenor da face posterior: Estampa I, Fig. 2.
Face direita: Estampa I, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa I, Fig. 4.
Parte superior: Estampa I, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito composta por um capitel incompleto, fuste e base incompleta. O capitel é constituído por um <i>foculus</i> circular em relevo possivelmente ladeado por dois <i>puluilli</i> (sendo um perceptível principalmente na parte direita do cimácio) e por um filete que é apresentado somente nas faces anterior e posterior da epígrafe. O fuste é trabalhado nas quatro faces, possuindo campos epigráficos não delimitados nas faces anterior e posterior. A base, apesar de sua má conservação, é aparentemente mais larga que o fuste e está presa com cimento a prateleira em pedra da exposição do museu. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. O cimácio possui fraturas em seu redor, nos cantos direito e esquerdo da face anterior e posterior, nas partes superiores nas faces esquerda e direita do capitel, além de também possuir desgaste na parte esquerda da face anterior do fuste.	
Dimensões:	Campos epigráficos: correspondem às faces anterior e posterior (53 x 28,4 cm).
Máximas: 70,4 x 30,4 x 23 cm.	
Capitel: 7,4 x 27,5 x 23 cm.	Foculus (diâmetro): 11 cm.
	Bordadura do foculus: 3,2 cm.
Fuste: 53 x 28,4 x 21,9 cm.	Base: 10 x 30,4 x 23 cm.
Transcrição:	
<u>Face Anterior:</u>	
V(<i>otum</i>) L(<i>l</i>)B(<i>ens</i>) · S(<i>oluit</i>) M(<i>erito</i>)/ GENIO L/AQVINI/E(<i>n</i>)SI FLAVS / ^s FLAVINI / FV̄LLO.	
<u>Face Posterior:</u>	
GE(<i>nio</i>) · LA(<i>quiniensi</i>).	

Nº de Registo: ICICB 001 (continuação)
<p>Tradução:</p> <p>Face Anterior:</p> <p><i>Flaus</i> de <i>Flauinus</i>, pisoeiro, cumpriu o voto de bom grado e com razão ao <i>Genius Laquiniensis</i>.</p> <p>Face Posterior:</p> <p>Ao <i>Genius Laquiniensis</i>.</p>
<p>Altura das letras: Face anterior: l.1: 5,7; l.2: 5,6; l.3: 5,7; l.4: 6,7 (V= 6,0, S= 5,1); l.5: 6,4 (A= 5,1); l.6: 6,9 (O= 7,6) cm. Face posterior: l.1: 7,3 (G= 11,5; E= 8,1) cm.</p>
<p>Espaçamentos interlineares: Face anterior: 1: 1,0; 2: 2,0; 3: 1,0; 4: 1,0; 5: 1,0; 6: 1,0; 7: 8,3 cm. Face posterior: 1: 4,5; 2: 37 cm.</p>
<p>Pontuação: Pontuação circular vista na separação da fórmula votiva na face anterior e na divisão da teonímia entre o apelativo genérico e o epíteto na face posterior.</p>
<p>Variantes: Face anterior: l.1: vlb· s(acru)m (<i>CIL</i> II), v(otum) l(ibens)·s(olvit) m(erito)· (Guimarães, 1901), votum lb·s·m (<i>ILER</i>); l.2: Genio T (Blázquez Martínez, 1983: 302); l.3: aquinie (Cardozo, 1947), aquin (Tranoy, 1981); l.4: esi Flav (Neto, 1792; Bellino, 1895; <i>ILER</i>), esi Flav(us) (<i>CIL</i> II; Guimarães, 1901; <i>RPH</i>), Flav(s) (Vasconcelos, 1905), si Flau (Cardozo, 1947), esis Flav(ius) (Alarcão, Étienne, Fabre, 1969), esis (López Cuevillas, 1953; Blázquez Martínez, 1970; Blázquez Martínez, 1983; Curchin, 1991), e(n)si Flav(us) (Cardozo, 1972, 1985; García Martínez, 1995a e 1995b; Guerra, 1998), esis Flavus (Tranoy, 1981), e(n)si Flav(ius?) (<i>RAP</i>, Silva, 2007, Luján, 2011, Queiroga, 2013, <i>HEPOL</i>), e(n)si Flav(vs) Flavini (filius) (García Martínez, 1996), esi Flav(ius?) (Prósper, 2002, Olivares Pedreño, 2008), ensis (Carvalho, 2008, 1; 2008, 2), esi flav(us) (<i>EDCS</i>); l.5: fullo (García Martínez, 1996); l.6: fulo (Neto, 1792), ex (no lugar de FV) loq[u]ela ou ex [vot]o (<i>CIL</i> II), ex lo(quela) (Bellino, 1895).</p>
<p>Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 87, nº 112).</p>
<p>Comentário paleográfico: Paginação cuidada com alinhamento à esquerda na face anterior e com alinhamento simultâneo à esquerda e à direita na face posterior. Sua pontuação é circular e presente em ambas as faces. Possui caracteres capitais comuns tanto no campo epigráfico anterior quanto posterior, sendo de tamanho quase igual nas l.1, l.2 e l.3, mas aumentando de dimensão nas l.4, l.5 e l.6. Na inscrição da face anterior os OO e o Q são bem circulares, o G tem a haste vertical e breve, o L é montante na l.4 e o V e o L da l.6 estão em nexa. Na face posterior o G tem o mesmo formato que na face anterior, o L possui a haste da base curva e o A apresenta um <i>apex</i> e tem a haste horizontal curva.</p>
<p>Bibliografia: Neto (1792: 102 e 109); <i>CIL</i> II 2405; <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> p. 336. 892 nº 2405: 1049; Sarmiento (1884: 163, n.5); Bellino (1895: 107- 108); Sarmiento (1901: 13); Guimarães (1901: 45-46, nº 14); Vasconcellos (1905: 194-196 e n.6 e Fig. 79; 1913: 86); Pina (1929: 107); Sarmiento (1933: 192, n.3); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 309); Cardozo (1935a: 37, nº 36; 1947: 194-196 e n.6 e fig. 79); Tovar & Navascués (1950: 183, nº 7 e mapa); Albertos Firmat (1952: 63); López Cuevillas (1953: 404); Cardozo (1958b: 117, nº 199 e :118 e 119, nº 201); <i>RPH</i> (1962: 135, Lámina XIX, fig. 38); Lambrino (1965: 230); Alarcão, Étienne, Fabre (1969: 224 e n.4 e :232 e n.1); Blázquez Martínez (1970: 68 e 70); Encarnação (1970: 207, 230-231, fig. IX); <i>ILER</i> 658; Cardozo (1972: 33, nº 36);</p>

Nº de Registo: ICICB 001 (continuação)	
<p>Bibliografia: Rivas Fernández (1973: 70 e :90); Blázquez Martínez (1975 :102 e :116); <i>DIP</i> (1975: 191-192, foto 41); Blázquez Martínez (1977: 373 e 376; 1981: 206, 208 e 221, Fig.44); Tranoy (1981: 300, :302 e :377); Curchin (1982: 37); Albertos Firmat (1983, 482); Blázquez Martínez (1983: 302 e :304); Tranoy (1984: 447 e n. 17); Cardozo (1985: 33, nº 36); Encarnação (1985: 43); Untermann (1985: 361, nº 53); Iglesias Gil (1986: 130); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 6); Silva (1986: 297 nº 439); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 18, nº 1/315**); Gimeno Pascual (1988: 43, nº 55); Encarnação (1990: 455); Sarmiento (1990: 348); Blázquez Martínez (1991: 71 e n.105 e :72); Curchin (1991: 159); <i>RAP</i> 206; García Martínez (1995a: 145, 146 e 151, 1995b: 156 e nº 44 e 45, :164, nº 6º e 7º e :166-167; 1996: 246 e n.112 e n.113, :255, :405, :905 e n.45, :924-925, :946, :1002, :1010, :1093 e :1881-1882, nº 78, Lámina XIX, 4); <i>HEp</i> 6 (1996: 93); Carvalho (1998); Guerra (1998, 1: 177, E.106 e :490; 1998, 2: Estampa XIV, nº 4, E106); García Martínez (1999: 204 e n.8); Olivares Pedreño (1999: 332-333 e :347, 2000a: 111, :228 e :248, 2000c: 75, 2002: 82, :154 e :167-168); Prósper (2002: 313, nº 11.1); Olivares Pedreño (2003: 307); Blázquez Martínez (2006a: 226); Moralejo (2007: 228-229); Silva (2007: 409, n.455 e : 440, nº 704, Epig. 119); Carvalho (2008, 1: 347-348; 2008, 2: 41, nº 3085901); González Rodríguez (2008: 99, nº 159, 2); Olivares Pedreño (2008: 221, nº 4); Alarcão (2009: 115); Blázquez Martínez (2010b: 521, nº 159.2); Encarnação & Guerra (2010: 105 e 109); Luján (2011: 237); Redentor (2011, 1: 174-175, 290-291, 357, Quadro 37, 359; 2011, 2: 87, nº 112 e cartografia 14); Encarnação (2012: 511- 512); Hoz (2013: 92); Queiroga (2013: 183 e :195, fig. 5).</p>	
<p>Catálogos online: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8229); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05,501, 765).</p>	

Nº de Registo: ICICB 002	
Divindade: <i>Genio Tiauranceaico</i> .	
Procedência: Igreja Paroquial de Estorãos, Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Portugal. [530009.79, 4626494.9; 30].	
<p>Contexto arqueológico: Foi encontrada, em 1902, durante as obras no altar-mor da igreja paroquial de Estorãos, nas subestruturas deste, a um palmo do pavimento. Após a sua descoberta foi reutilizada no adro como um dos pés de uma mesa de pedra (Pereira, 1907: 37). Neves (1949: 45) ao falar do relato contado para ele pelo Abade Fiuza Rocha, afirma que este reverendo teve acesso nos arquivos da igreja paroquial a um manuscrito de 1730, que descreve que 30 anos antes um lavrador tinha descoberto uma ara de descrição parecida a esta no lugar de Ramilda, onde diz-se que erguia a antiga igreja paroquial, todavia, não se tem a certeza se era de fato esta inscrição.</p>	
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (MN) (Exposição Religiões da Lusitânia).	Nº de inventário: E-6150.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
<p>Fotografias:</p> <p>Face anterior: Estampa II, Fig. 1.</p>	<p>Pormenor face anterior: Estampa II, Fig. 2.</p>
Face direita: Estampa II, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa II, Fig. 4.
Parte superior: Estampa II, Fig. 5.	

Nº de Registo: ICICB 002 (continuação)	
<p>Descrição: Ara votiva de granito. Seu cimo, arrasado, apresenta uma cavidade retangular, fruto de uma reutilização da ara. A molduragem do capitel é formada por faixa direta, garganta encestada e filete direto. O fuste apresenta as quatro faces trabalhadas, mas possui apenas a face anterior alisada. A base, desfigurada é constituída por filete e gola reversos. Não possui motivos decorativos.</p>	
<p>Estado de conservação: Bom. O cimo, transformado posteriormente à ereção da inscrição, foi fraturado na parte posterior e sofreu desgaste na parte anterior. A face anterior apresenta fraturas no canto superior direito do capitel; no canto inferior esquerdo do fuste, na altura da l.6; e na parte esquerda da base. A face esquerda possui fraturas no canto superior esquerdo do capitel; no canto inferior direito do fuste; e no lado direito da base. A face direita tem fraturas na parte direita e no canto superior esquerdo do capitel; e desgaste na parte direita da base.</p>	
<p>Dimensões: Máximas: 124 x 62 x 62 cm.</p>	<p>Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (62 x 44 cm).</p>
<p>Capitel: 20 x 59 x 57 cm.</p>	<p>Cavidade retangular no cimácio (altura x largura x profundidade): 12 x 13 x 6,5 cm.</p>
<p>Fuste: 63 x 44 x 43 cm.</p>	<p>Base: 41 x 62 x 62 cm.</p>
<p>Transcrição: CĀMĀLA · AR/QVI · F(<i>ilia</i>) · TAL/ABRIGEN/SIS · GENIO · T/ᵀIAVRĀNCEAI/CO · V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).</p>	
<p>Tradução: <i>Camala</i>, filha de <i>Arquius</i>, de Talábriga, ao <i>Genius Tiauranceaicus</i> cumpriu o voto de bom grado e merecidamente.</p>	
<p>Altura das letras: l.1: 6,5 (ĀMĀ= 8,5, A,R= 7,0); l.2: 8,0 (Q= 8,5, V,I,A= 7,0); l.3: 8,0; l.4: 6,0 (S,I,S= 7,0, E= 6,5); l.5: 6,0 (V= 5,0, ĀN= 5,5); l.6: 6,5 (C,V= 5,0, O=4,0) cm.</p>	
<p>Espaçamentos interlineares: 1: 6,0/7,0; 2: 1,5/3,0; 3: 1,0/2,5; 4: 1,0/2,0; 5: 0,0/1,0; 6: 1,0/2,0; 7: 7,0/8,0 cm.</p>	
<p>Pontuação: Pontuação triangular presente nas l.1, l.2, l.4 e l.6 separando na l.1 o nome da dedicante do nome de seu pai, na l.2 entre o nome do pai e o termo que indica filiação e ainda entre este e a indicação da proveniência. Na l.4, vemos a pontuação dividindo o final do adjetivo pátrio do apelativo genérico e depois repartindo este e o epíteto. Na l.6 esta separa o final do adjetivo das siglas da fórmula consecratória.</p>	
<p>Variantes: l.1: <i>Camala Ar</i> (<i>ILS</i> III; Neves, 1949; <i>AE</i> 1952; <i>ILER</i>, Moreira, 1982; Almeida, 1990; Lopes, 1995; Almeida 1996, 1; Guerra, 1998, 1; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2; <i>HEPOL</i>; <i>EDCS</i>), <i>C aa la Ar</i> (Cortez, 1946); <i>Ca[m]ala Ar</i> (<i>HD</i>); l.2: <i>qui f(iliae) valley</i> (<i>EDCS</i>); l.3: <i>abricsensis</i> (Pereira Menaut, 1982); l.5: <i>iauranceai</i> (<i>ILS</i> III; Neves, 1949; Moreira, 1982; Guerra, 1998, 1; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2), <i>ᵀIAVRĀNCEAI</i> (Cortez, 1946); l.5: <i>iaurauceai</i> (<i>AE</i> 1952; Lopes, 1995; <i>HEPOL</i>; <i>EDCS</i>; <i>HD</i>), <i>iaurancai</i> (<i>ILER</i>), <i>iauranceaico v(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)</i> (Almeida, 1996, 1). Obs: O segundo nexa é constituído por duas letras um A e um N (ou V), o que provocou variantes para o epíteto da divindade retratada.</p>	

Nº de Registo: ICICB 002 (continuação)
Cronologia: 101- 200 d.C (Redentor, 2011, 2: 88, nº 113).
Comentário paleográfico: Paginação muito cuidada, segundo um eixo de simetria, possuindo uma pontuação triangular que separa todas as palavras da inscrição. Seus caracteres são do tipo capitais comuns, de tamanho regular, exceto nas l.2 e l.3. Os OO e o Q são bem circulares, os SS são finos e assimétricos, os GG tem hastes verticais breves, os FF, o T e o L são montantes na l.2, o N da l.3 foi aumentado para respeitar o alinhamento e o V da l.6 é aberto largamente para a esquerda. Esta inscrição mostra nexos na l.1 e na l.5. O primeiro é composto por três letras, dois AA e um M, no qual o primeiro A possui a haste vertical anterior alongada para baixo. O segundo nexo é constituído por duas letras um A e um N (ou V).
Bibliografia: Pereira (1907: 36-52); Vasconcellos (1913: 199-200, nº 5, Fig. 86 ^a , n.6) <i>ILS</i> III (1916: CXI-CXII, nº 9297); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 309); Cortez (1946: 15); Neves (1949: 39- 47); Tovar (1949: 192); Tovar & Navascués (1950: 184, nº 24 e :190); <i>AE</i> 1952, 65; López Cuevillas (1953: 405); <i>RPH</i> (1962: 135); Lambrino (1965: 230 e :232); Alarcão, Étienne, Fabre (1969: 224); Blázquez Martínez (1970: 70-71); <i>ILER</i> 659); Encarnação (1971: 350); Rivas Fernández (1973: 65 e n. 13 e :67); Blázquez Martínez (1975: 102 e :116); <i>DIP</i> (1975: 192-195, Foto 42); Albertos Firmat (1977: 189); Blázquez Martínez (1977: 376; 1981: 206; :208 e n.106); Tranoy (1981: 250, nº 80, :300, :302, n.301, :377); Moreira (1982: 42 e :65 e n.119); Pereira Menaut (1982: 260, nº 1.4); Albertos Firmat (1983: 485); Blázquez Martínez (1983: 302 e :304); Pereira Menaut (1983: 191, nº 1.4); Encarnação (1985: 43); Untermann (1985: 350, nº 54 e :361, nº 54); Iglesias Gil (1986: 130); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 6); Silva (1986: 296, n.434); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 4, nº 1/62); Almeida (1990: 170-172, nº 106, Fig. XXXIX, n.277-279a); Blázquez Martínez (1991: 71-72, n.106); <i>RAP</i> 207; Lopes (1995: 332, n.4); Almeida (1996, 1: 111-113, nº 57, Fig. 45); García Martínez (1996: 905 e n. 48, :926 e n.182, :946, :1002, :1010, :1093, :1882-1883, nº 79, Lámina XX, 1); Carvalho (1998); Guerra (1998, 1: 218, nº E.162.1 e :621; Guerra, 1998, 2: Estampa XXII, nº 2, E.162.1); Olivares Pedreño (2000a: 98-99, n.483; 2000c: 57); Villar & Pedrero (2001: 689 e :694); Buá (2002: 61); Fernandes (2002a: 365, nº 11, Fig. 11); García Martínez (2002: 18 e n.12 e :21 e n.50); Olivares Pedreño (2002: 72-73 e n.485); Prósper (2002: 313-315, nº XI.II); Ribeiro (2002c: 14, nº 11); Olivares Pedreño (2003: 304, nº 23 e n.69); Alarcão (2004a: 329); Blázquez Martínez (2006a: 226); Étienne (2006: 36); Silva (2007: 409, n.450 e :444, nº 731. Epig.146); Carvalho (2008, 2: 112, nº 16071702); González Rodríguez (2008: 99, nº 159, 3); Olivares Pedreño (2008: 221, nº 5); Blázquez Martínez (2010b: 521, nº 159.3); Redentor (2011, 1: 171, : 357, Quadro 37, :359-360; 2011, 2: 88, nº 113); Encarnação (2012: 511- 512).
Catálogos on-line: <i>HEPOL</i> (nº de registo 6409); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-13,900,383); <i>HD</i> (HD no. 018929); <i>Matriznet</i> (Nº de inventário E-6150).

Nº de Registo: ICICB 003	
Divindade: <i>Genio Tongobrigensium</i> .	
Procedência: Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [571576.95, 4557397.98; 310].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1882, por Francisco Martins Sarmiento, Alexandre Peres e António Montenegro na borda de um poço servindo de suporte a uma das extremidades de um sarilho de baldear água. Foi adquirida pelo Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento (onde esteve em exposição durante muitos anos) através da intervenção de António Montenegro (Sarmiento, 1883-1884: 69; Guimarães, 1901: 51; Cardozo, 1935a: 36, nº35). Foi, posteriormente, trasladada para o depósito da Estação Arqueológica do Freixo (EAF).	
Paradeiro: Estação Arqueológica do Freixo, Marco de Canaveses (EAF).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa III, Fig. 1.	Face direita: Estampa III, Fig. 2.
Face esquerda: Estampa III, Fig. 3.	Face posterior: Estampa III, Fig. 4.
Parte superior: Estampa III, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito composta por um capitel incompleto, fuste e base incompleta. O capitel é composto por molduragem e apresenta na parte superior uma cavidade em formato de cruz, resultado de sua reutilização. A molduragem, que sobreviveu apenas na face posterior, é constituída por faixa e filete direitos e talão encurtado. O fuste é trabalhado nas quatro faces, mas apresenta inscrição apenas na face anterior. A base apresenta o arranque da molduragem apenas nas faces esquerda, posterior e direita. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. O capitel foi parcialmente mutilado, tendo em seu topo uma cavidade em formato de cruz, fruto, possivelmente, do reaproveitamento desta peça no poço onde foi encontrada. A face anterior apresenta no fuste fraturas na parte esquerda e no canto superior direito. A face esquerda deste teve sua parte superior arrasada, assim como a da face direita e da face anterior, além de uma fratura no canto superior direito. A face direita, além de ter a parte superior mutilada, mostra fratura na parte inferior e no canto superior direito, além de uma cavidade adelgada resultado também, provavelmente, do reaproveitamento no poço. A face posterior do fuste, é a melhor conservada, possuindo fratura no canto superior direito. Já a base encontra-se picada em todas as faces.	
Dimensões:	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (37 x 33,5 cm).
Máximas: 64,5 x 33,5 x 37 cm.	
Capitel: 15, 5 x 27,5 x 36,5 cm.	Cavidade cruzetada no capitel (altura x largura x profundidade): 17,5 x 13,5 cm x 3,5 cm.
Fuste: 37 x 33,5 x 37 cm.	Cavidade adelgada no fuste (altura x largura x profundidade): : 6,5 x 3,5 x 4,5 cm
Base: 13 x 32,5 x 32 cm.	
Transcrição: [G]ENIO · / [T]ONGOBR/[I]GENSIVM / [.] ATIVS? [- - -] / ^s V(<i>otum</i>) S(<i>oluit</i>) A(<i>nimo</i>) L(<i>ibens</i>) M(<i>erito</i>).	

Nº de Registo: ICICB 003 (continuação)
Tradução: [.] <i>Atius</i> [- - -] cumpriu o voto de livre vontade e com razão ao <i>Genius Tongobrigensium</i> .
Altura das letras: l.1: 5,5; l.2: 6,0; l.3: 5,5; l.4: 6,5; l.5: 5,0 cm.
Espaçamentos interlineares: 1: 0,8; 2: 1,5; 3: 2,0; 4: 1,5; 5: 1,0; 6: 0,0 cm.
Pontuação: Pontuação circular apresentada na l.1 entre o apelativo genérico e o determinativo.
Variantes: l.1: Genico (Sarmiento, 1882d), Genio (<i>ILER</i> 567); Bandua (Blázquez Martínez, 2006b); l.2: onco (Sarmiento, 1882a), oncobri (Sarmiento, 1882d, 1883-1884b), [L]oncobrici (Sarmiento, 1883-1884a), [L]on[g]obr (<i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> ; López Cuevillas & Serpa Pinto, 1933-1934; López Cuevillas, 1953; Blázquez Martínez, 2006b), [L]oncobri (Sarmiento, 1887-1889; Guimarães, 1901; Vasconcelos, 1916; Tovar, 1949), [T]onbri (Cardozo, 1935a; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), [L]oncobrī (Cardozo, 1947), [T]ongobr[i] (Mattos, 1947; <i>HEpOL</i>) [T]ongobri (<i>RPH</i> ; <i>ILER</i> 660), [T?]oncob[r] (Encarnação, 1970), Toncori (<i>ILER</i> 567), [T]oncobr (Blázquez Martínez, 1983; Dias, 1997), [T]oncobr[i]censium (<i>RAP</i>), [T]oncobr[i] (García Martínez, 1996), [T]on[g]obri (Perea Yébenes, 2007), [T]ongobr[i]gensium (Silva, 2007), [T]ongobr/[T]oncobr (Blázquez Martínez, 2010b), [L]on[g]obri (<i>EDCS</i>); l.3: lisi (Sarmiento, 1882a), cencium (Vasconcelos, 1916), censiu[m] (Cardozo, 1935a; Mattos, 1947; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), censiu[m] (Cardozo, 1947), censium (Tovar, 1949; López Cuevillas, 1953; Alarcão, Étienne, Fabre, 1969; <i>ILER</i> 567 e 660; Blázquez Martínez, 1983; García Martínez, 1996; Perea Yébenes, 2007; <i>EDCS</i>), [i]censium (Encarnação, 1970; Tranoy, 1981; Blázquez Martínez, 2006b; Blázquez Martínez, 2010b; Redentor, 2011, 2), <i>censiu<m> (Dias, 1995); [i]censiu[m] (Dias, 1997; Guerra, 1998, 1), [i]gensiu (Blázquez Martínez, 2010b); l.4: āuius (Sarmiento, 1883-1884; Cardozo, 1947), enius (Sarmiento, 1887-1889), [F]aiuius (<i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> ; Vasconcellos, 1905; <i>RPH</i> ; Alarcão, Étienne, Fabre, 1969; <i>ILER</i> 660; Tranoy, 1981; Dias, 1997; Silva, 2007; Perea Yébenes, 2007; <i>EDCS</i>), (F)aiuius (Guimarães, 1901), anius (Vasconcelos, 1916; Sarmiento, 1930), Flaiui[s] (Cardozo, 1935a; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), [F]aiui[s] (Mattos, 1947; <i>RAP</i> , <i>HEpOL</i>), [anius?] (Encarnação, 1970), <F>laiuius (Dias, 1995), Flaiuius (García Martínez, 1996; Olivares Pedreño, 2008), [- - -]us (Guerra, 1998, 1), L (Blázquez Martínez, 2010b), [L(ucius)?·] Atius? · Ru? (Redentor, 2011, 2); l.5: vs.la.m (Sarmiento, 1930), v(otum) [s(oluit)] a(nimo) [l(ibens) m(erito)] (Encarnação, 1970), v.s.l.m. (<i>ILER</i> 567), v(otum) s(oluit) a(nimo) (Dias, 1995), [f]us a(nimo) l(ibens) po(suit) (Redentor, 2011, 2).
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 89, nº 114).
Comentário paleográfico: Paginação com alinhamento, provavelmente, à esquerda. Possui pontuação circular presente na l.1 e caracteres de tipo capitais comuns. Os OO são bem circulares, o G da l.2 tem uma haste vertical breve e os SS são verticais e simétricos.
Bibliografia: Sarmiento (1882a: 44-45; 1882c: 42-43; 1882d: 44; 1883-1884a: 69, nº X; 1883-1884b: 7 e n.7; 1887-1889: 236-237); <i>CIL</i> II 5564; Vasconcellos (1901: 23); Guimarães (1901: 50-51, nº 24); Vasconcellos (1905: 196-197); Vasconcelos (1916: 325); Sarmiento (1930: 87; 1933: 178, nº 10); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 309); Cardozo (1935a: 36, nº 35); Aguiar (1947: 212-213); Cardozo (1947: 104, :112, n. 24, :155 e n.2 e :158, alínea b e n.39); Mattos (1947: 67-68, nº 56); Tovar (1949: 138); Bosch-Gimpera (1950: 349); Cardozo (1950: 482- 483 e 485, n.1); Tovar & Navascués (1950: 184, nº 23 e mapa); López Cuevillas (1953: 405); Correia (1957: 22-23 <i>apud</i> Dias & Soares, 1999: 57); Cardozo (1958c: 133, n.234 e :134); Lambrino (1959: 479, 482-486 e fig.4);

Nº de Registo: ICICB 003 (continuação)

Bibliografia: Monteiro (1960 *apud* Dias & Soares, 1999: 60-61); *RPH* (1962: 135-136, Lámina XIX, fig. 39; :225 e n. 132); Lambrino (1965: 231); Albertos Firmat (1966: 231); Alarcão, Étienne, Fabre (1969: 224 e n.3 e :232 e n.2); Blázquez Martínez (1970: 71, fig. 30); Encarnação (1970: 231-233, fig.X); *ILER* 567 e 660; Cardozo (1972: 34, nº 35); Rivas Fernández (1973: 69 e :90); Blázquez Martínez (1975: 102 e :116); *DIP* (1975: 195-197, foto 43); Blázquez Martínez (1977: 376; 1981: 206-208); Tranoy (1981: 250, nº 79, :300, :302 e n.302 e :377); Blázquez Martínez (1983: 302-304); Cardozo (1985: 34, nº 35); Encarnação (1985: 43); Blázquez Martínez (1986: 13, nº 15 e n. 26); Iglesias Gil (1986: 130); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº6); Silva (1986: 273 e :296, n. 434); Alarcão (1988a: 85 e 159; 1988b: 48 e 95; 1988c: 28, nº 1/482); Blázquez Martínez (1991: 71 e n. 107, :72 e 114, nº 15); *RAP* 205; Almagro-Gorbea (1994: 26); Dias (1995: 152); García Martínez (1996: 926 e n. 184, :946, :1002, :1010, :1093, :1883-1884, nº 80, Lámina XX,2); Dias (1997 :25, :28, nº1, :138, nº22 e :139, Estampa 1, Fig.1); Carvalho (1998); Guerra (1998, 1: 227, E.170; 1998, 2: 682, nº39 e Estampa XXIV, nº 2, E.170); Almagro-Gorbea (1999: 37, n. 10); García Martínez (1999: 206 e n. 25); Olivares Pedreño (1999: 347; 2000a: 111 e n. 572 e 573, :112, :226 e n.77 e :248; 2000c: 75); *HEp* 11, 700; Pedrero (2001: 543); Villar & Pedrero (2001: 689); Guerra (2002: 150); Olivares Pedreño (2002 :82, n.577 e 578, :153 e n.76 e 77 e :163, 167); Prósper (2002: 157); Olivares Pedreño (2003: 302, nº15); Almagro-Gorbea (2004: 33, n. 53); Blázquez Martínez (2004: 267; 2006b: 295); Perea Yébenes (2007 :254, n.3); Silva (2007 :383 e n. 98, :409, n. 450 e :444, nº 732, Epig. 147); Carcedo de Andrés (2008: 179 e n. 183); Carvalho (2008, 1: 348; 2008, 2: 69-70, nº 13070901); Curchin (2008: 127); González Rodríguez (2008: 99, nº 159, 4); Olivares Pedreño (2008: 221, nº 6); Blázquez Martínez (2010a: 75; 2010b: 521, nº 159.4); Encarnação & Guerra (2010: 105 e 109); Le Roux (2010: 153); Redentor (2011, 1: 95-96, :153-154 e n. 103, :359; 2011, 2: 89, nº 114).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 11893); *EDCS* (EDCS ID EDCS-05,600,746).

Nº de Registo: ICICB 004

Divindade: *Genio Viriocelensi*.

Procedência: Igreja Paroquial de Vilela, União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas, Amares, Braga, Portugal. [556273.75, 4612871,74; 260].

Contexto arqueológico: Encontrada pelo Sr. José Sousa Brandão em terrenos próximos a Igreja Paroquial de Vilela, provavelmente serviu de pia de água benta para este estabelecimento (Carvalho, 1998, nº 262).

Paradeiro: Casa Paroquial de Vilela em Vilela, Seramil e Paredes Secas, Amares.

Material: Granito.

Tipo de suporte: Ara.

Fotografias:

Face anterior: Estampa IV, Fig. 1.

Pormenor face anterior: Estampa IV, Fig. 2.

Face direita: Estampa IV, Fig. 3.

Face esquerda: Estampa IV, Fig. 4.

Face posterior: Estampa IV, Fig. 5.

Parte superior: Estampa IV, Fig. 6.

Nº de Registo: ICICB 004 (continuação)	
<p>Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel possui em seu cimácio desfigurado um orifício circular, fruto, possivelmente, de reaproveitamento posterior, e sua molduragem consiste em toro, meio redondo côncavo, outro toro e dois filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces e apresenta na face esquerda uma cruz não centralizada também resultado de reaproveitamento. A base é constituída por dois filetes reversos, toro e meio redondo côncavo. Em sua parte inferior existe uma cavidade circular que serviu, provavelmente, como pia de água benta para a igreja. Não possui motivos decorativos do período estudado.</p>	
<p>Estado de conservação: Regular. O cimo está totalmente destruído, tendo o seu <i>foculus</i> sido, presumivelmente, reaproveitado na confecção de outro orifício circular. A face anterior possui fraturas nos cantos superiores direito e esquerdo do capitel e canto inferior esquerdo da base. A face esquerda possui fraturas na parte superior do capitel e desgaste na parte inferior da base. A face direita tem fraturas nas partes superior e direita do capitel e desgastes no fuste e no canto inferior direito da base. A face posterior tem fraturas nas partes superior e esquerda do capitel e desgaste no canto inferior direito do fuste e canto inferior esquerdo da base.</p>	
<p>Dimensões: Máximas: 82,5 x 37 x 33 cm.</p>	<p>Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (39 x 24,7 cm).</p>
<p>Capitel: 16,5 x 35,5 x 33 cm.</p>	<p>Cavidade circular no cimácio (diâmetro x profundidade): 12 x 5,5 cm.</p>
<p>Fuste: 39 x 24,7 x 22 cm.</p>	<p>Cruz na face esquerda do fuste (altura x largura): 14 x 14,5 cm.</p>
<p>Base: 25 x 37 x 33 cm.</p>	<p>Cavidade circular na parte inferior da base (diâmetro x profundidade): 25 x 21 cm.</p>
<p>Transcrição: LVCRETIVS / ŠABINVS / GENIO VI/RIOCELEN/SI (<i>hedera?</i>) / V(<i>otum</i>) · S(<i>olui</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).</p>	
<p>Tradução: <i>Lucretius Sabinus</i>, ao <i>Genius Viriocolensis</i>, cumpriu o voto de bom grado e com razão.</p>	
<p>Altura das letras: l.1: 3,0; l.2: 3,0; l.3: 3,0 (O, V, l= 3,5); l.4: 3,5; l.5: 3,0 (l= 3,5); l.6: 4,0 cm.</p>	
<p>Espaçamentos interlineares: 1: 3,0; 2: 2,5; 3: 2,5; 4: 2,5; 5: 2,5; 6: 2,5; 7: 3,0 cm.</p>	
<p>Pontuação: Pontuação triangular separando as siglas da fórmula consecratória na l.6 e uma <i>hedera distinguens</i> no final da l.5.</p>	
<p>Variantes: Não existem.</p>	
<p>Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 89-90, nº 115) .</p>	
<p>Comentário paleográfico: A paginação cuidada segue alinhamento segundo eixo de simetria. Possui pontuação triangular na l.6 e <i>hedera distinguens</i> na l.5. Seus caracteres são de tipo capital comum, com OO bem circulares e EE e LL esguios.</p>	
<p>Bibliografia: Carvalho (1998, nº 262); AE 1998, 759; HEP 8, 581; Olivares Pedreño (2000a: 101 e n. 495; 2002: 75 e n. 500, :153 e n. 78 e :164; 2003: 307); Silva (2003: 50, B.1.42); Blázquez Martínez (2004: 267 e :270); Guerra (2005: 811); Silva (2007: 386 e :444, nº 737, Epig. 152); Carcedo de Andrés (2008: 179, n. 184); Carvalho (2008, 1: 347-348, Fig. 40; 2008, 2: 13, nº 3012402); Curchin (2008: 130- 131);</p>	

Nº de Registo: ICICB 004 (continuação)

Bibliografia: González Rodríguez (2008: 99, nº 159, 5); Olivares Pedreño (2008: 221, nº 9); Barbosa (2010: nº 1502); Blázquez Martínez (2010b: 521, 159.5); Encarnação & Guerra (2010: 100; :105 e :109); Luján (2011: 237); Redentor (2011, 1: 358, Quadro 37, :359-360; 2011, 2: 89-90, nº 115).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 7531); *EDCS* (EDCS ID EDCS-11800894); *HD* (HD no. 048809).

Nº de Registo: ICICB 005

Divindade: *lunoni lururnarum*.

Procedência: Lagares, União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure, Felgueiras, Porto. [564319.33, 4580179.91; 0].

Contexto arqueológico: Penedo tosco no Monte de Cristello na antiga freguesia de São Veríssimo, no concelho de Felgueiras (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]: Capítulo I, Título I, §-4., nº 13; Craesbeeck, 1726, 2 [1992, 2]: 46-47, Título VI, Capítulo 21, nº 7; Argote, 1734: 463-464, nº 762).

Paradeiro: Desconhecido.

Material: Granito.

Tipo de suporte: Afloramento rochoso.

Descrição: Penedo tosco com letras romanas que tem uma inscrição na parte do meio (Argote, 1734: 463-464, nº 762).

Estado de conservação: O penedo foi provavelmente destruído. Sarmiento (1884: 181) informa que a inscrição está desaparecida.

Dimensões: Sem informação.

Transcrição: *luno nē rurnarum?* / Quintilio · et · Prisco · co(n)s(ulibus) ·.

Tradução: A *luno* dos *lurnae*(?), sendo cônsules *Quintilius* e *Priscus*.

Altura das letras: Sem informação.

Espaçamentos interlineares: Sem informação.

Pontuação: Segundo Craesbeeck (1726, 2 [1992, 2]: 46, nº 7), existia pontuação na l.1 após as 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 15ª letras e na l.2 separando cada palavra, ou seja, após o nomes dos cônsules, do título e da conjunção. A Gravura 7 de Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 58, Título I, Capítulo I, §-4., nº 13) permite entender que o formato da maioria deles é circular, sendo o maior dentre estes aquele que separa na l.1 a 8ª letra da 9ª. Outras particularidades observadas é que existem dois pontos de secção circular feita depois da última palavra na l.2 e que também existe um ponto de secção triangular entre a 7ª e a 8ª letra. Entretanto, é possível que a forma de pontuação nele transcrito não reflita fielmente o original.

Variantes: l.1: *luno*. Me. i(mpetrauit). r(eliquias). urnarum. (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]; Craesbeeck, 1726, 2 [1992, 2]), *lunonēi r ur narum* (Argote, 1734), *luno nēirurnarum* (Argote, 1738), *luno Merurnarum* (Muratorio, 1742), *lunomēirurnarum* (C/L II), *luno. mēirurnarum* (Martin Minguez, 1883), *luno Meirurnarum* (Blázquez, 1903; Blázquez Martínez, 1970; DIP, Blázquez Martínez, 1977; Blázquez Martínez, 1981; Blázquez Martínez, 1983; Rodríguez Navarro, 1986; Rodríguez Colmenero, 1995; Alarcão, 2004b; Olivares Pedreño, 2008; *HEpOL*; *EDCS*), *Junonei Rurnarum* (Freitas, 1960),

Nº de Registo: ICICB 005 (continuação)
<p>Variantes: I.1: luno (Corominas 1976: 376; Tovar, 1985), lunone (Corominas, 1976: 378; Alarcão 1988a; Alarcão 1988b; Alarcão 1988c), lunoñ Eirurnarum (<i>RAP</i>); luno? Meirurnarum (García Martínez, 1996), lunoñ Eirurnarum? (García Martínez, 1996), luno Meiruanarum (Alarcão, 2006); I.2: Quintillo. et. Prisco. co(nsulibu)s (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]; Craesbeeck, 1726, 2 [1992, 2]), Qintillo et Prisco cōs (<i>C/L</i> II), Qintillo_et_Prisco_cōs (Martin Minguez, 1883), Meirurnarum (Corominas, 1976: 376; Tovar, 1985), Amrunearum (Corominas, 1976: 378; Alarcão, 1988a; Alarcão, 1988b; Alarcão, 1988c; Carvalho, 2008, 2), Amrunarum (Corominas, 1976: 378; Alarcão 1988c; Carvalho, 2008, 2); I.3: Quintillo et Prisco coss (Corominas, 1976; Alarcão, 2004b), Qintillo et Prisco coss (Tovar, 1985).</p>
<p>Cronologia: 159 d.C. (Redentor, 2011, 2: 90-91, nº 116).</p>
<p>Comentário paleográfico: Argote (1734: 463-464, nº 762) menciona que a inscrição é tão resumida e mal gravada que este não consegue entender. Na cópia feita por Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 58, Título I, Capítulo I, §- 4., nº 13, Gravura 7), é de se notar que todos os N identificados na inscrição estão invertidos.</p>
<p>Bibliografia: Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 57-58, Título I, Capítulo I, §- 4., nº 13 e Gravura 7; 1726, 2 [1992, 2]: 46- 47, Título VI, Capítulo 21, nº 7); Argote (1734: 463- 464, nº 762; 1738: 278-279, nº 12 e :282, nº 20); Muratorio (1742: 1997, nº 2); <i>C/L</i> II 2409a; Martin Minguez (1883: 97); Sarmiento (1884: 181); Blázquez (1903: 127); Freitas (1908: 665; 1960: 11- 12); Heuten (1933: 555(7) e :564(16), nº 2409); Cardozo (1947: 38 e n. 11); Blázquez Martínez (1970: 71; 1975: 109- 110); <i>DIP</i> (1975: 204- 205); Corominas (1976: 375- 378 e n. 2); Blázquez Martínez (1977: 376; 1981: 203); Tranoy (1981: 311 e n. 30); Blázquez Martínez (1983: 301 e :304); Tovar (1985: 236, n. 36); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 8); Alarcão (1988a: 157; 1988b: 93; 1988c: 18, nº 1/328); <i>RAP</i> 607; Rodríguez Colmenero (1995: 228, nº 50a); García Martínez (1996: 669 e n. 338, :672 e n. 355, :679, anexo 2, :1002, :1089, :1886, nº 82); Olivares Pedreño (1998- 1999: 233; 2000a: 359 e n. 766); Alarcão (2001b: 317); Olivares Pedreño (2002: 237 e n. 765); <i>HEp</i> 13 , 375; Alarcão (2004b: 212; 2006: 131, 137-139, nº 26); Carcedo de Andrés (2008: 179 e n. 178); Carvalho (2008, 2: 67, nº 13031801), Olivares Pedreño (2008: 227 e n. 53 e: 242, nº 3); Redentor (2011, 1: 340, :355-357 e Quadro 37; 2011, 2: 90- 91, nº 116); Costa (2013: 121).</p>
<p>Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8233); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501769).</p>

Nº de Registo: ICICB 006	
Divindade: <i>Iobi Gauteco</i> .	
Procedência: Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo, Portugal [566262.98, 4633733.74; 724].	
Contexto arqueológico: Foi encontrada no início dos anos 90 por Allan J. Davies em Porto Chão (Portela Peixerrão) entre o Cabeço de Peixerrão e o esporão do Chamadouro que bordejam o lado nascente do anfiteatro natural de Porto Chão entre calhaus e cascalho (Fontes, 2011, 2: 120; Redentor, 2011, 2: 91, nº 117).	
Paradeiro: Coleção do núcleo museológico do Castelo de Lindoso, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo, Portugal.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Bloco monolítico esteleforme.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa V, Fig. 1.	
Descrição: Bloco monolítico levemente esteleforme em granito no qual os dois terços superiores formam um arco peraltado e o terço inferior um espigão, provavelmente para fixá-la ao solo.	
Estado de conservação: Regular. Possui faces erodidas e algumas fraturas, sendo que a maior destas cortou toda a aresta direita.	
Dimensões:	
Máximas: 143 x 58 x 28 cm (Fontes, 2011, 2: 121).	Campo epigráfico: 90 x 58 cm (Fontes, 2011, 2: 121).
Transcrição: M(onumentum) P(ro) · A(ra) / CLOVTA[VS] / MVNĪTON[IS · F(ilius)] / LVSCA / ⁵ AGAPITĪ · F(ilia) · [..?]/VS · STATIL/II · F(ilius) CAPITŌ / BOI F(ilius) NAM [PLA]/CEBIT / ¹⁰ IOBI GAUT[ECO?] / POS(uerunt) AC TI(tulum) A(nimo) S(cripserunt).	
Tradução: <i>Cloutaius</i> , filho de <i>Munito</i> , <i>Lusca</i> , filha de <i>Agapitus</i> , (..)us, filho de <i>Statilius</i> e <i>Capito</i> , filho de <i>Boius</i> , porque agradecerá a <i>Iuppiter Gautecus</i> , colocaram este monumento como altar (?) e gravaram o texto.	
Altura das letras: l.1: 4,5/5,3; l.2: 4,3/7,5; l.3: 4,5/5,2; l.4: 5,0/6,0 (S= 8,0); l.5: 5,5/6,8 (A= 2,5); l.6: 4,0/5,3 (S= 9,0; S= 7,7); l.7: 5,0/6,5; l.8: 4,5/6,0 (B= 8,5); l.9: 7,0/7,3 (l= 5,2); l.10: 4,2/5,0 (B= 8,0); l.11: 4,5/5,8 (P= 8,5; S= 9,8; S= 8,0; T,l= 6,5) cm (Redentor, 2011, 2: 91, nº 117).	
Espaçamentos interlineares: 1: 11,0; 2: 0,7/2,0; 3: 0,7/1,5; 4: 0,7/1,5; 5: 0,7/2,0; 6: 1,8/4,7; 7: 1,7/2,0; 8: 1,2/2,5; 9: 1,5/2,0; 10: 0,5/1,0; 11: 0,0/1,7; 12: 55,0 cm (Redentor, 2011, 2: 91, nº 117).	
Pontuação: Pontuação circular entre as últimas siglas da fórmula votiva da l.1, entre o patronímico e a expressão de filiação na l.5, entre o final do nome único e o patronímico na l.6 e entre o final do patronímico e a expressão de filiação na l.7.	
Variantes: l.1: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.2: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.3: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.4: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.5: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.6: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.7: [- - -] capito (Fontes, 2011, 2); l.8: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.9: obit (Fontes, 2011, 2); l.10: [- - -] (Fontes, 2011, 2); l.11: [- - -] (Fontes, 2011, 2).	
Cronologia: 151- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 91, nº 117).	
Comentário paleográfico: O texto não parece seguir qualquer alinhamento ou paginação. Possui pontuação circular nas l.1, l.5, l.6 e l.7 e caracteres de tipo capital comum, com OO, BB e PP angulosos, SS esguios e GG com hastes verticais breves.	

Nº de Registo: ICICB 006 (continuação)
Bibliografia: Fontes (2011, 2: 120- 125, Porto Chão.7, NIG.018 e n. 13); Redentor (2011, 1: 193-194, :301, :356- 357 e Quadro 37, e :381; 2011, 2: 91, nº 117 e Estampa VIII); Fontes (2013: 76, Inscrição Porto Chão.7).

Nº de Registo: ICICB 007	
Divindade: <i>Domino Sancto K(aro?) C(onseruatori?) L(ari?) La(piteus?)</i>	
Procedência: Guela, União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Portugal. [549365.63, 4633695.14; 0].	
Contexto arqueológico: Desconhecem-se as circunstâncias do achado, podendo estar relacionado ao habitat romano localizado na Quinta do Real em Guela, Arcos de Valdevez (Redentor, 2011, 2: 103, nº 134).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII) (corredor romanização, guião 31).	Nº de inventário: MPXII.LIT.125.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Sr. Dr. António Queiroz (Rosário, 1973: 3, nº 124).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa VI, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa VI, Fig. 2.
Face direita: Estampa VI, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa VI, Fig. 4.
Parte superior: Estampa VI, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel é formado por um <i>foculus</i> circular em relevo que assenta sobre o ângulo reto de um <i>fastigium</i> triangular com bordo em relevo circundado por dois <i>puluilli</i> decorados com estrelas de seis pontas. A ligação do cimo ao fuste faz-se pela sequência de faixa saliente, gola encurtada, filete, gola e rebaixo diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces, apresentando inscrição apenas na face anterior sem delimitação do campo epigráfico. A molduragem da base na face anterior é composta por dois filetes reversos; já nas faces esquerda e direita é formada por rebaixo reverso e gola reversa. Possui motivos astrais, estrelas incisas, na face anterior dos <i>puluilli</i> como decoração.	
Estado de conservação: Bom. Apresenta deteriorações no cimácio, como a fratura na parte final do <i>puluillus</i> direito; desgaste no canto superior esquerdo do capitel na face anterior; desgaste na parte posterior do <i>puluillus</i> na face direita; fratura no canto superior direito da moldura abaixo do <i>puluillus</i> na face posterior; e na face esquerda, fraturas nas partes inicial e final do <i>puluillus</i> e no canto esquerdo da faixa saliente, além de desgaste no lado esquerdo das golas encurtadas, das golas diretas e do filete. As deteriorações na base da peça aparecem como desgaste no canto superior direito na face anterior; fratura na parte inferior nas faces direita e posterior; e desgaste no canto inferior direito na face esquerda. As fraturas no fundo da base deixam a peça apoiada de forma enviesada.	
Dimensões:	
Máximas: 75,5 x 34 x 27,5 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (30 x 23,5 cm).
Capitel: 29,5 x 32,9 x 27,5 cm.	Foculus (diâmetro): 10,5 cm. Bordadura do foculus: 2,1 cm.

Nº de Registo: ICICB 007 (continuação)	
Fastigium: 8,5 x 18,7 cm.	Puluilli (diâmetro): 9 cm.
Bordadura do fastigium: 1,9 cm.	Decoração do puluilli: 9 x 9 cm.
Fuste: 30 x 23,5 x 24,5 cm.	Base: 16 x 34 x 25 cm.
Transcrição: D(omino) · S(ancto) · K(aro) C(onseruatori?) L(ar?) / La(piteo?) RVFVŠ / RVFINI A(ram) / P(osuit) · VO(tum) · SO(luit).	
Tradução: Ao senhor santo <i>Karo Conseruator(?) Lar(?) Lapiteus(?)</i> , <i>Rufus</i> de <i>Rufinus</i> colocou esta ara; cumpriu o voto.	
Altura das letras: l.1: 4,0; l.2: 3,9; l.3: 4,5; l.4: 4,5 (O= 4,0, S= 5,5, O= 3,5) cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,0; 2: 0,5; 3: 0,8; 4: 2,0/2,7; 5: 8,5 cm.	
Pontuação: Pontuação triangular separando as três primeiras siglas da teonímia na l.1 e dividindo as siglas do formulário votivo na l.4.	
Variantes: l.1: D(omino vel ae) s(ancto vel ae) K(...?) G(...?) L(...?) (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; Olivares Pedreño, 2000a; Olivares Pedreño 2000c; Olivares Pedreño, 2002; Fontes <i>et alii</i> , 2009), D(omin- -) S(anct- -) K(- -)? G(- -)? L(a- -) (Encarnação, 1985-1986; <i>RAP</i> ; <i>HD</i>); D(omin-) S(anct-) K(- -) G(- -) L(- -) (García Martínez, 1996), D(omino) S(ancto) K(aro) C(onseruatori) L(alaeo) (<i>HEp</i> 14; <i>HEpOL</i>); l.2: Rufus (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Fontes <i>et alii</i> , 2009; <i>HEpOL</i> ; <i>EDCS</i>), La(- -) rufu(s) (García Martínez, 1996); l.4: p(onendam) vo(tum) so(lvit) (Tranoy, 1981), p(osuit) vo(tum) as(lvit) (<i>EDCS</i>).	
Cronologia: 151- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 103, nº 134).	
Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento à esquerda. O texto tem pontuação triangular nas l.1 e l.4 e caracteres de tipo capital comum, com os SS simétricos e inclinados para direita (sendo o último S de tamanho maior que o restante das letras de sua linha), C anguloso na l.1, que parece ter sido adulterado e N aberto na l.3.	
Bibliografia: Rosário (1973: 3, nº 125); Tranoy (1981: 272 e nº 57); Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 193, nº 16, Lámina VI, fig. 21- 22); <i>AE</i> 1983, 564; Tranoy (1984: 447- 448, nº 5, n. 18, fig.5); Encarnação (1985-1986: 307- 308, nº 3); <i>AE</i> 1986, 385; Alarcão (1988c: 3, nº 1/48); <i>RAP</i> 572; García Martínez (1996: 961- 963 e n. 82, :992, :1008, :1841, nº 32, Lámina VIII, 2); Olivares Pedreño (2000a: 99 e nº 480; 2000c: 58 e n. 13; 2002: 73 e nº 482); <i>HEp</i> 14, 454; Carvalho (2008, 2: 89- 90, nº 16011402); Fontes <i>et alii</i> (2009: 41); Redentor (2011, 1: 75, :174, :362, :372, Quadro 38 e :374- 375 e n. 67; 2011, 2: 103, nº 134).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6779); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08,500,378); <i>HD</i> (HD no. 000075).	

Nº de Registo: ICICB 008.	
Divindade: <i>Do(mino) Sa(ncto) La(ri?) La(piteo?)</i>	
Procedência: Guela, União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Portugal. [549365.63, 4633695.14; 0].	
Contexto arqueológico: Desconhecem-se as circunstâncias do achado, podendo estar relacionado ao habitat romano localizado na Quinta do Real em Guela, Arcos de Valdevez (Redentor, 2011, 2: 103- 104, nº 135).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII) (corredor romanização, guião 31).	Nº de inventário: MPXII.LIT.124.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Sr. Dr. António Queiroz (Rosário, 1973: 3, nº125).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa VII, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa VII, Fig. 2.
Face direita: Estampa VII, Fig. 3.	Pormenor face anterior: Estampa VII, Fig. 4.
Face esquerda: Estampa VII, Fig. 5.	Parte superior: Estampa VII, Fig. 6.
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel é composto por dois <i>puluilli</i> que circundam dois <i>fastigia</i> em formato de arco e um <i>foculus</i> circular em relevo, estando estes elementos assentes sobre duas golas diretas. O fuste foi trabalhado nas quatro faces, mas foi alisado apenas nas faces anterior e direita que envergam inscrições. A molduragem da base é constituída por filete reverso na face anterior e não possui molduragem nas faces esquerda, direita e posterior. Os motivos decorativos desta inscrição encontram-se no capitel, que possui dois arcos rebaixados inseridos no <i>fastigium</i> da face anterior e um arco em baixo relevo no da face posterior, e também, o que parecem ser <i>fastigia</i> diminutos acima destes arcos, existindo dois na face anterior e um na face posterior. Os <i>puluilli</i> apresentam um ponto central e algumas linhas incisas que ligam estes pontos aos contornos dos <i>puluilli</i> .	
Estado de conservação: Bom. O capitel apresenta desgastes no canto superior esquerdo do <i>puluillus</i> esquerdo e na parte superior na face esquerda deste elemento. A base apresenta desgaste nas arestas das quatro faces.	
Dimensões: Máximas: 68,5 x 24 x 23,5 cm.	Campo epigráfico: correspondem às faces anterior e direita do fuste (41 x 20 cm).
Capitel: 14,5 x 22 x 21,5 cm.	Foculus (diâmetro): 8,5 cm. Bordadura do foculus: 3 cm.
Fuste: 41 x 20 x 20 cm.	Base: 13 x 24 x 23,5 cm.
Puluilli (diâmetro): 6 cm.	Arcos da face anterior e posterior (altura x largura): 5 x 4 cm.
Transcrição: <u>Face anterior:</u> DO(mino) · SA(ncto) / LA(ri?) · LA(piteo?) / A(ram) · P(osuit) · Q(uod?) / VO(uit?) · FR(ater) / CO(rnelia?) · R/VFILA. <u>Face direita:</u> SOVP! / CAMAL(?) F(ili?).	

Nº de Registo: ICICB 008 (continuação)**Tradução:**

Face anterior: Ao senhor santo *Lar(?) Lapiteus(?)*, *Cornelia Rufila* colocou esta ara porque o irmão fez uma promessa.

Face posterior: De *Soupi(i)lus*, filho de *Camalus*.

Altura das letras: Face anterior: l.1: 5,5 (D= 4,5, O= 4,0); l.2: 5,0 (A= 4,5, A= 5,5); l.3: 5,5 (Q= 6,5); l.4: 4,0 (F= 6,5, P= 5,5); l.5: 5,0 (O= 4,0, R= 6,0); l.6: 5,5 (I= 4,5, I,A= 4,0) cm. Face direita: l.1: 4,5 (S= 5,0, O= 4,0); l.2: 5,0 cm.

Espaçamentos interlineares: Face anterior: 1: 1,5; 2: 3,0/1,0; 3: 2,5/1,0; 4: 0,0/2,0; 5: 2,0; 6: 0,0/2,0; 7: 0/0,3 cm. Face direita: 1: 2,0/2,5; 2: 2,0; 3: 26,5 cm.

Pontuação: Pontuação circular que separa todas as siglas das l.1, l.2, l.3, l.4 e l.5 na inscrição da face anterior e é inexistente na face direita.

Variantes: Face anterior: l.1: d(omino vel ae) sa(ncto vel ae) (Tranoy, 1981; Santos; Le Roux; Tranoy, 1983; García Martínez, 1996; Fontes *et alii*, 2009), D(omino ou ae) sa(ncto ou ae) (AE 1983; Olivares Pedreño, 2000a; Olivares Pedreño 2000c; Olivares Pedreño, 2002); l.2: lala(eco) (HEp 14); l.5: Co(rnelia?) Rufila (sic?) (AE 1983; Santos; Le Roux; Tranoy, 1983; Fontes *et alii*, 2009), Co(rnelia?) (RAP), Co(rnelia?) Rufil(l)a (HEp 14); l.6: Rufila(?) (RAP). Face direita: l.1: Soupi (Tranoy, 1981; AE 1983; Tranoy, 1984), Soupi (Santos; Le Roux; Tranoy, 1983), Soūdi (García Martínez, 1996), (ex officina) Soupi Camal(l) f(ili) (HEp 14); l.2: Camale (Tranoy, 1981; Tranoy, 1984), Camal(l) f(ili) (AE 1983; Santos; Le Roux; Tranoy, 1983).

Cronologia: 151- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 103-104, nº 135).

Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento segundo eixo de simetria, notando-se que as linhas não foram dispostas de forma retilínea. Possui pontuação circular nas l.1, l.2, l.3, l.4 e l.5 da face anterior e nenhuma pontuação na face posterior. Apresenta caracteres de tipo capital comum, sendo que na face anterior o S da l.1 é simétrico estando inclinado para a direita, os OO são bem circulares, o F da l.4 montante e o R da l.5 tem um tamanho desproporcional em relação ao resto das letras. Já na face direita o S também é simétrico e o O é bem circular. A inscrição apresenta nexos apenas na face direita na l.1 entre o V e o P e na l.2 entre o A, o M, o outro A e o L.

Bibliografia: Rosário (1973: 3, nº 124); Tranoy (1981: 272); Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 193- 194, nº 17, Lámina VI, fig. 18, 19 e 20); AE 1983, 565; Tranoy (1984: 448-449, nº 6); Encarnação (1985-1986: 307-308, nº 3); AE 1986, 385; Alarcão (1988c: 3, nº 1/48); RAP 573; García Martínez (1996: 329, :347, :572 e n. 69, :962- 963 e n.88- 91, :993, :1008, :1093, :1842- 1843, nº 34, Lámina VIII, 4 e Lámina IX, 1); Olivares Pedreño (2000a: 99, n. 481; 2000c: 58 e n. 14); García Martínez (2002: 17 e n. 10, :22 e n. 62 e :24, n. 66); Olivares Pedreño (2002: 73 e n. 483 e n. 484); HEp 14, 455; Carvalho (2008, 2: 89- 90, nº 16011402); Fontes *et alii* (2009: 40); Redentor (2011, 1: 75, :100, Quadro 4, :188, Quadro 18, :362, :372, Quadro 38, :374- 375 e n. 68; 2011, 2: 103- 104, nº 135).

Catálogos on-line: HEpOL (nº de registo 6780); EDCS (EDCS ID EDCS-08500379); HD (HD no. 000078).

Nº de Registo: ICICB 009	
Divindade: <i>Lari Beiraidego</i>	
Procedência: Santa Maria de Arnoso, União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures, Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal. [541958.2, 4590817.31; 160].	
Contexto arqueológico: Encontrada na residência paroquial de Santa Maria de Arnoso, em Vila Nova de Famalicão, Braga (Rosário, 1973: 29, nº 583; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 190- 191; Tranoy, 1984: 445).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.583.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Padre Joaquim Ferreira (Rosário, 1973: 29, nº 583).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias: Face anterior: Estampa VIII, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa VIII, Fig. 2.
Face direita: Estampa VIII, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa VIII, Fig. 4.
Parte superior: Estampa VIII, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel, parcialmente destruído, é composto no cimácio por <i>foculus</i> circular em relevo e vestígios do <i>puluillus</i> direito, que assentam sobre duas faixas salientes separadas por um friso simples. O fuste é trabalhado nas quatro faces. A molduragem da base é composta por uma faixa saliente. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. O capitel, parcialmente destruído, apresenta deteriorações como a destruição deste na face anterior e esquerda, fraturas no canto superior direito e na parte esquerda da face direita e nos cantos superiores direito e esquerdo da face posterior. Também se observam pingos de tinta vermelha e salmão no cimácio e amarela na face anterior do capitel. O fuste apresenta na face anterior uma fratura no canto superior direito que impede a leitura do final das l.1 e l.2 e logo abaixo desta, um desgaste que prejudica a leitura da última letra da l.3, além também apresentar uma pequena fratura no canto superior esquerdo impedindo a leitura da primeira letra da l.1. Na face esquerda o fuste está picado em quase toda sua totalidade, com pingos espalhados de tinta verde. Na face direita, o fuste apresenta uma fratura no canto superior esquerdo seguida por um desgaste que segue até o encontro com a base. Na face posterior nota-se desgaste nos cantos direito e esquerdo. A base possui fraturas na parte inferior e no canto direito na face anterior e direita; encontrando-se destruída na face esquerda.	
Dimensões: Máximas: 67,5 x 27 x 30 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (32 x 26 cm).
Capitel: 21 x 26 x 24,5 cm.	Foculus (diâmetro): 12 cm. Bordadura do foculus: 3,2 cm.
Fuste: 34 x 26 x 25 cm.	Base: 12,5 x 27 x 30 cm.
Transcrição: [L]VÇR[ETIU]/S · CĀTVRON[I]/S · F(<i>ilius</i>) · LARI B/EIŘAIDE/ᵃḠO EX VOT(ḡ) / POŞ(<i>uit</i>) · AR(<i>am</i>) · ŞAÇ(<i>rauit</i>).	
Tradução: <i>Lucretius</i> , filho de <i>Caturo</i> , ao <i>Lar Beiraidegos</i> , na sequência de um voto colocou; consagrou (?) a ara.	

Nº de Registo: ICICB 009 (continuação)
Altura das letras: l.1: 4,0; l.2: 4,5 (ÁVR= 5,0); l.3: 4,5 (S=6,0); l.4: 5,0 (E,L= 3,5); l.5: 3,0; l.6: 4,0 (P,O= 3,5, S,A= 4,5) cm.
Espaçamentos interlineares: 1: 0,0; 2: 2,0; 3: 2,5; 4: 0,5; 5: 1,0; 6: 0,5; 7: 0,0 cm.
Pontuação: Pontuação circular entre o final do nome único e o patronímico na l.2, entre o final do patronímico e a expressão de filiação e entre esta e o início do apelativo genérico na l.3, além de também entre as siglas componentes da fórmula votiva na l.6.
Variantes: l.1: Lucr[etiv] (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; <i>RAP</i> , Silva, 2007; Silva <i>et alii</i> , 2007; Carvalho, 2008, 2; Fontes <i>et alii</i> , 2009; Le Roux, 2009; Redentor, 2011, 1; <i>HEpOL</i> ; <i>EDCS</i> ; <i>HD</i>); l.2: s Caturon[i] (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>RAP</i> , García Martínez, 1996; Fontes <i>et alii</i> , 2009), s Caturon[i] (Silva, 2007; Silva <i>et alii</i> , 2007; Le Roux, 2009; <i>HEpOL</i> ; <i>EDCS</i> ; <i>HD</i>); s Caturon[i]s (Carvalho, 2008, 2); l.3: f(i)lius Lari Beiraidie (Carvalho, 2008, 2), s f. Lari b (Le Roux, 2009); l.4: eiraidie(i?) (Tranoy, 1981), eiraidie[i] (Beltrán Lloris, 1983; García Martínez, 1996; Le Roux, 2009), eiraidi[e] (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; Alarcão, 1988a; Alarcão, 1988b; Alarcão, 1988c; Silva, 2007; Fontes <i>et alii</i> , 2009; <i>HEpOL</i> ; <i>EDCS</i> ; <i>HD</i>), eiradie (Silva <i>et alii</i> , 2007), go ex vot(o) (Carvalho, 2008, 2); l.5: go ex vot(o) pos(uit) ar(am) sac(ram) (García Martínez, 1996), pos(uit) ar(am) sac(ravit vel ram) (Carvalho, 2008, 2); l.6: pos(uit) ar(am) sac(ram vel ravit) (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; <i>RAP</i> , Silva <i>et alii</i> , 2007; Fontes <i>et alii</i> , 2009), pos(uit) ar(am) sac(ram?) (Silva, 2007).
Cronologia: 101- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 92- 93, nº 119).
Comentário paleográfico: Paginação com alinhamento simultâneo à esquerda e à direita, sendo que o texto não tem uma disposição retilínea, se tornando bem inclinado a partir da l.3. Possui pontuação circular separando cada palavra nas l.2, l.3 e l.6 e caracteres de tipo capital comum. Os OO são bem circulares, os SS assimétricos (sendo um deles montante na l.6), o C da l.2 anguloso e o L da l.3 alongado, com a haste da base inclinada para baixo. Possui um nexo na l.2 que compreende quatro letras, A, T, V e R.
Bibliografia: Rosário (1973: 29, nº 583); Tranoy (1981: 300, :303, nº 1, n. 312, :304 e :377); <i>AE</i> 1983, 560; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 190- 191, nº 12, Lám. III, Fig. 9); Portela Filgueiras (1984: 158, n. 1); Tranoy (1984: 445, nº 3, n. 6, :446, n. 7 e :450, Fig. 3); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 10); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 14, nº 1/239); Beltrán Lloris (1988: 66, n. 63); <i>RAP</i> 218; García Martínez (1996: 906 e n. 55, :930, :944, :946, :1002, :1015, :1093 e :1888, nº 85, Lámina XX, 4); Marco Simón (1999: 47, Mapa 5); Olivares Pedreño (2000a: 111, n. 565; 2000c: 74); Villar & Pedrero (2001: 689 e :694); Olivares Pedreño (2002: 81 e n. 570); Silva (2007: 386, n. 156 e :436, nº 665, Epig. 80); Silva <i>et alii</i> (2007: 132, nº 52 e :143); Carvalho (2008, 2: 54, nº 3123801); Olivares Pedreño (2008: 243, nº 24); Fontes <i>et alii</i> (2009: 56); Le Roux (2009: 281, nº 7); Encarnação & Guerra (2010: 105 e :108); Redentor (2011, 1: 357, Quadro 37 e :360- 361 e n. 50; 2011, 2: 92- 93, nº 119).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6775); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08500374); <i>HD</i> (HD no. 000069).

Nº de Registo: ICICB 010	
Divindade: <i>Lari Do(- -)</i>	
Procedência: Igreja Paroquial de São João de Brito, Brito, Guimarães, Braga, Portugal. [552968.92, 4589416.21; 140].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1935, na freguesia de São João de Brito (Guimarães) durante uma escavação fortuita, próxima a Igreja paroquial (Cardozo, 1972: 42, nº 188; 1985: 42, nº 188).	
Informações sobre a entrada no Museu: Foi oferecida ao Museu pelo Dr. Alberto Ribeiro de Faria (Cardozo, 1935b: 92; 1972: 42, nº 188; 1985: 42, nº 188).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi-0188.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa IX, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa IX, Fig. 2.
Face direita: Estampa IX, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa IX, Fig. 4.
Face posterior: Estampa IX, Fig. 5.	Parte superior: Estampa IX, Fig. 6.
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel possui em seu cimácio desfigurado dois <i>puluilli</i> (dos quais só se conserva o direito) e uma cavidade circular que transformou o antigo <i>foculus</i> . Este assenta sobre um cordão, uma escócia, outro cordão e um filete direto. O fuste é trabalhado nas quatro faces, mas somente as faces anterior e esquerda foram alisadas. A molduragem da base é composta por filete reverso e cordão entre ranhuras. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. O <i>foculus</i> foi transformado em uma cavidade circular e o resto do cimo foi fraturado na parte direita, esquerda e posterior. A face anterior apresenta fratura nos cantos superiores direito e esquerdo do capitel e canto inferior direito da base. A face esquerda teve o capitel decepado na parte esquerda e possui algumas fraturas na parte inferior da base. A face direita teve a parte direita do capitel, os cantos superior e inferior direito do fuste e parte direita da base decepados e o <i>puluillus</i> direito fraturado na parte superior. A face posterior teve também o capitel decepado, assim como os cantos inferior e superior esquerdo do fuste e parte esquerda da base.	
Dimensões:	
Máximas: 48,8 x 26,8 x 25 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (22 x 21 cm).
Capitel: 12,5 x 26,8 x 22 cm.	Cavidade circular no cimácio (diâmetro): 10,5 cm.
Fuste: 22 x 21 x 21,5 cm.	Base: 14,3 x 26,5 x 25 cm.
Transcrição: [L]ARI? · DO(- -) /ANICIV/[S] MATE[R]/NVS · EX VO/°[T]O POSVI[T].	
Tradução: Ao <i>Lar? Do(- -)</i> , <i>Anicius Maternus</i> , colocou na sequência de um voto.	
Altura das letras: l.1: 3,5; l.2: 3,5 (C,l= 4,0); l.3: 3,5; l.4: 3,0; l.5: 3,5 cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,0; 2: 1,5; 3: 1,0; 4: 1,5; 5: 0,5; 6: 0,0 cm.	
Pontuação: Pontuação circular presente na l.1 separando o apelativo genérico do possível qualificativo, determinativo ou epíteto e na l.4 entre o fim da identificação do dedicante e o início da fórmula votiva.	
Variantes: l.1: d(eo) .. (Cardozo, 1935; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), [...] d [...] (<i>RAP</i>), [- -] d [- -] (García Martínez, 1995a; García Martínez, 1996; <i>HEPOL</i>); l.2: ...niciv.. (Cardozo, 1935; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985, <i>RAP</i>), [- -]niciu[- -] (García Martínez, 1995a; García Martínez 1996), --- niciv[- -] (<i>HEPOL</i>);	

Nº de Registo: ICICB 010 (continuação)
Variantes: I.3: [pro sal]ute (Cardozo, 1935; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), [...] vte[...] (<i>RAP</i>), [- - - sal]ute [- - -] (García Martínez, 1995a; García Martínez, 1996), pro sal]ute [- - -] (<i>HEpOL</i>); I.4: ...s ex vo (Cardozo, 1935; Cardozo, 1972; Cardozo, 1985), [...]s ex vo (<i>RAP</i>), - - -]s ex vo (García Martínez, 1995a; García Martínez, 1996; <i>HEpOL</i>); I.5: [...] o posui (<i>RAP</i>).
Cronologia: 151- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 91-92, nº 118).
Comentário paleográfico: Paginação cuidada com alinhamento à esquerda e texto com pontuação circular nas I.1 e I.4 e caracteres de tipo capital comum. A inscrição apresenta os OO e o C bem circulares e o T da I.3 tem a haste vertical curva e a haste transversal cortando o traço vertical um pouco antes do seu final.
Bibliografia: Cardozo (1935a: 224, nº 188; 1935b: 92); Sarmiento (1970: 34, n. 76); Cardozo (1972: 42, nº 188; 1985: 42, nº 188); Alarcão (1988c: 17, nº 1/298); <i>RAP</i> 641; García Martínez (1995a: 140 e :155, nº 20); García Martínez (1996: 1025, :2033, nº 288, Lámina LXV, 3); Carvalho (2008, 2: 41, nº 3080701); Redentor (2011, 1: 107, n. 33, :355, n. 43 e :362; 2011, 2: 91- 92, nº 118).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6774).

Nº de Registo: ICICB 011	
Divindade: <i>Lari Sefio</i> .	
Procedência: Adaúfe, Braga, Braga, Portugal. [550490.37, 4603937.3; 100].	
Contexto arqueológico: Seu achado se relaciona, possivelmente, com uma <i>uilla</i> localizada nos terrenos envolventes da igreja paroquial de Adaúfe (Carvalho, 2008, 2: 26, nº 3030103).	
Paradeiro: Desconhecido. Segundo Vasconcellos (1905: 334, nº 21) esteve no Seminário de Braga, atual Museu Pio XII, e lhe foi mostrada pelo Reverendo Martins Capella.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Desenho esquemático:	
Face anterior: Estampa V, Fig. 2.	
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel é composto por friso simples, quarto de círculo côncavo direito, toro e gola encurtada e a molduragem da base é constituída por dois filetes reversos (Segundo o desenho esquemático de Vasconcellos, 1905: 335, Fig. 79a).	
Estado de conservação: Foi destruída (Encarnação, 1972: 103, nº X). Através de Vasconcellos (1905: 335, nº 21) sabemos que tinha na parte inferior da face posterior uma cavidade escavada que demonstra que o monumento foi reutilizado enquanto pia.	
Dimensões: Máximas: 67 x 27 x 21 cm (Vasconcellos, 1905: 335, nº21).	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (Vasconcellos, 1905: 335, Fig. 79a).
Transcrição: LARI SEFI/Q COM/ES PRO SA/LVTE SVA / ET SVORV(m).	
Tradução: Ao <i>Lar Sefius</i> , <i>Comes</i> pela sua saúde e pela dos seus.	
Altura das letras: I.1, I.2, I.3, I.4 e I.5 = 4,5/6,0 cm (Vasconcellos, 1905: 335, nº 21).	
Espaçamentos interlineares: Sem informação.	
Pontuação: Sem informação.	

Nº de Registo: ICICB 011 (continuação)
Variantes: I.1: Larisefi (Vasconcellos, 1905: 335; Pina, 1929; <i>RPH</i> ; Sousa, 1966; <i>ILER</i> ; Sousa 1971-1972: 179; Encarnação, 1972; <i>DIP</i> ; Rodríguez Navarro, 1986; Martins, 1990; Carvalho, 2008, 2), Lariseff (Vasconcellos, 1905: 335, n. 1; <i>RPH</i> ; Martins, 1990) lar seti (Beltrán, 1988); I.2: o Comes pro sa (<i>ILER</i>); I.3: lute sua (<i>ILER</i>), e[s] pro sa (<i>RAP</i> ; García Martínez, 1996; Prósper, 2002; Silva, 2007); I.4: lute sua et suorum (Martins, 1990; Carvalho, 2008, 2).
Cronologia: 151- 250 d.C (Redentor, 2011, 2: 93, nº 120).
Comentário paleográfico: Muito difícil de se ler duas linhas (Vasconcellos, 1905: 334, nº 21).
Bibliografia: Vasconcellos (1905: 334- 335, nº 21, fig. 79a, n. 1 e n. 2); Pina (1929: 77); Tovar & Navascués (1950: 183, nº 16); <i>RPH</i> (1962: 133); Cunha (1962: 1); Lambrino (1965: 231); Sousa (1966: 506); Alarcão, Étienne, Fabre (1969: 223 e n. 8); Blázquez Martínez (1970: 71 e :74); <i>ILER</i> 861; Sousa (1971- 1972: 179 e :183); Encarnação (1972: 103-104, nº X); Blázquez Martínez (1975: 116- 117); <i>DIP</i> (1975: 220- 221); Blázquez Martínez (1977: 377 e :380); Tranoy (1981: 303, nº 5 e n. 316 e :304); Blázquez Martínez (1983: 302 e :304); Portela Filgueiras (1984: 158, n. 1 e :159, Fig. 1, nº 7); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 10); Silva (1986: 277, n. 269); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 13, nº 1/214); Beltrán Lloris (1988: 66, n. 66); Martins (1990: 80- 81, nº 54, Lápide B); <i>RAP</i> 216; Fontes (1993: 36, nº 3); García Martínez (1996: 908 e n. 69, :932 e n. 224, :944, :946, :1003, :1015, :1093, :1890- 1891, nº 89); Marco Simón (1999: 47, Mapa 5); Olivares Pedreño (2000a: 114 e n. 598; 2000c: 79); Prósper (2002: 317, nº XI.VII); Olivares Pedreño (2002: 83 e n. 603); Prósper (2004: 176); Silva (2007: 386 e n. 150, :395 e n. 279 e :443, nº 726, Epig. 141); Carvalho (2008, 1: 227, Tabela 6, nº 3030103, :272 e :334; 2008, 2: 26, nº 3030103); Olivares Pedreño (2008: 222, n. 33 e :243, nº 23); Alarcão (2009: 95); Encarnação & Guerra (2010: 99, nº 1); Redentor (2011, 1: 208, Quadro 20 e n. 167 e :360; 2011, 2: 93, nº 120); Vallejo (2013: 279- 280 e n. 31 e n. 33).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 7570).

Nº de Registo: ICICB 012
Divindade: <i>Lari Talebrigo</i> (?)
Procedência: Quinta de São Mamede, São Mamede, Meinedo, Lousada, Porto, Portugal. [56374300.00, 4566097.13; 285].
Contexto arqueológico: Foi descoberta na Quinta de São Mamede, situada a meia encosta do monte Felgueiras, em 1990, onde se encontrava a servir de degrau para o acesso do lavadouro de um tanque localizado a pouco metros da área habitacional (Nunes, Sousa, Gonçalves, 2008: 142, Cód. Inv. MEI4, N° Carto. 96; Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).
Paradeiro: Quinta de São Mamede, São Mamede, Meinedo, Lousada.
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:
Face anterior: Estampa V, Fig. 3.
Descrição: Ara votiva em granito. O capitel é composto por <i>foculus</i> oval em relevo ligado a dois <i>puluilli</i> com cordões que se encontram integrados a um friso simples que assenta sobre ranhura, garganta direta e rebaixo direto. O fuste é trabalhado nas quatro faces e a base teve a molduragem esvanecida. Não possui motivos decorativos.

Nº de Registo: ICICB 012 (continuação)	
Estado de conservação: Regular. Sua reutilização lhe causou muitos danos, principalmente na área do fuste e da base que estão desgastados. O capitel, na imagem da face anterior a qual tivemos acesso, percebe-se que possui desgaste na parte direita e fratura na parte superior do <i>pulvillus</i> esquerdo. O fuste tem suas arestas direita e esquerda muito desgastadas deformando a peça e o campo epigráfico foi apagado pelo desgaste nas linhas abaixo da l.2. A base também muito modificada pelo uso, apresenta uma grande fratura no canto inferior esquerdo.	
Dimensões: Máximas: 82 x 37 x 37 cm (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (48 x 32,5 cm) (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).
Capitel: 14 x [35] x [34] cm (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).	Fuste: 48 x 32,5 x 30 cm (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).
Base: 20 x 37 x 37 cm (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).	
Transcrição: LARI · T[AL]E]/BRIG[O] / [- - -] / [- - -] / [- - -] / V(otum) L(ibens) M(erito) [S(oluit)].	
Tradução: [- - -] cumpriu o voto de bom grado e com razão ao <i>Lar Talebrigus</i> .	
Altura das letras: l.1: 7,0; l.2: 7,0; l.6(?): 4,5 cm (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,5; 2: 2,5; 7(?): 1,5 cm (Redentor, 2011, 2: 93-94, nº 121).	
Pontuação: Pontuação triangular entre o apelativo genérico e o epíteto na l.1.	
Variantes: l.1: Lari. Tab (Nunes, Sousa, Gonçalves, 2008); l.2: rigo (Nunes, Sousa, Gonçalves, 2008); l.6?: v(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito) (Nunes, Sousa, Gonçalves, 2008).	
Cronologia: 151- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 93- 94, nº 121).	
Comentário paleográfico: Paginação segue um alinhamento simultâneo à esquerda e à direita. O texto apresenta pontuação triangular na l.1 e caracteres de tipo capital alongada.	
Bibliografia: Nunes, Sousa, Gonçalves (2008: 142- 143, Cód. Inv. MEI4, Nº Carto. 96); Redentor (2011, 1: 357, Quadro 37; 2011, 2: 93- 94, nº 121, Estampa IX).	

Nº de Registo: ICICB 013
Divindade: <i>Lari Viu[.]naeco</i> .
Procedência: Antiga Igreja de Meadela, União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal. [516157.05, 4617274.55; 20].
Contexto arqueológico: Foi encontrada onde hoje está o nó rodoviário da IC1/A28, na saída da nova ponte sobre o Rio Lima. Neste local se localizava a antiga igreja paroquial de Meadela provavelmente de origem românica. Para a construção daquela estrutura viária foram feitas escavações arqueológicas pelo Dr. Alberto Abreu, onde foram encontrados estruturas da Igreja. Posteriormente a estes trabalhos, máquinas retroescavadoras operaram no terreno e encontraram esta ara e alguns silhares almofadados (Almeida, 1996, 2: 107-108, nº47, Fig.45; Redentor, 2011, 2: 94-95, nº122) .

Nº de Registo: ICICB 013 (continuação)	
Paradeiro: Residência do Dr. Alberto Abreu em Meadela, Viana do Castelo.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa X, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa X, Fig. 2.
Face direita: Estampa X, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa X, Fig. 4.
Face posterior: Estampa X, Fig. 5.	Parte superior: Estampa X, Fig. 6.
<p>Descrição: Ara votiva de granito, bastante erodida. O capitel tem o cimo composto por <i>foculus</i> em relevo e <i>puluilli</i> embebidos na cornija que está apoiada sobre toro, escócia e cordão. O fuste tem as quatro faces trabalhadas, sendo que a face anterior que ostenta a inscrição está muito desgastada. Nas faces laterais do fuste encontra-se uma decoração plástica em relevo de formato semiesférico. A molduragem da base é constituída por faixa reversa.</p>	
<p>Estado de conservação: Regular. A epígrafe está ao ar livre sujeita as intempéries. Se encontra atualmente coberta por musgos e líquens e está bastante erodida. O cimo apresenta fratura na parte anterior do <i>puluillus</i> esquerdo e desgastes na parte posterior do cimo e <i>puluillus</i> direito. A face anterior possui fraturas nos cantos superiores esquerdo e inferior direito e esquerdo do capitel. A face esquerda tem fraturas na parte direita e canto superior esquerdo do capitel, além de uma rachadura que vai do cordão da molduragem do capitel até a faixa reversa da base. A face direita apresenta fraturas no cordão do capitel e no canto inferior direito da base e desgaste na parte direita do fuste. A face posterior possui fraturas na cornija e no canto inferior direito do capitel, no canto superior direito e canto mediano esquerdo do fuste e na parte inferior da base e também possui desgastes no cordão do capitel na face posterior.</p>	
<p>Dimensões:</p> <p>Máximas: 90 x 33 x 32 cm.</p>	<p>Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (41,5 x 27 cm) (Redentor, 2011, 2: 94-95, nº 122).</p>
Capitel: 23,5 x 32,5 x 31 cm.	Foculus (diâmetro): 5, 2 cm.
Puluilli (diâmetro): 7,5 cm.	Fuste: 41,5 x 28 x 26,5 cm.
Decoração semi-esférica nas faces laterais do fuste (diâmetro): 10,5 cm.	Base: 25 x 33 x 32 cm.
<p>Transcrição: LAR[II] / VIV[...]/NAE[CO]/ T(itus) · A(- - -) · M?(- - -)/^s V(otum) · S(oluit) · L(ibens) · [A(nimo)] (Redentor, 2011, 2: 94-95, nº 122).</p>	
<p>Tradução: Ao Lar Vivu[...].naecus, Titus A(- - -) M?(- - -) cumpriu o voto de livre vontade.</p>	
<p>Altura das letras: l.1: 7,0/7,3; l.2: 6,0; l.3: 5,5; l.4: 5,5; l.5: 6,0 cm (Redentor, 2011, 2: 94-95, nº 122).</p>	
<p>Espaçamentos interlineares: 1: 0,0/0,5; 2: 0,5/1,0; 3: 1,0; 4: 1,0; 5: 1,5; 6: 7,0/7,2 cm (Redentor, 2011, 2: 94-95, nº 122).</p>	
<p>Pontuação: Pontuação triangular visível nas l.4 e l.5. Na l.4 separa o <i>praenomen</i>, do <i>nomen</i> e do <i>cognomen</i> do dedicante. Na l.5 divide as siglas que compõem a fórmula votiva.</p>	
<p>Variantes: Não existem.</p>	

Nº de Registo: ICICB 013 (continuação)
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 94-95, nº122).
Comentário paleográfico: A paginação segue alinhamento à esquerda. A pontuação do texto é triangular e presente nas l.4 e l.5 e o seus caracteres são de tipo capital comum, com os VV inclinados para a esquerda, com o S da l.5 assimétrico e o L da l.5 com a barra da base inclinada para baixo.
Bibliografia: Almeida (1996, 2: 107- 108, nº 47, fig. 45); Redentor (2011, 1: 265- 266, :357, Quadro 37, :360- 361 e n. 49; 2011, 2: 94- 95, nº 122, Estampa IX).

Nº de Registo: ICICB 014	
Divindade: <i>Laribus Anaecis</i> .	
Procedência: Avenida Padre Leal, Lagares e Figueira, Penafiel, Porto, Portugal. [553091.1, 4553113.21; 200].	
Contexto arqueológico: Foi descoberta em 09 de fevereiro de 1983 pelo Padre José Joaquim Silva Leal no primeiro degrau do supedâneo na zona do altar da capela-mor da antiga igreja paroquial de São Martinho em Lagares, aquando das obras de adaptação da igreja para o Centro Social (Silva, 1984: 47, n. 21; <i>HEp</i> 1, 689).	
Paradeiro: Centro Histórico Paroquial de Lagares (antiga igreja paroquial de São Martinho).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa XI, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa XI, Fig. 2
Face direita: Estampa XI, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa XI, Fig. 4.
Parte superior: Estampa XI, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel, desfigurado, apresenta em seu cimácio uma cavidade ovalada, com molduragem composta por vestígios de um filete direto visível nas faces anterior e esquerda. O fuste, trabalhado nas faces anterior, direita e esquerda é alisado apenas na primeira para receber a inscrição. A molduragem da base é constituída por filete e garganta reversos e ranhura. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. Possui deteriorações no cimácio e nas faces anterior, direita e esquerda. O cimo está totalmente destruído, tendo o seu <i>foculus</i> sido reaproveitado na confecção de outro orifício ovalado. A face anterior apresenta fraturas nas partes superior e direita e desgaste na parte esquerda do capitel, fraturas na parte direita e desgaste na parte esquerda do fuste e fratura na parte direita da base. A face esquerda teve seu capitel mutilado, exibe no fuste fraturas na parte esquerda e intenso desgaste na parte direita, além de uma perfuração linear e na base enverga desgastes nas partes direita e esquerda, possuindo nesta um orifício retangular fruto, certamente, do reaproveitamento deste altar. A face direita foi destruída a nível do capitel e da base e apresenta fraturas nas partes esquerda e final do fuste.	
Dimensões:	
Máximas: 116 x 38,5 x 41 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (63, 9 x 35 cm).
Capitel: 17 x 37,5 x 40 cm.	Cavidade ovalada no capitel (diâmetro 1 x diâmetro 2 x profundidade): 16 x 12 cm x 6 cm.

Nº de Registo: ICICB 014 (continuação)	
Fuste: 63,9 x 35 x 33,1 cm.	Base: 35,1 x 38,5 x 41 cm.
Cavidade retangular na face esquerda da base (altura x largura x profundidade): 14,0 x 9,0 x 13,0 cm.	
Transcrição: LARIB[V(s)] / ANAECI[S] / [P]RISC[V(S)] / HIERON / ^s [I]MP(eratoris) · D[O(MI)]/[T]IANI AV[G(ust)] / DISP(ensatores) · V[ER(nae)] / V(otum) · S(oluerunt) · L(ibentes) · M(erito).	
Tradução: Aos <i>Lares Anaeci, Priscus</i> (e) <i>Hieron</i> , intendentos (em matéria financeira) e escravos do imperador Domiciano Augusto, cumpriram o voto de bom grado e com razão.	
Altura das letras: l.1: 6,5; l.2: 6,0; l.3: 5,5; l.4: 6,0; l.5: 6,5; l.6: 6,5; l.7: 6,5; l.8: 6,7 cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 1,5; 2: 1,0; 3: 1,0; 4: 1,0; 5: 1,0; 6: 1,2; 7: 1,0; 8: 1,0; 9: 5,0 cm.	
Pontuação: Pontuação triangular separando o título do imperador de seu <i>cognomen</i> na l.5, a função profissional dos dedicantes da informação de suas condições sociais na l.7 e as siglas da fórmula consecratória na l.8.	
Variantes: l.1: Laribu[s] (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; <i>RAP</i> , Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Prósper, 2002; Silva 2007; <i>EDCS</i>), [L]arib[us] (García Martínez, 1996), Laribus (Carvalho, 2008, 2; Encarnação & Guerra, 2010). l.2: Anaec[is] (García Martínez, 1996), [D]anaeci (Silva, 2007); l.3: [P]riscus (Pereira Menaut, 1998); l.4: [- - -] (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2), [...]ero[...] (<i>RAP</i> , García Martínez, 1996), [6] (<i>EDCS</i>); l.5: [- - -] (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2), [...] ar[...] (<i>RAP</i> , [...]at[...] (García Martínez, 1996), [6] (<i>EDCS</i>); l.6: [- - -] (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2), [...]an[...] (<i>RAP</i> , García Martínez, 1996), [6] (<i>EDCS</i>); l.7: [- - -] (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; <i>RAP</i> , García Martínez, 1996; Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2), [6] (<i>EDCS</i>); l.8: v(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito) (Silva, 1984; <i>HEp</i> 1; <i>RAP</i> , Guerra, 1998, 1; Pereira Menaut, 1998; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2; <i>EDCS</i>), v(otum) s(oluit) l(ibens) [m(erito)] (García Martínez, 1996).	
Cronologia: 81- 96 d.C (Redentor, 2011, 2: 95, nº 123).	
Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento simultâneo à esquerda e à direita. A pontuação da inscrição é triangular e presente nas l.5, l.7 e l.8 e seus caracteres são de tipo capital comum. Seus OO são bem circulares e seus SS simétricos, sendo que o da l.8 é um pouco inclinado para a direita.	
Bibliografia: Silva (1984: 47, n. 21 e :58, Est. X, fig. 1); Soeiro (1984: 41, Estampa V, :104, Estampa XXXV, :128, 130- 132, Estampa VIII); Silva (1986: 277); Barroca (1986: 281, n. 12); Alarcão (1988c: 27, nº 1/470); <i>HEp</i> 1, 689; <i>RAP</i> 214; García Martínez (1996: 906, :929, :944, :946, :1003, :1015, :1093, :1891, nº 90, Lámina XXI, 4); Guerra (1998, 1: 113- 114, nº E.21 e :277- 278); Pereira Menaut (1998: 45- 46 e :50, Fig. 3 e 4); Olivares Pedreño (2000a: 111 e n. 568 e n. 569; 2000c: 75); De Bernardo Stempel (2002: 117, nº 16); Olivares Pedreño (2002: 81- 82 e n. 573 e n. 574); Prósper (2002: 139, n. 58); Moralejo (2007: 137, n. 72); Silva (2007: 386, n. 153, :387, n. 174 e :434, nº 653, Epig. 68); Carvalho (2008, 2: 76, nº 13111601); Olivares Pedreño (2008: 244, nº 27); Sastre de Diego (2009: 436, P. 61); Encarnação & Guerra (2010: 105 e :108); Redentor (2011, 1: 205; :278- 279 e n. 29, :357, Quadro 37 e :361; 2011, 2: 95, nº 123, :336 e Estampa IX); Silva (2013: 43-44, 7.1.2).	

Nº de Registo: ICICB 014 (continuação)

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 14972); *EDCS* (EDCS ID EDCS-22200368).

Nº de Registo: ICICB 015

Divindade: *Laribus Buricis*.

Procedência: Campo da Porta, Carrazedo, Amares, Braga, Portugal. [551257.08, 4608947.15; 90].

Contexto arqueológico: Foi encontrada enterrada a uma profundidade de sete palmos, em 14 de abril de 1973, quando uma máquina escavadora preparava o terreno para uma vala de canalização de águas na residência do Campo da Porta, para os estaleiros da Firma Eusébio & Filhos, localizados do lado norte da EN 205, em direção oposta da igreja paroquial de Carrazedo (Sousa, 1971-1972: 181; Silva, 1973a: 1; Cunha, 1975: 24; Silva, 1982: 252; Silva, 2006: 15; Barbosa, 2010: nº 0703).

Paradeiro: Residência do Campo da Porta, Carrazedo, Amares.

Material: Granito.

Tipo de suporte: Ara.

Fotografias:

Face anterior: Estampa XII, Fig. 1.

Parte superior: Estampa XII, Fig. 2.

Descrição: Ara votiva em granito. O capitel é composto por dois *foculi*, sendo um central e maior e outro menor revestido por chumbo localizado entre aquele *foculus* central e o *fastigium* da face anterior. O resto do cimácio é constituído por dois *puluilli* nos lados direito e esquerdo do cimácio e dois *fastigia* anterior e posterior, ligados aos *foculi* por um cordão. A molduragem é composta por faixa saliente, escócia reversa, cordão, escócia direta, toro e dois filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces. A molduragem da base é formada por filete reverso, toro, escócia e outro toro. Os *puluilli* apresentam na face anterior (aquela visível nas fotos), volutas em alto relevo direcionadas para baixo e também um padrão de corda torcida em relevo na parte mediana do corpo dos *puluilli*, estando o padrão no *puluillus* direito direcionado à direita e o do *puluillus* esquerdo direcionado à esquerda. No *fastigium* da face anterior nota-se o que aparenta ser uma flor de lis estilizada e na faixa saliente, logo abaixo, observa-se linha ondulada ligeiramente inclinada para a esquerda.

Estado de conservação: Bom. A inscrição foi danificada por fraturas no lado esquerdo do fuste e da base e na parte posterior do *puluillus* esquerdo, que foram provocadas no momento de descobrimento da peça. A leitura do texto está, portanto, comprometida em todas as linhas da inscrição, nomeadamente as duas primeiras letras das l.1, l.2, l.3 e l.4 e a primeira letra da l.5. Apesar de ter sido encontrada a parte esquerda do fuste que havia sido destruída, a peça parece não ter sido restaurada como vemos pelas fotos do trabalho de Barbosa (2010, nº 0703).

Dimensões:

Máximas: 70 x 33 x 31 cm (Redentor, 2011, 2: 95- 96, nº 124).

Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (32 x 24,5 cm) (Martins, 1990: 67, nº 9).

Capitel: 18 x 33 x 31 cm (Redentor, 2011, 2: 95- 96, nº 124).

Transcrição: [L]ARIBVŠ / [B]VRICIS / [V]OTVM / [S]OLVIT /⁵ [B]LOENA.

Tradução: Aos *Lares Burici*, *Bloena* cumpriu o voto.

Nº de Registo: ICICB 015 (continuação)
Altura das letras: I.1- I.5: 3,0/4,5 cm (Le Roux, 2009: 282, nº 12).
Espaçamentos interlineares: Sem informação.
Pontuação: Inexistente.
Variantes: I.1: Laribus (Silva, 1973a; Silva, 1982; Martins, 1990; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004; Silva, 2006; Carvalho, 2008, 2; Barbosa, 2010); I.2: B(u)ricis (Sousa, 1971- 1972; Silva, 1982; Guerra, 1998, 1; Silva, 2006; Silva, 2007), Buricis (Silva, 1973a; Martins, 1990; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004; Carvalho, 2008, 2; Barbosa, 2010; Redentor, 2011, 2), Boricis (Cunha, 1975); I.3: votum (Sousa, 1971- 1972; Silva, 1973a; Silva, 1982; Martins, 1990; <i>RAP</i> , Guerra, 1998, 1; Prósper, 2002; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004; Silva, 2006; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2; Barbosa, 2010; Redentor, 2011, 2); I.4: solvit (Sousa, 1971- 1972; Silva, 1973a; Silva, 1982; Martins, 1990; <i>RAP</i> , Guerra, 1998, 1; Prósper, 2002; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004; Silva, 2006; Silva, 2007; Carvalho, 2008, 2; Barbosa, 2010; Redentor, 2011, 2); I.5: Bloiina (Sousa, 1971- 1972; Silva, 1973a; Silva, 1982; Martins, 1990; <i>RAP</i> , Prósper, 2002; Silva, 2006; Carvalho, 2008, 2, Barbosa, 2010), Bloena (<i>AE</i> 1973; Guerra, 1998, 1; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey, 2004; Silva, 2007; Le Roux, 2009; Redentor, 2011, 2; <i>EDCS</i> ; <i>HD</i>).
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 95- 96, nº 124).
Comentário paleográfico: O texto, comprometido devido à fratura, aparenta ter alinhamento à direita. Os caracteres deste são de tipo capital comum, com os SS assimétricos, os OO bem circulares, com o C da I.2 anguloso, o T da I.5 com uma haste transversal breve e o E da I.5 representado com duas hastes verticais.
Bibliografia: Sousa (1971-1972: 179- 183); <i>AE</i> 1973, 320; Silva (1973a: 1 e :4; 1973b: 4); <i>AE</i> 1974, 391; Cunha (1975: 23- 33); Tranoy (1981: 303 e n. 317); Silva (1982: 252- 256 e Fig. 5 e Fig. 6); Portela Filgueiras (1984: 158, n. 1); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 10); Silva (1986: 277); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 13, nº 1/202); Beltrán Lloris (1988: 66, n. 68 e :67); Martins (1990: 67, nº 9); <i>RAP</i> 217; García Martínez (1996: 906 e n. 56, :930, :944, :946, :1003, :1015, :1093 e :1892, nº 91, Lámina XXII, 1); Guerra (1998, 1: 133, nº E.50 e :354); Marco Simón (1999: 47, Mapa 5); Olivares Pedreño (2000a: 100- 101 e :239; 2000c: 61, n. 26); García Martínez (2002: 18 e n. 22 e :21 e n. 51); Olivares Pedreño (2002: 74- 75 e n. 495- 498); Prósper (2002: 173); Olivares Pedreño (2003: 298, nº 1); Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra, Álvarez Asorey (2004: 354 e n.5 e :402 e :403, nº 243); Silva (2006: 10- 12, Fig. 1 e Fig.2, :14- 15, :17, :45- 46 e :55); Silva (2007: 386 e n. 152, :436, nº 669, Epig. 84); Carvalho (2008, 1: 335 e :346; 2008, 2: 10- 11, nº 3010701 e nº 3010702); Olivares Pedreño (2008: 243, nº 26); Le Roux (2009: 282, nº 12); Barbosa (2010: nº 0703); Encarnação & Guerra (2010: 105 e :108); Redentor (2011, 1: 357, Quadro 37, :361; 2011, 2: 95- 96, nº 124).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6542); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-09401458); <i>HD</i> (HD no. 011069).

Nº de Registo: ICICB 016	
Divindade: <i>Laribus Cerenaecis</i> .	
Procedência: Igreja de São Salvador de Tuías, Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [570135.76, 4558208.46; 210].	
Contexto arqueológico: Encontrado na igreja de São Salvador Tuías, servindo de pia de água benta, com a parte direita entrando pela porta principal (Craesbeeck, 1726, 2 [1992, 2]: 179, Título XV, Capítulo 5º, § - 1, nº5; <i>C/L</i> II 2384). Após deixar de ter este uso foi transportada para o adro da igreja, onde ficou até ir para o Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcellos, 1905: 183, nº5).	
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (MN) (Exposição Religiões da Lusitânia).	Nº de inventário: E- 6152.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Dr. Carlos Côrte-Real (Vasconcellos, 1905: 183, nº 5).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa XIII, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa XIII, Fig. 2.
Face direita: Estampa XIII, Fig. 3.	Face esquerda: Estampa XIII, Fig. 4.
Parte superior: Estampa XIII, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel é composto em seu cimácio por <i>foculus</i> circular escavado e com dois <i>puluilli</i> pouco marcados. A molduragem do capitel é constituída por dois toros, dois bocéis reversos e um filete direto. O fuste é trabalhado nas quatro faces, mas é apenas alisada na face anterior. A molduragem da base é formada por filete direto, bocel direto e toro. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. Seu cimácio está arrasado na metade direita do <i>foculus</i> , na parte posterior dos <i>puluilli</i> e na parte anterior deste. A face anterior apresenta fraturas nos cantos superior direito e esquerdo do capitel e desgastes nas partes inferior direita e esquerda do fuste, no canto superior direito e na parte esquerda e final da base. Na face direita têm-se fraturas na parte esquerda do capitel e no <i>puluilli</i> e também desgaste na base. Na face esquerda têm-se fraturas nos cantos superior direito e esquerdo do capitel e desgastes na parte central do capitel, canto inferior esquerdo do fuste e na parte final da base.	
Dimensões:	
Máximas: 100 x 46 x 35,5 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior do fuste (48 x 37 cm).
Capitel: 31 x 46 x 36 cm.	Foculus (diâmetro x profundidade): 13,5 x 2,5 cm.
Puluilli (diâmetro): 5,5 cm.	Fuste: 48 x 37 x 30 cm.
Base: 21 x 45 x 33 cm.	Cavidade na parte inferior da base (profundidade): 6 cm. (Sarmiento, 1970: 55).
Transcrição: LARIBVS· / CERENA/ECIS· NIG/ER· PROC/°VLI· F(<i>ilius</i>)· V (<i>otum</i>)· L(<i>ibens</i>)· S(<i>oluit</i>)·.	
Tradução: Aos <i>Lares Cerenaeci</i> , <i>Niger</i> , filho de <i>Proculus</i> , cumpriu de bom grado o voto.	
Altura das letras: I.1: 9,0 (A, I= 8,0, V= 7,0, S= 8,5); I.2: 9,0 (C, R= 8,5); I.3: 9,0 (I= 8,0, N, I, G= 8,5); I.4: 8,5 (R= 8,0); I.5: 8,0 (V= 7,0, L, I, S= 7,5) cm.	

Nº de Registo: ICICB 016 (continuação)
Espaçamentos interlineares: 1: 1,5; 2: 0,5; 3: 0,5; 4: 1,0; 5: 1,0; 6: 0,0 cm.
Pontuação: Pontuação triangular presente no final da l.1, entre o final do epíteto e o início do nome do dedicante na l.3, entre o nome do dedicante e o de seu pai na l.4, e separando todas as siglas da fórmula consecratória na l.5.
Variantes: l.2: Cerenacis (Masdeu, 1788; Sarmento, 1882b), Cīrnāe (Caldas, 1879: 77), Cerana (<i>Matriznet</i>); l.3: ecis nil (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]; Muratorio, 1742), fcis nil (Argote, 1732; Argote, 1738), Niger Proculi f (Masdeu, 1788), cis nil (Caldas, 1879: 77), Niger (Sarmento, 1882b), ecis Niger (<i>EDCS</i>); l.4: uls (Masdeu, 1788), ere pro (Caldas, 1879: 77), Proculi (Sarmento, 1882b; <i>EDCS</i>); l.5: uii.p.u.l.s. (Craesbeeck, 1726, 1 [1992, 1]; Argote, 1732; Argote, 1738; Muratorio, 1742; Caldas, 1879: 77), uli f(i)lius u(otum) l (Dias, 1997); f(i)lius u(otum) l(ibens) s(oluit) (<i>EDCS</i>); l.6: l(ibens) s(oluit) (Dias, 1997).
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 96- 97, nº 125).
Comentário paleográfico: A paginação segue o alinhamento de eixo de simetria. O texto possui pontuação triangular nas l.1, l.3, l.4 e l.5 e caracteres de tipo capital comum, com os VV de tamanho menor que o resto das letras, com o O da l.4 bem circular e também menor, com o P e os RR da l.4 alongados, com o S da l.1 assimétrico e com o G da l.3 com haste vertical breve.
Bibliografia: Craesbeeck (1726, 1 [1992, 1]: 61, Título I, Capítulo I, § -4., nº 15 e Gravura 14; 1726, 2 [1992, 2]: 179, Título XV, Capítulo 5º, § - 1, nº 5); Argote (1732: 157- 158, nº 255; 1738: 41 e :44), Muratorio (1742: 1983, nº 13); Florez (1766: 13-14, nº 7); Masdeu (1788: 26, nº 47); <i>CIL</i> II 2384; Hübner (1871: 80); Caldas (1879: 76- 80); Costa (1881: 238); Sarmento (1882b: 180- 181); Vasconcellos (1905: 183, nº 5 e Fig. 41a; 1906a: 282; 1906b: 376); Pereira (1907: 40 e :47, n. 1); Vasconcellos (1913: 86; 1915: 196); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 308); Santos (1945: 44); Monteiro (1948: 51 e n. 1); Tovar & Navascués (1950: 181, nº 22); López Cuevillas (1953: 404); Cardozo (1958c: 132, n. 233, :133, n. 234 e :134); <i>RPH</i> (1962: 131, Lámina XIX, Fig. 37); Lambrino (1965: 231); Sousa (1966: 497); Alarcão, Étienne, Fabre (1969: 223 e n. 7); Blázquez Martínez (1970: 71); Sarmento (1970: 55-56 e n. 140); <i>ILER</i> 674; Sousa (1971-1972: 179 e :183); Encarnação (1971: 350; 1972: 93- 94, nº II e :104, nº 1); Rivas Fernández (1973: 69); Cunha (1975: 27); Blázquez Martínez (1975: 55 e :116); <i>DIP</i> (1975: 211-212 e Foto 50); Étienne (1976: 31, n. 89); Blázquez Martínez (1977: 376); Tranoy (1981: 300, :303, nº 7 e n. 318 e :377- 378); Linares (1982: 777); Albertos Firmat (1983: 482); Blázquez Martínez (1983: 302); Filgueiras (1984: 158, n. 1); Untermann (1985: 350, nº 58 e : 361, nº 58); Blázquez Martínez (1986: 11, nº 8); Rodriguez Navarro (1986: 122, nº 10); Silva (1986: 277); Beltrán Lloris (1988: 66, n. 69 e :67); Alarcão (1988a: 159; 1988b: 95; 1988c: 28, nº 1/481); Encarnação (1989: 286, n. 2; 1990: 455); Blázquez Martínez (1991: 74); <i>RAP</i> 215; García Martínez (1996: 907, :931, :944, :959, n. 68, :1003, :1015, :1093, :1893, nº 92, Lámina XXII, 2); Dias (1997: 311, nº 83); Encarnação (1998: 270- 271); Marco Simón (1999: 36, :42, B6 e :47, Mapa 5); Olivares Pedreño (1999: 334; 2000a: 111, n. 567; 2000c: 75); Pedrero (2001: 551); Fernandes (2002b: 366, nº 12, Fig. 12); Olivares Pedreño (2002: 81 e n. 572); Prósper (2002: 317, nº XI. VIII); Ribeiro (2002c: 14, nº 12); De Bernardo Stempel (2003: 200); Marco Simón (2005: 289, Fig. 1 e :294, alínea e); Blázquez Martínez (2006a: 226); Silva (2007: 386 e n. 155, :437, nº 676, Epig. 91); Carvalho (2008, 2: 72, nº 13072701); Alarcão (2009: 115); Olivares Pedreño (2008: 243, nº 14);

Nº de Registo: ICICB 016 (continuação)
Bibliografia: Encarnação & Guerra (2010: 105 e :108); Redentor (2011, 1: 134, Quadro 9, :177, Quadro 15, :357, Quadro 37, :361; 2011, 2: 96- 97, nº 125); Costa (2013: 71); Hoz (2013: 92).
Catálogos on-line: HEPOL (nº de registo 8201); EDCS (EDCS ID EDCS-05501737); Matriznet (nº de inventário E- 6152).

Nº de Registo: ICICB 017	
Divindade: <i>Marti Cairiogiego</i> .	
Procedência: San Bartolomé, Rebordáns, Tui, Comarca do Baixo Minho, Pontevedra, Galícia, Espanha. [529855.47, 4655762.77; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada em 6 de junho de 1854 nas obras de alargamento de uma rua no subúrbio de São Bartolomé, em um campo antigo com vestígios de edificações antigas (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 19; <i>IRG</i> III 16; <i>CIRG</i> II 115).	
Paradeiro: Edifício Sarmiento do Museo de Pontevedra (S4- Exposição Galaico- romano, sécs. I a.C- V d.C).	Nº de inventário: MP 2036.
Informações sobre a entrada no Museu: Doad a por Jerónimo Sánchez (Sampedro, 1931: 32; <i>IRG</i> III 16).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa XIV, Fig. 1.	Face direita: Estampa XIV, Fig. 2.
Face esquerda: Estampa XIV, Fig. 3.	Face posterior: Estampa XIV, Fig. 4.
Parte superior: Estampa XIV, Fig. 5.	
Descrição: Ara votiva em granito. O capitel possui um <i>foculus</i> em relevo e <i>puluilli</i> , sendo visíveis apenas vestígios do <i>puluillus</i> direito que apresenta um cordão em sua parte mediana. A molduragem do capitel, perceptível nas faces esquerda e posterior, é composta por faixa saliente e dois filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces e a base é simples, sem molduragem, tendo a parte inferior em jeito de espigão. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Bom. A face anterior apresenta capitel e base fraturados, alguns furos abaixo da inscrição e fraturas no canto superior direito do fuste, além de vestígios de ferrugem nas primeiras cinco letras da I.6 e no L da I.3. A face esquerda apresenta fraturas na parte superior do capitel, no canto inferior esquerdo do fuste e na parte esquerda e inferior da base. A face direita apresenta fraturas no canto superior direito e na parte esquerda do capitel e no canto inferior direito do fuste, e a base foi totalmente destruída. A face posterior possui fraturas na parte direita e no canto superior esquerdo do capitel e nos cantos inferior direito e esquerdo do fuste e na totalidade da base.	
Dimensões:	
Máximas: 94,5 x 34,5 x 23 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior (55 x 32 cm).
Capitel: 17,5 x 33 x 23 cm.	Foculus (diâmetro): 10,5 cm.
Fuste: 55 x 32 x 20,5 cm.	Base: 22 x 34,5 x 22 cm.
Puluilli (diâmetro): 6 cm.	
Cordão (espessura): 3 cm.	

Nº de Registo: ICICB 017 (continuação)
Transcrição: MARTI CAI/RIQIGIEGO / L(<i>ucius</i>) · HISPANI/VS · FRONTO / ⁵ EX · VOTO · / SACRVM.
Tradução: Consagrado a <i>Mars Cairiogiegus</i> . <i>Lucius Hispanius Fronto</i> na sequência de um voto.
Altura das letras: l.1: 5,7 (C,A,R= 6,0); l.2: 5,0 (I, O, I, O= 4,5); l.3: 5,8; l.4: 5,5 (F,R= 4,5, O,N= 5,0); l.5: 6,0 (X= 5,5, V, O= 5,0, O= 5,5); l.6: 6,0 cm.
Espaçamentos interlineares: 1: 1,0; 2: 1,5; 3: 1,5; 4: 1,5; 5: 1,5; 6: 1,5; 7: 12,2 cm.
Pontuação: Pontuação circular presente na divisão do <i>praenomen</i> , do <i>nomen</i> e do <i>cognomen</i> do dedicante nas l.3 e l.4 e também na separação das palavras da fórmula votiva na l.5.
Variantes: l.1: Marti Ca (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 93; <i>CIL II Suppl.</i> ; Vasconcellos, 1905; Tovar & Navascués, 1950; <i>IRG III</i> ; <i>RPH</i> ; Encarnação, 1989), Marti Cap (Bouza-Brey Trillo, 1931; Sampedro, 1931; López Cuevillas & Serpa Pinto, 1933-1934; Bouza-Brey Trillo, 1953; López Cuevillas, 1953; <i>AE</i> 1957 Tranoy, 1981), Marti (<i>ILER</i>), Marti Ca[p] (Nicols, 1987), Marti Ca[.] (Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina, 2006); l.2: ĩriocieco (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 93), riocieco (Sampedro, 1931; Borges de Figueiredo, 1887; <i>CIL II Suppl.</i> ; Vasconcellos, 1905; Bouza-Brey Trillo, 1931; Tovar & Navascués, 1950; Menéndez Pidal, 1951; Bouza-Brey Trillo, 1953; <i>IRG III</i> ; <i>AE</i> 1957; Blázquez Martínez, 1970; Rivas Fernández, 1973; Blázquez Martínez, 1977; Blázquez Martínez 1983; Nicols, 1987; Encarnação, 1989; Marco Simón, 1999), rio ceco (López Cuevillas & Serpa Pinto, 1933-1934; López Cuevillas, 1953), riociego (<i>RPH</i> ; Tranoy, 1981; Prósper, 2002), Cap (<i>ILER</i>); l.3: Hispani (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 19; Borges de Figueiredo, 1887), riocieco (<i>ILER</i>); l.4: Vsironio (Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 19; Fidel Fita & Fernández-Guerra, 1880: 93), I. Hispani (<i>ILER</i>); l.5: us Fronto (<i>ILER</i>); l.6: ex voto (<i>ILER</i>).
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 97, nº 126).
Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento à esquerda. O texto possui pontuação circular presente nas l.3, l.4 e l.5 e caracteres de tipo capital comum, com os OO bem circulares, com os GG com uma haste vertical breve (sendo o primeiro G da l.2 mais esguio que os restantes), com os SS assimétricos, com o E e o X da l.5 muito esguios e com o T da l.5 com a haste vertical curva.
Bibliografia: Fidel Fita & Fernández-Guerra (1880: 19 e :93); Borges de Figueiredo (1887: 19 e Estampa III, Fig. 1a e 1b); <i>CIL II Suppl.</i> 5612; Holder (1896: 788); Vasconcellos (1905: 306- 307, nº 2 e n. 1); Bouza-Brey Trillo (1931: 191- 192 e n. 4); Sampedro (1931: 32); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933-1934: 300 e n. 3); Tovar (1949: 137); Tovar & Navascués (1950: 181, nº 50); Menéndez Pidal (1951: 225- 227); Bouza-Brey Trillo (1953: 140- 144); López Cuevillas (1953: 395); <i>IRG III</i> 16; <i>AE</i> 1957, 316; Palomar Lapesa (1957: 60); <i>RPH</i> (1962: 115- 116, Lámina XIV, Fig. 27); Untermann (1965: 93); Blázquez Martínez (1970: 71); <i>ILER</i> 684; Rivas Fernández (1973: 71 e :73 e n. 33); Blázquez Martínez (1975: 53; 1977: 373 e :377); Tranoy (1981: 304 e n. 330 e n.331 e :377); Blázquez Martínez (1983: 304); López (1983: 107); Tranoy (1984: 447, n. 14); Untermann (1985: 350, nº 63, :357, nº 63 e :361, nº 63); Bermejo Barrera (1986: 106- 107); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 11); Silva (1986: 290 e n. 358); Nicols (1987: 144- 145); Blázquez Martínez & García-Gelabert Pérez (1988: 178, alínea k); Encarnação (1989: 281);

Nº de Registo: ICICB 017 (continuação)

Bibliografia: Curchin (1991: 161 e n. 20); *RAP* (1991: 15); Rivas Fernández (1993: 30, :38, :40, :43 e :61); *CIRG* // 115; Blázquez Martínez (1996: 340 e :354); García Martínez (1996: 736 e n. 60, :767 e n. 255- 264, :771, :784, :1003, :1017, :1091 e :1899-1900, nº 100, Lámina XXIV, 1); *HEp* 6, 773; Blázquez Martínez (1998: 253); Hernández Fernández (1998: 173 e n. 65); Marco Simón (1999: 36, :42, B7 e :47, Mapa 5); Olivares Pedreño (1999: 342; 2000a: 95- 99 e n. 466, :101, :122, :229 e :244; 2000c: 56- 57 e n. 1 e :59); Blázquez Martínez (2001: 65 e n. 18); Villar & Pedrero (2001: 689); Olivares Pedreño (2002: 71- 73 e n. 468, n. 470, :88, :155 e :164); Pérez Losada (2002: 69, Fig. 18, nº 6, :75 e :87); Prósper (2002: 111 e :319, nº XI.XIII; 2004: 185, n. 34); Marco Simón (2005: 294, alínea f); Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina (2006: 303- 305 e :307); Blázquez Martínez (2006a: 227); Le Roux (2006: 89 e n. 31 e :91); Silva (2007: 402 e n. 369); Olivares Pedreño (2008: 227- 228 e :245, nº 51); Le Roux (2009: 279); Redentor (2011, 1: 347, :357- 359, Quadro 37; 2011, 2: 97, nº 126); Hoz (2013: 92).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 11948); *EDCS* (EDCS ID EDCS-05600801).

Nº de Registo: ICICB 018

Divindade: *Marti Carieco*.

Procedência: Capela de Santa Eulália, Refóios do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Portugal [538985.27, 4627216.72; 75].

Contexto arqueológico: Encontrada no adro da capela de Santa Eulália em Refóios do Lima (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 191).

Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).

Nº de inventário: MPXII.LIT.614.

Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Padre José Ribeiro em 07 de março de 1969 (Rosário, 1973: 30, nº 614).

Material: Granito.

Tipo de suporte: Ara.

Fotografias:

Face anterior: Estampa XV, Fig. 1.

Pormenor face anterior: Estampa XV, Fig. 2.

Face direita: Estampa XV, Fig. 3.

Face esquerda: Estampa XV, Fig. 4.

Parte superior: Estampa XV, Fig. 5.

Descrição: Ara votiva de granito. O cimácio é composto por *puluilli* que enquadram um *fastigium* triangular e um *foculus* circular em relevo que está ligado aos *puluilli* através de um cordão que os envolve. A molduragem deste é composta por uma faixa saliente, uma escócia ladeada por cordões e dois filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces. A molduragem da base é constituída por rebaixo, chanfro reverso e quarto de círculo reversos. Não possui motivos decorativos.

Estado de conservação: Bom. As danificações consistem na face anterior em uma fratura da parte anterior do *puluillus* esquerdo e na destruição do *fastigium* anterior. Na face esquerda tem-se uma fratura no segundo cordão e pingos de tinta laranja na faixa saliente e nos *puluilli*. A face direita possui pequenas fraturas no canto superior esquerdo da faixa saliente e no centro do segundo cordão que entremeia a escócia do capitel e também desgastes no canto inferior esquerdo e pingos de tinta azul do fuste e na parte inferior da base. A face posterior do capitel possui uma fratura ao longo da parte final da escócia, do segundo cordão e do primeiro filete.

Nº de Registo: ICICB 018 (continuação)	
Dimensões: Máximas: 78 x 35 x 35,5 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior (28 x 22 cm).
Capitel: 27 x 35 x 35,5 cm.	Foculus (diâmetro): 13,5 cm. Bordadura do foculus: 4 cm.
Fastigium: 5,5 x 15, 5 cm.	Pulvilli (diâmetro): 7 cm. Cordão (espessura): 3,5 cm.
Fuste: 28 x 22 x 23 cm.	Base: 23 x 34,5 x 35 cm.
Transcrição: AVRELĪA/NVS MĀR/ȚI CARI[E]CŌ / VOTVM / ^s [LIBE]NS / SŌLVĪȚ	
Tradução: <i>Aurelianus</i> cumpriu livremente o voto a <i>Mars Cariecus</i> .	
Altura das letras: l.1: 3,5 (E= 3,7); l.2: 3,5 (S= 4,3, MĀ= 4,0, R= 3,0); l.3: 3,0 (I,C,O= 2,0); l.4: 3,5; l.5: 3,5; l.6: 3,0 cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,3/1,0; 2: 0,5; 3: 0,5; 4: 1,0; 5: 1,0; 6: 1,0; 7: 3,0 cm.	
Pontuação: Inexistente.	
Variantes: l.1: Aur(elius) Fla (Tranoy, 1981; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; Almeida, 1990; Almeida, 1996, 1; Fontes <i>et alii</i> , 2009), Aurelian (García Martínez, 1996), Aur · Fla (Le Roux, 2009), Aur(elius) (?) Fla (<i>EDCS</i> , <i>HD</i>); l.2: vvs Lar (Tranoy, 1981; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; Almeida, 1990; Almeida, 1996, 1; Marco Simón, 1999; Fontes <i>et alii</i> , 2009; Le Roux, 2009; <i>EDCS</i>), [n]us Mār (<i>RAP</i>), nus Mar (i) Cari(e)co (Almeida, 1996, 1), us Mar (García Martínez, 1996), [n]us Mar (Prósper, 2002; <i>HEpOL</i>), vus(?) Lar (<i>HD</i>); l.3: i Cari[ei]co (Tranoy, 1981; Beltrán Lloris, 1988; Marco Simón, 1999), i Cari[e]co (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; Tranoy, 1984; Fontes <i>et alii</i> , 2009; Le Roux, 2009; <i>EDCS</i> , <i>HD</i>), i Cari[e]co votum (Almeida, 1990; Almeida, 1996, 1), [t]i Cari[e]co (<i>RAP</i> , García Martínez, 1996; Prósper, 2002; <i>HEpOL</i>), votum (libe) ns (Almeida, 1996, 1), [t]i Cariec (Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina, 2006); l.4: [libe]ns (Almeida, 1990), [lib]nsi [so]luit (Almeida 1996, 1), (so)luit (Almeida, 1996, 1), [o] votum (Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina, 2006); l.5: [so]lvit (Almeida, 1990; Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina, 2006), [liberal] ns (<i>EDCS</i>); l.6: [so]lvit (Tranoy, 1981; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; <i>AE</i> 1983; Tranoy, 1984; <i>RAP</i> , García Martínez, 1996; Prósper, 2002; Fontes <i>et alii</i> , 2009; Le Roux, 2009; <i>HEpOL</i> ; <i>HD</i>), [(?) so]lvit (<i>EDCS</i>).	
Cronologia: 251- 300 d.C. (Redentor, 2011, 2: 98, nº 127).	
Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento à esquerda. O texto na l.1 encontra-se inclinado, não possui pontuação e os seus caracteres são de tipo capital comum. O S é assimétrico na l.1 e simétrico na l.5 e l.6. Possui nexos nas letras L e I na l.1 e no M e no A na l.2.	
Bibliografia: Rosário (1973: 30, nº 614); Tranoy (1981: 300, :303, nº 2 e n. 313, :304 e :377); Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 190-191, nº 13, Lam. V, Fig.14- 15); <i>AE</i> 1983, 561; Tranoy (1984: 445, nº 2, n. 5 e :450, Fig. 2); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 10); Silva (1986: 290 e n. 357); Alarcão (1988a: 169 e :213, n. 69; 1988b: 101; 1988c: 4, nº 1/69); Beltrán Lloris (1988: 66, n. 64); Almeida (1990: 147 e :149, nº 84, Fig. XXXVIII, n. 222); <i>RAP</i> 225; Almeida (1996, 1: 217- 219, nº 133, Fig. 80); García Martínez (1996: 766 e n. 254, :771, :784, :1003, :1018, :1091, :1900- 1901, nº 101, Lámina XXIV, 2); Blázquez Martínez (1998: 253); Marco Simón (1999: 47, Mapa 5);	

Nº de Registo: ICICB 018 (continuação)

Bibliografia: Olivares Pedreño (1999: 342; 2000a: 96- 99, :101, :122, :132 e :244; 2000c: 56- 57 e n. 4); Villar & Pedrero (2001: 694); Olivares Pedreño (2002: 72- 73, :75, :88 e :164); Prósper (2002: 319, nº XI.XII); *HEp* 12 (2002: 242); Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina (2006: 304 e n. 52); Blázquez Martínez (2006a: 227); Silva (2007: 402, n. 368 e :437, nº 673, Epig. 88); Carvalho (2008, 2: 118, nº 16073704); Olivares Pedreño (2008: 245, nº 56); Fontes *et alii* (2009: 60); Le Roux (2009: 282, nº 10); Encarnação & Guerra (2010: 106); Redentor (2011, 1: 78, :93, :347, :357- 359 e Quadro 37 e n. 46; 2011, 2: 98, nº 127).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 6776); *EDCS* (EDCS ID EDCS-08,500,375); *HD* (HD no. 000018).

Nº de Registo: ICICB 019

Divindade: *Marti Tarbuceli*.

Procedência: Fonte de São Vicente, Braga (São Vicente), Braga, Braga, Portugal. [548777.69, 4602799.51; 150].

Contexto arqueológico: Desconhece-se a circunstância do achado. Poderia estar relacionado a um muro vizinho a *archa petrinea* encontrada no local (Fontes, 1993: 73, nº 89; Carvalho & Mendes, 2010: 197; Redentor, 2011, 2: 98- 99, nº 128).

Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII) (corredor romanização, guião 30). **Nº de inventário:** MPXII.LIT.126.

Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida por intermédio do Sr. Ferreira Capa (Rosário, 1973: 3, nº 126).

Material: Granito. **Tipo de suporte:** Ara.

Fotografias:

Face anterior: Estampa XVI, Fig. 1. **Pormenor face anterior:** Estampa XVI, Fig. 2.

Face direita: Estampa XVI, Fig. 3. **Face esquerda:** Estampa XVI, Fig. 4.

Cimácio: Estampa XVI, Fig. 5.

Descrição: Ara votiva de granito. O capitel parcialmente destruído é composto por vestígios de *fastigia* e de *puluilli*. O cimo possui um *foculus* circular em relevo dividido em dois servindo, possivelmente, para encaixe de outro elemento. Este *foculus* está unido às partes medianas dos *fastigia* e *puluilli*, figurando uma cruz. A molduragem do capitel é formada por uma faixa saliente que sobrepõe um cordão, um meio redondo côncavo e um toro seguidos por dois filetes diretos que ligam o capitel ao fuste. O fuste é trabalhado nas quatro faces, apresentando inscrição apenas na face anterior. A molduragem da base é composta por dois listéis. Não possui motivos decorativos.

Estado de conservação: Bom. O capitel possui deteriorações como fraturas no canto superior esquerdo da face anterior e do cimo; nos cantos superiores direito e esquerdo da face esquerda do capitel; e no canto superior direito na face direita. O fuste apresenta uma fratura enviesada na altura da l.2, que corta todas as faces, demonstrando a separação da peça em duas partes, que foram posteriormente unidas por cimento. A base apresenta fraturas no canto inferior direito da face anterior; no canto inferior esquerdo da face esquerda; nos cantos inferiores direito e esquerdo da face direita; e nos cantos inferiores direito e esquerdo na face posterior.

Nº de Registo: ICICB 019 (continuação)	
Dimensões: Máximas: 92 x 42,7 x 37,2 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior (42,5 x 37 cm).
Capitel: 29,5 x 44 x 36,5 cm.	Foculus (diâmetro total interno): 10 cm. Bordadura do foculus: 4,1 cm.
Fuste: 42,5 x 37 x 29,6 cm.	Base: 20 x 42,7 x 37,2 cm.
Transcrição: COPORICI / MATERNI / EX VOTO / MARTI TAR/ BVCELI · FVL/LONES.	
Tradução: Os <i>Coporici Materni</i> , pisoeiros, a <i>Mars Tarbuceli</i> na sequência de um voto.	
Altura das letras: I.1: 5,5 (P,R= 6,0); I.2: 6,7 (I= 3,0); I.3: 5,5 (O,O= 5,0); I.4: 6,0 (T,A,R= 5,4); I.5: 5,0 (E,L= 6,0, I= 5,7); I.6: 4,7 cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,0; 2: 1,6; 3: 2,0; 4: 2,0; 5: 2,0; 6:1,0; 7: 0,0 cm.	
Pontuação: Pontuação circular presente na I.5, separando o determinativo divino do começo da informação acerca da profissão dos dedicantes.	
Variantes: I.5: buceli fu(I) (<i>AE</i> 1983; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983; Tranoy, 1984; Gimeno Pascual, 1988; Martins, 1990; <i>RAP</i> , Guerra, 1998, 1; Marco Simón, 2001; Carvalho, 2008, 1; Carvalho, 2008, 2; Fontes <i>et alii</i> , 2009; Carvalho & Mendes, 2010; Martins & Carvalho, 2010; Luján, 2011; <i>EDCS</i> , <i>HEPOL</i> , <i>HD</i>), boceli (Alarcão, 1988c), buceli fu[II] (Silva, 2007); I.6: I(l)ones (García Martínez, 1995b; García Martínez, 1996).	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 98- 99, nº 128).	
Comentário paleográfico: A paginação segue um alinhamento à esquerda. O texto apresenta pontuação circular na I.5 e caracteres de tipo capital comum com OO e CC bem circulares e MM largos.	
Bibliografia: Rosário (1973: 3, nº 126); Tranoy (1981: 57, n. 161, : 248, nº 4 e :301 e :304 e n. 333); Curchin (1982: 37 e :52, nº 43); <i>AE</i> 1983, 562; Albertos Firmat (1983: 487); Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 192, nº 14 e n. 10, Lám. V, Fig. 16- 17); Tranoy (1984: 446- 447, nº 4 e :451, Fig. 4); Albertos Firmat (1985: 472, nº 10); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 11); Silva (1986: 291, n. 371); Alarcão (1988a: 169- 170 e :213, nº 69; 1988b: 101; 1988c: 10, nº 1/196); Gimeno Pascual (1988: 43- 44, nº 56); Martins (1990: 85, nº 66 e :223); Curchin (1991: 156); <i>RAP</i> 224; Fontes (1993: 73, nº 89); García Martínez (1995b: 155, nº 40 e nº 41 :156, :163, nº 4º, :164, nº 6º, nº 7º e nº 8º e :166; 1996: 769- 771, :784, :1003, :1018, :1091, :1902- 1903, nº 103, Lámina XXIV, 4); Blázquez Martínez (1998: 253); Guerra (1998, 1: 226, E.168); Marco Simón (1999: 37 e :47, Mapa 5); Olivares Pedreño (1999: 332, nº 39 e :342; 2000a: 101, :122, :227, nº 83, :244; 2000c: 62); Blázquez Martínez (2001: 71); Marco Simón (2001: 219 e n. 36); Guerra (2002: 150); Olivares Pedreño (2002: 75, n. 503, :88, :154 e n. 83 e n. 85, :164 e n. 179); Prósper (2002: 114, nº V.III 2.2.4.1.2 G); Olivares Pedreño (2003: 307); Blázquez Martínez (2004: 267); Haywood (2004: 87); Lorrio & Olivares Pedreño (2004: 120); Beltrán Lloris, Jórdan Cólera, Marco Simón (2005: 938, nº 81); González Rodríguez (2005: 778); Guerra (2005: 811); Blázquez Martínez (2006a: 211); Le Roux (2006: 89, :91 e :93, n. 32); Brañas Abad (2007: 407); Silva (2007: 403, n. 382 e :443, nº 729, Epig. 144); Carvalho (2008, 1: 281- 282, 316- 317 e :333; 2008, 2: 33- 34, nº 3033103); Olivares Pedreño (2008: 228, nº 52 e :245, nº 53); Fontes <i>et alii</i> (2009: 42- 43); Le Roux (2009: 80); Blázquez Martínez (2010a: 74); Carvalho & Mendes (2010: 160- 161); Martins & Carvalho (2010: 292);	

Nº de Registo: ICICB 019 (continuação)
Bibliografia: Moraes (2010: 79 e :178, n. 11); Luján (2011: 236); Redentor (2011, 1: 289-291 e n. 35, :357- 359, Quadro 37, :365; 2011, 2: 98- 99, nº 128 e cartografia 14); Carvalho (2012: 160 e : 162, Fig. 10).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6777); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08,500,376); <i>HD</i> (HD no. 000072).

Nº de Registo: ICICB 020	
Divindade: <i>Nymphis Lupianis</i> .	
Procedência: Tagilde, União das freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio), Vizela, Braga, Portugal. [560572.18; 4581213.87; 200].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1887, no campo da Horta Velha próxima a igreja de Tagilde, em terras do passal, pelo abade Guimarães. Serviu durante algum tempo em um encanamento de águas, mas sabe-se que antes estava junto à casa do Assento entre um silvado (Sarmiento, 1901: 8; Guimarães, 1901: 52- 53; Cardozo, 1985: 36, nº 34; Redentor 2011, 2: 99, nº 129).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento (MASMS).	Nº de inventário: Epi- 0034. Na exposição está deslocado de seu lugar original, estando sob o nº Epi- 0023.
Informações sobre a entrada no Museu: Em 1888, foi oferecida à Sociedade Martins Sarmiento pelo abade João Gomes de Oliveira Guimarães (Sarmiento, 1901: 8; Guimarães, 1901: 52- 53; Cardozo, 1985: 36, nº 34; Redentor 2011, 2: 99, nº 129).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Fotografias:	
Face anterior: Estampa XVII, Fig. 1.	Pormenor face anterior: Estampa XVII, Fig. 2.
Face direita: Estampa XVII, Fig. 3.	Parte inferior: Estampa XVII, Fig. 4.
Descrição: Ara votiva de granito. O capitel apesar de arrasado conserva vestígios de possíveis <i>puluilli</i> e de um possível <i>foculus</i> , estando estes elementos assentes sobre uma cornija composta por uma faixa saliente, seguida de cordão, um meio redondo côncavo, dois cordões unidos e um toro. O fuste é alisado nas faces anterior e posterior e polido na face direita. A base é constituída por toro seguido por dois cordões unidos. Não possui motivos decorativos.	
Estado de conservação: Regular. O cimácio foi arrasado tanto na parte dos <i>puluilli</i> quanto do <i>foculus</i> que, se existiu, foi totalmente destruído, existindo agora uma perfuração de secção retangular revestida por cimento e coberta por madeira deteriorada. A face anterior apresenta fraturas na parte superior do capitel, fratura enviesada na altura da l.4 (que atrapalha a leitura desta linha) e abaixo dela, grande fratura na base e desgates na aresta direita do capitel, do fuste (dificultando a leitura das últimas letras de cada linha, principalmente nas l.4 e l.5) e da base. A face direita apresenta fraturas na parte superior do capitel e no canto inferior direito da base, fratura ligeiramente enviesada na metade do fuste e desgaste na aresta esquerda do fuste e da base. A base possui em sua parte inferior um orifício circular de grande dimensão com as bordas cimentadas que estaria relacionado com o momento posterior de reaproveitamento da peça como parte de um encanamento de águas, sendo assim ligado aos vestígios de cimento no início da base na face direita, à perfuração retangular no cimácio e aos vestígios de canos de grés cimentado.	

Nº de Registo: ICICB 020 (continuação)	
Dimensões: Máximas: 71,8 x 35 x 34,5 cm.	Campo epigráfico: corresponde à face anterior (37,8 x 31 cm).
Capitel: 13,3 x 33,5 x 34,5 cm.	Fuste: 37,8 x 31 x 31,5 cm.
Base: 21 x 35 x 34,5 cm.	
Transcrição: ANTONIA / RVFINA / VOTO NYM[P]/HIS LVPIA/ANIS LIBENS/ ANIMO / POSVIT.	
Tradução: Por voto, <i>Antonia Rufina</i> colocou de livre vontade às <i>Nymphae Lupianae</i> .	
Altura das letras: I.1: 4,5; I.2: 4,8; I.3: 4,4 (O= 4,0, O= 3,7); I.4: 3,9 (parte visível); I.5: 5,3 (N= 5,0, I= 4,2, S= 3,8); I.6: 4,2 (M, O= 3,8); I.7: 3,9 (S, I = 3,6) cm.	
Espaçamentos interlineares: 1: 0,0; 2: 1,0; 3: 2,0; 4: 1,5; 5(fraturado): 1,4; 6: 1,4; 7: 0,9; 8: 0,0 cm.	
Pontuação: Inexistente.	
Variantes: I.2: Rufina voto Ninp (<i>ILER</i>); I.3: voto Nin[p] (<i>CIL II Suppl.</i> ; Guimarães, 1894; Sarmiento, 1901; Santos Júnior & Cardozo, 1953; <i>RPH</i> , Encarnação, 1970; Cardozo, 1972; <i>DIP</i> , Albertos Firmat, 1983; Cardozo, 1985; Díez de Velasco, 1998; <i>HEpOL</i>), voto Nin (Guimarães, 1901; Cardozo, 1947: 181- 183), voto Nynp (Vasconcellos, 1905; Encarnação & Guerra, 2010), voto Nyn[p] (Cortés y Vásquez, 1954; Cardozo, 1947: 187- 188; <i>RAP</i> , Prósper, 2002), voto Nym (Blázquez Martínez, 1957), his Lupia (<i>ILER</i>), Nin(p) (Blázquez Martínez, 1975: 120), Ninp (Díez de Velasco, 1985), voto Nin p (García Fernández-Albalat, 1986), voto Nin<p> (Caessa, 1990), voto Nyn?[p] (<i>RAP</i>), voto Nim (García Martínez, 1995a; García Martínez, 1996), voto Nim[p] (Fernandes, 2002), Nimp (Blázquez Martínez, 1970; Olivares Pedreño, 2000c); I.4: his Lucia (<i>CIL II Suppl.</i> ; Cardozo, 1947: 181- 183; Cardozo, 1947: 185), nis liben[s] (<i>ILER</i>), <p>his Lupia (García Martínez, 1995a; García Martínez, 1996); I.5: liben (Guimarães, 1901), liben[s] (Santos Júnior & Cardozo, 1953; Cortés y Vázquez, 1954; Cardozo, 1972, Cardozo, 1985), nis liben[s] (Caessa, 1990; García Martínez, 1996); animo posuit (<i>ILER</i>).	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 99- 100, nº 129).	
Comentário paleográfico: Paginação cuidada segundo alinhamento simultâneo à esquerda e à direita. O texto com caracteres de tipo capital comum, como OO bem circulares, SS simétricos e o V da I.2 montante.	
Bibliografia: <i>CIL II Suppl.</i> 6288; Guimarães (1894: 6- 8 e :10); Sarmiento (1901: 8); Guimarães (1901: 52- 53, nº XXVII); Vasconcellos (1905: 189- 190, Fig. 42a; 1906a: 282); Fita Colomé (1908: 558); Vasconcellos (1913: 86); Pina (1929: 107 e n. 345); Cardozo (1935a: 33, nº 34); López Cuevillas & Serpa Pinto (1933- 1934: 318); López Cuevillas (1935: 75 e n. 5); Cardozo (1947: 181- 183 e n. 5 e n. 16, :185 e n. 5, :187- 188 e n. 4 e Fig. 78 e :189 e n. 4); Tovar & Navascués (1950: 183, nº 5 e mapa); Santos Júnior & Cardozo (1953: 61, nº 4 e Est. I, Fig.2); López Cuevillas (1953: 413); Cortés y Vázquez (1954: 24- 26 e :30); Blázquez Martínez (1957: 216 e nº 18); Cardozo (1958a: 102- 103, nº 173; 1958b: 117, nº 199; 1958c: 135, nº 239); <i>RPH</i> (1962: 177 e :178 e Lám. XXXIX, Fig. 77); Lambrino (1965: 231); Blázquez Martínez (1970: 68 e Fig. 25); Encarnação (1970: 233 e :234, nº XI); <i>ILER</i> 696; Encarnação (1971: 350); Cardozo (1972: 36, nº 34); Rivas Fernández (1973: 69); <i>DIP</i> (1975: 224- 226 e foto 52), Blázquez Martínez (1975: 120); Blázquez Martínez (1977: 314- 315 e :373); Tranoy (1981: 301, :304, nº 334 e nº 335 e :325 e nº 145); Albertos Firmat (1983: 483);	

Nº de Registo: ICICB 020 (continuação)

Bibliografia: Cardozo (1985: 36, nº 34); Díez de Velasco (1985: 74 e n. 23 e n. 24, :89, nº 2-1 e nº 100 e nº 101, :97, Fig.2); García Fernández-Albalat (1986: 155- 156, nº 14 e :189-190, alínea e, n. 74 e n. 75); Rodríguez Navarro (1986: 122, nº 12); Silva (1986: 296 e nº 438); Alarcão (1988a: 167 e :213, nº 56; 1988b: 99 e :147, nº 56; 1988c: 18, nº 1/327); Caessa (1990: 147, nº 8 e foto 5); *RAP* 229; Blázquez Martínez & García-Gelabert (1992: 27, :33, :39 e :49); García Martínez (1995a: 141, :143, :146, :151-152, nº 8; 1996: 868, :895; :898, :1003, :1020, :1904- 1905, nº 105, Lámina XXV, 3 e n. 204); Díez de Velasco (1998: 97, nº 14/32 e :126, Tabla 2); Encarnação (1998: 270); Guerra (1998, 1: 504- 506); Olivares Pedreño (2000a: 112, nº 574 e nº 575; 2000c: 75); Alarcão (2001a: 38); Olivares Pedreño (2002: 82 e nº 579); *AE* 2002, 658; Prósper (2002: 310, nº 23, :320- 321, nº XI.XV); Fernandes (2002c: 358, nº 4, Fig. 4); Ribeiro (2002: 9, nº 4); Villar (2002: 297); Guerra (2003: 105- 106); Alarcão (2004b: 205); Blázquez Martínez (2006a: 227); Silva (2007: 409, nº 454 e :441, nº 712, Epig. 127); Carvalho (2008, 2: 45, nº 3087001); Olivares Pedreño (2008: 226 e :246, nº 65); Alarcão (2009: 115); Encarnação & Guerra (2010: 106 e :109); Redentor (2011, 1: 357, Quadro 37, 362- 363; 2011, 2: 99 e :100, nº 129 e cartografia 14); Hoz (2013: 92); Queiroga (2013: 189).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 12605); *EDCS* (ECDS ID EDCS-05,601,353).

Apêndice III:

Catálogo 2- Inscrições aos deuses romanos equivalentes

Nº de Registo: ICICB 021	
Divindade: <i>Genio</i> .	
Procedência: Quinta de São Vicente, Caires, Amares, Braga, Portugal. [554288.91, 4611432.19; 200].	
Contexto arqueológico: O monumento foi reutilizado como material de construção na capela de São Vicente que foi demolida em 1815, sendo identificada em 1983 por José Pedro Ribeiro durante o levantamento arqueológico do concelho de Amares, quando estava encostada a uma das casas da Quinta de Rios de Cima em Caires (Encarnação, 1985: 44).	
Paradeiro: Quinta de Rios de Cima, Caires, Amares, Braga.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito, cujo cimácio apresenta uma cavidade retangular com moldura rebaixada para servir de encaixe a uma estrutura relacionada com a sua reutilização. A molduragem do capitel é composta por friso simples, cordão, escócia, outro cordão e filete simples. O seu fuste é alisado nas quatro faces e a sua base tem a molduragem constituída por filete simples, cordão, escócia reversa, cordão, toro e base. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 88 x 38 x 31 cm (Encarnação, 1985: 44).	
Transcrição: Q(<i>uintus</i>) · SABI/NĪVS · FĪLO/RVS · GEN/IO · V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).	
Tradução: <i>Quintus Sabinus Florus</i> cumpriu o voto de livre vontade e com razão ao <i>Genius</i> .	
Cronologia: 71-150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 46, nº 47).	
Bibliografia: Encarnação (1985: 41 e :43-49); <i>AE</i> 1987, 563; Alarcão (1988c: 8, nº 1/151); <i>HEp</i> 1, 663; Martins (1990: 65-66, nº 5); <i>RAP</i> 15; García Martínez (1996: 1916-1917, nº 122, Lámina XXVIII, 4); Carvalho (2008, 1: 346; 2008, 2: 9-10, 3010502); Barbosa (2010: nº 0502); Redentor (2011, 1: 99, :318 e Quadro 30 e n.13; 2011, 2: 46, nº 47).	
Catálogos on-line: <i>HepOL</i> (nº de registo 6946); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-22200354); <i>HD</i> (HD no. HD011906).	

Nº de Registo: ICICB 022	
Divindade: <i>Genio</i> .	
Procedência: Entre Alvarelhos e Guidões, União das freguesias de Alvarelhos e Guidões, Trofa, Porto, Portugal. [531766.25, 4572631.64; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada em uma bouça localizada entre o Monte do Castro e o Monte de Cidai na atual União de freguesias de Alvarelhos e Guidões, em Trofa. Sua existência informada a Hübner em fevereiro de 1892 por Sarmento (<i>CIL</i> II 6338f), quando esta se encontrava na Casa do Paiço, próximo ao Castro de Alvarelhos. Foi oferecida a Sociedade Matins Sarmento, em 1893, pelo Reverendo Abade de Santo Tirso, Joaquim Augusto Pedrosa (Guimarães, 1901: 56). Em janeiro/fevereiro de 1905, numa excursão do Dr. Felix Alves Pereira em Entre-Douro-e-Minho, este obteve do Reverendo Abade de Canidelo, para depósito, esta ara votiva (Museu Ethnographico Português, 1905: 381- 382).	

Nº de Registo: ICICB 022 (continuação)	
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (MN) (Exposição Religiões da Lusitânia)	Nº de inventário: 16711.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Reverendo Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia (<i>Matriznet</i>).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito, cujo cimácio apresenta uma saliência ovalada que assenta sobre <i>puluilli</i> e <i>fastigium</i> pouco demarcados. A molduragem do capitel é composta por cordão, gola e filete diretos. O seu fuste é trabalhado nas quatro faces e apresenta fratura já restaurada na altura do espaçamento 3 e seu campo epigráfico apresenta uma peculiaridade, estando escrito na face anterior do fuste e na face anterior da base. A molduragem da sua base é constituída por filete, chanfro e rebaixo reversos e base. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 70 x 32 x 20 cm (Redentor, 2011, 2: 46-47, nº 48).	
Transcrição: GENIO / SATVR/NINVS / CATVR/°ONIS F(<i>ilius</i>) / V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · A(<i>nimo</i>).	
Tradução: Ao <i>Genius</i> , <i>Saturninus</i> , filho de <i>Caturo</i> , cumpriu o voto de livre vontade.	
Cronologia: 101-200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 46-47, nº 48)	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 6338f; Guimarães (1901: 55-56, XXXIV, Fig. XXXIV); Museu Ethnographico Português (1905: 382); Vasconcellos (1913: 295- 298, Fig. 139 e n.1); <i>ILER</i> 543; Tranoy (1981: 322 e n.118); Cardozo (1985: 46, nº 37); Alarcão (1988c: 19, nº 1/348); <i>RAP</i> 260; García Martínez (1996: 1917, nº 123, Lámina XXIX, 1); Fernandes & Ribeiro (2002: 459, nº 125, Fig. 125); Ribeiro (2002c: 56, nº 125, Fig. 125); Carvalho (2008, 2: 83, nº 13140301); Redentor (2011, 1: 318- 319, Quadro 30 e n.13; 2011, 2: 46-47, nº 48).	
Catálogos on-line: <i>HepOL</i> (nº de registo 12646); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05601413); <i>Matriznet</i> (Nº. de Inventário 16711).	

Nº de Registo: ICICB 023	
Divindade: <i>Genio Augusti</i> .	
Procedência: Jardim do Paço Arquiepiscopal, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), Braga, Braga, Portugal. [547844.20, 4600052. 73; 0].	
Contexto arqueológico: Estava no Jardim do Paço Arquiepiscopal, em Braga (Vasconcellos, 1913: 326).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Sem informação.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: GENIO / AVGVSTI [- - -	
Tradução: Ao <i>Genius Augusti</i> [- - -	
Cronologia: 15 a.C. -14 d.C. (Redentor, 2011, 2: 119, nº 160).	

Nº de Registo: ICICB 023 (continuação)
Bibliografia: <i>CIL</i> II 5123; Vasconcellos (1913: 326); <i>ILER</i> 550; Tranoy (1981: 328); <i>RAP</i> 261; García Martínez (1914- 1915, nº 119); Redentor (2011, 2: 119, nº 160).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11837); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS- 05600444).

Nº de Registo: ICICB 024	
Divindade: <i>Genio Caesaris</i> .	
Procedência: Dume, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, Braga, Braga, Portugal. [547062.42, 4601964.61; 90].	
Contexto arqueológico: Encontrada na freguesia de Dume, em Braga (Vasconcellos, 1913: 326).	
Paradeiro: Museu Nacional de Soares dos Reis (MNSR).	Nº de inventário: 120LAPCMP/MNSR
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: A parte do monumento epigráfico conservado indicaria que este era um altar de secção cilíndrica, cujo topo teria sido arrasado, assim como a parte superior do fuste. Seu capitel tem a molduragem composta por dois toros, gola direta e rebaixo direto.	
Dimensões totais: 43 x 59,5 x 59,5 cm (Redentor, 2011, 2: 119- 120, nº 161).	
Transcrição: GENIO / [CAE]SARIS / [- - -	
Tradução: Ao <i>Genius Caesaris</i> [- - -.	
Cronologia: 2- 4 d.C. (Redentor, 2011, 2: 119- 120, nº 161).	
Bibliografia: Vasconcellos (1913: 326); Tranoy (1981: 328); <i>RAP</i> 262; García Martínez (1915, nº 120, Lámina XXVIII, 3); Redentor (2011, 2: 119- 120, nº 161).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 23012).	

Nº de Registo: ICICB 025	
Divindade: <i>Genio conuentus Bracaraugustani</i> e [- -] <i>caepo</i> [- -].	
Procedência: Santa Eufemia, Rebordáns, Tui, Comarca do Baixo Minho, Pontevedra, Galícia, Espanha. [529719.29, 4656431.64; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1850, durante o desmonte do tojal e carvalho na planura de Santa Eufemia, a meio quarto de légua da cidade de Tui (<i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5613; Redentor, 2011, 2: 47- 48, nº 49).	
Paradeiro: Edifício Sarmiento do Museo de Pontevedra (S4 – Exposição Galaico- romano, sécs. I a.C. – V d.C.).	Nº de inventário: MP 2060.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida por Jerónimo Sánchez (Museo de Pontevedra).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Bloco arquitectónico.
Descrição: Bloco arquitectónico em granito de carácter votivo, fragmentado à direita e à esquerda. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 87 x 64,5 x 29 cm.	

Nº de Registo: ICICB 025 (continuação)
Transcrição: [- - -]CAEPOL[- - -] ET · GENIO] / CONY[ENTVS · BRACARAVG(<i>ustan</i>)] / TI(<i>berius</i>) · CLAVDI[VS · CLAVDIANVS · PRAEF(<i>ectus</i>)] / C(o)HO(<i>rtis</i>) · BRA[CARAVGVST(<i>anorum</i>) · STATVAS] / ⁵ AVREA[S · ET · AEDEM · DE · SVO · D(<i>edit</i>) · D(<i>edicauit</i>)].
Tradução: A [- - -]caepol[- - -] e ao <i>Genius conuentus Bracaraugustani</i> , <i>Tiberius Claudius Claudianus</i> prefeito da coorte dos Bracaraugustanos, às suas expensas ofertou e dedicou estátuas de ouro e um templo.
Cronologia: 14- 54 d.C. (Redentor, 2011, 2: 47-48, nº 49).
Bibliografia: Borges de Figueiredo (1887: 18 e :21-25, nº IV); <i>CIL II Suppl.</i> 5613; Vasconcellos (1905: 342); Tovar & Navascués (1950: 181, nº 49); <i>IRG III</i> 30 e Lámina XXX; <i>RPH</i> (1962: 67 e :191-192); <i>ILER</i> 774; Blázquez Martínez (1975: 51); <i>DIP</i> (1975: 153); Tranoy (1981: 270); <i>AE</i> 1994, 957; <i>CIRG II</i> 116; García Martínez (1996: 2200- 2201, nº10, Lámina CXXI, 2); <i>HEp</i> 6, 774; Redentor (2011, 1: 145, :304, :318, :373-374, :388; 2011, 2: 47- 48, nº49).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11949); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05600802); <i>HD</i> (HD no. HD051360).

Nº de Registo: ICICB 026	
Divindade: <i>Genio Macelli</i>	
Procedência: Sé Catedral de Braga, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), Braga, Braga, Portugal. [547805.21, 459997583; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na parede do cruzeiro da Sé, na parte do evangelho, onde se encontra agora a Capela de Nossa Senhora das Angústias (<i>CIL</i> II 2413). Foi resguarda na casa do pedreiro contratado para a obra, o Sr. Manuel Fernandes da Silva, desconhecendo-se atualmente o seu paradeiro.	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Apesar da representação como ara na obra de Vasconcellos (1913: 294), não confirmamos que esta inscrição possuía este tipo de suporte, por estar desaparecida. Também não se possui informação sobre possíveis motivos decorativos.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: GENIO / MACELLI / FLAVIVS / VRBICIO / ^s EX VOTO / POSVIT / SACRVM.	
Tradução: Consagrado ao <i>Genius</i> do mercado, <i>Flavius Urbicio</i> , colocou na sequência de um voto.	
Cronologia: 151- 250 d.C. (Redentor, 2011, 2: 48, nº 50).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2413; <i>ILS</i> II (1902: 85, nº 3661); Vasconcellos (1913: 294- 295 e Fig. 138); <i>ILER</i> 547; Tranoy (1981: 322 e n. 117); <i>RAP</i> 263; García Martínez (1996: 1917-1918, nº 124, Lámina XXIX, 2); Redentor (2011, 1: 149, :242-243, :318 e Quadro 30, :388; 2011, 2: 48, nº 50).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8241); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501777).	

Nº de Registo: ICICB 027	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo, Iunoni Reginae, Mineruae, Soli, Lunae, Fortunae, Mercurio, Genio Iouis, Genio Martis, Aesculapio, Luci, Somno, Veneri, Cupidini, Caelo, Heroibus, Cereri, Genio Victoriae, Genio Meo, Diis Sedis Peruiae</i> e a todos os deuses.	
Procedência: Lugar do Sobrado, União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), Vizela, Braga, Portugal. [557815.33, 4581311.22; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada por Neto no lugar do Sobrado na parede das casas do Lavrador Manoel Francisco (Neto, 1792: 102- 103).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Neto (1792: 103) a descreve como um padrão quadrangular com inscrição nas quatro faces, estando uma delas fraturada na parte superior da base. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: – x 2,5 palmos x – cm (Neto, 1792: 103).	
<p>Transcrição:</p> <p>Face 1: [IOVI · O(<i>ptimo</i>) · M(<i>aximo</i>) / IVNONI] / REGINAE / MINER/^sVAE · SOLI / LVNAE · DI/IS · OMNI^r·BV^r[S] / FORTVNA[E] / MERCVR[IO] /¹⁰ ET^r · GENIO · IO/VIS · GENIO / MARTIS</p> <p>Face 2: [A]ESCULA/PIO · LVCI / [S]OMNO / [V]ENERI /^s [C]VPIDINI / [C]AELO · H^rE^r/^rR^rO^rI^rBVS</p> <p>Face 3: ^rC^rER^rE^r[RI] / [G]EN(<i>id</i>) · VICT/ORIAE · GE/NIO · MEO /^s DIIS · SED/IS · PERV[I]/AE · T(<i>itus</i>) · MOC</p> <p>Face 4: [C]I^rN^rI[VS] / C(<i>aii</i>) · ^rF^r(<i>ilius</i>) · C[O]/R(<i>nelia</i>) COS/CIN^rV^rS ·/^s [LE]G(<i>atus</i>)? L[EG(<i>ionis</i>)]? [- - -</p>	
<p>Tradução:</p> <p>Face 1: <i>A Iuppiter Optimus Maximus, Iuno Regina, Minerua, Sol, Luna, todos os deuses, Fortuna, Mercurius e Genius Iouis, Genius Martis.</i></p> <p>Face 2: <i>A Aesculapius, Lux, Somnus, Venus, Cupido, Caelus, Heroes.</i></p> <p>Face 3: <i>A Ceres, Genius Victoriae, meu próprio Genius, Dii Sedis Peruiae, Titus</i></p> <p>Face 4: <i>Moc//cinius Coscinus, filho de Caius, da tribo Cornélia, legado da legião [- - -</i></p>	
Cronologia: 171- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 66- 67, nº 80).	

Nº de Registo: ICICB 027 (continuação)	
Bibliografia: Neto (1792: 102- 103 e :109); <i>C/L</i> II 2407; Bellino (1895: 93, :95, :107- 109 e Y); Vasconcellos (1913: 358 – 364); Peeters (1938: 883(68)-884(69), 2407, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 365; Tranoy (1981: 309, n.5); Alarcão (1988c: 17-18, nº 1/315); <i>RAP</i> 470; García Martínez (1995: 154- 155, nº 19; 1996: 2021, nº 274); <i>Hep</i> 12 (2002: 201, n.560); Redentor (2011, 1: 96, :136, :140, Quadro 12, :143, :304, :390-394; 2011 2: 66- 67, nº 80).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8231); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501767).	

Nº de Registo: ICICB 028	
Divindade: <i>Ioui</i> e divindade não identificada.	
Procedência: Rio Tâmega, Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [570479.51, 4560780.22; 0].	
Contexto arqueológico: Foi encontrada durante as obras na ponte de Canaveses, no leito do Rio Tâmega, próximo a Ponte de D. Mafalda, junto com uma grande quantidade de pedras almofadadas. Iria ser conservada no Museu da Junta da Província do Douro- Litoral, no entanto, se encontra, atualmente, desaparecida (Monteiro, 1948: 52).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Coluna cilíndrica?.
Descrição: Coluna cilíndrica de caráter votivo (Monteiro, 1948: 52; <i>RAP</i> 6). Não se tem informação sobre motivos decorativos.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: Dib(<i>us?</i>) (!) · IOV·I · [^] E[T] / [- - -.	
Tradução: Aos deuses <i>Iuppiter</i> e [- - -.	
Cronologia: 101- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 53-54, nº 59).	
Bibliografia: Monteiro (1948: 52); Alarcão (1988c: 24, nº 1/422); <i>RAP</i> 6; García Martínez (1996: 1968, nº 198); Carvalho (2008, 1: 71, nº 13072302); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 53-54, nº 59).	

Nº de Registo: ICICB 029	
Divindade: <i>Diuis Isiensibus?</i> e <i>Ioui Optimus Maximus</i> .	
Procedência: Insalde, União das freguesias de Insalde e Porreiras, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Portugal. [538560.71, 4644087.45; 0].	
Contexto arqueológico: Desconhece-se o local de achado, acreditando ter sido encontrado em Insalde, localizado na atual União de freguesias de Insalde e Porreiras em Paredes de Coura, porque o espólio do Padre que detinha a peça anteriormente estava localizado nesta região.	

Nº de Registo: ICICB 029 (continuação)	
Paradeiro: Museu Pio XII (Reserva Técnica I) (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.61.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pela família do Padre Clemente Pereira, sendo anteriormente parte do espólio deste reverendo (Rosário, 1973: 62, nº 61).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Afloramento Rochoso.
Descrição: Fragmento de afloramento rochoso de granito, com inscrição de caráter votivo, de configuração levemente trapezoidal. A sua face anterior é alisada e possui fraturas nas partes superior, inferior, direita e esquerda, o que dificulta a leitura do início desde a l.1 até a l.5. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 57 x 39 x 20 cm.	
Transcrição: DIV(is) · IS(iensibus) / [I]OVI · O(ptimo) · M(aximo) / [T]AVROS / [P]ENTV/[S] BĒBI D(edicauit).	
Tradução: Às divindades <i>Isienses?</i> e a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> , <i>Pentus Bebi</i> consagrou touros.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 24-25, nº 16).	
Bibliografia: Rosário (1973: 62, nº 61); Fontes <i>et alii</i> (2009: 31); Redentor (2011, 1: 184, :304, :307, Quadro 25, :311-312, :351-352 e Quadro 36; 2011, 2: 24-25, nº 16).	

Nº de Registo: ICICB 030	
Divindade: <i>Ioue (!)</i> .	
Procedência: Os Castros, Aboim da Nóbrega e Gondomar, Vila Verde, Braga, Portugal. [550558.01, 4622101.42; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada no lugar chamado Os Castros na freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar, sendo identificada em 2008, por Luís Miguel Fernandes na propriedade de familiares (Redentor, 2011, 2: 51-52, nº 55).	
Paradeiro: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito. O cimácio é composto por <i>puluilli</i> , dois <i>fastigia</i> e um <i>foculus</i> circular em relevo. O capitel tem como molduragem uma faixa saliente lisa, dois bocéis diretos representados na face anterior e esquerda e bocéis reversos na direita e posterior. A base apresenta na face anterior bocel direto e faixa saliente, na face esquerda bocel direto, faixa saliente e bocel reverso e nas faces direita e posterior bocel direto, friso, cordão e chanfro. Apresenta como motivos decorativos pontos centrais nos <i>puluilli</i> e três pontos largos na faixa saliente da base.	
Dimensões totais: 76 x 29 x 25 cm (Redentor, 2011, 2: 51-52, nº 55).	
Transcrição: FLAVINV/S · VOTV(m) / REFFE/RET (!) / IOVĒ (!) LĪB(en)S	
Tradução: <i>Flauinus</i> , com gosto entregará (!) a oferenda a <i>Iuppiter</i> .	
Cronologia: 171- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 51-52, nº 55).	
Bibliografia: <i>HEp</i> 19, 470; Redentor (2011, 1: 212, :308, Quadro 25, :310- 311 e :355, n.44; 2011, 2: 51-52, nº55).	

Nº de Registo: ICICB 031	
Divindade: <i>Ioui</i> .	
Procedência: Igreja de São Vicente, Braga (São Vicente), Braga, Braga, Portugal. [548259.40, 4600639.80; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada sob os degraus de uma escada de pedra em frente à Igreja de São Vicente (Bellino, 1895: 7).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi-0027.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pela viúva do arqueólogo Albano Bellino em 1907 (Cardozo, 1985: 49, nº 27).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito bastante desfigurada. O capitel, bastante modificado, apresenta indícios de <i>puluilli</i> no cimácio e de molduragem no lado esquerdo que é composta por faixa saliente, cordão, bocel reverso e filete. O fuste possui uma grande fratura na face anterior que impede a leitura das primeiras letras das l.2 e l.3 e a base foi decepada. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 60 x 30 x 30 cm (Redentor, 2011, 2: 50-51, nº 54).	
Transcrição: IOVI / BOLETV/[S A(<i>nimo</i>)] L(<i>ibens</i>) V(<i>otum</i>) SO(<i>luit</i>).	
Tradução: <i>A Iuppiter, Boletus</i> cumpriu o voto de livre vontade.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 50-51, nº 54).	
Bibliografia: Bellino (1895: 7); <i>EE VIII</i> (:401, nº 114); Guimarães (1907: 79- 80, nº 1); Vasconcellos (1913: 227, n. 3); Peeters (1938: 879(64), E.E., 8, 114, nºs 1, 2 e 3); Tranoy (1981: 317); Cardozo (1985: 49, nº 27); Alarcão (1988c: 11, nº 1/198); <i>RAP</i> 336; García Martínez (1996: 1967, nº 196, Lámina XLIV, 3); Redentor (2011, 1: 209, :308, Quadro 25; 2011, 2: 50-51, nº 54).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 13855); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-34700237).	

Nº de Registo: ICICB 032	
Divindade: <i>Ioui</i> .	
Procedência: Monte Mozinho, Oldrões, Penafiel, Porto, Portugal. [557804.05, 4555229.03; 0].	
Contexto arqueológico: Foi encontrada na zona escavada de Monte Mozinho (Almeida, 1980: 55).	
Paradeiro: Museu Municipal de Penafiel (Sala de Arqueologia) (MMPNF)	Nº de inventário: MMPNF 5074.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta. O cimácio sofreu picagem que deixou-o aplanado, no entanto este ainda conserva vestígios de um <i>foculus</i> circular. A molduragem do capitel é composta por duas faixas salientes. O fuste apresenta inscrições nas faces anterior e direita, com picagem na face posterior. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 32 x 31 x 24,5 cm (Redentor, 2011, 2: 52, nº 56).	

Nº de Registo: ICICB 032 (continuação)	
Transcrição: <u>Face anterior:</u> MED/AMV/[S - - - <u>Face direita:</u> IOV/I V(<i>otum</i>) / L(<i>ibens</i>) [S(<i>oluit</i>)?]	
Tradução: <u>Face anterior:</u> <i>Medamus</i> [- - - <u>Face direita:</u> A <i>Iuppiter</i> cumpriu(?) com gosto o voto.	
Cronologia: 31- 130 d.C. (Redentor, 2011, 2: 52, nº 56).	
Bibliografia: Almeida (1980: 55); <i>AE</i> 1973, 321; Tranoy (1981: 317); Alarcão (1988c: 27, nº 1/466); <i>RAP</i> 318; García Martínez (1996: 1949, nº 170, Lámina XXXIX, 1 e 2); Redentor (2011, 1: 201, :307, Quadro 25; 2011, 2: 52, nº 56).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6543); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-09401459 e EDCS-09401460); <i>HD</i> (HD no. HD011072).	

Nº de Registo: ICICB 033	
Divindade: <i>Ioui</i> .	
Procedência: Quinta de Mosteirô, União das freguesias de Ancede e Ribadouro, Baião, Porto, Portugal. [578421.48, 4549631.30; 110].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Quinta de Mosteirô, que se localiza a 1km da estação de Mosteirô, no lado direito da estrada que conduz a Ancede (Vasconcelos, 1905-1908: 669 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 52-53, nº 57).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito, incompleta na parte inferior, mas com o texto da inscrição na íntegra (Vasconcelos, 1905-1908: 669 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 52-53, nº 57). Não se tem informação sobre motivos decorativos.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: IOVI / NISPRO? / EX VOTO.	
Tradução: A <i>Iuppiter</i> , <i>Nispro</i> (?), por um voto realizado.	
Cronologia: 101- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 52-53, nº 57).	

Nº de Registo: ICICB 033 (continuação)
Bibliografia: <i>CIL II Suppl</i> 5567; <i>AE</i> 1909, 83; Peeters (1938: 879(64), 5567 e 5568, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 143; Tranoy (1981: 317); <i>RAP</i> 321; García Martínez (1996: 1951- 1952, nº 173); Dias (1997: 297-298, nº 27 Mosteirô); Carvalho (2008, 2: 65, nº 13020104); Redentor (2011, 1: 210, :308, Quadro 25; 2011, 2: 52-53, nº 57).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11896 e 20000); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-16500131 e EDCS-05600749); <i>HD</i> (HD no. 019883).

Nº de Registo: ICICB 034	
Divindade: <i>Ioui</i> e o <i>Deo Talabrigo</i> .	
Procedência: Rua Dom Frei Caetano Brandão, nº 183, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), Braga, Braga. Portugal. [547687.39, 4599787.48; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Rua Dom Frei Caetano Brandão no nº 183 durante as escavações arqueológicas realizadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.	
Paradeiro: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito, desfigurada, apresentando fraturas no cimácio e no fundo da base. A face anterior possui uma faixa horizontal rebaixada abaixo da última linha do texto e um orifício quadrangular acima desta linha; a face esquerda foi picada e a face posterior destruída. A tentativa de regularização do suporte para um reaproveitamento indica que o suporte era, provavelmente, uma ara (Redentor, 2011, 2: 53, nº 58). Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 104 x 43 x 19 cm (Redentor, 2011, 2: 53, nº 58).	
Transcrição: - - -]/S · SILINĪ / F(<i>ilius</i>) · IS(<i>iensis?</i>) · TAV/RVM IO/°VI · D(<i>eo</i>) TA/LABRIGO / [V]ERBECE/[M ·] F(<i>eliciter?</i>) · D(<i>edicauit</i>).	
Tradução: [- - -]s, filho de <i>Silinus</i> , lsiense(?), dedicou com felicidade um touro a <i>Iuppiter</i> e um carneiro ao deus <i>Talabrigus</i> .	
Cronologia: 131- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 53, nº 58).	
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 304, :308, Quadro 25, :311-312 e :349-351 e Quadro 36; 2011, 2: 53, nº 58).	

Nº de Registo: ICICB 035	
Divindade: <i>Iuppiter</i> .	
Procedência: Capela de Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso, Porto, Portugal. [553070.21, 4576932.36; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1884, no adro da antiga igreja de Santa Maria de Negrelos (Guimarães, 1901: 52, nº 26).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS)	Nº de inventário: Epi-0026.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida à Sociedade Martins Sarmento pelo Sr. Jerónimo Theophilo Coelho de Sousa Leão por interferência do Sr. Manoel Marinho Falcão (Guimarães, 1901: 52, nº 26).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta. O cimácio é constituído por <i>foculus</i> circular em relevo, dois <i>fastigia</i> triangulares e dois <i>puluilli</i> . A molduragem do capitel é composta por faixa reversa, ranhura, faixa direta e três filetes diretos e o fuste é trabalhado nas quatro faces e apresenta a fratura ao nível da l.1. Não possui base e nem motivos decorativos.	
Dimensões totais: 32 x 30 x 25 cm (Redentor, 2011, 2: 74, nº 91).	
Transcrição: [I]OVI / [- - -.	
Tradução: A <i>Iuppiter</i> [- - -.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 74, nº 91).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5568; Guimarães (1901: 51- 52, nº 26, Fig. XXVI); Vasconcellos (1913: 227, n.3); Peeters (1938: 879(64), 5567 e 5568, nºs 1, 2 e 3); Tranoy (1981: 318); Cardozo (1985: 48, nº 26); Alarcão (1988c: 20, nº 1/366); <i>RAP</i> 326; García Martínez (1996: 1925-1926, nº 137, Lámina XXXI, 3); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 74, nº 91).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11897).	

Nº de Registo: ICICB 036	
Divindade: <i>Ioui Maximo</i> .	
Procedência: Pazos de Reis, Tui, Comarca do Baixo Minho, Pontevedra, Galícia, Espanha. [529046.01, 4656267.63; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada fazendo parte de um muro de uma fazenda na paróquia de Pazos de Reis, Tui (González Soutelo, 2003: 274, nº 3).	
Paradeiro: Museu Diocesano de Tui (MDT).	
Informações sobre a entrada no Museu: Foi depositada no Museu em 1999 (González Soutelo, 2003: 274, nº 3).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta, possuindo apenas o capitel e o fuste. O capitel possui vestígios de um <i>puluillus</i> no canto direito, que assenta sobre filete direito, bocel reverso e faixa direta. Não possui motivos decorativos.	

Nº de Registo: ICICB 036 (continuação)
Dimensões totais: 33 x 28 x 24 cm (Redentor, 2011, 2: 54- 55, nº 61).
Transcrição: IOVI M(aximo) / [- - .
Tradução: A <i>Iuppiter Maximus</i> [- - .
Cronologia: 71- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 54-55, nº 61).
Bibliografia: González Soutelo (2003: 274, nº 3 e :278, Figs. 6 e 7); <i>AE</i> 2003, 947; <i>Hep</i> 13, 509; Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 54-55, nº 61).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 25220); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-30000110); <i>HD</i> (HD no. 044605).

Nº de Registo: ICICB 037	
Divindade: <i>Ioui Maxumo</i> .	
Procedência: Casa dos Pascoaes, União de Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Amarante, Porto, Portugal. [577786.34, 4570998.05; 190].	
Contexto arqueológico: Encontrada na face interior de uma parede de uma corte na Casa dos Pascoaes, em Amarante (Guimarães, 1901: 51-52, nº 25).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi- 0028.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida em 1889 por interferência do Dr. João de Vasconcellos e Menezes junto ao Sr. João Pereira Teixeira de Vasconcellos, dono da Casa dos Pascoaes (Guimarães, 1901: 51-52, nº 25).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta, cujo cimácio é composto por um <i>foculus</i> e pelo <i>puluillus</i> direito. A molduragem de seu capitel é composta por faixa direta e dois filetes diretos. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 65 x 35 x 30 cm (Redentor, 2011, 2: 54, nº 60).	
Transcrição: IOVI MA/XUMO / VICANI / ATVCENSE/°S · P(<i>osuerunt</i>) .	
Tradução: A <i>Iuppiter Maxumus</i> , os <i>Vicani Atucenses</i> , colocaram.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 54, nº 60).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 6287; Guimarães (1901: 51-52, nº XXV); Vasconcellos (1913: 224, n.3); Cardozo (1985: 50, nº 28); Peeters (1938: 881(66), 6287, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 85; Tranoy (1981: 316); Alarcão (1988c: 21, nº 1/378); <i>RAP</i> 324; García Martínez (1996: 1964-1965, nº 192, Lámina XLIV, 1); Dias (1997: 293, nº 6); Guerra (1998, 1: 123- 124, nº E.33); Olivares Pedreño (2002: 181 e n. 332); Silva (2007: 427- 428, nº 595, Epig. 9); Carvalho (2008, 2: 63, nº 13010002); Redentor (2011, 1: 307, Quadro 25 e :308-309; 2011, 2: 54, nº60).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 12604); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05601352).	

Nº de Registo: ICICB 038	
Divindade: <i>Ioui Optimo</i> .	
Procedência: Igreja velha de Corvite, Assento, União das freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite, Guimarães, Braga, Portugal. [556722.48, 4591532, 05; 200].	
Contexto arqueológico: Identificada em 2008, na sacristia da Igreja velha de Corvite, por uma técnica superior da Direcção Regional da Cultura do Norte, Carla Cruz, a partir da memória descritiva do projeto de reabilitação desta igreja (Redentor, 2011, 2: 55, nº 62).	
Paradeiro: Igreja velha de Corvite em Assento.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel, arrasado a nível do cimácio, possui como molduragem, uma faixa saliente seguida por três filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces e a base é constituída por três filetes reversos e base. No centro da parte inferior da base, encontra-se um orifício quadrangular com rebordo interior resultante do reaproveitamento posterior desta. A superfície do suporte encontra-se caiada de negro e as letras da inscrição (com exceção de duas nas l.2 e l.7) encontram-se destacadas a branco. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 68 x 35 x 36 cm (Redentor, 2011, 2: 55, nº 62).	
Transcrição: IOVI OPT/IM(o) · ARA(m) / DIDICAV/IT (!) · L(<i>ibens</i>) · PRIMIA LO/ᵛVNIIN/SIS ĀNVI / F(<i>ilia</i>) · MAIA.	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus, Primia Maia</i> , filha de <i>Anuus</i> , Lounense, dedicou com gosto a ara.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 55, nº 62).	
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 97 e n.13, :104, :106-107, :307, Quadro 25, :309; 2011, 2: 55, nº 62).	

Nº de Registo: ICICB 039	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Igreja de Mondim, Panque, Barcelos, Braga, Portugal. [533413.68, 4608721.77; 150].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Igreja de Mondim, em Panque, Barcelos (Rosário, 1973: 20, nº 314).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.314.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Padre António Felipe Rosa de Araújo (Rosário, 1973: 20, nº 314).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio, arrasado por nivelamento para fins de reaproveitamento do suporte, apresenta uma cavidade retangular com moldura rebaixada. A molduragem do capitel é composta por faixa saliente e garganta encestada e a da base por garganta reversa e base. Apresenta como motivos decorativos uma <i>hedera</i> na l.2.	
Dimensões totais: 82 x 36 x 35 cm (Fontes <i>et alii</i> , 2009: 50).	

Nº de Registo: ICICB 039
Transcrição: I(oui) · O(ptimo) · M̄AX(imo).
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 55-56, nº 63).
Bibliografia: Rosário (1973: 20, nº 314); Tranoy (1981: 317); Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 184- 185, nº 1, Lámina I, Fig. 1); <i>AE</i> 1983, 549; Alarcão (1988c: 9, nº 1/176); <i>RAP</i> 327; García Martínez (1996: 1921- 1922, nº 130, Lámina XXX, 1); Carvalho (2008, 1: 397 e :408; 2008, 2: 22, nº 3025601); Fontes <i>et alii</i> (2009: 50); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 55- 56, nº 63).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6767 e 7606); <i>EDCS</i> (EDCS ID 08500364EDCS-); <i>HD</i> (HD no. 000050).

Nº de Registo: ICICB 040	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Quinta da Mata, União de freguesias de Real, Dume e Semelhe, Braga, Braga, Portugal. [544561.52, 4600009.82; 142].	
Contexto arqueológico: Encontrada em reaproveitamento em um muro de suporte existente acerca de 80 metros da casa da Quinta da Mata (Redentor, 2011, 2: 56-57, nº 64).	
Paradeiro: Quinta da Mata, Semelhe, Braga.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta. O cimácio, arrasado apresenta um orifício quadrangular, resultado do reaproveitamento do suporte. A molduragem do capitel constituiu-se, como visível em sua face direita, em faixa saliente, seguida por duas faixas diretas rampantes (sendo a primeira menor que a segunda) e um filete direto. O fuste é trabalhado nas quatro faces e possui uma fratura na face anterior abaixo da l.2. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 47,5 x 35,5 x 32 cm (Redentor, 2011, 2: 56-57, nº 64).	
Transcrição: IOVI / OPT(<i>imo</i>) / [MAX(<i>imo</i>)]?	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .	
Cronologia: 201- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 56-57, nº 64).	
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25 e :309; 2011, 2: 56-57, nº 64); Redentor & Regalo (2013).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 26296); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-58800010).	

Nº de Registo: ICICB 041	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo.</i>	
Procedência: Igreja paroquial do Freixo, Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [571562.59, 4557399.82; 0].	
Contexto arqueológico: Identificada em um muro junto a Igreja paroquial do Freixo (Redentor, 2011, 2: 57, nº 65).	
Paradeiro: Depósito da Estação Arqueológica do Freixo.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui um <i>foculus</i> central que assenta sobre um cordão, seguido de toro. O fuste, trabalhado, apresenta desgaste acentuado que atrapalha o final das l.1 e l.2. A base tem como molduragem um toro, estando a face anterior desta parcialmente picada. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 59 x 26 x 22 cm (Redentor, 2011, 2: 57, nº 65).	
Transcrição: I(ou) O(ptimo) M(aximo) / AΛB[V]/RA · S(usceptum) / V(otum) · S(oluit) · L(ibens) / ^s A(nimo).	
Tradução: <i>A Iuppiter Optimus Maximus, Albura</i> cumpriu o voto realizado de livre vontade.	
Cronologia: 151- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 57, nº 65).	
Bibliografia: <i>Hep</i> 10, 740; Redentor (2011, 1: 118, :166, :308, Quadro 25 e :310; 2011, 2: 57, nº 65).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 23455); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-24600008).	

Nº de Registo: ICICB 042	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo.</i>	
Procedência: Pavilhão do Hospital de São Marcos, Rua dos Falcões, União de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga, Braga, Portugal. [548054.16, 4599794.35; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada em 1835 durante a construção do pavilhão do Hospital de São Marcos em Braga (Sousa, 1973: 21).	
Paradeiro: Na face exterior do Pavilhão do Hospital de São Marcos, na Rua dos Falcões, situada na União de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, em Braga.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta, possuindo apenas o fuste e a base. O fuste apresenta escoriações na parte direita e está extremamente lascado na parte esquerda e a base foi desbastada. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 53 x 33 x – cm (Redentor, 2011, 2: 57- 58, nº 66).	
Transcrição: IOVI · O(ptimo)[· M(aximo)] / PRO SALVTE / TRIARI · MA[T(ern)] / LEG(at) · IVR(idic) · C(larissim) · V(ir) · / ET · PROCVLAÆ / EIVS · AEMIL(ius) · CR[ES]/ÇENS COMES · V(otum) S(oluit) [L(ibens) A(nimo)].	

Nº de Registo: ICICB 042 (continuação)
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> , pela saúde de <i>Triarius Maternus</i> , legado jurídico e varão preclaro, e de sua <i>Procula</i> , por <i>Aemilius Crescens</i> , da sua comitiva, cumpriu o voto de livre vontade.
Cronologia: 161- 180 d.C. (Redentor, 2011, 2: 57-58, nº 66).
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2415; Vasconcellos (1913: 224, n.7); Peeters (1938: 864(49), 2415, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 19; Sousa (1973: 21, nº 6.5-31); Tranoy (1981: 316); Alarcão (1988c: 10-12, nº1/198); <i>RAP</i> 335; García Martínez (1996: 1929- 1930, nº 143, Lámina XXXII, 4); Redentor (2011, 1: 99-100 e n.20, Quadro 4, :140, Quadro 12, :142 e :307-308 e Quadro 25; 2011, 2: 57- 58, nº 66).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8243); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501779).

Nº de Registo: ICICB 043	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Igreja de São Tomé de Prozelo, União de freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros, Amares, Braga, Portugal. [552662.83, 4607988.54 ; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Igreja de São Tomé de Prozelo em Amares (<i>CIL II Suppl.</i> 5610).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Desconhece-se uma imagem ou uma descrição desta peça. Não se tem registos sobre motivos decorativos.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: C(<i>aius</i>) AEMIL(<i>ius</i>) / VALENS / EQ(<i>ues</i>) AL(<i>ae</i>) FL(<i>auia</i>) [...] ? / ˈTˈVRMA [P]/ˈRIMANˈIˈ ? / [IO]VI [O(<i>ptimo</i>) M(<i>aximo</i>)] / V(<i>otum</i>) S(<i>oluit</i>) ˈLˈ(<i>ibens</i>) M(<i>erito</i>).	
Tradução: <i>Caius Aemilius Valens</i> , cavaleiro da ala Flávia [...], do esquadrão de <i>Primanus</i> , cumpriu com gosto e com razão o voto a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .	
Cronologia: 71- 150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 58-59, nº 67).	
Bibliografia: <i>CIL II Suppl.</i> 5610; <i>AE</i> 1890: 90; <i>EE IX</i> (:101, n.5610); <i>ILER</i> 129 e 5599; Alarcão (1988c: 13, nº 1/203); <i>RAP</i> 606; García Martínez (1996: 1930- 1931, nº 144); Barbosa (2010, nº 1702); Redentor (2011, 1: 87, n.1, :92, :96, :100, Quadro 4, :156, Quadro 13, :160- 161 e :307-308 e Quadro 25; 2011, 2: 58-59, nº 67).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11947); <i>EDCS</i> (EDCS ID ECDS-05600800).	

Nº de Registo: ICICB 044	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo.</i>	
Procedência: <i>Forum</i> de Tongóbriga, Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [571492.40, 4557034.50; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada durante uma escavação na ábside quadrangular do lado setentrional do <i>forum</i> , associada a uma unidade estratigráfica interpretada como derrube de muro (Redentor, 2011, 2: 59, nº 69).	
Paradeiro: Depósito da Estação Arqueológica do Freixo.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio é composto por <i>puluilli</i> , <i>fastigium</i> triangular e <i>foculus</i> circular em relevo. O capitel tem como molduragem duplo cordão e toro e a base possui toro e cordão. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 54 x 27 x 18 cm (Redentor, 2011, 2: 59- 60, nº 69).	
Transcrição: I(oui) · O(ptimo) · M(aximo) / CAT(ius?) · / CELER / EX · V(oto)	
Tradução: <i>A Iuppiter Optimus Maximus, Catius(?) Celer</i> , na sequência de um voto.	
Cronologia: 71- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 59-60, nº 69).	
Bibliografia: <i>Hep</i> 10, 739; Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :307, Quadro 25 e :309; 2011, 2: 59- 60, nº 69).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 23454).	

Nº de Registo: ICICB 045	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo.</i>	
Procedência: Capela de Nossa Senhora da Saúde, Lordelo, Bouro (Santa Maria), Amares, Braga, Portugal. [561157.52, 4612498.53; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na capela de Nossa Senhora da Saúde, em Amares (<i>AE</i> , 1983, 557).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.310.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui <i>foculus</i> circular em relevo e dois <i>puluilli</i> . A molduragem do capitel é composta por faixa saliente, duas faixas diretas e filete direto. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 79 x 49 x 34 cm (Redentor, 2011, 2: 60, nº 70).	
Transcrição: PRO SALVTE / S(uper) · REDI·VM / CL(audius) · FLAVINVS / I(oui) O(ptimo) M(aximo) · P(osui·t).	
Tradução: Pela incolumidade durante o regresso, <i>Claudius Flavinus</i> colocou a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .	
Cronologia: 151- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 60, nº 70).	

Nº de Registo: ICICB 045 (continuação)
Bibliografia: Rosário (1973: 20, nº 310); <i>AE</i> 1983, 557; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 189, nº 9, Lámina IV, Fig. 11); Alarcão (1988c: 8, nº 1/154); <i>RAP</i> 642; García Martínez (1996: 2032, nº 286, Lámina LXV, 1); Carvalho (2008, 2: 9, nº 3011901); Fontes <i>et alii</i> (2009: 48- 49); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4 e :307, Quadro 25; 2011, 2: 60, nº 70).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6773); <i>EDCS</i> (EDCS ID ECDS-08500371); <i>HD</i> (HD no. HD000071).

Nº de Registo: ICICB 046
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .
Procedência: União de freguesias de Sanfins, Lamoso e Codessos, Paços de Ferreira, Porto, Portugal. [552703.36, 4574569,08; 0].
Contexto arqueológico: Identificada por Armando Redentor no espaço exterior do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, podendo provir das obras de adaptação da Casa da Igreja ou Solar dos Brandões a museu (Redentor, 2011, 2: 60- 61, nº 71).
Paradeiro: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins em Paços de Ferreira.
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito. O cimácio foi bastante destruído apresentando somente dois <i>puluilli</i> . A molduragem do capitel é composta por faixa, cordão reentrante, faixa e outro cordão. O fuste é trabalhado nas quatro faces, estando fraturado abaixo da l.3. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 60 x 25 x 25 cm (Redentor, 2011, 2: 60- 61, nº 71).
Transcrição: I(oui) OP(timo) / MΛX(im)o / CE+ / [- - -.
Tradução: A Iuppiter Optimus Maximus por Ce[- - -.
Cronologia: 101- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 60- 61, nº 71).
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 60- 61, nº 71).

Nº de Registo: ICICB 047
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .
Procedência: Portela, União de freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil, Guimarães, Braga, Portugal. [550199.03, 4588470.44; 0].
Contexto arqueológico: Encontrada em finais dos anos 70 do século passado no desaterro para a instalação da Serralharia Vidal.
Paradeiro: Residência paroquial de Joane em Vila Nova de Famalicão.
Informações sobre a entrada na Residência paroquial: Adquirida pelo Reverendo Abade Manuel de Sousa e Silva, pároco de Joane, por 5 mil escudos.
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara.

Nº de Registo: ICICB 047 (continuação)
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio é composto por <i>foculus</i> circular em relevo, <i>fastigia</i> em cada um dos alçados (cujos vestígios podem ser vistos nas faces esquerda e posterior) e simulacros de <i>puluilli</i> em quarto de círculos. A molduragem do capitel é constituída por friso simples, ranhura e bocel reverso, já a da base é por bocel reverso, ranhura e base. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 106 x 33 x 23 cm (Redentor, 2011, 2: 61- 62, nº 73).
Transcrição: IOVI / OPTIMŌ / MAXI/MO FES/ ^s TVS V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) / ARA(<i>m</i>) · PO(<i>suit</i>) / NEREVS
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Festus</i> cumpriu o voto e <i>Nereus</i> colocou a ara.
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 61- 62, nº 73).
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25, :315, n. 8, :333 e :378- 382; 2011, 2: 61- 62, nº 73).

Nº de Registo: ICICB 048	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Quinta do Alão, União de freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, Matosinhos, Porto, Portugal. [531441.50, 4561461.10; 0].	
Contexto arqueológico: Identificada por A. Mattos na Quinta do Alão, servindo de base a um esteio de ramada (Mattos, 1946: 121 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 62, nº 74).	
Paradeiro: Museu de Etnologia do Porto (MEP).	Nº de inventário: 3921.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel, bastante alterado, tem como molduragem friso simples, ranhura e dois filetes diretos. O fuste é desproporcional em altura em relação às outras partes e a base em forma de espigão é mais estreita que o fuste. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 120 x 28 x 20 cm (Redentor, 2011, 2: 62, nº 74).	
Transcrição: IOVI / O(<i>ptimo</i>) · M(<i>aximo</i>) · / FLAVS / RVFI · F(<i>ilius</i>) / ^s L(<i>ibens</i>) · A(<i>nimo</i>) · V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Flaus</i> , filho de <i>Rufus</i> , com gosto, cumpriu o voto.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 62, nº 74).	
Bibliografia: Tranoy (1981: 317); Alarcão (1988c: 23, nº 1/398); <i>RAP</i> 317; García Martínez (1996: 1943, nº 161, Lámina XXXVI, 4); Carvalho (2008, 2: 73, nº 13080902); Redentor (2011, 1: 307, Quadro 25; 2011, 2: 62, nº 74).	
Catálogos on-line: <i>HEPOL</i> (nº de registo 19205).	

Nº de Registo: ICICB 049	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), Vizela, Braga, Portugal. [557897.61, 4580486.90; 0].	
Contexto arqueológico: Sem informação.	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Sem informação.	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: I(oui) · O(ptimo) · M(aximo) / FLAVIVS AVEN/TINVS ENCRATI / VXORI · V(otum) · S(olui)ñ.	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Flavius Auentinus</i> cumpriu o voto para a esposa <i>Encratis</i> .	
Cronologia: 151- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 63, nº 75).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2406; Peeters (1938: 863(48)- 864(49), 2406, nºs 1, 2 e 3, n. 5 e 1); <i>ILER</i> 70; Tranoy (1981: 316); Alarcão (1988c: 17, nº 1/315); <i>RAP</i> 331; García Martínez (1995a: 151, nº 13, 1996: 1947, nº 157); Redentor (2011, 1: 116, :119, :126, :168, :212 e :307, Quadro 25, 2011, 2: 63, nº 75).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8230); <i>EDCS</i> (EDCS ID ECDS-05501767).	

Nº de Registo: ICICB 050	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Bairral, União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata, Baião, Porto, Portugal. [576687.58, 4552185.30; 375].	
Contexto arqueológico: Encontrada próxima a Igreja Paroquial da antiga freguesia de Baião (Santa Leocádia) (<i>RAP</i> 322).	
Paradeiro: Museu de Arte Sacra e Arqueologia (Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição) (MASA).	
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo padre local Acácio Ribeiro de Freitas (Redentor, 2011, 2: 63, nº 76).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. A molduragem do capitel é constituída por faixa direta, ranhura, friso simples, ranhura e filete direto e a da base é simples. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 70 x 31,5 x 32 cm (Redentor, 2011, 2: 63- 64, nº 76).	
Transcrição: IOVI / O(ptimo) M(aximo) / FL(auius) FR(onto) / EX VO/TO LIB(ens).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Flavius Fronto</i> , de bom grado pelo voto realizado.	
Cronologia: 171- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 63- 64, nº 76).	
Bibliografia: <i>AE</i> 1962, 238; <i>ILER</i> 120; Tranoy (1981: 316); <i>RAP</i> 322; García Martínez (1996: 1941, nº 158, Lámina XXXVI, 1); Dias (1997: 300, nº 40); Carvalho (2008, 2: 66, nº 13021401); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4 e :307, Quadro 25; 2011, 2: 63- 64, nº 76).	
Catálogos on-line: <i>HepOL</i> (nº de registo 6445); <i>HD</i> (HD no. HD016852).	

Nº de Registo: ICICB 051	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Curvaceira, União de freguesias de Várzea, Aliviada e Folhada, Marco de Canaveses, Porto, Portugal [573946.66, 4561990.26; 0].	
Contexto arqueológico: Recolhida supostamente numa casa particular em Curvaceira em Marco de Canaveses (Silva, 2000: 15 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 59, nº 68).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui dois <i>puluilli</i> , um <i>fastigium</i> triangular e um <i>foculus</i> em relevo que sobrepõem faixa direta decorada e filete direto e a base possui como molduragem um filete direto. Os motivos que decoram o suporte estão no capitel e são constituídos por duas <i>hederæ</i> cujos pecíolos se unem aos <i>puluilli</i> .	
Dimensões totais: Sem informação.	
Transcrição: I(oui) / Op(timo) · M(aximo) / EX · VO(to) / ARA(m) / ^s G(aius) · A(- - -) · R?(- - -) / POS(uii).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> , na sequência de um voto, <i>Gaius A(- - -) R(- - -)(?)</i> colocou a ara.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 59, nº 68).	
Bibliografia: Redentor (2011, 1: 98, n.15 e :307, Quadro 25; 2011, 2: 59, nº 68).	

Nº de Registo: ICICB 052	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Theatro Circo, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), Braga, Braga, Portugal. [548154.74, 4599941.89; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em janeiro de 1992, durante o desentulhamento da zona subjacente ao palco do Theatro Circo (Encarnação, 1993, nº 196).	
Paradeiro: Museu D. Diogo de Sousa (MDDS).	Nº de inventário: MDDS 1993.0219.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito. O cimácio possui dois <i>fastigia</i> e dois <i>puluilli</i> ligados a um <i>foculus</i> circular em relevo. O capitel tem como molduragem: faixa saliente, gola encurtada e rebaixo direto. A base é constituída por rebaixo e chanfro reverso e ranhura, possuindo na face anterior do chanfro reverso, a continuação da inscrição que está no fuste. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 51 x 35 x 35 cm (Redentor, 2011, 2: 64- 65, nº 78).	
Transcrição: I(oui) · O(ptimo) · M(aximo) / G(aius) · IVL(ius) · SA/TVRNINVS / MIL(es) · LEG(ionis) / VII (septimae) · GEM(inae) · / F(elicis) · / AFER.	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> , <i>Gaius Iulius Saturninus</i> , africano, soldado da VII (sétima) Legião Gémea Félix.	
Cronologia: 131- 170 d.C. (Redentor, 2011, 2: 64- 65, nº 78).	

Nº de Registo: ICICB 052 (continuação)

Bibliografia: Tranoy & Le Roux (1989- 1990: 196, n. 16); *AE* 1993, 1025; Encarnação (1993a, nº 196); *Hep* 5, 264; García Martínez (1996: 1945, nº 164, Lámina XXXVII, 3); Redentor (2011, 1: 96, :100, Quadro 4, :128, :156, Quadro 13, :159, :295 e :307 e Quadro 25; 2011, 2: 64- 65, nº 78).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 12818); *EDCS* (EDCS ID EDCS-03700445); *HD* (HD no. HD052738).

Nº de Registo: ICICB 053

Divindade: *Ioui Optimo Maximo*.

Procedência: Antiga Igreja de Esporões, Esporões, Braga, Braga, Portugal [548632.29, 4595878.85; 0]

Contexto arqueológico: Encontrada, em reaproveitamento, na Igreja de Esporões (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 186).

Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).

Nº de inventário: MPXII.LIT.651.

Material: Granito.

Tipo de suporte: Ara.

Descrição: Ara votiva de granito muito picada, cujo capitel consiste em faixa saliente, gola e filetes diretos. Seu fuste, com inscrição apenas na face anterior, apresenta indícios de regravação do texto, e o conjunto de molduras da base é constituído por gola reversa, ranhura e base. Não possui motivos decorativos.

Dimensões totais: 83 x 47 x 44 cm (Redentor, 2011, 2: 64, nº 77).

Transcrição: PRO S(*alute*) / TĪ(*ber*) C(*laudi*?) · ĀVSCĪ / I(*oui*) O(*ptimo*) M(*aximo*) / HĒRMES / V(*otum*) L(*ibens*) S(*olui*?).

Tradução: Pela saúde de *Tiberius Claudius Auscus*, a *Iuppiter Optimus Maximus*, *Hermes* cumpriu o voto de bom grado.

Cronologia: 71- 170 d.C. (Redentor, 2011, 2: 64, nº 77).

Bibliografia: Rosário (1973: 31, nº 651); Tranoy (1981: 317 e :320); *AE* 1983, 553; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 186- 187, nº5); Alarcão (1988c: 14, nº 1/235); *RAP* 334; García Martínez (1996: 1944- 1945, nº 163, Lámina XXXVII, 2); Carvalho (2008, 2: 28, nº 3031301); Fontes *et alii* (2009: 62); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :101, :308, Quadro 25, :310 e :331; 2011, 2: 64, nº 77).

Catálogos on-line: *HEpOL* (nº de registo 6770); *EDCS* (EDCS ID EDCS-08500368); *HD* (HD no. 000062).

Nº de Registo: ICICB 054

Divindade: *Ioui Optimo Maximo*

Procedência: Chã Grande, Bouro (Santa Marta), Amares, Braga, Portugal. [558353.97, 4614631.79; 520].

Nº de Registo: ICICB 054 (continuação)	
Contexto arqueológico: Encontrada em Chã Grande, Amares, cerca de 1984, por Adelino Antunes Martins, quando consertava um caminho (<i>AE</i> 1982, 566; Silva 1982: 243).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.596.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida ao museu, em 02 de janeiro de 1968, pelo Sr. Francisco Ramalho da Mota (Rosário, 1973: 29, nº 596; <i>AE</i> 1982, 566).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito ligeiramente trapezoidal. O cimácio possui um <i>foculus</i> circular escavado enquadrado por linhas escavadas em forma de quadrado. A molduragem do capitel é composta por listel e cordão reentrante e a base não possui molduragem. Não tem motivos decorativos.	
Dimensões totais: 61 x 42 x 32 cm (Redentor, 2011, 2: 65, nº 79).	
Transcrição: MATERN/VS POSVI[T] / ARVDA[M] (!) / IOVI OPTI/IMO MAX/IMO.	
Tradução: <i>Maternus</i> colocou esta ara a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .	
Cronologia: 171- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 65, nº 79).	
Bibliografia: Rosário (1973: 29, nº 596); Tranoy (1981: 317); <i>AE</i> 1982, 566; Silva (1982: 243- 245); <i>AE</i> 1983, 554; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 187- 188, nº6); Alarcão (1988c: 8, nº 1/146); <i>RAP</i> 339; García Martínez (1996: 1948, nº 168, Lámina XXXVIII, 2); Carvalho (2008, 1: 352; 2008, 2: 9, nº 3012001); Fontes <i>et alii</i> (2009: 57); Redentor (2011, 1: 207- 208 e :308, Quadro 25; 2011, 2: 65, nº 79).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6707); <i>EDCS</i> (EDCS ID ECDS-08600373); <i>HD</i> (HD no. 000065).	

Nº de Registo: ICICB 055	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Residência paroquial de Ronfe, Ronfe, Guimarães, Braga, Portugal. [551391.52, 4587637.27; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Residência Paroquial de Ronfe (Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 185).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.119.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Monsenhor Horácio de Araújo (Rosário, 1973: 63, nº 119).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel, alisado no topo, possui como molduragem uma faixa direta e dois filetes diretos. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 36 x 34 x 29 cm (Redentor, 2011, 2: 69, nº 83).	

Nº de Registo: ICICB 055 (continuação)	
<p>Transcrição:</p> <p>Face 1: SAÇ(rum.?)</p> <p>Face 2: EX · VO(to) / !(ou) O(ptimo) M(aximo)</p> <p>Face 3: ONN[A]? / S(erua?) A(nimo) S(oluit).</p>	
<p>Tradução:</p> <p>Face 1: Congrado</p> <p>Face 2: na sequência de um voto, a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i>.</p> <p>Face 3: <i>Onna</i>(?), escrava(?), cumpriu de livre vontade.</p>	
<p>Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 69, nº 83).</p>	
<p>Bibliografia: Rosário (1973: 63, nº119); Tranoy (1981: 317); <i>AE</i> 1983, 550; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 185, nº 2); Alarcão (1988c: 17, nº 1/304); <i>RAP</i> 330; García Martínez (1995: 153, nº15; 1996: 1967-1968, nº 197, Lámina XLIV, 4); Carvalho (2008, 2: 44, nº 3084001); Fontes <i>et alii</i> (2009: 35); Redentor (2011, 1: 205, :210, :308, Quadro 25, :335 e :379; 2011, 2: 69, nº83).</p>	
<p>Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6768); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08500365); <i>HD</i> (HD no. HD000053).</p>	

Nº de Registo: ICICB 056	
<p>Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i>.</p>	
<p>Procedência: Castelo, União de freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, Amarante, Porto, Portugal. [581400.62, 4565498.67; 526].</p>	
<p>Contexto arqueológico: O monumento epigráfico, partido em dois, teve suas partes encontradas em locais diferentes do Castelo, localizado na União de freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei em Amarante.</p>	
<p>Paradeiro: Museu Amadeo de Souza-Cardozo (MASC).</p>	<p>Nº de inventário: 192.</p>
<p>Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida ao Museu/ Biblioteca Municipal de Amarante por Álvaro Pereira Teixeira de Vasconcelos (Brandão 1959 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 61, nº 72).</p>	

Nº de Registo: ICICB 056 (continuação)	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito partida em duas partes. O capitel é composto por <i>puluilli</i> , friso simples, simulacro de <i>fastigium</i> , <i>foculus</i> alongado de bordos salientes, toro e bocel direto. O fuste apresenta uma fratura na altura do espaçamento 3 e a base é constituída por bocel direto e toro. Os motivos decorativos são pontos centrais no centro dos dois <i>puluilli</i> .	
Dimensões totais: 61,5 x 22 x 24 cm (Redentor, 2011, 2: 61, nº 72).	
Transcrição: I(ou) O(ptimo) M(aximo) / P(ublius) F(abius?) · CI/LEIQ/VI PO(sui) / ^s EX VO(to).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Publius Fabius(?)</i> , filho de <i>Cileiou(i)us</i> colocou na sequência de um voto.	
Cronologia: 51- 100 d.C. (Redentor, 2011, 2: 61, nº 72).	
Bibliografia: Tranoy (1981: 317); <i>RAP</i> 323; García Martínez (1996: 1952, nº 174, Lámina XL, 1); Dias (1997: 291- 292, nº 2); Carvalho (2008, 2: 63, nº 13010901); Redentor (2011, 1: 94- 95, 100, Quadro 4, :101, :104, :108, :307, Quadro 25 e :309; 2011, 2: 61, nº 72).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 4714).	

Nº de Registo: ICICB 057	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), Vizela, Braga, Portugal. [557822.88, 4581278.15; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João), mais especificamente em São Miguel (Redentor, 2011, 2: 69, nº 84).	
Paradeiro: Museu D. Diogo de Sousa (MDDS).	Nº de inventário: MDDS 1992.0687.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida ao Museu dos Biscainhos pelo Cônego Arlindo Cunha, sendo posteriormente transladada para o Museu D. Diogo de Sousa, no início dos anos 90 do século passado (Redentor, 2011, 2: 69, nº 84).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui vestígios do <i>puluillus</i> esquerdo e um <i>foculus</i> circular escavado. O capitel tem como molduragem faixa saliente, duplo bocel e filete direto. O fuste, trabalhado nas quatro faces e fraturado abaixo da l. 1, liga-se a base por gola reversa e meio redondo côncavo. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 87,5 x 33,5 x 31 cm (Redentor, 2011, 2: 69-70, nº 84).	
Transcrição: IQV! O/PTIMO / MAXIMO / SVLPICI/VS SVLPI/CIANVS QV/OT (!) VOVIT.	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Sulpicius Sulpicianus</i> , porque fez um voto.	
Cronologia: 201- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 69-70, nº 84).	
Bibliografia: <i>AE</i> 1979, 362; Tranoy (1981: 316); Alarcão (1988c: 17, nº1/315); <i>RAP</i> 333; García Martínez (1995: 153, nº 14; 1996: 1959- 1960, nº 185, Lámina XLII, 2); Redentor (2011, 1: 307, Quadro 25 e :378, n. 69; 2011, 2: 69-70, nº 84).	

Nº de Registo: ICICB 057 (continuação)
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6646); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08901015); <i>HD</i> (HD no. HD008041).

Nº de Registo: ICICB 058	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Residência Paroquial de Sanfins, União das freguesias de Sanfins, Lamoso e Codessos, Paços de Ferreira, Porto, Portugal. [552745.01, 4574574.44; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada, por volta de 1961, no quintal da residência paroquial de Sanfins por Manuel Aranha. A metade superior estava enterrada e a inferior integrada em uma parede (Brandão, 1963: 232 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 68, nº82).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (MACS).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. A molduragem do capitel é constituída por faixa lisa, ranhura, dois cordões, escócia direta e dois filetes diretos. O fuste, trabalhado nas quatro faces, apresenta uma fratura que partiu a peça a meio, abaixo da l. 2. A base, muito modificada, teria possivelmente a mesma molduragem do capitel, mas em reverso. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 80 x 41 x 41 cm (Redentor, 2011, 2: 68, nº 82).	
Transcrição: IOVI / OP(<i>timo</i>) · M(<i>aximo</i>) / [P](<i>ius?</i>) · L(<i>ibens?</i>) · P(<i>osui?</i>) / V(<i>ibius?</i>) · N(- -) · M(- -).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus, Vibius(?) M(- -) M(- -)</i> , devoto, colocou de bom grado.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 68, nº 82).	
Bibliografia: <i>ILER</i> 5941; Tranoy (1981: 317); Alarcão (1988c: 21, nº1/370); <i>RAP</i> (1991: 398, n.325); García Martínez (1996: 1952- 1953, nº 175, Lámina XL, 2); Carvalho (2008, 1: 167; 2008, 2: 74, nº 13091501); Redentor (2011, 1: 98, n.15 e :307, Quadro 25; 2011, 2: 68, nº 82).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 7807).	

Nº de Registo: ICICB 059	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .	
Procedência: Capela de São Bartolomeu, Serzedelo, Guimarães, Braga, Portugal. [551498.67, 4583321.83; 145].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Capela de São Bartolomeu em Serzedelo, Guimarães (Rosário, 1973: 27, nº 530; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 186).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.530.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida, em julho de 1965, pelo Padre Manuel Dias Salgado (Rosário, 1973: 27, nº 530; Santos, Le Roux, Tranoy, 1983: 186).	

Nº de Registo: ICICB 059 (continuação)	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui vestígios de <i>foculus</i> , <i>puluilli</i> e <i>fastigium</i> . A molduragem do capitel inclui friso simples, cordão reentrante, gola direta e dois filetes diretos. O fuste, trabalhado nas quatro faces, apresenta duas grandes fraturas que dificultam a leitura das letras iniciais e finais das l.1, l.2, l.3 e l.4. A base é constituída por dois filetes reversos, escócia, cordão reentrante. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 90 x 46 x 43 cm (Redentor, 2011, 2: 70-71, nº 86).	
Transcrição: [l(ou) ·] O(ptimo) · [M(aximo)] / [- - -]P?[- - -] / [V]LP(ius?) (hedera) E[VH]/ELPISTVS / ^s (hedera) V(otum) (hedera) S(oluit) (hedera).	
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> , (?)p(?) <i>Vlpius</i> (?) <i>Euhelpistus</i> cumpriu o voto.	
Cronologia: 151- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 70-71, nº 86).	
Bibliografia: Rosário (1973: 27, nº 530); Tranoy (1981: 317); <i>AE</i> 1983, 552; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 186, nº 4); Alarcão (1988c: 17, nº 1/309); <i>RAP</i> 329; García Martínez (1995a: 152-153, nº 12; 1996: 1937- 1938, nº 153, Lámina XXXV, 1); Carvalho (2008, 2: 45, nº 3086601); Fontes <i>et alii</i> (2009: 54- 55); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :165, :306-307 e Quadro 25; 2011, 2: 70-71, nº 86).	
Catálogos on-line: <i>HEPOL</i> (nº de registo 6769); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08500367); <i>HD</i> (HD no. HD000059).	

Nº de Registo: ICICB 060	
Divindade: <i>Iuppiter</i> .	
Procedência: Capela dos Moiros, Marco, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [571574.93, 4557109.18; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Igreja dos Moiros ou no monte da Mesquita, em uma área que corresponderia às termas de <i>Tongobriga</i> (Sarmiento, 1887- 1889: 238 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 67-68, nº 81).	
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (MN).	Nº de inventário: E-6151.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida ao museu por intervenção do Conde de Ariz (Vasconcellos, 1913: 224, n. 2).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio foi arrasado e uma cavidade ovalada escavada foi criada para o reaproveitamento da peça. A molduragem do capitel consiste em faixa saliente, cordão, garganta encestada e dois filetes diretos. O fuste possui arestas chanfradas. A molduragem da base é composta por filete reverso e gola reversa. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 80 x 46 x 45 cm (Redentor, 2011, 2: 67- 68, nº 81).	
Transcrição: [(- - -)] M(- - -) S(- - -) IOV[II] / O(ptimo) M(aximo) V(otum) S(oluit) / L(ibens) M(erito).	

Nº de Registo: ICICB 060 (continuação)
Tradução: [.- - -] M(- - -) S(- - -) cumpriu o voto de bom grado e com razão a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 67-68, nº 81).
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2385; <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5557; Vasconcellos (1913: 224, n.2, :230, Fig. 98); Peeters (1938: 862(47), 2385[=5557], nºs 1, 2, 3); Tranoy (1981: 318); Alarcão (1988c: 28-29, nº 1/482); <i>RAP</i> 320; García Martínez (1996: 1947-1948, nº 167, Lámina XXXVIII, 1); Redentor (2011, 1: 98, n.15, :154, :307, Quadro 25 e :309; 2011, 2: 67-68, nº81).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8202); <i>Matriznet</i> (Nº. de inventário E-6151).

Nº de Registo: ICICB 061
Divindade: <i>Ioui Optimo Maximo</i> .
Procedência: Igreja de São Faustino, União das freguesias de Tabuadelo e São Faustino, Guimarães, Braga, Portugal. [560735.50, 4582164.36; 279].
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1886, pelo Sr. Dr. José da Motta Prego nas proximidades da Igreja de São Faustino de Vizela (Guimarães, 1901: 46, nº 15).
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).
Nº de inventário: Epi-0029.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida a Sociedade Martins Sarmento, em 1887, pelo Sr. Gaspar Pereira Leite de Magalhães e Couto (Guimarães, 1901: 46, nº 15).
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui um <i>foculus</i> circular, dois <i>puluilli</i> , e dois <i>fastigia</i> posicionados na face anterior e posterior. Estas partes assentam sobre uma molduragem de faixa saliente, dois toros e dois bocéis diretos. O fuste foi fraturado ao nível da l.3. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 57,5 x 38 x 36 cm (Redentor, 2011, 2: 70, nº 85).
Transcrição: IOVI / OPTI/MO M̄A?/[XIMO] / [- - -].
Tradução: A <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> (?) [- - -].
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 70, nº 85).
Bibliografia: <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5566; Guimarães (1901: 45-46, nº 15 e n.2, Fig. XV); Vasconcellos (1913: 224, n.6 e :230, Fig. 100); Peeters (1938: 862(47)- 863(48), 5565 e 5566, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 6; Tranoy (1981: 317); Cardozo (1985: 51, nº 29); Alarcão (1988c: 18, nº 1/323); <i>RAP</i> 332; García Martínez (1995: 152, nº 10; 1996: 1922, nº 131, Lámina XXX, 2); Carvalho (2008, 2: 46, nº 3085101); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 70, nº 85).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11895); <i>EDCS</i> (EDCS ID ECDS-05600748).

Nº de Registo: ICICB 062	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maxsimo.</i>	
Procedência: Residência paroquial de Serzedelo, Serzedelo, Guimarães, Braga, Portugal. [552850.46, 4583622.55; 145].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1883, nas escadas da residência paroquial de Serzedelo, Guimarães pelo Abade de Tagilde (Guimarães, 1901: 50, nº 22; Cardozo, 1985: 54, nº 32).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS)	Nº de inventário: Epi-0032.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida, em 1883, à Sociedade Martins Sarmento pelo Reverendo Cândido Pacheco Dias e França, pároco da freguesia de Serzedelo (Guimarães, 1901: 50, nº 22).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O capitel possui em seu cimácio um <i>foculus</i> que assenta sobre faixa saliente, toro e bocel reverso e a base, aparentemente, não possui molduragem. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 125 x 31,5 x 26 cm (Redentor, 2011, 2: 71- 72, nº 87).	
Transcrição: IOVI / OPTI/MO M̄AX/SIMO.	
Tradução: <i>A Iuppiter Optimus Maximus.</i>	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 71-72, nº 87).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5565; Guimarães (1901: 50, nº22, Fig. XXII); Vasconcellos (1913: 224, n.4); Peeters (1938: 862(47)- 863(48), 5565 e 5566, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 4; Tranoy (1981: 318); Cardozo (1985: 54, nº32); Alarcão (1988c: 17, nº1/309); <i>RAP</i> 328; García Martínez (1995: 152, nº 11; 1996: 1923, nº 132, Lámina XXX, 3); Carvalho (2008, 2: 45, nº 3086601); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25 e :309; 2011, 2: 71-72, nº 87).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11894); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05600747).	

Nº de Registo: ICICB 063	
Divindade: <i>Ioui Optimo Maxsumo.</i>	
Procedência: Quinta do Ribeiro, São João de Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga, Portugal. [558870.53, 4608149.42; 160].	
Contexto arqueológico: Identificada por Mário Cardozo, em 1938, na parede de uma propriedade rústica que pertencia ao Padre José Carlos Simões de Almeida (Cardozo, 1938: 83 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 72, nº 88).	
Paradeiro: Quinta do Ribeiro, São João de Rei, Póvoa de Lanhoso.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito, que devido ao corte do seu capitel e da sua base para o seu reaproveitamento como material de construção tem, atualmente, forma de silhar. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 54 x 43 x – cm (Redentor, 2011, 2: 72, nº 88).	
Transcrição: IOVI / OPTIMO / MAXSVM̄O.	
Tradução: <i>A Iuppiter Optimus Maxsumus.</i>	

Nº de Registo: ICICB 063 (continuação)
Cronologia: 71- 150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 72, nº 88).
Bibliografia: Alarcão (1988c: 13, nº 1/205); <i>RAP</i> 338; García Martínez (1996: 1923-1924, nº 133, Lámina XXX, 4); Carvalho (2008, 2: 48, nº 3092304); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25 e :311; 2011, 2: 72, nº 88).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 5173).

Nº de Registo: ICICB 064
Divindade: <i>Ioui Optimo Maxumo</i> .
Procedência: Residência da igreja de São Martinho (Várzea do Douro), Alpendorada, Várzea e Torrão, Marco de Canaveses, Porto, Portugal. [564246.75, 4548085.67; 130].
Contexto arqueológico: Identificada na residência paroquial da igreja de São Martinho, em um lagar próximo do Mosteiro de Alpendurada (Santa Gertrudes, [- - -]: 23; Ribeiro, 1810: 349 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 72- 73, nº 89).
Paradeiro: Desconhecido.
Material: Sem informação.
Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva possivelmente incompleta ao nível do capitel. O capitel não possui cimácio e têm como molduragem duas faixas, quarto de círculo e filete diretos e a base é composta por quarto de círculo reverso. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: – x – x – cm (Redentor, 2011, 2: 72- 73, nº 89).
Transcrição: IOVI / OPTIMO / M̄AXVMO / FLAVVS / ^s COROL/LEAE F(<i>ilius</i>) / V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).
Tradução: <i>Flauus</i> , filho de <i>Corollea</i> , cumpriu o voto de bom grado e com razão a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> .
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 72- 73, nº 89).
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2376; Peeters (1938: 862(47), 2376, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 136; Tranoy (1981: 317); <i>RAP</i> 319; García Martínez (1996: 1941- 1942, nº159, Lámina XXXVI, 2); Dias (1997: 303, nº 53); Redentor (2011, 1: 174, :184-185 e :307, Quadro 25; 2011, 2: 72- 73, nº 89).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8193).

Nº de Registo: ICICB 065
Divindade: <i>Ioui Optumo Maxumo</i> .
Procedência: Igreja de Vila Mou, União das freguesias de Torre e Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal. [524989.28, 4619761.26; 30].
Contexto arqueológico: Encontrada, em agosto de 1892, nos entulhos da reconstrução da igreja paroquial de Vila Mou, tendo sido depois integrada nos alicerces como material de construção (Guerra 1899- 1900: 177 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 73, nº90).
Paradeiro: Desconhecido.
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara.

Nº de Registo: ICICB 065 (continuação)
Descrição: Fragmento de ara votiva, que poderá ser parte do fuste. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 88 x 25 x – cm (Redentor, 2011, 2: 73, nº 90).
Transcrição: - - -] / RVFI · GRO/VIVS · VOTV/M · IOVI OP/⁵T`VMO · M/[A]XVMO / [- - -] / [- - -].
Tradução: [- - -] de <i>Rufus</i> , gróvio, o voto a <i>Iuppiter Optimus Maximus</i> [- - -].
Cronologia: 101- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 73, nº 90).
Bibliografia: <i>EE IX</i> (:101, nº 268); Vasconcellos (1913: 224, n.8); Peeters (1938: 865(50), E.E.,9, 268, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 58; Tranoy (1981: 67 e :317); Alarcão (1988c: 4, nº 1/66); <i>RAP</i> 341; García Martínez (1996: 1970, nº 202, Lámina XLV, 3); Guerra (1998, 1: 157, nº E.86.2); Silva (2007: 430, nº 614, Epig. 28); Carvalho (2008, 1: 222; 2008, 2: 142, nº 16093703); Redentor (2011, 1: 308, Quadro 25; 2011, 2: 73, nº 90).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6378); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-38100318).

Nº de Registo: ICICB 066
Divindade: <i>Ioui Repulsori</i> .
Procedência: Igreja de São Martinho de Dume, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, Braga, Braga, Portugal. [547039.71, 4601927.93; 90].
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1732, no adro da igreja de São Martinho de Dume durante as obras de reedificação da sacristia. Foi colocada em reaproveitamento numa parede não visível atualmente (Redentor, 2011, 2: 74- 75, nº 92).
Paradeiro: Igreja de São Martinho de Dume em Braga.
Material: Granito.
Tipo de suporte: Ara?
Descrição: Ara ou parte de coluna quebrada votiva de granito. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: – x – x – cm (Redentor, 2011, 2: 74- 75, nº 92).
Transcrição: IOVI / [R]EPVLSORI / [FI]RMIA / [P]VSINNA / [E]X VOTO / [P]OSVIT.
Tradução: A <i>Iuppiter Repulsor</i> , <i>Firmia Pusinna</i> colocou na sequência de um voto.
Cronologia: 101- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 74- 75, nº 92).
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2414; Vasconcellos (1913: 226 e n.2); Peeters (1938: 881(66), 2414, nºs 1, 2 e 3); <i>ILER</i> 102; Tranoy (1981: 319 e n.90); Alarcão (1988c: 10, nº1/191); <i>RAP</i> 337; García Martínez (1996: 1974-1975, nº 209); Carvalho (2008, 2: 27- 28, nº 3031001); Redentor (2011, 1: 164 e n.126, :306, :307, Quadro 25, ; 2011, 2: 74- 75, nº92).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8242).

Nº de Registo: ICICB 067	
Divindade: <i>Nabiae Coronae, Nabiae, Ioui, [...]urgo e Idae.</i>	
Procedência: Capela Nossa Senhora do Desterro, Penafiel, Penafiel, Porto, Portugal [558053.97, 4558862.15; 210].	
Contexto arqueológico: Descoberta por Abílio Miranda entre um monte de pedras e entulho, próximo à capela de Nossa Senhora do Desterro, onde teria existido anteriormente uma pia de água benta (Pinho 1928: 96 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 31, nº 27).	
Paradeiro: Museu Municipal de Penafiel (MMPNF).	Nº de inventário: MMPNF 4883.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito. Seu cimácio tem o alçado principal liso e os laterais reentrantes, seu topo foi adulterado e possui uma grande cavidade circular escavada fruto de uma reutilização. A molduragem do capitel é constituída por faixa saliente, listel, garganta encestada e filete direto. A base é composta por filete reverso, garganta reversa e filete reverso. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 91,5 x 47,5 x 39 cm (Redentor, 2011, 2: 31- 32, nº 27).	
Transcrição: O(<i>ptimae</i>) · V(<i>irgin</i>) · CO(<i>nseruatrici</i>) · ET · NIM(<i>phae</i>) (!) DANIGO/M · NABIAE · CORONAE · VA/CCA(<i>m</i>) · BOVEM · NABIÆ · AGNV(<i>m</i>) / IOVI · AGNVM BOVEM · LA/CT(<i>entem</i>) [...]VRGO AGNVL(<i>um</i>) · IDÆ (!) COR(<i>nigeram uel nigerum</i>) / ANN(<i>o</i>) ET DOM(<i>o</i>) ACTVM (<i>ante diem</i>) V(<i>quintus</i>) ID(<i>us</i>) APR(<i>iles</i>) LA/RGO ET ME(<i>s</i>)SALLINO CO(<i>n</i>)s(<i>ulibus</i>) CYRATOR(<i>ibus</i>) / LVCRETIO VITVLINO LUCRETIO SAB/INO POSTVMO PEREGRINO.	
Tradução: À virgem ótima, conservadora e ninfa dos Dánigos, <i>Nabia Corona</i> , uma vaca e um boi. A <i>Nabia</i> , um cordeiro. A <i>Iuppiter</i> , um cordeiro e um vitelo. A [...]urgo, um pequeno cordeiro. A <i>Ida</i> um (animal) chifrudo. Procedeu-se aos sacrifícios para o ano e no santuário no quinto dia dos idos de Abril, sob os cônsules <i>Largus</i> e <i>Messalinus</i> , sendo encarregados <i>Lucretius Vitulinus</i> (e) <i>Lucretius Sabinus Postumus Peregrinus</i> .	
Cronologia: 147 d.C. (Redentor, 2011, 2: 31- 32, nº 27).	
Bibliografia: AE 1973, 319; DIP (1975: 244- 246 e n.1); Tranoy (1981: 236, 273, 278, 282- 283, 316 e 422); RAP 469; AE 1994, 935; García Martínez (1996: 2023- 2024, nº 277, Lámina LXI, 1, 2 e 3); HEp 6,1069; Guerra (1998, 1: 151, nº E.75); Olivares Pedreño (2002: 76); Prósper (2002: 191, I.I.G.); Ribeiro & Fernandes (2002: 371- 372, nº 17, Fig. 17); Silva (2007: 442, nº 720, Epig. 135); Carvalho (2008, 2: 77, nº 13111802); Redentor (2011, 1: 336, 353- 354, :369, :381 e :385- 390; 2011, 2: 31- 32, nº 27).	
Catálogos on-line: HEpOL (nº de registo 6541); EDCS (EDCS ID ECDS-09401457).	

Nº de Registo: ICICB 068
Divindade: <i>Larebus Marinis.</i>
Procedência: Sé do Porto, União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Porto, Porto, Portugal. [532588.33, 4554680; 76].

Nº de Registo: ICICB 068 (continuação)	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1940, junto às escadas da entrada principal da Sé do Porto, durante as obras de urbanização da área (Brandão, 1984: 15 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 75- 76, nº 93).	
Paradeiro: Casa do Infante/ Arquivo Histórico Municipal, Porto.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. A molduragem do capitel consiste em cordão, escócia direta, cordão, escócia direta e outro cordão seguidos de filete direto. A base tem como molduragem um cordão e uma escócia direta. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 117 x 36 x 28,5 cm (Redentor, 2011, 2: 75- 76, nº 93).	
Transcrição: LAREBVS / MARINI/S (<i>hedera</i>) VLPIV/S FLAVS L(<i>ibens</i>) / ^s VOTVM / SOLVI(Δ).	
Tradução: Aos <i>Lares Marini</i> , <i>Vlpus Flaus</i> cumpriu de bom grado o voto.	
Cronologia: 101- 200 d.C. (Redentor, 2011, 2: 75- 76, nº 93).	
Bibliografia: <i>AE</i> 1973, 311; Tranoy (1981: 323); Alarcão (1988c: 26, nº 1/450); <i>RAP</i> 382; García Martínez (1996: 1976, nº 211, Lámina XLIV, 4); Carvalho (2008, 2: 79, nº 13121401); Redentor (2011, 1: 315, Quadro 28, :316; 2011, 2: 75-76, nº 93).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6535); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501779).	

Nº de Registo: ICICB 069	
Divindade: <i>Lari Patrio</i> .	
Procedência: Capela da Ermida, Irivo, Penafiel, Porto, Portugal. [556343.64, 4557805.89; 180].	
Contexto arqueológico: Encontrada junto à capela da Ermida (Redentor, 2011, 2: 76, nº 94).	
Paradeiro: Museu Municipal de Penafiel (MMPNF).	Nº de inventário: MMPNF 5075.
Informações sobre a entrada no Museu: Deu entrada no museu em 1940, por intermédio de Abílio Miranda (1944: 25-26 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 76, nº 94).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio apresenta vestígios de <i>puluilli</i> e possíveis <i>foculus</i> e <i>fastigia</i> triangulares que assentam sobre plinto, abaixo deste vemos um meio redondo côncavo, uma gola encurtada, outro meio redondo côncavo e novamente gola encurtada. O fuste é de formato cúbico e apresenta na face esquerda, em baixo- relevo, um bovídeo de chifres proeminentes. A base repete a molduragem do capitel.	
Dimensões totais: 75 x 43,5 x 43,5 cm (Redentor, 2011, 2: 76, nº 94).	
Transcrição: LARI · PATRIO / LADRONVS / AVITIS (!) FILIVS / VOTVM / ^s SOLV/IT PROPITIVS / SIS ROGO.	
Tradução: Ao <i>Lar Patrius</i> , <i>Ladronus</i> , filho de <i>Auitus</i> , cumpriu o voto; suplico que seja propício.	
Cronologia: 101- 150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 76, nº 94).	

Nº de Registo: ICICB 069 (continuação)
Bibliografia: <i>AE</i> 1973, 319; Tranoy (1981: 235 e :322-323); Alarcão (1988c: 26, nº 1/460); <i>RAP</i> 383; García Martínez (1996: 1976-1977, nº 212, Lámina XLVII, 1); Olivares Pedreño (2002: 81 e n.571); Carvalho (2008, 2: 76, nº 13111501); Redentor (2011, 1: 174, :182, :315, Quadro 28, :316-317, :387, n.79; 2011, 2: 76, nº 94).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6540); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-09401456); <i>HD</i> (HD no. HD011066).

Nº de Registo: ICICB 070	
Divindade: <i>Laribus Vialibus</i> .	
Procedência: Jardim do Paço Arquiepiscopal, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), Braga, Braga, Portugal. [547844.20, 4600052.73; 0].	
Contexto arqueológico: Referenciada, em 1634, por Cunha (1634: 19) como presente no Paço Arquiepiscopal.	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Poderia se tratar de uma ara de granito como os outros suportes das inscrições aos <i>Lares Viales</i> , conhecidos em Braga. Não se tem informação acerca de motivos decorativos.	
Dimensões totais: – x – x – cm (Redentor, 2011, 2: 76-77, nº 95).	
Transcrição: LARIB(us) · VIALI/BVS · FL(<i>auius</i>) · SA/BINVS · V(<i>otum</i>) / S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).	
Tradução: <i>Flavius Sabinus</i> cumpriu o voto de bom grado e com razão aos <i>Lares Viales</i> .	
Cronologia: 151- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 76-77, nº 95).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2417; Vasconcellos (1913: 292, n.1); <i>ILER</i> 590; Tranoy (1981: 323-324); Alarcão (1988c: 10-12, nº 1/198); <i>RAP</i> 384; García Martínez (1996: 1977-1978, nº 213); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :151, :315, Quadro 28 e :316; 2011, 2: 76-77, nº 95).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8245); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501781).	

Nº de Registo: ICICB 071	
Divindade: <i>Laribus Vialibus</i> .	
Procedência: Largo de São Francisco, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), Braga, Braga, Portugal. [548037.36, 4600167.57; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada, no dia 09 de setembro de 1996, durante as obras de desaterro para o túnel de ligação entre o Largo de São Francisco e a Avenida António Macedo, em Braga (Cunha, Encarnação, Lemos, 2005: 147).	
Paradeiro: Museu D. Diogo de Sousa (MDDS).	Nº de inventário: MDDS 1996.0812.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.

Nº de Registo: ICICB 071 (continuação)
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui <i>foculus</i> circular em relevo, dois <i>puluilli</i> e dois <i>fastigia</i> triangulares. A molduragem do capitel é constituída por ranhura, gola encurtada e rebaixo direto. A molduragem da base é composta por garganta reversa, e ranhura. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 54 x 30 x 29 cm (Redentor, 2011, 2: 77, nº 96).
Transcrição: LARIBVS / VIALIBVS / SACRVM / M(arcus) LVCIVS · CATVR[O] / A(nimo) · L(ibens) · V(otum) · S(oluit).
Tradução: Consagrado aos <i>Lares Viales</i> . <i>Marcus Lucius Caturo</i> cumpriu o voto de livre vontade.
Cronologia: 101- 150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 77, nº 96).
Bibliografia: <i>Hep</i> 11, 654; Cunha, Encarnação, Lemos (2005: 147-155); <i>Hep</i> 14, 420; Redentor (2011, 1: 315, Quadro 28; 2011, 2: 77, nº 96).
Catálogos on-line: <i>HEPOL</i> (nº de registo 25890); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-28800670) <i>Matriznet</i> (Nº. de inventário MDDS 1996.0812).

Nº de Registo: ICICB 072	
Divindade: <i>Laribus Vialibus</i> .	
Procedência: Paço Arquiepiscopal, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé, Cidade), Braga, Braga, Portugal. [547841.85, 4600053.43; 0].	
Contexto arqueológico: Provém do Paço Arquiepiscopal (Cortez, 1958: 14 <i>apud</i> Redentor, 2011, 2: 78, nº 97).	
Paradeiro: Museu Dom Diogo de Sousa (MDDS).	Nº de inventário: MDDS 1992.0570.
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito incompleta, restando apenas o capitel e o fuste. O cimácio foi modificado restando apenas o <i>puluillus</i> esquerdo e vestígios do direito. A molduragem do capitel é composta por listel, faixa reversa, ranhura, chanfro e filete diretos. O fuste foi fraturado na ligação com a base sem, aparentemente, ter afetado a inscrição. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 88 x 41 x 41 cm (Redentor, 2011, 2: 78, nº 97).	
Transcrição: LARIBVS / VIALIBVS / MATER/NVS / ⁵ RVFI / · L(<i>ibens</i>) · A(<i>nimo</i>) · P(<i>osuit</i>).	
Tradução: Aos <i>Lares Viales</i> , <i>Maternus</i> , de <i>Rufus</i> , colocou de livre vontade.	
Cronologia: 101- 150 d.C. (Redentor, 2011, 2: 78, nº 97).	
Bibliografia: <i>AE</i> 1973, 310; Tranoy (1981: 323-324); Alarcão (1988c: 10-12, nº 1/198); <i>RAP</i> 385; García Martínez (1996: 1978, nº 214, Lámina XLVII, 2); Fernandes (2002d: 461, nº 130, Fig. 130); Redentor (2011, 1: 315, Quadro 28 e :316; 2011, 2: 78, nº 97).	
Catálogos on-line: <i>HEPOL</i> (nº de registo 6534); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-09401449); <i>HD</i> (HD no. HD011039); <i>Matriznet</i> (Nº. de inventário MDDS 1992.0570).	

Nº de Registo: ICICB 073	
Divindade: <i>Laribus Vialibus</i> .	
Procedência: Igreja do Castelo do Neiva, Castelo do Neiva, Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal. [516699.98, 4607811.50; 112].	
Contexto arqueológico: Encontrada na Igreja paroquial de Castelo do Neiva em Viana do Castelo (Rosário, 1973: 63, nº 121).	
Paradeiro: Museu Pio XII (MPXII).	Nº de inventário: MPXII.LIT.121.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida pelo Padre Joaquim Lopes Lima (Rosário, 1973: 63, nº 121).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio, partido ao meio, apresenta uma cavidade linear escavada em formato de retângulo, com ângulos arredondados. O capitel tem como molduragem faixa saliente e filete direto (deceados na parte posterior), seguidos por dois filetes diretos. O fuste é trabalhado nas quatro faces, apresentando nas laterais, motivos arquitetónicos, arcos em baixo relevo e na face posterior motivo em espiral ou circular. A base é composta por filete reverso e toro.	
Dimensões totais: 68 x 28 x 26 cm (Redentor, 2011, 2: 78-79, nº 98).	
Transcrição: VAL(<i>eria</i> ?) / RVF(<i>a</i> ?) / LA{·}R(<i>ibus</i>) V(<i>ialibus</i>) / P(<i>osuit</i>).	
Tradução: <i>Valeria</i> (?) <i>Rufa</i> (?), colocou aos <i>Lares Viales</i> .	
Cronologia: 151- 250 d.C. (Redentor, 2011, 2: 78- 79, nº 98).	
Bibliografia: Rosário (1973: 63, nº 121); Tranoy (1981: 323- 324); <i>AE</i> 1983, 555; Santos, Le Roux, Tranoy (1983: 188, nº7, Lámina III); Alarcão (1988c: 9, nº1/169); <i>RAP</i> 571; García Martínez (1996: 1981, nº 218, Lámina XLVIII, 1); Carvalho (2008, 2: 133, nº 16091002); Fontes <i>et alii</i> (2009: 37); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :315, Quadro 28 e :318; 2011, 2: 78-79, nº 98).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6771); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-08500369); <i>HD</i> (HD no. HD000068).	

Nº de Registo: ICICB 074	
Divindade: <i>Marti</i>	
Procedência: Igreja de São Salvador de Gondar, União das freguesias de Gondar e Orbacém, Caminha, Viana do Castelo, Portugal. [518390.25, 4629940.64; 70].	
Contexto arqueológico: Vista por Argote na Igreja de Gondar em um pilar redondo no púlpito da Igreja (Argote, 1734: 634- 635, nº 1032).	
Paradeiro: Desconhecido.	
Material: Sem informação.	Tipo de suporte: Sem informação.
Descrição: Seu suporte era, possivelmente, de secção cilíndrica devido à descrição do pilar redondo de Argote (1734: 634- 635, nº 1032). Não se têm informações acerca de motivos decorativos.	
Dimensões totais: – x – x – cm (Redentor, 2011, 2: 79- 80, nº 100).	
Transcrição: DEO MARTI / SACRVM / [- - -] / [- - -] / ⁵ [- - -] / [- - -] / [- - -] / [- - -] / V(<i>otum</i>) L(<i>ibens</i>) M(<i>erito</i>) S(<i>oluit</i>).	

Nº de Registo: ICICB 074 (continuação)
Tradução: Consagrado ao deus <i>Mars</i> , [- - -] [- - -] [- - -] [- - -] [- - -] [- - -] cumpriu o voto de bom grado e com razão.
Cronologia: 131- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 79- 80, nº 100).
Bibliografia: Argote (1734: 634- 635, nº 1032); <i>CIL</i> II 2463; <i>ILER</i> 228; Tranoy (1981: 314 e n.59); <i>RAP</i> 402; García Martínez (1996: 1984, nº 224); Carvalho (2008, 2: 92, nº 16021001); Redentor (2011, 1: 265, :313 e Quadro 26 e :376; 2011, 2: 79- 80, nº 100).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8290); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501829).

Nº de Registo: ICICB 075	
Divindade: <i>Marti</i> .	
Procedência: Igreja paroquial de Orbacém, União das freguesias de Gondar e Orbacém, Caminha, Viana do Castelo, Portugal. [519253.60, 4628138.59; 100].	
Contexto arqueológico: Encontrada na parede exterior sul da Igreja paroquial de Orbacém (Carvalho, 2008, 2: 92, nº 16021301).	
Paradeiro: Igreja de Orbacém, Caminha, Viana do Castelo, Portugal.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara?.
Descrição: Ara? votiva de granito, possivelmente incompleta, sendo visível apenas a face anterior, por se encontrar integrada em uma parede. Apresenta vestígios de moldura identificáveis na região onde seriam o capitel e a base. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 55 x 28 x – cm (Redentor, 2011, 2: 79, nº 99).	
Transcrição: CAMA/LVS · / LADRO/NI · M/AR(<i>t</i>) · VO(<i>tum</i>) / SOLVI/T.	
Tradução: A <i>Mars</i> , <i>Camalus</i> , de <i>Ladronus</i> , cumpriu o voto.	
Cronologia: 1- 100 d.C. (Redentor, 2011, 2: 79, nº 99).	
Bibliografia: Carvalho (2008, 2: 92, nº 16021301); Redentor (2011, 1: 313, Quadro 26; 2011, 2: 79, nº 99).	

Nº de Registo: ICICB 076	
Divindade: <i>Marti</i>	
Procedência: Quinta do Paiço, Carriça, União das freguesias de Alvarelhos e Guidões, Trofa, Porto, Portugal. [532384.19, 4572312.71; 0].	
Contexto arqueológico: Encontrada em terrenos da Quinta do Paiço, próximo ao Castro de Alvarelhos em Carriça, Trofa (<i>DIP</i> , 1975: 270- 274).	
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (MN).	Nº de inventário: Au 112.
Informações sobre a entrada no Museu: Provém da coleção particular de Jorge Teixeira Aragão (Vasconcellos, 1905: 310).	
Material: Prata.	Tipo de suporte: Pátera.

Nº de Registo: ICICB 076
Descrição: Fundo de pátera de prata com a representação de um soldado barbado (possível representação de Marte), com a inscrição em círculo junto à orla do disco. A figura central ostenta couraça, capacete, escudo oval, polainas, sandálias e lança.
Dimensões totais: Diâmetro: 8 cm (Redentor, 2011, 2: 245, nº 355).
Transcrição: S(<i>acrum</i>) · ARQVI(us) · CIM(<i>ini?</i>) L(<i>ibertus</i>) · SAVR(<i>iensis?</i>) · V(<i>otum</i>) · S(<i>oluit</i>) · L(<i>ibens</i>) · M(<i>erito</i>).
Tradução: Consagrado [a <i>Mars</i>]. <i>Arquius</i> , liberto de <i>Ciminus(?)</i> , <i>Sauriensis(?)</i> , cumpriu o voto de bom grado e com razão.
Cronologia: 1- 130 d.C. (Redentor, 2011, 2: 245, nº 355).
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2373; Vasconcellos (1905: 310- 311, Fig. 66); <i>RPH</i> (1962: 124-125); Blázquez Martínez (1975: 166); <i>ILER</i> 5898 e 5904; <i>DIP</i> (1975: 270- 274 e Foto 65); Tranoy (1981: 314 e n. 63 e n.64); Alarcão (1988c: 19, nº 1/351); <i>RAP</i> 602; García Martínez (1996: 1871, nº 66, Lámina XVI, 4); Ribeiro (2002b: 428-429, nº 96, Fig. 96); Redentor (2011, 1: 87, :172, :188, Quadro 18, :193, :211, :301, n.1, :313-314 e Quadro 26; 2011, 2: 245, nº 355).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8190); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501726); <i>Matriznet</i> (Nº. de Inventário Au 112).

Nº de Registo: ICICB 077	
Divindade: <i>Nymphae</i> .	
Procedência: Termas de Caldelas, União das freguesias de Caldelas, Siqueiros e Paranhos, Amares, Braga, Portugal. [552671.25, 4613235.29; 150].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1803, no sítio das termas quando era reformado o socalco ou parapeito do terreiro situado ao lado do ribeiro. Foi depois colocada a ornamentar uma fonte de água fria e posteriormente integrada na parede do <i>bouvette</i> das termas nos jardins interiores do Grande Hotel da Bela Vista (Redentor, 2011, 2: 82- 83, nº 105).	
Paradeiro: Grande Hotel da Bela Vista, em Amares.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O fuste foi fraturado abaixo da l.1; as faces laterais e a posterior foram picadas e a base foi aparada para reaproveitamento. Atualmente, apresenta a gravação reavivada por pintura. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 40 x 24 x 15 cm (Redentor, 2011, 2: 82- 83, nº 105).	
Transcrição: A[V]R(<i>elia</i> ?) / S?AB(<i>ina</i> ?) / NYM/PHIS / ^s EX VO/TO.	
Tradução: Às <i>Nymphae</i> , <i>Aurelia</i> (?) <i>Sabina</i> (?) na sequência de um voto.	
Cronologia: 201- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 82- 83, nº 105).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2457b; <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5572b; <i>EE</i> VIII (:399, nº 5572b); Vasconcellos (1913: 258 e n.5); <i>ILER</i> 617; Tranoy (1981: 325 e n.141); Alarcão (1988c: 8, nº 1/141);	

Nº de Registo: ICICB 077 (continuação)
Bibliografia: Caessa (1990: 145, nº 4); <i>RAP</i> 416; García Martínez (1996: 1991-1992, nº 232, Lámina LI, 4); Carvalho (2008, 1: 213, Tabela 5 e :351; 2008, 2: 10, nº 3010601); Redentor (2011, 1: 98-99, :100, Quadro 4, :317 e Quadro 29 e n.11; 2011, 2: 82- 83, nº 105).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8287); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501823).

Nº de Registo: ICICB 078	
Divindade: <i>Nymphae</i> .	
Procedência: Termas de Caldelas, União das freguesias de Caldelas, Siqueiros e Paranhos, Amares, Braga, Portugal. [552658.95, 4613243.83; 150].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1803, no sítio das termas quando era reformado o socalco ou parapeito do terreiro situado ao lado do ribeiro. Foi depois colocada a ornamentar uma fonte de água fria e posteriormente integrada na parede do <i>bouvette</i> das termas nos jardins interiores do Grande Hotel da Bela Vista (Redentor, 2011, 2: 82- 83, nº 105).	
Paradeiro: Grande Hotel da Bela Vista, em Amares.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui vestígios do <i>puluillus</i> esquerdo, que assenta sobre uma faixa saliente e filete direto. O fuste encontra-se picado na face direita e posterior, estando também a face anterior, onde se encontra o texto da inscrição, fraturada no lado direito. A base não apresenta molduragem. A inscrição foi reavivada com pintura. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 59 x 24 x 20 cm (Redentor, 2011, 2: 83- 84, nº 106).	
Transcrição: CAEN(<i>ius?</i>) / ÇLEM(<i>ens</i>) / NYM/PHIS / EX VO/TO.	
Tradução: Às <i>Nymphae</i> , <i>Caenius</i> (?) <i>Clemens</i> na sequência de um voto.	
Cronologia: 201- 270 d.C. (Redentor, 2011, 2: 83- 84, nº 106).	
Bibliografia: <i>CIL</i> II 2457a; <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5572a; <i>EE VIII</i> (:399, nº 5572a); Vasconcellos (1913: 258 e n.5); <i>ILER</i> 621; Tranoy (1981: 325 e n.141); Alarcão (1988c: 8, nº 1/141); Caessa (1990: 145, nº 3, Foto 2); <i>RAP</i> 415; García Martínez (1996: 1989, nº 231, Lámina LI, 1); Carvalho (2008, 1: 213, Tabela 5 e :351; 2008, 2: 10, nº 3010601); Redentor (2011, 1: 98-99, :100, Quadro 4 e :317 e Quadro 29; 2011, 2: 83- 84, nº 106).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 8286); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05501822).	

Nº de Registo: ICICB 079	
Divindade: <i>Nymphae</i> .	
Procedência: Imediações da Igreja paroquial de Ponte, Ponte, Guimarães, Braga, Portugal. [556488.99, 4591480.76; 133].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 07 de maio de 1949, durante uma demolição de uma casa rústica nas proximidades da igreja paroquial da freguesia de São João de Ponte, em Guimarães (Cardozo, 1985: 55, nº 190).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi-0190.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida, em 14 de junho de 1949, ao Museu pelo sócio da Sociedade Martins Sarmento, Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro.	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui vestígios de <i>fastigium</i> e de <i>foculus</i> circular ligado aos <i>puluilli</i> por meio de cordão. A molduragem é composta por faixa saliente, cordão, gola e filete diretos. A base é composta por rebaixo reverso, gola reversa, cordão e toro. A perda de lascas na face anterior afeta a leitura das letras finais das l.1 e l.2. Não possui motivos decorativos.	
Dimensões totais: 74 x 39,5 x 29,5 cm (Redentor, 2011, 2: 84, nº 107).	
Transcrição: NYMPHIS / G(aius) · SVLP(icius) · FES/TVS · EX VOTO.	
Tradução: Às <i>Nymphae</i> . <i>Gaius Sulpicius Festus</i> , na sequência de um voto.	
Cronologia: 131- 230 d.C. (Redentor, 2011, 2: 84, nº 107).	
Bibliografia: <i>AE</i> 1955, 236; <i>ILER</i> 5974; Tranoy (1981: 325 e n.150); Cardozo (1985: 55, nº 190); Alarcão (1988c: 15, nº 1/260); Caessa (1990: 146, nº 5, Foto 3); <i>RAP</i> 14; García Martínez (1995: 153-154, nº 16; 1996: 1992, nº 235, Lámina LII, 1); Carvalho (2008, 2: 43, nº3 083802); Redentor (2011, 1: 100, Quadro 4, :284, :317 e Quadro 29; 2011, 2: 84, nº107).	
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 6417).	

Nº de Registo: ICICB 080	
Divindade: <i>Nymphae</i> .	
Procedência: Rua das Trinas, União das freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, Guimarães, Braga, Portugal. [559270.95, 4588209.74; 170].	
Contexto arqueológico: Encontrada, em 1885, na latrina de uma casa da Rua das Trinas (antiga Rua de D. Luís), nº8, em Guimarães (Guimarães, 1901: 45, nº 13, Fig. 13; Caessa, 1990: 146, nº 6).	
Paradeiro: Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (MASMS).	Nº de inventário: Epi-0033.
Informações sobre a entrada no Museu: Oferecida ao Museu, em 1885, pelo Sr. Elias da Silva Machado (Guimarães, 1901: 45, nº 13, Fig. 13).	
Material: Granito.	Tipo de suporte: Ara.

Nº de Registo: ICICB 080 (continuação)
Descrição: Ara votiva de granito completa. O cimácio possui <i>fastigium</i> triangular e <i>foculus</i> circular em relevo ligado por quatro cordões em forma de X com os <i>puluilli</i> . A molduragem do capitel é constituída por ranhura, friso simples, ranhura e faixa direta, e a da base por toro e faixa saliente. Não possui motivos decorativos.
Dimensões totais: 90 x 37 x 27 cm (Redentor, 2011, 2: 84- 85, nº 108).
Transcrição: VRBAN(us) / PRO CRY/SEDE / NYMPHIS / ^s EX VOTO / POSVI<T>.
Tradução: <i>Vrbanus</i> , no interesse de <i>Crysis</i> , colocou às <i>Nymphae</i> na sequência de um voto.
Cronologia: 101- 170 d.C. (Redentor, 2011, 2: 84- 85, nº 108).
Bibliografia: <i>CIL</i> II <i>Suppl.</i> 5569; <i>EE</i> IX (:100, nº 5569); Guimarães (1901: 45, nº 13, Fig. 13); Vasconcellos (1913: 258-259, Fig. 119); <i>ILER</i> 606; Tranoy (1981: 325 e n.149); Cardozo (1985: 56, nº 33); Alarcão (1988c: 17, nº 1/302); Caessa (1990: 146, nº6, Foto 4); <i>RAP</i> 413; García Martínez (1995: 154, nº 17; 1996: 1992-1993, nº 236, Lámina LII, 2); Fernandes (2002e: 440, nº 108, Fig. 108); Carvalho (2008, 2: 46, nº 3000308); Redentor (2011, 1: 212 e Quadro 23, :284 e :317 e Quadro 29; 2011, 2: 84- 85, nº 108).
Catálogos on-line: <i>HEpOL</i> (nº de registo 11898); <i>EDCS</i> (EDCS ID EDCS-05600751).

Apêndice IV:
Estampas

Estampa I



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 1

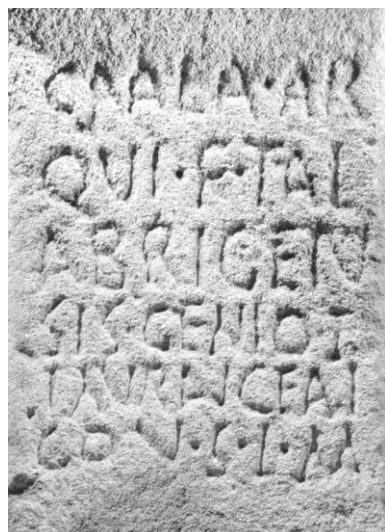


Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

Estampa III



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6

Estampa V



Fig. 1 (adaptada de Redentor, 2011, 2, nº 117, Estampa VIII)



Fig. 2 (Vasconcellos, 1905: 335, Fig. 79a).



Fig. 3 (adaptada de Redentor, 2011, 2, nº 121, Estampa IX).



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

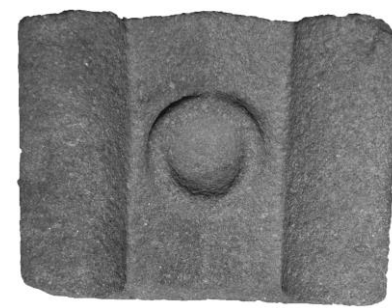


Fig. 5

Estampa VII



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

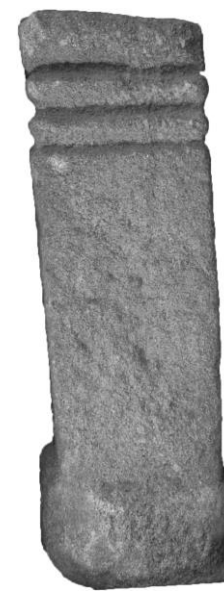


Fig. 5



Fig. 6

Estampa VIII



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

Estampa IX



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6

Estampa X



Fig. 1



Fig. 2

(Figs. 1 e 2, adaptadas de Redentor, 2011, 2, n° 122, Estampa IX)



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

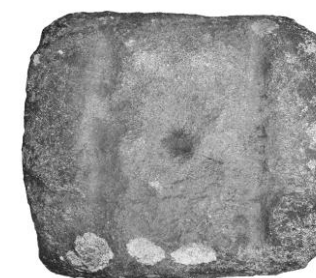


Fig. 6

Estampa XI



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 1



Fig. 2

(Figs. 1 e 2 adaptadas de Barbosa, 2010, n°0703)

Estampa XIII



Fig. 1



Fig. 2

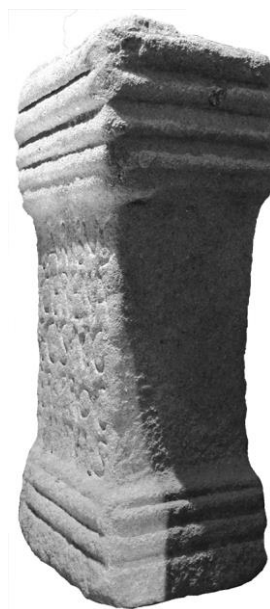


Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

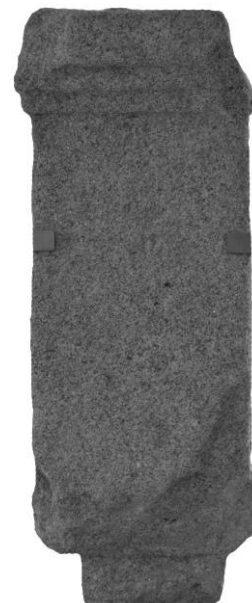


Fig. 4



Fig. 5

Estampa XV



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

Estampa XVII



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

Apêndice V:
Figuras

Figura 1. Delimitação da área estudada

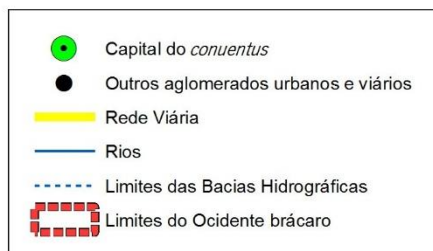
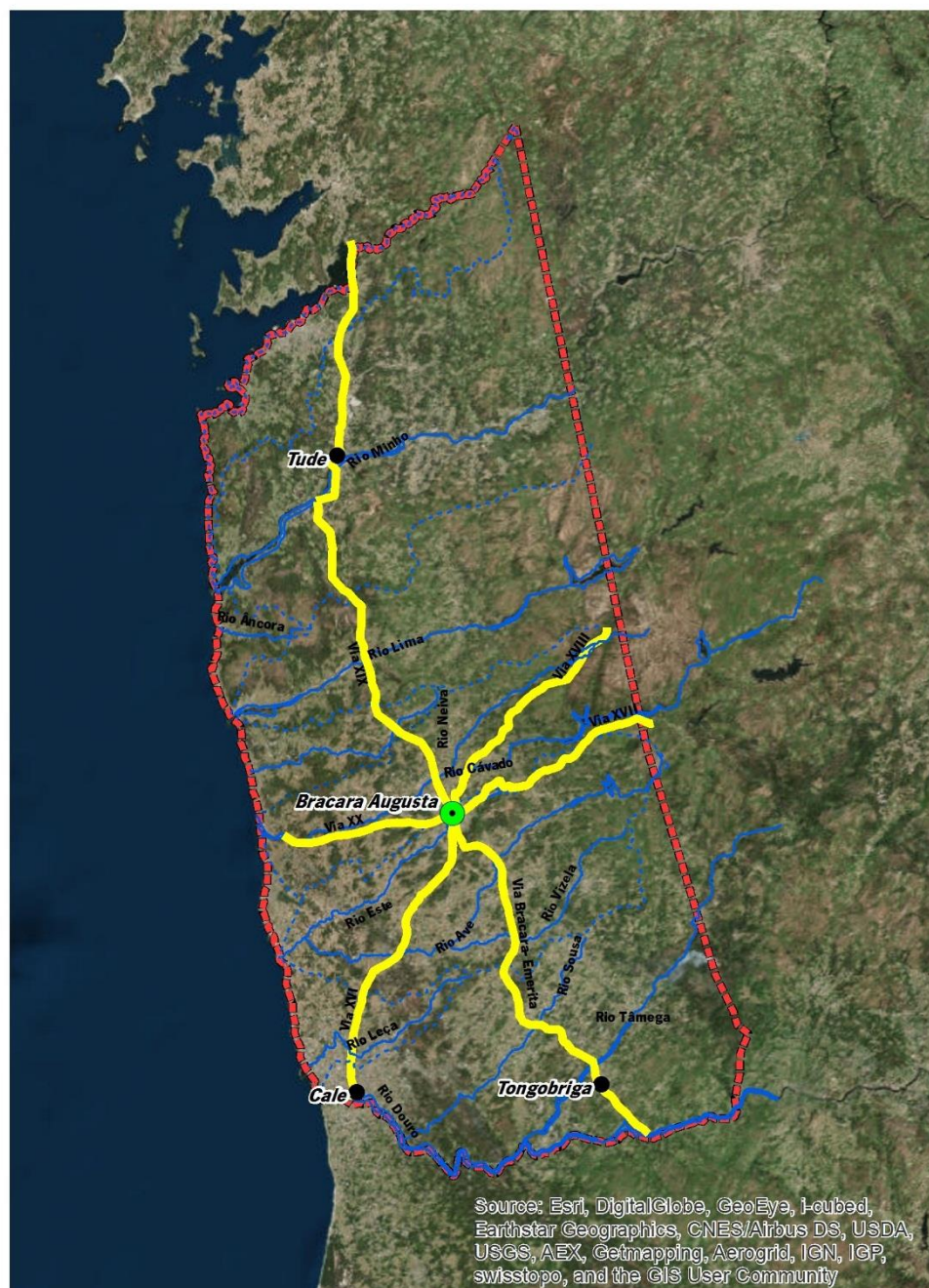
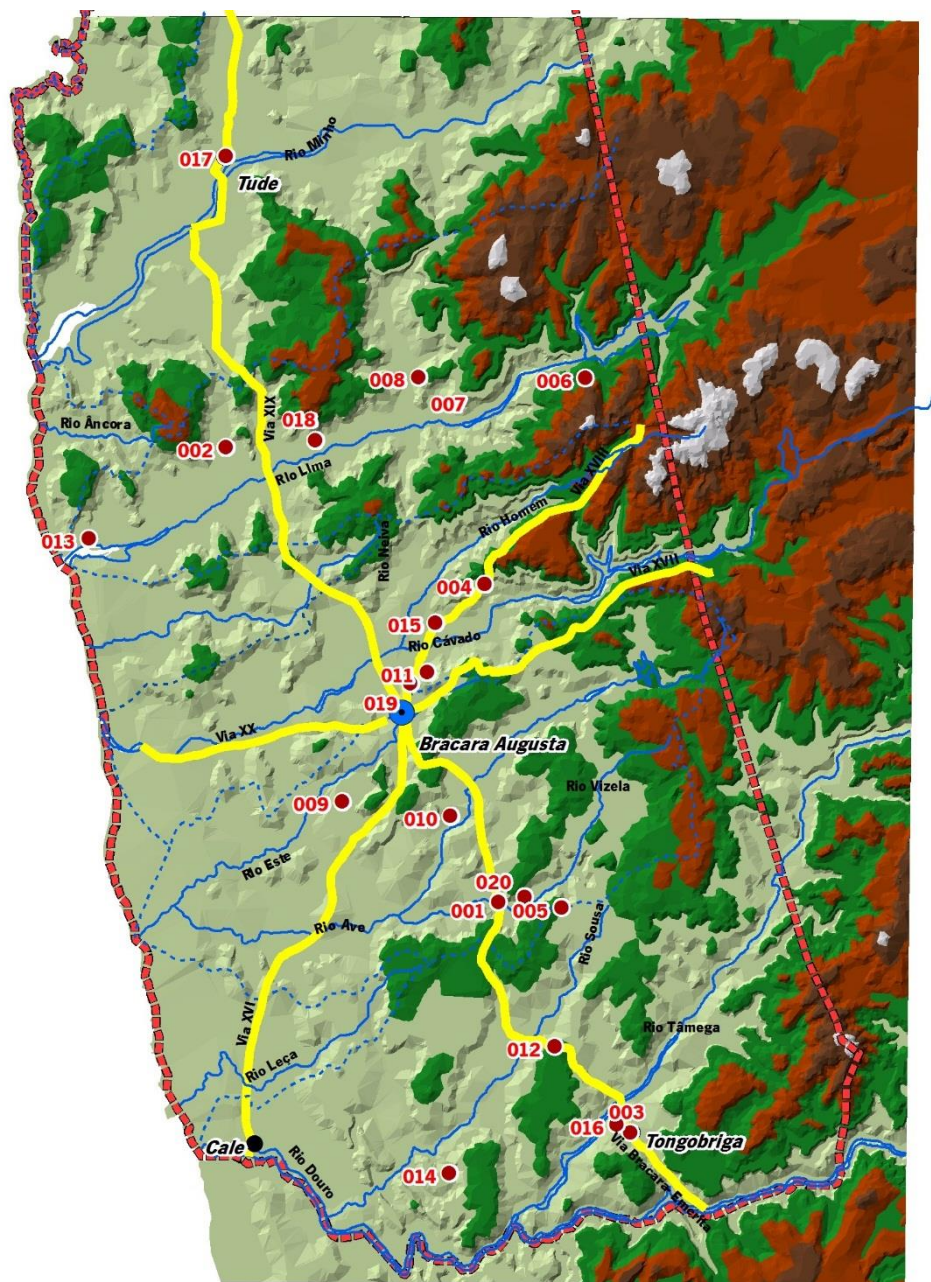


Figura 2. Inscrições aos deuses romano-indígenas



Fonte (TIN): Carvalho (2008)

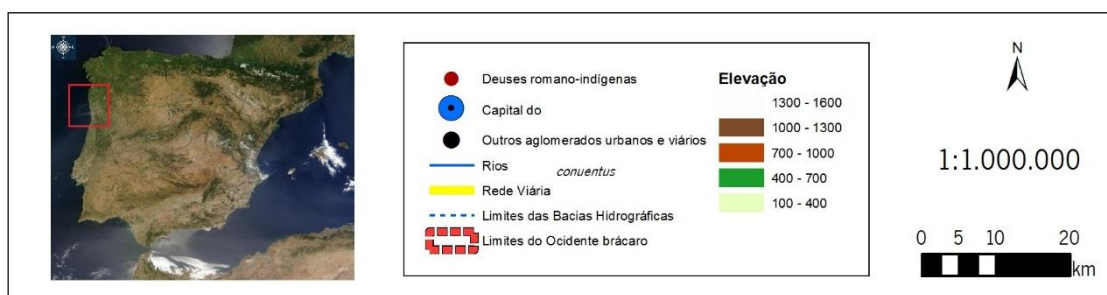
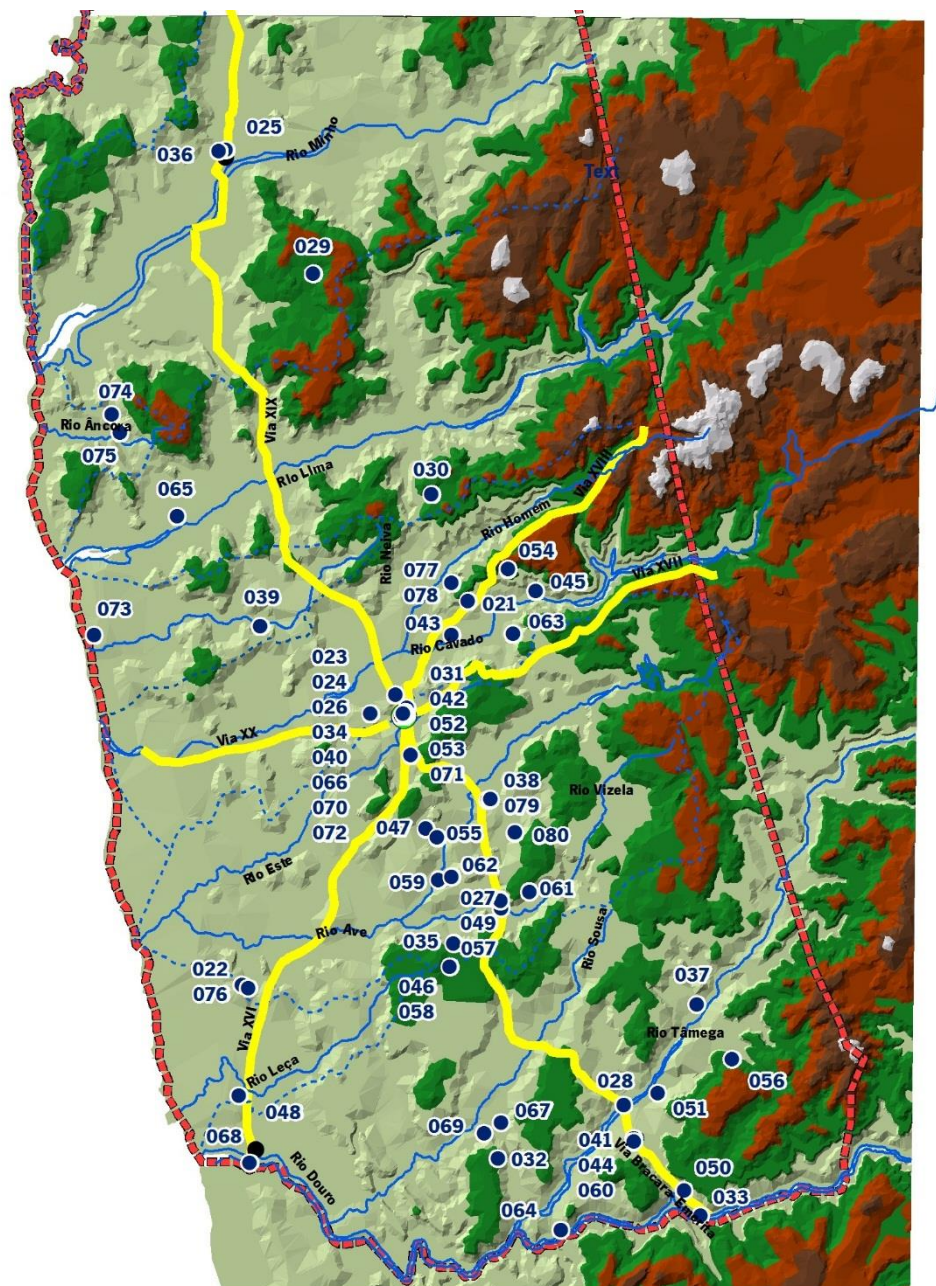


Figura 3. Inscrições aos deuses romanos equivalentes



Fonte (TIN): Carvalho (2008)

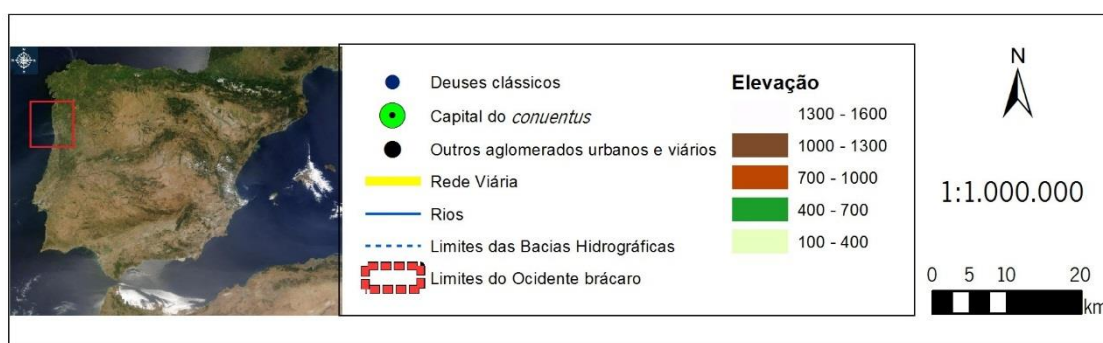


Figura 4. Cultos às divindades romano-indígenas

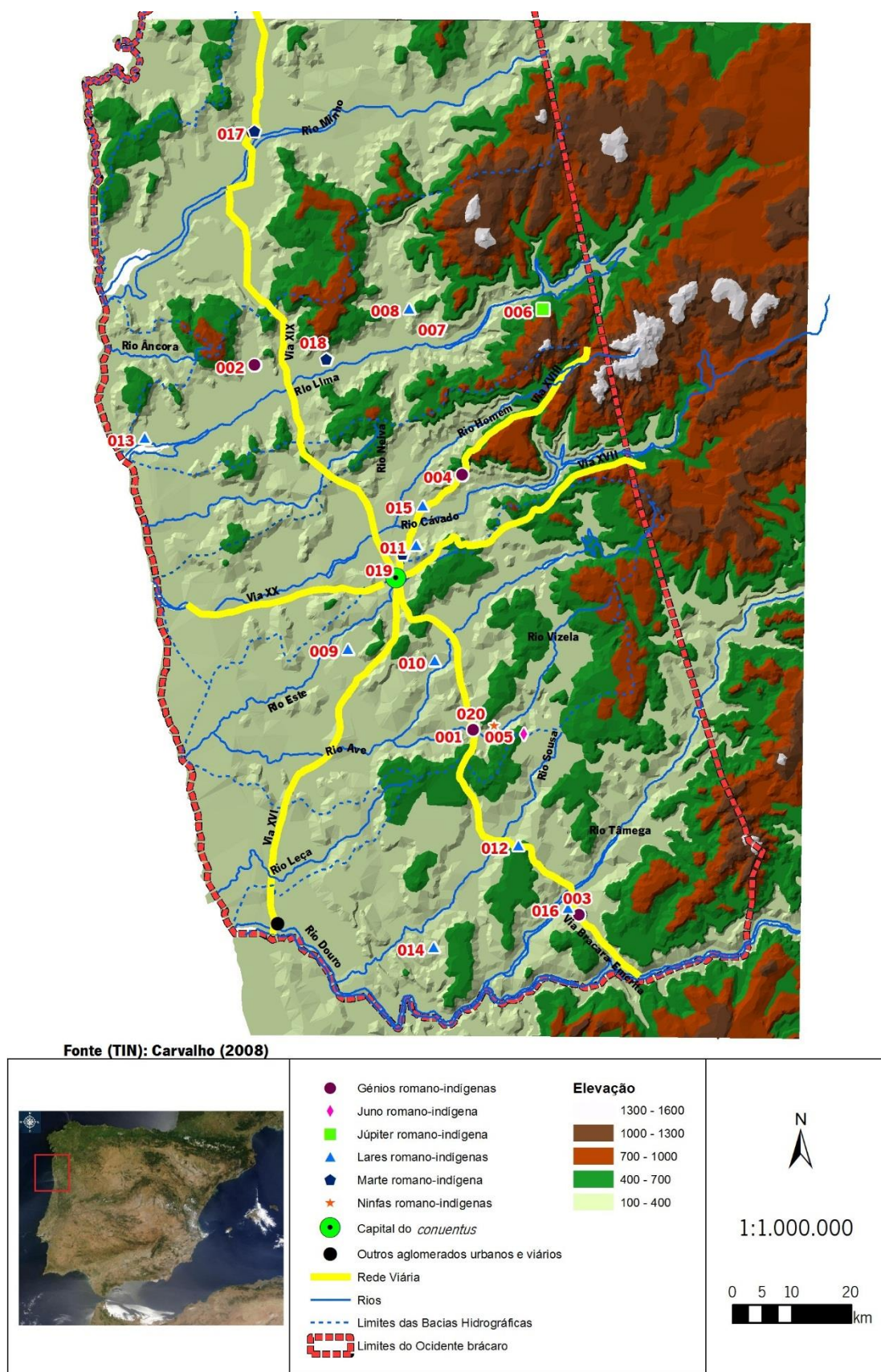


Figura 5. Cultos às divindades romanas equivalentes

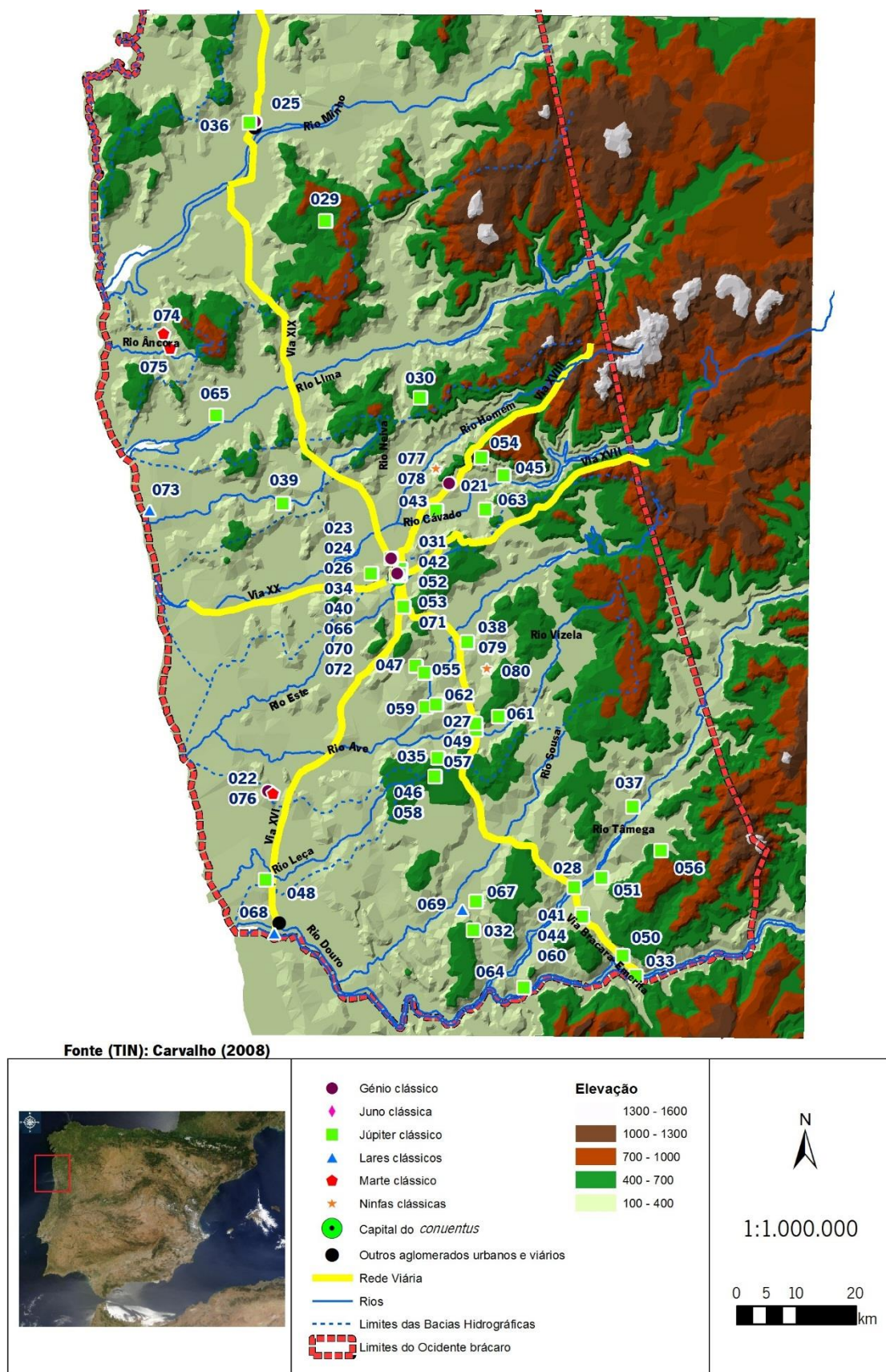
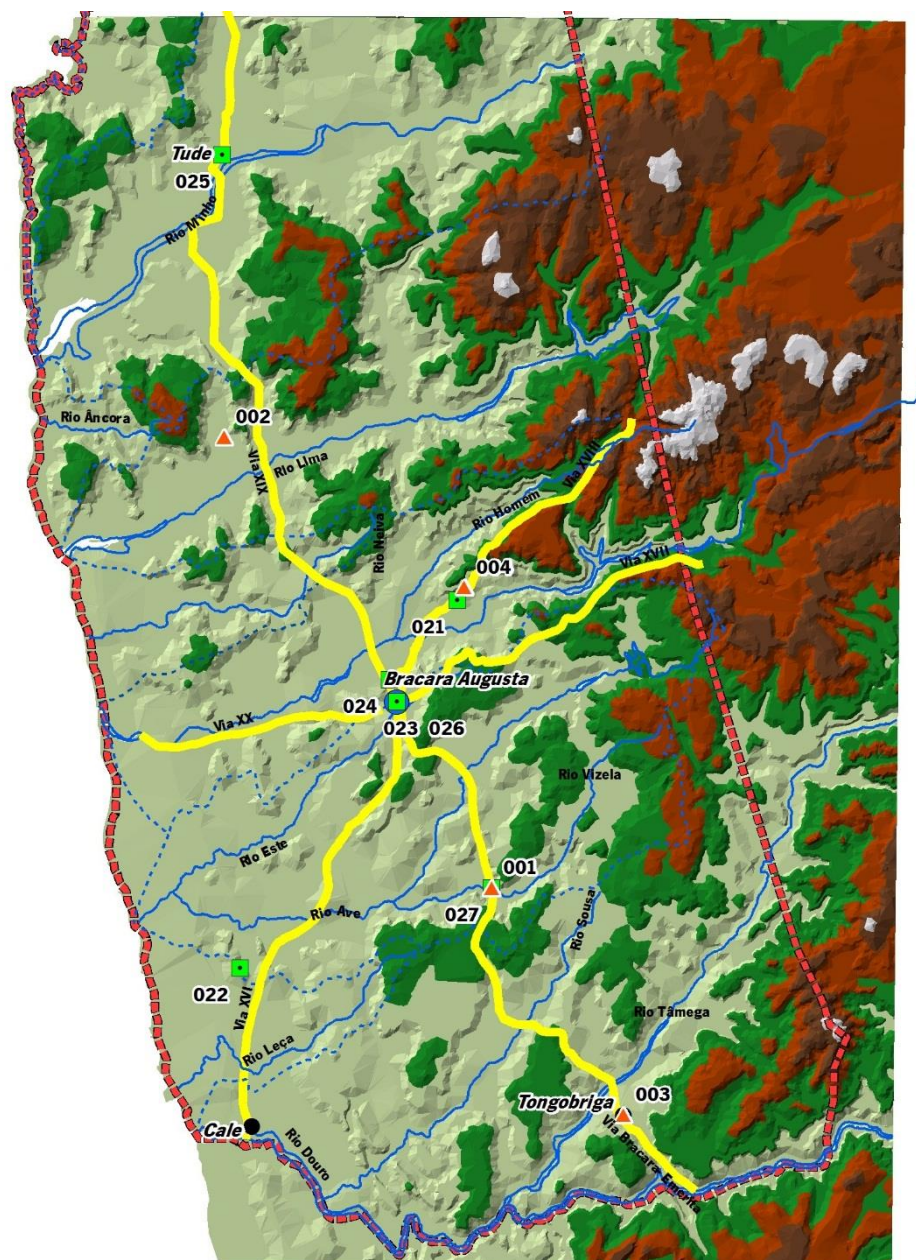


Figura 6. Povoados provavelmente associados às inscrições ao *Genius* romano e aos *Genii* romano-indígenas



Fonte (TIN): Carvalho (2008)

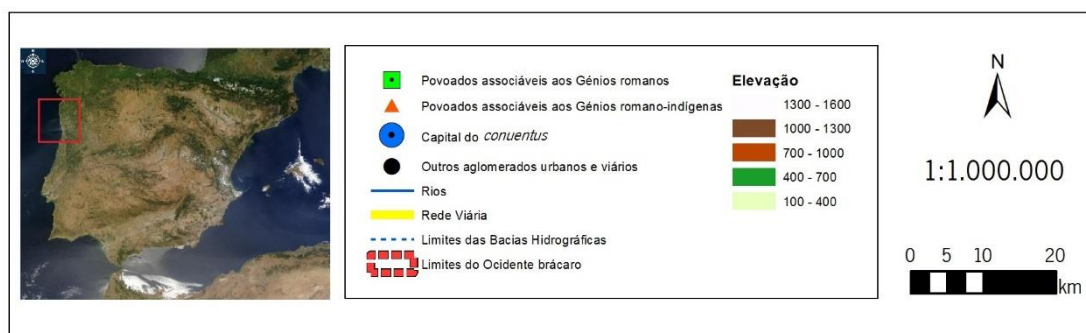
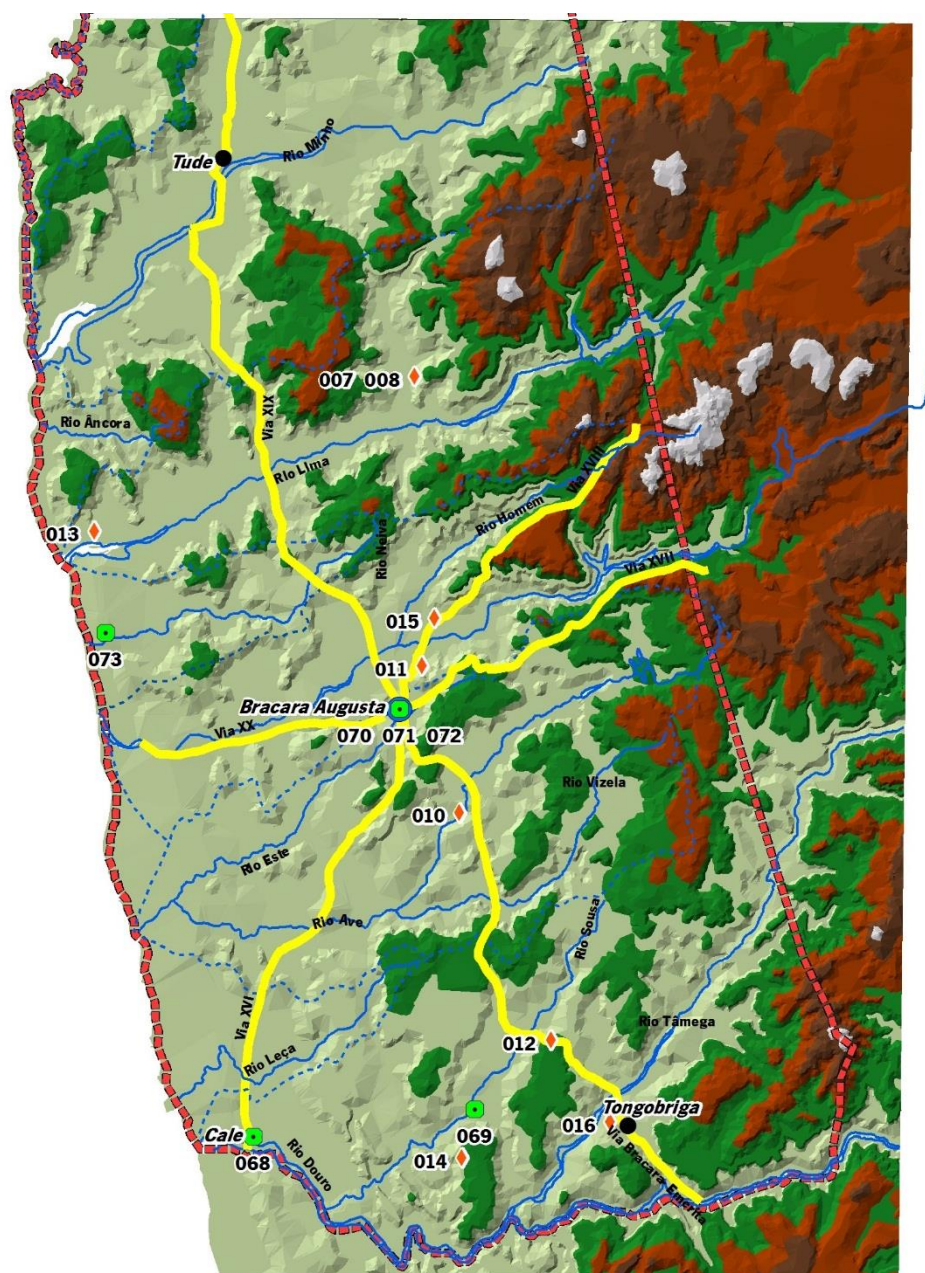


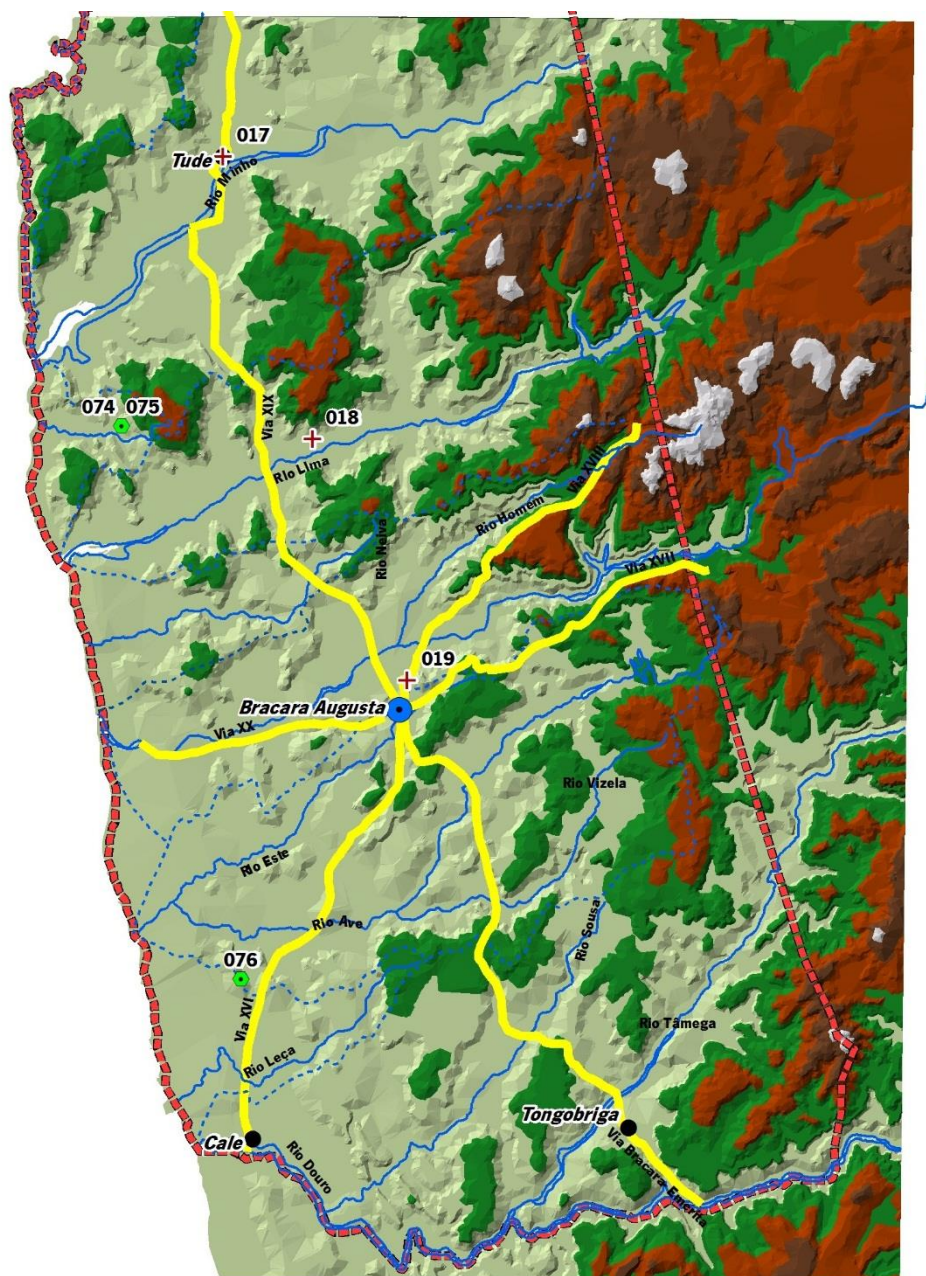
Figura 7. Povoados provavelmente associados às inscrições aos *Lares* romanos e aos *Lares* romano-indígenas



Fonte (TIN): Carvalho (2008)



Figura 8. Povoados provavelmente associados às inscrições ao Marte clássico e ao Marte romano-indígena



Fonte (TIN): Carvalho (2008)

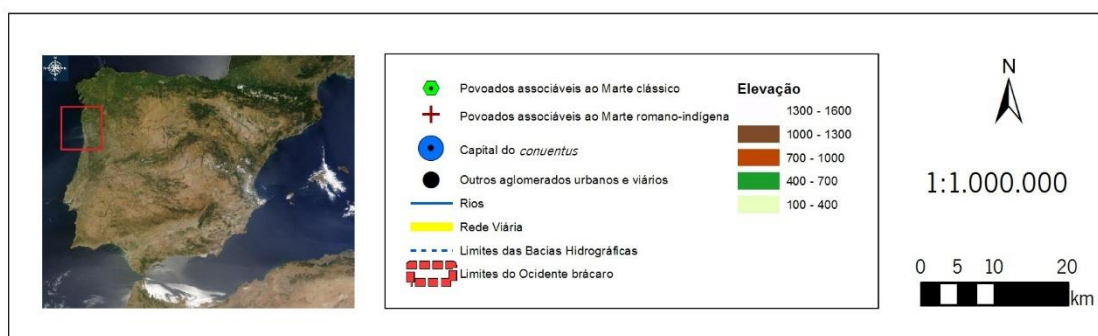
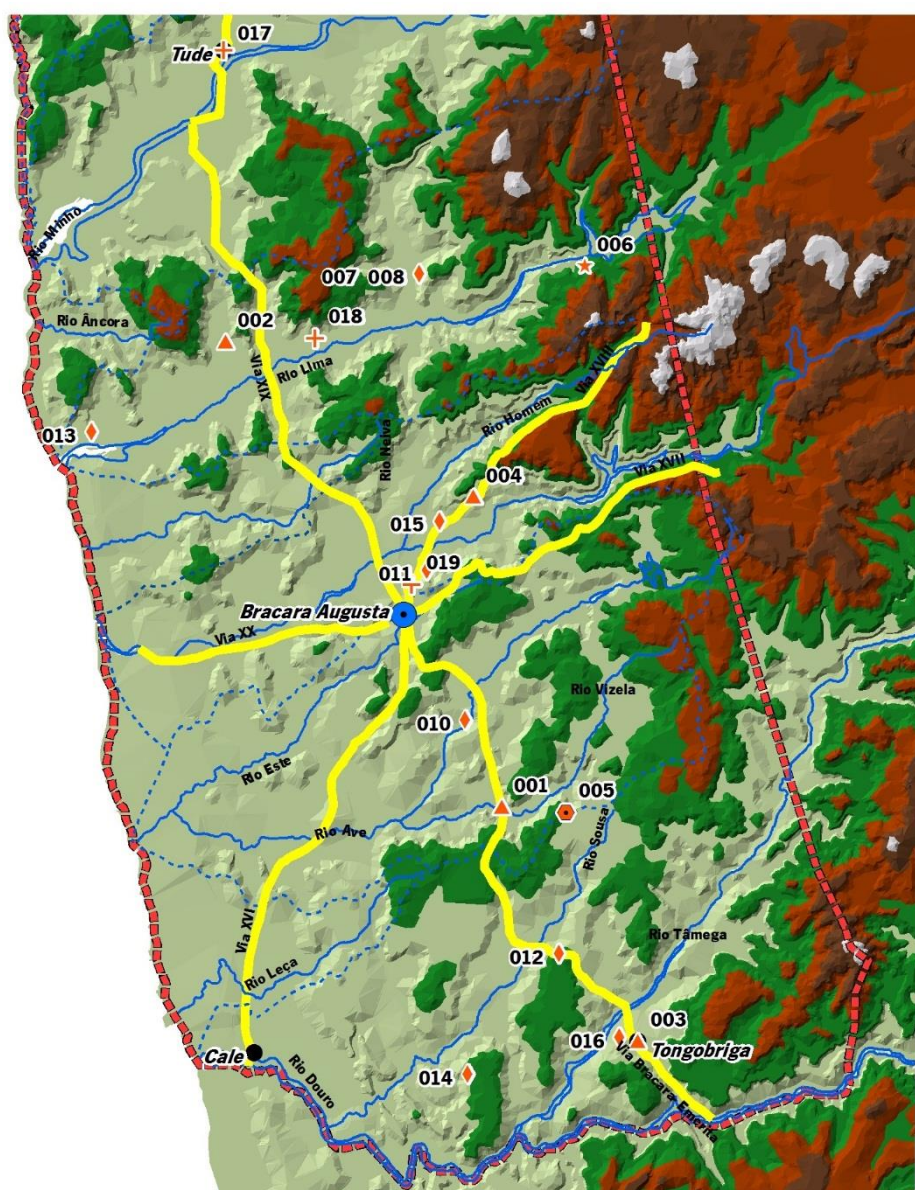


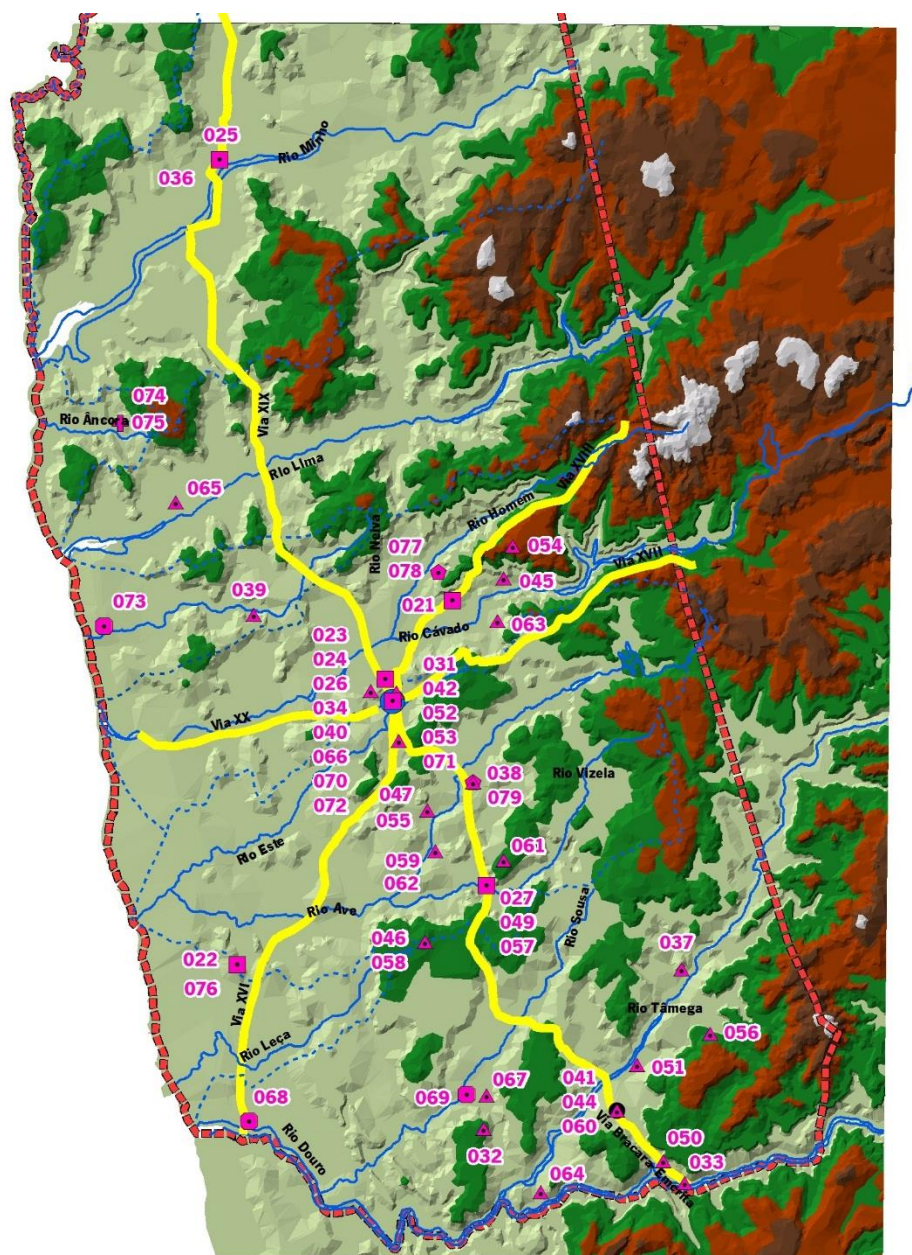
Figura 9. Povoados provavelmente associados às manifestações religiosas aos deuses romano-indígenas



Fonte (TIN): Carvalho (2008)



Figura 10. Povoados provavelmente associados às manifestações religiosas aos deuses romanos equivalentes



Fonte (TIN): Carvalho (2008)

